

Wagner Cardoso Jardim

Nenhuma vontade do povo
O Rio Grande do Sul na Guerra contra o Uruguai e o Paraguai (1863-
1870)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutor em História sob a orientação da Prof. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2020

CIP – Catalogação na Publicação

J37n Jardim, Wagner Cardoso
Nenhuma vontade do povo [recurso eletrônico]: o Rio Grande do Sul na guerra contra o Uruguai e o Paraguai (1863-1870). / Wagner Cardoso Jardim. – 2020.
7.1 MB ; PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Luiza Setti Reckziegel.
Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2020.

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Paraguai, Guerra do. 3. Classes sociais. 4. Tríplice Aliança. I. Reckziegel, Ana Luiza Setti, orientadora. II. Título.

CDU: 981.067

Catálogo: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira - CRB 10/2427

RESUMO

Entre 1863 e 1870 a então província do Rio Grande do Sul esteve envolvida diretamente na retomada do status belicoso na região platina. A investida de setores dos fazendeiros, criadores de gado e produtores de charque, situados no sul do Rio Grande do Sul e norte do Uruguai contra as políticas estatizantes do governo blanco de Bernardo Berro e, depois Atanásio Cruz Aguirre, estavam de conformidade com a intenção de Venancio Flores, caudilho oriental, ligado ao presidente argentino Bartolomé Mitre, de retomar o poder no Uruguai. Desde muito cedo, nesta contenda entre os orientais, fazendeiros rio-grandenses armaram centenas de homens em apoio a Flores. Não demorou muito, o novo governo imperial, nas mãos do Partido Liberal, retomou investida sobre a região platina. Desejavam garantir, de vez, os limites com o Paraguai, em suspenso há tempos. Instituiu-se assim um ambiente de guerra. Guerra esta que se materializou com a frustrada submissão uruguaia por via diplomática e invasão daquele país, sem declaração de guerra, com forte aparato militar, em apoio a Venancio Flores. Com isso, o governo imperial atraiu a tão desejada guerra paralela com o governo paraguaio. A província do Rio Grande do Sul foi inicialmente pensada como base de operações contra o Paraguai e principal bastião militar imperial. Finalizada a questão no Uruguai, com a participação efetiva de forças terrestres enviadas desde as fronteiras rio-grandenses, preparava-se a invasão ao Paraguai. Isso não ocorreria devido a entrada paraguaia em território sulino. As forças de defesa da província, lideradas pelos mais experientes chefes militares, foi insuficiente. Os paraguaios permaneceram por quase dois meses. Rendidos em Uruguaiana, a guerra continuaria em território paraguaio. O Rio Grande do Sul manteve sua importância. Foi a província que mais homens enviou ao conflito, em proporção ao número de habitantes. A vida na província, neste período em que durou o conflito seria profundamente alterada. Milhares de homens chegando, acampando e marchando pela província. Centenas morreria de enfermidades antes mesmo de cruzar a fronteira. Recrutamento forçado; por consenso; em substituição ou voluntariado. Pelas fazendas e vilas refugiavam-se os que se escondiam dos agentes do recrutamento ou os desertores. As mãos que seguravam fuzil soltavam as enxadas. Milhares de homens foram arrancados de seus afazeres para lutar uma guerra que não lhes dizia respeito. Enquanto isso, setores da classe proprietária rio-grandense que provocaram e incentivaram a guerra não a lutaram. Esta pesquisa pretendeu analisar de forma ampla as implicações diretas e indiretas da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai para o Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul. Guerra contra o Paraguai. Classes sociais. Região platina.

ABSTRACT

Between 1863 and 1870 the then province of Rio Grande do Sul was directly involved in the resumption of the warlike status in the Platinum region. The investment of sectors of farmers, livestock breeders and charque producers, located in southern Rio Grande do Sul and northern Uruguay against the Nationalist policies of the Blanco government of Bernardo Berro and, after Atanásio Cruz Aguirre, were in conformity with the Intention of Venancio Flores, eastern Caudillo, linked to Argentine President Bartolomé Mitre, to regain power in Uruguay. From a very early age, a long-running granddaughter among the Orientals, river-grandmen farmers, armed hundreds of people in support of Flores. It did not take long, the new imperial government, in the hands of the Liberal party, resumed an investment on the platinum region. They wished to guarantee the boundaries with Paraguay, in a long time suspended. A war environment was instituted. This war materialized with the frustrated Uruguayan submission by diplomatic route and invasion of that country, without declaration of war, with strong military apparatus, in support of Venancio Flores. With this, the imperial government attracted the so desired parallel war with the Paraguayan government. The province of Rio Grande do Sul was initially conceived as a base of operations against Paraguay and the main imperial military bastion. After the issue in Uruguay, with the effective participation of land forces sent from the Rio-grandenses borders, the invasion of Paraguay was prepared. This would not occur due to Paraguayan entry into southern territory. The defense forces of the province, led by the most experienced military chiefs, were insufficient. The Paraguayans have stayed for almost two months. Surrendered in Uruguaiana, the war would continue in Paraguayan territory. Rio Grande do Sul maintained its importance. It was the province that most men sent to the conflict, in proportion to the number of inhabitants. Life in the province, in this period in which the conflict lasted would be profoundly altered. Thousands of men arriving, camping and marching through the province. Hundreds would die of sickness before crossing the border. Forced recruitment; by consensus; Replacement or volunteering. The farms and villages took refuge from those who were hiding from recruitment agents or deserters. The hands that held the rifle loosened the hoes. Thousands of men were torn from their affairs to fight a war that did not concern them. Meanwhile, sectors of the proprietary Rio-Grandense class that provoked and encouraged the war did not fight it. This research sought to analyze broadly the direct and indirect implications of the Triple Alliance war against Paraguay for Rio Grande do Sul.

Keywords: Rio Grande do Sul. War against Paraguay. Social Classes. Platinum region.

Lista de Imagens

Imagem 1 - Reduções Jesuíticas	61
Imagem 2 - Limites do tratado de Santo Ildefonso	63
Imagem 3 - Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul	64
Imagem 4 - Pelotas, 1865	65
Imagem 5 - Departamento de Cerro Largo, Uruguai.....	86
Imagem 6 - Arroio Pirai.....	94
Imagem 7 - Vapor uruguaio Vila del Salto.....	97
Imagem 8 - Invasão Imperial no Uruguai.....	98
Imagem 9 - A destruição de Paysandú pela Marinha Imperial.....	104
Imagem 10 - Jaguarão, 1865.....	108
Imagem 11 - Itinerário da invasão paraguaia no RS	123
Imagem 12 - David Canabarro	131
Imagem 13 - De Encarnación/Itapúa a São Borja	134
Imagem 14 - Rio Ibicuí.....	160
Imagem 15 - João Frederico Caldwell.....	180
Imagem 16 - Uniforme do 33º de Voluntários da Pátria do RS	226
Imagem 17 - Teatro São Pedro, Porto Alegre	242
Imagem 18 - Arsenal de Guerra de Porto Alegre 1868	243
Imagem 19 - Depósito de pólvora - Rio Grande - Ilha da pólvora.....	247
Imagem 20 - Carabina modelo belga à Minié	249
Imagem 21 - Fuzil inglês Enfield	249
Imagem 22 - Navio à vapor Oyapock.....	255
Imagem 23 - Porto de Rio Grande, século 19	261
Imagem 24 - Patacho	262
Imagem 25 - Rios navegáveis do RS.....	264
Imagem 26 - Palhabote	265
Imagem 27 - Movimento nos portos da província.....	268
Imagem 28 - Teatro de Operações.....	278
Imagem 29 - Atestado de saúde falso - substituição	306
Imagem 30 - Marcha do 2º Exército.....	339
Imagem 31 - Teatro da Guerra no primeiro ano da ofensiva aliancista	342
Imagem 32 - Luiz Alves de Lima e Silva – marquês de Caxias.....	345

Imagem 33 - Manuel Luís Osório.....	354
Imagem 34 - Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo	356
Imagem 35 - Joca Tavares e Chico diabo.....	362
Imagem 36 - De São Borja a Itati	375
Imagem 37 - Crimes Cometidos na província entre 1856-1865.....	417
Imagem 38 - Marca d'água das correspondências oficiais de Pedro de Abreu.....	431
Imagem 39 - Tenente paraguaio prisioneiro em Uruguaiana	461
Imagem 40 - Soldado paraguaio prisioneiro em Uruguaiana.....	476
Imagem 41 - Soldado paraguaio fotografado em Porto Alegre.....	477

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Mortos e Feridos no assalto a Paysandú.....	106
Tabela 2 - Relação de oficiais uruguaiois do ataque a Jaguarão	110
Tabela 3 - Militares necessários para o Exército 1865-66.....	188
Tabela 4 - Efetivo e destinos da Guarda Nacional do RS em agosto e abril de 1865	199
Tabela 5 - Exército em Operações no Rio Grande do Sul.....	200
Tabela 6 - Mapa da força da Guarda Nacional do Sul em abril de 1866.....	202
Tabela 7 - Forças da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul no 1º Corpo do Exército....	203
Tabela 8 - Navios da Cia Brasileira de Paquetes fretados entre 1864 e 1868	256
Tabela 9 - Navegação de longo curso, de cabotagem e interna do RS - 1858-59	266
Tabela 10 - Relação de orientais dispensados da Guarda Nacional	293
Tabela 11 - Engajamentos pela Comissão Patriótica do 1º distrito de Porto Alegre.....	297
Tabela 12 - Substituições feitas pela Comissão Patriótica - 2º Distrito Porto Alegre.....	297
Tabela 13 - Engajamentos feitos Comissão Patriótica - 2º distrito Porto Alegre.....	298
Tabela 14 - Arrecadação feita pela Comissão Patriótica do 1º Distrito de Porto Alegre... 299	
Tabela 15 - Arrecadação de verba para engajar “voluntários”	300
Tabela 16 - Cor da pele dos alforriados.....	309
Tabela 17 - Número de alforrias por período	310
Tabela 18 - Origem dos alforriados do interior e da capital.....	311
Tabela 19 - Cativos libertos pela Comissão Patriótica do 1º Distrito de Porto Alegre	317
Tabela 20 - Libertos engajados pela Comissão Patriótica 2º distrito Porto Alegre.....	320
Tabela 21 - Substitutos recusados	324
Tabela 22 - Liberações de praças no 2º Exército.....	332
Tabela 23 - Liberações de oficiais no 2º Exército	333
Tabela 24 - Praças reunidas por Comandantes Superiores, para o 3º Corpo.....	354
Tabela 25 - Praças reunidas por oficiais da Guarda Nacional, para o 3º Corpo.....	361
Tabela 26 - Deserções no 2º Corpo do Exército.....	368
Tabela 27 - Desertores enviados para a marinha.....	386
Tabela 28 - Militares mortos na batalha de São Borja de do Botuí.....	396
Tabela 29 - Viúvas e descendentes de militares mortos em São Borja	397
Tabela 30 - Pessoas da vila de Itaqui emigradas quando da invasão paraguaia.....	403
Tabela 31 - Pessoas da vila de Uruguaiana emigradas quando da invasão paraguaia.....	404
Tabela 32 - Pedidos de indenizações de moradores da vila de Itaqui	408

Tabela 33 - Tentativas de insurreição, no RS, 1863-1870.....	425
Tabela 34 - Número de praças informados por Bento Martins, no 17º Corpo Provisório .	429
Tabela 35 - Compra de cavalos e mulas por Antônio de Mello e Albuquerque.....	438
Tabela 36 - Fornecimento do Exército, em marcha ou acampada – 1º contrato	454
Tabela 37 - Tabela substitutiva, para fornecer em povoado, beira mar ou beira rio	454
Tabela 38 - Fornecimento do Exército - 2º Contrato.....	456
Tabela 39 - Paraguaiois prisioneiros residentes em São Gabriel.....	470
Tabela 40 - Localização dos prisioneiros paraguaiois 1868.....	479
Tabela 41 - Prisioneiros paraguaiois no Rio de Janeiro	482
Tabela 42 - Paraguaiois existentes em Porto Alegre após o fim da guerra	484

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Alforrias no interior do Rio Grande do Sul.....	307
Gráfico 2 - Motivos das alforrias.....	313
Gráfico 3 - Desertores – profissões	389
Gráfico 4 - Localização a que pertenciam os desertores	390
Gráfico 5 - Compra de animais por ano, no Rio Grande do Sul	443

Lista de Abreviaturas

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

CCPM – Centro Cultural Pedro Marini

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo 1 - História esquecida: o Rio Grande do Sul na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai	22
1.1 A Historiografia Rio-Grandense e a Guerra da Tríplice Aliança.....	24
1.1.1 Historiografia ufano-regionalista.....	26
1.1.2 Historiografia revisionista e nova historiografia crítica.....	31
1.1.3 Histórias temáticas do Rio Grande do Sul	34
1.1.4 História ignorada	35
1.2 Interpretação do conflito pelas diferentes correntes historiográficas.....	36
Capítulo 2 - Formação socioeconômica rio-grandense e as primeiras guerras no Prata.....	56
2.1 Fixação da base econômica e da apropriação do território	63
2.3 Hegemonia regional.....	67
Capítulo 3- A gênese de um conflito: O Rio Grande do Sul e a invasão ao Uruguai (1863-1865)	69
3.1 Denúncias de desrespeito ao Uruguai – documentação diplomática	75
3.2 Intervenção diplomático-militar	83
3.2 Uruguai, o terror imperial: Imobilidade, frio, chuva, doenças e nada de combates.....	113
Capítulo 4- Invasão paraguaia: tragédia anunciada em uma província desgovernada.....	120
4.1 David Canabarro, o anti-herói imperial	130
4.1.1 Atuação de Canabarro antes da invasão	133
4.1.2 Ações de Canabarro após a invasão.....	144
4.2 Entre avaliações positivas e negativas	149
4.3 O governo provincial, comprometido com os liberais.....	169
Capítulo 5. - Estrutura militar do Rio Grande do Sul: a preparação para a guerra	181
5.1 Forças da província.....	181
5.1.1 Exército de Primeira Linha.....	183
5.1.2 Guarda Nacional.....	190
5.1.3 A Guarda Nacional rio-grandense na Guerra contra o Paraguai.....	195
5.1.4 Voluntários da Pátria	222
5.1.5 Força naval	236
5.2 Quartéis e armas	240
5.2.2 Estrutura viária	256
Capítulo 6- Ir à Guerra, viver a guerra e sofrer a guerra!	274
6.1 Por oportunidade ou por falta de opção	277
6.2 Estrangeiros nas fileiras imperiais	286
6.3 Substituição: terceirizando a morte na guerra contra o Paraguai	293
6.3.1 Libertação de cativos para a guerra	301
6.4 A vida nas fileiras militares	325
6.5 Formação do 2º e 3º Corpos do Exército	335
6.5.1 Formação e marcha do 3º Corpo do Exército	344
Capítulo 7 – Resistência: deserções nas fileiras imperiais	363
7.1 Do Uruguai a Uruguaiana.....	365
7.2 Na ofensiva imperial.....	372

7.3 Oposições e acobertamento de desertores	375
7.4 O destino dos desertores	382
Capítulo 8 - Os impactos da guerra no Rio Grande do Sul.....	392
8.1 Pensões	393
8.2 Indenizações	404
8.3 Insegurança pública em época de guerra	414
8.3.1 Insurreições	421
8.4 Gastos públicos, desperdício e corrupção.....	425
8.4.1 A comissão de compra de cavalos de Antônio de Mello e Albuquerque.....	435
8.5 Em benefício próprio: as irregularidades com dinheiro público	443
8.6 Os fornecedores do Exército.....	447
8.7 Prisioneiros de Guerra	458
Conclusão	485
Referências	488
Fonte.....	499
Cronologia Geral	503

INTRODUÇÃO

O jovem Alexandre conquistou as Índias sozinho? César venceu os gauleses. Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço? Quando a sua armada se afundou, Felipe da Espanha chorou. E ninguém mais? Frederico II ganhou a guerra dos sete anos. Quem mais ganhou (...)

(Bertolt Brecht)

O ser humano é produto da sociedade em que vive e é agente da sua transformação, mesmo quando dela não toma consciência. O historiador, na prática de seu ofício, deliberadamente ou não, assume uma postura que reflete sua ideologia e sua posição no mundo, pois inexistente posicionamento não ideológico.

Nosso trabalho é balizado pelo entendimento de que:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homens livres e escravos, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária, ou pela destruição das duas classes em luta.¹

Na história do Brasil, desde a chegada do *colonizador* europeu e da conquista do território, verificou-se uma intensa luta das camadas subalternizadas, indígenas, trabalhadores escravizados, homens e mulheres pobres, contra as classes proprietárias. A historiografia crítica, comprometida com a história dos povos, tem demonstrado ao longo do tempo que a apropriação do território não se deu sem violência e que os setores subalternizados não aceitaram pacificamente a exploração e a submissão.

Eventos como revoltas, conspirações, motins, sublevações etc., reprimidos pelas *autoridades* luso-brasileiras, insinuam como se deu, no Brasil, sobretudo durante a Colônia e o Império, a luta dos oprimidos. A luta da confederação dos quilombos de Palmares, no atual Estado de Alagoas; a Revolta dos Malês, na Bahia; a Revolta dos Cabanos, no Norte, entre outros, exemplificam a resistência e a luta de classes.²

A presente pesquisa assume a perspectiva teórica e metodológica da concepção totalizante da História. Entendemos que uma análise histórica mais global nos permite maior compreensão do processo enquanto totalidade. Com esse estudo, pretendemos

¹ MARX & ENGELS. *Manifesto Comunista*. Edição Ridendo Castigat Mores, versão para eBook. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em jun. 2016.p.7.

² CARNEIRO, Edson. *Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político no Brasil*. Vol.1. 10ed. São Paulo: O Globo, 2000. ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um Povo*. Belém: Imprensa oficial, 1984.

analisar de que formas a Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai, aqui entendida desde os eventos de intervenção imperial no Uruguai, que lhe originaram – 1863-1870 –, interferiu na então província do Rio Grande do Sul. Quais teriam sido as consequências políticas, econômicas e, sobretudo, sociais desse evento na região? Interessou-nos analisar o impacto daquela guerra na vida dos cerca de quatrocentos mil sul-rio-grandenses de então. Como os distintos setores daquela sociedade receberam o conflito e viveram seu prolongamento e suas determinações.

O conflito contra o Paraguai é acontecimento central na história diplomática, política, social, econômica e militar do Segundo Reinado e o Rio Grande do Sul teve enorme destaque nele. A exigência da invasão da República do Uruguai, em 1863, ação que desencadearia o conflito contra o Paraguai, partiu dos criadores escravistas sul-rio-grandenses liberais do meridiano da província sulina e do norte do Uruguai.³

Milhares de homens

Nos cinco anos de guerra, participaram mais de cem mil combatentes imperiais, com grande destaque para os do Rio Grande do Sul.⁴ Proporcionalmente à sua população – em torno de 450 mil habitantes –, a província sulina foi de longe a que maior contingente forneceu na guerra contra o Uruguai e o Paraguai. O Rio Grande teria enviado 24 % de todas as forças para a guerra, enquanto sua população era de 4% do total do Império.⁵ O 2º Corpo do Exército, por exemplo, constituído em Uruguaiana, no final de 1865, e parcialmente aniquilado em Curupaty, foi composto em grande parte por rio-grandenses.⁶ Assim como o 3º Corpo, formado quase exclusivamente na província.⁷

Durante a guerra defensiva, em que as forças imperiais tentavam com dificuldades conter o avanço paraguaio sobre seu território, o Rio Grande do Sul consolidou-se como zona bélica. A invasão paraguaia se deu pela fronteira de São Borja. Os chefes militares da província encontraram problemas de ordem organizacional, material, política e social

³ E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*: Brasil 1864-1870. Vol.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.p.25.

⁴ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010. p.51., Vol. 2,

⁵ DOCCA, E. F. de Sousa. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Brasil, 1954.p.224.

⁶ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O comando do Osório. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. Vol.2, p.51.

⁷ FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo, na segunda sessão da 12ª Legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1867.p.8.

para conter a progressão das forças invasoras.⁸ A convocação de milhares de rio-grandenses, para o Exército ou para a Guarda Nacional, causou, na província, desequilíbrios políticos, sociais e econômicos de monta ainda não avaliada.⁹

Em junho de 2014, defendemos dissertação de mestrado, pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo – PPGH UPF, que tinha como recorte temático a guerra ofensiva do Exército da República do Paraguai sobre o Rio Grande do Sul, com o título “Longe da Pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana”.¹⁰ Naquele trabalho, procuramos analisar as dificuldades encontradas pelo exército invasor, com destaque para o contexto social paraguaio de então. Analisamos, em forma sintética, a conformação social do Paraguai, os possíveis interesses ou desinteresses dos distintos estratos sociais em relação ao conflito que se avizinhava etc. Propusemos que o Exército Paraguaio, ao invadir o Rio Grande do Sul, expressou, em forma indireta e direta, as tensões e contradições da sociedade paraguaia, que contribuíram para o insucesso daquela operação militar.

Rio Grande como base militar

Após desfecho da invasão paraguaia, com a capitulação daquele exército, em 1865, em Uruguaiana, o Rio Grande do Sul serviu de base militar para as ações em território paraguaio.¹¹ A província livrou-se dos invasores, mas não da guerra. Dezenas de milhares de homens seriam recrutados. A resistência popular ao recrutamento, sobretudo na fase ofensiva imperial, não foi pequena. Muitos combatentes desertavam. Escondiam-se dos recrutadores e eram procurados nos mais distintos rincões da província. Os quilombos rio-grandenses se encheram de desertores.¹²

Do ponto de vista político, a guerra contribuiu para acirrar as disputas pelo poder entre os partidos Liberal, Conservador e Progressista. Sob pretexto da guerra, o governo imperial interferiu diretamente na política rio-grandense: adiou eleições e mudou o governo provincial para facilitar a formação do 3º Exército, em 1866. A essa época, os

⁸ GAY, Cônego João Pedro. A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai. Comentada e anotada pelo major Souza Docca. Caxias do Sul: EdUCS, 1980.p.34-35.

⁹ Cf. MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF editora, 2010.

¹⁰ JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana*. Porto Alegre: FCM, 2015.

¹¹ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Ob.cit., T.V. p.128.

¹² Ver: MAESTRI, Mário. Pampa negro: Agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. Revista de História SAECULUM, n°25; João Pessoa, jul./dez.2011.Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/issue/view/1099>. Acesso em 03 out. 2017.

liberais rio-grandenses, após terem exigido, no Rio de Janeiro, que o Uruguai fosse invadido, desinteressavam-se e se opunham à guerra, questão ainda pouco estudada.¹³

A Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai e a participação nela, do Rio Grande do Sul é escassamente abordada pela historiografia regional. Salvo reservas, os principais nomes da historiografia tradicional do Rio Grande do Sul não dedicaram, em suas obras, quase espaço àqueles importantes acontecimentos. Existem exceções, sobretudo no que se refere a trabalhos temáticos - os alemães, a Guarda Nacional etc.¹⁴ Destaque-se, nesse vazio historiográfico o ambicioso projeto do historiador Mário Maestri de escrever história geral do conflito, em quatro tomos, já publicados em português e espanhol.¹⁵

Nas histórias gerais sobre o Rio Grande do Sul, o tema candente ocupa apenas alguns parágrafos, quando muito. Um estudo sistemático sobre a participação no conflito e as consequências dela no Rio Grande do Sul, tema desta tese de doutoramento, não foi produzido até agora. Há um enorme desequilíbrio entre a importância dos fatos e sua retenção pela historiografia sul-rio-grandense.

No intuito de aprofundar o entendimento geral e particular sobre assunto tão intenso e cativante, nos propomos, como investigação para a tese de doutorado, ampliar o recorte temporal, abrangendo desde os primórdios da retomada da ingerência imperial no Uruguai. Quanto ao recorte temático, procuramos restringir a pesquisa ao envolvimento do Rio Grande do Sul no conflito. Recorte este que não se limita às fronteiras físicas da então província. Para tanto, dividimos a pesquisa em oito capítulos.

Historiografia

O primeiro capítulo é a tentativa de, a partir da historiografia rio-grandense, entender seus avanços e limites, no relativo ao nosso tema. Trata-se de uma análise dos livros de história geral e de história temática do Rio Grande do Sul, para empreender estudo do seu conteúdo e forma. Com a bibliografia ora escolhida percebemos que apesar das semelhanças com a historiografia nacional, há particularidades na produção regional

¹³ CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. pp.

¹⁴ Por exemplo: BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Canoas: Editora Hilgert, 1968; FERTIG, André. *A guarda nacional do Rio Grande do Sul nas Guerras do Prata: 1850-1873*. POSSAMAI, Paulo Cezar. [Org.] *Gente de guerra e fronteira*. Pelotas: EdUFPEL, 2010.

¹⁵ MAESTRI, Mário. *Paraguai: República Camponesa (1810-1865)*. Porto Alegre: FCM, 2014; Idem. . *Mar del Plata Dominação e Autonomia no Sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai (1810-1864)*. Porto Alegre: FCM, 2016; Idem. o. *Guerra sem fim: a Tríplice Aliança contra o Paraguai: a campanha ofensiva (1864-1865)*. Passo Fundo: FCM, 2017.

que refletem o domínio ideológico das classes hegemônicas sobre a historiografia. Há, no entanto, grande esforço, de historiadores de viés crítico, para melhor compreender aqueles fenômenos.

No segundo capítulo, apresentamos um pouco da história do Rio Grande do Sul desde antes do processo da ocupação europeia, passando pela ocupação missioneira na metade oeste do hoje estado do Rio Grande do Sul. Também discutimos o estabelecimento da base econômica regional através da exploração mercantil do gado chimarrão da região. Um processo que circunscreveu as ambições geopolíticas da Coroa portuguesa em disputa com a espanhola pela posse do meridião da América, o que fomentou a ocupação lusitana e a distribuição de terras na região para homens que pudessem produzir e proteger o lugar das incursões castelhanas. Com isso, estabeleceu-se o modelo de propriedade latifundiária no Rio Grande do Sul, apenas mesclado mais tarde com as pequenas propriedades coloniais camponesas europeias.

A apropriação regional seguiu-se à expropriação do território das missões jesuítico-guaranis onde, mais tarde, grandes fazendas de criação de gado foram organizadas. Aos poucos, a produção do charque para abastecer mercados escravistas movimentou ainda mais a criação do gado e, para expandi-la, era necessário expandir o território explorado. Por isso, no contexto das guerras pela independência na região platina, proprietários sulinos agindo em nome da coroa lusitana e por interesses próprios se apossaram de terras na Banda Oriental, quando da anexação daquele território, passando a nomeá-lo Província Cisplatina – 1821-1828. Essas intervenções de proprietários de terra, gado e trabalhadores escravizados além da fronteira meridional sulina continuaria mesmo após a independência do Uruguai. Acreditamos que essa relação conturbada entre proprietários sul-rio-grandenses e os governos uruguayos foi um dos elementos da gênese do conflito contra o Paraguai.

Já no terceiro capítulo, tratamos sinteticamente as razões que levaram o Império do Brasil a voltar seus interesses novamente para o Prata. Durante o período da Regência – 1831-1840 – o governo central esteve envolvido em debelar as diversas rebeliões em províncias do Império, algumas delas assumindo nítido caráter de luta social, como a dos cabanos, no Pará. Após pacificado essa rebelião, inclusive devido a paz entre farroupilhas e legalistas, os governos imperiais, sobretudo liberais, assumiram o comando do Ministério, voltavam-se com maior ou menor intensidade para as questões platinas.

Em 1851-52, exércitos aliados do Império do Brasil e das províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes venceram as tropas do Uruguai, de Manuel Oribe, e da

Argentina, de Juan Manuel de Rosas. Essa vitória, que forçou o governo uruguaio a assinar acordos amplamente desfavoráveis ao seu país, em benefício dos criadores e charqueadores rio-grandenses, associada à vitória do unitário Bartolomé Mitre sobre os federalistas argentinos, em 1861, estabeleceu novas bases para o projeto de conquista do Império na região.

Múltiplos interesses

A vontade de retomada dos acordos de 1851, já vencidos; os interesses imperiais em estabelecer limites definitivos com a República do Paraguai; a vontade de Venancio Flores de governar o Uruguai após se refugiar em Buenos Aires e a decisão da oligarquia de Buenos Aires em submeter completamente as províncias federalistas e abocanhar o Paraguai são elementos fundamentais para entendermos o início da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Facções proprietárias do Rio Grande do Sul com fazendas escravistas no norte do Uruguai contribuíram com armas e homens para a vitória de Venancio Flores contra as forças do governo *blanco* oriental.

O quarto capítulo, *Invasão paraguaia: tragédia anunciada em uma província desgovernada*, é abordagem um pouco mais detida da interpretação realizada durante a dissertação de mestrado sobre os eventos que levaram à invasão do Rio Grande do Sul pelas tropas paraguaias. Agora com a análise focada nos atores que deveriam fazer a defesa do território e não mais em quem atacava. Percebemos nesse processo as contradições da sociedade imperial e sulina da época. A existência, na província, de uma Guarda Nacional numerosa, superando numericamente em muito as forças invasoras, não foi suficiente para impedir a entrada paraguaia por São Borja e sua marcha até Uruguaiana.

Analisamos a participação de cada um dos principais responsáveis pela defesa da província, David Canabarro, comandante da Primeira Divisão Ligeira que deveria ser a principal oposição aos invasores, pois estava localizado na zona bélica durante os acontecimentos. Velho liberal e ex-farroupilha, somente foi nomeado comandante daquela divisão para escapar da marcha para o Uruguai, já tendo recebido ordens.

Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, parecia estar mais preocupado com seus negócios de venda de cavalos e bois para o próprio exército do que na proteção da Fronteira Sul, que, aliás, não estava ameaçada. Chegou tarde demais à zona de combate. João Marcelino de Souza Gonzaga, presidente da Província se opôs a formação de novos corpos da Guarda Nacional desde o início. Ele não era militar; estava envolvido com a

resolução de questões políticas e pouco sabia da situação na fronteira. Por isso, não ordenou, apenas transmitia ordens do governo imperial e deixava as decisões para os comandantes militares.

Não comandava

Por último, João Frederico Caldwell, comandante das Armas da Província, militar experiente, desde a época da guerra dos farrapos, se intimidou diante de Canabarro e do barão do Jacuí, ao invés de ordenar, preferiu chamar conselhos de guerra para decidir as ações, nos quais era sempre derrotado por Canabarro. Enfim, uma estrutura pré-nacional que não foi capaz de transformar sua superioridade numérica em vitória.

No quinto capítulo, *Estrutura militar da província: a preparação para guerra*, aprofundamos os problemas estruturais da província, parte da estrutura geral do Estado pré-nacional imperial e de todas as dificuldades advindas desta última. Os principais responsáveis pela defesa extremamente deficiente da província, que acabamos de citar, defendiam-se sobretudo afirmando que o ataque os pegara de surpresa e por isso não conseguiram agir a tempo. Justificativa que não se sustenta nos fatos, visto que desde final de 1864 já circulavam informações oficiais de que o Paraguai atacaria o sul do Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, em função da intervenção imperial militar no Uruguai.

Nesse sentido, a guerra sempre foi esperada pelas autoridades imperiais. O próprio David Canabarro, em princípios de 1865, advertia ao governo provincial sobre a possibilidade de ataque paraguaio naquela fronteira. Outra questão abordada é a falta de homens para guerrear. Acabamos de propor que a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul era muito superior numericamente ao Exército Paraguaio invasor. Aquela força, mal armada, malvestida e mal alimentada, com soldos atrasados, era ao invés de solução, parte do problema pela defesa da província. Além disso, a região contava com uma pequena força do Exército, pois o grosso das tropas estava estacionado no Uruguai. Já no início do conflito, o Rio Grande do Sul tinha condições de fornecer milhares de homens à guerra, no entanto não o fez.

No capítulo seis, *Ir à Guerra, Viver a guerra e sofrer a guerra!* apresentamos, discutimos, analisamos e concluímos a abordagem das diversas circunstâncias em que rio-grandenses foram levados àquele conflito. Discutimos os alistamentos de quem, vendo nele oportunidade de ascender socialmente através do arrolamento, *voluntariou-se* para o conflito. Prática não incomum entre as camadas remediadas da população rio-grandense de então, que acreditavam em uma guerra rápida. O engajamento como

manutenção das condições de sobrevivência também é discutido. Rio-grandenses empobrecidos, arrolavam-se para sobreviver, obrigando-se a viver os horrores da guerra.

O Rio Grande do Sul, lindeiro do Uruguai e da Argentina, foi lugar, sobretudo nas fronteiras, de grande circulação de indivíduos de diversas nacionalidades. Esse trânsito fácil de pessoas, de um lado a outro das linhas divisórias, contribuía para que as populações de ambos se confundissem. Não foi incomum estrangeiros alistados nas fileiras dos batalhões da Guarda Nacional criados no Rio Grande do Sul. Muitos deles, involuntariamente. Colonos de origem alemã, retirados de seus afazeres, preenchiam também os corpos da Guarda Nacional criados na província.

Alforrias

Cruzando importante documentação das cartas de alforrias, lavradas no Rio Grande do Sul durante o conflito, com documentos de outras naturezas, elaborados pelo governo imperial e pelos corpos militares, abordamos a remessa de cativos e libertos para o conflito. A generalização do uso de “substitutos”, como alternativa da classe proprietária para fugir da participação física no conflito que ela mesmo provocou, é amplamente tratado. Somente do Rio Grande do Sul, centenas de trabalhadores escravizados receberam carta de alforria condicionada a sentar praça para ir participar na guerra. Após a derrota imperial, em Curupayty, em setembro de 1866, o volume de alforriamentos condicionais para tal fim cresceram consideravelmente.

Desde 1863, quando do início das ações militares no Uruguai, provocadas pela invasão de Venancio Flores, milhares de homens armados pelos estancieiros rio-grandenses participaram das ações militares floristas contra o governo constitucional blanco. Do início desse envolvimento, até 1º de março de 1870, quando da morte do presidente paraguaio Francisco Solano López, a guerra foi um grande tormento para a maioria dos cerca de 450 mil habitantes do Rio Grande do Sul. A província esteve no centro dos acontecimentos iniciais e se configurou como zona bélica ao ser invadida, em 1865; como base de apoio à invasão do território paraguaio, a partir de 1866, e, sempre, sobretudo, como a grande fornecedora de homens para a guerra.

Os cerca de 35 mil rio-grandenses enfileirados nos exércitos imperiais e aliado tiveram que viver na pele os horrores da vida em campanha. A falta de organização administrativa levava a falta de fornecimento para a alimentação da tropa e de fardamento adequado para o rigor do frio e da chuva, ao atraso do soldo, inclusive como forma premeditada de *economizar* com os que morressem ao longo da campanha. Além disso,

as doenças dizimaram milhares de vidas, desde o começo da guerra, ainda no Uruguai. Além dos combates contra uma tropa mal armada, mas aguerrida.

Dos três corpos do Exército criados para enfrentar o Paraguai, dois quase exclusivamente com efetivos do Rio Grande do Sul. O 2º Corpo do Exército, criado logo após a rendição paraguaia em Uruguaiana, foi composto com as forças que guarneciam a província e que não foram capazes de evitar a invasão. Aquele exército foi entregue ao general Manuel Marques de Sousa, barão de Porto Alegre, que o conduziu ao Paraguai. Em 22 de setembro de 1866, os aliancistas amargaram a pior derrota daquela campanha, em Curupayty. Milhares de soldados foram mortos ensejando abalo geral das forças invasoras.

Daquele momento em diante, houve ampla reorganização no comando da guerra. O visconde de Tamandaré, então comandante da Armada foi substituído. Realizou-se a unificação dos comandos de todas as forças imperiais no conflito. Nomeou-se Luiz Alves de Lima e Silva – o marquês de Caxias – para comandar as forças imperiais. Formou-se, no Rio Grande do Sul, o 3º Exército, sob o comando de Manuel Luís Osório. Formação que contou com grande resistência da população e de setores da classe proprietária, já em franca oposição ao conflito.

Sem consenso

No sétimo capítulo, *Resistência: deserções nas fileiras imperiais*, tratamos da oposição consciente e inconsciente oferecida aquele conflito. A proposta da historiografia nacionalista e ufano-regionalista, de patriotismo geral, sobretudo no início da guerra, é discutida neste capítulo. Desde os primórdios do conflito, no Uruguai, o número de deserções nas forças imperiais foi alto. Com o passar do tempo, ele apenas se intensificou. Quando finalizada a campanha no Uruguai e livre a província da invasão paraguaia, a resistência ganharia *aliados* impensados, ou seja, setores da classe proprietária que desinteressados no conflito em terras distantes de seus interesses, se opuseram ao recrutamento maciço praticado no sul. Por fim, apoiados sobretudo na documentação primária, buscamos compreender as motivações e os destinos dos desertores.

Por fim, no oitavo capítulo: *Os impactos da guerra no Rio Grande do Sul*, analisamos, com base em farta documentação, de que forma aquele conflito representou alteração na vida da população da então província. Tendo o Rio Grande do Sul enviado milhares de homens à guerra, muitos dos quais ou morreram ou tiveram limitações físicas em decorrência de batalhas, não foram poucos os pedidos de pensões. As concessões

eram, no mais das vezes, dificultadas às pessoas com poucos recursos. Muitos não conseguiriam. Dificuldades em acessar as repartições do governo para reparar danos ocorreu também no relativo às indenizações por possíveis danos causados às propriedades quando da invasão. Nesse capítulo, retratamos os prováveis prejuízos causados na fronteira do rio Uruguai, bem como a agilidade das classes endinheiradas em requerer indenizações.

Neste capítulo, também abordamos a situação da “criminalidade” no Rio Grande do Sul, em época de guerra. Enquanto milhares de homens estavam nos campos de batalha, havia grande preocupação, sobretudo das camadas endinheiradas, de que o momento propiciasse roubos, fugas de prisões e rebeliões de cativos. Não à toa, muitos guardas nacionais, seriam refratários ao conflito sob justificativa de não deixarem suas casas e famílias sem proteção. Uma das alternativas encontradas pelo governo, em resposta aos anseios daqueles setores, foi remover muitos presos das cadeias, sobretudo da capital, para o presídio de Fernando de Noronha e, mais tarde, oferecer “liberdade” aqueles que, cumprindo pena, aceitassem seguir para algum corpo do exército no Paraguai.

O período foi de grande agitação nas senzalas. O início do conflito no Uruguai desencadearia sucessivas tentativas de insurreições de cativos, na maioria das vezes fracassadas. Uma delas, em 1868, teria a participação de prisioneiros paraguaios que residiam em Porto Alegre. Prisioneiros esses que estavam espalhados pelo território riograndense, muitos trabalhando em fazendas ou casas de oficiais da Guarda Nacional. O governo imperial nunca soube, nem quis saber, de fato, o destino daqueles prisioneiros de Uruguiana. Com o tempo, a maioria teria se misturado à população sulina.

Enfim, nossa tese pretende contribuir com a historiografia rio-grandense, brasileira e platina sobre o conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai, naquilo que julgamos ser um dos grandes vazios historiográficos sobre aqueles acontecimentos, a participação do Rio Grande do Sul. Não temos a pretensão de finalizar as discussões, mas, pelo contrário, de abrir novas possibilidades de investigações. Passados 150 anos de seu término, a história da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai está ainda sendo escrita.

Capítulo 1 - História esquecida: o Rio Grande do Sul na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

A guerra contra o Paraguai foi e é, sobretudo nos países que dela participaram, alvo de constante debate ideológico, no campo historiográfico. No Brasil, várias correntes de pensamento se dedicaram a explicar o conflito. O historiador Mário Maestri, em análise circunstanciada, conceituou as distintas fases dessa produção. Segundo ele, em seguida ao após-guerra, ou mesmo no seu decorrer, se desenvolveu uma verdadeira “*historiografia de trincheira*”. Escrita basicamente por ex-combatentes que, ao viverem o conflito, a descreveram, segundo suas concepções de mundo. Entre essas obras está *Reminiscências da campanha do Paraguai*, de Dionísio Cerqueira.

Nas décadas seguintes, historiadores, sobretudo, militares, desenvolveram uma historiografia de viés *nacional-patriótica*, caracterizada pela defesa incontestada das ações e das razões imperiais. Essa corrente reafirmou a “culpabilidade” do governo paraguaio pelo início do conflito, muitas vezes definindo o marechal Francisco Solano López como “monstro”, “sanguinário”, “ditador” etc. Outra característica dessa historiografia é a narrativa cronológica dos acontecimentos, com muitas datas, nomes e fatos, com destaque para os militares, e pouca análise e argumentação sobre razões e consequências do conflito. Em regra, ela cultua os grandes *heróis* militares nacionais, oficiais graduados.

Na década de 1970, durante a ditadura militar, em contraposição a essa historiografia, e buscando re-interpretar os acontecimentos, o jornalista Júlio José Chiavenato, militante de esquerda, escreveu *Guerra do Paraguai: genocídio americano*. Obra de divulgação histórica de caráter “revisionista”, analisou o conflito contra o Paraguai sob a ótica desse país e dos interesses imperialistas da Inglaterra.

Segundo Chiavenato, à época do conflito, o Paraguai estava em franco desenvolvimento, se industrializando. Seria um país sem analfabetos e uma ameaça aos interesses ingleses na região. A obra, apesar dos importantes tropeços historiográficos, conheceu imenso sucesso e teve grande importância, sobretudo por contestar as explicações nacionalistas e expor a crueldade de muitos dos ditos *heróis* pátrios contra o povo paraguaio, quando da invasão daquele país. Ela ensaiou igualmente abordagem sociológica dos fatos. Apesar disso, suas teses foram, aos poucos, perdendo validade historiográfica. Esse trabalho e o seu autor foram duramente combatidos pelos ideólogos da Ditadura Militar e do Exército, não por suas graves limitações, mas por seus acertos.

Mais recentemente, em 2002, o historiador acadêmico e professor do curso de formação de diplomatas do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores,

Francisco Monteoliva Doratioto, escreveu obra de viés *restauracionista* sobre o conflito. Publicada para ser a última palavra no assunto, a obra *Maldita Guerra: a nova história da guerra do Paraguai* retomou e modernizou as teses da historiografia nacional-patriótica em claro esforço de escrever a história oficial do conflito.¹⁶

Características próprias

A historiografia do Rio Grande do Sul sobre a guerra é, no geral, lacunar. Parte dela se assemelha à corrente *nacional-patriótica*, com uma peculiaridade, a questão regionalista, presente em grande parte das obras gerais analisadas. No Rio Grande do Sul, essa historiografia assume caráter *ufano-regionalista*, com extrema valorização dos militares sulinos que tomaram parte na guerra. Em especial os ex-farroupilhas, *endeusados* como grandes heróis que outrora lutaram contra os desmandos do Império e naquele então a ele se juntava para defender e vingar o solo rio-grandense invadido. A província é descrita como terra de heróis, lugar quase mítico, de homens valentes e destemidos. Outra característica dessa narrativa histórica é a ênfase nos acontecimentos puramente militares, com pouca ou nenhuma apreensão crítica sobre os fatos.

Essa historiografia, no geral, apresenta e interpreta os acontecimentos do conflito, em dois distintos momentos: a *ofensiva* e *defensiva* ou, postura de *ataque* e de *trincheira*. No que diz respeito às causas da guerra, o Paraguai e seu governo são os principais alvos. A historiografia *ufano-regionalista*, como se revivesse a guerra, agora na esfera das ideias e versões, assume postura *ofensiva*, atacando os paraguaios e o presidente Francisco Solano López, descrito como “sanguinário”, “ditador”, “cruel”, sedento por fama e poder etc. Ele é responsabilizado por agredir e invadir o território imperial sem declaração de guerra. A narrativa é assimétrica, o maior espaço é reservado à crítica.

Paradoxalmente, a interpretação *ofensiva* na discussão dos procedimentos do governo paraguaio, assume postura *defensiva* quando se trata da atuação dos principais expoentes militares rio-grandenses, que deveriam proteger a província sulina. Quase ignorados, a invasão, suas causas e seus responsáveis são tratados por essa historiografia em breves linhas, no mais das vezes, evasivas. David José Martins Canabarro [1796-1867], o grande responsável pelo sucesso paraguaio na invasão, abastado fazendeiro ex-farroupilha, é ferrenhamente defendido, quando não propositalmente esquecido. Em

¹⁶ MAESTRI, Mário. Guerra do Paraguai: história e historiografia. Da instauração à restauração historiográfica (1871-2002) em: MAESTRI, Mário. *A guerra no papel: História e Historiografia da Guerra no Paraguai*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013. p. 231 *et seq.*

suma, é uma postura de *entrincheiramento* historiográfico. A vertente *ufano-regionalista* é a expressão de valores e de tradições inventadas pelos ideólogos das classes dominantes regionais, conscientes ou inconscientes.

A crítica velada ou aberta ao Império, antigo inimigo dos republicanos farroupilhas, está presente em algumas dessas obras. A crítica é conservadora, não problematiza o mérito da guerra, suas causas e responsáveis. É uma apreciação, sobretudo, quanto aos pretensos prejuízos que a guerra causara ao Rio Grande do Sul e sua classe proprietária.

A quase totalidade desses historiadores furta-se a analisar as causas mais profundas do conflito, desconsiderando o farto material disponível sobre interesses do Império e de setores da classe proprietária rio-grandense em atrair aquele país à guerra. No que diz respeito à questão uruguaia e a sua invasão – também sem declaração de guerra – pelo Exército Imperial, há uma naturalização dos acontecimentos, como se a República do Uruguai fosse parte do Império ou tutelada de direito por ele.

No Rio Grande do Sul, a historiografia de viés *revisionista* caracteriza-se por apresentar avanços parciais nas interpretações ufano-regionalistas. Ela rompe com o ideal ufanista de culto aos *heróis* rio-grandenses e, em alguns casos, ensaia uma tímida crítica aos grandes responsáveis pelo desastre da invasão paraguaia. Não é uma historiografia homogênea. Ela carrega influências tanto da historiografia *nacional-patriótica* quanto da *revisionista* brasileira.

Parte desta corrente assimila, sem contestar, que a culpabilidade pelo conflito foi unicamente paraguaia. Essa historiografia tropeça na compreensão integral dos acontecimentos referentes à invasão do Rio Grande do Sul, bem como sua ligação com a situação vigente na região platina. A apreensão do paquete *Marquês de Olinda*, por forças paraguaias, “sem declaração de guerra” é utilizada como argumento. Por outro lado, na maioria das vezes, é naturalizada a invasão do território oriental, igualmente sem declaração de guerra. Parte desta historiografia incorporou a visão revisionista de Chiavenato, de interesses ingleses na destruição do Paraguai; que o país mediterrâneo sul-americano era uma potência industrial e militar em ascensão, um país modelo.

1.1 A Historiografia Rio-Grandense e a Guerra da Tríplice Aliança

A primeira obra, produzida na então província do Rio Grande do Sul, dedicada integralmente à narrativa dos acontecimentos da guerra contra o Paraguai foi escrita e publicada pelo padre franco-brasileiro João Pedro Gay, residente e pároco em São Borja

quando da invasão paraguaia, em junho de 1865 - *Invasão Paraguaia na Fronteira Brasileira do Uruguai*.

Escrito no calor dos acontecimentos, esse trabalho foi publicado primeiro em partes, nos jornais do Império, imediatamente após o ocorrido, e, a seguir, em 1867, pelo IHGB.¹⁷ O relato conheceu sua primeira publicação como livro em 1944, edição anotada por Emílio Fernandes de Sousa Docca [1884-1945], filho do coronel José Fernandes de Sousa Docca um dos poucos defensores de São Borja, quando da invasão. Mais tarde, em 1980, conheceu segunda publicação, pela editora da Universidade de Caxias do Sul e, finalmente, uma terceira, pela Editora do Senado do Brasil, em 2014.¹⁸

O texto, escrito sob o impacto da invasão da vila e da província, presenciada pelo autor, surpreende pela clareza e racionalidade com que expressa sua indignação - a igreja e casa do padre foram saqueadas. Ao anotar a obra, Emílio de Sousa Docca, sentindo-se atingido no brio militar e patriótico pela narrativa da dura realidade que resistia em aceitar, impôs sua versão sobre os fatos, em um sentido claramente *regional-ufanista*.¹⁹ Além de inúmeras anotações aos pontos que julgava incorretos, Emílio de Sousa Docca adicionou doze novas partes (capítulos), uma quase segunda *versão* dos escritos do padre.

Aqueles eventos poderiam ter conhecido outra narrativa se o governo imperial atendesse ao pedido de Francisco Natividade Franco - ao que parece, um dos fundadores do Partenon Literário, de Porto Alegre - de cinco contos de réis para escrever sobre a invasão paraguaia. Em 14 de dezembro de 1865, o Ministério da Guerra informava ao do Império sobre tal pedido.

O peticionante alegava necessitar da quantia para “percorrer as fronteiras de Missões desde São Borja até Uruguaiana, colher os documentos possíveis, tomar notas sobre a invasão inimiga e escrever a sua história”.²⁰ Em anotação ao pé de página, naquele documento, feita possivelmente no Ministério do Império, lê-se que a reivindicação seria levada ao Ministro da Agricultura, a quem cabia o deferimento do pedido. Pedido

¹⁷ MAESTRI, Mário. O singular relato do cônego João Pedro Gay sobre a Invasão Paraguaia da Província do Rio Grande do Sul. Em: MAESTRI, Mário. *A Guerra no Papel*. Ob.cit.pp.142-166.

¹⁸ GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Comentada e anotada pelo major Souza Docca. Caxias do Sul: EdUCS, 1980.

¹⁹ DOCCA, E.F. Sousa. Notas à obra: GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit.

²⁰ ANRJ.I JJ1 706. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério da Guerra para o ministério do Império. 1863-1865.

aparentemente negado e trabalho não realizado, uma vez que não existem registros de uma história sobre aquele conflito, escrita por Francisco Natividade Franco.²¹

1.1.1 Historiografia ufano-regionalista

O pai da historiografia rio-grandense de cunho ufanista é João Cândido Maia, ensaísta, historiador e jornalista. O autor nasceu em Triunfo, Rio Grande do Sul, em 1862, e faleceu em Porto Alegre, em 1944. Coursou, sem completar, a Escola de Guerra de Porto Alegre. Diplomou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro, em 1934. Teria se aposentado como oficial de Órfãos e Ausentes da comarca de Porto Alegre.²² Maia foi inspetor da Instrução Pública, no Rio Grande do Sul, durante os primeiros anos da República.

Sua obra *História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico*, publicada por primeira vez em 1898, estava em consonância com os ideais positivistas implementados na administração estadual por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, quando da instauração da República. A obra conheceria outras edições, a partir de 1900. A 7ª edição, que analisamos é, ao que parece, de 1906. O livro não traz data de publicação. Entre 1898 e 1927, o governo do Estado adotou o livro de João Maia como manual escolar para do ensino da história rio-grandense nas escolas estaduais.²³

Composição de 240 páginas, dividida em quarenta lições, com enorme destaque para as *grandes personalidades*, homens de vulto, ligados às classes proprietárias e supostamente ao ideal republicano, no melhor estilo positivista. As *lições* que narram a guerra contra o Paraguai e a invasão da província tem grande destaque no manual, com 22 páginas, menor apenas que o espaço dedicado à “Revolução de 1835”, com cinquenta páginas.

No subtítulo *Guerra com os orientais – invasão do Rio Grande*, na lição XXXIV, o autor traça o panorama do envolvimento da Província, em especial dos criadores de gado e charqueadores do sul do Rio Grande, com a República do Uruguai. João Maia

²¹BOEIRA, Luciana Fernandes. Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-grandense e os primórdios da escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre: UFRGS, 2009, 196p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17662/000721014.pdf>

²² BREVE BIOGRAFIA DE JOÃO CÂNDIDO MAIA. Disponível em:

<http://bibliotecacoroneljoaomaia.blogspot.com/2010/06/quem-e-mesmo-o-cel-joao-maia-patrono-da.html>
Acesso em 19 de. 2018.

²³ CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. “História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico: um instrumento republicano de construção do imaginário social gaúcho. Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, vol.III, 2006.p.103-104.

retoma narrativa contígua aos fatos, interpretando as reclamações dos rio-grandenses residentes no Uruguai, de suas propriedades estarem “à mercê da vontade discricionária da primeira horda de aventureiros que dela se aproximava”.²⁴ Segundo ele, a vida e a liberdade dos imperiais estavam ameaçadas, não sendo respeitadas pelo o poder público daquele país.

Crítica ao governo imperial

Em sua narrativa, o historiador faz ferrenha crítica ao governo imperial, quanto a sua postura diante das queixas dos rio-grandenses no Uruguai e, posteriormente, pela não resolução de questões com o Paraguai que levaram à guerra. Para o autor, a invasão do Uruguai, o desfecho favorável aos rio-grandenses e, a seguir, a defesa da integridade territorial do Império com vitória na guerra contra o Paraguai, foram júbilos quase exclusivos dos *heróis* sulinos.

Para João Maia, se não fosse pela liderança de Antônio de Sousa Neto, “figura saliente da extinta República Rio-Grandense”, que se deslocou até o Rio de Janeiro para expor ao governo imperial a situação; e pelos pronunciamentos de Ferreira da Veiga e Felipe Nery, em 5 de abril de 1864, na Câmara Federal, o governo imperial não agiria em favor dos rio-grandenses. A viagem de Antônio Neto à Corte e as falas dos deputados liberais, na Câmara, serviram, no contexto de uma decisão já tomada pelo novo governo imperial de intervir no Prata, para galvanizar a opinião pública e formar consenso sobre a iniciativa militar que se avizinhava. Assim, essas atitudes são de importância mais simbólica que real.

Como o próprio título sugere, o texto tem objetivo político-ideológico de ensino cívico republicano à juventude do Rio Grande do Sul. Inspirado na filosofia positivista de Auguste Comte, a obra não poupa elogios aos heróis sul rio-grandenses que lutaram para defender a *honra* e a *integridade* do território sulino e imperial. No texto, as expressões “aguerrida gauchada” e “província heroica” não deixam margem à dúvida quanto ao culto ufanista ao regionalismo.

Responsabilidade do Império

Nas lições seguintes, o autor demonstrou como se deu a invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul, outra vez auferindo responsabilidade ao governo imperial, por terrível

²⁴ MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico*. Porto Alegre: Selbach e Cia, s.d.p.199.

“calamidade de uma invasão vandálica a terras do Rio Grande”.²⁵ Ele propôs que os governos imperiais não se empenharam em resolver as questões platinas de forma definitiva. O autor dividia as responsabilidades pela deflagração do conflito entre o governo imperial e o governo paraguaio. A província meridional e os interesses das suas classes proprietárias não são levados em questão. O Rio Grande do Sul, na visão do autor, foi uma vítima.

O autor insinua uma crítica – não aprofundada – aos chefes militares responsáveis pela proteção da fronteira do Rio Grande do Sul. Crítica minimizada, em seguida, sob a justificativa de falta de recursos humanos e materiais. As responsabilidades pela invasão e as consequências da inação militar na defesa não são abordadas. A soldadesca em geral, a grande maioria dos combatentes, é quase ignorada e os altos oficiais são honrados com pequenas biografias.

Essa historiografia faria escola. Em 1954, foi publicado o livro *História do Rio Grande do Sul*, escrito pelo general Emílio Fernandes de Sousa Docca, edição da Biblioteca do Brasil, da qual analisamos a primeira edição. Ali, o autor reafirmava em forma mais acabada suas anotações à obra de João Pedro Gay. Militar, filho de ex-combatente do conflito, escrevia dez anos antes do golpe civil-militar no Brasil (1964), época em que as forças armadas, em especial o Exército, ensaiavam a tomada de poder político. A obra é tipicamente nacionalista. O autor defende ferrenhamente as forças imperiais, sobretudo os oficiais, minimizando erros e inoperâncias daqueles, quando da invasão paraguaia do Rio Grande do Sul.²⁶

Em 1958, Arthur Ferreira Filho [1889-1996], célebre autor positivista, publicou *História Geral do Rio Grande do Sul*, que conheceu pelo menos outras quatro edições. A edição de 1978 contém 289 páginas, sendo dez dedicadas à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O livro, de fácil leitura, trata brevemente do Paraguai da época de José Gaspar de Francia, abordagem pouco comum na historiografia brasileira, mas compreensíveis em um positivista. A descrição de Arthur Ferreira Filho sobre os acontecimentos seguintes à invasão paraguaia no Rio Grande do Sul está em ordem cronológica dos acontecimentos.

²⁵ MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico*. Ob.cit.p.203.

²⁶ DOCCA, E. F. de Sousa. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit

Pouco crítica

Edição publicada em plena Ditadura Militar no Brasil, o autor elogiou o governante paraguaio expressando que “sua ditadura foi benéfica” para o desenvolvimento do Paraguai.²⁷ O autor, no entanto, não interpreta o caráter popular daquele governo.²⁸ No mais, sua narrativa seguiu o viés *regional-ufanista*, culpando o governo de Solano López pela guerra e isentando o Império do Brasil e os fazendeiros sulinos pela sua deflagração.²⁹

Questões mais sensíveis, como a responsabilidade dos chefes militares imperiais rio-grandenses pela facilidade da invasão foram esquecidas. Quando tratou do tema foi no sentido de criticar veladamente o governo imperial pelas punições contra David Canabarro e Antônio Fernandes Lima. No final do texto, homenageia diversas personalidades rio-grandenses, entre elas os filhos do “glorioso Chefe da Revolução Farroupilha”, Bento Gonçalves da Silva.³⁰

Em 1961, o também militar Amyr Borges Fortes [1906-1984] publicou um “*Compêndio de História do Rio Grande do Sul*”, de mesmo sentido ideológico. O autor, nascido em São Gabriel, Rio Grande do Sul, estudou no Instituto Ginásial Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, e cursou a Escola de Guerra, em Realengo, Rio de Janeiro. Em 1939, foi diplomado pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre, tendo pouca atuação nesse ramo. Oficial da reserva do Exército, assumiu cargos políticos no período ditatorial iniciado em 1964.

Ocupou funções nas áreas de comunicação e energia, sendo diretor administrativo da Eletrobrás, em 1967.³¹ Até 1969, o livro teve outras quatro edições. Analisamos aqui o texto da 2ª edição, de 1962, da Livraria Sulina, salvo engano sem alteração em relação à primeira publicação. Nessa pequena obra de 157 páginas, o autor dá destaque às causas do conflito, atribuindo ao governante paraguaio – Francisco Solano López – adjetivado de “ditador”, a responsabilidade pela guerra.³²

²⁷ FERREIRA, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.p.121.

²⁸ WHITE, Richard Alan. *La primera revolución popular en América Paraguay (1810-1840)* – Asunción: Carlos Schauman, 1989.

²⁹ Loc.cit.

³⁰ FERREIRA, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*.Ob.cit.p.133.

³¹ BIOGRAFIA DE AMYR BORGES FORTES. Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul. Disponível em:

http://www.muham.org.br/index.php?formulario=sys_bio_bibliografias_notas&submenu=4&metodo=0&id=74 Acesso em 13 Dez. 2018.

³² FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1962.

Pouco acrescentou

Nas cinco páginas reservadas pelo autor para narrar os acontecimentos da guerra – três, das quais, para biografar alguns rio-grandenses *ilustres* – pouco acrescentou à discussão. Narrou brevemente o início do conflito, segundo ele, não provocado pelo Império. Os interesses de setores dos criadores do Rio Grande foram esquecidos, assim como as responsabilidades pela invasão da província. A *Revolução Farroupilha* foi contada em onze páginas de pura exaltação aos *heróis* sulinos. No final do capítulo, biografou brevemente alguns militares rebeldes e apenas um imperial, Caxias, de forte ligação com a província.³³

No início da década de 1980, o jornalista e historiador Fidélis Dalcin Barbosa [1915-1997] publicou o livro *História do Rio Grande do Sul*, pela editora EST. Em 1983, 1985 e 1995 a obra conheceria 2ª, 3ª e 4ª edições. A obra de Dalcin dá enorme destaque ao movimento farroupilha, de 1835, contando as proezas dos *heróis* do Rio Grande do Sul que desafiaram o Império. Para narrar aqueles acontecimentos, o autor dedicou vinte e três páginas, divididas em vários subcapítulos, entre os quais: “As grandes Odisseias” e “Realizações da república Rio-Grandense”. Utiliza adjetivos positivos para os rebeldes, como “valentes farrapos”.

O autor não se estendeu no que diz respeito ao conflito contra o Paraguai. Em apenas duas páginas, o autor limitou-se a fazer uma brevíssima síntese dos três meses e alguns dias em que o Exército paraguaio esteve em território sul-rio-grandense. A título de introdução do capítulo, Fidélis Dalcin reproduz interpretação revisionista *chiavenatiana* de que o Paraguai era “o país mais progressista da América do Sul, sem analfabetos”, mesclando com interpretação nacionalista de que o Paraguai era uma potência militar, uma ameaça à segurança do Império, pois a fundição de ferro Ibicuí produzia “uma tonelada de ferro por dia” e aquele país possuía um “arsenal fabricando armas”.³⁴ O autor retoma também tese de interesses britânicos na destruição do Paraguai, ainda que não credite unicamente a isso a deflagração do conflito.

Nova roupagem

Em 1986, Antônio Augusto Fagundes [1934-2015], da tradicional família de músicos regionalistas oriundos da cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul, publicou, pela Martins Livres, uma *Cartilha da História do Rio Grande do Sul*. A obra é uma

³³ FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*.82.

³⁴ BARBOSA, Dalcin Fidélis. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1983.p.108.

tentativa de dar nova roupagem à velha historiografia ufanista. O autor graduou-se em Direito, cursou especialização em História do Rio Grande do Sul e mestrado em Antropologia Social. Fez carreira como jornalista, apresentando no rádio e na televisão programas nativistas de culto ao tradicionalismo *gaúcho*. Ao falecer, foi amplamente saudado e homenageado por movimentos tradicionalistas e pela imprensa capitalista sulina.

A produção do livro foi coordenada e supervisionada por Onésimo Carneiro Duarte. Descrição editorial – na *orelha* do livro – apresenta a obra como uma tentativa de “visão global da formação da terra e das gentes do Rio Grande do Sul”. A cartilha é de fácil leitura, apresentando aspectos da formação geográfica e dos primeiros habitantes do atual estado, das religiões de matriz africana, entre outras questões.

O texto de Antônio Fagundes enaltece a história mítica do Rio Grande do Sul. O autor narra em onze páginas o desenrolar da guerra farroupilha contra o governo imperial. Não deixou de enaltecer os *grandes vultos* rio-grandenses, como Antônio de Sousa Neto, “herói farroupilha”, “proclamador de [sic] gloriosa República Rio-Grandense”.³⁵

Nas duas laudas reservadas ao conflito contra o Paraguai e a participação rio-grandense naqueles sucessos, o autor se esquivou de abordar temas sensíveis, que desabonassem os “heróis” do Rio Grande do Sul. O texto de Antônio Augusto Fagundes não é menos conservador que outros de mesmo viés historiográfico, mas apresenta-se como um *conservadorismo esclarecido*. Talvez por não ser militar, não ficou preso a questões puramente atinentes à caserna. Traz elementos da participação negra escravizada e feminina, que raramente aparece nessas narrativas, sem buscar as determinações mais profundas daqueles acontecimentos.

1.1.2 Historiografia revisionista e nova historiografia crítica

Em 1986, o historiador Moacyr Flores publicou uma *História do Rio Grande do Sul*. A obra receberia outras cinco edições até 1996. Nela, o autor difere de autores de correntes nacionalistas ou ufano-regionalista, que dispensam razoável espaço em suas obras para descrever, entre outras coisas, os “horrores” da “ditadura” paraguaia, imputando total responsabilidade pelo conflito ao governante daquela República. No entanto, sobre a origem da guerra, Moacyr Flores limitou-se a dizer que os paraguaios

³⁵ FAGUNDES, Augusto Antônio. *Cartilha da História do Rio Grande do Sul*. Uma nova visão da formação da terra e do povo gaúcho. Porto Alegre: Martins Livresiros, 1986.p.87.

tomaram a embarcação imperial *Marquês de Olinda*, “sem declaração de guerra”.³⁶ Silencia quanto às afrontas à legislação uruguaia pelos criadores rio-grandenses moradores naquele país, sobre a colaboração de muitos deles – e outros do lado de cá da fronteira – na *Revolução* florista.

O autor faz breve análise sobre o impacto do conflito no Rio Grande do Sul e critica duramente a atuação dos comandantes da defesa, em especial a David Canabarro e Frederico Caldwell, e o governo imperial, sobretudo ao Ministério da Guerra. O texto, apesar de diminuto, traz uma síntese da invasão à província sulina, com destaque especial para as raras batalhas/refregas e manobras dos exércitos. Moacyr Flores registrou a desorganização administrativa, civil e militar do Império, que considerou uma das razões da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul, em 1865.³⁷ Tratou-se indubitavelmente de um avanço em relação às produções anteriores.

Em 2002, o historiador Fábio Kühn, professor universitário (UFRGS), especialista em história do Rio Grande do Sul e região platina, publicou, pela *Leitura XXI*, o livro *Breve história do Rio Grande do Sul*. Como o título sugere, a obra é breve, contendo 158 páginas, em versão próxima ao livro de bolso (pocket). Já no prefácio, o autor revela a pretensão de narrar a história de três séculos do Rio Grande do Sul em poucas páginas. Fábio Kühn reconheceu que “diversos aspectos da história sul-rio-grandense” foram “abordados de maneira superficial” e “outros nem sequer foram contemplados”.³⁸ O autor não detalha os critérios para a escolha ou supressão temática.

O livro está dividido em doze capítulos. Sobre a história da guerra contra o Paraguai, há um pequeno subcapítulo de três páginas e meia. É pouco frente à importância do tema, tanto para o Rio Grande quanto para o Império. O capítulo sobre a Guerra dos Farrapos, por exemplo, ocupou mais do que o dobro. Com tão reduzido espaço para o tema do conflito sul-americano, era de se esperar que a narrativa fosse insuficiente, ainda que apresente avanço em comparação com a vertente ufanista e mesmo dentro de um revisionismo crítico.

Avanço historiográfico

Fábio Kühn aborda ligeiramente a questão uruguaia, fugindo de interpretações nacionalistas e ufano-regionalistas. Narra a invasão imperial contra o presidente Atanásio

³⁶ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.p.102.

³⁷ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.104.

³⁸ KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Prefácio. 2ªed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

Cruz Aguirre [1801-1875], do Uruguai, não se esquivando de avaliar que a atuação fora em benefício dos fazendeiros sul-rio-grandenses do norte uruguaio. Para o autor, o governo imperial agiu para depor o presidente constitucional daquela república, em represália por suas medidas, entre elas a de nacionalizar a fronteira com o Rio Grande, obrigando com isso, “os fazendeiros sul-rio-grandenses a respeitarem as leis uruguaias, principalmente no que tocava à escravidão velada mantida pelos gaúchos (sic) [estancieiros rio-grandenses] nas suas estâncias”.³⁹

Com razão, o autor propõe: “Com a derrota de Aguirre, ficavam resolvidos os problemas da elite gaúcha [sic] [...]”.⁴⁰ Após a questão uruguaia, o consenso para a manutenção da guerra, entre as classes proprietárias, entrou em declínio tendencial, como veremos. A obra é de agradável leitura e, apesar de pequenos lapsos, como denominar o Paraguai de “país guarani” ou de se referir aos proprietários de terra sulinos de “estancieiros gaúchos”, avança certamente no debate historiográfico.

Em 2003, o historiador Júlio Quevedo, de importante contribuição à historiografia sul-rio-grandense, publicou o livro *História Compacta do Rio Grande do Sul*. Obra de caráter didático, traz ricas imagens e texto de apazível leitura. O autor distancia-se da corrente ufano-regionalista, mas, com reduzido espaço para abordar o conflito contra o Paraguai, o livro reflete algumas teses da historiografia nacional-patriótica, em especial acerca da sua origem.⁴¹

O autor introduziu, estranhamente, no texto, um box, sobre o título “*o cotidiano da guerra*”, nele, Júlio Quevedo transcreve literalmente uma passagem da obra *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, do conde d’Eu. A descrição do genro do imperador é carregada de sentido negativo e profundamente preconceituosa. Usa termos como “feios” e “ridículos” para descrever os paraguaios rendidos em Uruguaiana.⁴² Tal citação aparece solta, sem análise de sentido ou comentário. Faz parecer que o autor ratifica aquela imagem deturpada, parcial e preconceituosa em relação aos paraguaios. Parece-nos ter sido desatenção de revisão.

Em 2006, foi lançado o volume 2, Império, da coleção *História Geral do Rio Grande do Sul*, pela editora Méritos, sob coordenação geral de Nelson Boeira e Tau Golin. Genivaldo Gonçalves Pinto escreveu o capítulo: A província na Guerra do Paraguai. O

³⁹ KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.106.

⁴⁰ Id.ib.,p.106

⁴¹ QUEVEDO, Júlio. *História compacta do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.p.48-49.

⁴² QUEVEDO, Júlio. *História compacta do Rio Grande do Sul*.Ob.cit.p.50.

autor retoma tese nacional-patriótica e ufano-regionalista no que tange as causas do conflito. Para ele, o conflito iniciou “quando Solano López fechou ao Império do Brasil o acesso ao rio Paraguai, nele capturando o vapor Marquês de Olinda”.⁴³ Genivaldo Gonçalves, no entanto, reconhece que o governo imperial violou a soberania uruguaia, mas não associa os fatos dela decorrentes.

Mais recentemente, em 2010, o historiador Mário Maestri publicou *Breve História do Rio Grande do Sul*. Obra extensa, com mais de 450 páginas. Nela, ele aborda a formação social, econômica e política do Rio Grande do Sul desde os primórdios de sua habitação. O livro foi publicado quando o autor apenas iniciava suas pesquisas sobre o conflito contra o Paraguai e não dedica grande espaço à interpretação da guerra. A abordagem é crítica, sobretudo quanto às origens daqueles eventos.⁴⁴

1.1.3 Histórias temáticas do Rio Grande do Sul

Em 2004, a historiadora Hilda Agnes Hübner Flores publicou, pela editora EST, uma *História da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. A obra é composta de 143 páginas e dividida em dez capítulos. Hilda Flores é mestre e doutora em História, tendo publicado diversas obras referentes à colonização e à questão das mulheres. Em 2010, publicou *Mulheres na Guerra do Paraguai*, obra temática que pretende contribuir para compreensão do papel feminino no maior conflito da América do Sul. Em *História da Imigração Alemã*, Hilda faz uma tomada geral desse processo imigratório, no Rio Grande do Sul, passando pelas causas que a motivaram, pelo modelo de imigração, a questão da fixação dos colonos na província, da produção de alimentos, do envolvimento desses grupos com questões políticas e militares, entre outros.

O envolvimento de alemães e descendentes no conflito contra o Paraguai foi abordado em duas páginas. O objetivo de Hilda Flores era descrever a participação de membros das comunidades germânicas no conflito. A autora propõe que parte dos cerca de 12% de alemães e descendentes, então existentes no Rio Grande, pegou em armas contra um oponente comum “e não mais divididos como na luta civil dos Farrapos”.⁴⁵

Em 2012, no Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, Gabriel Schäfer apresentou dissertação de mestrado sob o título: *A Guerra do*

⁴³ BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.) *História Geral do Rio Grande do Sul: Império*. Vol.2. Passo Fundo: Méritos, 2006.p.98.

⁴⁴ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF editora, 2010.

⁴⁵ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da Imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.p.56.

Paraguai na Imprensa do Rio Grande do Sul: apoio e crítica nos discursos sobre a guerra. Nela, o historiador empreendeu importante investigação sobre o papel da imprensa como arma de guerra.⁴⁶ Em todo o Império, jornais, de circulação local ou geral, foram amplamente utilizados para criar um clima de comoção e de patriotismo pela causa da guerra. Os ideólogos das classes proprietárias se esforçaram para convencer as camadas médias e ricas – que tinham acesso aos jornais – que havia grandes entusiasmos por parte da população para guerrear contra o Paraguai. Grande engano!

Em 2014, os historiadores Eduardo Neumann e Luiz Grijó Alberto coordenaram uma coletânea de textos publicados pela Oikos, de São Leopoldo-RS, sob o título *O Império e a fronteira: a província do Rio Grande de São Pedro no oitocentos*. Nela, o historiador José Iran Ribeiro publicou “A Guarda Nacional e o Império: cidadãos militarizados em defesa da ordem imperial e de interesses privados”.⁴⁷

1.1.4 História ignorada

Em 1968, a livraria e editora Sulina lançou no Rio Grande do Sul a *Enciclopédia Rio-grandense*, publicação historiográfica que pretendia narrar a História do Rio Grande do Sul sob o olhar de historiadores e pesquisadores regionais reconhecidos. O ambiente era desfavorável às produções de viés crítico. Nessa obra, o tenente-coronel Henrique Oscar Wiederspahn escreveu um capítulo sobre os conflitos no Prata, com destaque para a Guerra contra o Paraguai. Uma história no melhor modelo militar, com muitas datas e fatos, com valorização dos “heróis” imperiais do conflito e pouca interpretação crítica dos eventos. O papel do Rio Grande do Sul no conflito é quase ignorado.⁴⁸

Em alguns casos, as histórias gerais do Rio Grande do Sul sequer citam a guerra. Como em *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul*, onde houve supressão completa daqueles acontecimentos. Publicado em 1968, pelo militar-escritor Riograndino da Costa e Silva, irmão e secretário particular do ditador-presidente brasileiro, Artur da

⁴⁶ SCHÄFER, Gabriel. A Guerra do Paraguai na imprensa do Rio Grande do Sul: apoio e crítica nos discursos sobre a guerra. 2012. 536f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

⁴⁷ RIBEIRO, José Iran. A Guarda Nacional e o Império: cidadãos militarizados em defesa da ordem imperial e de interesses privados. Em: NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto. *O Império e a fronteira: a província de São Pedro no oitocentos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.p.70.

⁴⁸ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Das guerras cisplatinas à guerra contra o Paraguai. Em: *Enciclopédia Rio-Grandense: O Rio Grande antigo*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1968.p.236.

Costa e Silva.⁴⁹ Em 1971, na primeira edição de *História do Rio Grande do Sul*, Danilo Lazzarotto também não toca no tema.⁵⁰

Em 1979, a editora Mercado Aberto lançou *RS: Economia e Política*, como parte de uma coletânea de livros sobre a história do Rio Grande do Sul. O livro foi organizado por Hildebrando Dalcanal e Sergius Gonzaga, com contribuição de diversos autores. O historiador Guilhermino Cesar publicou “Ocupação e diferenciação do espaço”, texto sintético da história do Rio Grande do Sul até o século 19.

O texto trazia apenas um parágrafo sobre o conflito contra a República do Paraguai. Continha grave erro cronológico que datou a guerra entre 1846 e 1870. Com tão reduzido espaço, o autor enfatizou a importância da colônia alemã de São Leopoldo, fornecendo “mercadorias de todo o gênero” às tropas imperiais.⁵¹ Sua visão política do conflito aproxima-se da corrente nacionalista, pois, para o autor, a guerra foi uma “lamentável aventura de Solano López”.⁵² Sobre as operações, invasão e imobilidade das forças de proteção, reinou silêncio.

Posteriormente, Sandra Jatahy Pesavento em seu livrinho *História do Rio Grande do Sul*, de 1982, praticamente nada contribuiu ao tema da Guerra contra o Paraguai, ou melhor, à participação do Rio Grande do Sul naquele conflito.⁵³

1.2 Interpretação do conflito pelas diferentes correntes historiográficas

As causas que levaram ao conflito contra o Paraguai estão envoltas em grande discussão historiográfica. Diversas correntes historiográficas defendem, em geral, teses que apontam o Paraguai e, sobretudo, Francisco Solano López, como único, ou pelo menos, o principal responsável pela guerra. Por outro lado, outras vertentes defendem que o conflito é resultado da consolidação da formação dos Estados Nacionais do subcontinente americano e que o Estado Imperial, também em formação da sua nacionalidade, teve enorme responsabilidade pelo conflito.

José Iran Ribeiro afirma, amparado na obra *Maldita Guerra*, 2002, do historiador Francisco Doratioto, que o conflito contra a República do Paraguai tem suas principais

⁴⁹ COSTA e SILVA, Riograndino da. *Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968.

⁵⁰ LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. 3ªed. Porto Alegre: Sulina, 1978.

⁵¹ CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. Em: DALCANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.p.25.

⁵² Loc.cit.

⁵³ PESAVENTO, Sandra Jathay. *História do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

razões no “desejo do governo paraguaio em expandir sua área de influência na política regional e obter uma rota comercial para o mar.” Tese já bastante enfraquecida entre a historiografia especializada.

Ainda segundo o autor, o Império tinha “a disposição em consolidar sua autoridade na América do Sul” quando foi “afrontado [sic] pela prisão de algumas [sic] embarcações imperiais [...]” e pelas invasões do Sul do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul.⁵⁴ O autor não analisa as ações dos fazendeiros rio-grandenses interferindo nas questões internas uruguaias e, tampouco, a invasão do território daquele país, sem prévia declaração de guerra, em 1864, por tropas do Império do Brasil.

Também convencido por essa explicação, o historiador Júlio Quevedo reproduziu visão historiográfica conservadora sobre os acontecimentos. Para ele, a guerra iniciou-se com a ação do presidente paraguaio Francisco Solano López que pretendia obter “uma saída para o Atlântico”, explicação bastante simplista e desprovida elementos concretos.⁵⁵ Júlio Quevedo desconsiderou, entre tantos fatos, os interesses e as ações de fazendeiros escravistas sul-rio-grandenses donos de terras e gado na Banda Oriental que interferiam constantemente nos conflitos internos daquele país.⁵⁶

Lapso historiográfico

Quevedo tampouco tratou da política expansionista e imperialista tradicional do Império do Brasil, implementada através do envio do diplomata José Antônio Saraiva e posterior despacho de aguda força militar naval e de terra. Com grande contingente da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul e da Esquadra comandada pelo vice almirante Tamandaré, a operação resultou na intervenção militar ao lado dos *colorados*, no arrasamento de Paysandú e na queda do governo constitucional uruguaio.⁵⁷ Invasão aquela sem declaração de guerra. Júlio Quevedo reconhece, sem aprofundar assunto de vital importância para o cenário em questão, que a República do Paraguai, estava espremida entre o Império e a Argentina.

Em 1864, o governo imperial enviou o conselheiro Antônio Saraiva em missão ao Uruguai. Para Emílio de Sousa Docca, a posição de Saraiva era de “um verdadeiro amigo

⁵⁴ Id.Ib.p.70.

⁵⁵ QUEVEDO, Júlio. *História compacta do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.49.

⁵⁶ MAESTRI, Mário. *Mar del Plata: Dominação e Autonomia no Sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai (1810-1864)*. Porto Alegre: FCM, 2016.

⁵⁷ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: sua vida, suas opiniões, sua época*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garnier. Vol. 2, s/d.p.182.

da paz”, tese tradicional da historiografia nacional-patriótica brasileira.⁵⁸ Ele não considerou que o envio de Saraiva era um absurdo, apesar de diplomaticamente tolerável, por reivindicar o *irreivindicável*, sob a ameaça de intervenção militar. Para Arthur Ferreira Filho o governo paraguaio usou a entrada do Exército Imperial no Uruguai como pretexto para iniciar o conflito que desejava. Para ele, a questão uruguaia foi o ponto de partida para Francisco Solano López iniciar “sem prévia declaração, as hostilidades contra o Brasil”.⁵⁹

Hilda Agnes Flores filiou-se aos defensores da tese de culpabilidade paraguaia pelo início do conflito. Sem deter-se muito no assunto, limitou-se a responsabilizar o “ditador paraguaio”, que pretendendo “ampliar território em busca direta para o mar” “apresou o vapor brasileiro Marquês de Olinda”. Ainda de acordo com a historiadora, o governante paraguaio planejava conquistar “território argentino e uruguaio”. Somente após reveladas essas pretensões expansionistas do governo paraguaio é que, segundo Hilda Agnes, “nasceu a Tríplice Aliança, para fazer frente a Lopes”.⁶⁰ Destaque-se que a conquista de uma saída ao mar obrigaria o Paraguai a conquistar praticamente o Rio Grande do Sul. Algo simplesmente fantasioso. A aliança entre o Império e a Argentina mitrista já era costurada há tempos, muito antes do início da movimentação militar paraguaia.⁶¹

Defendendo a liberdade?

A descrição dos fatos de João Maia, em *História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico*, é uma exaltação do heroísmo do povo sul rio-grandense que entrou em armas para defender sua liberdade e sua vida, ameaçados pelo governo e pelas hordas bárbaras da campanha uruguaia. O autor defende que para não morrer, grande parte de rio-grandenses que moravam no Uruguai preferiu “correr aos acampamentos e alinhar-se com os revolucionários” floristas.⁶² Nessa mesma época teve lugar a comitiva liderada por Antônio Neto exigindo a intervenção imperial no Uruguai, feita logo em seguida. João Maia não faz nenhuma relação entre as invasões da Banda Oriental por forças terrestres imperiais, atentatórias à autonomia paraguaia, e a tomada do *Marquês de*

⁵⁸ DOCCA, E. F. de Sousa. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Brasil, 1954.p.225.

⁵⁹ FERREIRA, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978.p.125.

⁶⁰ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da Imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.56.

⁶¹ HERRERA, Luis Alberto. *El drama de 65: La culpa mitrista*. 2 ed. [s/l.], 1927.

⁶² MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul [...]*Ob.cit.p.200.

Olinda, declaração de guerra ao Império e consequentes invasões do sul do Mato Grosso e do oeste rio-grandense por tropas paraguaias.

Para o historiador militar Amyr Borges Fortes, Solano López, que, sucedendo o pai, Carlos Antonio López, manteve a “férrea ditadura imposta a seu país”, queria “impor seu domínio a outros países da América para, depois, desfechar um golpe de morte no Império Brasileiro”.⁶³ Sem nenhuma discussão sobre o assunto e sem apresentar documentação comprobatória das afirmações feitas, o autor defendeu que o governo paraguaio “resolveu apoiar o ditador [sic] oriental” quando as autoridades imperiais decidiram “marchar contra [Atanásio] Aguirre” e “invadir o Uruguai”.

O autor acusa o governante paraguaio de iniciar hostilidade, após protestos não acolhidos, “sem prévia declaração de guerra”. Ele ignora a invasão do Estado Oriental nas mesmas condições, pelo governo imperial, o que levaria à morte por inanição da economia paraguaia, dependente, naquele então, das transações via porto de Montevideu. Para o autor, as ações paraguaias não teriam “nenhuma causa justa.”⁶⁴

Questão Ignorada

Fidélis Dalcin Barbosa praticamente ignora a questão com o Uruguai, como causa da guerra contra o Paraguai e tampouco trata da ingerência dos fazendeiros rio-grandenses e do governo imperial naquele país. Para Dalcin, os “gaúchos” [rio-grandenses] pegaram em armas para combater Atanásio Aguirre, a quem o autor chama erroneamente de “caudilho argentino”, que, segundo ele, “não cessava de oprimir os amigos orientais”.⁶⁵ Ou seja, os fazendeiros sulinos arremeteram milhares de homens, muitos deles pagos do próprio bolso, unicamente para socorrer os uruguaios. Houve silêncio sobre os interesses econômicos dos fazendeiros, charqueadores, escravistas rio-grandenses, no norte uruguaio.

Na historiografia *ufano-regionalista*, a culpa paraguaia aparece com bastante destaque, ao contrário das intenções dos rio-grandenses e, às vezes, do governo imperial, dissimuladas no texto. Fidélis Dalcin foi explícito ao dizer que, além dos interesses ingleses, a guerra era motivada pela “ambição expansionista de Solano Lopes [...]” O autor retoma um outro mantra da historiografia *nacional-patriota* repetido com

⁶³ FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.86.

⁶⁴ Id.,ib.,p.87.

⁶⁵ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.106.

frequência por historiadores *ufano-regionalistas*, de que o governo paraguaio atacou “sem declaração de guerra”.⁶⁶

Arthur Ferreira Filho estendeu a inculpabilidade ao governo argentino e defendeu a tese, sem qualquer base histórica, de neutralidade da República Argentina quanto ao conflito. Para ele, o governo paraguaio arrastou aquele país à guerra ao invadir o território da província de Corrientes. Desenvolveu narrativa histórica de corte *ufano-regionalista* lançando sobre a República do Paraguai todas as responsabilidades sobre o conflito.⁶⁷ Em sua *Cartilha*, Antônio Augusto Fagundes avaliou que Solano López obrigou “Buenos Aires a declarar guerra ao Paraguai pela agressão sofrida em seu território”.⁶⁸

Pretexto paraguaio

O general historiador Emílio de Sousa Docca também compartilhou da tese de pretexto paraguaio. Ele reconheceu que a guerra “teve como causa eficiente a ‘nossa’ intervenção no Uruguai em 1864”.⁶⁹ No entanto, para ele, o governo paraguaio não teria motivos para imaginar que o governo imperial desejava iniciar uma guerra na região. Motivos tinham de sobra, desde muito tempo, como veremos. Para o autor, as poucas forças do Exército Imperial, de pouco mais de 16 mil homens, em 1864, eram ínfimas se comparadas aos cerca de oitenta mil homens que o Paraguai teria em armas, já nessa época. Uma outra falácia.

Para Emílio Fernandes de Sousa Docca, as intervenções do Império no Uruguai foram sem qualquer interesse material ou político, apenas com o bom propósito de acalmar os ânimos naquele país e resguardar a integridade dos “brasileiros” ali residentes. Segundo o militar, “as ‘nossas’ intervenções armadas ora a favor de *blancos* ora de *colorados* haviam fatalmente de criar uma situação de certo predomínio, quase um direito de intervir”.⁷⁰ Para o autor, portanto, o Império do Brasil adquirira quase um direito de intervir sobre o país vizinho – ou seja, era seu direito violar a soberania e interferir na autonomia do Uruguai. Tal situação conquistada com as constantes intervenções legitimaria o direito do mais forte.

⁶⁶ Id.ib.,p.108.

⁶⁷ Mais sobre a historiografia do conflito em: MAESTRI, Mário. Guerra contra o Paraguai: história e historiografia. Da instauração à restauração historiográfica (1871-2002). Pp.231-332. Em: MAESTRI, Mário. *A Guerra no Papel*. Ob.cit.

⁶⁸ FAGUNDES, Augusto Antônio. *Cartilha da História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.89.

⁶⁹ DOCCA, E. F. de Sousa. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.228.

⁷⁰ Id.ib.,p.223.

O general historiador defendia, sob justificativa de prejuízo aos fazendeiros escravistas rio-grandenses, que a revolta do general Venancio Flores seria positiva para os que sofriam vexames e sacrifícios do governo uruguaio. Sem clarear muito essas questões, propõe que Venancio Flores tirou proveito da situação e ofereceu “garantias aos ‘nossos’ patrícios ali residentes e assim teve suas fileiras engrossadas por grande número de rio-grandenses”.⁷¹ A narrativa histórica do militar, comum na historiografia de corte nacional-patriótico, é rica em datas e fatos e carente em análise crítica dos acontecimentos.

Culpa paraguaia e imperial

João Maia avaliou que o governo imperial nem bem havia resolvido suas questões no Uruguai, “actos profundamente agressivos de uma outra república sul-americana, o Paraguay”, forçava-o a “uma solemne declaração de nova guerra”.⁷² O historiador assume postura crítica ao Paraguai, considerado o grande responsável pelo início do conflito. Isso não o impede de criticar “o sempre nefasto” governo imperial pela sua “imprevidência”. Para ele, “o malogro de tratados para demarcação de limites com o Paraguay” e “ameaças terminantes do governo desse país” que há muito se preparava para a guerra contra o Brasil, deveriam ter sido observados pelo governo imperial a fim de evitar a desgraça e o flagelo rio-grandense.⁷³

Uma das características dessa historiografia de culto aos *heróis* e defesa do civismo é a demonização do governo paraguaio, culpado pelo conflito. Termos como *ditador*, *sanguinário*, *déspota*, utilizados geralmente por esses historiadores, ilustram isso. Antônio Augusto Fagundes elencou uma série de fatores que teriam levado aqueles países à guerra. Entre eles, a pressão inglesa para derrotar o Paraguai que, segundo ele, adotando tese já refutada, “os comerciantes imperialistas ingleses não viam com bons olhos o exemplo da independência paraguaia”.⁷⁴ O autor retoma a narrativa defendida, no Brasil, pelo jornalista Júlio José Chiavenato, que se provou sem sustentação histórica.⁷⁵ Antônio Fagundes também credita, com maior razão, às ambições argentinas por territórios no Chaco e a questão não resolvida dos limites do Império com o Paraguai. Outro fator, dominante naquela narrativa, é a “ambição de López”, um jovem “sedento

⁷¹ Id.ib.,p.224.

⁷² MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul* [...]Ob.cit.p.201.

⁷³ Id.ib.,p.203-4.

⁷⁴ FAGUNDES, Antônio Augusto. *Cartilha da História do Rio Grande do Sul*.Ob.cit.p.88.

⁷⁵ QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando a Revisão: Genocídio americano: a Guerra do Paraguai* de J.J. Chiavenato. Porto Alegre: FCM, 2014 330pp.

de glória e de poder, bajulado por todos e deslumbrado pelo brilho dos exércitos franceses”.⁷⁶

O autor passa brevemente pela questão envolvendo o Uruguai, onde, segundo ele, partidários de Atanásio Aguirre, “atacavam e desrespeitavam os brasileiros [sic]” que lá moravam. Tal situação, na visão de Fagundes, retomada da historiografia *nacional-patriótica e regional-ufanista*, motivou a formação de uma comitiva, liderada pelo “herói farroupilha”, Antônio de Sousa Neto, que rumou ao Rio de Janeiro a exigir intervenção do Império naquele país.

Com espírito mais crítico, Mário Maestri tratou do início do conflito; traçou o panorama econômico regional pós derrota de Manuel Oribe e Juan Manuel de Rosas. A situação era favorável ao Império do Brasil que teria a partir dali a navegação nos rios platinos liberada. O alcance ao Mato Grosso, principal preocupação de então, estava resolvida por hora. A suplantação daqueles incômodos vizinhos era mais importante ainda para os criadores e produtores escravistas de charque sul-rio-grandense que consolidaram sua expansão sobre o Uruguai. Segundo o autor, em 1850, esses proprietários “detinham 428 fazendas no Uruguai, com uma superfície total de quase quatro milhões e oitocentos mil hectares”.⁷⁷ Ao contrário de grande parte dos historiadores sul-rio-grandenses, para Mário Maestri, o início do conflito contra o Paraguai passou necessariamente pela invasão do território uruguaio: “Em resposta à invasão imperial do Uruguai, o governo paraguaio invadiu boa parte do Mato Grosso [...]”.⁷⁸

Heróis lembrados, heróis esquecidos

Na historiografia sul-rio-grandense são escassas as informações sobre a composição da Guarda Nacional, do Exército de Primeira Linha e dos Corpos de Voluntários da Pátria organizados na província para o grande conflito platino. Para Júlio Quevedo, o Rio Grande do Sul enviou para guerra “aproximadamente 35 mil soldados”.⁷⁹ Em geral, as informações sobre esse tema são raras e evasivas; não há uma descrição mais apurada de quem eram os combatentes, a que regiões e classes pertenciam, o que os motivava lutar no conflito, quando o fizeram em forma voluntária.

Falta-nos uma análise mais detida sobre as pessoas que foram conduzidas ao campo de batalha por razões e políticas de Estado que fugiam ao seu desejo e, sem dúvida,

⁷⁶ FAGUNDES, Antônio Augusto. *Cartilha da História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.88.

⁷⁷ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.198.

⁷⁸ Id.ib.,p.201.

⁷⁹ QUEVEDO, Júlio. *História compacta do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.49.

em muitos casos, à sua capacidade de compreender minimamente a própria razão do conflito. Os estudos sobre a participação do Rio Grande do Sul naquela guerra, em geral, limitados, como vimos, negligenciam as diversas modalidades de resistências contra o recrutamento que evidenciavam as contradições da sociedade escravista imperial da época. Resistências verificadas no grande número de deserções e fugas para não serem incorporados e enviados aos campos de batalha. Essa tese busca solucionar, ainda que parcialmente, algumas dessas questões.

Em sua obra, João Pedro Gay não é explícito na descrição dos soldados da Guarda Nacional recrutados para defender a fronteira. O padre referia-se em forma geral à deficiência do armamento e da instrução militar e à carência de roupas/fardamento em que se encontravam. Fica claro que, comumente, se tratava de gente muito pobre, sem recursos. Em um de seus registros, o cônego Gay escrevia que “vários soldados se achavam quase nus [sic], e outros se cobriam com farrapos; ou porque fossem recrutados sem terem tempo de levar sua roupa, ou porque por pobres não a tivessem”.⁸⁰ Essas e outras afirmações seriam duramente contestadas por Emílio de Sousa Docca.

Arthur Ferreira Filho não aborda questões de cunho social, como a formação dos exércitos, o recrutamento forçado, as resistências etc. Ao final do capítulo sobre a invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul, o autor estimou em quase 34 mil os homens da província levados à guerra, um número em geral retomado por todos os historiadores. Também o autor não se dedicou a explicar quem eram esses soldados – gaúchos, colonos, artesãos, pequenos proprietários etc.

Emílio de Sousa Docca igualmente destacou o grande número de homens feitos soldados do Rio Grande, enviados à guerra. Indignado, o militar comparou a população do Rio Grande do Sul, quase quinhentos mil na época, com a de outras províncias e o número de soldados que cada uma enviou ao conflito. Apesar desses dados valiosos e impressionantes, que registram a tensão à que foi submetida a província, Sousa Docca não mencionou quem eram os soldados, de que regiões da província vinham, qual a relação deles com o conflito...

Paralelo ao silêncio historiográfico sobre os soldados, naquele conflito, abundaram os trabalhos, sobretudo de recorte *ufano-regionalista*, no contexto do Rio Grande do Sul, descrevendo a participação dos grandes “heróis”, com ênfase aos sulinos.

⁸⁰ GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit.p.26.

Pouco acrescentou

O historiador são-borjense Osório Tuyuty de Oliveira Freitas, de inclinação nacional-patriótica, pouco acrescentou para a discussão da formação social do Exército Imperial. Sua narrativa privilegiou a descrição dos principais fatos da invasão do Exército Paraguai no Rio Grande do Sul. Dedicou espaço de seu livro para biografar algumas personalidades “importantes”.⁸¹

Arthur Ferreira Filho narrou os fatos pautando a história dos “heróis” pátrios que lutaram na cruenta guerra contra o *monstro e sanguinário ditador paraguaio*. Ao final de sua exposição, reservou espaço para nomear dezenas de militares sul-rio-grandenses do alto escalão que, na sua visão, se destacaram no conflito. Emílio de Sousa Docca não poupou elogios aos bravos militares imperiais que defenderam o território imperial naquela bárbara guerra. Ao final do capítulo dedicado à “Guerra do Paraguai”, o *historiador-militar* expôs longa lista e breve biografia dos grandes comandantes sul-rio-grandenses, em geral proprietários de terra, que intervieram naquele conflito.⁸² O autor não analisou as origens dos soldados de baixa patente.

Amyr Borges Fortes quase não se refere aos exércitos, à sua composição, às classes e possíveis contradições no seio das forças armadas. Assim como outros historiadores, em especial militares, expôs, no final do capítulo sobre a guerra, biografias de “ilustres rio-grandenses”, como Manuel Luís Osório, Manuel Marques de Sousa, barão de Porto Alegre [1804-1875] e Joaquim Marques Lisboa, o visconde de Tamandaré.

Fidélis Dalcin não biografou os *grandes* vultos rio-grandenses, mas nomeou alguns “heróis nacionais”, “filhos do Rio Grande do Sul”, na sua concepção, destacados no conflito. Entre eles, Antônio de Sousa Neto e David Canabarro. Sobre Canabarro, aliás, chefe militar responsável pela defesa da fronteira, nada foi dito sobre sua má atuação, silenciando sobre esses fatos, caros à honra regionalista.

Deitando elogios

Antônio Augusto Fagundes listou no final do capítulo sobre a invasão paraguaia diversos nomes de militares sul-rio-grandenses *ilustres*, em especial os ex-farrroupilhas, a quem deita elogios. Ele destacou a participação de dois filhos do chefe rebelde Bento Gonçalves: “Bento Gonçalves da Silva Filho e Caetano Gonçalves da Silva”. Jubila-se também de “o glorioso pavilhão dos farrapos” ter sido sempre hasteado no Paraguai pelos

⁸¹ FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A invasão de S. Borja*. 2ª ed. Porto Alegre: A nação, s/d.

⁸² DOCCA, E. F. de Sousa. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.237-278.

soldados comandados por Antônio de Sousa Neto, morto em consequência de ferimentos.⁸³

Antônio Augusto Fagundes, num esforço de heroização dos rio-grandenses destacou também a participação de gente humilde e desconhecida. “Cobriram-se de glória gaúchos humildes dos campos, guardas nacionais ou voluntários da pátria, negros, cativos e vivandeiras, mulheres heroicas sem biografia e sem medalhas, como Florisbela Boca Negra [...]”⁸⁴ Essas mulheres e homens permaneceram no anonimato nas páginas de seu livro. No que diz respeito aos negros escravizados e libertos que foram à guerra, no geral forçados, a então província do Rio Grande enviou centenas deles, grande parte em substituição a guardas nacionais e integrantes do Exército de 1ª Linha que ficaram isentos do serviço. Muitos desertavam, em oposição à guerra e às condições em que viviam, como veremos.

Moacyr Flores, em *História do Rio Grande do Sul*, também dedicou pequeno espaço à guerra contra a República do Paraguai. O autor não aprofundou a análise sobre a origem dos soldados, mas reconheceu que o governo imperial não os tratou de forma digna. Segundo ele, quando do sítio aos paraguaios em Uruguaiana, os soldados imperiais “pereciam por falta de comida e roupas de inverno”. Atribuía isso, a “desorganização administrativa que sempre reinou no Brasil”.⁸⁵

Não há nas obras de Júlio Quevedo, Moacyr Flores e Mário Maestri, entre outros, uma *heroização* dos comandantes e ricos proprietários de terras. Júlio, no entanto, pouco se deteve na caracterização das tropas. Esse autor faz referência muito passageira ao envio de negros escravizados [libertos] à guerra. Segundo ele, esse foi um dos motivos da acentuação da crise econômica que viveria a província por mais de uma década.⁸⁶ Moacyr Flores não poupou críticas à *defesa* efetuada pelo general David Canabarro na fronteira de Uruguaiana e Missões da qual era comandante superior. Criticou duramente aquele comandante que “não atacou a coluna invasora nem no difícil cruzamento do Passo de Santa Maria, no rio Ibicuí. Apenas observava”.⁸⁷ O autor também acreditava que “Canabarro cometeu erro grave ao desprezar o ‘inimigo’”.⁸⁸

⁸³ FAGUNDES, Antônio Augusto. *Cartilha da História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.90.

⁸⁴ Id.ib.,p.91.

⁸⁵ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.106.

⁸⁶ QUEVEDO, Júlio. *História Compacta do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.51.

⁸⁷ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.105.

⁸⁸ Id.ib.,p.107.

Avanços e tropeços

Fábio Kühn, na obra já referenciada, não faz alusão à composição dos exércitos beligerantes. A respeito das forças em disputa, o autor não foi além de caracterizar o Exército Paraguaio como “nacional moderno” e as tropas rio-grandenses como “milícias gaúchas”. Não sabemos se “gaúcho” é aqui sinônimo de rio-grandense ou tem o significado de campeiros. A obra de Kühn, como já referimos, avança em alguns aspectos no relativo à historiografia *regional-ufanista*. O autor, no entanto, equivocou-se grandemente, no final do capítulo sobre a guerra contra o Paraguai, ao argumentar sobre o impacto que a vinda de Pedro 2º ao Rio Grande teria causado na questão da emancipação dos cativos, mais de vinte anos depois.

Para o autor, a viagem do imperador ao Rio Grande do Sul teve grande importância, pois ali, tomou “consciência do peso do problema da escravidão para o Império”. Para Fábio Kühn, “foi nos campos de Uruguaiana que se firmou na mente do imperador a decisão de encaminhar a questão da emancipação”.⁸⁹ Tal proposta é desprovida de qualquer base material. O peso da escravidão na Corte era muito mais significativo. O debate sobre a escravidão era intenso, e o governo e o imperador tudo faziam para não avançar nessa questão. Se o imperador tivesse tomado a decisão de emancipar os milhões de cativos que gemiam sob a cruel escravidão no Império, quando de sua estada no Rio Grande do Sul, o que o impediria de o fazer imediatamente, além dos laços ideológicos que o ligavam aos proprietários de terra, gado e trabalhadores escravizados de norte a sul do Império?

Vale acrescentar que ao longo do conflito, milhares de cativos tiveram liberdade, mas condicionada à incorporação em corpos do Exército de Linha ou da Guarda Nacional, não raro em substituição a homens que estavam na obrigação de servir. O Estado Imperial, da qual Pedro 2º era o soberano, libertou cativos nessas condições, adquirindo-os junto a particulares e mesmo lançando mão dos de sua propriedade. O autor silencia sobre essa questão.

Outro importante contingente que lutou, nem sempre voluntariamente, na guerra contra o Paraguai, foi o de alemães e descendentes. Milhares de homens, de origem teuta, foram aliciados, convidados, convencidos ou simplesmente forçados a participar do conflito. Hilda Agnes Flores listou, sem maiores detalhes, alguns alemães que organizaram corpos para oferecer ao Exército, à Guarda Nacional ou como voluntários.

⁸⁹ KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.108.

De vilas e cidades como “Agudo”, “Bagé”, “Jaguarão”, “Pelotas”, “Porto Alegre”, “Rio Grande”, “Rio Pardo”, “Santa Cruz” e “São Leopoldo” teriam partido centenas de homens. Diversos militares de origem alemã, entre eles vários ex-*Brummers*, apresentaram-se para reunir patrícios e conduzi-los ao seu comando ao campo de batalha.⁹⁰

De quem é a responsabilidade?

Em *História Geral do Rio Grande do Sul*, Arthur Ferreira Filho não discutiu os erros militares cometidos na defesa da província. Sobre David Canabarro, oficial de atuação questionada, sempre distante das regiões que deveria proteger, limitou-se a dizer que “seu papel era o de observar os movimentos de Estigarribia e impedi-lo, se possível, de transpor o rio divisório”.⁹¹ O autor foi tão evasivo quanto o general, em dar ordens e proteger a fronteira. Amyr Borges Fortes igualmente não avança na discussão sobre as responsabilidades pela invasão do Rio Grande do Sul. Para ele, o presidente da província “tomou todas as providências”, em cooperação com o Comandante das Armas, Frederico Caldwell, para repelir os invasores. Ele não cita sequer que João Marcelino preferiu defender o sul da Província em detrimento da zona invadida e que Caldwell eximiu-se das responsabilidades e da prerrogativa de mando do cargo.

As próprias autoridades imperiais reconheceram o dano que representou o comando de Canabarro, submetendo-o a Conselho de Guerra. Em defesa daquele general, o autor afirma que, na batalha de Jataí, em 17 de agosto de 1865, – derrota da coluna paraguaia que marchava pela margem direita do rio Uruguai, paralela a Antonio Estigarribia – as forças no lado esquerdo do rio não puderam enviar auxílio porque Canabarro mandou organizar uma esquadrilha para patrulhar o rio.⁹² Uma verdade que não o exime das responsabilidades pelo fracasso da defesa da província.

João Pedro Gay não poupou críticas ao governo provincial, ao Comandante das Armas e aos comandantes das duas divisões do Exército no Rio Grande do Sul, David Canabarro e Francisco Pedro de Abreu [1811-1891]. Possivelmente por isso sua obra não teve a recepção merecida pela historiografia sul-rio-grandense. Ao narrar a fácil invasão da província, o cônego questionava: “Onde estava o bravo barão de Jacuí com sua divisão?” “Que fazia o brigadeiro Canabarro com as forças de seu mando em Santana do

⁹⁰ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da imigração alemã* [...] Ob.cit.p.56-57.

⁹¹ FERREIRA, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.127.

⁹² Id.ib.,p.128.

Livramento [...]?” Era crítica explícita à inação dos oficiais comandantes e do governo provincial.⁹³

Apesar de sua defesa explícita aos oficiais superiores sulinos, João Maia, que desferiu duras críticas ao governo imperial, não silenciou sobre as responsabilidades da invasão paraguaia ao Rio Grande. Para ele, “reinava decidida divergência entre os chefes militares incumbidos de resguardar as fronteiras de um assalto provável”.⁹⁴ Sobre os oficiais responsáveis, propôs que João Frederico Caldwell, distante da região mais nevrálgica da província, a fronteira do rio Uruguai, emitia ordens aos oficiais incumbidos da defesa, David Canabarro e Pedro de Abreu. Sobre Canabarro, diz, por exemplo, que o comandante da Primeira Divisão se encontrava “tranquilamente na sua estância de Ibirocay”. Pedro de Abreu permaneceu longo período no Sul. João Maia, ao mesmo tempo em que insinua uma crítica aos militares rio-grandenses, dilui ela propondo as grandes dificuldades estruturais da província sulina. Maiores ainda eram as dificuldades logísticas dos invasores.⁹⁵

Principal baluarte de defesa

Na historiografia sul-rio-grandense, são poucas as análises sobre a organização militar da então província. O Rio Grande era o mais importante baluarte de defesa da integridade territorial do Império. Tinha milhares de guardas nacionais. Mas não conseguiu impedir a invasão. Arthur Ferreira da Silva adjetivou de “sofrivelmente aparelhados” as forças de defesa da província à época da invasão.⁹⁶ Esse recurso linguístico que substituiu na obra do autor outros adjetivos como *pessimamente armados*, serve para mascarar a real situação em que se encontrava a defesa do Rio Grande do Sul.

Na mesma perspectiva, o historiador Fábio Kühn, avaliou como “fiasco” a atuação da defesa sul-rio-grandense nos primeiros episódios do conflito, tendo o Exército Paraguaio sangrado o território da província. Para o autor, aquele insucesso se deveu a “inferioridade numérica e organizacional diante de um ‘inimigo’ bem estruturado”.⁹⁷ Com razão o autor interpreta a monumental diferença entre as forças beligerantes, no que diz respeito à sua essência. Fábio Kühn, salvo engano, por primeira vez na historiografia do Rio Grande do Sul, destaca o caráter nacional do Exército Paraguaio, com certos

⁹³ GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit.p.42.

⁹⁴ MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.204.

⁹⁵ *Ib.id.*,p.204.

⁹⁶ FERREIRA, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.131.

⁹⁷ KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.107.

exageros, definindo-o como “disciplinado e coeso em torno de seu chefe”.⁹⁸ Esse Exército nacional, minimamente organizado e com sérios problemas estruturais bateu a tão temida milícia rio-grandense que sequer estava mobilizada naquele então. É sabido que as forças de defesa rio-grandenses eram imensamente superiores às que atacaram a fronteira do rio Uruguai.

O militar historiador Emílio Fernandes de Sousa Docca atribuiu o fracasso na defesa do Rio Grande à deficiência humana naquela província. O autor desconsiderou que no Império havia cerca de 400 mil guardas nacionais, força correspondente a toda a população paraguaia de então.⁹⁹ Aliás, a falta de homens, na província mais militarizada do Império, com grande contingente da Guarda Nacional, foi referenciado por Moacyr Flores como um dos motivos do sucesso paraguaio ao penetrar o solo rio-grandense.¹⁰⁰ Em *Invasão Paraguaia na Fronteira do Uruguai*, João Pedro Gay, é bastante crítico à defesa de São Borja e da província, o que motivou as notas explicativas de Emílio de Sousa Docca. No entanto, o autor converge com seu anotador ao creditar unicamente ao Paraguai a causa da Guerra.¹⁰¹

Apesar de lacunar, a historiografia revisionista de Moacyr Flores trouxe à narração historiográfica daqueles eventos um pouco mais de criticidade. Apesar de alguns pequenos equívocos factuais e de deslizes de linguagem, ao tratar os paraguaios da época do conflito como “inimigos” e de nomear Pedro 2º como “nosso imperador”, o livro refletiu avanço na historiografia sul-rio-grandense sobre a guerra. A respeito do estado de “coisas” em que se encontrava a província, entendia que, “por inércia do governo brasileiro [sic], os ‘nossos soldados’ estavam sem uniforme, com pouco armamento e munição de calibre diferente das armas”.¹⁰²

Os problemas no mando foram percebidos por Arthur Ferreira Filho. Reconheceu que alguma coisa falhou na defesa da fronteira e criticou a ordem dada pelo presidente da província, João Marcelino de Souza Gonzaga, para que a Segunda Divisão, comandada por Francisco Pedro de Abreu, estacionasse na fronteira de Bagé. Para o autor, “nada justificava a permanência do barão de Jacuí, na fronteira uruguaia, onde nenhum perigo ‘nos’ ameaçava”.¹⁰³

⁹⁸ Id. ib.,

⁹⁹ GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob. cit. p. 19.

¹⁰⁰ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 102.

¹⁰¹ Id. ib. p. 20.

¹⁰² FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 103.

¹⁰³ FERREIRA, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 127.

Parcialidade

Em *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*, Amyr Borges Fortes quase não narra os acontecimentos da guerra na província. A historiografia militar foi muito parcial quanto a essa fase da guerra. Não raras vezes, eximiram-se de relatar/analisar a vexatória invasão dos paraguaios e as ações dos seus responsáveis. Amyr Fortes não cita uma linha sequer sobre a relativa facilidade com que os paraguaios cruzarem o rio e invadirem São Borja, tampouco sobre o período em que os invasores permaneceram na província, invadindo e saqueando as vilas da fronteira sulina do rio Uruguai.

O autor limitou-se a informar que em 5 de agosto de 1865, a vila de Uruguaiiana estava “em poder dos paraguaios”.¹⁰⁴ Como e em que condições aquele exército teria chegado até ali não foi discutido pelo militar. O autor, assim como outros referidos, produziram um tipo de historiografia acrítica, não necessariamente isenta ou neutra, mas uma historiografia deliberadamente “defensiva”, oferecendo aos leitores pouquíssimo material de análise, evitando discorrer sobre situações polêmicas e não apresentando documentação probatória. Em outras palavras, esses historiadores, no geral, militares, produziram, no que diz respeito à guerra contra o Paraguai em território sulino, uma historiografia *entrincheirada*.

Os insucessos da defesa do Rio Grande, pelas tropas sulinas, grande esperança imperial para vencer rapidamente o conflito contra os paraguaios, são de difícil explicação para a historiografia *regionalista* rio-grandense. Antônio Augusto Fagundes defendeu que “a pouca vontade dos rio-grandenses” em atacar maciçamente os paraguaios se deveu “à convicção de que a aventura paraguaia era suicida”, tese essa criada por David Canabarro e seus defensores, estando os paraguaios ainda internados na vila de Uruguaiiana, quando da iminência de ser levado ao Conselho de Guerra.¹⁰⁵

Antônio Augusto defendeu ainda que o Exército Paraguaio foi “atacado com cautela por forças improvisadas que estavam mais preocupadas em evacuar cidades e proteger famílias.”¹⁰⁶ Ele não discute as suas afirmações, pois se o fizesse teria que revelar que as forças que defenderam São Borja, e escoltaram as famílias, eram praticamente de fora da província, sobretudo o 1º Corpo de Voluntários da Pátria, somente chegado ao teatro de operações. Teria que argumentar sobre a distância que David Canabarro sempre esteve dos acontecimentos mais decisivos e as inexplicáveis licenças concedidas a

¹⁰⁴ FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História* [...]Ob.cit.p.88.

¹⁰⁵ FAGUNDES, Augusto Antônio. *Cartilha da História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.89.

¹⁰⁶ Id.ib.,p.89

guardas nacionais destacados na fronteira do rio Uruguai, às vésperas da invasão. Sobre a defesa, o autor é explícito: “São injustas as acusações feitas a David Canabarro e Fernandes Lima”.¹⁰⁷

Consequências da Guerra

O contexto econômico-social, quando daquela guerra, é praticamente descurado por nossa historiografia. A principal atividade econômica de exportação da província era a produção e comercialização de charque e couros, que conhecia longo período de crise provocada em boa parte pela concorrência do produto uruguaio de melhor qualidade e preço. Júlio Quevedo levantou uma hipótese interessante que pouco eco faz na historiografia sul-rio-grandense. Sem maiores aprofundamentos, segundo o autor, a guerra teria contribuído para aprofundar a crise econômica da província.¹⁰⁸ Entretanto, destaque-se que, nesse então, era forte a produção colonial-camponesa alemã, em geral orientada ao mercado interno sul-rio-grandense. E, nas décadas seguintes, o Rio Grande do Sul entraria em expansão econômica, com destaque os primeiros tempos republicanos.¹⁰⁹

Durante pouco mais de sete anos, o Rio Grande do Sul viveu em ambiente de guerra. Milhares de homens foram arrancados de suas casas para lutar em um conflito que, em geral, desconheciam os motivos e, sobretudo, não lhes dizia respeito. Outros tantos homens, os prisioneiros paraguaios, por aqui ficaram em circunstâncias até agora não bem explicadas e ainda menos estudadas. Historiadores defenderam que o governo imperial ofereceu tratamento humanitário aos prisioneiros. Teriam sido tratados conforme o direito internacional; teriam sido bem alimentados, vestidos, recebendo soldo, quando desejassem ser estipendiados pelo Estado. Sobretudo, propuseram que os prisioneiros paraguaios sob tutela do Império não teriam sido obrigados a ingressar nas fileiras do Exército Imperial.

Emilio de Sousa Docca defendeu que, com a rendição em Uruguaiana, teve início “a guerra civilizada na América do Sul”.¹¹⁰ Esses fatos não se processaram exatamente

¹⁰⁷ Loc.cit.

¹⁰⁸ QUEVEDO, Júlio. *História compacta do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.59.

¹⁰⁹ LANDO, Aldair Marli et al. *RS: imigração & colonização*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992; MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: EdiUFRGS, 1999; MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ulbra, 1994; ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.

¹¹⁰ DOCCA, E. F. de Sousa. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.230.

como proposto, como veremos, e já propusemos em nossa dissertação de mestrado.¹¹¹ Também muito reticente sobre o assunto, Antônio Augusto Fagundes limitou-se a escrever: “Vencidos e humilhados, os invasores eram disputados por oficiais dos três exércitos e muitos foram incorporados às forças aliadas como ‘Voluntários paraguaios’”.¹¹² Veremos que centenas desses paraguaios permaneceram no Rio Grande do Sul, muitos trabalhando em regime semi-servil em fazendas da província.

Análises sobre a consequência da guerra para o Rio Grande do Sul são bastante incomuns, na bibliografia específica sobre o conflito contra a República do Paraguai. Mário Maestri elucidou um importante movimento insurrecional no sul da província que teve possivelmente ligação direta com a invasão da República do Uruguai por tropas imperiais. Movimento servil ocorrido em Piratini e em outras regiões do sul da província após o coronel uruguaio Basilio Munhoz comandar invasão à Jaguarão, em 20 de janeiro de 1865.¹¹³ Orientais pretendidamente envolvidos na conspiração e “dezenas de trabalhadores escravizados foram presos”. Também por primeira vez vinha à tona na historiografia sul-rio-grandense a conspiração de cativos em Porto Alegre, na qual estariam envolvidos prisioneiros paraguaios.¹¹⁴

O Rio Grande do Sul, ou melhor, uma parcela significativa de sua classe proprietária de terras e cativos provocou a guerra e atraiu o Império do Brasil para o Estado Oriental em uma diacrônica sintonia de interesses distintos na região platina. Os fazendeiros sulinos esperavam solucionar facilmente suas *questões* na República do Uruguai, como inicialmente ocorreu após subida de Venancio Flores ao poder, e posteriormente auxiliar na guerra contra o Paraguai que pensavam ser rápida e fácil.

Desorganização administrativa

A retórica oficial, sobretudo após o acontecimentos, era de que, para enfrentar conflito de grandes proporções contra a República do Paraguai, único Estado *Nacional* da região, e, minimamente organizado, a província do Rio Grande do Sul não tinha a mínima condição estrutural, administrativa e de aparelhamento.¹¹⁵ O que é uma meia verdade. A invasão da província, por forças paraguaias, efetuada em junho de 1865, era

¹¹¹ JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria*. Ob.cit.p.171.

¹¹² FAGUNDES, Augusto Antônio. *Cartilha da História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.90.

¹¹³ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.201.

¹¹⁴ Id.ib.,p.202.

¹¹⁵ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996; MAESTRI, Mário. *Paraguai: A República Camponesa 1810-1865*. Porto Alegre: FCM, 2014.

considerada no mínimo improvável pelas autoridades imperiais. Quando ela se processou, apesar das informações recebidas com antecedência, as forças da Guarda Nacional, sobretudo de cavalaria, em grande número na província, foram convocadas às pressas e as tropas enviadas, inicialmente, sem fardamento adequado e praticamente desarmadas ao campo de batalha. Os oficiais destacaram-se pela inoperância e pusilanimidade. A desorganização que reinava na administração pública de uma nação escravista colonial teve sérias consequências quando em guerra.

As consequências políticas da guerra para o Rio Grande do Sul é outro assunto de quase nenhum destaque nas obras até agora analisadas, independente da filiação historiográfica. Em 1866, as eleições no Rio Grande do Sul foram suspensas pelo governo imperial, com decisão, inclusive transitada no Conselho de Estado, na Corte. A justificativa? A instabilidade provocada pela invasão paraguaia no ano anterior e por grande parte dos eleitores e elegíveis estarem lutando no Paraguai. Isso não seria aplicado ao Mato Grosso, ainda invadido por tropas paraguaias.

Fábio Kühn é um dos poucos historiadores, analisados, que trata do assunto. Ao destacar que, no final da década de 1860, ressurgiria no Rio Grande o Partido Liberal Histórico, ganhando destaque nas eleições. Em 1866, um ano após a vitória de setores proprietários sulistas na questão do Uruguai, e afastado o perigo de invasão da província, os Liberais Históricos, representantes da classe proprietária, com destaque para os fazendeiros, criadores e charqueadores, pouco ou nenhum interesse mais possuíam no conflito com o Paraguai. Nesse contexto, governo imperial “suspendeu as eleições no Rio Grande do Sul até o final do conflito.” Esse cancelamento dificultaria a “hegemonia política do Partido Liberal na província”.¹¹⁶

Júlio Quevedo, sem entrar no mérito da questão, cita telegraficamente a questão política eleitoral no Rio Grande do Sul durante e após a guerra. Para o autor, que não cita a suspensão das eleições, “o Partido Conservador tornou-se hegemônico na província pela defesa da centralização administrativa”. Ele concluiu que após o “término da guerra, os liberais se fortaleceram e, em 1872, venceram as eleições”.¹¹⁷

A produção historiográfica rio-grandense sobre o conflito contra o Paraguai e, mais especificamente, sobre a participação da então província do Rio Grande do Sul é deficitária, dominada por corrente de pensamento conservador, de viés tradicionalista, que, na apologia do *gaúcho*, celebra o fazendeiro e o latifúndio. Produção essa que atende

¹¹⁶ KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.104.

¹¹⁷ QUEVEDO, Júlio. *História compacta do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.50.

aos interesses das classes proprietárias do atual bloco histórico hegemônico.¹¹⁸ A análise, ainda que parcial, da historiografia sulina, nos permite assegurar que os acontecimentos e desdobramentos referentes ao conflito contra o Paraguai e, sobretudo, a invasão da província do Rio Grande do Sul, foram preteridos em favor, por exemplo, dos acontecimentos da *revolução Farroupilha*.

Intelectuais orgânicos

Não é difícil compreender esse fenômeno. Grande parte dos historiadores citados compõe a intelectualidade orgânica da classe proprietária regional. Marx e Engels lembravam, em *A ideologia alemã*, que, dentro da classe dominante, surgem “os pensadores dessa classe”, “os ativos ideólogos criadores de conceitos da mesma, os quais fazem da elaboração da ilusão dessa classe sobre si própria a sua principal fonte de sustento.”¹¹⁹ Ao narrar os fatos da *epopeia* farrapa, essa historiografia está defendendo o ideário classista de 1835-45, a autonomia plena para os estancieiros escravistas. Ao enaltecer os *heróis*, bravos militares que enfrentaram os *desmandos* do Império, estão consolidando no imaginário regional memória avessa aos fatos. A guerra dos fazendeiros sulinos contra o governo imperial é ferramenta ideológica de dominação da classe proprietária. Seus feitos, mesmo inventados, precisam ser minimamente detalhados e os *heróis*, festejados!

Lógica distinta é aplicada no relativo à guerra contra o Paraguai. A mesma classe proprietária, que tão *valentemente* havia lutado, por dez anos, enviando à guerra cativos, peões, gaúchos e índios contra as tropas imperiais, para defender seus interesses econômicos, fracassou na proteção da província. Com os olhos voltados para o sul, para a questão com o Uruguai, verdadeiro interesse de setores estancieiros e charqueadores no conflito, deixaram a fronteira de Missões, de menor importância econômica, à própria sorte. Os mesmos “heróis” do decênio farroupilha abandonavam agora a população das vilas invadidas. A *valorosa* Guarda Nacional do Rio Grande do Sul mostrou-se um fiasco. As rivalidades políticas e disputas de poder e ego salientaram-se. Resultado: Um exército de pouco mais que sete mil homens, mal equipados, permaneceu por mais de três meses humilhando as forças de defesa da província mais militarizada do Império.

¹¹⁸ PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

¹¹⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*; tradução de Álvaro Pina. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.p.68.

Tais sucessos não seriam dignos de publicação e, tampouco, de dividir espaço nas páginas dos livros com a grande epopeia dos farrapos. A luta pela manutenção da hegemonia e pela dominação de classe passa inevitavelmente pelo controle das informações e da memória. As ideias dominantes tendem a ser as ideias da classe dominante.¹²⁰

¹²⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Ob.cit.p.67.

Capítulo 2 - Formação socioeconômica rio-grandense e as primeiras guerras no Prata

À época da conquista das américas, viviam no atual estado do Rio Grande do Sul “três grandes complexos civilizacionais nativos americanos”, comunidades jês, no Planalto Meridional e Serra, *charruas e minuanos* no Pampa e os guaranis no Litoral, nas margens das lagoas e nos vales dos rios Ijuí, Jacuí e Uruguai.¹²¹ O lusitano Pero Lopes de Sousa [1497-1539], entre 1530 e 1532, fez minuciosas anotações sobre as condições geográficas, sobre as tribos indígenas da costa e sobre as descobertas e potencialidades econômicas dos territórios visitados. Não escondia o desejo de encontrar metais preciosos no Sul.¹²²

Em sua viagem, Pero de Sousa registrou as dificuldades com a navegação no extremo sul. A expedição chegou até o rio da Prata e por ali acessou os rios *Negro* e *Uruguai*. Inicialmente, o atual território do Rio Grande do Sul não despertou cobiça dos exploradores europeus. O acesso ao interior da região, a partir do litoral, era dificultoso. A navegação do litoral era dificultada pela ausência de baías e enseadas que protegessem a extensa costa.

No atual Rio Grande do Sul, não se descobriu minerais preciosos, grandes motivadores das explorações territoriais daquele então. O clima subtropical não oferecia condições ideais, sobretudo em época de baixos recursos técnicos, para o plantio de cana de açúcar, principal cultivo de exportação. A distância em relação aos mercados consumidores europeus também desestimulava os investimentos.

A expedição de Pero de Sousa não deixou povoadores.¹²³ No século 17, povoadores do litoral paulistano iniciavam processo para apresar indígenas e vender como mão de obra nas lavouras de cana de açúcar do litoral nordestino. Nessa época, houve tentativa fracassada de catequização jesuítica por padres portugueses.

As coroas de Espanha e de Portugal protagonizaram intensas disputas pela expansão ou manutenção dos territórios até então demarcados pelo Tratado de Tordesilhas, [1494]. As demarcações não passavam de longas faixas de território povoadas por indígenas que defendiam seus territórios. Na América portuguesa, o sistema colonial teve como base econômica a produção açucareira para exportação, calcada em

¹²¹MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.14.

¹²² DIÁRIO da Navegação de Pedro Lopes de Sousa pela Costa do Brasil até o rio Uruguay (de 1530 a 1532). 4ªed. Rio de Janeiro, Typ. de D.L. dos Santos, 1867.p.32.

¹²³ CESAR, Guilhermino. *Ocupação e diferenciação do espaço*. Ob.cit.p..8.

mão de obra escravizada. Já as minas de prata de Potosí, no atual Peru, sustentaram por longo tempo o sistema mercantil-colonial espanhol.

Sem limites

A coroa portuguesa alimentava o sonho de encontrar metais preciosos, incentivando a interiorização da população no território, com as entradas e bandeiras. Os limites dos tratados nunca seriam respeitados e a atual configuração do território imperial e rio-grandense se definiu mediante conflitos, negociações e, sobretudo descumprimento de limites impostos.

No Sul, a coroa espanhola, para ocupar as extensas regiões limítrofes e tentar impedir o avanço português, entregou à Companhia de Jesus o encargo de formar reduções, missões ou povos com os nativos, que resultou na formação dos trinta povos jesuíticos. Em sua maioria, as reduções missionárias eram formadas de guaranis. Em 1607, formou-se a Província Geral Jesuítica do Paraguai, independente do Peru.

Essas missões “serviriam como uma espécie de escudo contra a expansão lusitana em direção à estratégica foz do rio da Prata”.¹²⁴ Entre 1610 e 1637, foram fundadas as províncias jesuíticas do Paraguai - centro administrativo da Companhia -, do *Itatim* (Paraguai), *Guairá* (Paraná) e *Uruguai* (Rio Grande do Sul).

Durante a União Ibérica, 1580-1640, a crise com os Países Baixos pôs em perigo a organização jesuítico-guarani. A primeira leva reducionista em terras do atual Rio Grande do Sul ocorreu a partir de 1626, no Tape, na tentativa de escapar do ataque dos *bandeirantes*. Em terras que então pertenciam à coroa espanhola surgiram dezoito reduções de curta duração, a primeira foi *San Nicolás*. Em 1636, Antônio Raposo Tavares, bandeirante paulista, teria atacado, destruído e aprisionado milhares de índios reduzidos na província do Tape.¹²⁵

Na outra margem

Os ataques fizeram os jesuítas retornarem para a margem direita do rio Uruguai. Abandonaram o gado, principal atividade econômica das reduções, junto com a erva-mate.¹²⁶ Vivendo livremente, em condições favoráveis à reprodução, o gado logo se

¹²⁴ CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. Ob.cit.p.8; MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.14.

¹²⁵ AMEGHINO, Eduardo Azcuy; BIROCCO, Carlos María. As colônias do Rio da Prata e o Brasil: geopolítica, poder, economia e sociedade (tradução de José Romero Pereira Junior) em: CERVO, Luiz Amado; RAPOPORT, Mário. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora UNB; Brasília: Revan, 1998.p.31.

¹²⁶ DOCCA, E.F. de Souza (general). *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.53.

espalhou por longas extensões de terra, desde a margem meridional do rio Jacuí até o rio Negro, na Banda Oriental (futuro Uruguai), chegando ao litoral atlântico. Da margem direita do rio Uruguai, passaram com frequência rebanhos dispersos para essas paragens, aumentando a concentração de gado no território do atual Rio Grande do Sul.¹²⁷

A região que compreende do pampa ao litoral Atlântico, em parte dos atuais territórios rio-grandenses e uruguaios, com ricas pastagens, foi utilizada pelos guaranis missioneiros como uma grande fazenda de livre criação de gado – a vacaria del Mar. Era reserva de gado estratégica, que por ser pouco utilizada, se expandiu fortemente.¹²⁸

Em 1680, a rivalidade entre as coroas ibéricas pelo controle do meridião da América levou à fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, por Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro.¹²⁹ O principal objetivo era concretizar o projeto geopolítico português na região e, perifericamente serviu para “vender cativos e outros produtos aos espanhóis e nativos e extrair, direta e, sobretudo, indiretamente, couros dos gados selvagens das riquíssimas vacarias da Banda Oriental”.¹³⁰

Entre 1680, quando de sua fundação pelos lusitanos, até 1777, quando Sacramento se torna possessão espanhola, pelo Tratado de Santo Ildefonso, aquele território mudou de mãos frequentemente. Com deslocamento de forças militares e recursos, iniciava “o primeiro movimento luso-brasileiro de ocupação territorial dos atuais territórios sul-rio-grandenses”.¹³¹ Existiam, em Viamão e no Estreito, fazendas de descanso de gado, levados à feira de Sorocaba.

Em 1682, dois anos após a fundação da Colônia de Sacramento, os padres da Companhia de Jesus, provavelmente tentando impedir o avanço luso-brasileiro sobre território hispânico, cruzaram o rio Uruguai para fundar, por segunda vez, reduções jesuíticas no nordeste rio-grandense, os Sete Povos Missioneiros: São Miguel, São Nicolau, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo.

Interesses convergentes

As reduções jesuíticas da Província do Uruguai – Sete Povos – foram importantes para a configuração econômica do que seria, mais tarde, o Rio Grande do Sul.¹³² Das

¹²⁷ PALERMO, Eduardo R. *Tierra esclavizada: El norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Montevideo: TierraAdentro ediciones, 2014. 2ª ed.p.25.

¹²⁸ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.32

¹²⁹ CESAR, Guilhermino. *Ocupação e diferenciação do espaço*. Ob.cit.p.8

¹³⁰ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.20.

¹³¹ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.23.

¹³² DOCCA, E.F. de Souza (general). *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.57.

reduções se exportavam couro, sebo, erva mate, mulas, lã etc.¹³³ A erva-mate, por sinal, era um importante produto de produção e exportação missioneira, colhida em grandes ervais. O principal destino era Buenos Aires onde era trocada por “alfaias, roupas, remédios e algum mantimento especial”, entre outros produtos.

No início do século 18, a administração dos Sete Povos teria introduzido gado no noroeste do Planalto sul rio-grandense, em região de campos, entre os pinhais, como reserva, formando a Vacaria dos Pinhais. Luso-brasileiros e mesmo espanhóis já realizavam o abate e retirada de gado de forma ilegal nesse território, rivalizando com quem o fazia com autorização da coroa espanhola. O produto principal era o couro e secundariamente o sebo e a língua. A prática extrativista-mercantil, tanto a legal como a ilegal, geralmente empregava trabalhadores livres e assalariados e, cativos, de forma marginal.¹³⁴

Com a descoberta de ouro, no atual território de Minas Gerais, em 1695, o sul da Colônia teria importante papel no abastecimento de mulas, para o transporte e gado para alimentar os trabalhadores escravizados. Até 1705, quando a Colônia de Sacramento voltou para mãos espanholas, as mulas eram levadas das imensas reservas do atual Uruguai pelo litoral, até Laguna, de onde eram remetidos para as regiões de densa população de cativos, como Santos, Salvador e Rio de Janeiro.¹³⁵ No século 18, a oferta de gado crescera quando tropeiros, por acaso, descobriram a Vacaria dos Pinhais. Dali, os tropeiros conduziam o gado para Sorocaba, para abastecer os mais diversos centros produtivos da Colônia.¹³⁶

Novamente com lusitanos

Em 1716, a Colônia de Sacramento retornou aos portugueses. Em 1725, a coroa lusitana enviou desde Laguna a “frota de João de Magalhães”, com cerca de 30 homens, entre eles cativos, para facilitar a extração ganadeira e proteger Sacramento das constantes investidas hispânicas.¹³⁷ Se aprofundava a crise entre as coroas ibéricas.

Em 24 de dezembro de 1726, para fazer frente à presença lusitana na região, a coroa espanhola autorizou a fundação da cidade de Montevidéu.¹³⁸ Também nesse ano

¹³³ S.J. JAEGER, Pe. Luís Gonzaga. Índios rio-grandenses civilizados pelos antigos jesuítas. Ob.cit.p.34-5.

¹³⁴ Id.ib.,p.22.

¹³⁵ QUEVEDO, Júlio. *História compacta do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.34.

¹³⁶ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.32.

¹³⁷ DOCCA, E.F. de Souza (general). *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.58.

¹³⁸ TORRONTEGUY, Teófilo O. V. *As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994.p.25.

estabeleceram as primeiras sesmarias às margens da Lagoa dos Patos.¹³⁹ Na atual São José do Norte, fundaram um posto militar avançado.¹⁴⁰ Era o princípio da ocupação oficial do Rio Grande pelos portugueses. Ao longo do século 18, as doações de sesmarias continuariam, para gente de posse.¹⁴¹

Em 19 de fevereiro de 1737, a coroa portuguesa fundou na margem do *rio* Grande, uma fortaleza e presídio (colônia militar) Jesus-Maria-José. Para povoar e organizar o lugar, foram trazidos colonos do Rio de Janeiro, de Laguna, de Sacramento, da ilha dos Açores e de São Paulo. A vila de Rio Grande seria duplamente estratégica, pois apoiava a Colônia de Sacramento, então sitiada pelos espanhóis, e a exploração das regiões da campanha próxima, estendendo a zona de controle lusitana.¹⁴² Nas proximidades da vila, iniciou-se uma incipiente produção de trigo, para abastecer as tropas, chegando a ser exportada para o Rio de Janeiro, Pernambuco e Portugal.

Em 13 de janeiro de 1750, teve lugar o Tratado de Madrid, que estabelecia limites entre as possessões ibéricas, no Novo Mundo. O tratado estabeleceu que Sacramento passaria à Espanha e as Missões aos portugueses. O acordo levou à expropriação de terras, ervais e parte dos rebanhos dos missioneiros. As autoridades portuguesas planejaram substituir a população missioneira por açorianos, mas eles nunca ocuparam aquela região.¹⁴³

Resistência missioneira

Os povos missioneiros resistiram à redemarcação. As coroas ibéricas uniram esforços militares para o contra-ataque.¹⁴⁴ De janeiro a maio de 1756, ocorreram batalhas, em uma guerra assimétrica. Em 16 de maio, as tropas ibéricas entraram e dominaram São Miguel, pondo fim à Guerra Guaranítica. Entretanto, os povos permaneceram ainda por quase meio século.

¹³⁹ SILVA, Rafael Ricarte da. Sesmarias. Em: Atlas digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Sesmarias>. Acesso em 14 jun 2019.

¹⁴⁰ SILVA, Elmar Manique. Ligações Externas da Economia Gaúcha (1736-1890). Em: DACANAL, Hildebrando GONZAGA, Sergius (orgs). RS: Economia e Política. Ob.cit.p.57.

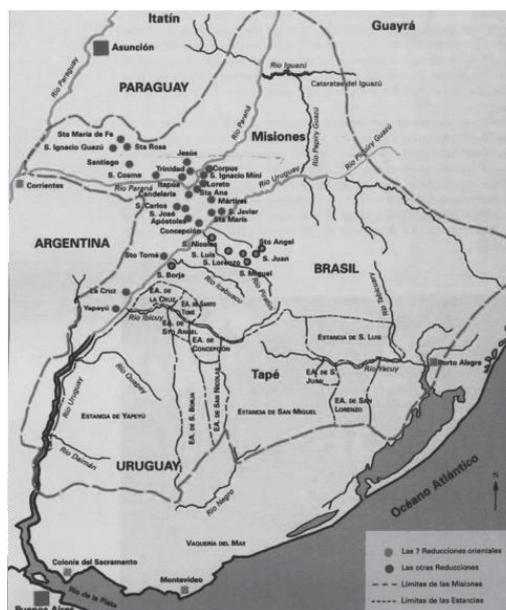
¹⁴¹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Ob.cit.p.244.

¹⁴² SILVA, Elmar Manique. Ligações externas da economia gaúcha. Ob.cit.p.58.

¹⁴³ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.28.

¹⁴⁴ GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.p.165.

Imagem 1 - Reduções Jesuíticas



Fonte: <http://www.nhecuanos.com.br/arti.htm>

A posse do atual Rio Grande do Sul se deu pela ocupação do território, estabelecimento de sua base econômica de exploração, e, mediante forte aparato militar. No contexto da disputa contra os espanhóis, a coroa portuguesa autorizou a fundação, no sul do Rio Grande do Sul, às margens do canal de São Gonçalo, de forte de mesmo nome. Em 1752, fundou-se o forte de Rio Pardo, em região de influência missioneira.¹⁴⁵ Logo, o governo lusitano distribuiu terras para militares, nas proximidades daquele forte.¹⁴⁶ As disputas pelo território entre lusitanos e espanhóis se arrastaram por muito tempo. Isso levou a uma cada vez maior necessidade de militarização da região. Em 1760, foi criado o governo militar do Rio Grande de São Pedro.¹⁴⁷

O Tratado de Madrid não resolveu o problema entre as coroas ibéricas. Outro tratado, em 1761, de El Pardo, anulou o de Madrid, mas logo viria a guerra. Na segunda metade do século 18, as relações diplomáticas entre Espanha e Portugal voltaram a se encrespar, com a Guerra dos Sete Anos. Isso levaria novamente a disputas no sul da América.¹⁴⁸

Em 1762, Pedro de Ceballos, governador de Buenos Aires, conquistou a Colônia de Sacramento. No ano seguinte, assaltou o Forte de Santa Tereza (no atual departamento de Rocha, no Uruguai).¹⁴⁹ Em 24 de abril de 1763, tropas espanholas apossaram-se de

¹⁴⁵ TORRONTEGUY, Teófilo O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.25.

¹⁴⁶ Id.ib.,p.54.

¹⁴⁷ TORRONTEGUY, Teófilo O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.27.

¹⁴⁸ DOCCA, E.F. de Souza (general). *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.187.

¹⁴⁹ Id.ib.,p.188.

Rio Grande. A vila e o porto estavam na posse da Espanha.¹⁵⁰ O território rio-grandense lusitano foi drasticamente reduzido, da margem esquerda do rio Jacuí, até o lago Guaíba e, dos campos de Viamão, até o rio Mampituba. Em 1773, Porto Alegre tornou-se capital da capitania de São Pedro e nela surgiram novos núcleos urbanos.¹⁵¹

Prática peculiar

Nessas guerras militares e proprietários de terra do Rio Grande do Sul lutavam em nome da causa geral, comandando grupos armados de indígenas, gaúchos e libertos e obtinham benefícios particulares, sobretudo sesmarias. Elas seriam a base da propriedade fundiária nas regiões sul e oeste do atual Rio Grande, onde surgiram grandes fazendas de criação de gado. Os setores subalternizados, não recebiam gratificações, pelo menos, não nas mesmas proporções.

Na época da ocupação espanhola, em preparação ao ataque que desbancou os invasores, a capitania fora fortemente reforçada em homens e armas. Em 1774, havia no Rio Grande do Sul cerca de sete mil homens, número, até então, jamais reunido em território luso-brasileiro.¹⁵² Em abril de 1776, os portugueses expulsaram os espanhóis de Rio Grande. No ano seguinte, firmou-se o Tratado de Santo Ildefonso que instituiu uma zona neutra entre os dois territórios, os *Campos Neutrais*. A Colônia de Sacramento ficou com os espanhóis e o território lusitano limitava-se pelos rios Jacuí e Camaquã, drasticamente reduzido em relação às demarcações do Tratado de Madrid.¹⁵³

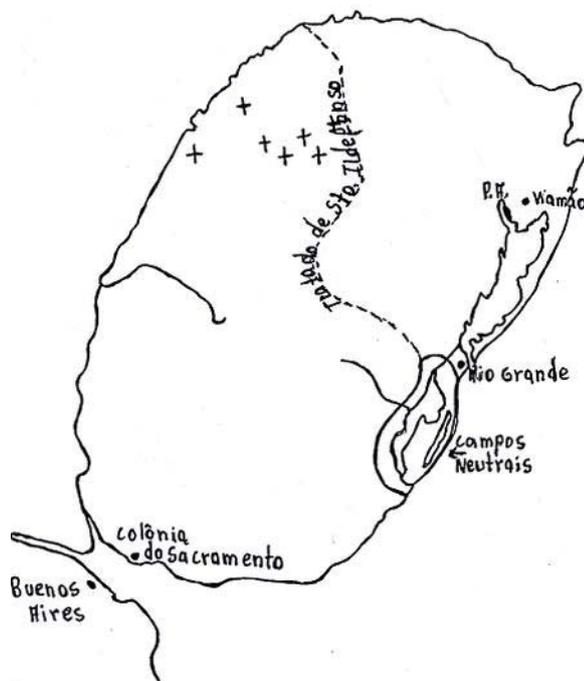
¹⁵⁰ Id.ib.,p.189.

¹⁵¹ TORRONTÉGUY, Teófilo O. V. *As origens da pobreza no Rio Grande do Sul*.Ob.cit.p.28.

¹⁵² Id.ib.,p.55.

¹⁵³ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*.Ob.cit.p.63.

Imagem 2 - Limites do tratado de Santo Ildefonso



Fonte: <https://historia-do-rio-grande-do-sul.webnode.com/campos-neutrais/>

2.1 Fixação da base econômica e da apropriação do território

No início de sua existência, a principal função econômica do Rio Grande era abastecer - com mulas e posteriormente com o charque - as regiões mineradoras lusitanas no Brasil.¹⁵⁴ Em dezembro de 1764, a coroa portuguesa concedeu ao Rio Grande do Sul o monopólio da criação e exportação de mulas para o restante do país¹⁵⁵

Os primeiros colonizadores, dedicados à criação extensiva de gado, estavam esparsos pelo território. Com o fim de aumentar a povoação, diversificar a economia, introduzindo a agricultura e garantir forças para a sustentação militar da região, o governo introduziu casais de origem açoriana.¹⁵⁶ No Sudeste e na Campanha predominou a exploração do gado; já em áreas da Depressão Central e Litoral, a pequena propriedade

¹⁵⁴ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 33 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.p.80.

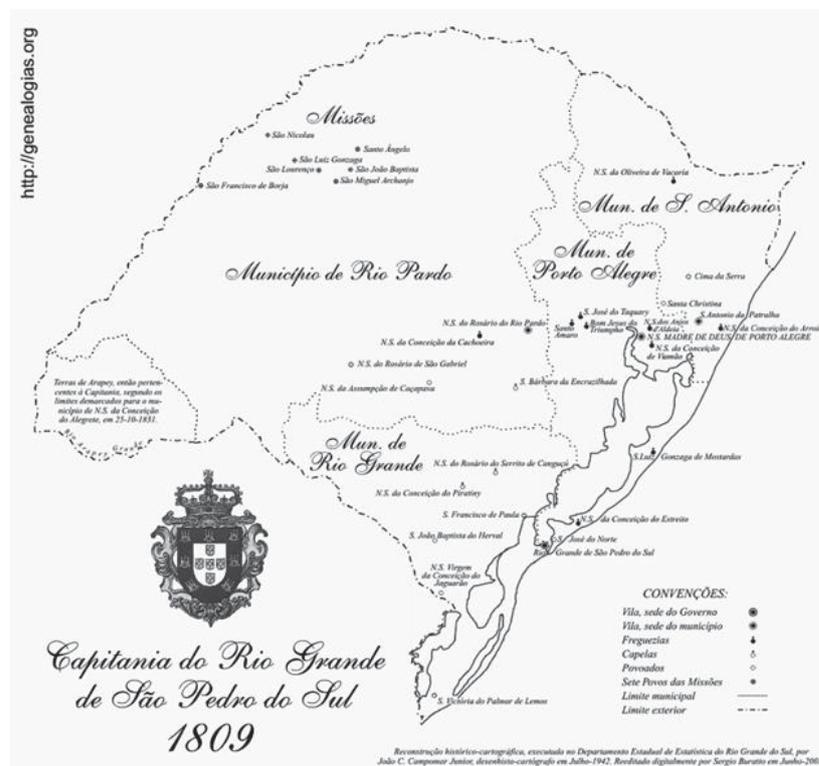
¹⁵⁵ CESAR, Guilhermino. *Ocupação e Diferenciação do Espaço*. Em: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política* (orgs). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.p.25.

¹⁵⁶ KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: Terra e Poder: História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.p.19.

agrícola mercantil e de subsistência. Até 1780, a economia do Rio Grande de São Pedro baseava-se principalmente na exportação de gado em pé e venda de couros.¹⁵⁷

A produção tritícola foi responsável também pelo primeiro desenvolvimento econômico de Porto Alegre, de onde, via fluvial, era escoada a produção.¹⁵⁸ A capitalização propiciada pela atividade agrícola permitiu o investimento na produção charqueadora. Por primeira vez se inseriu sistematicamente a mão de obra escravizada nessas regiões.¹⁵⁹

Imagem 3 - Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul



Fonte: http://buratto.org/gens/MapaRS_1809.gif

Após 1776, quando da expulsão dos espanhóis do porto e da vila de Rio Grande, as regiões em torno dela foram ocupadas e transformadas em fazendas pastoris. Em 1780, José Pinto Martins [?-1820], vindo do Ceará, fugido das secas do Nordeste, instalou-se às margens do Canal de São Gonçalo, no Sul.¹⁶⁰ Ali, estabeleceu a primeira charqueada,

¹⁵⁷ SILVA, Elmar Manique. Ligações Externas da Economia Gaúcha. Em: *RS: Economia e Política*. Ob.cit.p.59.

¹⁵⁸ SILVA, Elmar Manique. Ligações externas da economia gaúcha. Ob.cit.p.60

¹⁵⁹ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.34.

¹⁶⁰ BOSCO, Setembrino Dal. *Escravidão e Pastoreio no Rio Grande do Sul 1780-1889*. Porto Alegre: FCM, 2015.p.56.

era o início da produção e comercialização do charque que seria o principal produto da economia sulina no século seguinte.¹⁶¹ O sul da província, em especial Pelotas, fundada em 1812, por sua proximidade com a farta reserva de gado uruguaio, concentrou o maior número de charqueadas e de trabalhadores escravizados.¹⁶²

Na Região Sul, o porto de Rio Grande teve grande importância para o crescimento econômico da capitania, exportando sua produção.¹⁶³

Imagem 4 - Pelotas, 1865



Fonte: ANRJ, Mapoteca. Rio Grande do Sul. Códice OG, mapa 068.

Avanço lusitano

No início do século 19, no contexto das guerras napoleônicas, as hostilidades entre as coroas ibéricas tomaram fôlego. O governo português determinou a ocupação dos *Campos Neutrais* estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso. Em novembro de 1801, tropas luso-brasileiras apossaram-se dos Sete Povos das Missões, ainda sob administração

¹⁶¹ SILVA, Elmar Manique. Ligações Externas da Economia Gaúcha. Em: *RS: Economia e Política*. Ob.cit.p.59.

¹⁶² CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do Espaço. Ob.cit.p.14.

¹⁶³ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.107.

laica espanhola e oficiais luso-brasileiros apossaram-se de grandes porções de terra. Aos poucos, as fazendas comunitárias conduzidas pelos *guaranis*, deram lugar a fazendas de exploração mercantil de base escravista.¹⁶⁴

Nos ataques promovidos por militares e estancieiros luso-brasileiros na metade sul do Rio Grande, seguidos de pilhagem, participavam centenas de homens marginalizados, a quem se abonava as migalhas do saque. Com a guerra, os lusitanos ampliaram seus domínios até o rio Ibicuí e para o sul até as cabeceiras do rio Negro. Nesse amplo e rico território se estabeleceram grandes fazendas de criação de gado.¹⁶⁵ A melhor qualidade dos rebanhos e das pastagens platinas e as modernas técnicas de manejo, contribuíram para a produção de charque de excelência, com vantagem sobre o produto sulino.¹⁶⁶

Em 1808, a convulsão político-social conhecida na América espanhola após a queda do rei Fernando 7º, desvelaria as pretensões luso-brasileiras sobre o Prata. Em julho de 1810, um exército luso-brasileiro de 4.000 homens invadiu a Banda Oriental com o pretexto de socorrer o vice-rei espanhol Francisco de Elió, defensor do realismo e não signatário da Junta Governativa de Buenos Aires. Cercados pelas tropas autonomistas de José de Artigas, líder revolucionário uruguaio e pelas forças do governo portenho de Buenos Aires, nada conseguiram.¹⁶⁷

Em 1816, novamente tropas luso-brasileiras foram enviadas à Banda Oriental para derrotar a resistência artiguista.¹⁶⁸ Entre 1816 e 1828 o atual Uruguai foi incorporado ao Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves e, depois, ao Império do Brasil como província Cisplatina. Houve uma verdadeira invasão de criadores/charqueadores sulinos aos riquíssimos campos e rebanhos orientais.¹⁶⁹ A história econômica do Rio Grande do Sul é ininteligível sem considerarmos suas profundas ligações socioeconômicas e políticas com a região platina.¹⁷⁰

¹⁶⁴ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.66.

¹⁶⁵ FERREIRA, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.64.

¹⁶⁶ BANDEIRA, Moniz. *O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata*. Ob.cit.p.101.

¹⁶⁷ CERVO, Amado Luiz. A dimensão regional e internacional da independência. Em: CERVO, Luiz Amado; RAPOPORT, Mário. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro. Ob.cit.p.94.

¹⁶⁸ MELONGO, Tabaré. *Artigas: la causa de los pueblos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

¹⁶⁹ MAESTRI, Mário. *Mar Del Plata dominação e autonomia no Sul da América* [...] Ob.cit.p.148.

¹⁷⁰ SILVA, Elmar Manique. *Ligações externas da economia gaúcha*. Ob.cit.p.67.

2.3 Hegemonia regional

A anexação uruguaia aos domínios luso-brasileiros e, posteriormente ao Império, enfrentaria a resistência interna artiguista e externa. Nesse cenário surgira, em Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, abastado proprietário e charqueador, futuro presidente argentino, com apoio a guerra de independência uruguaia. Em 19 de abril de 1825, Juan Antonio Lavalleja [1784-1853], auxiliados pelo governo argentino, invadiram a Cisplatina e iniciaram a guerra de independência que duraria até 1828 quando o Uruguai se tornou independente.

Nas guerras de ocupação da Banda Oriental, lutaram os principais chefes militares e fazendeiros da guerra farroupilha (1835-45). Certamente atraídos pelos lucros graúdos que obteriam com a anexação uruguaia, Bento Gonçalves da Silva [1788-1847], Bento Manuel Ribeiro [1783-1855] e Antônio de Sousa Neto [1801-1866] e outros abastados proprietários engrossaram as milícias que se apropriaram do rico território, sobretudo ao norte do rio Negro. As guerras empobreceram as camadas desfavorecidas daquela população.¹⁷¹

Os criadores de gado, proprietários de terra e de cativos do Rio Grande do Sul eram a classe proprietária, econômica, política e militarmente. Agregando centenas de homens de vida rústica e prática nas atividades campeiras, faziam das instituições militares, principalmente a Milícia e, depois, a Guarda Nacional, suas entidades.

Entre 1835 e 1845, os grandes criadores do Rio Grande do Sul levantaram-se contra o Império. Entre as reclamações estavam a entrada de charque platino a baixo preço no Império, prejudicando as charqueadas sulistas e maior autonomia política.¹⁷² Durante aquele período, teriam emigrado da província cerca de quatro mil pessoas, sobretudo para o Uruguai e Argentina, muitos para trabalhar em fazendas de rio-grandenses que dominaram o norte uruguaio.¹⁷³

O fim da guerra representou vitória dos conservadores sobre os liberais.¹⁷⁴ Em 1846, Luiz Alves de Lima e Silva, barão de Caxias, do Partido Conservador, governava a província. Em 1848, na província, ainda vivendo as consequências do decênio farroupilha, fundou-se o Partido Conservador. Isso levou a rearticulação dos liberais que disputaram os espaços políticos.¹⁷⁵ Os membros daquela agremiação criticavam, entre

¹⁷¹ TORRONTEGUY, Teófilo O. V. *Origens da pobreza no Rio Grande do Sul*. Obc.it.p.35.

¹⁷² FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.98; MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.171.

¹⁷³ FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.99.

¹⁷⁴ QUEVEDO, Julio. *História compacta do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.48.

¹⁷⁵ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A política riograndense no Império*. Ob.cit.p.100.

outras coisas, a separação da polícia, da Justiça e a criação do chefe de polícia provincial.¹⁷⁶ Esse cargo foi utilizado por ambos os partidos quando no poder, como importante arma política, em especial nos períodos eleitorais.

Em 1852, os *saquaremas* (conservadores) ainda dominavam a política imperial. No Rio Grande do Sul, criou-se a “Liga”, fusão de setores do Partido Liberal e do Partido Conservador, que eram maioria. Uma estratégia política para afastar opositores. Em seguida, surgiu a “Contra-Liga”, de maioria Liberal, de onde se originou, mais tarde, o Partido Liberal Progressista, liderado principalmente por Manuel Marques de Sousa.¹⁷⁷ No contexto internacional, o Império, vencida tropas de Juan Manuel de Rosas, na batalha de Monte Caseros. Por isso, a liderança do Partido Liberal Progressista, recaiu sobre Manuel Marques de Sousa, num momento em que ao governo imperial interessava cada vez mais, em função da retomada imperialista sobre o Prata, a diminuição da tensão na província do Rio Grande, bastião militar do Império.

Ao longo do século 19, aumentou a tensão entre as forças políticas na província. Uma grande fração dos liberais se rearticulou no Partido Liberal Histórico, contra as coligações. Ao grupo, se filiaram figuras como Félix da Cunha, Gaspar Silveira Martins e Manuel Luís Osório.¹⁷⁸ As contradições entre liberais históricos e progressistas se evidenciaram durante o conflito contra o Paraguai.

¹⁷⁶ Id.ib.,p.101.

¹⁷⁷ Loc.cit.

¹⁷⁸ Id.ib.,p.103.

Capítulo 3- A gênese de um conflito: O Rio Grande do Sul e a invasão ao Uruguai (1863-1865)

As constantes intervenções e invasões ao território da Banda Oriental e, depois República Oriental do Uruguai, por forças luso-brasileiras, abriram caminho para uma política intervencionista que durou por praticamente todo o século 19. Os criadores e charqueadores do Rio Grande do Sul participaram e se beneficiaram diretamente desse processo.¹⁷⁹ Parcela dessa classe proprietária disputava o controle mais efetivo dos recursos econômicos no sul do continente.

Estava em jogo o controle de ricos campos e imensa reserva de gado do norte uruguaio, matéria prima para a produção de couro e de charque. Os principais mercados consumidores do couro eram a Europa e os Estados Unidos e de charque, as fazendas escravistas do centro e do norte do Império, Cuba e os Estados Unidos.¹⁸⁰

Durante a primeira metade do século 19, quando o Estado Imperial passava por importante crise - Abdicação de Pedro 1º e a Regência, em 1831; e no Segundo Reinado, em 1841 -, as relações entre o governo central e a província rio-grandense romperam-se com república farroupilha, entre 1835 e 1845.¹⁸¹ Depois de pacificada, a província foi mantida sob forte vigilância. Provocaram-se mudanças inclusive na lei da Guarda Nacional, para diminuir a influência dos criadores liberais do Rio Grande sobre ela.¹⁸²

Houve, sobretudo, no Segundo Reinado, mudança na política externa do Império, no que diz respeito à Banda Oriental, naquele momento já República Oriental do Uruguai. Nesse então, os charqueadores e criadores sul-rio-grandenses escravistas indispunham-se com o governo uruguaio. Manoel Oribe [1792-1857] era o mandatário do país vizinho e tinha como principal aliado o *ditador* argentino Juan Manuel de Rosas. Nesse momento, os interesses dos criadores e charqueadores rio-grandenses e do governo imperial convergiram.¹⁸³

A política regional de Rosas impunha dificuldades à livre navegação dos rios do estuário platino. Ele apoiava Manuel Oribe, presidente uruguaio, na tentativa de constituir governo autônomo no Uruguai. O Império, as províncias argentinas de Corrientes e de Entre Ríos e a República do Paraguai assinaram aliança contra Rosas, rejeitado por

¹⁷⁹ PALERMO, Eduardo R. *Tierra esclavizada: El norte uruguayo* [...] Ob.cit.p.159.

¹⁸⁰ BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro* [...] Ob.cit.p.95 et.seq.

¹⁸¹ QUEVEDO, Julio. *História compacta do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.43.

¹⁸² CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada*. Ob.cit.p..86.

¹⁸³ ROSA, José Maria. *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008, p.19-20.

Asunción. Em 1851, sem muito esforço, as tropas imperiais e aliados depuseram Manuel Oribe. Dessa vitória, resultara ultrajante tratado imposto pelo Império ao Uruguai. No ano seguinte, em 3 de fevereiro, na batalha de Monte Caseros, Rosas foi vencido. Batalha livrada, sobretudo, pela cavalaria entrerriana do caudilho Justo José Urquiza.¹⁸⁴

Perigoso Problema

Para Joaquim Nabuco, em *Nabuco de Araújo: um estadista do Império*, de 1875, desde a guerra contra Juan Manuel de Rosas, o Uruguai “tornou-se o mais delicado e perigoso problema” da política exterior do Império.¹⁸⁵ Filho de José Tomás Nabuco de Araújo, político de destaque no cenário imperial, o autor acreditava que o Império não possuía interesse em anexar todo o país vizinho, no que tinha toda a razão. O interesse era apropriar-se do gado, das terras e prejudicar a indústria saladeril oriental, sua concorrente. Também acreditava que a política de neutralidade do Partido Conservador, principalmente representada no Ministro Paulino de Souza, visconde do Uruguai, prevalecia.

O pragmatismo na política externa do Partido Conservador era real. No entanto, no Partido Liberal ela não encontrava eco. Erroneamente, e sem distinguir as propostas dos dois partidos, o autor sustenta que o governo imperial não desejava intrometer-se na política interna uruguaia, só o fazia para impedir que a condução do país caísse em mãos de “facções irresponsáveis”.¹⁸⁶ O Estado Imperial interveio recorrentemente nas questões internas dos países do Prata, sobretudo no Uruguai, para atender interesses dos grupos hegemônicos imperiais e sul-riograndenses.

Com a queda de Rosas, os estancieiros sulinos escravistas garantiram novamente a hegemonia sobre o norte do Uruguai.¹⁸⁷ Essa situação perdurou cerca de uma década, quando o novo governo uruguaio blanco se recusou a renovar os acordos que, entre outras cláusulas draconianas, garantiam benefícios aos criadores sulinos em detrimento da Fazenda oriental. João Pandiá Calógeras [1870-1934], em *Formação histórica do Brasil*, de 1957, propõe, quanto aos criadores escravistas rio-grandenses, que: “Sua única

¹⁸⁴ ROSA, José Maria. La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas. Ob.cit.p.23.

¹⁸⁵ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império* [...]. Ob.cit.p.151.

¹⁸⁶ Id.ib.,p.155.

¹⁸⁷ BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Ob.cit.p.113.

propriedade, o gado, estava ameaçada, suas vidas, postas em perigo suas fazendas, invadidas e destruídas”.¹⁸⁸

A visão parcial nacionalista de Calógeras o impediu de refletir sobre os desmandos cometidos por criadores rio-grandenses no território uruguaio, onde se comportavam como se estivessem em suas fazendas. A escravidão, há muito abolida no Uruguai, era praticada livremente em fazendas de rio-grandenses do norte uruguaio. O gado levado para as charqueadas de Pelotas ou introduzidos no Uruguai pela fronteira não pagava imposto¹⁸⁹

Desde 1851, quando da deposição de Manuel Oribe, os partidos *blanco* e *colorado* disputavam violentamente o poder. O setor social que compunha o Partido *Colorado* era dominado, sobretudo, pela oligarquia comercial de Montevideú, historicamente aliada do Império, e pelos estancieiros sul-rio-grandenses no norte do Uruguai. Os partidários *blancos*, por seu turno, eram representantes dos estancieiros charqueadores do interior uruguaio. Os *blancos* eram também profissionais liberais, comerciantes orientais, pequenos e médios estancieiros etc., naturalmente opostos aos fazendeiros do Rio Grande do Sul.¹⁹⁰

Em 24 de setembro de 1853, Francisco Giró, então presidente do país, deixou o cargo e exilou-se na embaixada francesa, em Montevideú. Em seu lugar, formou-se o *Triunvirato* composto por Antonio Lavalleja, Fructuoso Rivera e Venancio Flores. Após a morte dos outros triúnvios, Flores assumiu o poder, mas foi deposto em agosto de 1855.¹⁹¹ Refugiado em Buenos Aires, onde se tornou oficial do exército de Bartolomé Mitre [1821-1906], presidente argentino, planejou o ataque ao Uruguai.

Em 20 de março de 1854, em meio às turbulências na política interna uruguaia, o Senado da Câmara de Montevideú, usando termos do acordo de 1851, autorizou a entrada no Uruguai de uma tropa imperial de 4.000 homens – *Exército Auxiliar* –. Essa tropa permaneceu no território uruguaio até o ano seguinte; tudo à custa do erário Oriental.¹⁹²

¹⁸⁸ CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1957, p.292.

¹⁸⁹ PALERMO, Eduardo R. *Tierra esclavizada*. Ob.cit.p.277.

¹⁹⁰ MAESTRI, Mário. *Mar del Plata*. Ob.cit.p.172 et.seq.

¹⁹¹ CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Ob.cit.p.288.

¹⁹² OURO PRETO [Visconde Alfonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora: subsídios para a história*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1878, p.4.

Queixas fundamentadas

João Pandiá Calógeras, defensor das ações do Império na região, reconheceu que “as queixas uruguaias estavam plenamente provadas, nem só quanto aos termos do tratado de 1851, mas também no espírito tacanho com que eram aplicadas as suas estipulações”.¹⁹³ A penetração do Exército Imperial no Uruguai, formado exclusivamente por rio-grandenses, foi o principal motivo da repulsa àquela ação. A alta oficialidade do Exército era composta por fazendeiros escravistas do Rio Grande que aproveitavam a intervenção para aumentar a remessa de gado uruguaio para suas fazendas e charqueadas no outro lado da fronteira. Isso causava imenso prejuízo aos criadores uruguaios e à Fazenda nacional daquele país.

Esse cenário refletia a retomada do projeto expansionista imperial sobre a região platina. Projeto que contemplava a resolução das históricas divergências diplomáticas com o Paraguai, inclusive na marra. Em 20 de fevereiro de 1855, dez anos antes da Guerra da Tríplice Aliança, o governo imperial preparou-se para o conflito contra o Paraguai. Naquela data, chegou àquele país a missão militar esquecida pela historiografia brasileira, com o objetivo de forçar o governo paraguaio a assinar acordos de limites. A Missão, capitaneada pelo almirante Pedro Ferreira de Oliveira, registrou vexatório fracasso tanto diplomático quanto militar.¹⁹⁴

Em março de 1856, Gabriel Pereira venceu eleições indiretas e se tornou presidente uruguaio. Em 28 de janeiro de 1858, tropas do governo uruguaio derrotaram a revolta dos “colorados conservadores” na batalha de Quinteros, quando Gabriel Pereira teria mandado “fuzilar aí todos os chefes vencidos aprisionados”.¹⁹⁵ A morte de prisioneiros era recorrente nos confrontos entre aquelas facções. Em 1860, o *blanco* Bernardo Berro assumiu a presidência e se propôs a não prorrogar os tratados draconianos com o Império, prestes a caducar. Isso, após uma década de sangria aos cofres orientais e quando a autonomia nacional era desrespeitada pelos charqueadores sulinos que mantinham no Uruguai a instituição da escravidão.¹⁹⁶

¹⁹³ CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Ob.cit.p.289.

¹⁹⁴ TEIXEIRA, Fabiano Barcellos Teixeira. *A Primeira Guerra do Paraguai: A expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.p.69-70.

¹⁹⁵ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Das guerras cisplatinas à guerra contra o Paraguai. Em: *Enciclopédia Rio-Grandense*. Ob.cit.p.233.

¹⁹⁶ MAESTRI, Mário. *Mar del Plata, Dominação e autonomia no sul da América*. Ob.cit.p.82; PALERMO, Eduardo R. *Tierra esclavizada*. Ob.cit.p.273.

Com as próprias mãos

Mesmo durante governos autonomistas uruguaios, estancieiros-militares escravistas sulinos seguiram intervindo no norte do Uruguai. Desde a metade do século 19, “bandos de brasileiros [sic], diversos sob o comando do coronel Francisco Pedro de Abreu”, invadiam seguidamente “o território do Uruguai a fim de prear o gado e resgatar (sic) negros foragidos”. Para os ex-cativos, que alcançaram liberdade no país vizinho, significava a *reescravidão*. O militar-estancieiro Francisco de Abreu, chefe das *califórnicas*, “exprimia a inquietação dos estancieiros gaúchos (sic), prejudicados pela política de Oribe, que lhes subtraía matéria-prima e força de trabalho”.¹⁹⁷

Durante a segunda metade do século 19, em torno de 40 mil sul-rio-grandenses residiam no norte do Uruguai. Viviam, em sua quase totalidade, nos departamentos de Paysandú, Salto e Taquarembó.¹⁹⁸ Em geral, esses proprietários, alguns militares que conservavam patentes da Guarda Nacional, desejavam a desestabilização político-econômica oriental em favor da economia charqueadora pastoril rio-grandense. Muitos deles “concorriam com os uruguaios aos empregos municipais, participavam das contendas internas, mas pretendiam ser sempre estranhos às autoridades do país”.¹⁹⁹ Quando se sentiam injuriados, corriam à legação imperial reclamar providências.

Em defesa dos criadores sulinos, o historiador Pandiá Calógeras afirmou que, “cansados de se verem a sós, começaram a procurar justiça por suas próprias mãos”. Para o autor, “pequenos bandos começaram a cruzar a fronteira” para “recapturar seus rebanhos roubados, e tornar efetivos seus direitos, à força de armas”.²⁰⁰ O autor resguardava-se de dizer que aqueles bandos capturavam o gado oriental e, sobretudo, cativos refugiados no Uruguai e negros orientais livres, para escravizá-los novamente.

Desconhecendo amplamente o direito internacional e aproveitando-se, quando era possível, do clima de guerra civil em que o Uruguai viveu por longos anos, os criadores rio-grandenses escravistas fizeram da Campanha, entre os dois países, no Rio Grande do Sul e no Uruguai, seu território particular. Eram chefes da Guarda Nacional rio-grandense daquela fronteira e invadiam com armas, sem guerra declarada, os territórios orientais e agiam como se não existissem leis no país vizinho.

¹⁹⁷ BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro* [...] Ob.cit.p.104; FRANCO, Sérgio da Costa. *As Califórnicas do Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006; FRAGOSO, Tasso [general]. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.vol.1.p.65.

¹⁹⁸ OURO PRETO [visconde Alfonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outra*. Ob.cit.p..9.

¹⁹⁹ BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro* [...] Ob.cit.p.82.

²⁰⁰ CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Ob.cit.p.296.

Segundo o coronel francês Theodoro Fix, em *História da Guerra do Paraguay* “os fazendeiros brasileiros [sic] constituíam seguramente a terça parte da facção dos colorados orientais”. Fazia esse reparo, não sem duras críticas ao governo *blanco* por “atrocidades” contra os rio-grandenses.²⁰¹ Situação essa que durou, com altos e baixos, até o rompimento de relações entre Império e Uruguai no contexto da invasão de Venancio Flores.

Suplicando ajuda

Em outubro de 1862, Bartolomé Mitre, político e militar liberal-unitário, assumiu a presidência da Argentina, após importante vitória sobre as forças federalistas. Sua chegada ao poder encerrou um ciclo na disputa interna das duas tendências políticas com a inesperada prostração do líder entrerriano Justo José de Urquiza. No cenário platino de então, o Império e a Argentina disputavam a hegemonia regional, enquanto os fazendeiros criadores sul-rio-grandenses se impunham como força social e econômica hegemônica no meridiano do Brasil.

Havia décadas, existia perigo de intervenção no Uruguai, por parte do Império do Brasil e da Argentina. Em 1862, o diplomata uruguaio Juan José de Herrera [1832-1898], foi enviado ao Paraguai pelo então presidente Bernardo Berro, *blanco*, com o objetivo de propor aliança ao governo de Carlos Antônio López. Em uma das entrevistas que teve com o diplomata, o presidente paraguaio teria manifestado desaprovação a posturas do governo uruguaio, que começava ser encurralado.

Carlos López teria discordado de “los términos del último mensaje presidencial de Berro, en que expresaba confianza en las intenciones de Mitre”. Recomendou que o governo uruguaio “tuviera gran desconfianza con este y con los argentinos”. Carlos Antonio López teria advertido que o governo de Buenos Aires estaria enganando o Uruguai com falsas promessas. Em tom profético, afirmava que, “mas tarde o más temprano, Flores invadiria el Estado Oriental”.²⁰²

Em 3 de março de 1863, na intenção de antecipar os acontecimentos em favor da causa uruguaia, na mais que provável invasão argentino-florista, Juan José de Herrera, Ministro de Relaciones Exteriores do Uruguai, enviou o diplomata Octavio Lapidó com a missão de firmar acordo econômico e militar com o governo paraguaio. Nesse momento,

²⁰¹ FIX, Theodoro. *História da Guerra do Paraguai*. (traduzida do francês por A. J. Francisco dos Reis). Rio de Janeiro: Instituto histórico do Brasil, 1872.p.41.

²⁰² DEVOTO, Juan E. Pivel; DEVOTO, Alcira Ranieri de Pivel. *Intentos de consolidación nacional: Historia de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevideú: Editorial medina, 1973.p.32

a situação uruguaia já era bastante complicada, devido à iminente invasão do país por Flores, com o apoio de Mitre.

Juan José de Herrera enviou nota na qual desenhava a difícil situação em que, tanto o Uruguai quanto o Paraguai se encontravam diante das potências hegemônicas regionais, o Império do Brasil e a Argentina, agora unificada. Ele buscava desesperadamente uma aliança, afirmando que “ambos os países, pequeños o débiles deberán llegar a un acuerdo y concurso recíproco”, que “debía tender al establecimiento protector para todos en esta agitada parte de Sud-América y una discreta defensiva común, a cuyo abrigo puedan nuestros pueblos entregarse a definitiva organización sobre la base de confraternidad y de repudio de todo espíritu de absorción del uno para el otro”.²⁰³

José de Herrera denunciou que o objetivo político do governo argentino era “la reconstrucción de su antiguo poder por la reincorporación de los territorios insensatamente desprendidos formando hoy nacionalidades independientes”.²⁰⁴ Em 19 de abril de 1863, a ameaça se materializou. O brigadeiro general Venancio Flores invadiu o território uruguaio através do arroio caracoles, ao norte do rio Negro. Venancio começou ali “su ‘Cruzada Libertadora’ financiada y apoyada por el presidente [Bartolomé] Mitre, su antiguo jefe”.²⁰⁵ A invasão florista ao Uruguai não contaria apenas com o auxílio do presidente argentino, mas também e, principalmente com o auxílio de aliados sul-rio-grandenses.²⁰⁶

3.1 Denúncias de desrespeito ao Uruguai – documentação diplomática

A correspondência diplomática trocada entre a legação imperial no Uruguai e o Ministério de Relações Exteriores daquele país demonstra que há muito tempo o governo oriental denunciava as arbitrariedades de rio-grandenses em seus assuntos internos. A sequência de correspondências que se analisa a seguir, presente nos relatórios do Ministério das Relações Exteriores do Império de 1863 e 1864, permite-nos compreender o nível de agravamento da tensão na fronteira do Império com o Uruguai naquele período.

Em 31 de março de 1863, antes da invasão florista, o governo uruguaio denunciava ao Império os movimentos de forças suspeitas no município de Alegrete. Juan

²⁰³ DEVOTO, Juan E. Pivel; DEVOTO, Alcira Ranieri de Pivel. *Intentos de consolidación nacional*. Ob.cit.p.35.

²⁰⁴ Loc.cit.

²⁰⁵ PAYSANDU. Nueva Numancia Datos y Documentos historicos sobre la defensa y toma de. Concordia: Arca, 2009.p.10.

²⁰⁶ FIX, Theodoro. *História da Guerra do Paraguai*. (traduzida do francês por A. J. Francisco dos Reis). Ob.cit.p.40.

José de Herrera, Ministro e secretário de Estado no departamento das Relações Exteriores oriental, em nota à legação imperial no Uruguai, informava que ao general Diogo Lamas, chefe das forças orientais no norte do rio Negro, parecia “indubitável que no departamento de Alegrete, Brasil, estão se reunindo alguns grupos de orientais e brasileiros [sic] armados, cujo intento ninguém sabe ainda positivamente, mas é de crer que seja com o fim de passar a este estado para roubar gados”. No comunicado, o governo uruguaio informou que iria “tomar medidas a fim de estorvar e castigar qualquer tentativa criminosa contra a ordem e a propriedade dos habitantes desta parte da campanha fronteira ao Império”.²⁰⁷ A prática do roubo do gado naquelas fronteiras era tanto comum como prejudicial à economia uruguaia.

David Canabarro, nesse então, comandante superior da Guarda Nacional de Uruguaiana, Alegrete e Santana do Livramento, proprietário de grandes extensões de terra, gado e cativos na fronteira do Uruguai e implicado como um dos responsáveis pela ação, negava. Em 14 de abril de 1863, Ignácio de Avellar Barbosa da Silva, diplomata imperial no Uruguai, transmitia ao Ministro Juan José de Herrera resposta ao comunicado anterior contendo tal reclamação. Baseado em investigação efetuada pelo general David Canabarro, informava ser “felizmente infundada a notícia de estarem-se reunindo em Alegrete vários grupos de brasileiros [sic] e orientais com o fim de passar a este Estado para roubar gados”.²⁰⁸

A essa altura, não restava dúvidas da existência de um complô que visava a desestabilização do governo uruguaio. Esse plano contava com forte apoio dos estancieiros do meridiano do Rio Grande do Sul e de dissidentes do país vizinho. Em 25 de abril de 1863, Juan José de Herrera enviou nota à Ignácio de Avellar Barbosa da Silva, informando oficialmente da invasão florista ao Uruguai e garantindo que “para proteger essa invasão” foram feitas “reuniões na província argentina de Corrientes e na província brasileira de Rio Grande.”²⁰⁹

Invasão efetuada

Dias após o governo imperial ter afirmado, através de nota, que eram infundadas as acusações de provável invasão de imperiais ao Uruguai, ela se efetuava. Em 28 de abril de 1863, Juan José de Herrera notificou o diplomata imperial que “apesar da segurança

²⁰⁷ RELATÓRIO, Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira Sessão da décima segunda legislatura. Rio de Janeiro: Laemmert, 1864.p.81.

²⁰⁸ Id.ib.,p.82.

²⁰⁹ Id.ib.,p.79.

com que o sr. Canabarro qualifica de infundadas as informações do governo oriental, em sua nota à legação imperial, os fatos vieram hoje, desgraçadamente, confirmar a precisão deste e imprimir o selo da verdade mais incontestável às revelações antecipadas”.

Seguia dizendo que “o território da República foi invadido pela fronteira de Salto por grupos armados, com organização militar procedentes do Brasil, que se apoderaram violentamente de alguns pontos do país, que, por serem limítrofes com um Estado amigo, confiava o governo que não seriam agredidos por parte de forças que só podiam organizar-se dentro dos limites desse país”. Por fim, o diplomata uruguaio responsabilizava o governo imperial e afirmava estar certo de que o mesmo não deixaria de “prestar seu amigável concurso à esta obra, e que as ordens que novamente tiver de expedir farão conhecer às autoridades da fronteira que o ignoram, o dever em que estão de desarmar e internar também esses grupos, se voltarem imediatamente ao território do Império”²¹⁰

Em 8 de maio de 1863, em longa correspondência à legação imperial, em Montevideu, acompanhada de cartas de proprietários rio-grandenses naquele país, que suplicavam por proteção, o Ministro uruguaio demonstrou que suas advertências não se baseavam em especulações, mas em fatos. Denunciou ação conivente ou “ao menos criminosamente tolerante” de David Canabarro.²¹¹ O Ministro uruguaio, sem poupar acusações e, tampouco, eximir aquele general de culpa, questionava se as autoridades provinciais não possuíam mecanismos para barrar os saques produzidos no seu país.

Herrera questionou se o oficial imperial não tinha conhecimento da organização daqueles grupos em Uruguaiana, cidade sob sua comandância militar! Ele cobrava explicações. Informava que “o assalto partido de Uruguaiana não foi isolado, não se limita aos povoados de Santa Rosa e Santo Eugenio; a invasão arrebenta em Santana (do Livramento) que está dentro do distrito militar do mesmo brigadeiro Canabarro”. Questiona se “não teriam, para evitar a invasão, que partiu de Santana, povoação brasileira, as autoridades desta, conhecimento do que se projetava, como não tiveram as da Uruguaiana?”²¹²

²¹⁰ Id.ib.,p.83.

²¹¹ Id.ib.,p.87.

²¹² Id.ib.,p.100.

Recomendações de neutralidade

Em 18 de julho de 1863, a legação imperial no Uruguai, sob comando de João Alves Loureiro, expediu recomendações aos vice-cônsules sobre o procedimento necessário frente à crise uruguaia. O documento orientava que os vice-cônsules evitassem “a ingerência de brasileiros [sic] nas dissensões domésticas do Estado Oriental. Interpondo seu conselho e diligência neste intuito, os vice-cônsules deverão dissuadir os súditos do Imperador que por ventura se mostrarem dispostos a uma tal ingerência, fazendo-lhes compreender que nenhuma parte devem tomar nas discórdias do país estrangeiro em que residem, e que envolvendo-se nelas, arriscar-se-ão a qualquer consequência desastrosa da luta, e malograram a proteção que o governo imperial sempre tem prestado aos brasileiros [sic]”.²¹³

Em proposta de não interferência na política interna do país vizinho, o governo imperial orientava aos súditos que resolvessem seus problemas diretamente com aquele governo. No documento, o governo imperial advertia que as reclamações que chegavam aos vice-cônsules no Uruguai deveriam ser verificadas antes de serem enviadas à legação imperial em Montevideú. Exortava que os vice-cônsules não se limitassem a “remeter a essa legação as reclamações dos prejudicados; cumpre-lhes ao contrário, representar desde logo às autoridades locais contra os abusos e violências praticadas, solicitar a reparação delas, e pedir providências para que não se reproduzam”. Advertia ainda, ser indispensável que as reclamações viessem “instruídas de provas que as justifiquem e que habilitem a legação a dar-lhes o conveniente andamento perante o governo imperial”.²¹⁴

O governo imperial, no meio do fogo cruzado, praticava a máxima de que a melhor defesa é o ataque. Ele testou o poder de fogo diplomático uruguaio. Pressionado pelos rio-grandenses residentes no Uruguai e, sobretudo, pelos proprietários de terras e cativos em ambos os lados da fronteira, atacou. Em 20 de outubro de 1863, o governo imperial através de diplomata no Uruguai reclamava dos possíveis “atos de violência e depredação [...] contra a propriedade de vários súditos brasileiros [sic] estabelecidos nos departamentos do Salto” cometidos pelo general Diogo Lamas.²¹⁵

A eficiente diplomacia uruguaia não deixaria barato. Em 22 de outubro, Juan José de Herrera, em resposta ao comunicado da legação imperial de prejuízos causados aos súditos imperiais, contestava a rapidez com que aquele governo reclamava tais atos.

²¹³ Id.ib.,p.101.

²¹⁴ Id.ib.,p.102.

²¹⁵ Id.ib.,p.104.

Sem que se entenda que o governo tolera os abusos que possam cometer os soldados do exército em campanha, como o deve perfeitamente constar a legação do Império, não pode ele deixar de culpar, mui especialmente, dos prejuízos que tenham sofrido os interesses brasileiros [sic] ao Norte do Rio Negro, aos próprios brasileiros que desde abril até a esta data tem tomado a seu cargo a criminosa tarefa de cooperar para a invasão capitaneada por D. Venancio Flores. E esta cooperação é tanto mais escandalosa que é notoriamente prestada por chefes militares, que trazem o uniforme imperial, sem que até hoje tenham sido reprimidos com severidade que seria de esperar da parte de um governo tão reto e ilustrado como é o de sua Majestade o Imperador do Brasil.²¹⁶

O diplomata

Com serenidade diplomática e inteligência que caracterizaram Juan José de Herrera, o diplomata desmontou os argumentos do Ministro imperial. Na sequência de sua correspondência, Herrera advertira que “o meio mais eficaz de garantir os interesses brasileiros [sic] neste país, não é entabular reclamações”. Ao contrário, “seria o de evitar que a guerra que causa prejuízos tanto aos súditos brasileiros como aos de todas as outras nacionalidades, seja alimentada e robustecida cada dia por elementos militares brasileiros”.²¹⁷ O governo uruguaio colocava à mesa de discussão a difícil situação em que se encontravam, lutando contra os rebeldes apoiados por Mitre e pelos estancieros sulinos.

Em tom mais elevado, Juan José de Herrera afirmava que aqueles crimes eram praticados por rio-grandenses e que o governo oriental não iria “aceitar, nem a responsabilidade dos prejuízos até agora sofridos, nem a dos muito maiores que se seguirão, se continuar a impunidade dos autores de desordens, roubos, assaltos e toda a espécie de pilhagem que se perpetra na fronteira com o Brasil, de combinação com os invasores que não representam outra coisa”.²¹⁸

Em 23 de outubro de 1863, o governo uruguaio, através do Ministério das Relações Exteriores, reclamou a inércia do governo imperial e a conivência de “algumas autoridades militares” do Rio Grande do Sul quanto ao auxílio prestado por cidadãos rio-grandenses ao rebelde Venancio Flores. Alegou que passados sete meses das primeiras notificações ao governo imperial nada tinha mudado. “Homens, armas, munições, cavalos, etc. tudo isso recebe este criminoso caudilho pela parte da fronteira brasileira por onde passam e repassam os agentes da revolução, sem que uma só das autoridades lhes tome contas de seu procedimento”.²¹⁹ Na mais visível política do “morde e assopra”, o

²¹⁶ Id.ib.,p.105.

²¹⁷ Loc.cit.

²¹⁸ Id.ib.,p.106.

²¹⁹ Id.ib.,p.109.

governo imperial orientava seu diplomata no Uruguai para que fiscalizasse a ingerência dos súditos rio-grandenses naquele país e, ao mesmo tempo, fizesse vistas grossas ao que de fato ocorria nas fronteiras.

Novas reclamações

Em 27 de outubro de 1863, o governo oriental, através do Ministério de Relações Exteriores, em ação possivelmente de aproximação ao Império, informava à Legação imperial em Montevidéu que uma canhoneira imperial partiria dali para Salto com o objetivo de embarcar prisioneiros imperiais que seriam liberados. A nota esclarecia que, em caso de reincidência de súditos imperiais, o governo uruguaio não desistiria de tratar a questão de acordo com a legislação uruguaia, punindo os rebeldes. Em resposta a esse comunicado, o diplomata imperial no Uruguai informava que o seu governo atuaria para que aqueles prisioneiros não voltassem ao Uruguai e à Argentina enquanto durasse aquela crise.²²⁰

A essa época, o posicionamento do governo imperial mantinha-se firme no objetivo de não intervir nas questões uruguaias, pelo menos, não oficialmente. Para tanto, advertia aos súditos que não o fizessem. Em 22 de Dezembro de 1863, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, em correspondência ao governo da província do Rio Grande do Sul, orientou que empregasse “todos os meios ao seu alcance para fazer efetivo o pensamento do governo imperial, já procurando persuadir os nossos concidadãos do dever e da conveniência de se manterem completamente estranhos a essa luta, para pouparem a si e ao país perigos e dificuldades mui graves, já fazendo punir com todo o rigor da lei aqueles que, surdos à voz da razão e do dever, persistirem em seu desatinado propósito”.²²¹

O governo imperial foi cobrado pelo da República Oriental do Uruguai sobre a ingerência de estancieiros rio-grandenses nas questões internas daquele país, inclusive dando suporte para a invasão do general Flores. Em seu relatório referente ao ano de 1863, publicado em 11 de maio de 1864, o Ministro das Relações Exteriores do Império registrou a recomendação do governo imperial “em termos precisos e explícitos, a linha de conduta que deviam ter, em semelhante conjuntura as autoridades da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul”. Qual seja, “nenhuma proteção e auxílio devia prestar-se à

²²⁰ Loc.cit.

²²¹ RELATÓRIO, Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira Sessão da décima segunda legislatura. Ob.cit.p 122.

causa da rebelião”. O governo imperial de então estava de questão fechada na não interferência no Uruguai. Em seu relatório, estava explícito que “as autoridades que se deslizassem de seus deveres, não guardando ou não fazendo respeitar a mais perfeita e absoluta neutralidade por parte do Império, deviam ser severamente punidas”.²²²

Em março de 1864, o presidente do Rio Grande do Sul, Esperidião Eloy de Barros Pimentel [1824-1906], em seu relatório anual, referente ao ano anterior, destacou que instabilidade política no Uruguai era prejudicial às finanças da província. Segundo ele, “a guerra civil, que flagela a República Oriental, se alguma influência exerceu na atividade dos trabalhos das charqueadas, não foi por certo a favor destas. Talvez se deva atribuir esse resultado, não só ao maior consumo, ou antes destruição do gado do país vizinho, como também às dificuldades que seu governo tem oposto à passagem dos gados para nosso território em procura de preço mais elevado, como acontecia nos anos de paz”.²²³ Ou seja, reafirmava a passagem dos gados orientais, ao Rio Grande do Sul, em busca de melhor preço, logicamente sem o pagamento de impostos.

Pressão dos proprietários

Apesar das pressões de grupos ligados ao mercado charqueador para uma postura mais decidida do governo imperial contra o uruguaio, essa demanda demorou a ser atendida. No final de março, devido ao intenso movimento na fronteira do Estado Oriental, o Comandante das Armas da província tomou medidas para coibir “a passagem de cavalhadas para o outro [lado] da linha divisória”. O fez, segundo ele, pois qualquer dos dois partidos que se beneficiassem dela poderiam causar prejuízo aos súditos do Império.²²⁴ Essa realidade não tardaria a mudar.

Um dos grandes pretextos de grupos ligados ao setor estancieiro para intervir na política interna uruguaia foram as acusações de violências contra súditos imperiais, naquele país. Em final de março de 1864, David Canabarro, frente às acusações do diplomata uruguaio de impedir a remessa de auxílio para Venancio Flores, comunicou ao governo provincial o recebimento de notícias da Banda Oriental sobre violência contra

²²² Id.ib.,p.15.

²²³ RELATÓRIO anual do presidente da província do Rio Grande do Sul: 1864, p.64. disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=252263&PagFis=2332&Pesq=ex%c3%a9rcito>. Acesso 19 de abr.2016.

²²⁴ CÂMARA, Patrício Correia da. Correspondência ao Conselheiro José Mariano de Matos, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Em: ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

rio-grandenses que residiam naquele país. O oficiamento ao governo era medida preventiva para legitimar ações de rio-grandenses no país vizinho.

O documento é datado de 28 de março, do Quartel General do Comando da Fronteira de Quaraí, na estância São Gregório, de propriedade de David Canabarro. Nele, o comandante apresentou, ao Comandante das Armas da província, Frederico Caldwell, as reclamações recebidas, em outro ofício, do comandante da guarnição de Santana do Livramento, a ele subordinada, relativas a “depredações” praticadas naquela fronteira por “partidos com bandeira Colorada”, ou seja, floristas. Nesse momento, ainda não havia aliança oficial do Império com as forças de Venancio Flores. Segundo David Canabarro, as autoridades fronteiriças estavam inertes, pois “segundo ordens superiores nenhuma reclamação” podiam fazer.²²⁵ A essa época, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, dominada pelo Partido Liberal, aprovou uma representação para aumentar a pressão sobre o governo imperial, reivindicando atenção às “vidas e propriedades dos Brasileiros [sic]” residentes no Uruguai.²²⁶

A política exterior agressiva do Império, até então dormente em função de questões internas, convergiu-se novamente para o Prata. Necessitava apenas um fato político para intervir no conflito. Em 1864, os liberais sulistas hegemônicos, sobretudo, grandes estancieiros escravistas, gritavam por intervenção. Quando de sua estada em Santana do Livramento, voltando, junto com a comitiva do imperador, de Uruguiana, o conde d’Eu, ao registrar que na zona norte do Uruguai “quase todos os estancieiros” eram “brasileiros”, destacou que aquele fato era prejudicial a Império, não só por estarem produzindo em território estrangeiro, como por, ao participarem da política interna uruguaia, arrastavam “o governo brasileiro a intervir” nas “dissensões” que lá ocorriam.²²⁷ Dessa forma, novamente, os interesses do Império e da classe proprietária rio-grandense convergiram, caso o Império intervisse na República Oriental. A política de neutralidade mantida até então pelos governos conservadores era com frequência reafirmada no parlamento imperial e transmitida às províncias, em especial ao Rio Grande do Sul²²⁸

²²⁵ CANABARRO, David. Correspondência a João Frederico Caldwell, Comandante das Armas da Província. Em: ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Ob.cit.

²²⁶ CÂMARA, Patrício Correia da. Correspondência a José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Em: ANRJ. IJJ 9 454. Ministério do Império. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864-1867.

²²⁷ Eu, Luís Felipe (...) de Orléans, Conde d’ (1842-1922). Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.p.127.

²²⁸ ANAIS do Senado do Império. Sessão de 1863-1864, ata de 27 de janeiro de 1864, (transcrição da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal). Livro I.p.82.

Antônio de Sousa Neto, rio-grandense, riquíssimo proprietário de terras radicado no Uruguai, dirigiu-se ao Rio de Janeiro exigindo a intervenção do Império naquela situação.²²⁹ O tom da conversa de Neto no Rio de Janeiro não foi de solicitação, mas de exigência. Segundo o historiador prussiano Louis Schneider [1805-1878], Antônio de Sousa Neto teria advertido ao governo que não desconhecesse as consequências que podiam “provir da atitude independente dos rio-grandenses.” Propunha que bastaria “o apelo de algum exaltado para pôr em armas muitos milhares de homens” que tratariam, “e não em nome do governo, de cedo em nome do Brasil, de incutir aos orientais o respeito devido a um vizinho poderoso”.²³⁰ Tratava-se de pura exageração. Na guerra, Neto jamais conseguiu emparelhar mais de 1.500 homens, em boa parte, orientais.²³¹

3.2 Intervenção diplomático-militar

A viagem de Neto devera-se à mudança radical da política imperial. Em 1864, tão logo mudou o gabinete, que passou às mãos dos liberais, notou-se profunda reordenação na política das relações internacionais em relação ao Uruguai. Se até então a política imperial, nas mãos dos conservadores ou de seus herdeiros, praticara a neutralidade na crise política em que se encontrava aquela República, essa lógica mudara para uma postura ofensiva, com a vitória progressista e liberal nas eleições.²³²

Para Joaquim Nabuco, “a presença de Antônio Netto (na Corte) inflamou logo os espíritos preparados para atos de imprudência e insensatez”.²³³ Fica muito claro que havia uma tendência no seio do Partido Liberal Histórico, o mesmo dos grandes proprietários sulistas, em intervir na questão uruguaia. A presença do brigadeiro Antônio de Sousa Neto no Rio de Janeiro nunca surtiria qualquer efeito se a facção dirigente no poder não se inclinasse favoravelmente em tal sentido.

Disponível

em:

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1864/1864%20Livro%201.pdf. Acesso em 7 de jan. 2017.

²²⁹ ROSA, Jose Maria. *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Ob.cit.p.127; OURO PRETO [visconde Alfonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outra*: subsídios para a história.Ob.cit.p.15.

²³⁰ SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai* (1864-1870). S/L: 1871, p.33.

²³¹ VALLE, capitão Joaquim Antônio Xavier do. Carta ao general David Canabarro, comandante da fronteira de Quaraí. 27 de dezembro de 1864. Em: DOCUMENTOS relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1966.p.6.

²³² MAESTRI, Mário. O plano de Guerra paraguaio em uma guerra assimétrica. Em: MAESTRI, Mário. *A Guerra no Papel*.Ob.cit.p.108.

²³³ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império* [...].Ob.cit.p.166.

O ambiente político no Império era o ideal para se exigir as “reparações” pretendidas do Uruguai. O Partido Conservador, recém defenestrado do comando do governo central, através de seus representantes na Câmara dos Deputados, endossou as reclamações de Antônio de Sousa Neto.²³⁴ A questão no Uruguai se apresentava para o Império quase como uma questão de Estado, tendo no Partido Liberal o seu maior defensor, às vezes, coadjuvado pelo Partido Conservador, ou por facções dentro deste.

Em 30 de março de 1864, Felipe Nery, do Partido Liberal, do Rio Grande do Sul, deputado geral, amigo e compadre de José Antônio Corrêa da Câmara (general Câmara), apresentou questionamentos à mesa diretora do parlamento, dirigidos ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, João Pedro Dias Ferreira [1820-1870], sobre o “melindroso estado da campanha do Sul”. Os questionamentos eram:

1ª Que medidas ou providências tem tomado o governo para segurar a situação dos brasileiros no Estado Oriental? 2ª Que garantias tem obtido naquele país a prol da vida e da propriedade de nossos residentes? 3ª Se as condições em que eles aí se acham são exclusivamente devidas à atual perturbação daquele país ou se tem origem em épocas anteriores. 4ª Quais são as vistas do governo em relação à atual guerra civil daquele estado; e de que meios pretende lançar mão para tornar eficiente a segurança da honra, vida e propriedade dos cidadãos do Império ali estabelecidos.²³⁵

Na mesma sessão da Câmara dos Deputados, Ferreira da Veiga, parlamentar liberal protocolou as seguintes perguntas ao Ministro:

1º Quais as providências que tomou o governo imperial acerca das violências, roubos e perseguições cometidos na Campanha do Estado Oriental do Uruguay pelas autoridades civis e militares da República contra as pessoas e propriedades de súditos brasileiros ali residentes, como tudo foi representado ao mesmo governo pelo general Antônio de Sousa Neto. 2º Se o governo já teve conhecimento do castigo bárbaro e humilhante que sofreu em dias do mês de fevereiro um cidadão brasileiro, natural da província do Rio Grande do Sul, por ordem do coronel Leandro Gomes, no departamento de Payssandú à vista da canhoneira brasileira Belmonte, que ali se achava? 3º Qual a razão porque o governo imperial tem dado andamento às reclamações dos súditos brasileiros por motivos semelhantes apresentados ao governo da mesma República pelos agentes diplomáticos do Império nestes últimos tempos? 4º Como pretende o governo garantir d’ora em diante as vidas e propriedades dos brasileiros residentes no Estado Oriental durante a guerra que atualmente assola aquele país [?]²³⁶

²³⁴ Loc.cit.

²³⁵ A PÁTRIA. Folha da província do Rio de Janeiro. Diversos. Rio de Janeiro, 31 de março de 1864.p.2.Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=8406&Pesq=rio%20grande%20do%20sul>. Acesso em 14 de out. 2019.

²³⁶ A PÁTRIA. Folha da província do Rio de Janeiro. Diversos. Rio de Janeiro, 31 de março de 1864.Ob.cit.p.2.

Em 5 de abril de 1864 - data marcada para que o Ministro dos Negócios Estrangeiros respondesse, na Câmara dos Deputados, os questionamentos de Felipe Nery - houve intenso debate sobre a necessidade da intervenção imperial no Uruguai. A pressão dos fazendeiros sulistas, na pessoa de Antônio de Sousa Neto, interpretada no parlamento por, entre outros, o próprio Felipe Nery, surtira efeito. Em 31 de agosto de 1864, em seu relatório de entrega do Ministério dos Negócios Estrangeiros, João Pedro Vieira já demonstrava possível mudança nos rumos da política imperial para a região platina. O Ministro reiterou que o governo imperial desejava manter uma política de neutralidade na questão uruguaia, mas “considerando atentamente a gravidade da situação, reconheceu ser chegada a ocasião de exigir o cumprimento da referida obrigação, seguramente compreendida na política de neutralidade e abstenção que adotara”.²³⁷

Emílio Carlos Jourdan [1838-1900] foi um oficial belga do corpo de engenheiros que lutou na guerra contra o Paraguai. Em 2 de junho de 1893, foi nomeado pelo governo da nascente República do Brasil para escrever as versões *oficiais e republicanas* da guerra. No mesmo ano, publicou a *História das campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. Para ele, a intervenção do governo imperial no Uruguai foi muito mais fruto da pressão política dos liberais da Câmara do que uma ação para proteger os súditos residentes ali.²³⁸ Mais do que pressionado, sobretudo pela opinião pública, construída nos jornais de grande circulação, ligados a grupos econômicos com interesses na região platina, o gabinete imperial, liderado por Zacarias de Góes e Vasconcellos [1815-1877], enviou missão diplomática ao Rio da Prata – Missão Saraiva.²³⁹

Preparando a intervenção

Enquanto no Rio de Janeiro gestava-se o envio da missão nada diplomática liderada por Antônio Saraiva, no Uruguai e fronteiras com o Brasil os ânimos se exaltavam. Em 17 de abril, foi publicada, no jornal *A Atalaia do Sul*, órgão do Partido Liberal, de Jaguarão, uma proclamação efusiva conclamando os rio-grandenses moradores no Uruguai a se levantarem em armas em favor de Venancio Flores e contra o governo constitucional daquele país. A proclamação, anunciada originalmente em 13 do

²³⁷ RELATÓRIO, Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Segunda Sessão da décima segunda legislatura. Ob.cit.p.12.

²³⁸ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*: Brasil 1864-1870. Vol.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.p.25.

²³⁹ OURO PRETO [visconde Alfonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outra*. Ob.cit.p.15.

mesmo mês, no departamento de Cerro Largo, Uruguai, era assinada por um *brasileiro* “mártir” e, provavelmente, inspirada por Sousa Neto ou seus seguidores.

O texto inicia chamando erroneamente os *brasileiros* a indignarem-se com a situação. “Brasileiros! Já chega de sofrimentos! Brasileiros! Basta de humilhação!” Segundo ele, os rio-grandenses residentes naquele país, eram acometidos de todo tipo de sofrimento, por descaso ou negligência do poder público. Lamentava que para muitos a única opção era o “abandono completo de seus interesses e a emigração para seu país.”²⁴⁰ O manifesto que ora era publicado em jornal atribuía aos *blancos* as desgraças dos súditos imperiais no Uruguai. Acusava essa corrente política de relativizar as ofensas por eles sofridas, que só o eram por apoiar a revolução florista. O que nos parece real. Os rio-grandenses radicados no Uruguai que com frequência se imiscuíam nos assuntos internos daquele país, em favor da revolta, sofriam represálias dos adversários.

Imagem 5 - Departamento de Cerro Largo, Uruguai



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Cerro_Largo_Department

O agitador seguia conclamando os seus compatriotas: “Brasileiros! Atendei a voz da razão e da justiça! Brasileiros! Alerta!... Brasileiros! Escutai o clamor dos vossos compatriotas, sujeitos ao canibalismo [sic] de meia dúzia de ferozes gaúchos.”²⁴¹ Com isso, chamava-os a pegar em armas para proteger os seus interesses. Segundo ele, essa medida atendia a dois fins, “consolidar a paz para garantia” de suas “vidas e propriedades”

²⁴⁰ A ATALAIA DO SUL, Jaguarão. Ano II. Nº111. Domingo, 17 de abril de 1864. Em: ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

²⁴¹ Id.ib.

e ainda “entregar ao poder o partido *colorado*”, que considerava seu “verdadeiro amigo”.²⁴²

Na mesma proclamação, o “*brasileiro mártir*” acusou o governo do país vizinho e seus agentes políticos de perseguir os rio-grandenses em Cerro Largo. Segundo ele, a nomeação para a comandância do referido departamento do senhor Polanco era um ultraje aos rio-grandenses, pois esse teria ameaçado de morte inclusive o vice-cônsul imperial residente em Cerro Largo, Antônio Jacinto de Melo. O agente político uruguaio era acusado, na proclamação, de forçar rio-grandenses a alistarem-se em corpos do exército governamental, de forma ilegal.

A nota no jornal conclui que diante dessa realidade, era “soada a desejada hora do formal rompimento.”²⁴³ Rompimento esse que na prática já ocorria com a ajuda escancarada dos estancieiros aos rebeldes liderados por Venancio Flores, contando com a negligência e, por vezes, cumplicidade das autoridades imperiais. Negligência que frequentemente levava a ilegalidades em conjunto com os rebeldes colorados. Não poucas vezes, houve registros de que partidas lideradas por colorados adentraram em território rio-grandense supostamente para capturarem desertores ou adversários.

Na fronteira de Chuy, no início de julho, um uruguaio foi perseguido em território imperial, por forças coloradas, preso pelas autoridades da fronteira e em seguida entregue para ser morto pelos seus perseguidores. O oriental Angelito Altex, de alcunha *Cartuxo*, tendo sido perseguido por uma partida colorada sob comando do major Marcello Lopes, foi preso pela Guarda Nacional, estacionada na linha fronteira.

Em seguida, José de Oliveira Bueno, comandante da fronteira de Chuy, ordenou que ele fosse entregue ao chefe da partida florista, não obstante reiterados pedidos do aprisionado para que não o fizesse, pois receava ser morto. José de Oliveira Bueno teria justificado sua ação por se tratar de “um assassino e malfeitor conhecido, e que o fez sob promessa do Comandante da partida de que não o mataria.”²⁴⁴

Por fim, o proclamador chamava novamente os *brasileiros* a tomarem parte naquela luta.

Todas as cousas têm seu termo. A hora fatal pronto virá! Brasileiros [sic]! A voz de alerta, sinal de prevenção. Ainda não morreu no coração brasileiro o fogo do patriotismo. Temos a nossa frente um bravo; esse bravo é o General

²⁴² Id.ib.

²⁴³ Id.ib.

²⁴⁴ GONZAGA, João Marcelino de Souza. Correspondência a Francisco Carlos de Araújo Brusque, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Em: ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

Netto! Os colorados têm um valente, esse valente é o General Flores! O que nos resta, pois, na presente conjuntura? Bradarmos – as armas – e correr ao campo de combate.²⁴⁵

Missão Saraiva

O cenário para a intervenção diplomático-militar imperial no Uruguai fora cuidadosamente preparado. No bojo da questão estavam as acusações ao governo oriental de permissividade em relação às violências supostamente feitas aos rio-grandenses. Suas causas mais profundas eram a intervenção com propósitos político-econômicos em favor dos proprietários sul-rio-grandenses.

Entre 1856 e 1889 publicou-se, em Niterói, no Rio de Janeiro, o jornal *A Pátria*, de inspiração liberal, propriedade de Carlos Bernardino de Moura. Em 22 de abril de 1864, em amplo editorial em que criticava uma publicação do jornal *Mercantil*, do Rio de Janeiro, propôs:

Não nos iludamos, nem iludamos o país: a guerra com o Estado Oriental, e quem sabe se com ele só, é a solução infalível da missão especial. É indispensável, é necessário que isso o saiba a opinião pública, e que para essa melindrosa solução esteja preparado o espírito nacional.²⁴⁶

O jornal refletiu o que possivelmente era o pensamento oficial dos governantes imperiais, ou seja, que a guerra contra o Uruguai não se restringiria aquela república. No dia seguinte, em 23 de abril, um novo editorial do jornal *A Pátria* referiu-se às consequências da missão de José Antônio Saraiva ao Uruguai.

Indispensavelmente, o resultado desta missão será a guerra, uma guerra longa, dispendiosa, encarniçada, na qual o sangue brasileiro e os sacrifícios consideráveis dos cofres públicos, hão de a final, posto em prova o patriotismo dos brasileiros e sobretudo dos filhos da heroica província do Rio Grande do Sul, hão de lavar os ultrajes feitos a nossa bandeira.²⁴⁷

Em 27 de abril de 1864, o conselheiro José Antônio Saraiva foi enviado, do Rio de Janeiro, em missão especial ao Uruguai. Concomitante ao “apelo [nada] amigável” que levava o diplomata, houve ordem do governo imperial para aumentar sua “força naval

²⁴⁵ Id.ib.

²⁴⁶ A PÁTRIA. Folha da província do Rio de Janeiro. *A Pátria*. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1864.p.1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=8406&Pesq=rio%20grande%20d%20sul>. Acesso em 14 de out. 2019.

²⁴⁷ A PÁTRIA. Folha da província do Rio de Janeiro. *A Pátria*. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1864.p.1.Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=8449&Pesq=rio%20grande%20d%20sul>. Acesso em 14 out. 2019.

no Rio da Prata, nomeando para comandá-lo o vice-almirante Tamandaré” então o mais importante oficial no Império.²⁴⁸

Para aumentar a pressão ao governo uruguaio, o general João Propício Menna Barreto [1808-1867], general do Exército de Linha, recebeu ordens para organizar “um exército de observações” para permanecer na fronteira e agir “segundo as conveniências ditadas pelo desenrolar dos acontecimentos”.²⁴⁹ Ou seja, a diplomacia afilava as armas. Em meio a essa tensão, o governante da província do Rio Grande, João Marcelino de Souza Gonzaga, esteve em Rio Pardo - no centro-sul da província, distante cerca de 150 quilômetros de Porto Alegre - em São Gabriel, no centro-oeste do Rio Grande do Sul, distante uns 170 quilômetros de Santana do Livramento, vila imperial, na fronteira com o Uruguai, e em outras localidades de grande importância militar na região.²⁵⁰ O objetivo seria conseguir apoio dos chefes políticos e militares para eventual invasão ao território vizinho. Posteriormente, a sede do governo seria transferida para Pelotas.

Apresentou as exigências

Tão logo chegou, Saraiva apresentou uma série de exigências ao governo uruguaio.²⁵¹ Nesse interregno, Atanásio Cruz Aguirre [1801-1875], presidente constitucional do Uruguai, tentou aproximação com o governo paraguaio de Francisco Solano López, em prosseguimento das gestões feitas anteriormente com seu pai, Carlos Antonio. A tese sobre a existência de acordo entre Império e Argentina para submeter o Uruguai e o Paraguai teria sido levantada nesses contatos.²⁵²

As exigências contidas no documento apresentado por Saraiva eram absurdas, deixando claro que o objetivo da missão não era negociar, mas obter pelas armas as reivindicações do Império, ou seja, a retomada dos acordos draconianos de 1851, há pouco vencidos. Para isso, era necessário que forças militares estivessem de prontidão na fronteira. Frente a isso, o governo uruguaio mostrou a impossibilidade e a improcedência das exigências imperiais, que traziam ocultas um “ultimatum”, apresentado apenas em 4

²⁴⁸ SARAIVA, José Antônio. Correspondências e documentos oficiais relativos á missão especial do conselheiro José Antônio Saraiva ao rio da Prata em 1864. Tiphografia do diário da Bahia, 1872.p.5.

²⁴⁹ VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco* São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1992.p.229.

²⁵⁰ GONZAGA, João Marcelino de Souza. Correspondência ao Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros. Em: ANRJ – IJ 1 586. Rio Grande do Sul. Offícios dos presidentes. 1864 (janeiro-dezembro)

²⁵¹ SARAIVA, José Antônio. *Correspondências e documentos [...]* Ob.cit..p.6.

²⁵² NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império [...]* Ob.cit.p.165.

de agosto de 1864, como veremos. Para Antônio Saraiva se o Império quisesse “tornar efetiva a proteção [dos] compatriotas” deveria ocupar o território ao norte do rio Negro.²⁵³

Joaquim Nabuco fez duras críticas ao gabinete Liberal que pronto atendeu ao chamado dos fazendeiros sulistas e apoiaram Venancio Flores contra o governo oriental. Em sua opinião, na época em que escrevia, 1875, era impossível saber se “eram fundadas ou não as ‘nossas’ queixas”.²⁵⁴ Nabuco minimiza as reclamações dos súditos imperiais residentes no Uruguai sobre agressões que teriam ali sofrido. “Os residentes brasileiros [sic] do Uruguai deviam, ou correr a sorte dos próprios orientais, ou abster-se de tomar partido entre as facções que sempre assolaram a Campanha.”²⁵⁵

Uma vez no Uruguai, José Antônio Saraiva conseguiu do governo imperial autorização para iniciar tratativas com o governo argentino de Bartolomé Mitre para firmar aliança. A aliança seria pretensamente para resolver a questão no Uruguai de forma conjunta. Em ofício ao governo imperial, datado de 28 de maio de 1864, José Saraiva propunha que “com a aliança de Buenos Aires tudo nos será fácil. É preciso adquiri-la ou preparar-nos para grandes dificuldades”.²⁵⁶ Essa parece ser a gênese da Tríplice Aliança.

Preparando o bote

O governo imperial necessitava da Aliança com a Argentina, não para resolver a questão no Uruguai, de fácil resolução, mas porque a essa altura o plano de submissão do Paraguai estava gestado. Antônio Saraiva sabia o que representava no Rio da Prata aquela sua missão, sobretudo ao Paraguai, cada vez mais enclausurado. Por isso, na mesma correspondência em que solicitava passaportes para Buenos Aires, onde firmaria aliança com Bartolomé Mitre, também pedia para Assunção, pois sabia que podiam “de improviso surgir daí (Paraguai) dificuldades”.²⁵⁷ Era evidente ao diplomata imperial que quanto mais avançasse a ofensiva contra o governo uruguaio, mais aumentavam as chances de o governo paraguaio manifestar apoio e deflagrar-se a guerra esperada.

Em Montevideú reuniram-se, sob a escusa de achar uma saída amigável para o conflito entre o governo uruguaio e os rebeldes, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rufino de Elizalde, o diplomata oriental Andrés Lamas e o Ministro da Inglaterra em Buenos Aires, Mr. Eduard Thorton. Dessa reunião, o governo oriental, em

²⁵³ SARAIVA, J. A. *Correspondências e documentos* [...]. ob.cit.p.7

²⁵⁴ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império* [...].Ob.cit.p.166.

²⁵⁵ Loc.cit.

²⁵⁶ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império* [...].Ob.cit.p.171.

²⁵⁷ Loc.cit.

decreto de 1º de junho de 1864, ofereceu anistia e prometeu novas eleições. Um dia antes do início das negociações, o governo paraguaio ofereceu ao governo imperial sua mediação na questão com o Uruguai, no que foi ignorado.²⁵⁸

Em 16 de junho, em meio às frustradas tentativas de paz, Venancio Flores fez duas proclamações ao Exército Imperial e ao Exército Libertador. Salvo engano, ambas as proclamações foram proferidas em português, o que não era estranho visto o grande número de rio-grandenses a serviço dos rebeldes. Aos cidadãos imperiais, Venancio Flores informou das tratativas de paz ao mesmo tempo em que reforçou que a guerra era contra oponente comum e valorizou a bravura dos rio-grandenses. Advertiu que a paz poderia ou não ocorrer, “porque para chegar a ela” era preciso que fosse “honrosa e equilibrada para todos”.²⁵⁹ Mas o que motivava a proclamação não era isso. Em seguida assegurava que se não ocorresse acerto amigável a questão seria resolvida pelas armas. Por isso, conclamava os rio-grandenses: “Uni aos meus esforços, que a vitória não tardará em vir coroa-los”.²⁶⁰

Dois dias depois dessas proclamações houve reunião, em Puntas do [arroyo] Rosário, no sudoeste uruguaio, entre Venancio Flores, os diplomatas argentino, uruguaio e inglês. A negociação não avançou. Venancio Flores propôs reconhecer o governo uruguaio com a exigência de que o presidente uruguaio Atanásio Aguirre demitisse seu Ministério e montasse outro. Era, na verdade um pretexto para que a negociação não se concretizasse. Venancio Flores e seus aliados queriam emplacar no governo nomes de partidários colorados de sua confiança. Como a negociação não prosseguiu, em 7 de julho os negociadores encerraram a mediação.²⁶¹

Mediação fracassada

O caminho estava aberto para a intervenção militar oficial do Império. No dia seguinte ao malogro das negociações em Puntas del arroyo Rosário, a notícia já havia chegado ao governo do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Em 19 de julho, João Marcelino Gonzaga, em correspondência *reservada* a David Canabarro, comandante da fronteira de Quaraí, noticiou o ocorrido e mobilizava o velho general, então comandante

²⁵⁸ OURO PRETO [visconde Alfonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outra*. Ob.cit.p.18.

²⁵⁹ SUPLEMENTO ao jornal Atalaia do Sul de Jaguarão, contendo duas proclamações de Venancio Flores, uma dirigida ao exército brasileiro e outra ao Exército Libertador. Jaguarão, 26 de junho de 1864. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul, Assuntos militares, maço 183.

²⁶⁰ SUPLEMENTO ao jornal Atalaia do Sul de Jaguarão, contendo duas proclamações de Venancio Flores, uma dirigida ao Exército Brasileiro e outra ao Exército Libertador. Ob.cit.

²⁶¹ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império* [...]. Ob.cit.p.175.

da Guarda Nacional da fronteira do Uruguai, para as ações militares contra o país vizinho. Nesse momento, as ações diplomáticas imperiais ainda não tinham terminado. José Antônio Saraiva ainda tentaria mais um golpe de mão. No campo militar, os preparativos se aceleravam.

João Marcelino Gonzaga, que meses antes visitara a região fronteira, possivelmente instruindo aos comandantes da Guarda Nacional, organizou a intervenção militar. Como se já estivesse esperando desfecho negativo da missão Saraiva, que ainda nem havia ultimado o governo oriental, o presidente da província afirmava estarem “malogradas as esperanças”. Na correspondência a David Canabarro, João Marcelino assegurou que não havendo conseguido “pelos meios amigáveis” as satisfações que julgavam lhes eram devidas, a única forma era recorrer ao “emprego dos meios coercitivos”.²⁶²

O governante esperaria ordens das autoridades imperiais para determinar a forma e a extensão daquelas medidas e já antecipava ordens ao general Canabarro. Ele autorizou que o militar dispusesse seus comandados pela linha de fronteira com permissão de entrar no “território Oriental” para “prender ou castigar aos que houverem cometido violências contra brasileiros [sic]”. Isso tudo sem declaração de guerra. João Marcelino determinou que as forças de Canabarro retornassem ao “território do Império, logo que esse fim” estivesse “conseguido”, pois “a demora dela no Estado Oriental” poderia “fazer supor desígnios de ocupação que não” possuíam.

Na correspondência, o presidente da província afirmou ao general Canabarro que o Exército Imperial não interviria “nessa luta”, a menos que fosse preciso para “punir violências contra brasileiros”. Justificativa mais que conveniente, já que há muito tempo os rio-grandenses residentes no Uruguai faziam tais reclamações, que eram, com frequência, usadas como desculpa por grupos armados que invadiam aquele país.

Intervenção consciente

Desde muito cedo as autoridades imperiais estavam conscientes dos riscos que uma intervenção no Uruguai acarretaria às relações com o Paraguai. Na referida correspondência, o emissor alertou sobre a necessidade de “conciliar esse espírito [de setores da sociedade riograndense que exigiam posição favorável a eles no Uruguai] e as

²⁶² GONZAGA, João Marcelino de Souza. Correspondência a David Canabarro. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 1. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

simpatias dos nossos compatriotas pela causa do general Flores com os princípios da política do governo imperial nos Estados do Prata” levando em consideração os tratados internacionais vigentes. João Marcelino Gonzaga alertou para a necessidade de ações seguras, no relativo ao justicamento de orientais por crimes contra rio-grandenses, com o fim de evitar a ocorrência de um conflito que poderia “se tornar geral no Rio da Prata”.²⁶³ Reconhecia, desta forma, a possibilidade de uma guerra envolvendo o Paraguai e a Argentina. No relativo a esse último país a preocupação era com as facções federalistas.

Entretanto, ao mesmo tempo que o governo provincial preocupava-se com o surgimento de conflito regional, não fazia objeção ao ingresso de rio-grandenses nas forças rebeldes uruguaias. Segundo João Marcelino, contrariando ordens superiores do governo central, eles não deveriam mais incomodar-se com o “engrossamento das fileiras do General Flores”, contanto que os soldados mantivessem seus postos e apenas obedecessem a seus oficiais. Na verdade, isso era a carta branca para a invasão.

Na mesma data, 19 de julho, o presidente da província do Rio Grande do Sul oficiou ao Comandante das Armas da província, João Propício Menna Barreto, sobre o mesmo assunto. Em documento quase idêntico ao enviado a David Canabarro, alterando apenas o conteúdo que dizia respeito exclusivamente àquele general, expôs a situação do malogro da paz no Uruguai e ordenou a organização de forças com vistas a transpor a linha fronteira e fazer justiça a quem, segundo ele, agredisse os rio-grandenses lá residentes. Anteriormente, o general Menna Barreto havia recebido ordens para organizar uma Divisão do Exército para acampar às margens do arroio Piraí (afluente do rio Negro) em Bagé, no sul da província. Segundo João Marcelino, esse corpo deveria operar “no caso de rompimento [diplomático] e declaração de guerra”.

O mencionado efetivo acampou em Bagé até início de dezembro quando passou para o território oriental. A tropa estava mal aquartelada, sem fornecimento adequado. Dezenas deles doentes e sem os recursos médicos para atendê-los de forma apropriada. Era o início de um longo e tormentoso período de abandono e desleixo do governo e das autoridades militares para com os soldados arrolados para atender aos interesses das classes proprietárias imperiais.²⁶⁴

²⁶³ Id.ib.

²⁶⁴ COMUNICAÇÃO feitas pelo Dr. João Pires farinha, cirurgião Mor de Brigada ao Chefe do Corpo de Saúde do Exército. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 2. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

Imagem 6 - Arroio Pirai



Fonte: <https://www.google.com.py/maps/place/Arroio+Pira%C3%AD/@-31.3927251,-54.5887702,10z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x95066979659127b1:0x9088f25e080e7d8a!8m2!3d-31.3575639!4d-54.3729515>

Guerra aos *Blancos*

Eram os primeiros preparativos para a guerra contra os blancos uruguaios. Ao mesmo tempo em que autorizava a entrada de forças rio-grandenses no Uruguai, inclusive para operar com os rebeldes, o governo provincial ordenava aumento de efetivo na fronteira. João Marcelino propôs que aquele general deixasse em Jaguarão “o 13º Batalhão e o 4º Regimento a fim de, com a Guarda Nacional ali destinada, reforçarem-se as guardas daquela fronteira. – Guarnecer com fortes guardas a nossa linha do Asseguá, entregando o Comando dessas guardas a um oficial superior.” Além disso, sugeria que o restante das forças acampasse no arroio Pirai ou onde se julgasse “mais conveniente, para marchar com prontidão, no caso de ser necessário”.²⁶⁵

A documentação é bastante clara e, dela se conclui que o governo imperial forçava o início de um conflito. Nas correspondências enviadas pelo presidente da província, tanto ao general David Canabarro quanto a Menna Barreto e, mesmo posteriormente ao Ministro da Guerra, uma expressão chama a atenção. O remetente se refere a “nova fase que tomaram os negócios” no Uruguai.²⁶⁶ Isso, sem que houvesse alteração significativa na conjuntura, além de uma negociação de paz frustrada, liderada pelo Ministro inglês. A realidade é que os preparativos para o início das hostilidades iam a todo o vapor.

Preparativos esses revelados em correspondência trocada entre o Ministro da Guerra e o presidente do Rio Grande do Sul. Em ofícios reservados, datados de 21 e 22 de julho e respondido em 3 agosto, também em correspondência reservada, demonstrava que o governo imperial apenas esperava um sinal do enviado diplomático, Antônio

²⁶⁵ GONZAGA, João Marcelino de Souza. Correspondência ao general João Propício Menna Barreto. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 1. Ob.cit.

²⁶⁶ Id.ib.

Saraiva, para iniciar hostilidades. Isso muito antes de encerrada aquela representação. Naquelas correspondências, revelou-se que o governo imperial tencionava “recorrer às represálias autorizadas e consagradas pelo Direito das Gentes, como meio legítimo de obter a satisfação da justiça” que julgava lhe ser legítima.²⁶⁷

O governo provincial agia de forma independente, no mais das vezes em atendimento aos interesses dos setores proprietários e, não raro, em oposição ao que era determinado pelo governo central. Assim foi quando da autorização para que guardas nacionais rio-grandenses não fossem impedidos de passar a fronteira e prestar apoio ao general Flores, contrariando ordens expressas do Ministro da Guerra. No que diz respeito ao início das hostilidades, o governante provincial tampouco fez cumprir as ordens de seus superiores. Nos referidos ofícios reservados datados de 21 e 22 de julho, o Ministro imperial determinava que as hostilidades apenas começassem quando da comunicação oficial do chefe da missão diplomática de que não havia mais espaço para diplomacia. No entanto, como vimos, dias antes de chegada aquela ordem João Marcelino não só determinou que se dessa franca passagem a militares imperiais que quisessem cruzar a linha de fronteira e ingressar nas forças coloradas como determinou a imediata punição a orientais que possivelmente cometessem violências contra os rio-grandenses.

Em fins de julho, correspondência do governo provincial ao Ministro da Guerra relatava as condições materiais objetivas existentes para o emprego das armas contra o governo uruguaio. Segundo ele, o Exército Imperial de 1ª Linha e da Guarda Nacional, nas fronteiras de Chuí, Jaguarão, Bagé e Quaraí era de 5.647 homens, dos quais cinco mil aptos para o serviço de armas. Enquanto esse contingente era reunido para o provável ingresso no Uruguai, nas fronteiras, mais guardas nacionais foram destacados para o serviço de guarnição.

Ultimatum vexatório

Recém em 4 de agosto de 1864, em Montevideú, o conselheiro Saraiva apresentou um *ultimatum*, com as exigências do Império. Estipulava o prazo de seis dias para a contestação oriental. Caso contrário, daria início às ações militares. O governo uruguaio propôs arbitramento internacional para a questão ao que se negou o Império. O Estado imperial negara ao uruguaio o uso de instrumento jurídico válido internacionalmente do

²⁶⁷ GONZAGA, João Marcelino de Souza. Correspondência a Francisco Carlos de Araújo Brusque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 1.Ob.cit.

qual ele próprio lançara mão. Em 1861, ele fora utilizado na disputa do Império com a Inglaterra. Em 9 de agosto, antes do prazo estabelecido, Juan José de Herrera devolveu o documento negando-se a arquivá-lo.²⁶⁸

Para Joaquim Nabuco, o governo imperial ansiava pela guerra no Prata: “O nosso governo parecia ter uma só ideia, a de coagir o do Uruguai a satisfazer as suas exigências”.²⁶⁹ O autor acreditava que o gabinete liberal, constituído em 31 de agosto de 1864, presidido por Francisco José Furtado [1818-1870] não estava interessado no que ele defendia ser a passividade do enviado especial José Saraiva. O governo imperial esperava um momento para entrar oficialmente na luta ao lado de Venancio Flores, esse momento veio quando se encerrou a mesa de negociações. Logo daí, o governo imperial ordenou que o visconde de Tamandaré tomasse posição no Uruguai.²⁷⁰ O ultimatum de Saraiva ocorreu em 4 de agosto de 1864. Antes de partir para o Rio de Janeiro teria firmado acordo de cooperação mútua na questão uruguaia com o governo argentino. Eram os primeiros movimentos para o estabelecimento da Tríplice Aliança.

Os dias que se seguiram da apresentação do *ultimatum* e, de sua recusa pelo governo oriental, foram de intensa movimentação militar na região, inclusive, na fronteira daquele país com o Brasil. Nesses locais, as forças governamentais, *blancas*, resistiam aos ataques das partidas coloradas com forte presença de rio-grandenses. Em um deles, o filho de Venancio Flores, seu homônimo foi morto ao intimar a guarnição da vila de Florida que se rendesse.²⁷¹ Aos poucos a resistência das forças legalistas esmoreceu frente às investidas dos rebeldes.²⁷²

Em 30 de agosto, dias após a primeira agressão da Esquadra Imperial ao vapor oriental *Vila del Salto*, o governo paraguaio em nota ao representante diplomático imperial em Assunção protestava energicamente contra as ações tomadas pelo governo do Império, no Uruguai. O *Vila del Salto* carregava armamentos para os legalistas; perseguido por uma fração da Armada Imperial, comandada pelo capitão de mar e guerra Francisco Pereira Pinto, ele encalhou nas proximidades de Paysandú. Para não ser aprisionado pelas forças imperiais, ele foi incendiado pela própria tripulação. O Ministro das Relações Exteriores paraguaio José Berges, em nome do governo de Solano López,

²⁶⁸ MAESTRI, Mário. A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai A Missão Saraiva. Revista Brasileira de História Militar, v. 13, p. 1-23, 2014.

²⁶⁹ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império* [...].Ob.cit.p.180.

²⁷⁰ Loc.cit.

²⁷¹ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*.Ob.cit.p.35.

²⁷² ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul.Ob.cit.

protestou contra a negativa imperial em aceitar a mediação paraguaia, ao mesmo tempo em que oferecia um ultimatum ao governo oriental. Segundo a correspondência, o governo paraguaio não declinaria de examinar o modus operandi imperial no Uruguai, pois “su alcance puede venir a ejercer consecuencias sobre los intereses legítimos que la República del Paraguay pudiera tener en sus resultados.”²⁷³

Imagem 7 - Vapor uruguaio Vila del Salto



Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_do_Uruguai#/media/Ficheiro:Villa_del_salto_destroyed.jpg

Protesto paraguaio

Seguia a nota de José Berges a César Sauvan Vianna de Lima [1824-1897] - diplomata imperial – protestando contra a súbita mudança na, até então, pragmática postura imperial de mediação dos conflitos platinos. Ele advertiu que o seu governo não toleraría nem veria “con indiferencia, ni menos [iria] consentir que, en ejecución de la alternativa del ultimátum imperial, las fuerzas brasileras ya sean navales o terrestres ocupen parte del territorio de la república Oriental del Uruguay ni temporaria ni permanentemente”.²⁷⁴ Finalizando o documento, o governo paraguaio assegurava que:

El gobierno de la República del Paraguay considerará cualquiera ocupación de territorio Oriental por fuerzas imperiales por los motivos consignados en el ultimátum del 4 de este mes intimado al gobierno Oriental por el Ministro

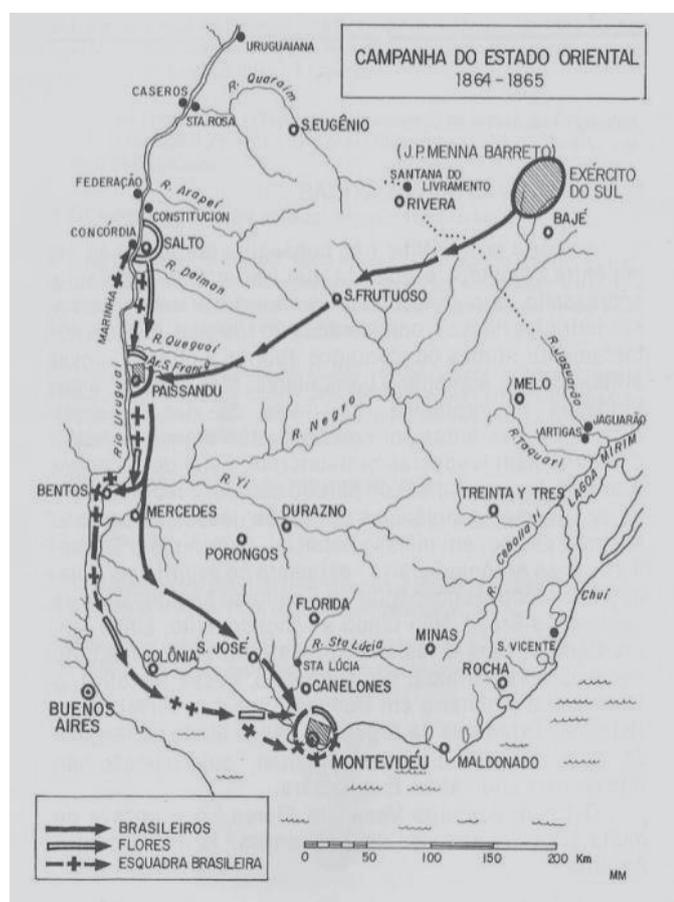
²⁷³ CORRESPONDÊNCIA do Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José Berges ao diplomata imperial em Assunção, Cesar Sauvan Vianna Lima, 30 de agosto de 1864. ANA-AHRP-PY. Disponível em: <http://riobranco.anasnc.senatics.gov.py/uploads/r/archivo-nacional-de-asuncion/2/5/1/251d7ebe7ea2d9a93503201c3ce589cef6021e988a0093107ff9461086414911/2972.pdf> Acesso jun/2017.

²⁷⁴ Id.ib.

Plenipotenciario del Emperador en misión especial cerca de aquel gobierno como **atentatorio al equilibrio de los Estados del Plata**, que interesa á la República del Paraguay, como garantía de su seguridad, paz y prosperidad, y que protesta pela manera más solemne contra tal ato, descargándose desde luego de toda la responsabilidad de las ulterioridades de la presente declaración.²⁷⁵

Em 1º de setembro de 1864, os membros da legação imperial deixaram o Uruguai e tiveram logo as credenciais suspensas. Em 7 de setembro, José Antônio Saraiva solicitou, que as forças estacionadas no Rio Grande do Sul invadissem o Uruguai para atacar Salto, Paysandú e Cerro Largo, apoiados pela poderosa Esquadra Imperial sob o comando do vice almirante Tamandaré. Invasão ainda não oficial, mesmo já ocorrendo, como vimos, outras incursões.

Imagem 8 - Invasão Imperial no Uruguai



Fonte: ALVES, J.V. Portella Ferreira. *Mallet: o patrono da artilharia*. Rio de Janeiro: biblioteca do exército, 1979.p.104.

Antônio Neto, depois de atear fogo na opinião pública e atirar os partidários liberais no governo imperial para atacar o Uruguai, começou a preparação para a guerra.

²⁷⁵ Loc.cit.

Em outubro de 1864, em correspondência ao capitão José Avelino, conclamou-o para juntar-se àquela causa, em reparo a “tantos vexames e atrozes insultos praticados contra os ‘nossos’ interesses e nacionalidade pelo atual governo de Montevideú”.

Dizia que naquele momento não podia esquecer-se do “desmentido patriotismo” do referido capitão para “achar-me em campo, em defesa de tão sagrados princípios”. Por isso convidava-o a “partilhar de ‘nossas’ fadigas, que a glória que nos aguarda será a mais bela compensação”. Encerrava intimando a participação porque a “pátria chama e jamais seremos filhos desnaturalizados e ingratos.” Na mesma correspondência, afirmava Antônio de Sousa Neto que “toda a fronteira se move e reuniões nossas e o Cerro Largo é hoje ocupado por nossas forças, e cumpre que o tinir de nossas armas vá ao coração daquele Estado.”²⁷⁶ O apelo do velho latifundiário e escravista liberal não ficaria sem resposta e, em 30 de janeiro de 1865, em carta ao presidente da província, o capitão, mesmo a contra gosto, oferecia-se para formar um batalhão, como veremos.²⁷⁷

Muito falou, pouco fez

A articulação política de Sousa Neto não fora muito eficiente. Para conseguir reunir o efetivo que comandara, precisou apelar para os rio-grandenses que lutavam nas fileiras do general Flores. Essa gente, na sua maioria guardas nacionais do Rio Grande do Sul, exigia ter no Exército Imperial os mesmos postos conseguidos no exército florista. Atendendo a essa exigência ilegal, João Marcelino de Souza Gonzaga, nomeara a oficialidade para aquele corpo.²⁷⁸

No intervalo de tempo que separou a saída de José Antônio Saraiva, em setembro de 1864, e a chegada de José Maria Paranhos, em dezembro, a condução diplomática no Prata esteve nas mãos do vice-almirante Joaquim Marques Lisboa [1807-1897], visconde de Tamandaré, rio-grandense de São José do Norte. Nessa função, firmou, em 20 de outubro de 1864, o acordo de Santa Lúcia com Venancio Flores. Nesse acordo estabeleceu-se a cooperação das forças de mar e terra do Império com as dos revoltosos.²⁷⁹

Tamandaré manteve a posição de prestígio durante esses primeiros movimentos, mais importante inclusive que a do diplomata Saraiva. Tamandaré desejava que a direção fosse antes de tudo militar e não diplomática. Isso ficaria visível na precipitação das ações

²⁷⁶ AHRs. Correspondência de Antônio de Sousa Neto, 1864. Assuntos militares, maço 183.

²⁷⁷ AHRs. Correspondência de José Avelino. Assuntos militares, maço 183.

²⁷⁸ ANRJ – IJ 1 586. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864 (janeiro-dezembro)

²⁷⁹ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império* [...]. Ob.cit.p.181.

sobre Paysandú. Após concluir sua missão, José Antônio Saraiva seria nomeado, em novembro de 1864, presidente provincial da Bahia.²⁸⁰

Historiadores de inclinação nacional-patriótica, com frequência defendem a atitude imperialista do governo imperial e no Uruguai valendo-se da existência de tratados anteriores, que lhe permitiam intervir na política uruguaia. Henrique Oscar Wiederspahn definiu o protesto do governo paraguaio, como “nota ameaçadora ao Império”.²⁸¹ O fato é que o governo imperial se preparava para a guerra.

Em 03 de novembro de 1864, criou-se na província o 12º Corpo Provisório de Cavalaria, com 261 praças, “para guarnecer e policiar a cidade e fronteira de Bagé”.²⁸² Pronto para atacar, o governo provincial esperava receber contrapartidas nas fronteiras com o Uruguai. Em 28 de novembro de 1864, a Esquadra Imperial comandada por Tamandaré e a tropa argentino-Florista, comandada por Venancio Flores tomaram a vila de Salto.

Em 1º de dezembro de 1864, o tenente-general João Propício Menna Barreto transpôs as fronteiras entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai. Seu contingente estava reunido com o grosso das tropas em Bagé e com destacamentos em Quaraí, Jaguarão e Santana (do Livramento). A tropa de Menna Barreto se juntaria em território uruguaio a “Brigada de voluntários rio-grandenses”, composta de “exilados” da época da guerra dos farrapos, de seus gaúchos e trabalhadores escravizados armados. Lutando em causa própria, essa força foi mantida “sem a mínima despesa para os cofres do Império”.²⁸³ Uma das primeiras ações imperiais no Uruguai foi a ocupação da vila de Mello, capital do departamento de Cerro Largo, no Uruguai, importante reduto dos governamentais os *blancos*. Ao violar o território uruguaio, o governo imperial declarava informalmente guerra ao Paraguai.²⁸⁴

²⁸⁰ LENDA SEMANAL. Jornal A Atalaia do Sul, Jaguarão, 17 de novembro de 1864, nº 169, p.2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=813338&PagFis=0>> Acesso em jan.2019.

²⁸¹ WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Das guerras cisplatinas à guerra contra o Paraguai. Em: *Enciclopédia Rio-grandense*. Ob.cit.p.234.

²⁸² JORNAL A ATALAIA DO SUL, Jaguarão, 17 de novembro de 1864, nº 169.Ob.cit. p.3.

²⁸³ Id.ib.,p.235.

²⁸⁴ OURO PRETO [visconde Alfonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrra*.Ob.cit.p.27.

Represálias na fronteira

O Império sequer declarou guerra ao Uruguai! Como represália a esse ato atentatório à soberania oriental, tropas governamentais comandadas pelo general João de Sá, aproximaram-se da fronteira do Chuí.²⁸⁵

Mas não era somente a soberania uruguaia que estava em jogo, a paraguaia também. O temor do governo paraguaio e do Ministro das relações exteriores do Uruguai, manifestados meses antes, se concretizou. O governo imperial agiu de forma imperialista mais uma vez, desestabilizando o ambiente político na região, atizando, armando e apoiando os rebeldes colorados. Eles sabiam, no entanto, o que isso provocaria: uma resposta paraguaia. Talvez a maior prova circunstancial dessa cama de gato armada pelo governo imperial ao Paraguai tenha sido manifesta por José Maria da Silva Paranhos, mais tarde visconde de Rio Branco, que a essa altura havia substituído Antônio Saraiva na condução diplomática das questões do rio da Prata.

Em 12 de dezembro de 1864, em meio a ofensiva da Armada Imperial no Uruguai e prestes a ser defenestrado da articulação diplomática por influência do visconde de Tamandaré, Silva Paranhos escreveu a seu correligionário e compadre Luiz Alves de Lima e Silva, então marquês de Caxias. Entre relatos do cotidiano das operações militares, Silva Paranhos informou: “[...] estourou aqui a bomba do Paraguai”. Em avaliação acertada da conjuntura, solicitava ao amigo que tomasse parte no conflito. Dizia: “Meu caro Sr. Marquês, é tempo de desembainhar a sua espada. Não me deixe só.” Já finalizando a correspondência declarava: “É preciso terminar a questão Oriental, para irmos sem demora ao Paraguai. Já não podemos recuar” [o grifo é nosso]. É evidente que se referia a uma ação consciente que teve desdobramentos da qual não se poderia voltar atrás.²⁸⁶ Para isso era necessário submeter o governo uruguaio e empossar o aliado, general Venancio Flores.

O destino do Exército Imperial que, no início do mês, penetrou o território uruguaio, era a cidade de Paysandú, importante reduto blanco e forte polo produtor de charque. O brigadeiro Manuel Luís Osório, futuro comandante do Exército Imperial foi deixado na retaguarda. Às sete horas da manhã de 29 de dezembro, a força, composta de duas Brigadas de Infantaria e as Baterias de artilharia, acampou à distância de uma

²⁸⁵ ANRJ – IJ 217. Ministério da Guerra. Ajudante general.1864

²⁸⁶ PARANHOS, J.M. da Silva. Correspondência a Luiz Alves de Lima e Silva, marquês de Caxias. Em: ANRJ – Códice 551. Correspondência manuscrita que pertenceu ao Duque de Caxias 1840-1876.

légua e meia de Paysandú.²⁸⁷ Enquanto isso, o grosso do exército seguiu para fortalecer o cerco. Nesse mesmo dia, João Propício Menna Barreto conferenciou com o chefe da Esquadra -, quem, na realidade, comandou aquela operação – e com o general Flores, a bordo do navio *Almirante*. Já na madrugada do dia 30, a artilharia imperial foi posicionada em direção da cidade.

Apenas na madrugada seguinte, perto das quatro horas da manhã, iniciou o bombardeamento da cidade. As operações de guerra, com o Exército Imperial avançando sobre o terreno e ganhando as posições dos defensores, seguiram noite adentro. O combate, literalmente, iniciou em um ano e terminou no outro. A passagem do ano de 1864 para 1865 foi marcada por estrondosas bombas que levavam a vida de homens que lutavam por países que não estavam oficialmente em guerra.

Paysandú derrotada

Em 1º de janeiro de 1865, a defesa de Paysandú era derrotada. A poderosa Armada e o Exército Imperial precisaram de cinquenta e duas horas de intenso ataque, inclusive forte bombardeamento, para forçar a já aniquilada força defensiva a se render. A força do general Flores não passava de quinhentos homens. Foi, em verdade, um assalto imperial com ínfima participação do maior interessado. O terrível bombardeio tinha o firme propósito de não apenas render a praça, senão de destruí-la. Com quatro canhoneiras, a Esquadra Imperial teria lançado em um único dia cerca de seiscentas balas sobre a cidade. Já a artilharia em terra teria lançado mais de quatro mil projéteis sobre a cidade.²⁸⁸ A defesa fora heroica.

Klaus Becker, historiador rio-grandense, em sua obra *Alemães e descendentes na Guerra do Paraguai*, já citada, transcreve o relato de um militar de origem teuta que participou daquele assalto. Pedro Werlang, ingressou no 6º Corpo Provisório da Guarda Nacional em Rio Pardo, em novembro de 1864. No final de dezembro daquele ano, estava em frente a Paysandú, e logo duramente canhoneada e:

Ao raiar do dia 31 nossas baterias iniciaram o bombardeio das trincheiras na cidade o que durou até às 10 horas da manhã. Eis quando a nossa infantaria abriu fogo que sustentou, sem parar, até pela meia noite. E assim, continuou no próximo dia até 2 de janeiro de 1865 às 8 horas da manhã. O ‘inimigo’ hasteou bandeira branca, motivo pelo qual silenciámos imediatamente o fogo. Procedeu-se sem demora, à rendição dos orientais. A bela cidade estava

²⁸⁷ BARRETO, João Propício Menna, Comandante em Chefe do Exército Imperial, 7 de janeiro de 1865. Correspondência ao Ministro da Guerra. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 2. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

²⁸⁸ Id.ib.,

grandemente danificada e suas ruas cobertas de mortos.²⁸⁹

Cerca de dois mil brancos defendiam a cidade.²⁹⁰ O historiador Mário Maestri lembra que a batalha de Paysandú “concluiu-se de forma ignóbil, com o fuzilamento de oficiais e soldados uruguaios que haviam deposto armas”.²⁹¹ Segundo o general em chefe do Exército Imperial naquela operação, João Propício Menna Barreto, foram feitos uns seiscentos prisioneiros, “inclusive 97 oficiais da graduação de coronel para baixo”²⁹² Entre os prisioneiros estava Leandro Gómez, comandante da defesa, que resistiu bravamente ao sítio e bombardeios até não ter mais condições de lutar. Foi entregue pelos imperiais, juntamente com outros prisioneiros de guerra a seu adversário pessoal, o coronel colorado Cuyo Soares que ordenou seu fuzilamento.

O historiador Emílio Carlos Jourdan, sintetizou a diferente postura tomada pelo governo imperial na questão uruguaia após a chegada dos liberais ao poder. “Parece que o pensamento do gabinete brasileiro [sic] de 15 de janeiro de 1864 era o do Conselheiro Saraiva e o do gabinete que lhe sucedeu em 31 de agosto era o do vice almirante barão de Tamandaré”.²⁹³ A destruição daquela cidade não estava nos planos iniciais da diplomacia imperial, nesse então comandada, no Prata, por José Maria Paranhos. Para este, era perfeitamente possível resolver tudo sem despendar recursos e esforços. Na queda de forças com o visconde de Tamandaré, a tese do uso imediato de forças venceu. O comandante da marinha precipitou o ataque. Dias após a definição completa da questão uruguaia, tendo sido selado o Protocolo de 20 de fevereiro, José Maria Paranhos, que ainda era representante diplomático do Império, escreveu ao general Caxias.

Na correspondência, Paranhos avaliava ser impossível que ele e Tamandaré continuassem juntos naquela missão. Não imaginava ser chamado novamente ao Rio de Janeiro. Esperava “ir até Assunção assistir o enterro de Lopes.” Paranhos comentou sobre o ataque à Paysandú e não poupou críticas a seu adversário político. “A responsabilidade que este homem [visconde de Tamandaré] tomou sobre si nos despropósitos de Paysandú

²⁸⁹ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul* [...] Ob.cit.p.123.

²⁹⁰ BARRETO, João Propício Menna, marechal de campo, comandante em chefe do Exército do Rio Grande do Sul, junto à cidade de Paysandú, 3 de janeiro de 1865. Correspondência ao general Henrique Beaurepaire Rohan, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 2. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

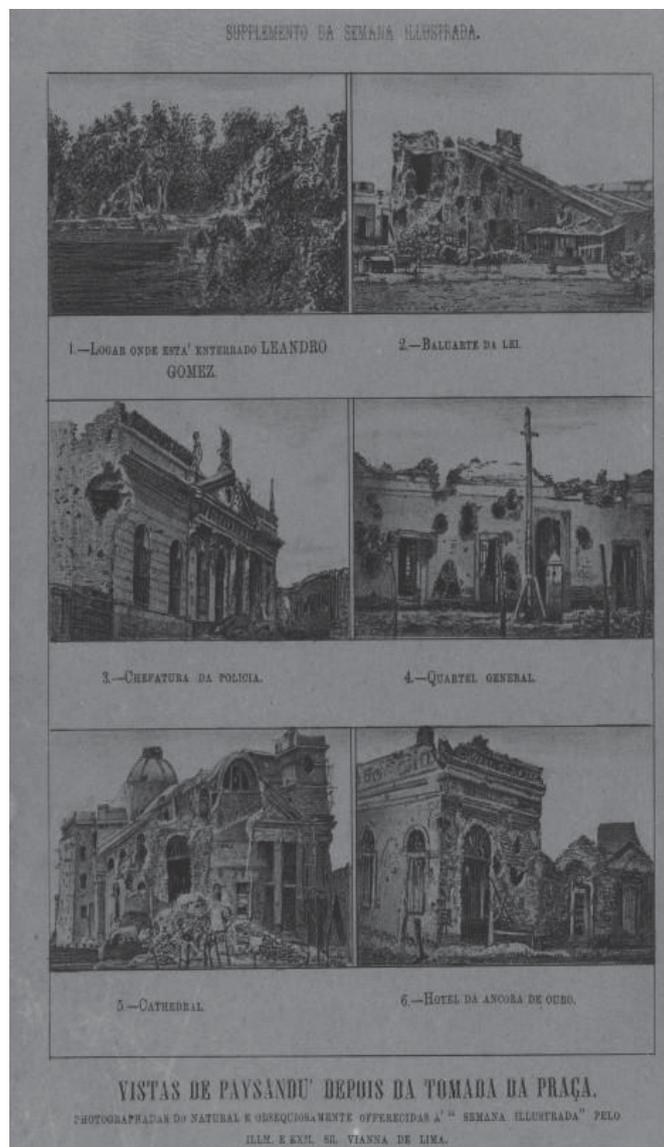
²⁹¹ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.200.

²⁹² BARRETO, João Propício Menna, marechal de campo, comandante em chefe do Exército do Rio Grande do Sul, junto à cidade de Paysandú, 3 de janeiro de 1865. Correspondência ao general Henrique Beaurepaire Rohan [...] Ob.cit.

²⁹³ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. Ob.cit.p.43.

é responsabilidade que podia custar caro ao Brasil, e que custou muitas vidas, muitas pernas e muitos braços.”²⁹⁴

Imagem 9 - A destruição de Paysandú pela Marinha Imperial



Fonte: BNRJ. Gravura. Imagem 1433540

Demonstração de força

Exigência a dos criadores e produtores de charque do meridiano sulino e norte uruguaio, a intervenção e, sobretudo, a forte demonstração de força das armas imperiais, tendiam a resolver por longo tempo e a disputa com os orientais blancos e demonstrar força ao governo paraguaio. João Propício Menna Barreto, em longa correspondência,

²⁹⁴ PARANHOS, José Maria da Silva. Correspondência ao amigo e compadre general Caxias, 28 de fevereiro de 1865. Em: ANRJ – Códice 551. Correspondência manuscrita que pertenceu ao Duque de Caxias 1840-1876.

após o bombardeamento de Paysandú, avaliava que aquela operação “era indispensável, porque a honra nacional e os brios do mesmo Exército o exigiam.”²⁹⁵ Ao mesmo tempo, essa investida sobre o Uruguai forçaria um conflito com o Paraguai.

Não é um paradoxo a destruição de Paysandú pelos canhões da Armada Imperial, quando apenas seu bloqueio e sítio seriam suficientes para forçar a rendição, quando seus defensores já estavam desprovidos de alimentação e improvisando munições. Meses depois, em Uruguaiana, em condições semelhantes, os exércitos aliancistas sitiaram a vila e levou os paraguaios à exaustão, precipitando a rendição sem combate. Em Paysandú, o objetivo seria a completa destruição, não da cidade em si, mas de seu potencial econômico, baseado na produção de charque e, por isso, concorrente dos militares-charqueadores do Rio Grande do Sul.

Já no início da década de 1860, ali, “se plantearon cinco grandes saladeros”, que eram sua base econômica.²⁹⁶ A região invadida, onde operavam Venancio Flores, os milicianos do general Neto e as tropas regulares do Império, era território de domínio *blanco*. Sobretudo, aquela destruição era necessária para a glória do Império e de Tamandaré e para afiançar a ditadura sem raízes no país de Venancio Flores. À época do sítio de Paysandú, o exército de Flores já havia sido engrossado com 160 imperiais, “voluntários da Campanha, ao mando do estancieiro Bonifácio Machado”.²⁹⁷

Após a carnificina, em Paysandú, a maior fração do Exército Imperial, comandada por João Propício Menna Barreto, acampou na barra do rio Negro. Bastante desfalcado por inúmeras mortes e feridos, a situação era desalentadora. Sem contar a cavalaria sob as ordens de Manuel Osório, separada do grosso do exército, aquelas forças remontavam a 3.300 homens de infantaria. Força essa que o general em chefe considerava insuficiente para o prosseguimento da operação, que naquele momento preparava-se para sitiar Montevideú.

O ataque e destruição de Paysandú, frente à tenaz defeso, resultou em dezenas de mortos e feridos de parte a parte. Das forças imperiais, teriam morrido quatro oficiais e setenta e cinco praças. Feridos foram treze oficiais e cento e sessenta e três soldados.

²⁹⁵ BARRETO, João Propício Menna, Comandante em Chefe do Exército Imperial, 7 de janeiro de 1865. Correspondência ao Ministro da Guerra. Ob.cit.

²⁹⁶ PAYSANDU. Nueva Numancia Datos y Documentos históricos [...]. Ob.cit.p.32.

²⁹⁷ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. Ob.cit.p.56.

Tabela 1 - Mortos e Feridos no assalto a Paysandú

Corpos	Oficiais		Praças		Total parcial
	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos	
3º Batalhão de Infantaria	2	-	15	27	44
13º Batalhão de Infantaria	2	3	14	32	51
4º Batalhão	-	1	2	13	16
6º Batalhão	-	7	17	50	74
12º Batalhão	-	2		37	39
1º Regimento de artilharia a cavalo	-	-	2	2	4
3º de Cavalaria Ligeira	-	-	2	-	2
Corpo não identificado	-	-	21	-	21
Companhia de Transportes	-	-	2	-	2
4º de Cavalaria Ligeira	-	-	-	1	1
Total					254

Fonte: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 2. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

Poucos dias após o bombardeamento de Paysandú, em 15 de janeiro, ainda na costa do rio Uruguai, João Propício Menna Barreto publicou uma proclamação direcionada aos seus comandados. Estes logo marchariam, em território uruguaio, com destino a Montevideú, passando por fazendas de rio-grandenses e orientais. A proclamação invocava a civilidade dos militares imperiais, para que não roubassem ou violentassem os moradores. O general pedia: “generosidade para com os vencidos, respeito a todos os neutros, e a todas as propriedades.” E ainda que os soldados zelassem “com escrúpulo” os “brasões de soldado brasileiro.”²⁹⁸

Em 17 de janeiro, o general comandante do Exército fez embarcar nos navios fretados *Oyapok* e *Cruzeiro*, o que restava da artilharia e da infantaria. Esses deveriam desembarcar em Santa Lucía, às margens do rio homônimo, a sudeste de Ituzaingó e a poucas horas de Montevideú. Isso foi decidido após Conferência, dias antes, entre o visconde de Tamandaré, o general Flores, o conselheiro Paranhos e o próprio Menna Barreto.²⁹⁹

²⁹⁸ PROCLAMAÇÃO do general João Propício Menna Barreto ao Exército Imperial, Fazenda S. Xavier, Uruguai, 15 de janeiro de 1865. em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 2.Ob.cit.

²⁹⁹ BARRETO, João Propício Menna. Correspondência ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, general Henrique de Beaurepaire Rohan, Colônia de Sacramento, Uruguai, 22 de janeiro de 1865. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 2.Ob.cit.

Declaração tardia

Somente em 19 de janeiro de 1865, o governo imperial, após longo período de ações militares em território uruguaio, declarou oficialmente estado de guerra contra o governo de Atanásio Aguirre. Em fins de janeiro, João Marcelino de Souza, presidente da província do Rio Grande do Sul, em carta ao Ministro da Guerra, confirmava que o objetivo imperial no Uruguai era entregar “Montevideu ao general Flores”.³⁰⁰ Na prática, isso significava ter as exigências do setor latifundiário sulino atendidas. Hermes Vieira, biógrafo de José Maria da Silva Paranhos, visconde de Rio Branco destacou que “Flores contava com as simpatias do povo e do governo de Buenos Aires, que lhe fornecia auxílio em dinheiro, armas e voluntários, enquanto a imprensa portenha movia tenaz hostilidades aos *blancos* e ao novo ditador Solano López”.³⁰¹ O “povo”, para o autor, nesse caso, seguramente era a classe portenha pró-Mitre.

O exército legalista uruguaio continuou combatendo e sendo combatido pelas tropas de Flores, de Antônio de Sousa Neto e o do Exército Imperial, na campanha uruguaia. Em 27 de janeiro de 1865, Basilio Munhoz, oficial do já enfraquecido exército uruguaio, atacou, sem muito sucesso, a vila de Jaguarão, na expectativa frustrada, da chegada de auxílio paraguaio. Suas forças invadiram a fronteira através dos passos “da Armada”, “de Centurião” e “de S. Diogo”, com cerca de “dois mil homens”. Outros quinhentos, da mesma força, estariam nas imediações do arroio do Meio. A ameaça de invasão teria gerado grande pânico nos moradores da vila. Muitas famílias foram transportadas, pelo rio, para Pelotas. Os invasores pretendiam sublevar os trabalhadores escravizados.³⁰²

Desde início de janeiro, havia em Jaguarão grande número de emigrados uruguayos, possivelmente servindo espiões para as tropas invasoras. Circulavam informações verídicas do ataque, nada foi feito.³⁰³ Em 23 de janeiro, o comandante da guarnição e fronteira de Jaguarão, Aparício José Barbosa, sabia que Basilio Munhoz e outros chefes *blancos*, acampavam na região conhecida como Frade Morto.

Segundo informações passadas ao comandante daquela fronteira, as forças do oficial *blanco* compunham-se de “uma divisão de alguns mil homens reunidos voluntariamente nesta província (Rio Grande do Sul)”. Dizia ainda, que contavam “com

³⁰⁰ DOCUMENTOS relativos a invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.10.

³⁰¹ VIEIRA, Hermes. *A vida é a época do Visconde do Rio Branco*. Ob.cit.p.228

³⁰² MAESTRI, Mário. Pampa negro: Agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. Revista de História SAECULUM, nº25; João Pessoa, jul./dez.2011.p.65.

³⁰³ DIÁRIO do coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864-1865. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1997.p.32.

os orientais aqui emigrados e com a escravatura sublevada por eles e alguns outros agentes que de algum tempo tem cá.”³⁰⁴ As forças de defesa estariam mal equipadas para enfrentar a invasão.³⁰⁵

Imagem 10 - Jaguarão, 1865



Fonte: ANRJ. Mapoteca. Rio Grande do Sul, código OG, mapa 111.

Os guardas nacionais, em guarnição na fronteira de Jaguarão, não chegavam a quinhentos, desarmados e mal fardados, distribuídos nos corpos 15 e 28 de cavalaria e algumas dezenas de infantes.³⁰⁶ Com esse cenário, os *blancos* orientais não tiveram dificuldade em invadir a Fronteira Sul da província. Assim como os paraguaios, meses

³⁰⁴ AHRS. Correspondência do capitão Aparício José Barbosa. 1865. Assuntos militares, maço 190.

³⁰⁵ Loc.cit.

³⁰⁶ CALDWELL, João Frederico. Correspondência à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, Bagé, 23 de janeiro de 1865. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Código OG 547, Volume 2. Ob.cit.

depois, na fronteira do rio Uruguai. A falta de efetivo da Guarda Nacional levaria o comandante da guarnição a chamar a reserva e reunir “alguns vizinhos para resistir”.³⁰⁷

A ameaça de invasão da fronteira de Jaguarão era notícia corrente e de conhecimento da presidência da província. Em 19 de janeiro, a notícia de que uma força de *blancos*, comandados pelo coronel Basilio Munhoz chegou em Cerro Largo era de conhecimento público em Jaguarão. Após averiguações solicitadas pelo comandante da fronteira, descartou-se o perigo. Grande erro! A vila estava desprotegida.

Nessas condições de defesa, conhecidas pelos orientais, era improvável uma resistência à invasão. Às nove horas da manhã do dia 27, a força invasora, com cerca de mil e quinhentos homens, cruzara o *Passo da Armada*, no rio Jaguarão. Depois, soube-se que pelos passos de *São Diogo* e *Centurião*, passaram outros, totalizando uns dois mil homens.³⁰⁸

A uma hora da tarde, Basilio Munhoz enviou ao comandante da defesa a seguinte intimação: “Senhor coronel, no desejo de evitar o derramamento de sangue e os males consequentes que sofreria esta cidade, no caso de uma inútil resistência, desde que V. S. não tem suficientes forças nesta guarnição para evitar que seja tomada pelas armas da República. Íntimo a V. S. que até às 2 horas da tarde desta data, faça V. S. entrega dessa cidade.” Munhoz oferecia rendição pacífica e dava “todas as garantias necessárias para as vidas de todos os chefes, oficiais e tropa” da “guarnição, assim como respeito aos vizinhos e famílias pacíficas, tanto brasileiras como de qualquer outra nacionalidade”.³⁰⁹

Com apoio de vapores

Apesar de pequena, a força defensora resistiu, apoiada pelos vapores *Apa* e *Cachoeira*. Durante parte da noite houve troca de tiros. O objetivo dos invasores não seria apoderar-se da vila. Pela manhã, tinham levantado o cerco e seguido “pela costa do rio Jaguarão acima, arrombando e saqueando todas as casas e arrebanhando toda a cavallhada e escravos que encontraram e outros que se foram apresentar”.³¹⁰ Causar um colapso no sistema produtivo da região com maior número de cativos da província parece ter sido o plano dos invasores.

³⁰⁷ AHRs. Correspondência do coronel Vargas, 1865. Assuntos militares, maço 194.

³⁰⁸ GONZAGA, João Marcelino de Souza. Correspondência a Francisco José Furtado, Presidente do Conselho de Ministros, 30 de janeiro, Pelotas. Em: ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1865 (janeiro-dezembro)

³⁰⁹ AHRs. Cópia da intimação, traduzida do espanhol, feita por Basilio Munhoz, 1865. Assuntos militares, maço 190.

³¹⁰ AHRs. Correspondência do coronel Vargas, 1865. Assuntos militares, maço 194.

Passada a ameaça, formou-se uma comissão para avaliar os prejuízos causados pela invasão. Os pretensos danos foram imensos: incêndio em casas; morte e furto de cativos e furto de animais. Ao todo, a comissão identificou 165 reclamantes. Segundo os cálculos, o prejuízo teria importado em 130:102\$253. Valor provavelmente superlativado pelos requerentes.³¹¹

Tabela 2 - Relação de oficiais uruguaios do ataque a Jaguarão

Oficial	Local
General Basílio Munhóz comandante da força	Florida
Coronel [...] Aparício	Idem
Coronel Angelo Muniz	Cerro Largo
Tenente coronel Romão Ortiz	Taquarembó
Tenente coronel João Braz Coronel	Cerro Largo
Tenente coronel João Fernandes	Mercedez
Tenente coronel Anacleto Carrido	Durazno
Tenente coronel Eustaquio Franco	Cerro Largo
Tenente coronel [...] Munhóz	Durazno
Tenente coronel Leao Mendonça	Florida
Chefe do Estado maior comandante Ferrez	Colônia
Tenente coronel Julião Romão	Cerro Largo
Tenente coronel André Ibanho	Cerro Largo
Major de Cerro Largo Pedro Lopez	Cerro Largo
Major de Florida Guilherme Lagero	Florida

Fonte: RELAÇÃO dos oficiais que comandaram as forças que invadiram e atacaram a cidade de Jaguarão em 27 de janeiro do corrente ano, como súditos do governo decaído de Aguirre. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

Por longo período, o medo de nova invasão *blanca* aterrorizou as populações fronteiriças. Mesmo após a saída dos orientais, os moradores e as autoridades de Jaguarão continuaram mobilizados. Em agosto, o número de armas e de guardas nacionais guarnecendo a cidade era elevado, mas inferior ao necessário. A essa época, grande parte da Guarda Nacional estava mobilizada para enfrentar os paraguaios, que invadiram São Borja e marchavam em direção à Uruguiana. Em Jaguarão, uma comissão de

³¹¹AHRS. Relação Nominal dos prejuízos causados pela invasão blanca na fronteira de Jaguarão, 1865. Assuntos militares, maço 194.

estrangeiros ofereceu, ao delegado Joaquim Maria de Oliveira Vilas Boas, serviços de patrulhamento. Em 24 de agosto propunham:

Os estrangeiros das diversas nacionalidades, residentes nesta cidade, representados pela comissão abaixo assinada, tomando em consideração as dificuldades com que luta atualmente o ilustríssimo sr. Comandante desta guarnição para bem policiar e manter a segurança desta cidade pela falta de tropa que há presentemente oferecem-se à Vossa Senhoria para coadjuvarem no serviço das patrulhas noturnas, sob as ordens do senhor oficial que estiver de serviço a praça.³¹²

O temor da invasão rondava Jaguarão. Com frequência, surgiam notícias de novos possíveis ataques. Com esse cenário, o comandante da guarnição solicitava reforços ao governo provincial, pois, entendia que a fronteira achava-se “pessimamente guarnecida” “entregue à Guarda Nacional da reserva”, “mal armada e composta em sua quase totalidade de indivíduos valetudinários [fisicamente frágeis] e já cansados.”³¹³ Posteriormente, Basilio Munhoz, comandante daquela invasão, foi preso e, por pressão do diplomata imperial, José Paranhos, enviado a Montevidéu. Naquela cidade, deveria ser julgado e condenado, mesmo que seus atos tivessem ocorrido em território estrangeiro.³¹⁴

Guerra rápida

Enquanto a fronteira da província era atacada, a quase totalidade do Exército Imperial estava às portas de Montevidéu. A guerra no Uruguai foi rápida e terminou favorável a Venancio Flores, agora testa de ferro do Império. Em 20 de fevereiro de 1865, na convenção de paz, Venancio Flores foi reconhecido oficialmente presidente uruguaio.³¹⁵ Na prática, aquele fatídico acordo de paz tornou a submeter o Uruguai aos interesses do *imperialismo brasileiro*. O novo presidente uruguaio, em aliança com a Argentina de Mitre e com o Império do Brasil, lutaria na guerra contra o Paraguai, com tropas simbólicas, financiadas pelo Império.

A submissão do governo oriental aos interesses imperialistas do Brasil ocorreu antes mesmo de resolvida a questão com a entrega da praça de Montevidéu. Em janeiro

³¹²AHRS. Correspondência da comissão de estrangeiros residentes em Jaguarão, 1865. Assuntos militares, maço 191.

³¹³ AHRS. Correspondência de José Maria Fontoura Palmeiro, 1865. Assuntos militares, maço 191.

³¹⁴ CASTRO, Carlos de. Correspondência ao Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, Montevidéu, 12 de março de 1865. Em: ANRJ - I JJ 1 720. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Império. 1864-1867.

³¹⁵ PROTOCOLO da negociação de paz celebrada na vila União, 20 de fevereiro de 1865. ANRJ - I JJ 1 720. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Império. 1864-1867

de 1865, Venancio Flores remeteu nota ao Ministro plenipotenciário imperial no Rio da Prata, se comprometendo com as imposições imperiais. Venancio Flores manifestou “seus sentimentos amigáveis e justos para com o Brasil” e também assumiu “o compromisso solene de satisfazer às reclamações do *ultimatum* brasileiro de 4 de Agosto”, ou seja, um acordo amplamente desfavorável para as finanças orientais, um governo antinacional.³¹⁶ Essa submissão custaria sua vida, em 1869, quando de volta a Montevideú.

Para os fazendeiros e charqueadores rio-grandenses, a chegada do general Flores ao poder, por quem tanto se empenhavam, foi a possibilidade de novamente assenhorearem-se de parte do Uruguai. Para eles, ali terminava o interesse na guerra, já que nada buscavam no Paraguai. Entretanto, o governo imperial transformou o Rio Grande do Sul, durante 1865-70, em um grande quartel fornecedor de homens para a guerra. A oposição da oligarquia pastoril à sequência do conflito causou a intervenção do Império na Província. Em 19 de dezembro de 1866, suspenderam-se as eleições e o prorrogou-se o estado de guerra na província.³¹⁷ Do Rio Grande, partiriam milhares de homens que lutariam, fugiriam ou morreriam até o fim do conflito, cumprindo o plano traçado.

Terminada a questão no Uruguai que atendia aos interesses da classe proprietária do meridiano, o Exército Imperial se preparou para a planejada invasão ao Paraguai. Este, não se fez esperar e com um exército de uns 10 mil homens invadiu o oeste do Rio Grande do Sul. Em 1º de março de 1865, o brigadeiro Manuel Luís Osório, assumiu o comando do Exército Imperial no lugar de Menna Barreto. A prolongada demora daquelas forças em território uruguaio seria alvo de fortíssimas críticas das autoridades e da população com direito à expressão, do Rio Grande do Sul.

Em meados de março, resolveu-se uma contenda que durava há bastante tempo. Desde que José Maria da Silva Paranhos foi nomeado Ministro plenipotenciário no rio da Prata, ele entrou em rota de colisão com visconde de Tamandaré, que vislumbrava liderar todo o processo de submissão do governo uruguaio, de preferência pelas armas. Finda a questão com o Uruguai, José Paranhos foi demitido, sem muitas explicações. Em 15 de março, ao comunicar o fato ao amigo e correligionário general Caxias, expunha

³¹⁶ FLORES, general Venancio. Correspondência ao Ministro plenipotenciário imperial na região platina, José Maria da Silva Paranhos. Em: ANRJ - I JJ 1 720. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Império. 1864-1867

³¹⁷ CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.158.

indignado, inclusive com o imperador, que: “Venceram S. M. e o seu Almirante, mas a vitória da razão há de ser minha”. No mesmo documento, ao comentar ter se negado deixar Montevideú em barcos da Marinha, se referia ao visconde como “Príncipe Tamandaré”.³¹⁸

3.2 Uruguai, o terror imperial: Imobilidade, frio, chuva, doenças e nada de combates

O ambiente de guerra é terrível. A aproximação dos combates, aumentando os riscos de morte, torna o cenário ainda mais tenso. Esse ambiente seguramente não era o lugar onde muitos homens gostariam de estar, fossem eles recrutados normal ou forçosamente. As privações de comida ou de dinheiro, a rígida disciplina, entre outros, aterrorizavam os soldados.

A guerra contra o Paraguai inaugurou, no Prata, um conceito de guerra total, de longa duração. Até então, não era comum as tropas ficarem inativas por muito tempo. A carência de efetivos e de cavalaria era grande, o que tornava a marcha demasiadamente demorada. O conflito e, sobretudo, nas condições em que se encontravam as forças militares do Império, em geral, e da província do Rio Grande do Sul, em particular, pioraram aquela situação.

No princípio das ações militares na região, as condições de saúde do exército não mereceram maior atenção do governo imperial. Já em janeiro de 1865, o médico João Pires Farinha, cirurgião mor de Brigada do Exército Imperial, em organização para invadir o Uruguai, relatava ao Chefe do Corpo de Saúde do Exército, as más condições daquele serviço. Na correspondência, o médico expressava sua contrariedade com as dificuldades que se apresentavam.

Eu não tenho linguagem bastante significativa, para fazer sentir a V. Ex^a. minha contrariedade, pois que como Chefe vejo-me tolhido por falta de meios, e como militar só me cumpre obedecer às ordens superiores, restando-me apenas este apelo para V. Ex^a., que ele seja profícuo.³¹⁹

³¹⁸ PARANHOS, José Maria da Silva Paranhos. Correspondência ao marquês de Caxias, Montevideú, 15 de março de 1865. Em: ANRJ - Códice 551. Correspondência manuscrita que pertenceu ao Duque de Caxias 1840-1876.

³¹⁹ COMUNICAÇÃO feita pelo Dr. João Pires Farinha Cirurgião Mor de Brigada ao Chefe do Corpo de Saúde do Exército, em 3 de Janeiro de 1865. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 2.Ob.cit.

Em território uruguaio, a situação do Exército Imperial era desalentadora. Naquela força, então acampada às margens do rio Pirai, havia cento e noventa doentes. Esses, segundo João Pires Farinha, estavam:

Em pequenas barracas, sem leitos, sem colchões, sem cobertores, e o que mais sem que tivessem fornecimento de dietas convenientes e próprias de seu estado, porque estes homens não haviam baixado ao hospital, eram contados em seus Corpos como o são os prontos para todo serviço, e de suas etapes pois saíam os recursos para seu sustento, vê facilmente V. Ex^a. que deste modo era impossível dar-se aos doentes o necessário tratamento, e que aos médicos só havia o recurso da obediência porque tudo isto era feito por ordem superior, e, pois, nenhum [...] levantar a vez, pelo receio de que ofendida a disciplina militar caísse sobre si o terrível peso dessa espada, máxime em campanha; tudo ia assim!³²⁰

Calcula-se que entre abril e outubro de 1865, o Exército Imperial, nesse então, já comandado pelo general Manuel Luís Osório, teve cerca de cinco mil baixas entre mortos e doentes.³²¹ As condições higiênicas e a própria concepção de saúde eram bastante distintas há 150 anos. A ciência não dispunha de substâncias, material e métodos hoje utilizados para evitar maiores danos aos pacientes.

Doenças matavam mais

Antibióticos não eram conhecidos e a cura de infecções era dificultada pelo descrédito que muitos médicos davam à ação de micro-organismos como agentes infecciosos. Durante o conflito, grande parte das mortes de militares não decorria das batalhas, mas de doenças e ferimentos impossíveis de serem tratados na época. O recurso mais utilizado para combater infecções era a amputação. Carlos Frederico dos Santos foi médico durante o conflito e em *História médico-cirúrgica da esquadra brasileira nas campanhas do Uruguai e Paraguai*, traz importantes informações.

Segundo o autor, as condições materiais objetivas desencadeadoras de doenças eram muitas. A começar pelos navios em que os militares eram transportados. Neles, não raras vezes, havia excesso de tripulação e com cobertura insuficiente para proteger os transportados da intempérie.³²² As temperaturas também castigaram as tropas, em especial, os contingentes oriundos de regiões de clima tropical. Ao depararem-se com o ar gélido do pampa uruguaio, muitos adoeciam e morriam.³²³ O autor afirmava que: “Logo que esses navios transpunham as águas do Brasil e entravam nas do Prata, as praças

³²⁰ Id.Ib.,

³²¹ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Vol.2.Ob.cit.p.356.

³²² AZEVEDO, dr. Carlos Frederico dos Santos. *História médico-cirúrgica da esquadra*[...]Ob.cit.p.7.

³²³ CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*.Ob.cit.p.,65.

eram afetadas de enfermidades, para as quais influíam poderosamente as circunstâncias de clima adverso.”³²⁴ Verificou-se muitas baixas por doenças do sistema respiratório, em especial as bronquites.

Com recursos escassos e métodos pouco avançados, o tratamento era lento e pouco eficaz. O soldado acometido de doença respiratória passava por longo e torturante tratamento. Segundo o médico Carlos Azevedo, “a tosse contínua fazia-se ouvir durante o dia e principalmente à noite, impedindo o sono a esses infelizes, que consideravam verdadeira tortura os sofrimentos originados por moléstia tão incomoda”.³²⁵ Estar no hospital militar era uma tortura.

Em julho de 1865, o Exército Imperial, em terra e a bordo da esquadra, era de 18.977 homens. Desses, 3.399 estavam doentes, nos hospitais de Salto, Montevideú, Buenos Aires e ambulância do Exército.³²⁶ Isso representa quase 18% do total. Nos anos seguintes, as doenças e epidemias seriam ainda mais mortíferas.

A dificuldade de se obter água potável e saudável era outro problema. Realidade que aumentava o número de enfermos por diarreias e disenteria. O cólera, foi a doença mais mortífera durante aquele tempo.³²⁷

Maior incidência no Exército

Na comparação com a esquadra, o exército teve muito maior número de enfermos. Nesse caso, “os médicos lutavam com circunstâncias do terreno, sobre o qual devia acampar o exército, que eram impostas pela necessidade, vendo-se muitas vezes obrigados a permanecer dias e noites, em terrenos alagadiços e formando hospitais em pequenas barracas, que eram ocupadas por duas e três praças, não podendo ser observadas medidas profiláticas e disposições higiênicas”.³²⁸

No acampamento do Cerro, nas proximidades de Montevideú, no Uruguai, o hospital militar teria sido colocado em lugar impróprio. Estava estabelecido “entre dois saladeiros, que com a brisa espalhavam um cheiro nauseabundo, agravando assim o estado sanitário”.³²⁹ Em função da marcha para a fronteira argentina, onde deveriam penetrar para a longa marcha sobre o território paraguaio, o acampamento imperial foi

³²⁴ AZEVEDO, dr. Cardos Frederico dos Santos. *História médico-cirúrgica da esquadra*[...]Ob.cit.p.10

³²⁵ Id.ib.,p.17.

³²⁶ MAPA da força relativa ao mês de julho de 1865. ANRJ. OG547. Correspondências da Guerra do Paraguai. Vol.3.

³²⁷ MAESTRI, Mário. *Guerra sin fin: la Triple Alianza contra el Paraguay: la campaña defensiva 1866-1870*. Asunción: Intercontinental,2018. p.239 *et.seq.*

³²⁸ Id.ib.,p.22.

³²⁹ Loc.cit

transferido, por ordens do general Osório, para São Francisco, ainda no Uruguai e logo em seguida para Daymán, justamente em função da insalubridade do acampamento. Em São Francisco, chegaram a morrer de 15 a 20 praças por dia e existiam mais de mil doentes no hospital.³³⁰

Francisco Felix Pereira da Costa [1803-1872], capitão de mar e guerra da Esquadra Imperial quando do conflito, escreveu *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*, publicada em 1870. Nascido em Portugal, em 1803, doutorou-se, em 1837, já no Brasil, pela academia médico-cirúrgica. Em seu longo trabalho, composto de vários volumes, o autor utilizou farta documentação primária, transcrevendo-as quase na íntegra. Francisco Félix utilizou amplamente documentações civis e militares, publicadas no Jornal do Comércio.

Do referido periódico, o autor transcreveu artigo, não identificado, sobre os horrores vividos pelo Exército Imperial no acampamento em São Francisco, no Uruguai. Em dura crítica, não desprovida de sentido político. A nota denunciava o péssimo estado da administração do hospital naquele lugar. Segundo o texto, no acampamento em “São Francisco houve dia em que se encontraram 18 cadáveres metidos na lama, sendo atacados pelos porcos”.³³¹ Naqueles dias, ocorrera intensa chuva e os enfermos estariam deitados no chão. Isso, dizia a nota, não por inexistir melhor lugar, tanto que “mudou-se depois para o alto de uma coxilha, onde as águas não encharcavam”.³³²

Manuel Luís Osório, em correspondência ao Ministro da Guerra, rechaçava a acusação feita pelo periódico da capital do Império. Segundo ele, não era verdade “que em São Francisco estivessem 18 cadáveres, na lama devorados pelos porcos,”³³³

Testemunha ocular

Emílio Carlos Jourdan participou do conflito e vivenciou seus horrores. Em sua obra, criticou as dificuldades que tiveram que passar as tropas imperiais quando da campanha no Uruguai por falta de condições materiais. “Por isso não devemos admirar-nos de haverem morrido de frio e de moléstias adquiridas pela falta de abarracamento, de

³³⁰ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 3.ob.cit; JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai*.Ob.cit.p..94.

³³¹ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Ob.cit.p.139.

³³² Loc.cit.

³³³ OSÓRIO, Manuel Luís. Correspondência ao Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Barra do Ayuy, 27 de julho de 1865. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 3.Ob.cit.

coberturas, de capotes, etc., tantos companheiros no Estado Oriental, na campanha do Uruguai, e tanto mais que o inverno de 1865 foi rigorosíssimo.”³³⁴

Nessa época, o ambiente insalubre propiciou o surgimento da temida varíola, mais popularmente conhecida por bexiga. A varíola é uma doença viral causada pelo *Orthopoxvirus variolae* e causou milhões de mortes no mundo desde as sociedades antigas. Provavelmente, tenha surgido no Oriente e foi disseminada no mundo por mercadores. Essa doença, potencialmente mortífera, também causava muita dor e sofrimento aos infectados. Em poucos dias da infecção, a pele do doente era tomada por bolhas cheias de secreção que coçavam atordoadamente. Uma das formas mais comuns de contágio era o contato direto de pessoas saudáveis com as secreções de enfermos. Isso poderia ocorrer, por exemplo, no compartilhamento de objetos pessoais ou em contatos físicos.³³⁵

Joaquim Cavalcanti d’Albuquerque Bello [1827 -?], pernambucano, 1º cadete do Exército Imperial. Com o decreto que criava os Corpos de Voluntários da Pátria, foi comissionado para comandar o 1º Corpo de Voluntários da Pátria do Pará. efetivo paraense. Em seu diário pessoal, aquele militar anotou o dia-a-dia da dizimação do seu efetivo pela terrível enfermidade.

Seu diário é composto de dois cadernos, num total de cento e cinco folhas soltas. Entre 28 de março de 1865 e 7 de setembro de 1867, ele registrou os temores, as alegrias, as saudades e os horrores da vida militar. Horrores que, na condição de oficial, membro das classes endinheiradas, não viveu totalmente. Por outro lado, seus comandados, muitos que nem chegaram ao teatro de operações, morrendo da enfermidade na viagem, viveram meses infernais.

Por reorganização das numerações, o Corpo de Voluntários do Pará seguiria para a zona em conflito com a denominação de 10º e depois de 13º Corpo de Voluntários da Pátria. Ao sair do Pará, tinha 549 praças, no entanto, no caminho, ao receber homens doentes, em Maranhão, foi drasticamente reduzido.³³⁶ Em uma de suas primeiras anotações, Albuquerque Bello registrou as despedidas emocionadas e tristes de grande parte dos seus comandados. Anotou profeticamente que sem nem imaginar o que lhes

³³⁴ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*: Ob.cit.p.41.

³³⁵ VARÍOLA. Disponível em:

<https://www.sobiologia.com.br/conteudos/Seresvivos/Ciencias/biovirus9.php>. Acesso em 17 de Nov.2018.

³³⁶ DIÁRIO DO TENENTE CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor sobre sua passagem na Guerra do Paraguai. Introdução e Notas de Ricardo Salles e Vera Arraes. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2011.p.19.

esperava, “muitos deles se despediam para sempre de sua casa, Pátria, deixando também mulheres, filhos, mãe e irmãos”.³³⁷

Infectados na viagem

Quanto às infecções pela bexiga, relatou que ao chegar no Maranhão teria solicitado ao presidente daquela província, Ambrósio Leitão da Cunha, barão de Mamoré que impedisse o embarque das praças doentes, pois acarretaria doenças aos demais. Não foi ouvido. A obrigação em que estavam colocados os presidentes de províncias, cargos de indicação política do partido que presidia o Conselho de Ministros, provavelmente levava a ocorrências brutais, como a de condenar homens não infectados a viajar amontoados com doentes infecciosos. Em 28 de abril de 1865, o Corpo de Voluntários da Pátria do Pará chegava no porto de Montevidéu.

O estado de espírito e as condições psicológicas dos indivíduos teriam causado ou agravado casos clínicos relativamente simples. Um oficial, capitão de Voluntários da Pátria do Ceará, internado por simples enfermidade, teria se abatido pela saudade da família e pelos horrores da guerra que viriam. Os médicos e os companheiros tentavam dissuadi-lo “dessas ideias que vivamente o mortificavam, sendo seu ponto fixo de conversação o lar, parentes, família, existindo verdadeira monotonia.” Na mesma noite, o quadro de saúde pioraria ocasionando o óbito.³³⁸

Aquele ambiente, estranho à imensa maioria dos soldados, vivendo dias intermináveis de privação e amargura, seguramente os abalava física e psicologicamente. Aos oficiais, em tratamento de saúde, ou a pretexto disso, era concedido licença, podendo retornar à suas casas por algum tempo. Às praças, isso era negado. Uma vez doentes, eram internadas nas enfermarias militares, dependendo do caso, por longo período, de onde saíam curados ou mortos.

Salvo engano, não existem estudos sobre suicídios durante aquela campanha. É provável que tenham ocorrido, em especial com os soldados enfermos.³³⁹ A distância e saudade dos familiares, as profundas dores no tratamento que podiam causar alucinações e a desesperança eram tão poderosas armas quanto às de uma batalha. Amputações, recurso muito utilizado para combater infecções, causaria também aprofundamento daquelas tristezas. Antibióticos eram desconhecidos e, por isso, às vezes, mesmo

³³⁷ DIÁRIO DO TENENTE CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor sobre sua passagem na Guerra do Paraguai. Ob.cit.p.44.

³³⁸ AZEVEDO, dr. Carlos Frederico dos Santos. *História médico-cirúrgica da esquadra*[...]Ob.cit.p.26.

³³⁹ SANT'ANA, ELMA. Minha amada Maria Cartas dos Mucker. Ob.cit.p.191.

pequenos ferimentos levavam à amputação de membros ou à morte. Atualmente, com todos os recursos e novidades médicas e tratamentos psicológicos, uma amputação vem, quase sempre, acompanhada de depressão, quem dirá há 150 anos, em lugar estranho e longe da família. A questão hospitalar e sanitária era apenas parte do problema de milhares de combatentes.

As instalações hospitalares encontravam-se desabastecidas e privadas de condições de trabalho. O tenente coronel Joaquim d'Albuquerque Bello, anotou em seu diário suas impressões sobre a enfermaria, em Daymán, Uruguai, em que estavam alguns de seus comandados. Ao inquirir os doentes sobre as condições daquelas instalações, teria sido informado que os medicamentos não eram convenientes e que “as praças mandadas diariamente pelo corpo para as faxinas não se prestam regularmente”. Na mesma nota, registra suas impressões sobre o martírio daqueles pobres homens. “Fui na Enfermaria e voltei cheio de horror por ver tanta miséria! Pobres soldados!” Por fim, anota uma cena emocionante e enraivecadora. Diz: “o meu camarada José que ali está, assim que me avistou pôs-se a chorar”.³⁴⁰

Desde que chegou à região platina, o Corpo de Voluntários paraense foi drasticamente reduzido. Em 2 de julho, o comandante foi informado pelo general Osório, comandante do Exército Imperial, que seu efetivo ficaria no serviço do Hospital Ambulante e Francisco Bello seria o seu diretor. Nessa condição, comandaria a mudança dos doentes para novo acampamento, às margens do arroio Ayui.

³⁴⁰ DIÁRIO DO TENENTE CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor sobre sua passagem na Guerra do Paraguai. Ob.cit.p.56.

Capítulo 4- Invasão paraguaia: tragédia anunciada em uma província desgovernada

Nada mais fácil do que depois de fatos consumados, e conhecidos o terreno, a força e as manobras do inimigo de longe, com toda a calma e sangue frio a vista de partes oficiais, criticar operações e indicar planos mais vantajosos.

Luiz Alves de Lima e Silva – Duque de Caxias.

Entre 10 de junho e 18 de setembro de 1865, tropas paraguaias comandadas pelo tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia invadiram, dominaram e saquearam as vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana, na fronteira oeste da província do Rio Grande do Sul. Em 18 de setembro, a vila de Uruguaiana foi retomada depois de prolongado sítio – invadida a 5 de agosto. Encerradas no povoado, sem crerem mais na chegada de reforços, as tropas invasoras, sem ter como guerrear, capitularam, entregando a aglomeração e rendendo-se como prisioneiros de guerra.

A invasão do território rio-grandense não seria nenhuma novidade para as autoridades do Império. No máximo, poderiam duvidar que ela ocorresse. O que parece mais razoável, visto que há tempo se sabia dessa possibilidade. Desde o final de 1864, a preparação para defesa do território vinha a passos curtos. E, quando “pegos de surpresa”, o recrutamento de forças da Guarda Nacional para proteger a fronteira de São Borja foi feito às pressas.³⁴¹

Em Uruguaiana, as forças aliancistas sitiadas chegaram a 30 mil homens das três armas (artilharia, cavalaria e infantaria), já relativamente bem apetrechados. No interior da vila, penavam cerca de cinco mil e quinhentos paraguaios, cansados, famintos, mal armados e sem disposição para guerrear, já que descrentes na chegada de reforços. As negociações para a entrega da praça não demoraram muito. Após a batalha de Jataí, arroio tributário do rio Uruguai, em 17 de agosto de 1865, na vila argentina de Restauración (Paso de los Libres), diante de Uruguaiana, do outro lado do rio, resultando na aniquilação de uma coluna do Exército Paraguai, minuiu o ânimo dos já debilitados soldados paraguaios.³⁴²

Antonio Estigarribia, que dias antes da rendição, rejeitou energicamente qualquer possibilidade de entregar-se sem luta, o que, segundo ele, desonraria a bandeira de seu

³⁴¹ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*. Ob.cit.p.155.

³⁴²MAESTRI, Mário. De Yatay a Cerro-Corá: Consenso e dissenso na resistência militar paraguaia. *Estudios Historicos* – CDHRPyB, N° 11, Uruguai, Dez. 2013.p.8-9. Disponível em <<http://www.estudioshistoricos.org/11/art.1%20de%20yatay%20a%20cerro%20cora%20-%20maestri.pdf>> Acesso em 13 nov.2015.

país, aceitou os termos da capitulação, sem maior resistência. Sua mudança de postura deveu-se, possivelmente, à modificação no cenário militar que passou a ser-lhe desfavorável e à pressão que sofrera de parte da tropa, que demonstrava já grande indiferença com aquela guerra, exigindo a rendição.³⁴³

À época da invasão, as fronteiras da província de São Pedro eram protegidas quase exclusivamente pela Guarda Nacional. Por força das circunstâncias, o governo criou duas divisões do exército para a defesa das fronteiras. A primeira abrangia a fronteira de Quaraí e das Missões, inclusive a região invadida, comandada pelo brigadeiro David Canabarro. Esse corpo, não superou os seis mil homens. Enquanto na Fronteira Sul, o coronel Francisco Pedro de Abreu, comandava a Segunda Divisão, mais numerosa.³⁴⁴

De São Borja a Uruguiana

Uma leitura *à priori* da situação torna difícil compreender como uma força invasora, com sérios problemas de logística e de apetrechamento, conseguiu causar tantos prejuízos e permanecer por tanto tempo em território rio-grandense, sem ser repelida ou aniquilada. Em 10 de junho de 1865, ao iniciar a travessia do rio Uruguai, as tropas paraguaias possivelmente não tinham ideia dos problemas que lhes esperavam. E não foi a oposição das forças de defesa que os fazia sentir tais dificuldades.

Entre 10 e 12 de junho, a invasão foi efetivada. Dias antes, houve reconhecimento do terreno por um Corpo de Vanguarda. A campanha paraguaia foi marcada pelo descumprimento de ordens dadas ao comandante Antonio de la Cruz Estigarribia. O marechal Francisco Solano López teria ordenado a invasão do território rio-grandense por Garruchos, povoado argentino localizado ao norte de São Borja. O plano foi alterado, não se sabe por qual motivo. Esta não foi a maior e mais significativa desobediência do tenente-coronel às ordens recebidas.³⁴⁵

A fronteira invadida não era comercialmente muito ativa e movimentada.³⁴⁶ Os comandantes paraguaios teriam enviado espiões para estudar o lugar. Seguramente estudaram a situação das forças de defesa rio-grandenses. Uma vez diante de São Borja, por ordem de Solano López, o Exército Paraguai foi dividido em duas colunas. Uma, com cerca de três mil homens, comandada pelo sargento-major Pedro Duarte. Essa fração

³⁴³ JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria*. Ob.cit.p.162.

³⁴⁴ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob.cit.p.99-100.

³⁴⁵ GARMENDIA, José Ignacio. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay*. Ob.cit.p.p.248.

³⁴⁶ COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada*. O comércio ilícito na Fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004, p.67.

do exército marchou pela margem direita do rio em território correntino. A outra, mais numerosa, foi conduzida por Antonio Estigarribia, que assumiu o comando das tropas organizadas por Pedro Duarte, sempre acompanhado do padre Estevão Blas Duarte, ferrenho patriota lopista.

A coluna comandada por Antonio Estigarribia deveria invadir o Rio Grande do Sul e marchar pela costa esquerda do rio Uruguai.³⁴⁷ A divisão das forças paraguaias poderia ter comprometido desde muito cedo aquela operação, desde que tivesse pelo menos uma pequena esquadrilha vigiando o rio Uruguai.³⁴⁸ Embarcações essas que, faça-se justiça, foram solicitadas por David Canabarro ao governo provincial, que não as deu.³⁴⁹

Na fronteira da vila de São Borja, as forças da Guarda Nacional eram pouco mais de quatrocentos soldados em condições de impedir a passagem do rio Uruguai pelo grosso do Exército Paraguai. Gravemente desorganizada e espalhada pela extensa fronteira, foi incapaz de impedir qualquer invasão, como veremos. Mesmo assim, os paraguaios hesitaram em invadir imediatamente a vila, esperando que todo o exército concluísse a passagem, em 12 de junho. Em 1865, calcula-se que, em todo território imperial, existissem cerca de 440 mil guardas nacionais da ativa.³⁵⁰ Isso é, o mesmo que toda a população paraguaia. No Rio Grande do Sul, em teoria, esses números eram próximos de 40 mil. Ou seja, superior às tropas paraguaias mobilizadas.

De São Borja a Uruguiana, o Exército Paraguai procedeu saque sistemático e organizado. A rapina, liberada para todos, obedecia a critérios de hierarquia militar. Nos primeiros dias, era efetuada pelo alto escalão, como Antonio Estigarribia e o padre Estevão Duarte, uma espécie de mentor intelectual do comandante. Posteriormente, em ordem de graduação militar, o saque foi liberado para a tropa em geral.³⁵¹ A divisão do butim teria desagradado parte dos paraguaios.

³⁴⁷ GARMENDIA, José Ignacio. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay*. Ob.cit.p.268.

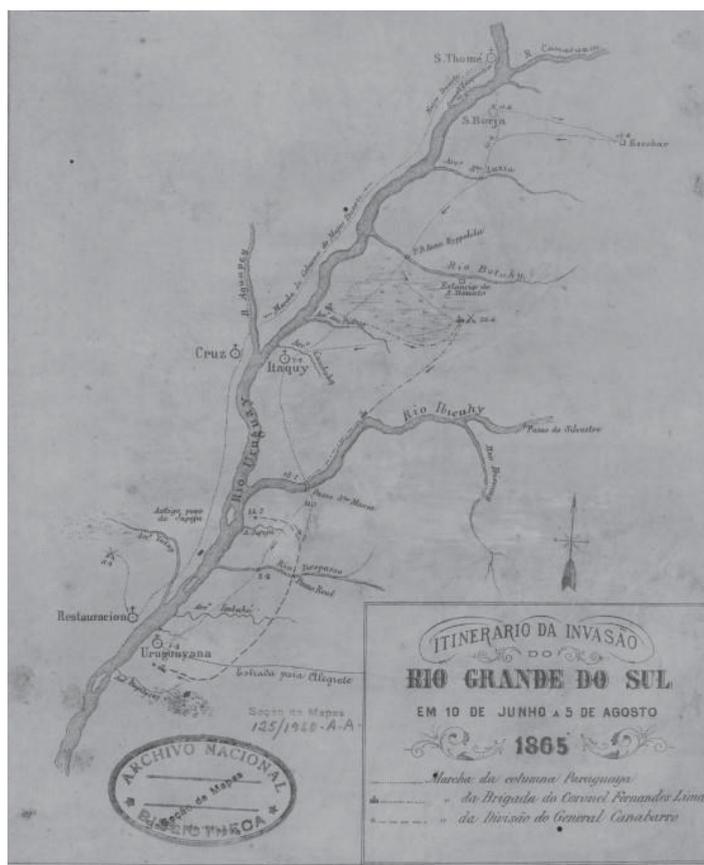
³⁴⁸ WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza*. el triunfo de la videncia, el fracaso de la paz. Asunción: Taurus, 2011. Vol. II.p.372.

³⁴⁹ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul.Ob.cit.

³⁵⁰ BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay: Las operaciones de la guerra en territorio argentino e brasileño*. Buenos Aires: Ferrari Hnos, 1921, T. I.p.215-216.

³⁵¹ ESTIGARRIBIA, Antonio de la Cruz. Diário militar. Revista militar brasileira: Centenário da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai. Ano LI, nº4, 1965, out. a dez. p.165.

Imagem 11 - Itinerário da invasão paraguaia no RS



Fonte: ANRJ. Mapoteca. Rio Grande do Sul, código O.G. mapa 139.

Havia e não havia

Durante a invasão de São Borja, as forças de defesa, mesmo numerosas, eram poucas. Em geral, isso é atribuído ao fato de muitos guardas nacionais estarem licenciados e outros acampados muito distante do centro das ações. A essa época, o português João Frederico Caldwell era comandante interino das armas da província. O comandante citado, em correspondência ao presidente da província, expôs a real situação. Ele dizia-se surpreso e admirado em comunicar que dos cerca de 2.050 homens da 1ª Brigada “que deveriam tomar parte da ação” “só compareceram no lugar do combate 200, sendo 130 de infantaria e 60 a 70 de cavalaria”.³⁵² Onde estavam os demais? E os comandantes? A admiração de Frederico Caldwell deve ser relativizada, pois, estava na comandância das armas desde 1857.

Quando da invasão, o padre João Pedro Gay era vigário colado em São Borja. Concursado e pago pelo Estado imperial.³⁵³ Em 1891, ao morrer em Uruguaiiana, teria

³⁵² CALDWELL, Ofício de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.63.

³⁵³ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*: Ob.cit.p.142.

deixado oito filhos, fruto do relacionamento, possivelmente com uma paraguaia.³⁵⁴ Em suas anotações, publicadas em jornais e em forma de livro, não poupou os comandantes responsáveis pela proteção da fronteira. O padre registrou sua indignação pela “entrega”, sem resistência, de São Borja aos paraguaios.³⁵⁵ Sua postura foi contestada pelo major Sousa Docca, responsável por muito longa revisão e aditamento crítico da segunda edição do seu livro, de difícil acesso, como visto.

A indignação do padre pode ter sido maior por saber que a invasão era esperada. Ele próprio avisara constantemente aos comandantes locais e ao presidente da província sobre os preparativos paraguaios. O sacerdote indignava-se com a falta de proteção das vilas da fronteira e, sobretudo, de São Borja. Mais tarde, após a capitulação paraguaia em Uruguaiana, ele teria partido com chicote em mãos sobre seu irmão de batina, o padre paraguaio Estevão Duarte. Pedro Gay o responsabilizava pela destruição de sua casa e da igreja, em São Borja. Tudo diante do Imperador.³⁵⁶ Durante a invasão, teria sofrido grande prejuízo, perdendo os livros e manuscritos, inclusive sobre a República do Paraguai.³⁵⁷

Em seu livro, o padre Gay perguntava “onde estava o bravo barão de Jacuí com sua divisão”.³⁵⁸ Francisco Pedro de Abreu, proprietário de terras na Fronteira Sul da província do Rio Grande, oficial da Guarda Nacional, foi comandante legalista durante a Revolução Farroupilha [1835-1845], enfrentou e venceu tropas comandadas por David Canabarro. Em 1865, ao iniciar a guerra contra o Paraguai, foi nomeado comandante da 2ª Divisão do Exército, pelo presidente da província, para atuar na Fronteira Sul, no entanto, esteve mais interessado em seus negócios como comerciante de cavalos e bois, do que na guerra. Quando nas cercanias de Uruguaiana, acompanhando Pedro 2º, o genro do imperador, conde d’Eu, descreveu assim a segunda divisão: “Tem esta tropa singular aspecto; quase nunca traz uniforme; o poncho é o único distintivo comum a todos os corpos; o chapéu, de qualquer feitio, tem uma fita encarnada com uma inscrição patriótica ou o nome do município.” Porém, ainda segundo o conde d’Eu, vinham bem armados.³⁵⁹

A pergunta irônica do padre Pedro Gay foi respondida pelo militar historiador Sousa Docca. Esse, propôs que Pedro de Abreu recebera ordens expressas do presidente

³⁵⁴ Inventário de João Pedro Gay, 1º Cartório de Órfão, livro de inventários nº 05, pág.41 a 43, gaveta 07. Centro cultural dr. Pedro Marini, Uruguaiana.

³⁵⁵ GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit.pp.34-35.

³⁵⁶ Eu, Luís Felipe (...) de Orléans, Conde d’ (1842-1922). Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.p.100.

³⁵⁷ COLEÇÃO de documentos do Padre João Pedro Gay. IHGB. Rio de Janeiro, 1865. Lata 406. Doc.30.

³⁵⁸ GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit.p.40.

³⁵⁹ Eu, Luís Felipe (...) de Orléans, Conde d’ (1842-1922). Viagem militar ao Rio Grande do Sul.ob.cit.p.83.

da província, João Marcelino de Souza Gonzaga, de permanecer na fronteira de Bagé. A defesa de Antônio de Sousa Docca não era de todo errada.

Fronteira abandonada!

João Marcelino de Souza, presidente da província, determinou genericamente, aos comandantes da 1ª e da 2ª Divisões do Exército Imperial que escolhessem os melhores lugares para se fixarem com as tropas. Ambos deveriam defender grandes extensões de território. David Canabarro recebera carta branca do presidente da província para agir conforme julgasse melhor. Francisco de Abreu, a pedido de moradores – seguramente de famílias abastadas – da Fronteira Sul, recebeu ordens do presidente provincial para permanecer, com sua tropa, nas imediações de Bagé. Região “mais rica e populosa do Rio Grande do Sul de então, coração da produção pastoril e charqueadora”, o que explicaria a preferência na sua proteção.³⁶⁰

A situação das forças de defesa da fronteira era preocupante. Os corpos da Guarda Nacional, quando não destacados, ou seja, a serviço do Exército, não eram remunerados pelo Estado. Não raro, tinham que prover suas armas, cavalaria e fardamentos. Com os preparativos para guerra, houve necessidade de recrutamento maciço. A esses corpos, foram incorporados homens simples, sem condições de comprar o material básico, exigindo do governo ou dos comandantes. Problema esse que perdurou durante toda a campanha.

Em 2 de maio de 1865, após espalhar-se a notícia do rompimento das relações entre a República do Paraguai e a Argentina mitrista, o Ministro da Guerra do Império ordenou que todos os corpos do exército marchassem sem demora para Uruguaiana, o que não aconteceu de imediato.³⁶¹ As autoridades esperavam a invasão por aquele ponto. A fronteira era terra de ninguém. Nominalmente contava com forças de defesa numerosas e organizadas - a realidade, era outra.

Pequena força

Os reforços demoravam e a defesa era insuficiente. Nos dias da invasão, 10, 11 e 12 de junho, uma pequena força de quatrocentos guardas nacionais, apoiados a seguir pelo 1º Corpo de Voluntários da Pátria da Corte, praticamente sem treinamento, tentou impedir, sem sucesso e sem muito esforço, a passagem do rio Uruguai pelos paraguaios.

³⁶⁰ Id.ib.p.164.

³⁶¹ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob.cit.p.105.

Não é certo se devido a essa pequena resistência, mas os paraguaios esperaram toda a tropa transpor o rio, para invadir São Borja.³⁶²

O sargento Francisco Pereira da Silva Barbosa, do 1º Corpo de Voluntários da Pátria da Corte, registrou, em seu diário, importantes anotações sobre a campanha do Paraguai e, sobretudo, sobre a invasão do Rio Grande do Sul. Seu diário traz, igualmente, ricas informações a respeito da mobilização, das condições materiais das tropas, dos tratamentos dado aos soldados etc.

Em 10 de junho, após longa marcha desde Rio Pardo, o 1º Corpo de Voluntários da Pátria chegou a São Borja. Nesse momento, os paraguaios iniciavam a transposição do rio Uruguai. Para Francisco Pereira, seu batalhão era composto de “soldados bisonhos [inexperientes, recrutas], com pouco exercício”.³⁶³ A realidade descrita pelo sargento foi bastante comum entre as forças imperiais, naquele conflito. Os Voluntários da Pátria eram, em geral, homens alheios ao serviço militar e muitos tiveram naquela campanha o batismo de fogo. O coronel Antônio Fernandes Lima, de Itaqui, também notou e criticou a in experiência do 1º Corpo de Voluntários.³⁶⁴

Francisco Xavier Chicuta, jovem oficial da Guarda Nacional de Passo Fundo, enfrentou os paraguaios no combate de São Borja. Em 24 de junho de 1865, em carta à família, descreveu a crítica situação em que estiveram no teatro de operações. Dizia que desde o dia 16, quando iniciou o serviço, ele e sua tropa andavam em “apuros” “e vá para cima e vá para baixo, sempre falqueando [marchando ao lado]”, os invasores, pois a força que dispunham não era “suficiente para atacar”.³⁶⁵

Francisco Pereira da Silva Barbosa tivera a mesma impressão. Segundo ele, o início da guerra para o 1º Corpo de Voluntários foi uma verdadeira perseguição de cão e gato. Sem condições para enfrentar o exército invasor, em maior número, o recurso foi promover movimentos táticos de defesa e distanciar-se. Esse corpo escoltou famílias escapadas de São Borja até Alegrete. Ali estacionou por alguns dias e, após, continuou se esquivando do ataque do Exército Paraguaio, até incorporar-se à Divisão de David Canabarro.

³⁶² FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A invasão de São Borja*. Porto Alegre: A Nação, s/d.p.90

³⁶³ BARBOSA, Francisco Pereira da Silva. *Diário Militar, 1870*, s/p. Disponível em: <<http://www.forumnw.com.br/vip/mensagens.asp?forum=125774&topico=2964054>> Acesso em 05 de Nov. 2015.

³⁶⁴ LIMA, Parte Oficial de Antônio Fernandes. Em: *Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.58.

³⁶⁵ FERNANDES, Ari Carlos. (org.). *Coronel Chicuta: Um passo-fundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: EdiUPF, 1997.p.45.

Quando da incorporação à força de Canabarro, Francisco Pereira registrou o alívio de não precisar mais “fazer fugas precipitadas”. Segundo ele, aquele contingente seria suficiente para impor respeito aos paraguaios.³⁶⁶ Entretanto, fazer-se respeitar não era o esperado pelo comandante de defesa daquela fronteira, que deveria impedir a invasão e o avanço do Exército Paraguai.

De mal a pior

Depois da rendição em Uruguaiana, disseminaram-se ideias depreciativas sobre o Exército Paraguai. No entanto, enquanto se produzira a invasão, o discurso fora diferente. Afirmou-se que o exército que invadiu a província do Rio Grande do Sul era numeroso, bem armado, experiente e destemido. Seria certo? A julgar pelo tempo que aquela tropa permaneceu em território imperial, sim. No entanto, essa vitória parcial paraguaia que, mais bem planejada, poderia causar maiores problemas ao Império se deu, sobretudo, devido à péssima defesa imperial, e não às qualidades da força paraguaia.

O efetivo paraguaio era razoável. Para iniciar a campanha contra o Império do Brasil e, a seguir, contra a República Argentina, Solano López ordenou amplo recrutamento militar.³⁶⁷ Foi fala comum durante o conflito, retomada pelos historiadores patrióticos favoráveis à Aliança, que o governo paraguaio teria adquirido vasto armamento antes da guerra, o que demonstraria a premeditação dos acontecimentos. O que se realizou parcialmente. O governo paraguaio comprou pouco armamento e, no geral, já superado. Ao contrário do Império do Brasil. Dentre os países envolvidos na guerra, a República do Paraguai era o único Estado Nacional consolidado, o que contribuiu para uma mobilização mais eficiente.³⁶⁸

A República do Paraguai, país mediterrâneo, com histórico de dificuldades comerciais devido aos inúmeros entraves causados, sobretudo, pelo governo portenho, tivera dificuldade em modernizar-se, o que refletia no seu ultrapassado e anacrônico armamento, o que pioraria, ainda mais nos anos seguintes de guerra.³⁶⁹ No início do recrutamento geral paraguaio, houve arrolamento estrito. Com o tempo, foram arrolados muitos velhos e doentes, que aos poucos foram substituídos, antes de serem chamados, novamente, para as tropas. O Paraguai quase não tinha experiência militar. A últimas

³⁶⁶ BARBOSA, Francisco Pereira da Silva. *Diário Militar*. Ob.cit.s/p.

³⁶⁷ CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total: Paraguay [1864-1870]*. Buenos Aires: Sb, 2010. p.336.

³⁶⁸ COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996. p.57.

³⁶⁹ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*: Ob.cit.p. p.120; CHAVES, Julio César. *El Presidente López: Vida y gobierno de Don Carlos*. Buenos Aires: Ayacucho, 1955. p.190.

operações de guerra em que o Exército Paraguai participara, sem muita efetividade, fora nos governos do dr. José Gaspar de Francia e de Carlos Antonio López. Desde então, o exército fizera operações nas fronteiras, basicamente de defesa.

Ao invadir o Rio Grande do Sul, a precariedade de armamentos foi uma das inúmeras dificuldades que o Exército Paraguai enfrentou. O clima também. A maioria das tropas vinha de regiões quentes. Na Região Sul, o inverno seria um problema a mais. A roupa usada pela maioria dos soldados consistia em uma “blusa de franela, un pantalón de verano, un poncho con cobertura de lana o de algodón”. Vinham “descalzos” enfrentando “terriblemente el frío, al no contar con tiendas ni chozas para acampar”.³⁷⁰

O inverno de 1865 foi de chuvas intensas e de frio agudo. Os soldados paraguaios, sem calçados e barracas, protegiam-se como podiam.³⁷¹ Muitos morreram de doenças corriqueiras, devido à chuva, às condições da marcha e ao frio. Antonio Estigarribia registrou, em seu diário, que alguns soldados paraguaios morreram de pneumonia e de diarreias.³⁷² Entre as comunidades camponesas paraguaias, o uso de calçados era incomum. Isso, aliado à falta de recursos médicos, contribuiu para o surgimento de doenças.³⁷³ As baixas temperaturas também causaram sofrimento às tropas imperiais, sobretudo, as vindas do Norte e do Nordeste.

Quase não houve batalhas

Durante a ofensiva, com tamanhas dificuldades e sem compreender perfeitamente a operação além-fronteiras, o soldado paraguai esteve longe de empenhar-se nos combates. Durante toda a campanha em terras rio-grandenses, quase não houve batalhas, salvo a ocorrida pelo encontro não pretendido entre as forças opostas, em 26 de junho, às margens do rio Botuí, entre São Borja e Itaqui. Nela, o exército de Solano López teria demonstrado repúdio ao confronto, esquivando-se do combate. Cercados, os paraguaios depuseram armas, fato ignorado pelo comandante imperial Antônio Fernandes Lima, que ordenou fogo, aniquilando uma porção daquela tropa.³⁷⁴ Inconformados com a guerra e com a situação que viviam, muitos paraguaios desertaram.³⁷⁵

³⁷⁰ CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total*: Ob.cit.p.371.

³⁷¹Cf. PALLEJA, León. *Diario de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1960.p.34.

³⁷² ESTIGARRIBIA, Antonio de la Cruz. *Diário militar*. Ob.cit.132.

³⁷³ THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.p.59.

³⁷⁴ GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguai na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit.p.80.

³⁷⁵ ESTIGARRIBIA, Antonio de la Cruz. *Diário militar*. Ob. cit. p. 129; GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguai na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob.cit. p.132.

Antonio Estigarribia desobedeceu a ordens de Solano López. Ele e suas tropas cruzaram o rio Ibicuí, chegando à vila de Uruguaiana, em 5 de agosto de 1865. Ali ficaram à espera de reforços. Durante o trajeto, praticamente sem serem molestados, saquearam estâncias na região, meio com o qual contavam para se abastecer. Ao acamparem no interior da vila de Uruguaiana, contrariaram novamente ordens do *mariscal*. Como resultado, o Exército Paraguai, cercado, sem receber reforços, foi presa fácil para as tropas aliancistas.

Um dos motivos de os paraguaios terem conseguido cruzar o rio Uruguai, na altura de São Borja e permanecer por tanto tempo em território rio-grandense foi a ausência de qualquer embarcação patrulhando aquelas águas fluviais. Somente em 21 de agosto, o vice-almirante Tamandaré chegou a Uruguaiana e, consigo, os vapores *Taquarí* e *Tramandaí* com duas chatas [pequenos barcos à vela], armadas com uma canhão cada. Comandava a pequena esquadra o capitão de fragata Vitório José Barbosa da Lomba.³⁷⁶

O vice-almirante Tamandaré, depois de conferenciar, em Paso de los Libres, com generais aliados, voltou à Concórdia. Em seu retorno à região invadida, trouxe consigo os vapores *Onze de Junho*, *Iniciador* e *União*. Dessa forma, em poucos dias estavam em frente a Uruguaiana seis vapores e duas chatas fazendo o cerco naval tão dificultoso e tão necessário. O vapor *Uruguai*, comandado pelo 1º tenente de artilharia Floriano Vieira Peixoto [1839-1895] – futuro presidente da nascente República do Brasil - também patrulharia o rio buscando interceptar o contato entre Estigarribia e Duarte.³⁷⁷

Em 18 de setembro, em Uruguaiana, Antonio Estigarribia se rendeu, com seu exército *moribundo*, sem sequer um arremedo de resistência. Após a rendição, os pouco mais de cinco mil militares paraguaios foram distribuídos entre os exércitos aliancistas. A tradição historiográfica brasileira defende que os militares que ficaram sob tutela do Império foram tratados segundo os direitos de guerra. Defesa de sentido patriótico que não corresponde aos fatos. Alguns militares, em especial os de maior graduação, inclusive o comandante Antonio Estigarribia e o padre Estevão Duarte, escolheram os locais de suas residências. Aquele teria escolhido como moradia o Rio de Janeiro. Mas relatos apontam para uma breve estada em Santa Catarina.³⁷⁸

³⁷⁶ OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora: subsídios para a história*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894.p.206.

³⁷⁷ OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora*. Ob.cit.p.215.

³⁷⁸ DIÁRIO DO TENENTE CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças [...] Ob.cit.p.90

A vexatória invasão à província do Rio Grande do Sul, por forças paraguaias, possui muitos responsáveis, como veremos, mas uma decisão importante poderia ter impedido isso. A questão com o Uruguai foi solucionada com a assinatura do Convênio de Paz, de 20 de fevereiro de 1865. Dali em diante, o Exército imperial permaneceu sete meses, onde a mortandade das forças era impressionante. Em agosto de 1867, Luiz Alves de Lima e Silva, então marquês de Caxias, que não havia ainda assumido o comando das forças imperiais, em correspondência ao general Manuel Luís Osório resumiu suas impressões sobre o assunto: “[...] se [o Exército Imperial] tivesse seguido para Uruguaiana, logo depois do Convênio de 20 de Fevereiro, não teríamos passado pela vergonha da invasão do Rio Grande pela fronteira do Uruguai.”³⁷⁹

4.1 David Canabarro, o anti-herói imperial

David José Martins, que adotou posteriormente o sobrenome “Canabarro”, da família paterna, nasceu em agosto de 1796, em Taquari, RS, onde os pais, descendentes dos primeiros casais açorianos chegados ao sul do Império, fixaram residência. Seguiu, desde muito cedo, a carreira das armas, provavelmente inspirado pelo pai, tenente do exército luso-brasileiro.³⁸⁰ Participou das lutas contra os revolucionários de José Artigas, pela independência e autonomia da Banda Oriental e depois, de todos os conflitos platinos, do século 19. Nessa condição conseguiu fama e riqueza, tornando-se um dos maiores criadores de gado da metade sul do Rio Grande. Ao falecer, em 12 de abril de 1867, era proprietário de grandes extensões de terra, gado e trabalhadores escravizados, no Rio Grande do Sul e no Uruguai.

David Canabarro foi um dos líderes da sedição farroupilha, do decênio 1835-45. Em 1843, assumiu o comando do exército rebelde, após divergências internas.³⁸¹ No ano seguinte, já às vésperas do acordo com os monarquistas, protagonizou uma das maiores crueldades daquele conflito. Em conluio com oficiais imperiais, planejou o desarmamento dos *Lanceiros Negros*, que lutavam no exército farroupilha, atacados e mortos durante à noite.³⁸² Anos depois voltaria a combater ao lado dos imperiais, na guerra contra Juan Manuel de Rosas, 1851, e na Guerra contra o Paraguai, 1864-70.

³⁷⁹ OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís (filho). *História do General Osório*. 2ºvol. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1915.p.272.

³⁸⁰ CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro: de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.p.23.

³⁸¹ QUEVEDO, Julio. *História Compacta do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.47.

³⁸² MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.170.

O término da Farroupilha foi benéfico a muitos dos comandantes rebeldes. David Canabarro, por exemplo, saiu tão capitalizado da mesma que, em sociedade com o tio, Antônio Ferreira Canabarro, aumentou suas terras em Santana do Livramento. Em 1846, adquiriram nada menos que a “Sesmaria de São Gregório”.³⁸³ No ano seguinte, a sociedade foi desfeita e David Canabarro ficou com a estância São Gregório. À medida que as instabilidades na fronteira aumentavam, o patrimônio também crescia. Posteriormente em sociedade com o irmão – João Martins – David Canabarro, que também era comandante da fronteira, adquiriu mais e mais frações de campo, avançando suas propriedades, inclusive em território uruguaio.³⁸⁴

Imagem 12 - David Canabarro



Fonte: *Diário de Notícias. Porto Alegre, 20 set. 1935. (Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa)*. Em: SILVA, Camila. “São os farrapos que voltam” : o heroísmo farroupilha entre o passado e o futuro do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?page=imprimir_articulo&id_article=184

O ex chefe farroupilha era comandante superior da Guarda Nacional, cargo que ocupou, salvo engano, desde 1846, até sua suspensão no final de 1865, após a desastrosa

³⁸³ CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro*. Ob.cit.p.153.

³⁸⁴ Id.ib.p.157.

defesa da fronteira oeste. David Canabarro concentrava ilimitado poder político.³⁸⁵ Quando os paraguaios invadiram a fronteira do Rio Grande do Sul, era comandante Superior do 6º Comando da Guarda Nacional – Quaraí, Livramento, Alegrete e Uruguaiana. Não bastasse isso, meses antes, fora nomeado comandante da 1ª Divisão do Exército em Operações nas fronteiras da província. Nessa condição, lhe caberia a organização da defesa, na qual falhou de forma vexatória.

Comandante da primeira Divisão

Em janeiro de 1865, David Canabarro foi escolhido para comandar a 1ª Divisão Ligeira do Exército que operaria na defesa da fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Segundo Francisco Felix Pereira da Costa, “houve, da parte do ministério de 31 de agosto (do Partido Liberal), falta de habilidade na escolha dos oficiais gerais que deviam comandar as tropas” no Rio Grande do Sul.³⁸⁶ A questão é mais complexa do que uma indicação inoportuna. Não se tratava de inabilidade na escolha. A nomeação de David Canabarro e de outros comandantes refletiu o compromisso do novo governo imperial, naquele momento nas mãos dos liberais, com a classe proprietária e setores liberais da província, que há poucos meses exigiam, no Rio de Janeiro, a intervenção imperial no Uruguai.

Em inícios de 1865, no Rio Grande do Sul, ninguém contestaria a nomeação de David Canabarro para comandar uma divisão do exército. Ele era experiente militar, líder farroupilha, comandante superior da Guarda Nacional na fronteira de Quaraí e Missões, liderança política de prestígio e abastado proprietário de terras, gado e cativos. Detinha os requisitos para ser “bom” comandante. Pouco se sabe sobre as circunstâncias em que se deu tal nomeação.

Em dezembro de 1864, João Propício Menna Barreto [1808-1867], barão de São Gabriel, comandante do Exército Imperial que operaria contra o governo uruguaio, ordenou que David Canabarro lhe enviasse 1.500 cavalos e se preparasse para, no primeiro aviso, marchar e juntar-se ao exército no Uruguai. O velho Canabarro, contrariado com a ordem recebida, comunicou imediatamente ao presidente da província, seu partidário. Ambos lutaram em lados opostos na guerra farroupilha.

³⁸⁵ PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-rio-grandense (1852-1867). 2012. 414f. Tese (doutorado em História), Unisinos, São Leopoldo. 2012.p.357.

³⁸⁶ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Livraria A.G. Guimaraes & C., 1870..vol.2..p.223.

Após contestar a ordem recebida, o sexagenário David Canabarro, então apenas comandante superior da Guarda Nacional de Quaraí e Missões, foi promovido. Em 29 de dezembro recebeu ordens do presidente provincial, João Marcelino Gonzaga, para “ativar a organização da 1ª Divisão” e que “conservasse vigiando a fronteira”.³⁸⁷ Com isso, é possível que David Canabarro, com quase 70 anos, pretendesse continuar lidando com seus negócios enquanto organizava, sem pressa, a divisão que operaria na invasão ao Paraguai. No entanto, quando se processou a invasão não havia nada organizado, as tropas não estavam reunidas, não havia armamentos suficientes etc. A Guarda Nacional era massa desforme, como vimos.

Até o ataque paraguaio a Corrientes – 13 de abril de 1865 –, as autoridades imperiais não acreditavam que alguma ameaça pudesse vir sobre o sul do Império. Em realidade, mesmo após a iniciativa paraguaia, pouca coisa mudou na proteção da fronteira. Assim, a conformação das divisões, sob o comando de David Canabarro e Francisco Pedro de Abreu, atendia muito mais a objetivos políticos do que militares. Por seu turno, as autoridades militares da província, tanto da Guarda Nacional quanto de 1ª Linha, em geral, grandes proprietários de terra e gado viam na guerra, inicialmente, uma grande oportunidade de garantir elevados lucros. Isso, através da venda de gado ao Estado, na passagem de gado da Banda Oriental para suas propriedades, no Rio Grande do Sul ou falsificando documentação de tropas e víveres. Listas de soldados fantasmas que recebiam soldo e etape eram comuns. A tropa não estava reunida. Seus membros permaneciam em suas casas, chácaras e fazendas, em total normalidade. Quando da invasão, a correria foi grande.

4.1.1 Atuação de Canabarro antes da invasão

As informações e notícias, mesmo que extraoficiais, da preparação paraguaia na vila de Encarnación/Itapúa, nas margens do rio Paraná, eram antigas. Desde, pelo menos, à época dos primeiros sinais de mudança da política imperial em relação aos países do Prata, os paraguaios já se preparavam. Em outubro de 1864, praticamente um ano antes da invasão paraguaia, circularam boatos de sua preparação. No final daquele mês, uma carta escrita de São Tomé, vila argentina, fronteira com São Borja, no Rio Grande do Sul, endereçada ao comerciante são-borjense João Cailar assegurava que os paraguaios estavam construindo “umas quantas canoas”. O remetente acreditava que os paraguaios

³⁸⁷ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. Ob.cit.p.89.

pudessem “fazer o que fizeram em 49”, ou seja, invadir a província de Corrientes.³⁸⁸ Nesse episódio, as forças paraguaias teriam invadido e saqueado a vila de São Tomé. Naquele então, estava em jogo a manutenção da autonomia política e econômica do Paraguai. A ameaça imperial poderia colocá-los em risco novamente. A história poderia ser repetir.

Imagem 13 - De Encarnación/Itapúa a São Borja



Fonte:

<https://www.google.com/maps/dir/Encarnación,+Paraguai/São+Borja,+RS,+97670-000/@-27.9523888,-56.5090105,9z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x9457955e5597cfeb:0x6ff7d247ff05c071!2m2!1d-55.9135867!2d-27.2522918!1m5!1m1!1s0x9455c7cdb43395d3:0x7a4011ddb90bffc8!2m2!1d-56.0041451!2d-28.6583059!3e0>

Ainda em outubro de 1864, o João Pedro Gay, o referido pároco de São Borja, a par das informações que circulavam naquela fronteira, deslocou-se na companhia do major Vasco José Guimarães, até a vila de São Tomé para colher informações. A investigação foi relatada, em carta, ao juiz municipal, de São Borja, Lourenço Bezerra Cavalcanti de Lacerda. Na vila argentina, moravam muitos rio-grandenses, dentre os quais, vários amigos do sacerdote. As entrevistas teriam revelado ser de conhecimento público que os paraguaios construía, em Itapúa, “grande número de canoas (sui generis), podendo em cada uma delas caber 50 pessoas, e duas lanchas de guerra”.³⁸⁹ O número dessas embarcações variava, no entanto, o padre assegurava a veracidade da informação.

O documento revela que as autoridades políticas e militares de São Tomé não receberam do governo de Buenos Aires nenhuma ordem “para impedir a passagem do Exército Paraguai por seu território”. Até aquele momento, a aliança entre a Argentina

³⁸⁸ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

³⁸⁹ Id.ib.

mitrista e o governo imperial não estava selada. Isso, se daria somente no final de 1864/início de 1865, materializada com a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, em maio de 1865. A par de tais informações, o padre acreditava que a vila de São Borja estava “cotidianamente [sic] exposta a um saque por parte dos paraguaios”.³⁹⁰ A preocupação de Pedro Gay não era desmedida, como o tempo mostrou. Apenas uns trezentos quilômetros separavam Itapúa, no Paraguai, de São Borja, isso é, em média dois dias e meio de marcha. Os paraguaios teriam chegado antes à fronteira de São Borja, não fossem as doenças, mortes e deserções.³⁹¹

João Pedro Gay, na mesma carta, demonstrava sua preocupação com o estado de abandono, por parte da Guarda Nacional, em que se encontrava aquela vila. O pároco tinha a informação da presença de apenas treze guardas nacionais ali destacados. Força essa que não poderia impedir a invasão, quando ocorresse. João Pedro Gay tinha razão. Quando os paraguaios cruzaram o rio, nem mesmo as poucas centenas de defensores existentes na região foram suficientes. A população de São Borja temia uma invasão que acreditava estar prestes a acontecer.³⁹²

Responsabilidade do comandante

Não encontramos registros, dessa época, de diligências autorizadas pelo então comandante da fronteira de Quaraí e Missões, David Canabarro, para confirmar a veracidade das informações obtidas por Pedro Gay.

Em 7 de dezembro de 1864, David Canabarro recebeu, ao que parece, a primeira comunicação oficial sobre a possibilidade de invasão paraguaia. Isso é, seis meses antes de se concretizar. O então apenas comandante da fronteira, possivelmente sabia há mais tempo do perigo. A referida comunicação foi feita pelo capitão comandante da guarnição de Uruguaiana, Joaquim Antônio Xavier do Vale. Nela, informava dos preparativos paraguaios para a invasão ao Sul do Mato Grosso. Com base em cartas remetidas de Itaquí e São Borja, ele anunciava a movimentação dos paraguaios, que “já tinham passado o [rio] Paraná com direção a esta província”.³⁹³

Em Uruguaiana, Joaquim do Vale conferenciou com o coronel correntino Isidoro Fernández Reguera [1816-?] com o fim de esclarecer as notícias recebidas. Das autoridades civis e militares da vila, além do próprio comandante da fronteira, estiveram

³⁹⁰ Id.ib..

³⁹¹ JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria*. Ob.cit.p.110.

³⁹² ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

³⁹³ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 1.Ob.cit.

presentes o coronel Bento Martins de Meneses [1818-1881], o juiz municipal João Benício da Silva e Tinoco Alves Pereira. O coronel argentino confirmava as suspeitas e estaria disposto a lutar ao lado dos rio-grandenses.

Ao analisar a correspondência de David Canabarro, notamos como sua opinião sobre os acontecimentos e sua postura frente aos fatos mudaram frequentemente, durante a evolução da guerra. Em 20 de janeiro, há menos de um mês no comando da Primeira Divisão, em correspondência ao general Lopo de Almeida Henriques Botelho e Mello, comandante das forças em guarnição na província, ele alertou sobre possível organização de forças paraguaias na fronteira argentina. A informação era verdadeira, os paraguaios já se organizavam.³⁹⁴ Acreditava que logo aquelas forças estariam na margem direita do rio Uruguai na fronteira com o Rio Grande do Sul. Disso, as autoridades imperiais já tinham notícias há muito tempo.

Passariam com facilidade

David Canabarro propunha que se os paraguaios chegassem a investir sobre a fronteira do rio Uruguai teriam facilidade em cruzar, pois naquele momento o rio estava baixo. Ele acreditava que os paraguaios cruzariam sem obstáculo, devido à falta de “guarnição marítima” e, por isso, deveriam preparar a defesa do lado esquerdo do rio. A essa época, ou seja, cinco meses antes da invasão, o comandante tinha pleno conhecimento da precariedade da defesa e julgava real a chance de invasão. David Canabarro esbanjara confiança. Solicitava armamentos e munições para a Guarda Nacional que, segundo ele, pegara em “armas voluntariamente e com entusiasmo”.³⁹⁵ Talvez não passasse de retórica e aqueles homens ainda nem tivessem sido arrolados.

Um mês após as primeiras informações de provável ameaça paraguaia, David Canabarro, informava ao presidente da província, João Marcelino de Souza, que o real perigo se acercava. Em 20 de fevereiro, o comandante, já com números mais ou menos precisos, advertia ao governo provincial que os paraguaios marchavam para aquela fronteira com cerca de 10 mil homens. Assegurava que “com a chegada dos corpos, batalhões e artilharia” que esperava, “e os existentes” teriam como “fazer o recebimento de tais hóspedes”. “Não nos incomodarão muitos dias.” Ou seja, desde muito tempo, Canabarro tinha informações exatas da força que deveria invadir a província. Nessa

³⁹⁴ MAESTRI, Mário. *Guerra sem fim*. A Tríplice Aliança contra o Paraguai: A Campanha Ofensiva 1864-1865. Porto Alegre: FCM, 2017. p.217.

³⁹⁵CANABARRO, correspondência do general David. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.2.

correspondência, chama especial atenção o pedido de David Canabarro para que o presidente da província autorizasse a admissão das forças do “nosso aliado [Venancio] Flores e ao correspondente pagamento das etapas”.³⁹⁶ O pretense auxílio do general uruguaio seria, com frequência, utilizado por Canabarro para evitar confrontos com os paraguaios.

A estranha solicitação de David Canabarro ocorreu no mesmo dia em que, no Uruguai, firmava-se o protocolo de paz entre o Império e a República Oriental. O pedido era para que a “etapa” da força comandada pelo general uruguaio fosse paga pelos cofres imperiais, o que torna a situação inusitada. David Canabarro e Venancio Flores eram aliados políticos. Em 1864, o governo uruguaio – depois deposto com a ajuda diplomático-militar imperial – já denunciava o auxílio do general rio-grandense, à “Revolução” florista. Somente em maio de 1865 firmara-se o tratado da Tríplice Aliança, que tornava oficialmente o general uruguaio aliado do Império.

Nessa mesma época, João Marcelino Gonzaga recebeu do diplomata imperial, em Montevidéu, José Maria Paranhos, informações sobre a possibilidade de invasão paraguaia do Rio Grande. Ele acreditava que os “intentos de invasão” “estavam longe de [se] confirmarem” e que diminuía “as probabilidades”.³⁹⁷ Isso, seguramente inspirado nas informações que recebia da fronteira.

Não acreditava na invasão

Em março de 1865, as suspeitas de invasão aumentavam, mas o comandante da 1ª Divisão e da fronteira não parecia estar preocupado. Naquele momento, David Canabarro, mudara de opinião e não acreditava que os paraguaios invadiriam o Rio Grande. Ele propunha que caberia ao Exército Imperial a iniciativa das ações militares contra o Paraguai. Aquela hipótese não seria de todo errada. O comandante sugeria que as forças imperiais fossem organizadas no Rio Grande do Sul, de preferência naquela fronteira. Feito isso, deveriam esperar o momento oportuno para iniciar a ofensiva.

David Canabarro propunha que os exércitos aliancistas não deveriam marchar sobre o Paraguai durante o inverno. Ele duvidava que o Exército Imperial estivesse pronto logo. Propunha que devessem “invernar, aprontar o que [fosse] preciso para entrar no verão seguinte” no Paraguai. Canabarro, rico fazendeiro, possuía milhares de cabeça de

³⁹⁶ CANABARRO, correspondência do general David. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.2.

³⁹⁷ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino. Em: DOCUMENTOS relativos a invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.22.

gado e cavalos que poderiam abastecer o exército e lucrar muito com isso. Defendia que o mais acertado era “fazer uma internada de cavalladas em Missões, onde há campos bons, não faltando sal, e outra por cá [Uruguaiana/Livramento?], ou mesmo no Estado Oriental.” Ao mesmo tempo e justificando sua proposição, reclamava aos superiores a remessa de fardamento e armas para a divisão que comandava. Questionava: “com as tropas nuas havemos de sair fora [sic] do país no inverno?”³⁹⁸ Reclamação que, apesar de verdadeira, servia mais como desculpa para não agir do que outra coisa.

Com o passar dos dias, as notícias da preparação e da marcha do Exército Paraguai sobre a fronteira do Rio Grande do Sul se disseminavam. A permanência das forças imperiais no Uruguai, depois de solucionada a questão naquele país, incomodava David Canabarro. Para ele, doze mil homens, no Uruguai, era exagero, quando “cinco mil bastavam”.³⁹⁹

Manuel Luís Osório, comandante do Exército Imperial, pensava em marchar com suas tropas para o Rio Grande do Sul. Em março de 1865, em correspondência a Luís Alves de Lima, marquês de Caxias, que, segundo ele, deveria comandar o exército, queixava-se de que suas forças não estariam preparadas para a guerra. Pensava em se dirigir para “Uruguaiana, ou imediações, para organizar e disciplinar-se” a infantaria, que, na sua opinião, não sabia a serventia “das armas que lhe deram e nem perfilar-se”. Conclui dizendo que eram, na sua maioria, recrutas.⁴⁰⁰ Realidade de grande parte das forças imperiais, em especial os corpos de voluntários.

Sem auxílio

Manuel Luís Osório não estava errado. A inexperiência e a inabilidade dos recrutados foi um problema crônico durante toda a campanha. Aquele comandante não marchara com seu exército para Uruguaiana ou imediações, talvez pela impossibilidade naquele momento, devido à grande quantidade de doentes nas tropas. Posteriormente, Manuel Osório asseguraria a David Canabarro sua ajuda. Isso também não ocorreu.

A direção da guerra estava nas mãos do presidente argentino general Bartolomé Mitre. A crença de que os paraguaios esperariam os aliancistas em suas fronteiras e a subestimação do potencial dos exércitos de Solano López levaram a uma série de erros

³⁹⁸ CALDWELL, Correspondências de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão [...]Ob.cit.p.2.

³⁹⁹ CANABARRO, Correspondência de David. Em: Documentos relativos à invasão [...]Ob.cit.p.32.

⁴⁰⁰ OSÓRIO, Manoel Luiz. Correspondência ao marquês de Caxias, campo junto ao Serro, 6 de março de 1865. Em: ANRJ - Códice 551. Correspondência manuscrita que pertenceu ao Duque de Caxias 1840-1876.

estratégicos. Um deles foi não perceber que as fronteiras do Rio Grande do Sul estavam em péssimas condições de segurança. Nessa época, o governo provincial transmitia errôneas informações às autoridades imperiais sobre a organização militar na fronteira do rio Uruguai. Em março de 1865 dizia:

A força que tem a 1ª Divisão ao mando do Brigadeiro Canabarro é muito maior do que a do plano de sua organização. Foi organizada sob o plano de quatro mil homens, e hoje acham-se na fronteira de Quaraí e São Borja bem perto de sete mil homens. Hoje estão ali dois Batalhões de Infantaria de Linha e brevemente oito bocas de fogo.⁴⁰¹

Em carta de 19 de abril, David Canabarro informava ao presidente da província que permaneceria acampado “no município da Uruguaiana”, onde pudesse “com presteza acudir a esta ou à fronteira de Missões”, enquanto não voltassem do Uruguai, pelo menos os corpos de cavalaria.⁴⁰² Canabarro nunca se afastou muito de sua estância São Gregório, em Santana do Livramento, onde estabeleceu a sede da comandância da fronteira.⁴⁰³ Usava as rivalidades políticas para manter-se inativo, acampado próximo à sua fazenda.⁴⁰⁴

David Canabarro dispunha então de enorme prestígio na província. Liberal de primeira hora, o militar cultivava sérias desavenças com políticos de Alegrete. Com frequência, em suas correspondências ao presidente da província, ele acusava seus adversários de tentar prejudicar seu trabalho. Em uma delas, o comandante da Primeira Divisão denunciava que no seio da guarnição de Alegrete, comandada por Moisés Rodrigues de Almeida, houve “uma resistência” política “que, se fora mais numerosa, o teria esmagado e feito jorrar o sangue na Cidade de Alegrete!”⁴⁰⁵ Canabarro acusava Matias Ferreira de Almeida de liderar os revoltosos. Concluía que se aqueles homens continuassem “a ocupar posições oficiais em Alegrete, a ordem pública” poderia ser “abalada por grandes crimes”.⁴⁰⁶

As disputas políticas entre David Canabarro e seus adversários de Alegrete dificultaram a organização inicial de corpos da Guarda Nacional. Sendo Comandante Superior da fronteira de Quaraí e Missões, que abrangia também Alegrete, David

⁴⁰¹ GONZAGA, João Marcelino de Souza. Correspondência reservada ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e presidente do Conselho de Ministros, Francisco José Furtado, Pelotas, 18 de março de 1865. Em: ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1865 (janeiro-dezembro)

⁴⁰² Loc.cit.

⁴⁰³ CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro [...]* Ob.cit.p.156.

⁴⁰⁴ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*. Ob.cit.p.282.

⁴⁰⁵ ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁴⁰⁶ Id.ib.

Canabarro deveria comandar seus adversários. Corpos da Guarda Nacional daquela vila precisaram ser comandados por oficiais de outras localidades, por terem os de Alegrete se negado a servir sob as ordens do comandante.⁴⁰⁷

Esperando ordens

David Canabarro raramente tomou iniciativas autônomas enquanto comandante daquela Divisão. A despeito das sérias ameaças, fortemente documentadas, da presença de paraguaios na fronteira do rio Uruguai, o comandante esteve sempre muito longe do centro das operações. Isso, o alienaria da real situação. Em 25 de abril, informando novamente ao presidente da província a aproximação dos paraguaios, dizia com tranquilidade que, se não pudesse impedir a passagem, iria “receber os visitantes” e que seria “fortuna tê-los deste lado do [rio] Uruguai”.⁴⁰⁸ Nesse momento, as autoridades provinciais ainda discutiam a necessidade ou não de atravessar a fronteira para combater os paraguaios. Despreocuparam-se em reforçá-la. Em princípios de maio, notícias das ameaças de invasão novamente chegaram aos generais Manuel Luís Osório e Bartolomé Mitre e esses não acudiram a província.⁴⁰⁹

Em 13 de maio, o general João Frederico Caldwell estava em Rio Pardo coordenando preparativos para marcha do 5º Batalhão de Voluntários. João Marcelino, em carta àquele comandante, buscava isentar-se da responsabilidade de uma operação malsucedida fora da fronteira. Eximia-se de se posicionar a respeito da ida de David Canabarro e sua tropa à fronteira paraguaia de Itapúa. Deixava a decisão para o comandante interino das armas. Se ele julgasse que as forças disponíveis eram suficientes, que ordenasse a marcha, que os reforços viriam de Montevideú. Concluía que era “muito preciso” começar “as hostilidades”.⁴¹⁰ Foi um jogo “de empurra” impressionante.

João Marcelino, que não era militar, afirmava que “não tomaria medida alguma dessa ordem sem previamente consultar e concordar com o general comandante das armas”.⁴¹¹ Ninguém queria assumir a paternidade da ação, até que foi tarde e os paraguaios invadiram primeiro. Enquanto os invasores marchavam pela fronteira do rio

⁴⁰⁷ Id.ib.

⁴⁰⁸ CALDWELL, Correspondência de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.32.

⁴⁰⁹ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 3. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

⁴¹⁰ Id.ib.,p.37.

⁴¹¹ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino de Souza. Em: DOCUMENTOS relativos a invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.22.

Uruguai, os responsáveis pela defesa da província não alteraram a forma de agir. A inoperância e o recuo dominaram o governo e seus subordinados.

A correspondência de João Marcelino era controversa e, não raras vezes, confusa. Ao mesmo tempo em que deixava a decisão daquela operação para o general João Frederico Caldwell, julgava “temerário” ir combater as tropas paraguaias já em Itapúa, na fronteira paraguaia. Ele defendeu que a Divisão Canabarro deveria “apenas passar o [rio] Uruguai e bater essas forças paraguaias que [estavam] aquém do [rio] Paraná”.⁴¹²

No entendimento imperial, os riscos de invasão diminuía. Creditava-se isso à demora paraguaia em atacar, passados longos meses da declaração de guerra, em 13 de dezembro de 1864. Para aquelas autoridades, a inoperância paraguaia era inexplicável, pois acreditavam que aquele exército estava pronto havia bastante tempo. Confiavam que o Império tomaria a iniciativa do conflito e que os paraguaios esperariam em seu território o ataque.

Além de declarações verbais, o brigadeiro David Canabarro, demonstrou pouca ou nenhuma intenção de agir, fora ou dentro da província. João Marcelino, sugeriu ataque aos paraguaios antes de cruzarem o rio Uruguai. O comandante da fronteira-rejeitou a proposta, preferindo a passividade.

Esperança alimentada

Em 13 de maio de 1865, David Canabarro, em correspondência a João Marcelino, esbanjava confiança nos oito mil homens de sua divisão. Novamente interpretava de forma diferente os acontecimentos. Na sua avaliação, outra vez revista, os paraguaios sequer cruzariam o rio Uruguai. O comandante sugeria que o governo não se preocupasse com a fronteira e tampouco receasse pelos seus soldados que estariam “possuídos de entusiasmo”. Finalizou a correspondência desejando “felicitações antecipadas pelo triunfo de ‘nossas’ armas”.⁴¹³ A postura do comandante oscilou bastante durante os primeiros meses na comandância da divisão. Essa postura tinha motivos concretos. David Canabarro acreditava que o comando do exército, em operações no Uruguai, enviaria reforços à província. E isso foi assegurado por João Frederico Caldwell.

A desorganização, a falta de informações e subestimação do Exército Paraguaio deram a tônica nas primeiras correspondências oficiais. Isso pode ter induzido a outros

⁴¹² CALDWELL, Correspondência de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.35.

⁴¹³ CANABARRO, Correspondência de David. Em: Documentos relativos à invasão da província [...]Ob.cit.p.43.

erros. Em 17 de maio de 1865, Ângelo Muniz da Silva Ferraz [1812-1867], apenas cinco dias empossado no cargo de Ministro da Guerra, ordenara que o presidente do Rio Grande encaminhasse “todo o material bélico do arsenal” da capital e de Rio Grande para o Estado Oriental. Grande equívoco, a menos que pretendesse por meio de embarcações fazer chegar à fronteira do rio Uruguai. Nessa mesma época, o exército de Manuel Osório, então localizado nas proximidades de Montevideú, recebeu ordens de mover-se para Paysandú ou para a barra do rio Daymán. O foco imperial era o Paraguai.

O abandono da defesa da fronteira sulina e a organização das operações de ataque ao Paraguai evidenciam que o governo imperial não acreditava em possível invasão do território rio-grandense. O governo imperial pretendia preparar-se para uma provável grande e decisiva batalha nas imediações da Banda Oriental ou no interior argentino.⁴¹⁴ A ameaça de invasão era real. Várias informações oficiais e extraoficiais indicavam preparação do Exército Paraguaio. Não é impossível, também, que o Ministro da Guerra, apenas empossado, tenha se iludido com as informações oriundas das autoridades do Rio Grande que, antes da invasão, afirmavam possuir contingente e armamentos suficientes para a defesa.

David Canabarro acreditava que receberia ajuda. Essa esperança foi alimentada pelo general em chefe do Exército Imperial, Manuel Luís Osório. Em 30 de maio, quando reorganizava suas forças provavelmente para marchar sobre o Paraguai, Osório afirmava: “Eu penso marchar logo que tenha reunido o exército no Salto (Uruguai), para Quaraí pela estrada que vai a Uruguaiana, e espero as suas notícias naquela direção, se elas não me fizerem mudar de rumo passarei para Uruguaiana, se, porém, o ‘inimigo’ passar para o nosso território creio que deverei procurar a direção de [arroyo] Inhanduí para nos juntarmos e combatê-los onde nos convenha”.⁴¹⁵ O referido arroio localiza-se em Alegrete, nas proximidades de Santana do Livramento onde estaria Canabarro.

Permaneceram imóveis

Dez dias depois de Manuel Osório prometer ajuda a David Canabarro verificou-se a invasão da província, sem que as forças do Exército Imperial se movessem em auxílio. Naquela mesma correspondência, o general Osório desacreditava que houvesse invasão, pelas dificuldades impostas pela estação. Acreditava que deveriam “juntar suas forças na

⁴¹⁴ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Vol.2. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1870.p.336.

⁴¹⁵ OSÓRIO, Correspondência de Manuel Luís. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.2.

altura de Uruguaiana” “para empreender campanha em melhor tempo”.⁴¹⁶ As previsões do general estavam erradas e o reforço prometido jamais chegaria.

Em princípio de junho, o brigadeiro Antônio de Sampaio, comandante da 3ª Divisão do Exército do Sul, acampado às margens do rio Daymán, no Uruguai, acabou com as esperanças de auxílio com tropa para a defesa do Rio Grande. Em resposta ao ofício de David Canabarro, que questionava como aquele exército auxiliaria a defesa do Rio Grande do Sul, Antônio de Sampaio dizia que tinha a maior parte do exército sob seu comando, porém não tinha ordem de marchar e “nem desprender força de infantaria”.⁴¹⁷ Alentava, no entanto, que mediante ameaça na fronteira marcharia para auxiliar aquela divisão. Auxílio esse que nunca chegou.

Ao governo provincial, Canabarro informava que a situação estava sob controle; a Manuel Luís Osório, Venancio Flores e Antônio Sampaio, gritava por reforços. A verdade é que dos oito mil homens prometidos pelo comandante para enfrentar os invasores iminentes, pouco ou quase nada havia. Filipe José Pereira Leal [1812-1880], Ministro residente na Argentina, em correspondência ao diplomata imperial Francisco Otaviano de Almeida Rosa [1825-1889] e ao comandante da marinha de guerra visconde de Tamandaré, não tinha tanta certeza das reuniões de David Canabarro. Em 5 de junho, relatou ter informações passadas pelo próprio Canabarro. Nelas, o comandante da 1ª Divisão teria assegurado estar com força suficiente para impor ao Exército Paraguaio uma “total ruína” caso cruzassem o rio. Pereira Leal não teria tanta certeza disso e questionava: “Será isso suficiente?”⁴¹⁸

Às vésperas da penetração estrangeira no Rio Grande do Sul, não havia unanimidade sobre a capacidade das forças de David Canabarro em protegê-la. Para José Pereira Leal, o comandante da fronteira não havia reunido seus homens. “Deus queira que ele com brevidade consiga reunir a força que espera para, de acordo com os chefes argentinos, começar as hostilidades e tomar a ofensiva.”⁴¹⁹ Vê-se que há pouquíssimos dias da invasão, em uma fronteira onde os paraguaios rondavam por semanas, alimentava-se a ideia de que o Império tomaria a ofensiva.

⁴¹⁶ Loc.cit.

⁴¹⁷ Id.ib.,p..6.

⁴¹⁸ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 3.Ob.cit.

⁴¹⁹ Id.ib.

Informações de Canabarro, velho e experiente militar, tinham muito peso nas decisões estratégicas da guerra. A partir da percepção desse chefe, de que era preciso invernar cavalhada, esperar melhor estação e que os paraguaios não pretendiam cruzar o rio Uruguai, tampouco eram necessários os reforços que pedia. O comando dos exércitos aliancistas organizou a ofensiva contra o Paraguai imaginando estar o Rio Grande do Sul em segurança. David Canabarro não estava com a força da Guarda Nacional organizada. Grande parte estava licenciada.

Na carta a Francisco Otaviano de Almeida e ao vice almirante Tamandaré, José Leal assegurara que:

Sendo sua opinião [de Canabarro] que os paraguaios não pensavam passar o Uruguai, o Governo Argentino crê que essa opinião favorece a pretensão de juntar as suas forças no Paraná um contingente nosso, que nesta ocasião pode ser a salvação dos Argentinos que por lá andam com Paunero, Cáceres, Hornos, Legrán, etc.; e de obter que o General Rivas atravesse o Uruguai para a Concórdia em lugar de aproximar-se de Canabarro que tem força suficiente para defender a nossa fronteira e mesmo para ir fazer a guerra no território em que acha o ‘inimigo’.

4.1.2 Ações de Canabarro após a invasão

A desorganização do comando da fronteira de Quaraí e Missões era gigante. Dois dias após o exército invasor iniciar a travessia do rio Uruguai no passo de São Borja, David Canabarro, estacionado muito longe da fronteira de São Borja, declarava novamente, em correspondência ao comandante das armas da província, João Frederico Caldwell, desacreditar que os paraguaios invadissem o Rio Grande por aquele ponto.⁴²⁰ O desprezo pela ameaça paraguaia e a falta de organização caracterizaram o comando de David Canabarro. O desejo geral, já nessa época, era de acabar logo com o conflito.⁴²¹

Uma vez efetuada a invasão, com relativa facilidade, David Canabarro mudou o discurso inicial. Ele admitir não ter condições de enfrentar os paraguaios. Em 27 de junho, David Canabarro estava novamente em sua estância. Enquanto isso, os invasores marchavam sobre Itaqui. Nessa época, o comandante da fronteira escreveu ao governo provincial justificando sua inação. Segundo ele, o problema era a falta de infantaria, pedida ao comandante do Exército. David Canabarro presumiu não ter condições de vencer os paraguaios, sem aqueles reforços.

⁴²⁰ CANABARRO, Correspondência de David. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.58.

⁴²¹ CALDWELL, Correspondência de João Frederico. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.38.

Segundo o comandante da 1ª Divisão, os paraguaios estavam em vantagens, pois, tinham grande número de infantes e poucos cavalarianos e, suas tropas, ao contrário. Em seu monólogo, ele questionava retoricamente se deveriam “atacar o ‘inimigo’ com probabilidade?” E respondia: “Não, com certeza infalível do triunfo, sim.” Completava que “não tendo esta certeza” faria o que pudesse, restringindo os paraguaios “ao campo de seus piquetes”.⁴²²

A correspondência de David Canabarro era dúbia: garantia que os invasores não passariam o rio Ibicuí, na divisa entre Itaquí e Uruguaiana, mas alertava que eles poderiam passar e que em Uruguaiana resistiria. Pronunciou textualmente: “A passagem no Ibicuí grande há de ser disputada seriamente”, porém se passarem, “na Uruguaiana acharão resistência”.

Para tanto, confiava na improvisada “defesa naval” que mandou construir. Concluía que o trajeto seria “difícil e talvez fatal ao ‘inimigo’”.⁴²³ Mesmo tendo se processado uma invasão estrangeira em território sob seu comando militar, parece não ter havido mudança na postura do velho general. O que de fato ocorreu é que não disputaram a passagem do rio e tampouco impediram os invasores de entrar em Uruguaiana.

Reforços não enviados

Há muito, David Canabarro gritava por socorro. Propunha aos comandantes do Exército, a vinda da divisão do general Flores para auxiliá-lo, ideia até considerada por Mitre e depois não efetivada.⁴²⁴ O próprio Venancio Flores garantiu que reforçaria a divisão Canabarro. Em 26 de junho, em resposta ao pedido anterior por reforços, dizia que em quatro ou cinco dias marcharia “con una División de las tres armas con dirección a la Uruguayana”, para “operar de común acuerdo a fin de bater cuanto antes al enemigo con rapidez y energía.” Venancio Flores nunca chegou. Fora provavelmente impedido pelo comandante em chefe das forças aliadas. Apenas mais tarde, quando os paraguaios já eram senhores de Uruguaiana, Flores marchou em direção à vila de Restauración, frente àquela, onde se deu a batalha de Jataí, em 17 de agosto de 1865.

Acreditando na vinda de reforços, David Canabarro preparava-se para, com sua força deficiente, juntar-se às de Venancio Flores para guerrear os paraguaios. O comandante da 1ª Divisão estimava a força paraguaia, naquele momento, em 16 mil

⁴²²CANABARRO, Correspondência de David. Em: Documentos relativos à invasão[...]Ob.cit.p.72.

⁴²³ Loc.cit..

⁴²⁴ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Vol.2.Ob.cit.p.341.

homens, cifra muitíssimo além do que apresentavam realmente. Propunha que se a divisão de Venancio Flores tivesse uns quatro mil soldados, a diferença para os paraguaios seria pouca. Esperava ainda a junção dos reforços enviados pelo governo imperial.

A fala de David Canabarro atesta sua indefensabilidade. A essa altura, já era conhecido que o número de paraguaios não excedia a seis mil homens, mesmo assim, aquele comandante, que assegurava ter em pé de guerra oito mil soldados, em sua maioria guardas nacionais, requisitava o reforço do general Flores para, segundo ele, aproximar seu efetivo ao dos invasores. Fosse mesmo verídico que o comandante tinha oito mil soldados em armas, e recebendo ele os reforços desejados, poderiam com facilidade vencer os paraguaios. Poderia fazê-lo mesmo sem nenhum reforço. Canabarro havia blefado.

Em 19 de junho, ainda do acampamento em Daymán, no Uruguai, o general Osório jogou água gelada nas pretensões de David Canabarro. Informava que até aquele momento Bartolomé Mitre não estava inclinado a enviar os reforços solicitados. Manuel Luís Osório tinha a informação de que o número de paraguaios era de uns cinco mil homens. Força essa que, provavelmente, julgasse não ser páreo ao velho general Canabarro, que divulgara possuir maior efetivo. A negativa não se deu por esse motivo. Manuel Osório acreditava, como Mitre, que a invasão dos paraguaios ao Rio Grande do Sul pretendia “desviar a atenção do Exército aliado”.⁴²⁵ O comandante das forças imperiais propôs que, naquele momento, os paraguaios haviam deixado São Borja. Ele pediu que David Canabarro continuasse a lhe informar e que, se os paraguaios se entranhassem pela província, convergiriam em derrotá-los.

Naquele momento, Manuel Osório autorizou David Canabarro a utilizar os recursos disponíveis na província para enfrentar os invasores. Ele acreditava que o presidente da província e o comandante das armas ordenariam no mesmo sentido. O general Osório utilizou uma expressão que seria amplamente usada, posteriormente, por Canabarro em sua defesa. Ele disse textualmente que todos os recursos existentes no Rio Grande do Sul deveriam ser utilizados contra os paraguaios com o fim de “batê-los ou sitiá-los”. David Canabarro, por sua vez, parece não ter lido a primeira parte da sentença, ou melhor, os fatos demonstram que não operou nenhum nem outro. O encarceramento paraguaio em Uruguiana foi mais obra dos próprios invasores do que da ação da defesa!

⁴²⁵ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul.Ob.cit.

Insistia com o apoio

No fim de junho, Canabarro transmitiu ao general Frederico Caldwell ofício do general em chefe do exército, afirmando que não enviaria reforços ao Rio Grande do Sul. Mesmo assim, ele insistiu num possível apoio do general Venancio Flores. Mas, com lucidez propunha a Caldwell que operassem com as forças que tivessem. Viu-se, na prática, que o efetivo prometido pelo brigadeiro Canabarro não estava organizado.

Em início de julho, João Frederico Caldwell transmitiu ao governo provincial as novas recebidas de Canabarro. Assegura naquela correspondência que “expediu ordens para impedir a passagem do ‘inimigo’ no rio Ibicuí” e que a Brigada do coronel Fernandes Lima atacasse a retaguarda paraguaia durante o percurso.⁴²⁶ David Canabarro não acataria tais ordens, Fernandes Lima, com dificuldades, sim!

Informações incorretas e erros de análise, que podem ter contribuído para decisões equivocadas, vinham de todos os níveis da administração. Em 6 de julho, o Ministro imperial, em missão no Prata, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, oficiou ao governo sobre o andamento da guerra. A essa época, os paraguaios já haviam invadido Corrientes e tendo as autoridades militares aliancistas calculado que a única ameaça viria daquele lado decidiram fazer “junção das forças aliadas na Concórdia, ponto mais fronteiro ao Salto”.⁴²⁷ Naquele ponto, iriam juntar-se às forças sob o comando de Luís Osório com as orientais e parte do Exército Argentino comandado por Bartolomé Mitre. Eles foram transportados respectivamente de Montevideu e Buenos Aires pelo vice-almirante Tamandaré

Francisco Otaviano de Almeida, usando dados transmitidos por Bartolomé Mitre, informou o governo imperial que em Corrientes e Missões, na Argentina, havia cerca de 37 mil paraguaios. Projetava que: “Se como é de prever a Tríplice Aliança esmagar estas forças, o Paraguai pode considerar-se rendido, sem grandes esforços.” Acreditava que “os exércitos aliados e a marinha brasileira” encontrariam “pouco embaraço para invadi-lo”.⁴²⁸ Péssima análise! Os paraguaios não foram derrotados em Corrientes e, tampouco, seria fácil a invasão ao Paraguai.

Na correspondência de 6 de julho, Francisco Otaviano incorreu em grave desinformação. Nesse momento, já ocorrera a penetração paraguaia na província sulina e o representante imperial, repassando análise equivocada de Mitre, dizia ser “impossível”

⁴²⁶Id.ib.

⁴²⁷ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Vol.2.Ob.cit.p.339.

⁴²⁸ Loc.cit.

os paraguaios executarem “duas invasões a tão grande distância uma da outra”.⁴²⁹ Tais erros de interpretação, aliados à preparação da invasão ao território paraguaio a partir de Corrientes e a falsa ideia de que as forças existentes no Rio Grande do Sul resolveriam em caso de invasão, impediram o envio de reforços para a província, como vimos.

Retardou operações

Inicialmente, David Canabarro retardou as ações, para não ter que operar longe da fronteira, onde estava estabelecido com fazendas. Quando da invasão, recuou, nunca dando combate ao Exército Paraguai.⁴³⁰ Os invasores marchavam sobre a fronteira saqueando e destruindo as vilas. Em tese, David Canabarro comandava uma importante força, mas não agia, esperou por ordens superiores para se mover e, por vezes, as descumpriu sem cerimônias. Tinha dúvidas que retardavam os acontecimentos – não sabia se deixava o Exército Paraguai passar o rio ou se o impedia, mesmo com ordens expressas para atacá-los antes de passarem. Afirmava que não lhe cabia “tomar a responsabilidade de não impedir [a passagem paraguaia] sem ordem oficial” do presidente da província. A ordem veio e foi desobedecida.

Se o auxílio pretendido de Venancio Flores não chegara, em 6 de julho, David Canabarro recebeu a promessa do visconde de Tamandaré de que enviaria tropas para aquela fronteira. O comandante da armada assegurou que levaria em auxílio da província “os vapores Taquari, Tramandaí e Onze de Junho” e entre mil e 1.200 “infantes para reforço das guarnições dos navios”.⁴³¹

Em 12 de julho, do acampamento da 1ª Divisão, às margens do rio *Ibirocai*, David Canabarro admitiu possível passagem dos paraguaios pelo passo de Santa Maria, no rio *Ibicuí*, em direção à Uruguaiana. Propunha novamente a vinda das forças de Venancio Flores em seu auxílio. Canabarro propôs enfrentar os invasores “por meio de sítio e hostilidades parciais”, caso a ajuda não viesse. Disse esperar ordens de João Caldwell.⁴³² David Canabarro não pretendia oferecer batalha aos invasores.

Ao saber da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul, Bartolomé Mitre teria proposto que David Canabarro reunisse toda força disponível para hostilizar os invasores “sem arriscar um combate decisivo”.⁴³³ O medo da grande e definitiva batalha era

⁴²⁹ Id.ib.p.340.

⁴³⁰ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*. Ob.cit.p.166.

⁴³¹ Loc.cit.

⁴³² Id.ib.,p.7.

⁴³³ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Vol.2. Ob.cit.p.345.

evidente. Posteriormente, David Canabarro utilizou aquela recomendação de Bartolomé Mitre para justificar sua inação.

4.2 Entre avaliações positivas e negativas

Ângelo Muniz da Silva Ferraz, era desafeto antigo de Canabarro e de outros militares e políticos na província do Rio Grande do Sul. A relativa facilidade com que os paraguaios entraram e permaneceram na fronteira do rio Uruguai prejudicava a permanência de Canabarro no comando de uma fração do Exército Imperial. Os sucessivos e graves erros daquele general na defesa da província levaram ao seu afastado da comandância da Guarda Nacional e da 1ª Divisão. A gota d'água foi a invasão de Uruguaiana, quando a defesa era numericamente superior.

Em 16 de Agosto de 1865, onze dias após a entrada dos paraguaios em Uruguaiana, Ângelo Muniz da Silva Ferraz autorizou a demissão de David Canabarro “do comando” “no Exército em Operações nesta Província”.⁴³⁴ Em seu lugar foi nomeado o barão de Porto Alegre, adversário político de Canabarro. João Frederico Caldwell autorizou a demissão com a recomendação “da maior prudência e discrição no uso dela.”⁴³⁵ Manuel Marques de Sousa informou aquela decisão a Canabarro.

O militar historiador Francisco Felix da Costa criticou David Canabarro, denunciando o uso de cargo público em proveito pessoal. Para o autor, o governo imperial não sabia que “Canabarro era mais negociante do que militar, e não lhe convinha reunir a Guarda Nacional por um motivo e não atacar por outro.” Ainda segundo Francisco Felix, para reunir aquela força, “era preciso dispendir dinheiro”, o que não estaria disposto o brigadeiro, e para atacar “era preciso ter inteligência”, o que julgava lhe faltar.⁴³⁶ Salvo o exagero, é nítido que na sua idade e nas circunstâncias daquele conflito, o velho brigadeiro não estava em condições de comandar tropa alguma.

David Canabarro foi fortemente criticado por outros militares que participaram da defesa. João Manoel Menna Barreto [1824-1869], comandante do combalido 1º Corpo de Voluntários da Pátria, que tentou em vão impedir a penetração paraguaia em São Borja, responsabilizou seu antigo opositor político pela invasão. O comandante dos voluntários

⁴³⁴ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

⁴³⁵ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4. Ob.cit.

⁴³⁶ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...] Ob.cit.p.234.

lamentou o ocorrido, “por ter consciência de que a incúria, o desleixo de homens incapazes de comandos superiores, fosse a causa de tão triste sucesso”.⁴³⁷

Menna Barreto acusava David Canabarro de dificultar a aplicação das ordens do general João Frederico Caldwell. O coronel denunciou as falhas cometidas pelo brigadeiro: o gado deixado no trajeto de São Borja à Uruguaiana, arrebanhado pelos paraguaios, que o comandante deveria retirar, conforme ordem de João Caldwell; a falta de proteção em Uruguaiana que, segundo o coronel Menna Barreto, quando da invasão, havia naquela guarnição uns duzentos homens “sem a [menor] aparência de soldados, inclusive o seu próprio comandante”.⁴³⁸

Francisco Pedro de Abreu, questionado pelo governo imperial sobre os problemas na defesa da fronteira invadida, apontou os erros de David Canabarro. Segundo ele, em Uruguaiana, os paraguaios encontraram “armazéns cheios de víveres, sem que um tiro, uma manifestação adversa patenteasse a angústia dos que contemplaram a ‘nossa’ força estranhamente esterilizada [...]”.⁴³⁹ Pedro de Abreu acusou David Canabarro de, nos conselhos de guerra, se opor a combater os paraguaios.

Em 16 de setembro de 1865, dois dias antes da rendição do Exército Paraguai em Uruguaiana, João Frederico Caldwell exigiu informações dos comandantes da Guarda Nacional, sobre as responsabilidades pela defesa da fronteira. Com as informações colhidas, o comandante interino das armas prestaria contas ao Ministro da Guerra.

Francisco Pedro de Abreu eximiu-se de qualquer responsabilidade e imputou a David Canabarro aqueles desastrosos fatos.

A minha opinião é uma única imutável e segura perante a consciência de cidadão que nunca soube mentir à sua pátria. Ou a mão da providência aprovou ferir a minha província, para que ela não se orgulhasse mais do seu valor e dos seus créditos de heroica e leal, por algum crime oculto e ignorado que não me é dado perscrutar, e por isso, socorrendo-me da paralisação, do desleixo, da covardia, da inépcia, da desunião, da relutância ao cumprimento das ordens superiores e de outros elementos igualmente fatais.⁴⁴⁰

Acusado

O Ministro da Guerra, em ofício confidencial, exigia a resposta de seis questões sobre a defesa da fronteira e a invasão de Uruguaiana. Francisco Pedro de Abreu, segundo informou, era favorável ao ataque contra os paraguaios ainda na passagem do rio Uruguai,

⁴³⁷ BARRETO, Correspondência do coronel João Manoel Menna. Em: Documentos relativos à invasão[...] Ob.cit.p.6.

⁴³⁸ Loc.cit.p.

⁴³⁹ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4.Ob.cit.

⁴⁴⁰ ABREU, Correspondência de Francisco Pedro de. Em: Documentos relativos à invasão [...]Ob.cit.p.17.

em São Borja. Para isso, argumentou o militar que as forças estacionadas na “fronteira de Missões e as que se dirigiam de Santana do Livramento”, ou seja, as forças sob o comando de David Canabarro, deveriam estar em São Borja impedindo a penetração paraguaia. Esse ofício seria uma excelente oportunidade para aquele militar atacar seu adversário. Sua crítica se estendeu à inação das forças de defesa durante a marcha dos paraguaios de São Borja a Uruguiana. Segundo Pedro de Abreu: “Na passagem de Ibicuí, do *Toropasso*, do *Imbaá* e antes de entrar o ‘inimigo’ na Uruguiana, podíamos tê-los atacado e para isto nos sobravam elementos”.⁴⁴¹

Para Pedro de Abreu, David Canabarro não providenciou a retirada do gado presete no trajeto de São Borja ao arroio *Toropasso*. Os paraguaios se serviram de grande rebanho disperso por fazendas e invernadas nessa linha. Canabarro sequer retirou o alimento depositado na alfândega de Uruguiana. Não fosse a grande quantidade de mantimentos ali encontrados, a resistência paraguaia não se prolongaria tanto. Naquela vila, haveria mantimentos para cerca de três meses.⁴⁴²

Sobre as forças e o material bélico de que dispunham para guerrear aos invasores, Pedro de Abreu assegurou que os paraguaios não contavam com mais do que cinco mil soldados armados com “cinco bocas de fogo de calibre seis e quatro”. A defesa, por sua vez, possuía “dois mil e quinhentos homens de infantaria, quatro mil de cavalaria e as posições mais vantajosas com obstáculos naturais para triplicar a [sua] força”.⁴⁴³ De acordo ele havia elementos de sobra “para bater o ‘inimigo’ no [rio] Ibicuí, na passagem do Passo de Santa Maria, na do [rio] Touro-Passo, na do [arroio] Embaá e na entrada da Vila da Uruguiana.”⁴⁴⁴

a entrega das nossas povoações e mormente da última, sem sequer arrebatarem-se e destruírem-se os mantimentos que nesta, assim como nas outras existiam foi uma verdadeira calamidade nacional, quer em sentido estratégico e político, quer no das conveniência de moralizar a nossa força e alentar as esperanças abatidas das Províncias.⁴⁴⁵

A declaração de Pedro de Abreu poderia estar sob suspeição pela rivalidade histórica entre os dois militares. Em 30 de setembro, Manuel Marques de Sousa também requisitou informações dos comandantes de corpos, brigadas e divisões que fizeram parte ação. Os inqueridos que responderam ao ofício foram o coronel Francisco Pedro de

⁴⁴¹ Id.ib.

⁴⁴² ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4.Ob.cit.

⁴⁴³ ABREU, Correspondência de Francisco Pedro de. Em: Documentos relativos à invasão [...]Ob.cit.p.17.

⁴⁴⁴ Id.ib.,p.18.

⁴⁴⁵ Id.ib.,p.19.

Abreu, o coronel José Alves Valença, coronel José Ignácio da Silva Ourives, coronel Antônio Fernandes Lima, tenente-coronel José Auto da Silva Guimarães, e tenente-coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita.

Reiterou

Ao ser novamente questionado sob os mesmos aspectos aos quais já havia respondido, o barão de Jacuí apenas remeteu a Manuel Marques de Sousa cópia do documento entregue a Frederico Caldwell. O inquérito era composto de seis quesitos, devendo os militares responder de acordo com as informações que possuíam e, se necessário, solicitar outras aos seus comandados.

José Ignácio da Silva Ourives, comandante da 6ª Brigada de cavalaria apresentou-se a David Canabarro em 3 de julho. Esse coronel respondeu apenas o 1º e o 2º quesitos, por não ter esclarecimentos para responder aos demais. Em sua declaração, José Ourives relatou que, em meados do dia 25 de julho, a divisão da qual fazia parte estava acampada na margem esquerda do arroio *Toropasso* em frente aos paraguaios. Nesse então, João Frederico Caldwell reuniu o conselho de oficiais para determinar o que deveria ser feito. Segundo aquele coronel, apenas João Manoel Menna Barreto foi favorável que se fizesse reconhecimento do terreno ou impor obstáculo à passagem do Exército paraguaio. Os demais, entre eles o “Brigadeiro Canabarro, Coronel Valença, Tenente Coronel Guimarães” e o próprio José Ourives afirmaram que na condição de soldados estavam “prontos a cumprir ordens”.

Frente a isso, Frederico Caldwell teria dito “que não era isso que queria”, pelo contrário, queria saber o que cada um dos oficiais ali presentes pensava sobre o assunto. Então, Canabarro teria novamente atrapalhado as ações militares intimidando e dirigindo o conselho presidido pelo impotente Caldwell. David Canabarro opôs-se a uma tomada de decisão sob pretexto de estarem ausentes os oficiais “Coronel João Antônio, Coronel Fernandes, Tenente Coronel Sezefredo, todos Comandantes de Brigada,”, propondo a importância de também ouvi-los. Por fim, o conselho aprovou melancolicamente a tese de não atacar. A justificativa, além da ausência dos demais oficiais, era a superioridade “em número e armas” dos paraguaios.⁴⁴⁶ Informação essa que contrasta com as oferecidas por Pedro de Abreu e verificadas quando da rendição em Uruguaiana.

⁴⁴⁶ OURIVES, José Ignácio da Silva. Correspondência a Manuel Marques de Souza. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4.Ob.cit.

Em 5 de agosto, segundo o coronel José Ourives, um novo conselho foi convocado e novamente David Canabarro obstaculizou os trabalhos. Participaram os comandantes da 1ª e 2ª divisões e de Brigadas. Frederico Caldwell começou o conselho propondo que se “hostilizasse o ‘inimigo’ na passagem do [arroyo] Embaá, ou [do arroyo] Salso”. O primeiro a manifestar-se sobre a proposta foi o tenente-coronel Sezefredo dizendo que “como soldado estava pronto”, em seguida fez diversas observações que dava a entender que não se deveria atacar, avaliava José Ourives.⁴⁴⁷ Logo, ocorreu um desentendimento provocado por David Canabarro que pôs fim ao conselho, novamente sem definição.

Há algum tempo existia na 1ª Divisão uma Brigada comandada pelo coronel Valença que pertencia a 2ª Divisão. Durante aquele conselho, Frederico Caldwell teria ordenado que David Canabarro entregasse a referida Brigada. Nesse momento, segundo José Ourives:

o Sr. Brigadeiro pediu ordem por escrita, o Sr. Tenente General respondeu que lhe mandava, e disse que muito estranhava que o Sr. Brigadeiro desconfiasse de suas ordens, pois não seria capaz nunca em tempo de negá-lo, e havendo esta divergência o Exmo. Sr. General deu por finda a reunião sem que mais ninguém desse a sua opinião.

Possibilidade de vitória

José Ourives, respondendo o segundo quesito a respeito das forças paraguaias e imperiais concluiu que as forças de defesa tinham em torno de “sete mil e seiscentos homens mais ou menos.” Já os paraguaios teriam em torno de “sete mil homens das três armas, e cinco bocas de fogo.”⁴⁴⁸ Ou seja, mesmo que a estimativa daquele coronel fosse correta e os paraguaios tivessem uns sete mil soldados, as forças imperiais, pelas condições do terreno, teriam todas as condições de vitória, antes mesmo de cruzarem o rio Ibicuí.

Nesse mesmo tópico, o coronel José Ourives respondeu sobre a retirada do gado pelas forças de defesa, para não servirem de alimento aos paraguaios. Esse é um dos principais pontos de acusações a Canabarro. Segundo José Ourives, “o Brigadeiro Canabarro deu ordens para fazer retirar os gados no Japeju [sic], e uma destas vezes, apesar de muitos esforços dos encarregados, não foi possível retirar os gados de suas querências, vendo-se obrigados abandonar esse trabalho por falta de cavalos”.⁴⁴⁹ Não é

⁴⁴⁷ Id.ib.

⁴⁴⁸ Id.ib.

⁴⁴⁹ Id.ib.

clara a informação do coronel. É impossível saber desde quando foi dada tal ordem, mas ficou registrado que a ação foi feita também às pressas.

Quando da invasão, a fronteira de Itaqui era guarnecida pelas forças do coronel Antônio Fernandes Lima, comandante da 1ª Brigada da 1ª Divisão. Procedida a incursão paraguaia, sua força acompanhou ao longe a marcha e quando ordenada, atacou a retaguarda dos invasores na tentativa de impedir a passagem do rio Ibicuí. Tentativa essa frustrada pela inoperância das demais forças da margem esquerda.

Fernandes Lima, em resposta ao ofício do general Manuel Marques de Sousa, sobre a invasão paraguaia, afirmou não saber o “motivo porque não foi hostilizado o ‘inimigo’ em o seu trajeto do Passo de Santa Maria no [rio] Ibicuí até à Vila Uruguaiana”. Ainda segundo ele, nunca recebeu “ordem para esse fim” [o destaque é do documento].⁴⁵⁰ Ele reconheceu ter recebido ordens de David Canabarro para aproximar-se dos invasores, mas isso quando esse encontrava-se do lado direito do rio Ibicuí, ainda em Itaqui. Em 19 de julho, às vésperas da passagem paraguaia pelo referido rio, Fernandes Lima sugerira, por escrito, ao general Canabarro que se deixasse-os passar.

Transferindo o problema

Fernandes Lima propôs deixar os paraguaios passar “sem se lhes mostrar as forças que os devia bater, porque estava informado que eles vinham medrosos de encontrar resistência no referido Passo, e se porventura eles avistassem a nossa força era provável que se abstivessem de passar e retrocedessem para Itaqui, a fim de repassarem o [rio] Uruguai.”⁴⁵¹ Ao que parece, Fernandes Lima queria apenas livrar-se do problema transferindo-o para outro lugar. Se os paraguaios estavam em condições adversas, tendo que cruzar um largo e correntoso rio, a melhor opção seria atacá-los, por frente e retaguarda e não permitir que passassem.

Enfim, a Brigada do coronel Fernandes Lima acossou apenas superficialmente os paraguaios pela retaguarda e David Canabarro não o fez pela dianteira como propusera. Como resultado, os paraguaios cruzaram o rio acompanhados de longe pela Brigada Fernandes Lima, até ela juntar-se à 1ª Divisão. O coronel Antônio Fernandes Lima estimou as forças paraguaias em “seis a sete mil homens mais ou menos”, na maior parte

⁴⁵⁰ LIMA, Antônio Fernandes. Correspondência a Manuel Marques de Souza. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4.Ob.cit.

⁴⁵¹ Id.ib.

infantaria. A defesa, para ele, “não tinha menos de sete mil homens”, na sua quase totalidade de cavalaria, e oito bocas de fogo.

Em respeito à qualidade dos soldados de que dispunham, dizia serem apenas “paisanos reunidos, sem terem passado pelo tirocínio necessário ao soldado propriamente dito.”⁴⁵² O coronel esquecia que há pelo menos um ano havia a ameaça de invasão da dita fronteira, tempo suficiente para reunir a Guarda Nacional e treinar minimamente os soldados. Ainda nesse ponto, Fernandes Lima disse desconhecer que houvesse ordens de David Canabarro para que o gado existente no trajeto de São Borja a Uruguaiana fosse retirado para não servir aos invasores. Se um dos principais comandantes da defesa desconhecia tal ordem, é pouco provável que ela tenha existido.

Acerca da fortificação de Uruguaiana, questionado no 3º ponto, Fernandes Lima afirmou ter conhecimento de que a vila estava fortificada e que “um oficial científico foi encarregado desse serviço”.⁴⁵³ No entanto, ele afirmou não poder atestar a sua qualidade por não as ter visto. Disse saber que em Uruguaiana havia uns duzentos homens de infantaria, não faltando munições no depósito.

Sobre os gêneros que teriam ficado na Alfandega de Uruguaiana, Fernandes Lima afirmou de nada saber, pois estando “sempre em completo movimento com a Brigada” de seu comando, não esteve naquela vila antes da entrada dos paraguaios. Quanto ao sexto e último quesito, sobre os conselhos convocados pelo general Caldwell, ele afirmou ter participado de apenas um, onde teria dito: “Sou soldado cumpro com o que se me ordenar”.⁴⁵⁴

Faltava boiada

José Alves Valença, coronel da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, pertencente à Segunda Divisão do Exército em Operações no Rio Grande do Sul, mas temporariamente adido à Primeira, inclusive durante a invasão, foi intimado a responder às indagações sobre as operações de guerra naquela província, durante o inverno de 1865. Quando perguntado sobre o motivo de as forças defensivas não terem resistido na passagem dos paraguaios no passo de Santa Maria, no rio *Ibicuí*, respondeu que apenas não o fizeram por não se acharem naquele lugar antes que os invasores ocupassem o mesmo. Avaliou que teriam chegado a tempo de impedir aquele cruzamento, se no trajeto

⁴⁵² Id.ib.

⁴⁵³ Id.ib.

⁴⁵⁴ Id.ib.

do arroio *Ibirocaí* até o mencionado passo “não aparecesse tantas faltas de boiadas para as carretas”, demorando assim a marcha.⁴⁵⁵ Não soube dizer o motivo por que não se fez resistência nos demais passos do trajeto até Uruguaiana.

Em relação ao contingente do Exército Imperial, José Valença comunicou não saber ao certo o número. O coronel José Alves Valença acreditava que “até o [arroio] Touro-Passo não excedia de mil e quatrocentos homens de infantaria, três mil e quinhentos de cavalaria e cem de artilharia todas sem aguerrimento nem disciplina”. Para ele, a artilharia dos defensores, oito bocas de fogo, era superior à dos paraguaios. Quanto ao gado que teria ficado à disposição do exército de Antonio Estigarribia, disse, ao contrário do que assegurou o coronel Fernandes Lima e o próprio David Canabarro, que “não eram retirados, e sim guerrilhando o ‘inimigo’ quando saía a buscá-lo.”⁴⁵⁶

A respeito da fortificação da vila de Uruguaiana, disse nada saber e que apenas em 18 de setembro lá estivera. Sabia que a guarnição da vila tinha uns trezentos homens e muita munição. Ele não podia opinar sobre a possibilidade de resistência daquela vila por desconhecer as condições da fortificação. Disse saber que a vila foi abandonada em 5 de agosto, às oito horas da manhã e que desconhecia de quem partiu essa ordem. Respondendo ao sexto quesito, afirmou terem sido abandonadas as mercadorias da Alfândega. Assegurou que “não era menos de mil e quinhentos alqueires de farinha, muito sal e muitos outros gêneros alimentícios.”⁴⁵⁷

José Auto da Silva Guimarães, barão de Jaguarão, comandava, à época da invasão dos paraguaios, a 3ª Brigada da 2ª Divisão, passando posteriormente a comandar a 11ª Brigada. Em 27 de setembro, acampado com sua força em Uruguaiana, respondeu aos quesitos do general barão de Porto Alegre. Sobre o fato de não terem atacado o exército invasor nos passos por onde cruzaram, acreditava ser motivado pelo “diminuto número” da infantaria defensiva. Para ele, a cavalaria, principal arma rio-grandense, não era adequada para um terreno com “matas, pântanos, ou acidentes do terreno”.⁴⁵⁸ Justificativa que pouco condiz com a realidade. A região invadida é de terreno plano, com a presença de alguns cursos d’água, escassa vegetação e, a bem da verdade, amplamente conhecida pela Guarda Nacional da região, de maioria cavalariana.

⁴⁵⁵ VALENÇA, José Alves. Correspondência a Manuel Marques de Souza. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4.Ob.cit.

⁴⁵⁶ Id.ib.

⁴⁵⁷ Id.ib.

⁴⁵⁸ GUIMARÃES, José Auto da Silva. Correspondência a Manuel Marques de Souza. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4.Ob.cit.

Sobre as forças defensivas, disse calcular uns cerca de mil e oitocentos homens de infantaria e quatro mil de cavalaria, do rio Ibicuí até o arroio Toropasso. Contavam com oito canhões. Quanto aos soldados dessa força, afirmava:

A maior parte desta força, dividida em quatro Brigadas, achava-se pouco disciplinada: a infantaria por contar muitos recrutas, e dois Corpos de Voluntários ultimamente organizados; a cavalaria por ser composta de Guardas Nacionais sem prática, nem instrução militar achando-se além disso mal montada; e a artilharia por achar-se também em grande parte servida por Guardas Nacionais adidos, sem aptidão para a arma, e sem prática.⁴⁵⁹

Mais de sete mil

Já quanto ao efetivo paraguaio, José Auto assegurou, baseado em informações de prisioneiro feito no rio *Ibicuí*, que era superior a seis mil homens. Aquele comandante corroborou com as informações de David Canabarro e Fernandes Lima no que diz respeito à retirada de animais do caminho dos paraguaios. Não possuía informações sobre o estado da fortificação de Uruguaiana e não tinham mais informações sobre os demais pontos inqueridos.

Em junho de 1865, o tenente-coronel Sezefredo Alves Coelho de Mesquita, comandante da 4ª Brigada provisória foi enviado de Uruguaiana, por ordem de David Canabarro, para juntar-se e ficar às ordens de Antônio Fernandes Lima. Nessa condição, viu os paraguaios cruzarem o rio Ibicuí em direção a Uruguaiana. Ao juntar-se à Brigada de Fernandes Lima, teria levado ordens superiores para acoessar os invasores. Após a batalha do Botuí, teriam marchado na retaguarda paraguaia até Itaquí e depois até o passo de Santa Maria, no rio Ibicuí, onde, por ordens superiores, sustentaram “um fogo vivíssimo” de manhã até o pôr do sol. Isso não impediu a passagem dos paraguaios. Disse ignorar “os motivos que houveram [sic] para que não fosse atacado pela frente.”⁴⁶⁰ Ataque esse que deveria ter sido comandado por David Canabarro.

As informações dos depoentes que temos visto até aqui são, em questões mais gerais, bastante desconstruídas. Sezefredo Mesquita, por exemplo, calculou as forças de defesa em uns sete ou oito mil homens de cavalaria, com oito canhões “em muito mau estado” e “cerca de 2000 homens de infantaria, tropa irregular.”⁴⁶¹ Análise e informações que não estão isentas de conteúdo político. Presumia que os paraguaios eram apenas seis

⁴⁵⁹ Id.ib.

⁴⁶⁰ MESQUITA, Sezefredo Alves Coelho de. Correspondência a Manuel Marques de Souza. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4.Ob.cit.

⁴⁶¹ Id.ib.

mil e que traziam “6 bocas de fogo”.⁴⁶² A ser verdade, cai por terra qualquer tentativa dos defensores em justificar a inação, já que estariam em maior número e melhor armados.

Em outubro de 1865, após recorrer aos comandantes das Brigadas pertencentes à primeira Divisão, foi a vez de David Canabarro responder aos quesitos, diretamente ao general Caldwell. Já no princípio da correspondência, o antigo comandante buscou justificar-se. Disse que, após as vitórias das forças imperiais em Paysandú e Montevidéu, acreditou “que rarefeito o horizonte a Província estaria salva”.⁴⁶³ Afirmou ter se enganado. Isso, apesar do rompimento de relações entre o Paraguai e o Império e de posse de informações confiáveis de marcha da coluna de Estigarribia sobre a fronteira de seu comando.

David Canabarro justificava sua inação pela diminuta infantaria de que dispunha. Acreditava que se tivessem uns “cinco a seis mil homens de infantaria não havia mais do que marchar e bater o invasor da Província.” Porém, com “dois mil infantes, oito bocas de fogo e cavalaria, por única operação tínhamos de marchar na frente do ‘inimigo’.”⁴⁶⁴ Sobre sua demora nas proximidades do arroio *Ibirocai*, David Canabarro justificou estar à espera da definição do rumo que tomaria a coluna invasora e que somente após a batalha de 26 de junho, no arroio *Botuí*, foi possível ter certeza de que rumavam para Itaquí.

Encerrar em Uruguaiana

David Canabarro, pressionado, justificou não ter disputado a passagem dos rios com as forças paraguaios pois aquela operação apenas resultaria na morte de alguns invasores. Disse que preferira *escoltar* os paraguaios e aprisioná-los em Uruguaiana, sem arriscar a vida dos militares sob o seu comando. Uma péssima estratégia não respaldada pelo comando aliancista, apesar da recomendação de Bartolomé Mitre para David Canabarro não arriscar combate decisivo.

O comandante da 1ª Divisão defendeu ter executado “a parte que tinha no plano dos chefes aliados, isto é, conduzir o ‘inimigo’ a ser batido, nada arriscando.”⁴⁶⁵ Salvo engano, o comandante das armas e o presidente da província desconheciam aquele suposto plano. Segundo David Canabarro, para a execução do planejado, todos teriam que contribuir de alguma forma. Ele propôs que: “Se os russos em 1812, para colher o

⁴⁶² Id.ib.

⁴⁶³ CANABARRO, David. Correspondência ao general João Frederico Caldwell. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 6.Ob.cit.

⁴⁶⁴ Id.ib.

⁴⁶⁵ Loc.cit.

grande exército de Napoleão, queimaram a sua rica capital de Moscou, não é muito que deixássemos queimar algumas casas, pela maior parte cobertas de capim, para colher dez mil paraguaios, aqueles que ousavam, à mão armada, depredar nossa terra, e que deviam pagar bem caro a sua ousadia”.⁴⁶⁶

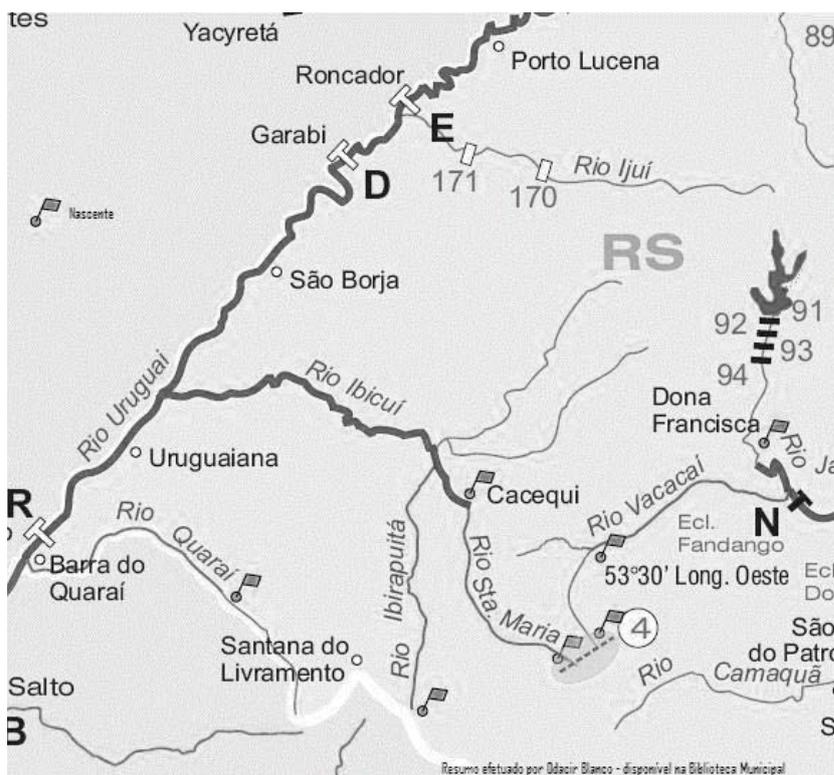
Entre 24 de junho e 14 de dezembro de 1812, o exército francês perdera mais de 400 mil homens para o frio, a fome e, principalmente, para resistência camponesa russa. David Canabarro, isentando-se de culpa, pela vexatória invasão paraguaia na fronteira sob o seu comando, comparou duas realidades muito distintas. Canabarro, ao contrário da estratégia russa, de privar os invasores de alimentação e abrigo, incendiando a cidade de Moscou, teria deixado cavalhadas e o gado ao alcance dos invasores. Em Uruguaiana, foram os paraguaios que, após se abastecerem da comida abandonada pela população que fugia às pressas, destruíram e queimaram a maior parte da vila para obter lenha para aquecerem-se do intenso frio.

Um mal necessário

A argumentação de David Canabarro é, no mínimo, estranha. O comandante da Guarda Nacional, veterano das guerras platinas, ex-farroupilha, com histórico de lutas e combates violentos, “optou” pela passividade frente aos paraguaios, com totais condições de vitória, mesmo tática. Ele relativizou as perdas materiais ocorridas durante as invasões, tratando-as como um mal necessário.

⁴⁶⁶ Loc.cit.

Imagem 14 - Rio Ibicuí



Fonte: RIO IBICUÍ. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Ibicuí

David Canabarro argumentou, com razão, que as ordens de Frederico Caldwell foram cumpridas. Como visto, após os vexatórios conselhos de guerra, onde o próprio comandante da fronteira e outros oficiais opuseram-se aos ataques, o general Caldwell furtou-se em assumir a responsabilidade que era exclusivamente sua, acatando a decisão do conselho. Canabarro estava correto, todas as ordens não dadas, foram eficazmente cumpridas!

A falta de comando de Frederico Caldwell fora utilizada contra ele por Canabarro. O comandante da Guarda Nacional propôs: “V.ex.a., hábil militar, nunca quis assumir a responsabilidade das operações perigosas, consultava aos comandantes das Brigadas e aceitava seus pareceres, jamais pode dizer que foi contrariado”.⁴⁶⁷ Com mesmo argumento, David Canabarro se defendeu das acusações de não ter protegido Uruguaiana. Segundo ele, em 5 de agosto – invasão paraguaia naquela vila – a 1ª Divisão, estava “pronta a entrar em combate, se recebesse ordem”. David Canabarro, em correspondência a Frederico Caldwell revelou que naquele conselho, os únicos que votaram pelo ataque “foram os senhores barão de Jacuí e coronel João Menna Barreto”, ou seja, ele não

⁴⁶⁷ Loc.cit.

esperava ordens para atacar.⁴⁶⁸ David Canabarro evitou o confronto e influenciou os conselhos nesse sentido.

Joaquim Nabuco defendeu David Canabarro. Para o autor, “a prudência de Canabarro na ação [contra os paraguaios] contrastou com a audácia dos seus cálculos”.⁴⁶⁹ Meses antes, aquele general afirmou a autoridades imperiais que as forças sob o seu comando eram suficientes para bater o Exército Paraguai. Ainda segundo Joaquim Nabuco: “A falta mais sensível na invasão do Rio Grande do Sul foi talvez, a ausência de pequenos navios de guerra no alto Uruguai e não haver unidade de direção na defesa”. Para ele, era necessário “um só comando para as forças de terra e de mar, para as que operassem dentro e as que operassem fora do nosso território”.⁴⁷⁰ Unidade de comando que só ocorreria após a batalha de Curupaty, em setembro de 1866, quando da guerra contra o Paraguai.

Pedia tropas e armamentos

Afonso de Assis Figueiredo [1836-1912], visconde de Ouro Preto, em *A marinha d'outrora*, de 1894, defendeu o suposto plano de David Canabarro, de conduzir os paraguaios escoltados até Uruguaiana. Para o ele, liderança liberal, Ministro da Marinha entre agosto de 1866 e julho de 1868, Canabarro era um “hábil estrategista das antigas lutas civis” do “Rio Grande do Sul”.⁴⁷¹ Segundo Ouro Preto, seria possível às forças imperiais disputarem com os paraguaios os inúmeros passos entre São Borja e Uruguaiana, mas se houvesse vitória, “a perda dos ‘inimigos’ não seria completa e total como foi pouco mais de três meses depois em Uruguaiana”.⁴⁷² Tratava-se de argumento totalmente pós-facto. Ou seja, construído após a rendição em Uruguaiana.

José Maria da Silva Paranhos Júnior [1845-1912], barão do Rio Branco, em notas à obra de Louis Schneider, propôs que David Canabarro “houve-se prudentemente não atacando os paraguaios”. Rio Branco, filiado ao Partido Conservador, criticou a condução inicial da guerra, pelo Ministério Liberal. Segundo ele, “desde fevereiro” Canabarro pedia “alguns batalhões de infantaria e armamento para a cavalaria da Guarda Nacional, assim como a subida de três canhoneiras”, para proteger a fronteira.⁴⁷³ Os reforços chegariam

⁴⁶⁸ Id.ib.,p.23.

⁴⁶⁹ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império*. Ob.cit.p.222.

⁴⁷⁰ Loc.cit.

⁴⁷¹ OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora*. Ob.cit.p.204.

⁴⁷² Id.ib.,p.205.

⁴⁷³ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império*. Ob.cit.p.222.

“só em fins de agosto, depois que o rio encheu três vezes, subiram até Uruguaiana três pequenas canhoneiras, quando desde março deviam estar entre este ponto e São Borja”⁴⁷⁴

David Canabarro foi criticado por não hostilizar os invasores. Sobre isso, Rio Branco avaliou que “seria possível disputar a passagem do [rio] Ibicuí e mesmo repelir o ‘inimigo’, mas ele salvaria quase todo o seu exército.” Segundo ele, Canabarro preferiu “esperar a chegada dos reforços” “para que a perda do ‘inimigo’ fosse total”.⁴⁷⁵ Isso não justifica a inoperância de Canabarro.

Durante aquela invasão, o general João Caldwell chamou por três vezes o conselho de oficiais para deliberar sobre ações militares defesa.⁴⁷⁶ Ele consultou os comandantes de divisões e brigadas quando da possibilidade de atacar os paraguaios na passagem do rio *Ibicuí*, depois na passagem do rio *Toropasso* e durante a marcha invasora a caminho de Uruguaiana. Em resposta ao Ministro da Guerra, em 11 de dezembro de 1865, quando não ocupava mais o cargo de comandante das armas da província, João Frederico Caldwell afirmava que David Canabarro opôs-se desde logo a um ataque aos paraguaios quando estes cruzavam o rio Ibicuí. O brigadeiro teria argumentado sobre “a inconveniência de atacar o ‘inimigo’ e dos males incalculáveis que disso poderiam resultar à província”.⁴⁷⁷ Segundo Caldwell, Canabarro esperava um reforço de 1.500 homens, provavelmente do exército em operações no Uruguai, ao que com ele concordavam os coronéis Ourives e Valença.

Pedro de Abreu também se referiu aos conselhos de guerra chamados por Frederico Caldwell para deliberar sobre o ataque aos paraguaios durante a marcha. Ele confirmou que houve diferenças de posicionamentos durante o conselho e que sua tese, de que deveriam atacar os invasores, foi vencida. O oficial atribuía a derrota de sua proposta à “influência (de Canabarro) que destruía ‘nossas’ esperanças e o ‘nosso’ mútuo propósito de darmos um choque forte no ‘inimigo’, do qual talvez resultasse a sua total exterminação”. Por fim, declarava que “a entrega das ‘nossas’ povoações e mormente a última (Uruguaiana), sem sequer arrebatarem-se e destruírem-se os mantimentos que nesta, assim como nas outras existiam, foi uma verdadeira calamidade nacional; quer em

⁴⁷⁴ Loc.cit.

⁴⁷⁵ Id.ib.,p.223.

⁴⁷⁶ FRAGOSO, Tasso. História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.Ob.cit.

⁴⁷⁷ CALDWELL, Correspondência de João Frederico. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.18.

sentido estratégico e político, quer no das conveniências de moralizar a ‘nossa’ força e alentar as esperanças da província”.⁴⁷⁸

Tropa desqualificada

Valendo-se do resultado da batalha de Ituzaingó, grande derrota imperial diante das forças argentinas, em 20 de fevereiro de 1827, no contexto da independência uruguaia, João Frederico Caldwell justificou que discordava da opinião de David Canabarro, mas temia que se repetisse o ocorrido naquela batalha histórica. Justificava a ascendência das ideias de Canabarro sobre as suas propondo que a tropa imperial era desqualificada. “A qualidade que distinguia essa tropa era, em geral, o pouco ou nenhum conhecimento do serviço militar e alheio a profissão das armas”.⁴⁷⁹

O efetivo da 1ª Divisão ligeira, sob o comando de David Canabarro, era de aproximadamente sete mil homens, pouco mais ou menos, dispersos em diversos pontos da fronteira. Uma vez reunido, esse efetivo tinha reais condições de bater os invasores. A máxima militar de que no ataque deve-se garantir pelo menos a proporção de três para um, válida em circunstâncias de terrenos normais, não se aplicaria ao caso em questão. O trajeto percorrido pelos paraguaios era cortado por rios e arroios que dificultavam a passagem. Nessas circunstâncias, era presumível que a força de defesa em igual número promovesse o ataque.

No momento em que o Exército Paraguaio já estava sitiado em Uruguaiana e a comitiva imperial deslocava-se pelo território do Rio Grande do Sul para o teatro de operações, eram evidentes as responsabilidades do general David Canabarro. Por isso, o comandante das armas da província, João Frederico Caldwell, que teve sérias divergências com aquele velho comandante da Guarda Nacional, obteve resposta positiva do Ministro da Guerra para o “demitir do comando” que exercia. Tal procedimento não era simples, pois tratava-se de um dos mais experientes e prestigiados militares rio-grandenses e do Império. Ângelo Muniz advertia a João Caldwell para que tivesse “a maior prudência e discrição no uso desta autorização” e ainda que comunicasse a decisão “ao tenente barão de Porto Alegre”.⁴⁸⁰ No mesmo dia, em correspondência direta ao barão de Porto Alegre, ele autorizou aquela e qualquer outra demissão que ele julgasse necessária.

⁴⁷⁸ Id.ib.,p.17.

⁴⁷⁹ Loc.cit.

⁴⁸⁰ FERRAZ, Correspondência de Ângelo Muniz da Silva Ferraz . Em: Documentos relativos à invasão[...]Ob.cit.p.11.

Em 27 de setembro de 1865, o Ministro da Guerra mandou publicar longa apreciação dos fatos ocorridos na província após a invasão paraguaia. Esse texto foi publicado na ordem do dia nº 21, de 3 de outubro, do 2º Corpo do Exército. Nele, o governo tornava pública a acusação ao brigadeiro David Canabarro e sua responsabilidade pela invasão. O texto desacreditava da explicação fornecida por aquele general de que havia um plano combinado com Manuel Luís Osório e com Bartolomé Mitre para não atacar os paraguaios. Desacreditava alegando que não era possível “haver algum plano razoável ou salutar que deixasse o passo livre ao ‘inimigo’ para entrar, marchar sem resistência ou incômodo sério, devastar o território de uma nação no extenso perímetro que percorreram.”⁴⁸¹

Nessa mesma comunicação, o governo imperial, através do Ministro da Guerra, ordenava que o Manuel Marques de Sousa [1804-1875] submetesse o general David Canabarro e os coronéis Antônio Fernandes Lima e Antônio Xavier do Valle (comandante da Guarda Nacional de Uruguaiana) a Conselho de Investigação e, posteriormente, a Conselho de Guerra. Também, nesse mesmo momento, ordenou que uma comissão de engenheiros procedesse investigação minuciosa dos passos e do trajeto feito pelo Exército Paraguaio.⁴⁸²

Afastados do serviço

Em função da constituição da comissão de investigação, os investigados David Canabarro e Antônio Fernandes Lima foram substituídos interinamente de seus cargos. Autorizou-se que se recolhessem a suas casas e aguardassem a reunião dos membros do conselho que deveria ocorrer em São Borja. Em janeiro de 1866, Fernandes Lima solicitou ao comandante do Exército em Operações no Rio Grande do Sul, Manuel Marques de Sousa, para “para como simples Voluntário da Pátria, ir empenhar uma carabina, quando pisar nosso Exército o solo dos vândalos [sic], que ousaram vir conspirar com suas plantas e heroico torrão missioneiro.”⁴⁸³ Em 12 de fevereiro de 1866, a 2ª Seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, no Rio de Janeiro, respondeu que: “Nas circunstâncias em que se acha o dito Coronel, parece a Secção, que ele não pode ser atendido no que pede.”⁴⁸⁴

⁴⁸¹ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Tenente general Manuel Marques de Souza. Vol.1. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves de Sousa, 1877.p.95.

⁴⁸² ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército[...]Ob.cit.p.96.

⁴⁸³ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

⁴⁸⁴ Id.ib.,

Pelos jornais da província, travou-se outra batalha entre os defensores e os acusadores do general Canabarro. Em novembro de 1865, o jornal *O Bagéense*, de orientação conservadora, publicou longuíssima reportagem com duras acusações àquele comandante. Para o editor, apesar de Canabarro ter contratado bons advogados, sua causa era má, pois os fatos o condenavam. O texto expressava que o povo já sabia e a história iria proclamar “que o general Canabarro foi infiel ao mandato de honra que recebeu, que o general Canabarro traiu o país, que o general Canabarro arrojou às plantas imundas de um ‘inimigo’ selvagem o nome e a glória da província do Rio Grande do Sul”.⁴⁸⁵

O Bagéense acusou David Canabarro de mesmo tendo tido todas as requisições atendidas, ter recebido recursos e homens, ter-se lhe autorizado contrair crédito e ter recebido autorizações para afastar dos comandos da Guarda Nacional todos os seus antagonistas, enfim recebeu “carta branca para operar como entendesse”, mesmo assim não o fez.⁴⁸⁶ O texto destaca que Canabarro, com os meios de que dispunha, chegou a assegurar ao governo que enfrentaria e venceria os paraguaios viessem quantos fossem em direção ao Rio Grande. Quanto à preparação das forças que comandava, o periódico acusava David Canabarro de não exercitar “sua gente”, não lhes dar “instrução” de espécie alguma e não os ocupar em qualquer “manejo”. Pelo contrário, dizia o texto, “licenciou a todos os seus soldados da Guarda Nacional, ficando apenas com a tropa de linha”.⁴⁸⁷

O texto faria acusações ainda mais graves contra David Canabarro. Segundo o periódico, o comandante foi corrupto e se apossou de dinheiro público indevidamente. A corrupção, aliás, foi comum durante o conflito com o Paraguai e, seguramente, anterior a ele. David Canabarro teria recolhido, da pagadoria militar, soldo para a totalidade de suas forças, no entanto, grande parte estava e permaneceu, longo tempo, licenciada. O uso de *laranjas* para fraudar os cofres públicos era tradicional. A esse respeito, um fato relatado pelo então presidente da província, João Marcelino de Souza, chama a atenção.

O então comandante da 1ª Divisão teria questionado aquele governante se a tropa receberia a *etape* em dinheiro ou gêneros alimentícios, caso acampasse em algum local estratégico.⁴⁸⁸ Recebeu como resposta que o pagamento seria em dinheiro.

⁴⁸⁵ COMUNICADO. Jornal *O Bagéense*: folha política, comercial, literária e noticiosa. 16 de novembro de 1865, ano III, nº 14, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=813478&pasta=ano%20186&pesq=> Acesso em abr. 2019.

⁴⁸⁶ COMUNICADO. Jornal *O Bagéense*. Ob.cit.p.1.

⁴⁸⁷ Id,ib.

⁴⁸⁸ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul.Ob.cit.

Coincidentemente ou não, Canabarro ficou estacionado por longos meses em local que julgava estratégico, nas proximidades de sua estância. Ainda a respeito dos recursos públicos a cargo do general, *o Bagéense* assegurou que Canabarro: “Contratando os fornecimentos de sua divisão por sua conta e risco, enxotando com arrogância os agentes do fornecedor contratado pela presidência, vendia para a mesquinha alimentação da tropa até o último terneiro magro de sua estância.”⁴⁸⁹

Sem soldados

O longo texto segue analisando as responsabilidades de David Canabarro naquela operação e a incapacidade do mesmo de proteger a fronteira. Com isso, os paraguaios invadiram a província e permaneceram nela quase três meses. No que diz respeito a disputa dos passos ao exército invasor, o jornal afirma que o comandante não o fez por que “seus soldados não estavam com ele.” Estavam licenciados. Teria sido preciso reuni-los novamente, enviar correspondências aos oficiais e, às pressas, organizá-los.⁴⁹⁰

Os correligionários do general David Canabarro não demorariam em fazer publicar nos jornais a defesa do militar. Em 17 de dezembro de 1865, no jornal *O Comercial*, de Rio Grande, foi publicado um extenso texto sobre o título de “Comunicado” em defesa não somente de David Canabarro, mas também de Antônio Fernandes Lima e do major do Valle. O mote do texto é a refutação, ponto a ponto, do aviso do Ministério da Guerra, de 27 de setembro, do mesmo ano. Esse ato governamental sujeitaria os oficiais em questão a conselhos de investigação e de guerra.

O primeiro ponto de contestação foi a afirmativa do referido aviso de que a invasão paraguaia nas fronteiras do Rio Grande do Sul era há muito tempo sabida. Tema esse já pacificado pela historiografia que já elencou material e análises suficientes para garantir isso. No entanto, o centro da crítica é o fato de que se o governo imperial sabia dessa ameaça com bastante brevidade, porque não a protegeu de forma eficiente. O artigo questiona: “Se o governo previa a invasão como deixou de colocar no lugar da presumível passagem do ‘inimigo’, a força precisa para obstá-la”.⁴⁹¹

No decorrer do texto, quem o escreve detém-se nas minúcias e nas contradições das ordens imperiais. Baseando-se na própria fala do Ministro no referido aviso, de que

⁴⁸⁹ COMUNICADO. Jornal O Bagéense. Ob.cit.p.1.

⁴⁹⁰ Id.ib.

⁴⁹¹ COMUNICADO. Jornal O Comercial. Rio Grande, 17 de dezembro de 1865, ano 9, nº 286.p.2.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=813494&pasta=ano%20186&pesq=>> Acesso em 11 de abr. 2019.

as forças de defesa se encontravam mal armadas e malvestidas, o autor do texto ironiza que se, ao invés de demitir aqueles militares, o Ministro não deveria pedir desculpas ao exército. O texto sugere que a emissão do referido aviso tinha como objetivo punir aqueles com quem o Ministro tivera desentendimento anos antes quando no cargo de presidente da província. Segundo o periódico: “Os interesses baronianos [referente ao Barão de Porto Alegre e seus correligionários] requeriam que fosse sacrificado o general Canabarro”.⁴⁹² Referia-se aos partidários do Partido Liberal Progressista, liderado por Manuel Marques de Sousa, inimigo político de Canabarro.

Ao refutar a crítica feita, no aviso, do lugar onde Antônio Fernandes Lima acampou com sua força, o Passo das Pedras no rio Ibicuí, em Itaqui, o texto ataca a gritante diferença entre o soldado e o burocrata político.

Verdade seja dita que o local do acampamento para uma pessoa no caso o sr. Ministro, que jamais sofreu o rigor da intempérie, é coisa muito secundária. Homens que mesmo em primorosos salões tem riquíssimas estufas, olham com indiferença para o pobre soldado que sem uma coberta suporta dias e noites de vento e chuva.⁴⁹³

Abismo social

Mesmo que o objetivo dessa argumentação não fosse a defesa do soldado que, de fato, passava duras privações, ela não deixou de escancarar o abismo de desigualdade da sociedade imperial. O artigo seguia desqualificando o aviso e defendendo os acusados.

Em 31 de janeiro de 1866, houve ordem do presidente da província do Rio Grande do Sul para que o tenente-coronel Feliciano Ribeiro de Almeida, assumisse o comando da Guarda Nacional de Alegrete, Uruguaiana e Santana do Livramento, no lugar de David Canabarro.

Em abril de 1866, foi nomeado para presidir o conselho de guerra – suspenso no ano seguinte por conveniência política – o marechal de campo Francisco d’Arruda Câmara, militar do Exército Imperial que combateu os revoltosos farroupilhas.⁴⁹⁴ Ainda em 1866, novo presidente foi nomeado, marechal de campo Francisco Antônio da Silva Bittencourt. Esse deu parte de doente e não assumiu. O governo imperial então nomeou o brigadeiro reformado Olivério José Ortiz que, por sua vez, julgou-se incapaz de ir à capital da província presidir o conselho, em função de seu estado de saúde.

Frente a isso, o governo provincial não dispunha de outro oficial para nomear, visto que o também brigadeiro reformado José Maria da Gama Lobo d’Eça, único que

⁴⁹² COMUNICADO. Jornal O Comercial. Rio Grande, 17 de dezembro de 1865, nº 286.Ob.cit.p.2.

⁴⁹³ Id.ib.,

⁴⁹⁴ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército[...]Ob.cit.p.184.

poderia cumprir os requisitos para o cargo, igualmente estava doente.⁴⁹⁵ Dessa forma, não havia quem presidisse o tal conselho. A escassez de oficiais graduados, na província em função da guerra e a pouca disposição dos que nela permaneceram, em presidir o Conselho de investigação a que responderia Canabarro e outros, fez retardar os trabalhos. Os processos nunca chegaram a ser julgados, inicialmente em função da impossibilidade de se reunir os conselhos e, posteriormente, em função de anistia concedida pelo governo imperial.

O impasse se arrastou até 20 de outubro de 1866, quando após a derrota aliancista em Curupaty, o governo imperial ordenou “sustar os processos do Brigadeiro honorário David Canabarro e Coronel Fernandes, fazendo-os reverter aos lugares que ocupavam antes de haverem sido mandados processar”.⁴⁹⁶

Em 1867, por ocasião da preparação do 3º Corpo do Exército, formado quase exclusivamente no Rio Grande do Sul, o governo imperial determinou a abolição dos conselhos de guerra. A medida visava conseguir maior auxílio possível para novas organizações de forças. David Canabarro foi novamente chamado às armas para contribuir nas reuniões.⁴⁹⁷ Além disso, voltaria a comandar a fronteira de Missões e Quaraí até sua morte, no mesmo ano.

Injustificável

O Exército Paraguai invadiu e destruiu as três vilas da fronteira sudoeste da província. Permaneceu longo período marchando por esse território, cruzou rios e arroios de difícil transposição até Uruguaiana. Isso ocorreu em 5 de agosto onde permaneceu até a metade de setembro de 1865. Nada justifica um exército estrangeiro com tamanhos problemas como o paraguaio marchar por tanto tempo sobre a província sem ser sequer ameaçado.

As autoridades da província do Rio Grande do Sul não se entenderam quanto ao que deveria ser feito. Alguns, seguindo suas próprias convicções e interesses particulares, preferiam não operar. Outros, que tinham sobre si a responsabilidade legal de comandar as operações, abdicaram dela, comprometendo a defesa. O resultado se viu no aspecto militar e social. Uma operação, que durou pouco mais de quatro meses, registrou, em

⁴⁹⁵ CUNHA, Antônio Augusto Pereira da. Correspondência ao Ministério da Guerra. Em: ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

⁴⁹⁶ CORRESPONDÊNCIA do presidente da província do Rio Grande do Sul ao Ministério da Guerra. Em: ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁴⁹⁷ AHRS. CANABARRO, Correspondência de. 1866. Autoridades Militares, maço 191.

território sul-rio-grandense, apenas uma batalha, do rio Botuí. Depois disso, ocorreram pequenos enfrentamentos sem maior importância. O caminho ficou livre para a marcha do Exército Paraguai.

A invasão e a longa permanência paraguaia resultaram em tragédia. O saque e destruição das vilas deixaram grande prejuízo aos moradores, sobretudo para os segmentos empobrecidos que não dispunham de recursos para reconstruir suas casas e comprar os bens perdidos. A ampla mobilização e recrutamento forçado provocaram prejuízos, igualmente, econômicos às famílias pobres. Pais, filhos e maridos, muitos deles arrimos de família, foram tirados de casa para lutar em uma guerra estranha. Muitos, para tentar escapar do recrutamento, desertavam. Quando capturados, eram submetidos a duras penalidades. As doenças, a fome e o frio levaram à morte muitos daqueles soldados, enquanto os responsáveis pela defesa, não efetuada, sequer foram punidos.

4.3 O governo provincial, comprometido com os liberais

Entre 2 de maio de 1864 e 20 de julho de 1865, o paulista João Marcelino de Sousa Gonzaga governou a província do Rio Grande do Sul. João Marcelino, nomeado pelo gabinete Liberal, assumira a presidência do Rio Grande do Sul em lugar de Patrício José Correia da Câmara - então vice-presidente de Esperidião Eloy de Barros Pimentel - que governou a província sulina entre 29 de março e 02 de maio de 1864. A época de sua nomeação, seria homem de meia idade; fora deputado provincial em São Paulo e presidente da província de Alagoas, até fevereiro de 1864. João Marcelino fora exonerado da presidência alagoana em 20 de fevereiro, apenas uma semana após a exoneração de Esperidião Pimentel, da presidência do Rio Grande do Sul, ambos a pedido.⁴⁹⁸

A nomeação de João Marcelino, pelo apenas criado gabinete Liberal, para governar a principal região militar do Império, em vias de entrar em guerra contra o Uruguai e o Paraguai, foi um completo desastre. Alheio às questões militares, seu governo foi inepto, no respeito à organização para os conflitos. Além disso, surgiram diversos casos de corrupção e desvios de dinheiro público envolvendo pessoas próximas ou por ele nomeadas para cargos importantes da administração.

Ao que parece, João Marcelino foi nomeado com uma importante missão, consolidar o apoio da classe proprietária do meridiano da província para as guerras contra

⁴⁹⁸ A ACTUALIDADE, Jornal da tarde. Atos Oficiais: Ministério do Império. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1864.p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235296&PagFis=2546&Pesq=rio%20grande%20do%20sul>. Acesso em 14 out. 2019.

o Uruguai e, principalmente contra o Paraguai. Em 18 de maio de 1865, há apenas alguns dias no cargo, o governante viajou pela Região Sul do Rio Grande.⁴⁹⁹ João Marcelino teria permanecido por cerca de um mês por aquelas na Campanha, a princípio, costurando acordos com a classe proprietária, em especial com os setores ganadeiros e charqueadores.

Em novembro de 1864, às vésperas da ação militar imperial contra o Uruguai, o governante transferiu a sede do governo para Pelotas, centro charqueador e importante reduto político liberal. Para ele, a sua transferência, do Secretário e de alguns empregados da secretaria, era de “grande conveniência”.⁵⁰⁰ Dias depois, solicitou ao governo imperial e teve autorização para utilizar um conto de réis (1:000\$000) no aluguel da sede do governo e na compra de mobiliário em Pelotas.⁵⁰¹ Quase cinco meses depois, em 11 de maio, um mês antes da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul, pela fronteira de São Borja, no Oeste, João Marcelino voltou a governar da capital da província.

A questão com o Uruguai havia terminado em 20 de fevereiro de 1865. João Marcelino não tinha motivos para permanecer no Sul. Enquanto isso, a província estava completamente à mercê da invasão dos paraguaios. O presidente da província não conhecia a realidade dos fatos, nem cogitou ir à região da fronteira do rio Uruguai comandar *in loco*. Preferiu confiar cegamente em David Canabarro que estava redondamente enganado. A 2ª Divisão Ligeira do Exército, comandada pelo barão de Jacuí deveria estar há tempos guarnecendo as cercanias de São Borja e Uruguiana, no entanto, por ordem do presidente, se demorou na Fronteira Sul.

A administração de João Marcelino se desgastara. Em 20 de maio, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ignorando o retorno da sede do governo à Porto Alegre determinou que retornasse “à sua residência para a capital, para melhor remessa de petrechos bélicos e movimentos das tropas para os pontos convenientes”.⁵⁰² Era tarde demais. Menos de um mês depois, o Rio Grande do Sul foi invadido e João Marcelino nada havia feito para impedir.

⁴⁹⁹ GONZAGA, João Marcelino de Sousa. Ofício ao Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do Conselho de Ministros, 15 de maio de 1864. ANRJ – IJ 1 586. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864 (janeiro-dezembro)

⁵⁰⁰ GONZAGA, João Marcelino de Sousa. Ofício ao Conselheiro José Liberato Barroso, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, 29 de novembro de 1864. ANRJ. IJJ 9 454. Ministério do Império. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864-1867.

⁵⁰¹ GONZAGA, João Marcelino de Sousa. Ofício ao Conselheiro José Liberato Barroso, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, 15 de dezembro de 1864. ANRJ. IJJ 9 454. Ministério do Império. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864-1867.

⁵⁰² GUERRA, Avisos expedidos pelo Ministério da. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.4.

Homem errado

Em 5 de março de 1865, em ofício confidencial, o presidente da província confirmou informações passadas anteriormente ao governo imperial “quanto a segurança e tranquilidade da província”. Terminou a correspondência afirmando nunca ter acreditado “que os paraguaios tomassem a ofensiva nas fronteiras d’esta província” e que eles deveriam estar receosos “das forças que estão reunidas nessas fronteiras”⁵⁰³ Na mesma correspondência, reiterou que nas fronteiras de Quaraí e Missões, não havia novidades; repassou ao governo imperial falsas notícias recebidas da fronteira, de que o Exército Paraguai não invadiria a província.

O despreparo e o desprezo das autoridades provinciais, por aquele conflito, se evidenciaram com a invasão da província por forças paraguaias, em junho de 1865. Francisco Felix Pereira da Costa creditou a invasão paraguaiá à desorganização militar que imperava no Rio Grande do Sul. O presidente da província não era afeito à arte militar, limitava-se a reproduzir as ordens do Ministério da guerra. O Ministro titubeou em não ordenar pronta organização de um exército na província e as operações foram mal coordenadas pelo general Frederico Caldwell, que enfrentou forte resistência dos comandantes locais da Guarda Nacional.⁵⁰⁴

A respeito da condução dos assuntos militares no Rio Grande do Sul, desde 8 de julho de 1865, o diplomata imperial no Prata, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, já chamava a atenção, em correspondência ao Ministro da Guerra, da necessidade de “um bom general que ali desenvolva e dirija a defesa da província”.⁵⁰⁵

Em 20 de maio, como uma das suas primeiras medidas no cargo, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, sugerira a João Marcelino de Souza Gonzaga que, naquela época, residia em Pelotas, no sul da província, centro charqueador e chão dos liberais, que retornasse “à sua residência para a capital, para melhor remessa de petrechos bélicos e movimentos das tropas para os pontos convenientes”.⁵⁰⁶

Na mesma correspondência, o Ministro, que certamente acompanhou a celeuma em torno da proteção da fronteira, nas constantes correspondências trocadas entre aquele ministério e o governo provincial, julgou ser injustificada “a falta de forças sobre a fronteira de Missões”. Ordenava imediatamente a marcha de toda força disponível,

⁵⁰³ GONZAGA, João Marcelino de Souza. Ofício ao governo imperial. ANRJ. Códice A I 1 587.

⁵⁰⁴ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Ob.cit.p.211-212.

⁵⁰⁵ Id.ib,p.,341.

⁵⁰⁶ GUERRA, Avisos expedidos pelo ministério da. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.4.

“deixando apenas guarnições em alguns pontos da fronteira”.⁵⁰⁷ O antigo Ministro, visconde de Camamú, já havia ordenado, em 6 de abril, o envio para algum ponto da fronteira, com pastagem e mato, todas as forças das três armas para estabelecer um campo de instrução.

Finalizando o aviso, Ângelo Muniz, advertira o governante sobre o não cumprimento de seus deveres. A respeito da concentração de forças na Fronteira Sul, julgava “exagerados os receios de uma invasão do ‘inimigo’ pelo lado de Jaguarão” e, se ocorresse, teriam condições humanas e bélicas para reprimi-la. Advertia que se algo ocorresse na província e o presidente não tivesse “tomado todas as providências para a concentração das forças sobre a fronteira de São Borja” deveria rever e avaliar sua responsabilidade e de seus delegados.⁵⁰⁸

É possível que o Ministério da guerra e mesmo o governo imperial soubessem ou desconfiassem da forte ligação que se estabeleceu entre o governo provincial e a classe proprietária do meridiano do Rio Grande. João Marcelino fora indicado pelo gabinete Liberal e na presidência representava antes de tudo os interesses dos partidários liberais rio-grandenses, concentrados, em sua maior parte, na metade Sul da província e eram representados basicamente pelos criadores de gado, proprietários de terra e cativos e charqueadores com fortes ligações com a Banda Oriental.

Em 31 de maio de 1865, João Marcelino de Souza Gonzaga, presidente da província do Rio Grande do Sul, em correspondência a Ângelo Muniz da Silva Ferraz, justificava o não envio da 2ª Divisão, comandada por Francisco Pedro de Abreu, para a fronteira de Missões. Segundo ele: “entre o coronel barão de Jacuí e o brigadeiro Canabarro não há boas relações, e, sendo este o comandante da fronteira do Uruguai e das forças todas que ali estão reunidas, podem aparecer conflitos e desinteligências prejudicando o serviço”.⁵⁰⁹ O presidente da província escusou-se de garantir a efetiva proteção da região ameaçada de invasão sob pretexto de desavenças políticas.

Inconciliáveis

Na mesma correspondência, o presidente retomava sua argumentação e defendia que o general Osório não tinha boas relações com o barão de Jacuí, e, para evitar o constrangimento dele ter que escolher para comandar a divisão de cavalaria um dos dois,

⁵⁰⁷ Id.ib.,p.4.

⁵⁰⁸ Loc.cit.

⁵⁰⁹ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino de Souza. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.40.

preferiu deixá-lo na Fronteira Sul. O argumento por si só é débil, já que era de conhecimento geral no Império as diversas frações políticas existentes no Rio Grande. Qualquer chefe político-militar, escolhido para comandar essa ou aquela força teria diversos de inimigos políticos.

Em 13 de junho de 1865, João Marcelino de Souza informava a Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o estado de organização da província. Para eximir-se de responsabilidades, dizia que “os acontecimentos precipitaram-se e as dificuldades em que se achou a administração desta província foram progressiva e rapidamente crescendo”. Apesar do tempo disponível para organizar a defesa, devido aos sabidos e alardeados movimentos de tropas paraguaias, o governante atestou ter sido surpreendido e, que “as fronteiras do sul e do norte foram ao mesmo tempo ameaçadas”.⁵¹⁰

Na mesma correspondência em que argumentava ao Ministro da Guerra os motivos da invasão e as dificuldades que, segundo ele, teve para obstá-la, João Marcelino, presidente da província do Rio Grande do Sul, denunciava uma possível insurreição geral de trabalhadores escravizados. Segundo ele, foi descoberto um plano insurrecional e “um estremecimento geral fez-se sentir em toda a província”.⁵¹¹ Sobretudo tentativa de insurreições servis foram comuns no Rio Grande do Sul. Durante o conflito, em sua fase inicial no Uruguai, registraram-se alguns intentos.⁵¹²

No momento em que escrevia a correspondência ao Ministro imperial, João Marcelino estava encurralado, já que era pressionado pelas autoridades superiores para explicar-se sobre como os paraguaios conseguiram invadir a pretensamente mais militarizada de todas as regiões do Império. Não seria impossível que a divulgação daquela informação servisse para desviar o olhar imperial e, mesmo justificar o não envio de todas as forças províncias para a fronteira. Justificando seu procedimento, o presidente da província, na mesma correspondência, explicava por que privilegiou a proteção da Fronteira Sul em detrimento da região das Missões.

Primeiro o Sul

João Marcelino avaliou que o Sul estava em maior perigo do que o Norte e, por isso, destinou “o pouco armamento que havia para armar os corpos que destinavam às

⁵¹⁰ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino de Souza. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.48

⁵¹¹ Loc.cit.

⁵¹² Cf. Mário. Pampa negro: Agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul.Ob.cit.

fronteiras de Jaguarão e Bagé”.⁵¹³ Quanto ao provimento dos corpos da região da fronteira de Quaraí e Missões, aludia que as distâncias eram “imensas e os meios de transporte muito morosos”.⁵¹⁴ Eram limitados os caminhos terrestres existentes naquele período no Rio Grande do Sul, prejudicados pelas intensas chuvas registradas naqueles dias, dificultando o abastecimento das regiões mais distantes. Onde era possível, utilizavam-se os meios de transporte fluviais e lacustres.

Tendo em vista que, desde pelo menos janeiro de 1865, as notícias de reais chances de invasão paraguaia circulavam entre os chefes militares e governantes imperiais, não é minimamente aceitável a justificativa de que houve surpresa e, mesmo de que, a situação dos caminhos - transitáveis em épocas de seca, como naquele verão - foi responsável pelo abandono da Fronteira Norte.

O presidente da província queixava-se perseguição política da oposição que, através de jornal circulante em Porto Alegre, acusava-o de não armar os corpos da Guarda Nacional da fronteira. Ele propunha que, aos cerca de seis mil homens da 1ª Divisão do comando de David Canabarro faltariam algumas “espadas e pistolas”, mas que eram armas que “que possuem muitos dos homens da Campanha desta província”.⁵¹⁵ A administração, de um lado, esperava que os soldados satisfizessem suas próprias necessidades, como de costume e, de outro, eles esperavam o provimento do Estado.

A administração de João Marcelino caracterizou-se por sucessivos erros e equívocos de avaliação, sobretudo no período da guerra. O presidente não escondia a preferência em proteger a Fronteira Sul. Em 3 de maio de 1865, finalmente viria a primeira *ordem oficial* da presidência da província para que Francisco Pedro de Abreu se deslocasse em auxílio à força de David Canabarro. A ordem transformou-se em *desordem*. Naquela correspondência, o presidente não escondeu o desejo de que a força de Pedro de Abreu permanecesse no Sul.

Dizia que se Pedro de Abreu concordasse, “apenas faria marchar o coronel José Ourives com a 1ª Brigada em auxílio do Canabarro.” Justificava dizendo que recebia notícias de agitação na Banda Oriental. E, mais uma vez, hesitava em ordenar a marcha. João Marcelino propunha a Pedro de Abreu que, se ele concordasse, iria “adiantar o [coronel José] Ourives com a sua Brigada” até a fronteira do rio Uruguai. Pedro de Abreu deveria permanecer no Sul “até vermos como vai isto por cá.” Encerrava afirmando que

⁵¹³ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino de Souza. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.48.

⁵¹⁴ Id.ib.,p.48.

⁵¹⁵ Loc.cit.

Pedro de Abreu era o homem de sua “confiança para inspirar o respeito a esses castelhanos.”⁵¹⁶

Sem convicção

Em 6 de maio, João Marcelino emitiu ordem para que Pedro de Abreu permanecesse nas imediações de Bagé. As justificativas eram: “As notícias a respeito do Estado das coisas no Estado Oriental”. Com base em eventuais notícias vindas do Uruguai, preferia ter naquelas bandas “um homem de tino e de atividade que me inspire confiança e ao povo”, ou seja, segundo ele, o barão de Jacuí.

João Marcelino, que ainda despachava de Pelotas, região de grande concentração de cativos e a mais rica da província, afirmava que: “Todos reclamam que V.Exa. não se retire daqui. É uma opinião geral que V. Exa. não deve sair daqui destas fronteiras”. Para tanto, ordenou que apenas a 1ª Brigada, sob o comando de José Manuel Ourives, marchasse.⁵¹⁷ O despacho reservado ordenava ainda que o coronel estacionasse sua divisão onde achasse melhor para assim proteger as fronteiras de Bagé e Jaguarão.

A preferência pela proteção da região Sul deixaria a fronteira do rio Uruguai totalmente desguarnecida e vulnerável. Os paraguaios agradeceram! Pedro de Abreu, parecia estar muito mais preocupado com seus negócios, vendendo cavalos para o governo do que propriamente com suas funções de coronel da Guarda Nacional. Por isso, em 12 de julho, mesmo a fronteira do Uruguai estando em mãos paraguaias, o coronel-negociante permanecia na fronteira de Bagé tratando da compra de cavalaria.⁵¹⁸ Ângelo Muniz da Silva Ferraz não compreendia a demora da chegada dos reforços de Francisco Pedro de Abreu à região invadida e exigiu sua imediata marcha para a fronteira com a Argentina. A invasão paraguaia havia se confirmado e, mesmo assim, a 2ª Divisão estava imóvel nas imediações de Bagé. Para o referido Ministro: “Toda a demora dessas forças torna-se injustificável e a presteza ou rapidez de sua marcha é de absoluta necessidade e exigida instantaneamente.”⁵¹⁹

⁵¹⁶ AHRS. GONZAGA, Correspondência de João Marcelino de Souza, 1865. Assuntos militares, maço 205.

⁵¹⁷ Id.ib.

⁵¹⁸ AHRS. Correspondência de Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, 1865. Assuntos militares, maço 183.

⁵¹⁹ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Livraria A.G. Guimarães & C., 1870.vol.2.p.213.

Confirmada a invasão

Em 23 de junho de 1865, praticamente duas semanas depois de confirmada a invasão paraguaia, o presidente da província acusava o recebimento das notícias referentes àqueles sucessos. Naquela correspondência, João Marcelino estranhava o pedido de David Canabarro por mais “cartuchos e espoletas”.⁵²⁰ Dizia que, desde 18 de abril, de Pelotas, expedira carretas com aqueles utensílios para a cidade de Alegrete e não acreditava que não houvessem chegado.

A situação do governante provincial complicava-se com o passar do tempo. Ângelo Muniz da Silva Ferraz, exerceu forte pressão sobre aquele presidente. Em 27 de junho, em longa correspondência, o Ministro acusou fortemente João Marcelino de se opor à formação de novos corpos da Guarda Nacional na província. Afirmava:

Se a falta de instruções que v. Exa. Pediu ao meu antecessor, e que ainda não pude ter conhecimento, serve de base à oposição que v. Exa. Parece fazer, de aceitar os oferecimentos o que me referi no aviso de 20 de maio, visto que só por elas v. Exa. Poderá saber se ainda era necessário levantar mais forças de cavalaria, essa razão foi com prudência desprezada por v. Exa. pelo de haver levantado nesses últimos tempos maior força de que dispunha, inclusive alguns corpos de voluntários que se estão aí organizando. Não procede igualmente a razão que se depreende de algumas expressões de v. Exa., tais como de serem aqueles oferecimentos feitos em despeito, a fim de criar embaraços a organização de corpos anteriormente determinados, por que, não só como v. Exa. referiu, por falta de instruções que solicitou do meu antecessor, v. Exa. não tem intenção de destacar outros corpos da Guarda Nacional e julga a força destacada suficiente, como também por que atualmente tais corpos, com exceção de um ou outro, não se estão organizando.

Seguia afirmando:

Muito menos procedente será a objeção de dar-se maior facilidade na organização de corpos da Guarda Nacional destacada, do que na de voluntários [...] Quanto aos movimentos dos voluntários, v. Exa. labora em um erro. Sendo o alistamento de Voluntários da Pátria medida excepcional, e tendo findado o seu prazo em 7 de maio último, no momento em que o corpo legislativo se achava reunido, não podia v. Exa. a seu arbítrio, reputar em execução, quando lhe aproovesse, decretos, cujas disposições já haviam cessado.

Conclui advertindo:

Os presidentes das províncias não podem a seu bel prazer adiar a execução das leis e decretos do governo. Não obstante isto, tendo pedido e obtido do corpo legislativo a continuação das vantagens concedidas a uns e a outros, não pelos princípios que v. Exa. alega, mas sim por força da autorização do corpo legislativo.⁵²¹

⁵²⁰ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.52.

⁵²¹ GUERRA, Avisos expedidos pelo Ministro da. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.6-7.

Planos frustrados

Recém em final de junho, chegariam à Corte, no Rio de Janeiro, as primeiras notícias extraoficiais da invasão de São Borja. Em correspondência ao presidente da província, o Ministro da Guerra condenou o não cumprimento de suas ordens pelo barão de Jacuí, que deveria estar a muito protegendo a fronteira de São Borja.

Segundo Ângelo Muniz, aquela invasão perturbava “todo o plano de operações assentadas pelas forças aliadas, que contavam ser apoiadas por esse lado, e não haver necessidade de distrair forças com o fim de sustentá-lo”.⁵²² Naquela correspondência, exigia informações oficiais sobre a verdade ou não da invasão. Ele também reiterou que o governo imperial já ordenara terminantemente a concentração de forças naquela fronteira. Ordens àquelas que – se lamentava o Ministro – “não foram cumpridas, não havendo para isso, na opinião do governo imperial, motivos suficientes.”⁵²³

A invasão da província e suas consequências não demorariam a repercutir entre as autoridades. Em 3 de julho de 1865, João Marcelino, em ofício confidencial a João Frederico Caldwell, fazia duras críticas aos comandantes das forças de defesa da fronteira. Segundo ele, “as intensões do ‘inimigo’ sobre as fronteiras do Uruguai eram a muito anunciadas e delas estavam prevenidos os respectivos chefes”.⁵²⁴ João Marcelino defendeu-se alegando que confiava serem as forças de defesa “bastantes para repelir qualquer agressão”.⁵²⁵

Mesmo dispondo de muito tempo para preparar a defesa e assegurar-se de que ela era suficiente, o governante alegou repetidamente em sua correspondência que a invasão fora “surpresa”. Reforçou sua tese argumentando que o comandante da 1ª Brigada, Antônio Fernandes Lima, apenas teve conhecimento da invasão “quando o ‘inimigo’ já operava a passagem do rio”. Diferentemente do que propõe o governante, as forças existentes na fronteira, naquele então poderiam mesmo ser suficientes, desde que estivessem em prontidão para impedir a passagem do Exército Paraguai.

O próprio João Marcelino reconheceu que o grosso das forças de defesa, das armas de infantaria e da artilharia, que julgava a muito organizadas, poucos dias antes da invasão, “ainda estavam nas pontas do (arroio) *Ibirocaí* e no dia 12 (quando se completou a invasão), ainda ocupava o mesmo acampamento”.⁵²⁶ A alegada surpresa era de

⁵²² Id.ib.,p.7.

⁵²³ Loc.cit.

⁵²⁴ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino de Souza. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.62.

⁵²⁵ Loc.cit.

⁵²⁶ Id.ib.,p.63.

conhecimento geral na província, a estratégia de defesa foi falha, as ações morosas e o resultado tenebroso.

As pressões sobre as autoridades civis e militares da província aumentariam a cada dia que as forças paraguaias permaneciam em território sulino. Um dos mais pressionados era o presidente da província, autoridade máxima e grande responsável por organizar, equipar e fiscalizar as forças militares que deveriam defender aquele território. O que mais pesava naqueles primeiros momentos, quando as autoridades imperiais assimilavam o golpe, era a ordem de João Marcelino para que a importante força da 2ª Divisão, comandada por Francisco Pedro de Abreu permanecesse na Região Sul.

Dando explicações

Em 15 de julho, o governo provincial explicava-se ao Ministro da Guerra sobre as acusações de inação que sobre ele pesavam. Em resposta à cobrança sobre a permanência da Divisão Jacuí no Sul, afirmava: “Toda essa celeuma [foi] levantada pelos deputados da província” que esperavam com aquilo “tirar vantagens contra o brigadeiro [David] Canabarro”. Continuava afirmando que os acusadores sabiam que os dois comandantes não eram amigos e, com isso, queriam “explorar a rivalidade que [pretendiam] fazer aparecer entre ambos.”⁵²⁷ Concluía assegurando que a reunião daqueles militares, de sabida inimizade, na fronteira causara sérios problemas. Sobre os militares, afirmava que “cada um [era] mais pretencioso” e não seria o general Caldwell e tampouco o general Bitencourt “que os [haveria] de conter”.⁵²⁸

O governante sustentaria aquela posição, baseada na rivalidade política provincial, como forma de defender-se das constantes acusações. Nesse cenário de acusações e intrigas, João Marcelino trouxe mais atores para a peça. Criticava os deputados provinciais como agentes da discórdia.

A falta de conhecimento militar do presidente da província não o isentava de conhecer as dificuldades por que passavam os efetivos que estavam na província. Chegando ao Rio Grande do Sul, Ângelo Muniz da Silva Ferraz escreveu para José Antônio Saraiva, seu substituto interino na Corte, solicitando com urgência a remessa de utensílios de guerra. Reclamava da “falta de fardamento e de barracas para as forças” que comporiam “o exército em operações na fronteira”.⁵²⁹

⁵²⁷ Id.ib.,p.70.

⁵²⁸ Loc.cit.

⁵²⁹ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas*[...]Ob.cit.p.214.

Em 13 de abril de 1866, na Câmara dos Deputados, Ângelo Muniz da Silva Ferraz defendera-se das acusações de nada ter feito em sua viagem ao Rio Grande do Sul. “As dificuldades eram grandes, não havia cavalhada nem boiada, os animais enfraqueciam e morriam a cada passo, tudo faltava”.⁵³⁰ Segundo Joaquim Nabuco, “em Porto Alegre nada se sabia da fronteira, as notícias às vezes chegavam pelo Rio de Janeiro, não havia recursos de espécie alguma, a desordem, a confusão era de atordoar os mais antigos e capazes administradores”.⁵³¹

João Frederico Caldwell, general do Exército Imperial, era o Comandante Interino das Armas da província do Rio Grande do Sul. Em suas mãos, recaíra grande responsabilidade durante o conflito contra o Paraguai, sobretudo na primeira fase. Deveria, juntamente com os comandantes das divisões do exército, a ele subordinados e com o governo da província, estabelecer um plano de defesa e organizar as forças para obstar a passagem dos invasores. Sua conduta esteve muito aquém do esperado. Deparou-se com dura oposição dos chefes militares locais e não conseguiu impor-se. Chamou conselhos de guerra com os comandantes militares da fronteira de Quaraí e Missões, quando lhe cabia ordenar as ações.

⁵³⁰ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império*[...]Ob.cit.p.268.

⁵³¹ Id.ib.,p.267.

Imagem 15 - João Frederico Caldwell

Fonte: CALDWELL, João Frederico. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/João_Frederico_Caldwell

Às vésperas da invasão do Rio Grande do Sul, não havia grandes preparativos para a sua defesa. Cerca de 40 dias antes da invasão de São Borja, João Frederico Caldwell passava circular aos comandantes superiores da Guarda Nacional de Cruz Alta, Passo Fundo e Santa Maria, ordenando a organização de corpos para entrar em operação quando fosse preciso. Essa ordem veio mais ou menos 15 dias após a invasão paraguaia a Corrientes. Nesse momento, começava a mudar o discurso dos comandantes militares do Rio Grande do Sul se alteraria.

Capítulo 5. - Estrutura militar do Rio Grande do Sul: a preparação para a guerra

Em junho de 1865, pelo Passo de São Borja, na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, efetuou-se a terceira invasão (segunda no Rio Grande do Sul), em sete meses, ao território imperial, por exército estrangeiro, como visto. O que teria tornado o Rio Grande do Sul, principal base militar do Império, presa tão fácil? O governo provincial dispunha de quais recursos para deter o avanço estrangeiro?

Após a invasão paraguaia, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, propôs que “as dificuldades eram grandes, não havia cavalaria nem boiada” e que “os animais enfraqueciam e morriam a cada passo”, em resumo, “tudo faltava”.⁵³² O governo imperial não teria recursos financeiros e homens para proteger as fronteiras, em especial a platina?

Joaquim Nabuco, justificando o vexame dos que deveriam proteger a província, em especial o seu governante, propôs que “em Porto Alegre nada se sabia da fronteira, as notícias às vezes chegavam pelo Rio de Janeiro, não havia recursos de espécie alguma, a desordem, a confusão era de atordoar os mais antigos e capazes administradores”.⁵³³ A documentação aponta o contrário, na capital da província se sabia da situação na fronteira; havia recursos suficientes, tanto de gente, quanto de dinheiro. O país vivia época de crescimento econômico, puxado, sobretudo pelas exportações de café.

As explicações de Ângelo Muniz e Joaquim Nabuco são parciais. Elas não explicam, como a província do Rio Grande do Sul, com milhares de soldados, em sua maioria da Guarda Nacional, foi tão facilmente invadida. No capítulo anterior, analisamos as ações dos principais agentes políticos e militares incumbidos da defesa da província. O desempenho pessoal daquelas autoridades não explica a totalidade dos eventos. Para Mário Maestri, em *Guerra sem fim: A Tríplice Aliança contra o Paraguai: a campanha ofensiva (1864-1865)*, as dificuldades em recrutar e organizar minimamente um exército de não grandes proporções seriam reflexo da condição pré-nacional do Estado imperial, com dificuldade de livrar guerra nacional.⁵³⁴

5.1 Forças da província

A Constituição imperial de 1824 estabeleceu a estrutura militar do Império. Fixou-se três linhas gerais: o Exército, com tropa regular e paga, tinha o objetivo de proteger as

⁵³² NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império*[...]Ob.cit.p.268.

⁵³³ Id.ib.,p.267.

⁵³⁴ MAESTRI, Mário. *Guerra sem fim: A Tríplice Aliança contra o Paraguai: a campanha ofensiva (1864-1865)*. Passo Fundo: FCM, 2017.p.250.

fronteiras. As Milícias, com efetivo estabelecido anualmente, deveriam proteger as comarcas, com os oficiais eletivos. As Guardas Policiais, ou Ordenanças, compostas de gente mais velha, também com efetivo estipulado a cada ano, deveriam proteger as pessoas, mas, em casos excepcionais, como nas guerras, poderiam ser chamadas para reforçar o exército.⁵³⁵

Desde o final do século 18 e durante o 19, o Rio Grande do Sul foi a província mais militarizada do Império. Destaque-se nesse cenário o grande efetivo da Guarda Nacional, de longa data organizada, presente em todas as regiões da província. O Exército de 1ª Linha não era tão numeroso quanto a Guarda Nacional, mas não era insignificante. Ele era disposto para ser expandido quando fosse necessário. Durante o conflito contra o Uruguai e o Paraguai, as províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, por exemplo, enviaram mais homens para o Exército do que o Rio Grande do Sul, 16 mil e 13 mil, respectivamente, contra uns 11 mil. Enquanto a província sulina enviara mais de 30 mil guardas nacionais. Efetivo que outras províncias não alcançaram.

Em 1939, em *Panorama do Segundo Império*, o historiador Nelson Werneck Sodré [1911-1999] avaliou equivocadamente que o recurso humano para o conflito fora insuficiente. “Quando o Brasil iniciou as hostilidades contra o Paraguai, um dos problemas que logo assoberba o governo é a necessidade da formação de novas tropas para acudir o Sul.”⁵³⁶ Ainda segundo o autor, os comandantes de corpos faziam coro pedindo o envio de soldados, mas o problema era “humano”, era “de números”, “de efetivos.”⁵³⁷

Somente do Império, foram levados à guerra mais de 100 mil soldados, ou seja, quase ¼ da população paraguaia, que, na época, era cerca de vinte vezes menor que a imperial. Milhares e milhares de homens, das mais distintas partes do Brasil, apinhados em navios, geralmente fretados, foram conduzidos ao teatro de operações. Entre esses milhares, centenas de cativos libertados.⁵³⁸ Do Rio Grande do Sul teriam partido, no mínimo, 350 libertos e cativos alforriados para serem incorporados ao exército.⁵³⁹

⁵³⁵

⁵³⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia editorial, 1998. 2ª ed., p.79.

⁵³⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Ob.cit.p.79-80.

⁵³⁸ Id.ib.,p..80.

⁵³⁹ RIO GRANDE DO SUL. Documentos da Escravidão, Catálogo seletivo de cartas de liberdade: Acervo dos Tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul. Vol. 1, Porto Alegre: Corag, 2006. p..305; WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Das guerras cisplatinas à guerra contra o Paraguai. Em: *Enciclopédia Rio-grandense*. Ob.cit.p.240.

5.1.1 Exército de Primeira Linha

No final do século 18, no Brasil colonial, organizou-se o exército de primeira linha, profissionalizado. Nele, vigorava a mesma lógica da desigualdade social existente na sociedade.⁵⁴⁰ O alto oficialato era reduto das classes dominadoras, aristocráticas. As camadas inferiorizadas compunham a tropa no geral. Recrutados, em geral, à força entre brancos empobrecidos, mulatos, caboclos e negros forros.

A tropa era um substrato social fortemente discriminado, verdadeiro gado humano. Eram submetidos às durezas da vida militar e amargavam salários miseráveis e sempre atrasados; disciplina despótica; serviço duro; violência física e psicológica; falta de fardamento; alojamento precário etc. Uma vez enfileirados, cumpriam longo período de serviço, em regra de oito a doze anos. Livravam-se do serviço militar os apadrinhados ou quem dispusesse de dinheiro para pagar os *conscritores*.⁵⁴¹

Segundo Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, “a organização militar” constituía a “espinha dorsal da colônia”, era “elemento de ordem e disciplina, auxiliar na garantia da cobrança dos tributos e dos privilégios reais”.⁵⁴² As instituições militares eram fundamentais para a manutenção do *status quo*. As forças armadas são o instrumento repressivo do Estado quando, no processo de evolução da humanidade, verificou-se a impossibilidade de conciliação de classes.⁵⁴³ O Estado, funcionando como um comitê administrativo dos interesses das classes dominadoras, cria tais forças repressivas com o fim de submeter as classes subalternizadas.⁵⁴⁴ Nesse sentido, as estruturas do aparelho de Estado lusitano, com destaque para as de repressão, serviram, em suas colônias, para, em primeiro lugar sustentar e consolidar o domínio colonial e, posteriormente, para assegurar à classe proprietária, sobretudo lusitana, o controle sócio-político-econômico.

No Império, a realidade não mudaria, os altos cargos continuariam nas mãos de uma oligarquia militar oriunda das camadas *aristocráticas*. Durante o reinado de Pedro 1º, a alta oficialidade do Exército continuaria formada por setores lusitanos fiéis ao

⁵⁴⁰ COUTO, Mateus. Tribunais de guerra: castigos e punições nas forças imperiais durante a campanha contra o Paraguai (1864-70). Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, PUCRS. Rio Grande do Sul, p.206. 2016.

⁵⁴¹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Ob.cit.p.222.

⁵⁴² Loc.cit.

⁵⁴³ LENIN, V.I. O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução [tradução revista por Aristides Lobo]. 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.p.27.

⁵⁴⁴ MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 2ª ed. Lisboa: Edições Avante, 1997.p.35. Disponível em:

<https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/1997_manifesto_partido_comunista_editorial_avante.pdf> acesso em jun 2019.

monarca. Parte daqueles setores foi responsável pela guerra da independência. Aos setores das classes dominadoras *tupiniquins* eram reservados postos de menor graduação e as comandâncias das Milícias e Ordenanças.

Durante a Regência (1831-1841), o domínio político retornou às mãos das oligarquias agrárias – domínio esse que fora minguido com a centralização promovida pelo primeiro imperador - sobretudo do Centro-Norte. Nesse contexto, a principal força terrestre do Império, o Exército de Primeira Linha de Pedro 1º, formado, sobretudo, por oficiais e soldados lusitanos, não despertava a confiança das classes proprietárias do Brasil, que necessitavam de sua própria estrutura de repressão.

Para minimizar as chances de um golpe promovido por forças do exército regular, alinhadas ao monarca, o governo regencial dissolveu o exército de Pedro 1º. A nova tropa de linha, agora com supremacia do oficialato imperial, teve efetivo minimizado em comparação com o anterior. O governo regencial, na esteira da descentralização política, exigida por setores das classes proprietárias regionais, promoveu o surgimento de uma força paralela – a Guarda Nacional – sob o comando de oficiais escolhidos entre as oligarquias regionais, como veremos.⁵⁴⁵

Opressão nas fileiras

O Exército era a imagem e semelhança da sociedade escravista imperial, ele replicava as contradições de sua época. Os oficiais, provenientes de famílias abastadas, em geral, proprietários de cativos, reproduziam na tropa a lógica escravista instituída: castigos físicos, regimentais e extra regimentais, como as espaduadas, em número superior ao estabelecido, eram recorrentes.⁵⁴⁶ Além da violação física, os soldados, retirados das camadas mais pobres, eram vexados, humilhados, recebiam pouca e deficiente alimentação e tinham, com frequência, os soldos atrasados.⁵⁴⁷ É crível que o tratamento despótico, comum no exército, fosse aplicado, ao menos em parte, às praças da Guarda Nacional quando *destacada*, ou seja, chamada para prestar serviços no Exército de 1ª Linha, no exterior ou na defesa das fronteiras.⁵⁴⁸

Pertencer aos quadros subalternos da tropa de primeira linha era um desprestígio social e ninguém desejava lá estar, salvo como último recurso de subsistência. Completar os quadros estabelecidos anualmente para a força de linha era dificultoso. Os homens,

⁵⁴⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Ob.cit.p.106.

⁵⁴⁶ COUTO, Mateus de Oliveira. *Tribunais de guerra*. Ob.cit.

⁵⁴⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Ob.cit.p.120-121.

⁵⁴⁸ AHRS. RANGEL, correspondência de Antônio Martins, 1865. Assuntos Militares, maço 183.

entre dezoito e sessenta anos, ou seja, em idade de serem alistados no exército, reagiam de variadas formas ao recrutamento: escondiam-se, desertavam, promoviam revoltas episódicas

Entre 1842 e 1858, o Exército passou por diversas reformas, nenhuma de grande impacto. Os investimentos na diminuta força de primeira linha eram baixos e, às vésperas da Guerra contra o Paraguai, os armamentos eram velhos, bastante usados e mal conservados. À essa época, o governo negociava a compra de grande número de armas na Europa.⁵⁴⁹ Segundo Nelson Werneck, o governo imperial acreditava que “poderia resolver o problema platino apenas a base da tropilha gaúcha”.⁵⁵⁰ Guardadas as devidas proporções, os milhares de guardas nacionais do Rio Grande do Sul foram a força com que o Império fizera, se não toda a campanha, boa parte dela.

Ainda segundo Nelson Werneck, o Rio Grande do Sul apresentava estrutura militar própria. A centralização política e militar nas mãos de grandes estancieiros, que impunham seu domínio a população da Campanha rio-grandense, criou grupos armados que protegeriam o território que era, na verdade, as estâncias dos “patrões”.⁵⁵¹ O autor propõe que, no Rio Grande do Sul, o soldado-peão estaria sempre disposto a proteger a propriedade do fazendeiro. Na realidade, eles lutavam por interesses próprios.

Após guerras pela proteção/apropriação territorial, os militares sulinos eram sempre recompensados com generosas porções de terra pelo governo, fator de estímulo para boa parte daquela gente. Outro aspecto dessa conjuntura eram os laços clientescos de homens armados em torno do proprietário de terras, em troca de benefícios e proteção. Apesar de aparentemente fiéis à *causa* dos fazendeiros, os soldados-peões não eram disciplinados e, não hesitavam em desertar quando queriam.⁵⁵²

Diminuta, mas nem tanto

No Império, em teoria, a base do recrutamento para o Exército era o voluntariado.⁵⁵³ Esses, eram poucos, mesmo com vantagens econômicas. Segundo Paula Cidade, “para preencher os claros do Exército, era preciso caçar nas ruas os desocupados, alistar à força os pretos libertos, aceitar pretos escravos cujos donos quisessem dá-los,

⁵⁴⁹ RELATÓRIO, Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima segunda legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864.p.22.

⁵⁵⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Ob.cit.p.135.

⁵⁵¹ Id.ib.,p.84.

⁵⁵² WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Das guerras cisplatinas às guerras contra Rosas e o Paraguai. Ob.cit.p.163.

⁵⁵³ BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay*. Ob.cit.p.214.

recrutar os vagabundos [sic] que perturbavam o sono da burguesia [sic] com as suas noitadas de álcool”.⁵⁵⁴ Para prover de efetivo o Exército, a lei garantia a organização de “corpos de libertos”, aos moldes do período colonial.

Para completar os efetivos anuais, o governo determinou que, a cada ano, uma porcentagem dos guardas nacionais, entre 18 e 35 anos, seria “sorteada” para o serviço de linha. Os *sortudos* deveriam servir pelo prazo de quatro anos.⁵⁵⁵ Tanto o voluntariado quanto o recrutamento, mediante sorteio, recaiam, sobre a população mais pobre. Para escapar ao serviço, era permitido ao designado pagar uma quantia ou apresentar substituto.⁵⁵⁶ Com esse sistema, muitos libertos eram apresentados como “substitutos”. Durante o conflito contra o Paraguai, a substituição foi amplamente utilizada.

Ao estourar a Guerra contra o Paraguai, o Exército Imperial era uma força pequena. Nunca houve previsão para aumentá-lo. O Estado imperial não suportaria os gastos e não havia função para um exército profissional grande. Mal armado, o contingente de primeira linha estava espalhado pelo território imperial em pequenos destacamentos. O efetivo do Exército era estipulado anualmente pelo governo. Cada província era obrigada a contribuir com determinado contingente.

Em 1861, no Rio Grande do Sul, havia 4,490 homens destacados nas forças de 1ª Linha, entre eles: 1º Regimento de artilharia a cavalo, com seis baterias; quatro regimentos de cavalaria, 2º, 3º, 4º e 5º, com 8 Companhias cada um, com um total de 1.142 homens; cinco batalhões de infantaria: 3º, 4º, 6º, 12º e 13º, com 8 companhias cada um, num total de 2.794 homens e 201 homens da Guarda Nacional destacada no Exército.⁵⁵⁷

Engajamento em alta

No ano financeiro 1862-63, para completar as forças de pouco mais de quatro mil homens, por exigência legal, o Rio Grande do Sul deveria fornecer 104 homens ao Exército de 1ª Linha. Naquele período, 90 homens foram *voluntários* e 79 recrutados. Com isso, o Rio Grande do Sul enviou ao Exército 65 engajados a mais do que o mínimo

⁵⁵⁴ *Apud* SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Ob.cit.p.128.

⁵⁵⁵ Loc.cit.

⁵⁵⁶ AHRs. PEREIRA, Correspondência de José Fernandes dos Santos, 1865. Assuntos militares, maço 190.

⁵⁵⁷ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima primeira legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Marquês de Caxias. 1861. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=329&Pesq=Prisioneiros>. Acesso em 20 Out. 2019.

exigido. Além do Rio Grande do Sul, apenas Amazonas, Espírito Santo, Mato Grosso e Pará superaram a expectativa no envio de homens ao Exército, nenhum deles com número tão excedente quando o da província sulina.⁵⁵⁸ Em 1863, com os mesmos corpos existentes em 1861 e com 225 guardas nacionais destacados, o Exército de 1ª Linha no Rio Grande do Sul era 4.043 homens.⁵⁵⁹ Em geral, o efetivo de 1ª Linha não oscilou muito, permanecendo em torno de quatro mil homens. Cifra bastante expressiva para épocas de paz, que poderia ser rapidamente aumentada pela Guarda Nacional, em caso de necessidade.

Em 1863-64, período que coincidiu com o início das mobilizações para a guerra contra o Uruguai, o Rio Grande do Sul deveria preencher o exército com 103 homens; forneceu 91, 12 a menos do que o exigido. Daqueles, 72 eram *voluntários* e 19 recrutados.⁵⁶⁰ Nesse período, em todas as províncias do Império, o número de homens foi inferior ao exigido pelo governo.

No exercício 1864-65, caberia ao Rio Grande do Sul enviar 109 homens ao Exército de Linha e enviou 124, uma das quatro únicas províncias que superaram as estimativas.⁵⁶¹ Ao iniciar o conflito contra o Uruguai, no Rio Grande, teriam cerca de quatro mil homens do Exército de Linha. Aquele efetivo seria suficiente para enfrentar as tropas *blancas*, no Uruguai. Enquanto isso, na província, milhares de guardas nacionais poderiam proteger as fronteiras de qualquer invasão estrangeira.

No relativo ao ano financeiro 1865-66, o governo imperial estipulou que o efetivo do Exército seria de 18.000 homens. Em dezembro de 1864, o total de homens no Exército de Primeira Linha era de 15.621, muitos com tempo de serviço por expirar. A Secretaria

⁵⁵⁸ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima segunda legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Antonio Manoel de Mello. 1864.p.38. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720950&pasta=ano%20186&pesq=Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em Out. 2019.

⁵⁵⁹ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. 1863. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=329&Pesq>. Acesso em Out 2019.

⁵⁶⁰ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima segunda legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, José Mariano de Mattos. 1864.p.33. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=8596&Pesq=Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em Out. 2019.

⁵⁶¹ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima segunda legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, visconde de Camamú. 1865.p.33. disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=8802&Pesq=Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em Out. 2019.

de Estado dos Negócios da Guerra avaliou que, devido a diversos fatores, incluindo o cumprimento de tempos determinados por lei, seriam necessários 8.687 recrutas para alcançar a meta estabelecida. Caberia à província sulina, de onde milhares de homens já estavam no Exército, completar a força de Primeira Linha com 221 homens; com dificuldade alistou-se 27 *voluntários* e 23 recrutas.⁵⁶² Àquela altura, já estavam formados os corpos 33, 35, 48 e 49 de Voluntários da Pátria.⁵⁶³

Tabela 3 - Militares necessários para o Exército 1865-66

Província	Efetivo
Amazonas	62
Alagoas	236
Bahia	1.229
Ceará	455
Corte	57
Espírito Santo	74
Goiás	188
Maranhão	441
Mato Grosso	103
Minas Gerais	1.433
Pará	222
Paraíba	227
Paraná	91
Pernambuco	1.056
Piauí	152
Rio de Janeiro	823
Rio Grande do Norte	203
Rio Grande do Sul	221
Santa Catarina	122
São Paulo	574
Sergipe	197
Total	8.687

Fonte: ANRJ – IJ 217. Ministério da Guerra. Ajudante general.1864

Em 1867, no Rio Grande do Sul, havia 8.525 militares em operação, entre eles, 41 dos corpos especiais (Corpo de saúde, Estado Maior...); 883, de Primeira Linha; 1.351 voluntários da pátria e 6.250 guardas nacionais.⁵⁶⁴ Aqueles militares, em grande maioria,

⁵⁶² RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1866.p.61. Disponível em: memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=10326&Pesq=provisoriamente%20com%20quem%20o%20possa%20desempenhar. Acesso em 27 Out. 2019.

⁵⁶³ Id.ib.,

⁵⁶⁴ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na Primeira Sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.p.305. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=10326&Pesq=provisoriamente%20com%20quem%20o%20possa%20desempenhar>. Acesso em 27 Out. 2019.

teriam sido levados ao campo de guerra. Naquele ano, teriam sido alistados 31 *voluntários* do Exército e 64 recrutas. Em 1867, fora o 3º Corpo do Exército, que estava em organização na província, teriam ido para o Exército 530 rio-grandenses, entre voluntários da pátria e guardas nacionais.⁵⁶⁵

Em 1868, havia 1.193 rio-grandenses no Exército. Daqueles, 14 dos corpos especiais e 1.177 guardas nacionais destacados, provavelmente no serviço de proteção das fronteiras. Em 1º de fevereiro de 1870, no Rio Grande do Sul, havia 1.985 guardas nacionais a serviço do Exército, na de guarnição das fronteiras.⁵⁶⁶ No ano seguinte, com o fim da guerra, havia 492 guardas nacionais a serviço do Ministério da Guerra. Em 1871, permaneciam no Rio Grande do Sul o 1º Regimento de Artilharia a cavalo; o 3º, 4º e 5º Regimento de Cavalaria e o 3º, 4º, 6º, 12º e 13º batalhões de Infantaria.⁵⁶⁷

Emílio Carlos Jourdan assinalou que, em 1864, já era conhecido “o estado em que se achava o resto de força a que se apelidava de ‘Exército Brasileiro’”.⁵⁶⁸ Aquela narrativa, das dificuldades encontradas no Paraguai e de que o Exército era pequeno, muito forte sobretudo a partir da República, foi retórica dos oficiais de Primeira Linha, para aumentar os contingentes e suas importâncias.

Não necessitava grande exército

De acordo com o historiador militar argentino Juan Beverina [1877-1943], em *La guerra del Paraguay: las operaciones de la guerra en territorio argentino e brasileño, de 1921*, os contingentes do Exército, da Corte e do Rio Grande do Sul, que estavam em melhores condições, também tinham efetivo reduzido e poucos recursos.⁵⁶⁹ Até então, não havia a necessidade de um exército grande e dispendioso. As autoridades militares e

⁵⁶⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na décima terceira legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá, 1868.p.441. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=10606&Pesq=Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em 27 Out. 2019.

⁵⁶⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembleia geral na segunda sessão da décima terceira legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, barão de Muritiba. Rio de Janeiro: Tipografia dezesseis de julho. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=11198&Pesq=Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em 27 Out. 2019.

⁵⁶⁷ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima quarta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, visconde do Rio Branco. Tipografia Universal de Laembert.p.84. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=11198&Pesq=Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em 27 Out. 2019.

⁵⁶⁸ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*. Ob.cit.p..26.

⁵⁶⁹ BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay: Las operaciones de la guerra en territorio argentino e brasileño*. Buenos Aires: Ferrari Hnos, 1921, T. I.p.209.

políticas do Império contavam, quando necessário aumentar as forças do exército, com uma reserva militar gigantesca, a Guarda Nacional, em especial do Rio Grande do Sul. Com ela, o governo esperava rapidamente vencer os *blancos* e os paraguaios. A história foi outra.

O Exército era força de caráter pré-nacional e baseado em moldes da época colonial, com oficialidade formada por uma pretensa nobreza – agora imperial - sem maior treinamento militar.⁵⁷⁰ Era comum que oficiais graduados, pertencentes a uma aristocracia, sequer cumprissem funções militares. Deslocados, serviam em funções civis administrativas.⁵⁷¹

Parcela da historiografia brasileira, de viés *nacional-patriótico*, não reconhece as determinações mais profundas da incompletude das forças imperiais quando da deflagração daquele conflito. Em 2001, o historiador Divalte Garcia, em sua dissertação de mestrado, depois livro, *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*, defendeu que o Império foi surpreendido pelo governo paraguaio. Isto, segundo o autor, levou a que no Império não houvesse “Exército suficientemente numeroso, armado e treinado, nem uma administração militar digna desse nome”.⁵⁷² O Império se preparava para a guerra contra o Paraguai desde a expedição fracassada de 1854-5. Ao invadir o Uruguai, tinha praticamente certeza que o Paraguai atacaria o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul. Em meados de 1864, o visconde de Tamandaré avisara aos presidentes das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul da iminência da invasão paraguaia. As tropas mato-grossenses e rio-grandenses deveriam estar à sua espera.⁵⁷³

5.1.2 Guarda Nacional

A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831, imediatamente após a abdicação de Pedro 1º. Ela nasceu para ser o braço armado dos setores proprietários provinciais.⁵⁷⁴ O governo regencial havia tentado, sem sucesso e transitoriamente, as guardas municipais, assemelhadas às ordenanças, que foram incipientes. De caráter classista, recrutando quadros nos setores que possuíam renda para votar, as guardas municipais, incapazes de fazer frente ao conturbado ambiente de revoltas que se

⁵⁷⁰ HOBBSBAM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. [tradução: Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁵⁷¹ BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay*. Ob.cit.p.209.

⁵⁷² FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanistas-FFLCH; FAPESP, 2001.p.9.

⁵⁷³

⁵⁷⁴ RIBEIRO, José Iran. *A Guarda Nacional e o Império*. Ob.cit.p.59.

desenrolava na época, foram substituídas pela Guarda Nacional. As Milícias e Ordenanças foram extintas.⁵⁷⁵

Para a historiadora Jeanne Berrance de Castro, em *A milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*, publicado em 1977, aquela instituição foi desenvolvida baseada na legislação da sua similar francesa e carregava pretensamente a ideologia liberal estadunidense de “nação em armas”. A Guarda Nacional Imperial se distinguiria da francesa e estadunidense principalmente no que se refere ao seu primeiro período de caráter aparentemente *democrático*. Na França, ela serviu, inicialmente, à burguesia na luta contra a aristocracia e, a seguir, contra o proletariado; nos Estados Unidos, a “National Gard”, após sua recriação no século 19, foi sempre o braço armado dos proprietários.⁵⁷⁶

Oficiais eleitos

Até 1850, os oficiais superiores, médios e inferiores eram escolhidos mediante eleição presidida pelos juizes de paz municipais, entre os *eleitores*; os coronéis e majores eram designados pela presidência da província, nomeada pelo governo central. Por lei, a Guarda Nacional deveria fornecer *destacamentos* para atuar fora dos municípios, defender praças, costas e fronteiras e, em casos excepcionais, fazer escolta de dinheiro, bens nacionais e presos. A Guarda nacional deveria ainda, em auxílio ao Exército, defender municípios conflagrados ou que sofressem ataques de salteadores.⁵⁷⁷

O serviço compreendia ainda as inspeções de quarteirões, guarda da alfândega, serviço de barreiras, sentinela de chafarizes, participar de festividades públicas e religiosas, entre outras.⁵⁷⁸ Ou seja, era importante serviço gratuito de segurança. O governo imperial poderia solicitar destacamento de guardas nacionais por até um ano; os presidentes da província, por até seis meses; os juizes criminais, por até trinta dias e os juizes de paz por, no máximo, vinte dias.⁵⁷⁹

Quando destacada, ou seja, quando subordinada ao Ministério da Guerra, a serviço do Exército de Linha, a Guarda Nacional mantinha sua organização e autonomia, porém passava às ordens do Ministro da Guerra. Os corpos não destacados estavam sob ordem

⁵⁷⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Ob.cit.p.119.

⁵⁷⁶ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.p.13.

⁵⁷⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Ob.cit.p.120.

⁵⁷⁸ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã*. Ob.cit.p.40.

⁵⁷⁹ RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais gaúchos (1825-1845). 2001. 288f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.2001.p.212.

do Ministro da Justiça e dos presidentes da província.⁵⁸⁰ Em algumas regiões, o destacamento de guardas nacionais no Exército era quase permanente devido às tensões e à pequena força de linha existente.

No princípio, deveriam servir na Guarda Nacional indivíduos entre 21 e 60 anos, detentores da renda mínima anual estabelecida. Estavam isentos da qualificação as autoridades administrativas e judiciárias, militares das duas armas (Exército e Marinha), clérigos de ordens sacras, carcereiros, oficiais de justiça e polícia. Em 1832, por pressão das classes proprietárias hegemônicas, decreto imperial ampliaria as isenções e reduziria a idade mínima para dezoito anos.⁵⁸¹ Inicialmente, *autoridades* administrativas e judiciárias, militares do Exército e da Marinha, clérigos de ordens sacras, carcereiros, oficiais de justiça e policiais eram isentos da qualificação para a Guarda Nacional.⁵⁸² No mesmo ano, estipulou-se em cem mil réis a renda mínima anual para ser qualificado guarda nacional.

Em 1842, isentou-se da qualificação para a Guarda Nacional outras atividades econômicas e laborais: “Estabelecimento de lavoura, administradores de fazendas, os mestres de açúcar e aguardente, os arriadores, tropeiros, mestres de barcos, em geral os que tivessem algum estabelecimento de indústria útil.” Também, “o irmão mais velho de órfãos menores, de pai e mãe, o filho único, ou o mais velho dos filhos, os netos de uma viúva, ou de um cego, aleijado ou sexágênio, quando lhes serviam de amparo.”⁵⁸³

Força da classe dominante

A Guarda Nacional foi pensada como um instrumento para as classes proprietárias manterem a ordem e o poder, a baixo custo. Em *História militar do Brasil*, de 1965, Nelson Werneck Sodré destacou o caráter elitista da Guarda Nacional que servia, em sua opinião, como instrumento militar de defesa dos interesses da classe dominante. Como fazia, igualmente, o Exército de Primeira Linha.

Na Guarda Nacional, os “chefes locais de prestígio recebiam, automaticamente, os postos mais altos. O posto de coronel era concebido ao chefe político da comuna, as patentes de capitão a chefes locais influentes, e o conselho de qualificação, que declarava quem devia servir na ativa e quem ficava na reserva, isento de servir na guarda, era

⁵⁸⁰ BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay*. Ob.cit.p.213.

⁵⁸¹ RIBEIRO, José Iran. *A Guarda Nacional e o Império*. Ob.cit.p.61.

⁵⁸² CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã*. Ob.cit.p.24.

⁵⁸³ Id.ib..p.89.

composto, em cada município, de eleitores do 2º grau mais votados, sob a presidência do juiz de paz. Era arma fortíssima nas mãos dos senhores rurais.”⁵⁸⁴

Segundo Jeanne Berrance, “foi pela divisão entre o serviço ordinário e da reserva que a instituição, originariamente democrática, foi viciada por aquela sociedade de classes, de sorte que o serviço da reserva passa a ser um meio de fuga ao recrutamento para a 1ª linha, e até ao serviço ativo.”⁵⁸⁵

À época da guerra contra a república do Paraguai, o efetivo da Guarda Nacional do Império era de uns 440 mil homens.⁵⁸⁶ Isso era praticamente a população inteira do Paraguai. Com o efetivo que possuía, a Guarda Nacional imperial, sozinha, poderia fazer frente a qualquer conflito envolvendo os países vizinhos. Mas, seu progressivo uso apenas como recurso de coerção e constrangimento político, bem como de proteção clientelesca, transformou o uso mais amplo daquela importante força em um grande problema para o governo imperial. Forças sem treinamento, armadas insuficientemente, em serviços penosos e perigosos, longe da família e do trabalho, eram o prato cheio para práticas corruptivas que favoreciam quem pudesse pagar para se livrar do serviço ativo.

Desde 1837, no Rio Grande do Sul, as Juntas de Qualificação e o Júri de Revista da Guarda Nacional deixaram de existir. Isso foi possível devido ao Ato Adicional de 1834, da Regência. O alistamento, para a Guarda Nacional, passou a ser feito por comandantes locais de companhias e, a qualificação, por coronéis de legião.⁵⁸⁷ Isso conferia ainda mais poder aos chefes políticos e militares locais.

A partir de 1850, houve alterações na legislação da Guarda Nacional que permitiram maior controle imperial sobre a instituição.⁵⁸⁸ Seu aparelhamento permitiu que fosse utilizada como força de coerção da facção que estivesse no poder. Os cargos de comandância eram nomeados diretamente pelo presidente da província.⁵⁸⁹ Nas diversas regiões, esses comandantes superiores nomeavam subchefes das localidades que, por sua vez, alistavam homens de sua confiança para os corpos da Guarda Nacional. Assim, a instituição se consolidou como agente do poder político.

⁵⁸⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Ob.cit.p.131.

⁵⁸⁵ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã*. Ob.cit.p.24.

⁵⁸⁶ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo*. Ob.cit.p.286.

⁵⁸⁷ RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais gaúchos (1825-1845). Ob.cit.p.135.

⁵⁸⁸ BRASIL. Decreto nº 670, de 22 de fevereiro de 1850. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/norma/388813/publicacao/15780986> . Acesso em 15 maio de 2019.

⁵⁸⁹ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

Na condição de força subordinada às autoridades policiais e nomeadas pelas autoridades provinciais, atuava “como instrumento de coerção nos processos eleitorais.”⁵⁹⁰ Com isso, chefes políticos locais utilizavam de seus cargos como oficiais da Guarda Nacional para prejudicar adversários, remeter inimigos políticos para lugares distintos, alistar na ativa eleitores de rivais e favorecer aliados políticos.⁵⁹¹ Durante o conflito contra o Uruguai e o Paraguai, em especial durante a invasão ao Rio Grande, o aparelhamento da Guarda Nacional, pela *oligarquia* sulista-foi a grande responsável por aquele desastre.

Ressurgem os conselhos

As alterações na legislação da Guarda Nacional fizeram reaparecer, no Rio Grande do Sul, os Conselhos de Revista e de Qualificação. Esse último, responsável por determinar quem era enquadrado na ativa ou na reserva da referida Guarda Nacional. Se as nomeações dos comandantes eram a arma política dos governos para manter sob seu controle aquela importante força armada e política, para os chefes políticos e militares locais, o Conselho de Qualificação era o instrumento para interferir nas eleições, beneficiar apadrinhados, prejudicar adversários, enfim, um instrumento do poder local. Durante os anos críticos da guerra contra o Paraguai, 1867-1868, se acentuou a instrumentalização política daquela instituição.⁵⁹²

As irregularidades na composição da corporação não eram ignoradas pelas autoridades provinciais que faziam vistas grossas ou não dispunham de força política para alterar a situação. Criar corpos da Guarda Nacional, assim como convocar os da reserva, era ato de ofício do presidente da província. Levando em consideração a não separação entre assuntos públicos e privados, por grande parte dos agentes políticos envolvidos nessas transações, é possível supor que muitos desses atos não fossem necessariamente de fórum público. Quando da mobilização maciça para o conflito contra o Uruguai e o Paraguai, o governo da província rio-grandense chamou às armas todos guardas nacionais da reserva e os da ativa que estavam dispensados do serviço por garantias legais.

Nessa época, a província do Rio Grande do Sul era presidida por João Marcelino de Souza Gonzaga. No caso apenas referido, o presidente da província reconhecia estar

⁵⁹⁰ RIBEIRO, José Iran. A Guarda Nacional e o Império. Ob.cit.p.68;

⁵⁹¹ PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. A construção da ordem fronteira: grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-rio-grandense (1852-1867). 2012. 414f. Tese (doutorado em História), Unisinos, São Leopoldo. 2012.

⁵⁹² ANRJ – IJ 217. Ministério da Guerra. Ajudante general.1864

ciente de que as qualificações da Guarda Nacional eram feitas com “irregularidade e parcialidade”. Dizia ser geralmente reconhecido que nesse processo era “qualificada a maioria dos cidadãos aptos para o serviço ativo da Guarda Nacional.” apesar de, na avaliação do governante, serem os que melhores serviços poderiam prestar nas circunstâncias em que se encontravam.⁵⁹³

Essa era uma medida extraordinária. O presidente a justificava usando a situação belicosa em curso e a formação do exército, a mando do general Menna Barreto, para invadir o Uruguai. Em circular aos Comandantes Superiores da Guarda Nacional, João Marcelino Gonzaga advertia que, todos em condições de pegar em armas, deveriam ser chamados, no entanto, “seria uma violência não justificável obrigar a esse serviço os inabilitados por moléstia e os que estiverem em alguns dos casos especificados no artigo 123 da Lei de 19 de Setembro de 1850.”⁵⁹⁴

Reprimir abusos

Tempo depois, em circular aos comandantes de corpos, o governante exigia a busca de uma “maior justiça possível” para que o serviço de corpos da Guarda Nacional destacados não se tornasse “odioso”, mas “abraçado com patriotismo e boa vontade, reprimindo-se os abusos que se tem dado na classificação dos Guardas Nacionais do serviço ativo para a designação dos que devem compor aqueles Corpos, quando não for suficiente o número dos que voluntariamente se oferecerem”.⁵⁹⁵

Em geral, os guardas nacionais, em tempos de paz, não se opunham ao serviço, sobretudo os que não eram requisitados para tarefas fora de seus municípios. Desde que ficassem perto de suas casas e afazeres e sob o comando de oficiais conhecidos. Assim, poderiam estabelecer formas peculiares de prestar o serviço e não *causavam problemas*.

5.1.3 A Guarda Nacional rio-grandense na Guerra contra o Paraguai

Em 1864, em todo o Império, existiriam mais de duzentos comandantes superiores da Guarda Nacional, graduações alcançadas invariavelmente por ricos proprietários de terra. Nas províncias, em geral, havia divisão geográfico-administrativa da Guarda Nacional, organizada em Comandos Superiores. A exemplo da divisão administrativa das

⁵⁹³ GONZAGA, João Marcelino de Souza. Correspondência do presidente da província do Rio Grande do Sul ao Conselheiro Francisco José Furtado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e presidente do Conselho de Ministros. Em: ANRJ – IJ 1 586. Rio Grande do Sul. Offícios dos presidentes. 1864 (janeiro-dezembro).

⁵⁹⁴ CIRCULAR dos Comandantes Superiores da Guarda Nacional, 19 de dezembro de 1864. Em: ANRJ – IJ 1 586. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁵⁹⁵ ANRJ. IJJ 9 454. Ministério do Império. Rio Grande do Sul. Offícios dos presidentes. 1864-1867.

polícias militares, existentes no Brasil e, vigente atualmente (2020). Cada Comando Superior abrangia, em geral, mais de um município e vila.

Em cada cidade ou vila havia um comando da Guarda Nacional, que, por sua vez, estava subordinado, em tese, ao Comandante Superior da região. A escolha dos comandantes era decisão política dos presidentes das províncias, aprovadas pelo governo imperial.⁵⁹⁶ Não raro, os comandantes tinham rivalidades entre si, o que ocasionara boicotes nas reuniões de soldados, por exemplo.

Em 1865, a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, seria composta de 38.805 homens, e estava dividida em dezesseis Comandos Superiores: O comando superior de Porto Alegre e São Leopoldo, com 5.613 praças; o comando de Quaraí e Santana do Livramento, com 3.688; o comando de Santo Antônio e Conceição do Arroio, com 3.419; o comando de Cruz Alta, com 3.247; o comando de Passo Fundo, com 2.489; o comando de São Borja, com 2.485; o comando de Triunfo, Taquari e São Jerônimo, com 2.114; o comando de Rio Grande e São José do Norte, com 1.909; o comando de Rio Pardo e Encruzilhada, com 1.908; o comando de São Gabriel e Lavras, com 1.800; o comando de Cachoeira e Caçapava, com 2.160; o comando de Piratini e Canguçu, com 1.771; o comando de Bagé, com 1.711; o comando de Santa Maria e São Martinho, com 1.625; o comando de Pelotas, com 1.178, e o comando de Jaguarão, com 1.158.⁵⁹⁷ O Sul, por sua importância econômica e densidade demográfica, concentrava o maior número desses comandos.

Os comandantes superiores tinham imenso poder sobre grande parte da população. Sob suas ordens estavam outras dezenas de comandantes - juntos, compunham a força militar da classe proprietária rio-grandense. Isso também significa dizer que quem fez a guerra ao Uruguai, de forma mais engajada e comprometida e, depois ao Paraguai, manifestando aberta oposição, foram as forças políticas e militares do sul da província, centro charqueador e de criação de gado.

O Rio Grande do Sul é historicamente associado a seu pretense potencial militar, sobretudo, a partir de ações na região platina com e sem o aval e a participação imperial. A principal força da província era a Guarda Nacional, comandada, sobretudo, por ricos estancieiros que, em geral, acumulavam postos do Exército. A imagem da Guarda Nacional heroica e patriótica teria começado a ser forjada logo após a revolta farroupilha,

⁵⁹⁶ BRASIL. Decreto nº 670, de 22 de fevereiro de 1850. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/388813/publicacao/15780986> . Acesso em 15 maio de 2019.

⁵⁹⁷ ARAÚJO E SIULVA, Domingos. Dicionário histórico e geográfico [...]Ob.cit.p.92.

em 1835-45. Naquele momento, o Estado imperial buscava integrar e apaziguar os rebeldes sulinos. Dali em diante, muitas vezes, os militares rio-grandenses aliaram-se às causas imperiais no Prata para sustentar seu projeto hegemônico na região. O Império, por sua vez, alimentou a imagem de Guarda Nacional valorosa, honrosa e heroica.⁵⁹⁸

Imagem irreal

Já no início do conflito contra o Paraguai, a tropa da Guarda Nacional da província foi refratária. Em outubro de 1864, o Exército Imperial preparava-se para invadir, sem declaração de guerra, o Uruguai. Nesse momento, centenas de guardas nacionais eram chamados a destacamento. Muitos se auto-licenciaram! Tentando coibir a prática, o governo provincial publicou circular aos comandantes superiores da Guarda Nacional autorizando “prender e remeter para o exército, ou corpos em que estavam servindo os guardas nacionais” que, “chamados a serviço”, estavam “sem licença” nos seus distritos. Segundo o governante, somente tal medida poderia “conservar [intactos] os corpos destacados”.⁵⁹⁹ Provavelmente aqueles guardas nacionais estavam “licenciados” com o consentimento de oficiais imediatos.

A guerra contra o Uruguai e o Paraguai teria mobilizado mais de cem mil combatentes entre 1864-70.⁶⁰⁰ O Rio Grande do Sul teria remetido cerca de 24% desse total.⁶⁰¹ Essas cifras são retomadas quase unanimemente pelos historiadores. Segundo o historiador Klaus Becker, o Rio Grande do Sul enviou uns 26.700 homens para a guerra.⁶⁰² O militar-historiador Paulo de Queiroz, em *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, propõe cifra perto de 33.800 homens, entre guardas nacionais, voluntários, recrutas e libertos.⁶⁰³ O historiador José Iran Ribeiro sugere que foi em torno de 33 mil, somente da Guarda Nacional, o que parece mais razoável, conforme veremos na tabela abaixo.⁶⁰⁴

⁵⁹⁸ FERTIG, André. Valentes vingadores: os Guardas Nacionais riograndenses como símbolo do Império do Brasil. Revista do Curso de História de Araguaína [online]. Araguaína.v.n.2, 1-25, abril, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1146>. Acesso Out 2017.

⁵⁹⁹ JORNAL A ATALAIA DO SUL, Jaguarão, 17 de novembro de 1864, nº 169. Ob.cit.p.3.

⁶⁰⁰ OURO PRETO [visconde Alfonso Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha doutrora*.ob.cit.p.140; FRAGOSO, Tasso [general]. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.vol.V.p.264.

⁶⁰¹ DOCCA, E. F. de Sousa. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Brasil, 1954.p.224.

⁶⁰² BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*.Ob.cit.p.84.

⁶⁰³ DUARTE, Paulo de Q. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. v.1. Rio de Janeiro: BibliEx, 1981.p.32.

⁶⁰⁴ RIBEIRO, José Iran. *A Guarda Nacional e o Império*.Ob.cit.p.71.

Em início de 1865, conforme relatório da presidência da província do Rio Grande do Sul, existiam trinta e três corpos provisórios da Guarda Nacional destacados, dezenove corpos permanentes e dois esquadrões, totalizando 14.287 praças e cerca de 3.521 em reunião. No início do conflito, a Guarda Nacional rio-grandense concorreu com cerca de 17.800 homens para a guerra e proteção das fronteiras.⁶⁰⁵

Ali estavam computados os voluntários reunidos pelo general Antônio de Sousa Neto. Corpo organizado com rio-grandenses residentes no Uruguai, que teria contado com muitos guardas nacionais.⁶⁰⁶ Somente esse efetivo já superava em mais de 70% as forças paraguaias invasoras, não mais de dez mil homens. Isso sem falar nas forças de primeira linha. As cifras propostas deixam claro que o problema do Rio Grande nunca foi de efetivos, que existiam em grande quantidade.

Para atender as emergências da guerra, o governo provincial criou diversos corpos provisórios de guardas nacionais. A decisão de criar corpos provisórios e não permanentes seria para “poder organizar os Corpos com melhor pessoal de soldados e de Oficiais” e para “não despovoar os distritos o que prejudicaria muito a lavoura e os trabalhos rurais.”

Não havia oficiais

Criados os corpos provisórios, faltavam os oficiais. Segundo o presidente da província, havia “desgosto e descontentamento nos Corpos” que foram conduzidos ao campo de batalha por “oficiais que lhes [eram] desconhecidos ou estranhos”.⁶⁰⁷ A peculiaridade na formação e serviço da Guarda Nacional levava à constituição de corpos com ligações muito próximas entre comandantes e comandados. A alternativa encontrada temporariamente pelo governante foi nomear e promover oficiais dentre os contingentes dos próprios corpos.

Em determinado momento, no início de 1865, com a questão uruguaia solucionada e as ações sobre o Paraguai incertas, o presidente da província interrompeu a formação de novos corpos de cavalaria. Alegava não ter informações precisas do governo imperial sobre a organização da força. Oferecimentos para novos corpos de voluntários foram

⁶⁰⁵ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Ilmo e Exmo sr. Visconde de Boa Vista. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865.p.4.

⁶⁰⁶ ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1865 (janeiro-dezembro)

⁶⁰⁷ GONZAGA, João Marcelino de Souza. Correspondência do presidente da província do Rio Grande do Sul ao Conselheiro Francisco José Furtado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e presidente do Conselho de Ministros, Porto Alegre, 16 de fevereiro de 1865. Em: ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1865 (janeiro-dezembro)

suspensos.⁶⁰⁸ Organização retomada, às pressas, quando da invasão da província, em junho de 1865. Em agosto, existiam 17.828 guardas nacionais destacados no Exército.

Tabela 4 – Efetivo e destinos da Guarda Nacional do RS em agosto e abril de 1865

Agosto de 1865		Abril de 1866	
8 corpos provisórios de cavalaria do Exército	3.224	17 corpos e 7 esquadrões	25.996
10 corpos provisórios na fronteira do Uruguai	3.927	1 seção de artilharia	123
5 corpos provisórios na fronteira de São Borja	2.040	5 batalhões, 2 seções e 7 companhias de infantaria	3.089
2 corpos provisórios na fronteira de Bagé	532	Total da Guarda Nacional ativa	29.208
2 corpos provisórios na fronteira de Jaguarão	542	Reserva	
1 corpo provisório na fronteira do Chuí	271	12 batalhões, 18 seções, 8 companhias e 7 pelotões	14.312
4 corpos provisórios para Uruguaiana	1.212	Total da Guarda Nacional Chamada às armas e em destacamento	43.520
3 corpos permanentes, 1 Esquadrão e 1 Batalhão no Uruguai	1.577	Na fronteira do Rio Grande e em destacamento para serviço de polícia	12.552
1 corpo e 1 Batalhão em São Borja	903	Existentes no Exército	23.467
13 corpos e 1 Esquadrão em marcha	3.600	Total existente	33.019
Total: 51 corpos e 2 esquadrões	17.828	Falta para o completo, licenciados e desertores	7.501

Fonte: JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai: Brasil 1864-1870*. Vol.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

No decorrer do conflito, apesar da resistência de setores proprietários, outros milhares de homens foram chamados às armas. Não foram poucas as reclamações de prejuízos econômicos com o seu prolongamento.⁶⁰⁹ Em agosto de 1865, quando entregou o comando da província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Souza Gonzaga informava que a região já havia contribuído com a guerra e acreditava que “poucas forças mais poder-se-á levantar na província, além destas que deixo enumeradas.”⁶¹⁰ Em fins de agosto de 1865, o Exército em Operações no Rio Grande do Sul, com contingentes de vários lugares do Império, seria de 14.645 homens.

⁶⁰⁸ ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1865 (janeiro-dezembro)

⁶⁰⁹ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁶¹⁰ ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

Tabela 5 - Exército em Operações no Rio Grande do Sul

2º Batalhão de Infantaria	560
10º Batalhão de Caçadores	540
1º Batalhão de Voluntários da Pátria	630
5º Batalhão de Voluntários da Pátria	580
19º Batalhão de Voluntários da Pátria, corpo policial (Sergipe, Ceará e Piauí)	683
24º Batalhão de Voluntários da Pátria, 3º da Bahia	400
4º Corpo de Artilharia e Corpo Policial da Corte,	6000
Praças do Corpo de Artífices	45
Divisão David Canabarro - Guarda Nacional	6000
Divisão barão de Jacuí – Guarda Nacional	2600
Total	14.645

Fonte: A PÁTRIA. Jornal político, literário e noticioso. Diversidades. Niterói, 27 de agosto de 1865. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=1029&Pesq=ri o%20grande%20do%20sul](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=1029&Pesq=ri%20grande%20do%20sul).

A invasão do território rio-grandense causaria comoção em todo o Império, entre as classes proprietárias e segmentos dependentes a ela. Porém, não foi suficiente para uma súbita corrida generalizada da população às armas. A oferta de oficiais da Guarda Nacional para formar corpos cresceu menos que a demanda. Em 4 de agosto de 1865, o governo imperial, na busca de aumentar os efetivos, publicou o Decreto 3.506, que dava providências ao serviço da Guarda Nacional em tempo de guerra. O decreto apertava o cerco sobre os comandantes da corporação e sobre os presidentes provinciais não empenhados na reunião de gente para a guerra. Em quatro artigos, o texto ordenava que:

Art. 1º Se os Conselhos da Guarda Nacional, aos quais incumbe a designação dos Guardas Nacionais para os Corpos destacados, se não reunirem, ou não cumprirem a dita designação, esta será incumbida aos Comandantes dos Corpos com recurso para os Comandantes Superiores, e para os Presidentes das Províncias. Art. 2º Ficam os Presidentes das Províncias autorizados para suspender por tempo indeterminado os Comandantes Superiores e Comandantes dos Corpos que, no prazo que lhes for marcado, não cumprirem a designação do artigo antecedente, ou não fizerem aquartelar os guardas designados, sujeitando logo este ato a aprovação do Governo Imperial. Art. 3º Se não for possível a organização dos Corpos destacados, os Presidentes das Províncias farão aquartelar e marchar os Corpos da Guarda Nacional com a mesma organização que tem, com os seus Oficiais e praças, excluídas as duas classes de viúvos com filhos, e casados com filhos, que serão adidos aos

Corpos que não marcharem, sendo destes transferidos para aqueles os solteiros, os casados sem filhos, e viúvos sem filhos. Art. 4º Se os Oficiais da Guarda Nacional se não prestarem ao serviço de guerra, além das penas do art. 100 da Lei de 19 de Setembro de 1850, serão suspensos por tempo indeterminado, sendo outros nomeados em seu lugar. Art. 5º Nos lugares em que a Guarda Nacional se não quiser prestar ao serviço da guerra, será ela suspensa na forma do art. 5º da Lei de 19 de Setembro de 1850, pelos Presidentes das Províncias, que proporá ao Governo Imperial a sua dissolução, na forma do art. 4º da mesma Lei. [modernizamos]⁶¹¹

Recrutamento em massa

Nos anos seguintes, a sangria seria maior. Nem os indígenas ficariam de fora do recrutamento. Em agosto de 1865, o Ministro da Guerra aprovava ato da presidência da província que chamou a serviço de campanha “uma Companhia de Voluntários de 150 a 200” indígenas oferecidos pelo cacique Feuy.⁶¹² O documento não revela à qual etnia pertenciam. A participação no conflito, de indígenas que habitavam o Rio Grande do Sul, ainda espera pesquisa mais apurada.

Em abril de 1866, a Guarda Nacional ativa era cerca de 29.200. Desses, uns 23.500, ou seja, a maioria, estava destacada no Exército. Efetivo que, em fins daquele ano, chegaria a uns 25 mil homens.⁶¹³ Demanda que não cessava devido ao prolongamento do conflito, da necessidade crescente de soldados, sobretudo pelas baixas por doenças e deserções. Já nessa época, as deserções eram em grande número. Em abril, segundo as tabelas, entre licenciados e desertores, faltavam no exército, 7.501 guardas nacionais.

⁶¹¹ BRASIL. Decreto nº 3506, de 04 de agosto de 1865. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3506-4-agosto-1865-554864-publicacaooriginal-73819-pe.html> . Acesso em 16 de maio de 2019.

⁶¹² ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra.Ob.cit.

⁶¹³ IZECKKSON, Vitor; MUGGE, Miqueias. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul.Ob.cit.p.16; NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo*.Ob.cit.p.284.

Tabela 6 - Mapa da força da Guarda Nacional do Sul em abril de 1866

Comando Superior	Cavalaria	Artilharia	Infantaria		Total
			Ativa	Reserva	
Porto Alegre e São Leopoldo	2.088		477	2.227	4.792
Rio Grande e São José do Norte	851	123	302	721	1.997
Bagé	1.313		132	417	1.862
Piratini e Canguçu	1.327		211	760	2.298
Santo Antônio da Patrulha e Conceição do Arroio	2.775			1.347	4.122
Rio Pardo e Encruzilhada	1.135		163	706	2.004
Cachoeira e Caçapava	1.100		163	1.162	2.425
São Gabriel e Lavras	1.372		85	708	2.165
Santa Maria e São Martinho	1.540			536	2.076
Cruz Alta	1.881			1.144	3.025
Jaguarão	811		130	309	1.241
São Borja e Itaqui	2.243		408	915	3.566
Pelotas	783		610	515	1.908
Passo Fundo	2.483			859	3.342
São Jerônimo, Triunfo e Taquari	1.708			1.191	2.899
Alegrete, Santana do Livramento e Uruguaiana	2.586		408	794	3.788
Total	25.996	123	3.089	14.302	43.510

Fonte: Baseado em: RELATÓRIO apresentado ao Exmo vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha pelo Visconde da Boa Vista. Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do comércio, 1866.

Em 29 de setembro de 1866, o presidente da província oficiou aos comandantes superiores da Guarda Nacional de Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Triunfo e Taquari, Rio Pardo e Encruzilhada, Cachoeira e Caçapava, São Gabriel, Cruz Alta e de Passo Fundo, para que organizassem batalhões da Guarda Nacional com efetivo de 486 praças. Esse efetivo seria utilizado para “reforçar o 1º e 2º corpos de exército em operações”. Por essa época, já deviam ter chegado na província notícias da derrota aliancionista em Curupaty. A província sulina seria mais uma vez sangrada, em especial com a criação do 3º Corpo do Exército.

O novo exército, comandado por Luís Osório, chegaria a uns seis mil homens.⁶¹⁴ Muitos eram desertores recapturados, portanto, tomando o índice aproximado de 20% de desertores e deduzindo do efetivo arregimentado, tem-se cerca de 4.800 novos homens arregimentados. Se até 1866, haviam marchado 31 mil guardas nacionais, somados aos 4.800, do 3º Corpo do Exército, o Rio Grande do Sul enviou uns 35.800 homens, somente da Guarda Nacional, para o Teatro de Operações.

Na tabela abaixo observa-se a força da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, em novembro de 1866, no 1º Corpo do Exército. Nesse momento, o 2º Corpo, formado

⁶¹⁴ AHRS. OSÓRIO, Correspondência de Manuel Luís. 1867. Autoridades militares, maço 201.

majoritariamente com a Guarda Nacional da província, já operava no Paraguai e o 3º Corpo começava a ser organizado.

Tabela 7 - Forças da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul no 1º Corpo do Exército

1º Corpo Provisório	417
2º Corpo Provisório	263
3º Corpo Provisório	322
4º Corpo Provisório	508
5º Corpo Provisório	307
6º Corpo Provisório	370
7º Corpo Provisório	325
9º Corpo Provisório	235
10º Corpo Provisório	226
Total	2.973

Fonte: AHRs. CORRESPONDÊNCIA do marechal de campo Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, comandante em chefe do 1º Corpo do Exército em operações no Paraguai, ao presidente da província visconde da Boa Vista, 07 de novembro de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 200.

Protegendo as fronteiras

Em 1868, no auge da guerra, um considerável corpo de guardas nacionais, em destacamento, atuava na província no serviço de guarnição. Essa força estava organizada em maior número nas regiões de fronteira e na capital. Em Porto Alegre, havia 459; em Rio Pardo, 47; em Cachoeira, 32; em Caçapava, 14; em São Gabriel, 34; em Rio Grande, 181; em Pelotas, 74; em São José do Norte, 11; em Alegrete, 40; no Chuí, 106; em Bagé, 510; em Jaguarão, 261; em Santana do Livramento, 143; em Quaraí, 211; em Uruguaiana, 259; em São Borja, 307 e, em Itaquí, 207 homens na guarnição.

A extensa fronteira existente entre o Rio Grande do Sul e os países platinos exigia grande número de guardas nacionais destacados, visto que os homens do exército estavam quase todos no Paraguai. A ameaça interna também era real. O temor de insurreições civis levaria, em algumas cidades, à criação de corpos de defesa, pelos moradores. Na medida em que as deserções no exército se intensificaram, o medo de uma convulsão social também crescia. Isso foi um temor constante durante o conflito, que motivou inclusive o envio de presos para o presídio de Fernando de Noronha, como veremos melhor.

Não seria incomum homens, chamados ao destacamento, fugirem e encontrarem refúgio em casas de amigos, parentes e mesmo de quem deveria garantir que se incorporassem ao Exército. Em Jaguarão, o guarda nacional Vianna, licenciado por seu

comandante, foi avisado que deveria destacar no 4º Corpo Provisório. Em 15 de novembro de 1865, chegou ordem de marcha, sendo necessário um sargento para buscar o dito guarda. Porém, Vianna fugiu da vila.⁶¹⁵

Em editorial, de 17 de novembro, o Jornal *A Atalaia do Sul* denunciava a participação do delegado de polícia daquele termo na fuga. Segundo o periódico, Joaquim Maria de Oliveira Villas Boas acobertou a fuga, mandando o “servo Macedo buscar um ponche de pano” para encobrir o guarda. Teria esse mesmo cativo o escoltado até Santana do Livramento.⁶¹⁶ As rivalidades políticas se aprofundaram, quando da conscrição maciça de guardas nacionais. Chefes militares de uma mesma região, não raras vezes inimigos políticos, ofereciam-se para reunir homens para a guerra, com intuito de inviabilizar outras reuniões.⁶¹⁷

Segundo João Marcelino de Souza Gonzaga: “As qualificações da guarda nacional nesta província, ou para melhor dizer, em todo o Império, não são feitas com a devida imparcialidade e retidão.” “Interesses e conveniências locais influem poderosamente para serem qualificados na reserva cidadãos nas melhores condições da lei para o serviço ativo, e nesta lista são qualificados só os desfavorecidos da fortuna e de proteção, ainda não tendo a renda da lei, para por esta fôrma fazerem avultar o número dos qualificados, afim de manterem-se os corpos criados ou justificar-se a necessidade da criação de outros.”⁶¹⁸ Formar novos corpos representava a possibilidade de lucrar com eles.

Viúvos e casados

Para formar os contingentes dos ditos corpos, garantir o prestígio do comando e com isso lucrar, foi comum o desrespeito à legislação. Em 29 de setembro de 1865, há poucos dias de os guardas nacionais de São Leopoldo e Porto Alegre marcharem para o teatro da Guerra, o presidente da província, Francisco do Rego Barros, visconde de Boa Vista, ordenou aos comandantes dos corpos da Guarda Nacional daqueles municípios que cumprissem o artigo 3º do Decreto 3.506.⁶¹⁹ Essa lei regulamentava a situação da reserva. Estabelecia que “viúvos e casados com filhos menores passariam para a reserva e não marchariam, ficando estabelecido que da reserva todos os solteiros, mais os viúvos e

⁶¹⁵ MINISTÉRIO da Guerra. **Atalaia da Pátria**, Jaguarão, n.169, 17 novembro 1864.p.3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=813338&pasta=ano%20186&pesq=vianna> Acesso em jun 2019.

⁶¹⁶ Id.ib.,p.3.

⁶¹⁷ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra.Ob.cit.

⁶¹⁸ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga[...]Ob.cit.p..5.

⁶¹⁹ Id.ib.,p.19.

casados sem filhos ficariam transferidos para os corpos da Guarda Nacional e deveriam marchar para o teatro da guerra.”⁶²⁰

Em função do cumprimento daquele decreto, 200 homens do 11º Corpo da Guarda Nacional e, 60 do 12º, ambos de São Leopoldo, foram libertos. O primeiro ficou praticamente reduzido a nada e foi incorporado ao 9º Corpo da Guarda Nacional. O Major Loureiro, recentemente promovido a esse cargo e a quem se acredita o recrutamento forçado e ilegal, negou-se a marchar em outro corpo e foi destituído de suas funções.⁶²¹

Em fins de 1865, Manuel Marques de Sousa, comandante do Exército em Operações no Rio Grande do Sul, remeteu 49 desertores da Guarda Nacional, à capital da província, para dali serem enviados à Corte e, posteriormente, à Marinha de Guerra. No início do ano seguinte, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, suspendeu o envio dos guardas nacionais à Corte. Ele ordenou que os militares fossem submetidos a Conselho de Guerra na província. O presidente da província do Rio Grande do Sul, Francisco do Regos Barros, em resposta ao Ministro da Guerra expôs as ilegalidades no recrutamento para a Guarda nacional:

E a esse respeito, permita-me V. Ex^a. levar ao seu conhecimento o embarço em que me acho acerca da base sobre que deve assentar dito Conselho para com uma grande porção desses indivíduos, que não fazendo parte da Guarda Nacional, por não estarem qualificados em nenhum corpo, foram indevida e violentamente chamados a serviço das armas. Além de que, como se poderá formar Conselho de Guerra sem o de disciplina, que se não tem feito?

E seguiu:

V. Ex^a. não deve ignorar o modo porque foram feitas as reuniões de forças da Guarda Nacional. Nenhuma das considerações, que a lei manda atender foi observada; resultando daí serem promíscua e indistintamente compelidos a marchar casados e viúvos com filhos, menores, guardas da reserva, homens incapazes do serviço, e outros não qualificados, não se cumprindo o disposto na mesma lei, que manda seguir a escala dos solteiros, casados e viúvos sem filhos, casados com filhos, etc. O arbítrio, o patronato e a violência foram a norma seguida em tais reuniões.

À época do conflito, a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul era, como não poderia deixar de ser, por seu caráter, uma verdadeira colcha de retalho. Cada comandante organizava suas forças da forma que lhe agradasse. Os favorecimentos políticos, as dispensas, o uso da instituição para benefícios próprios, a coerção... No fim de 1865, Francisco do Rego Barros, em longa correspondência ao conselheiro Marquês de Olinda,

⁶²⁰ Id.ib.,p.17.

⁶²¹ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes*[...]Ob.cit.p..20.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, descreveu com riqueza de detalhes o que havia se tornado aquela instituição.

Referindo-se diretamente à Guarda Nacional dizia que tudo era “feito atropeladamente, com maior dispêndio, com os maiores e mais duros sacrifícios, e só em proveito de poucos, a cujos desregramentos, não foi possível pôr cobro.” Seguiu denunciando: “Os Comandantes dessas verdadeiras guerrilhas têm sempre meios de esquivar-se a uma fiscalização qualquer; a pretexto de aumentar o número das forças deixou-se lhes fazer o que lhes aprazia [...] Realidade sabida de todos, mas que raramente era punida, especialmente se praticada por subalternos.”⁶²²

Francisco do Rego Barros escrevia, no calor dos acontecimentos, logo após a rendição dos paraguaios, em Uruguaiana, em setembro de 1865 e, quando as forças de defesa eram fortemente contestadas. Sobre isso, dizia que, “dessa incrível anarquia [sic] nem ao menos se conseguiu esse aumento de forças, que servia de pretexto, porque os resultados não condizem com os sacrifícios.” Era evidente que da forma como se deu aquela *organização desorganizada* e irresponsável, fracassaria. Para o governante, a falta de conhecimentos militares, a imprevidência, a imprudência e a incoerência eram as responsáveis. “Os raros militares espalhados por esses Corpos improvisados não fazem grande vulto, quando não estão eivados do vício em que pecam os que o não são.”⁶²³

Impotência

No governo, Francisco do Rego Barros teria provavelmente contribuído, voluntária ou involuntariamente com aquele sistema. O governante ressentia-se:

Não foi por falta de boa vontade que não pus termo, ao menos em parte, a tantos tropelias e desregramentos; a melhor vontade porém seria impotente como foi a minha: a despeito dos meus bons desejos, tive de cruzar os braços; nem me cabia erguê-los: curvei a cabeça porque a devia curvar.⁶²⁴

Em tom melancólico, de despedida, propunha que:

Esta província deve ser presidida por um Militar honrado, prudente, perspicaz, ilustrado, com a mais perfeita confiança do Governo, com poderes como um Ministro, e sobretudo paciente e perseverante, capaz de abnegação, incapaz de condescendência. Sem avaliar as minhas qualidades; limitar-me-ei a dizer que não sou esse homem porque estou velho e valetudinário.⁶²⁵

⁶²² ANRJ. IJJ 9 454. Ministério do Império. Ob. cit.

⁶²³ Id. ib.

⁶²⁴ Id. ib.

⁶²⁵ Id. ib.

A exposição tão somente feita pelo então presidente da província evidencia o caráter pré-nacional do Estado imperial e, por conseguinte, de suas instituições. O poder local, quase sem limites, que age por conta própria, independente dos interesses coletivos era a regra. Em cada comando superior da Guarda Nacional é como se existisse uma instituição autônoma e, guardando as proporções, isso ocorria também nos demais níveis da hierarquia. Responsáveis por corpos, em regra permanentes, detinham total poder sobre os subalternos. Consideravam-se praticamente “donos” daquela fração da Guarda Nacional. Em sua maioria, os soldados estavam ligados aos comandantes por laços de amizade, apadrinhamento, fidelidade, ou seja, clientelismo.⁶²⁶ Realidade conhecida durante todo o conflito.⁶²⁷

O general David Canabarro, comandante superior de Quaraí, Livramento, Alegrete e Uruguaiana, ocupou o cargo por dezesseis anos, até 1865, quando foi afastado, como vimos.⁶²⁸ Na região fronteiriça, Canabarro era também o único chefe Liberal, os demais eram, em grande parte, conservadores, como: barão de Serro Alegre, Antônio Mello e Albuquerque e Antônio Fernandes Lima.

Em dezembro de 1865, o general barão de Porto Alegre, comandante de um corpo do Exército, nomeou um inspetor para os corpos de cavalaria da Guarda Nacional servindo sob suas ordens. O primeiro inspecionado foi o 17º Corpo Provisório de Cavalaria, anteriormente, 11º. Aquele corpo era comandado pelo coronel Bento Martins de Meneses, proprietário de grandes extensões de terras, de gado e de cativos na região de Uruguaiana e no Uruguai. A lei que regulamentou as inspeções era específica para corpos de linha, devidamente aquartelados e que não estivessem em campanha, por isso, o inspetor teria relevado muitas questões.⁶²⁹ O relatório foi apresentado por tópicos.

A inspeção revelara uma série de irregularidades e vícios. O alistamento ilegal era um deles. Durante a inspeção, militares que serviam irregularmente, suplicaram ajuda ao inspetor. Na 3ª Companhia, o furriel Antônio Antunes Maciel reclamava ter servido por quinze anos no Exército de Linha, tendo obtido baixa e, sem ser qualificado na Guarda

⁶²⁶ PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais [...] Ob.cit.p.363.

⁶²⁷ RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo[...]Ob.cit.p.6.

⁶²⁸ IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miqueias H. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). Revista Brasileira de História. São Paulo, 2016.p.6-7.

⁶²⁹ RELATÓRIO apresentado a S. Exa. o Sr. Tenente General Comandante em Chefe do Exército em Operações na Província do Rio Grande do Sul, pelo Tenente Coronel Inspetor dos Corpos de Cavalaria do mesmo Exército, acerca do 17º Corpo provisório de Cavalaria da Guarda Nacional. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

Nacional, foi obrigado a servir novamente; o cabo de esquadra Rufino Vieira de Brito alegava ter servido oito anos no Exército, ser filho de sexagenário doente; o soldado Joaquim Francisco da Palma, morador de Itaqui-RS, velho militar, tendo participado da campanha contra Rosas, alegava doença e solicitava dispensa para cuidar da mulher e filhas; o soldado Bonifácio Catalão Vargas alegava ser casado, com quatro filhos e terem os paraguaios devastado sua moradia, no Rincão da Cruz, Itaqui.

Forçados

Na 5ª Companhia, o soldado Turfúbio Castilho, correntino, assegurava ser alferes no exército de seu país. Teria sido reunido pelo coronel Fernandes Lima, mesmo sabendo de sua nacionalidade; o soldado Pedro Aguirre, também morador de Itaqui, seria 2º sargento da Guarda Nacional argentina. Recrutado nas mesmas condições de seu compatriota, pedia dispensa.⁶³⁰

O jornal *O Guarda Nacional*, de Rio Grande, fazia denúncias de privilégios na isenção do serviço das armas. Em 14 de dezembro de 1866, no artigo “Ao Exmo. Sr. General Barão do Herval”, os redatores denunciavam o comandante superior da Guarda Nacional daquela localidade. Segundo o texto, o oficial nomeou seu filho José Thomaz de Campos, como gerente de seus negócios, com o fim de “não designá-lo para fazer parte do 3º Corpo do Exército”. Na sequência, o texto dizia: “Esse mocinho, solteiro, sem nenhuma isenção legal, sem emprego, a não ser esse que agora lhe deu seu pai está mais no caso de marcha, que nenhum dos designados”.⁶³¹

Em 1867, por ordem do presidente da província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, o coronel do corpo de engenheiros Inocêncio Veloso Pederneiras procedeu minuciosa inspeção da guarnição das fronteiras da província, exceto a de Rio Grande. Certamente, o objetivo era levantar números precisos de homens aptos à guerra. O cenário não foi o esperado. Em 15 de dezembro, o oficial apresentou parecer à presidência da província em que *desenhava* o crítico estado daquelas fronteiras que, dois anos antes, tinham sido invadidas pelo Exército Paraguaio.

Segundo o relatório: “O sistema de se alistar um indivíduo em um corpo e destacá-lo indefinidamente na guarda que fica mais próxima à sua morada, é o mais próprio para nunca haver guarda na realidade.” “O fato referido por um membro da Assembleia

⁶³⁰ Id.ib.

⁶³¹ JORNAL O GUARDA NACIONAL, Rio Grande, 14 de dezembro de 1866, nº 2.p.2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809314&pasta=ano%20186&pesq=>> Acesso abr. 2019.

Provincial, de não ter encontrado mais de um indivíduo em cada uma das nossas guardas principais da fronteira, não é um acontecimento isolado, excepcional, é ao contrário, consequência do sistema de serviço.” Entendia o referido militar que era “absurda a pretensão de que se conservem estacionários 8 ou 10 indivíduos em um ponto pouco distante de suas casas, esperando que de longe em longe ou fortuitamente apareça uma ocasião da necessidade de sua presença naquele ponto, quando tem tanto que fazer em suas casas”.⁶³²

O relator detalhava o procedimento dos guardas nacionais que deveriam guarnecer as fronteiras. Segundo aquele coronel, “o oficial é o primeiro que se convence que pode comandar a guarda em sua casa, e encarrega o sargento de avisá-lo no caso de algum sucesso que demande a sua presença, o sargento breve pensa do mesmo modo, delega o comando no cabo, este encarrega da guarda ao soldado que lhe parece de mais confiança, e, assim, sucessivamente até que fica o último, o qual só por um favor especial não vai também para casa”. Para o autor do relatório, aquilo já estava enraizado na prática das forças de guarnição há muito tempo.⁶³³

O coronel do Corpo de Engenheiros criticava a situação: “Não satisfazem, pois, as guardas o fim para que são destinadas; são verdadeiras inutilidades, além do abuso à que tendem naturalmente, quando mesmo não fossem os seus indivíduos moradores das proximidades, além da laxidão de disciplina que daqui resulta para praças que fazem parte de um corpo de tropa com que o governo conta para fazer a defesa de nossas fronteiras.” Concluiu propondo profundas mudanças na forma de organização das guarnições de fronteira. Em sua opinião, deveriam substituir “estas guardas por patrulhas incertas, compostas de indivíduos que se trocariam de dois em dois dias, e nunca moradores dos lugares, com horas e pontos incertos de dar pasto aos cavalos.”⁶³⁴

O conde d’Eu, em sua estada em Rio Grande, na viagem que fazia à fronteira do rio Uruguai, nas pegadas do sogro Pedro 2º, relatou, com grande preconceito, suas impressões sobre a Guarda Nacional daquela cidade. Segundo ele, aquela força compunha-se “na maior parte” de “empregados do comércio. Por isso não se vê nela um só homem de cor, e o tipo geral indica um grau de educação superior ao dos guardas

⁶³² RELATÓRIO apresentado pelo coronel do corpo de engenheiros Inocencio Veloso Pederneiras sobre a guarnição das fronteiras. Em: RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo[...].Ob.cit.p.34.

⁶³³ Id.ib.,p.34.

⁶³⁴RELATÓRIO apresentado pelo coronel do Corpo de Engenheiros Inocencio Veloso Pederneiras sobre a guarnição das fronteiras. Ob.cit.p.34.

nacionais do norte.” Sobre os oficiais, disse que eles tinham o aspecto de quem recém saíra de “seus escritórios e dos seus estabelecimentos de venda”, para onde já retornariam.⁶³⁵

“Violentado e massacrado”

Ao longo do conflito, as irregularidades se agudizaram. Em 1868, em Jaguarão, Frederico Adolfo da Silva Canibal, guarda nacional inscrito na reserva por viúvo e pelas doenças atestadas em inspeção médica, reclamava de perseguição. Em correspondência ao presidente da província, o guarda nacional, pai de duas filhas menores, reclamava de ser “violentado e massacrado”, “por causa meramente políticas”. Por esse motivo, as filhas eram “reduzidas quase que ao abandono” no período em “que mais precisam elas dos cuidados e desvelos paternos”.⁶³⁶

Em 1869, Antônio da Costa Pinto Silva deixava a presidência da província. Em seu relatório, constava a ordem dada para cessar o “abuso de chamar-se a destacamento cidadãos que não estavam qualificados Guardas Nacionais, e, para evitar que continuassem fora do serviço, muitos nas circunstâncias exigidas por lei”. Tais medidas eram improfícuas, pois se tratava de prática incrustrada na vida política em todo o império. O governante informava ainda suas ordens aos “comandantes superiores que procedessem à reunião dos respectivos Conselhos de Qualificação, que na maior parte da província não se reunião havia quatro e cinco anos”.⁶³⁷

Não é novidade que a Guarda Nacional e, sobretudo seu comando, fora utilizado como arma política para vencer eleições. Diversos meios eram utilizados para prejudicar concorrentes políticos, desde a conscrição de inimigos até ameaças físicas. Um desses casos, ocorreu quando da guerra contra o Paraguai, momento em que a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul encontrava-se em grande número no teatro de operações.

Em relatório de 1869, o presidente da província, ao passar o cargo, registrava a suspensão do exercício de comandante do 10º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do tenente coronel Francisco Patrício Xavier. Ele teria sido “dispensado do serviço de campanha em 1865 [e] só então reassumirá o comando para fins eleitorais”.⁶³⁸ A própria nomeação de comandantes de corpos e comandantes superiores da Guarda Nacional, que

⁶³⁵ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d'. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.23.

⁶³⁶ SILVA, Correspondência de Frederico Adolfo da., 1868. Autoridades militares, maço 203.

⁶³⁷ RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Antônio da Costa Pinto Silva passou a administração ao Exmo. Sr. doutor Israel Rodrigues Barcellos. Ob.cit.p.3.

⁶³⁸ RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Antônio da Costa Pinto Silva passou a administração ao Exmo. Sr. doutor Israel Rodrigues Barcellos. Ob.cit.p.9.

cabia ao presidente da província, ocorria por intenções políticas. Falta, salvo engano, um estudo sistemático sobre as relações no interior dos corpos da Guarda Nacional, em especial, quando em operações.

Não eram soldados

João Manoel Menna Barreto, em carta a João Frederico Caldwell, então comandante das armas da província, expunha, entre outras coisas, a cruel situação das tropas que guarneciam a fronteira do Rio Grande do Sul. “A qualidade da tropa não era boa, porque nunca podem ser bons soldados homens agarrados de repente para exercerem a dificultosa missão de defensores da pátria.”⁶³⁹

As operações bélicas na província do Rio Grande do Sul revelariam o abandono da defesa pelas forças militares e políticas ali atuantes. Revelariam também a ganância, a crueldade e o desprezo das autoridades civis e militares para com a população, forçadamente em armas. População aquela que, arrolada não tinham condições de se vestir e de se armar. O general Paulo de Queiroz Duarte, em *Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, descreveu os corpos da 2ª Divisão Ligeira comandada por Pedro de Abreu, na província do Rio Grande do Sul, como “mal fardados, quase nus”. Os soldados estariam “com o soldo atrasado de vários meses, sofrendo fome, mortos de fadiga, sem abrigos” e “expostos ao mais rigoroso inverno, naquelas paragens descampadas.”⁶⁴⁰

Em 19 de julho, mais de um mês após a invasão do Rio Grande do Sul, pelos paraguaios, a força de Pedro de Abreu demorou-se em marchar para o lugar invadido. Em correspondência ao presidente da província, Francisco Pedro de Abreu solicitava permissão para mandar fabricar uniformes. Segundo ele, a situação era de tamanha necessidade que alguns soldados da Brigada do coronel Fernandes Lima, que passou ao seu mando, estavam se “cobrindo com pelegos”.⁶⁴¹

Realidade aquela flagrada pelo pároco de São Borja, Pedro Gay, que dentre os corpos que defenderam a vila, estavam “vários soldados [que] se achavam quase nus, e outros [que] se cobriam com farrapos.”⁶⁴² O fornecimento de barracas à Divisão Canabarro, fundamental naqueles dias chuvosos e frios, foi irregular e, geralmente

⁶³⁹CALDWELL, Correspondências de João Frederico. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.17.

⁶⁴⁰ DUARTE, general Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*.Ob.cit.p.143.

⁶⁴¹ AHRs. Correspondência do Barão de Jacuí. 1865. Autoridades Militares, maço 183.

⁶⁴² GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Ob. cit. p.26.

faltava.⁶⁴³ Aquelas forças estavam estacionadas na fronteira do rio Uruguai e registraram constantes deserções em seus quadros. O desprezo, má administração civil e militar da província e a corrupção tornaram o serviço moroso e ineficiente.

Fardamentos

Segundo a legislação imperial, cabia ao governo central o abastecimento de armas e fardamentos aos arsenais provinciais. Esse era um dos motivos de, no comércio, não existir grande quantidade daqueles produtos. O governo imperial teria garantido a remessa, para o Rio Grande do Sul, de material suficiente para vinte mil fardamentos. Como a remessa se demorava, o presidente provincial autorizou a compra, em Porto Alegre, de tecidos para cinco mil fardamentos, assim também teria autorizado em Rio Grande.

Segundo João Marcelino, para garantir a segurança na transação, nomeou os negociantes de Rio Grande: Porfírio Ferreira Nunes, Eufrázio Lopes de Araújo e Felix José Rodrigues Soares Filho, como encarregados das compras.⁶⁴⁴ O serviço teria sido prestado gratuitamente e um dos negociantes teria ido ao Rio de Janeiro comprar os tecidos que se esgotaram do mercado de Rio Grande. Não conseguimos saber se esses negociantes eram fornecedores do governo ou não.

A quantidade de uniformes remetidos pelo presidente da província, João Marcelino de Souza, aos corpos em destacamento, era insuficiente e, em geral, de péssima qualidade, se descosturando nas primeiras marchas. Ele reconhecia que, naquele momento, “a Guarda Nacional em destacamento ainda não esta[va] toda bem fardada”.⁶⁴⁵ A situação era de tal forma precária que no relatório, João Marcelino referiu-se várias vezes ao estado de nudez em que se achava a Guarda Nacional que se apresentava para o serviço.

Na impossibilidade de o arsenal suprir a falta de fardamentos, o governante provincial determinava que alguns deles fossem fabricados nas respectivas vilas e cidades, sedes dos comandos superiores. Assim, autorizou a fabricação de fardamentos em Bagé, Alegrete e Uruguaiana.⁶⁴⁶ Em momento de crise militar, onde a Guarda Nacional foi composta inclusive pelas classes subalternizadas, que dependiam das armas

⁶⁴³ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino[...]Ob.cit.p.15.

⁶⁴⁴ Id.ib.,p.14.

⁶⁴⁵ Id.ib.,p.15.

⁶⁴⁶ Loc.cit.

e fardas que o governo fornecia, João Marcelino resolveu reduzir gastos. Como relata, propôs “ao governo imperial, e este aprovou simplificar o fardamento dos corpos da Guarda Nacional em serviço de destacamento, em ordem a torná-lo mais cômodo”.⁶⁴⁷

O problema do fornecimento de armas e fardamentos seguia, mesmo depois da capitulação paraguaia em Uruguaiana, em setembro de 1865. Em novembro, boa parte do Exército Imperial, ao mando de Manuel Luís Osório, estava em marcha pelo interior argentino com destino ao Passo da Pátria, onde cruzaram para o Paraguai. As tropas saídas do Rio Grande do Sul estavam em péssimas condições. Manuel Luís Osório reclamava que “a tropa que recebera da Uruguaiana ia em tal estado de nudez que via-se [sic] forçado a comprar algumas ceroulas para poderem aparecer menos indecentes.”⁶⁴⁸

Também as da província

As forças que permaneceram no Rio Grande do Sul, em serviço de destacamento e de polícia, também careciam de melhores fardamentos. Em fevereiro de 1866, por exemplo, Joaquim da Silva Soares, tenente comandante da guarnição de Canguçu, informou a falta de uniformes. Ao relatar a presença de desertores que, naquela cidade, causavam preocupação, comunicou a completa falta de armas e fardamento. Segundo ele, “as praças acham-se cobertas de trapo”. Naquela correspondência, endereçada ao visconde de Boa Vista, o tenente elogiou providências do governante “para remediar males gravíssimos de seus antecessores”.⁶⁴⁹

A falta de armas também era grande. As armas do sistema Minié, depositadas na província, eram destinadas ao Exército de Linha. Na falta, elas foram entregues aos corpos da Divisão David Canabarro. O sistema era novo e os soldados não tinham instruções de manejo. Por isso, foram enviados também oficiais de 1ª classe para instruí-los. O jovem Francisco Marques Xavier, coronel Chicuta [1836-1892], em cartas à família, registrou a precariedade dos armamentos oferecidos.⁶⁵⁰ Em geral, melhores que as armas paraguaias, mas assim mesmo insuficientes. O armamento, ou a falta dele, atrasou muitas vezes as marchas.

No princípio do conflito, João Marcelino afirmava que “se a Divisão do brigadeiro Canabarro tivesse artilharia suficiente” tomaria a iniciativa e a “reponsabilidade de fazê-la passar o [rio] Uruguai e ocupar as margens do [rio] Paraná”. Diferente do proposto

⁶⁴⁷ Loc.cit.

⁶⁴⁸ AHRs. Correspondência de José Fernandes dos Santos Pereira.1865. Autoridades Militares, maço 190.

⁶⁴⁹ AHRs. Correspondência do tenente Joaquim da Silva Soares.1866.Autoridades Militares, maço 197.

⁶⁵⁰ FERNANDES, Ari Carlos. (org.). *Coronel Chicuta*. Ob.cit.p.40.

meses antes, o presidente reconhecera que as forças da 1ª Divisão não estavam em boas condições.⁶⁵¹ Aquele governante acreditava que as forças de David Canabarro venceriam os paraguaios, no Rio Grande do Sul.

Talvez por isso, mas não unicamente, o armamento paraguaio capturado em Uruguaiana, fora roubado. Centenas de espadas e lanças, dezenas de clavinhas e pistolas e milhares de espingardas e cartuchos sumiram após a capitulação. Emílio Jourdan, testemunha ocular, comentou que “muitos oficiais e soldados aliados desviaram armamento.”⁶⁵²

Comida deficiente

O desleixo de comandantes e generais chefes pelo bom provimento das tropas era conhecido das autoridades imperiais. Muitos comandantes, sobretudo no Rio Grande do Sul, privilegiavam assuntos e negócios particulares em detrimento do bom abastecimento dos soldados. Na região platina, por ela ser muito rica em gado, a *ração* dos exércitos que por ali passaram ou estacionaram era rica em carne. Os alimentos mais comuns distribuídos entre as praças em campanha, além da carne, eram: açúcar, farinha, fumo e erva-mate, esse último em especial aos rio-grandenses. Com frequência, os comandantes ofereciam apenas carne à tropa. Uma rês alimentava 40 homens.⁶⁵³

Durante o ano financeiro de 1863, no Rio Grande do Sul, o valor das etapas para os corpos de 1ª Linha, fora: na capital, 200 réis, no 1º e no 2º trimestres; para os Menores do Arsenal, 390, no 1º e no 2º trimestres; em Rio Pardo, 200 réis, nos dois trimestres; em Rio Grande, 200 réis, nos dois trimestres; em Pelotas, 220, nos dois trimestres; em Alegrete, 380 réis, nos dois trimestres; em Santana do Livramento, 330 réis, nos dois trimestres; em Uruguaiana, 250 réis, no primeiro trimestre e 400 no segundo; em São Borja, 300 réis, no primeiro trimestre e 340, no segundo; em Itaqui, 300 réis no primeiro trimestre e, 360, no segundo; em Cruz Alta, 260 réis, no primeiro trimestre e, 360, no segundo; em Jaguarão, 230 réis nos dois trimestres. Para as seguintes localidades só consta valores do 2º trimestre: São José do Norte, 200 réis; Bagé, 280 réis; São Gabriel, 300 réis; Cachoeira, 200 réis; Caçapava, 240 réis; Santa Maria da Boca do Monte, 260 réis; em Lagoa Vermelha, 400 réis e em Chuí, 280 réis.⁶⁵⁴ Em geral, nas localidades mais

⁶⁵¹ CALDWELL, Correspondência do general João Frederico. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.8.

⁶⁵² JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai*[...]Ob.cit.p.156.

⁶⁵³ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 8. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

⁶⁵⁴ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima segunda

distantes dos centros de produção e distribuição de gêneros alimentícios ou de difícil acesso por hidrovias, as etapas eram mais altas.

A Guarda Nacional destacada recebia etapas iguais às do Exército. Em novembro de 1864, a “etapa” fornecida pelos comandantes, para os soldados dos batalhões da Guarda Nacional era de 200 réis, valor estipulado semestralmente pelo governo provincial, segundo tabela de 1828. Na fronteira, o valor aumentava. Thomas José, comandante das forças do Taim, reclamou ao brigadeiro Francisco de Paula Rangel, comandante da guarnição de Rio Grande, das “críticas circunstâncias” em que se achava para “fornecer de gêneros alimentícios” à força que comandava. Alertou ao seu superior que: “As forças, desde que se põe em marcha não aproveitam da res senão a carne de polpa, ficando perdido todo o ossamento.”⁶⁵⁵ O complemento da alimentação, como farinha, açúcar, erva (em se tratando de tropas sulinas), entre outras coisas, eram possíveis pelo pagamento diário da etapa, quando essa era insuficiente, a dieta, já precária, piorava.

O fornecimento de gêneros alimentícios para as forças estacionadas no Rio Grande do Sul e no Uruguai foi deficitário e não contou, de imediato, com um fornecedor contratado por arrematação. Os próprios comandantes eram responsáveis pela compra e distribuição dos gêneros. Ao que parece, o Rio Grande do Sul também sofreu com a elevação de preços, em geral de alimentos, que ocorreu no Império entre 1864-5. As reclamações dos comandantes de batalhão eram sistemáticas. Manuel Lucas de Lima, comandante da 2ª Brigada da 2ª Divisão do Exército, reclamava aumento na etapa dos soldados que julgava muito pouca e, por isso, poderiam estar ocorrendo deserções.⁶⁵⁶

Havia distinções nos valores estipulados para cada destacamento, o que poderiam gerar descontentamentos. Em fevereiro de 1865, por exemplo, o comandante da guarnição de Rio Grande recebia reclamação das praças de um destacamento, pelo fato da tabela de etapas, para a cidade de Rio Grande, não ter sido reajustada, enquanto, em Porto Alegre, fora. Quem subscrevia o documento reclamatório era o oficial que comandava o destacamento. Segundo ele, os praças rezingavam que os 200 réis que recebiam não eram suficientes para alimentarem-se. Reclamação que, se atendida, beneficiaria oficiais corruptos, que mantinham listagem de alistado diferente do real engajamento.

Em Porto Alegre, a etapa passaria a 250 réis. Os praças de Rio Grande exigiam que o governo elevasse para “320 réis diários” as suas, e que mesmo assim não se

legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Antonio Manoel de Mello. 1864. Ob. cit. p.63.

⁶⁵⁵ AHRS. Correspondência de Thomas José. 1864. Autoridades Militares, maço 183.

⁶⁵⁶ AHRS. Correspondência de Manuel Lucas de Lima. 1865. Autoridades Militares, maço 183.

comparava “com a tabela que marca[va] 250 réis para os praças de Porto Alegre”.⁶⁵⁷ Os preços em Porto Alegre seriam inferiores aos de Rio Grande. Aparentemente, em regiões de fronteira, onde os preços, em geral, eram mais elevados, a etapa deveria ser maior, no entanto, às vezes, o valor era considerado aquém do necessário, sobretudo se os corpos tivessem que pagar “dois mil réis do imposto provincial por cabeça de gado morto”.⁶⁵⁸

Etape maior

Em Porto Alegre, havia maior oferta e diversidade de alimentos, vindas de vários lugares da província, especialmente das colônias. Por outro lado, quanto mais se afastava da capital, mais os preços tendiam a subir, devido, entre outras coisas, ao tempo e aos meios de transportes para abastecer estes lugares. A respeito disso, Constantino José de Macedo, comandante das postas militares na cidade de Cachoeira, entendia que os 200 réis de etapa que pagava aos seus comandados eram insuficientes. Ele reclamou que as repartições sob o seu comando estavam “colocadas nas estradas e distantes de lugares de recursos”, por isso pedia o aumento, segundo bem entendesse o presidente da província.⁶⁵⁹

Em 1865, o Ministro da Guerra, visconde de Camamú, em seu relatório anual apresentado à Assembleia Legislativa, propunha o aumento do valor das etapas para o próximo ano financeiro. Uma das justificativas era a de que os preços dos alimentos haviam subido no Império.

Infelizmente a alça dos gêneros, em quase todas as províncias, e outras circunstancias locais, a oposição que sempre se encontra todas as vezes que se pretende sujeitar o valor da etapa as alterações do mercado, e outras causas extraordinárias, fez com que em geral o valor das do 2º semestre excedesse ao das do 1º. Isto, e o estado anormal em que se acha a província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, aconselha a necessidade de se calcular a etapa para o exercício de 1866 a 1867 na razão de 480 rs, ou pelo menos na de 440 rs.”⁶⁶⁰

Em 1865, quando chegaram os primeiros engajados da Corte, foram aquartelados em Rio Grande, inicialmente. Com eles vieram alguns militares de origem germânica, alguns dos quais já haviam servido ao Império anos antes. Ali, houve princípio de tumulto por não terem recebido tratamento adequado. Os mesmos “queixaram-se aos seus respectivos cônsules e estes representavam ao comandante da guarnição que não eram

⁶⁵⁷ AHRs. Correspondência sem identificação. 1865. Autoridades Militares, maço 190.

⁶⁵⁸ AHRs. Correspondência de Manuel Lucas de Lima. 1865.ob.cit.

⁶⁵⁹ AHRs. Correspondência de Constantino José de Macedo, 1865. Autoridades Militares, maço 205.

⁶⁶⁰ RELATÓRIO DA QUARTA DIRETORIA do Ministério da Guerra. Em: ⁶⁶⁰ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da décima segunda legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, visconde de Camamú. 1865.p.115.

alimentados, e que o governo não cumpria o contrato de engajamento porque não lhes havia ainda entregado o prometido prêmio de 300\$000.”⁶⁶¹

O presidente, ao saber disso, teria mandado dizer aos cônsules que devolveria “para o Rio de Janeiro no primeiro vapor os estrangeiros a fim de ser rescindido o contrato pelo governo imperial.” Terminava a correspondência, comentando que “o engajamento de estrangeiros para servir no ‘exército brasileiro’ em 1852 deixou muito más tradições” que poderiam causar mais problemas no decorrer da guerra.⁶⁶² Até o momento, não temos informações sobre o destino daqueles soldados. Muitos estrangeiros participaram da campanha nas filas imperiais, como visto.

“Uns mais iguais que os outros...”

O soldo atrasado foi tão indigno quanto o baixo valor das *etapas*. Em 22 de outubro de 1865, os corpos do exército estacionados no Rio Grande do Sul estavam a meses sem receber soldo. As dificuldades de alimentação eram enormes. João Frederico Caldwell, que há pouco era comandante das armas da província, informava que pela falta de soldos e, “achando-se a oficialidade sem recursos para seu alimento”, mandou abonar valores para os batalhões 1º e 10º de Infantaria. Em geral, a oficialidade superior não dependia do soldo para sobreviver.

As condições de vida dos militares, no exército, dependiam da posição social de cada um. O jovem Carlos Schnell, recruta de origem alemã, do 12º Corpo de Guardas Nacionais de São Leopoldo, não tinha maiores reclamações. Acampados nas imediações de Santa Maria da Boca do Monte, passara dois meses agradáveis junta a seus familiares, ali residentes. O estado de ânimo do jovem alemão era tal que, em carta de 3 de fevereiro de 1866, revelava à família: “Já estamos há dois meses ‘jogados’ aqui e mesmo assim ainda não estou aborrecido”.

É relativamente fácil compreender o conformismo do jovem alemão, pois apesar de frequentemente registrar a saudade da mãe, pai, irmãos, sobrinhos e primos, não deixara na colônia mulher e filhos. Para ele, a aventura de participar do conflito, sobretudo, quando se pensava em rápido retorno, na companhia de outros jovens, parentes e amigos, compartilhando mesma língua e costumes, poderia representar acúmulo de experiência e maturidade. O jovem escreveu naquele mesmo ano, aos familiares,

⁶⁶¹ DOCUMENTOS relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob..cit.p.23.

⁶⁶² Id.ib.,p.23.

relatando como ele e seus camaradas lidavam com os “afazeres domésticos, como cozinhar, lavar e preparar panquecas”.⁶⁶³

Uma vez em Santa Maria, conhecera um primo, Bernard, que teria o acolhido e proporcionado momentos agradáveis. O jovem não tivera dificuldades em licenciar-se do corpo para visitar o primo. Ele registrou que desde que chegaram a Santa Maria “não se passou nenhum domingo ou dia livre” que não o visitasse.⁶⁶⁴ Sua realidade era diversa da maioria dos companheiros da tropa, sobretudo os imperiais, negros. Esses, devido às constantes deserções eram, seguramente, vigiados e tinham liberdade restrita. Segundo as descrições feitas por Carlos Schnell, pode-se concluir que a 5ª Companhia do 12º Corpo, onde servia o furriel, não conheceu, até o cruzamento da fronteira, situação de privação, típica de acampamentos militares. O ambiente, era agradável e Carlos desejava não ser promovido a 2º sargento, conforme estava habilitado, “por causa de [seus] camaradas”.⁶⁶⁵

Sem cavalos e doentes

Em princípio de junho de 1865, nos primeiros confrontos com as forças paraguaias, ainda no lado direito do rio Uruguai, o militar justificava recuo no embate, pelo mau estado da cavalaria e “por estarem adoecendo as praças em número espantoso, devido isso ao estado de pobreza da força e ter-se marchado com chuvas e não terem os soldados com o que se cobrirem”.⁶⁶⁶ O tenente coronel Antônio Fernandes Lima relatava, involuntariamente, a situação de suas forças.

Em 12 de setembro de 1865, com o Exército Paraguaio prestes a capitular na presença do Imperador, em Uruguaiana, Ângelo Muniz descreveu o Exército Imperial que sitiava a vila e definiu-o como em “estado de penúria”, com “a tropa nua e a cinco meses sem receber soldo”. Para amenizar a aterrorizante situação, autorizava o representante diplomático do Império no Prata, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, a fazer qualquer operação de crédito e enviar para o acampamento “até a quantia de quinhentos contos de réis”.⁶⁶⁷ A grave situação do atraso no soldo não era esporádica, mas quase regra. Klaus Becker registra que os militares que voltaram do Paraguai em 1870 ficaram quase dois meses aquartelados em Porto Alegre esperando receber.⁶⁶⁸

⁶⁶³ Id.ib.,p.172.

⁶⁶⁴ Id.ib.,p.181.

⁶⁶⁵ Id.ib.,p.169.

⁶⁶⁶ FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Ob.cit.p.111.

⁶⁶⁷ GUERRA, Avisos expedidos pelo Ministro da. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.12.

⁶⁶⁸ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes [...] Ob.cit.p.119.*

As desavenças políticas contribuiram para agravar ainda mais a situação. No início do conflito, David Canabarro criticava seus desafetos políticos por terem recusado cargos para o comando de corpos militares em sua divisão. O oficial acusou-os de não terem aceitado ser submissos a ele. Dizia que se seus inimigos de Alegrete e Uruguaiana “tivessem algum préstimo para a guerra” “teria procurado empregá-los”.⁶⁶⁹ A essa época, David Canabarro estaria sofrendo forte oposição de parte de sua oficialidade, ligada politicamente a seus desafetos.⁶⁷⁰

O coronel Fernandes Lima também reclamara de adversário político ao presidente da província, era o coronel Assunção, chefe do Estado Maior do Comando Superior de São Borja. João Marcelino exigia providências de David Canabarro, partidário do coronel Assunção e comandante da Divisão, à qual ambos estavam submetidos, para que cessassem os problemas. Completava dizendo que: “Não se trata[va] de partidos e de política.” Mas de “reunirem-se todos os bons brasileiros [...] para salvar a dignidade e a honra nacional.” Manifestava revolta com o fato de que “pequenas paixões e rivalidades locais” pudessem prejudicar os “serviços”.⁶⁷¹

Não era disciplinada

No relativo ao armamento, muitos estavam sujos, o que demonstra deficiência nas instruções militares, que raramente ocorriam. Para o inspetor, “a Guarda Nacional não estando afeita à disciplina; dá pouca importância ao brilho e asseio dessas peças, que compreende que só devem preencher o fim material à que são destinadas”. Também eram irregulares, pois, as “lanças” eram “de toda a bitola e feitio e a maior parte destituída da pureza e elegante bandeirola, sendo velhas as muito pouco existentes.”⁶⁷²

O uniforme, resumia-se a:

[...] uma calça branca, uma de algodão mescla, uma de pano azul, não em todas as praças e sim em muito poucas, e o ponche. Se mais alguma roupa havia, além da reína era do próprio Soldado, assim como são de sua propriedade a quase generalidade dos arreios que, misturados com os recebidos da Nação, fazem um mosaico de uniforme que só tem de útil a pouca despesa que neste gênero deve ter feito o Estado.⁶⁷³

Grande parte da tropa encontrava-se em situação de miserabilidade. Muitos nem sequer possuíam roupas com que pudessem servir:

⁶⁶⁹ DOCUMENTOS Relativos a Invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.3.

⁶⁷⁰ MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel*. Ob.cit. p.161.

⁶⁷¹ DOCUMENTOS Relativos a Invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.30

⁶⁷² Id.ib.

⁶⁷³ Id.ib.

Parece que esse arreamento, não deve continuar assim, porque mesmo uns são mais ricos que outros, tendo até guarnições de prata, mas também sou informado que a Guarda Nacional repugna o arreio reúdo, porque além de ser o mais bruto possível e falto até de peças, é o mais nocivo ao animal isto se verifica nos Corpos de linha, onde o Soldado e o cavalo se ferem mutuamente com a maior facilidade, porque manufaturado este gênero em lugares estranhos a esta Província, onde o costume é mais arraigado, fornecem os Arsenais esse mau gênero com ignorância do fato.⁶⁷⁴

Problemas estruturais acompanharam a Guarda Nacional desde sempre, o que levava os soldados, em péssimas condições, ao cúmulo de vender os uniformes nos meses mais quentes.⁶⁷⁵

Os arreios para os cavalos, em geral, não eram produzidos no Rio Grande do Sul, apesar de existirem, de boa qualidade, em São Leopoldo. Isso levava ao soldado a usar arreios com os quais não estava acostumado, no sul do Império. O novo 17º Corpo, inspecionado a mando do comandante, foi criado em fins de 1864. Os soldados haviam recebido poucas instruções, devido ao andamento da guerra e “porque seus oficiais não estavam no caso de o instruir”. A oficialidade foi descrita como: “Moça e robusta, porém ainda muito acanhada e atrasada na instrução militar.”⁶⁷⁶ Faltava armamento, fardamento, instruções, entre outras coisas. Realidade vivida não somente pelo 17º Corpo, mas por grande parte da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, durante toda a campanha. Nos corpos temporários, a realidade seria ainda pior.

Privilegiado

A documentação do referido corpo estava, segundo o relatório, muito mal organizada. Os oficiais, responsáveis por sua escrituração não tinham sequer cadernos de controle. O coronel Antônio Fernandes Lima, suspenso por ordem do governo imperial, esperando julgamento em conselho de investigação e de guerra, constava daquele corpo e mantinha dois camaradas, pagos pelo governo. Assim como este, outros oficiais e armazéns das divisões tinham dois camaradas.⁶⁷⁷

Não raras vezes, os oficiais, comandantes de corpos, usavam da violência física como punição aos guardas nacionais. Prática de certa forma comum no Exército de Linha, não era regular na Guarda Nacional. O tenente coronel José Facundo de Castro Tavares,

⁶⁷⁴ Id.ib.

⁶⁷⁵ RIBEIRO, José Iran. Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais gaúchos (1825-1845). Ob.cit.p.265.

⁶⁷⁶ RELATÓRIO apresentado a S. Exa. o Sr. Tenente General Comandante em Chefe do Exército em Operações na Província do Rio Grande do Sul, pelo Tenente Coronel Inspetor dos Corpos de Cavalaria do mesmo Exército, acerca do 17º Corpo provisório de Cavalaria da Guarda Nacional.Ob.cit.

⁶⁷⁷ Id.ib.

filho do barão de Serro Alegre, foi denunciado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul por ato de tortura a um guarda nacional. O tenente teria mandando pôr em estacas Felicíssimo Nogueira Picanço. Em sua defesa, dizia o oficial que não havia quartel para prendê-lo e, por isso preferiu mantê-lo preso o no estaqueamento.⁶⁷⁸

Além do grande esforço exigido dos homens da província, sobretudo os mais pobres que tinham tudo a perder com a guerra, o governo imperial pretendia ainda criar no Rio Grande do Sul um Exército de Reserva. Naturalmente, essa força receberia contingentes de outras províncias, porém, pela proximidade e histórico militar, o Rio Grande do Sul seria o fornecedor de soldados. Em resposta sobre a melhor localização para o referido exército, Manuel Luís Osório entendia que ele deveria ser disposto nas imediações da “Barra do Quaraí, ao norte deste rio”, pela facilidade de comunicação com Alegrete e a capital.⁶⁷⁹ Mas, sugeria Osório, enquanto os paraguaios permanecessem no Rio Grande, seria conveniente estabelecer a reserva em Alegrete. Para comandá-lo, foi nomeado o marechal de campo Francisco Antônio da Silva Bittencourt.

Assim como no exército, a falta de recrutas também se abateu sobre a marinha de guerra. Se o serviço no Exército de Linha era cruel e, por isso muitos homens fugiam ao recrutamento, na esquadra, o cenário era ainda pior. No mar, os trabalhos eram mais rudes, os perigos eram maiores, além do confinamento.⁶⁸⁰ Com o aprofundamento do conflito e, a cada vez maior escassez de recrutas marinheiros, o governo imperial ofereceu vantagens em dinheiro a quem se alistasse. Essa crise de alistamento faria o governo lançar mão, em maior número, de libertos. O Ministério da Marinha libertou 2.700 cativos para enviar à guerra.⁶⁸¹

Além da grande quantidade de homens que o Rio Grande do Sul forneceu às forças terrestres da Guarda Nacional e do Exército para a guerra contra o Paraguai, se lhe exigiu ainda homens para a marinha. Em relatório apresentado ao vice-presidente da província, que ficaria no cargo interinamente, o então presidente Marcondes Homem de Melo, informava que, de acordo com a distribuição feita pelo Ministro da Marinha, ao Rio Grande do Sul, cabia contribuir com 98 recrutas. Até aquele momento, o número não havia sido atingido. “Das pessoas matriculadas na vida do mar, que pela capitania do

⁶⁷⁸ ANRJ – IJ 1 589. Rio Grande do Sul. Offícios dos presidentes. 1867 (janeiro-dezembro)

⁶⁷⁹ OSÓRIO, Correspondência do general Manuel Luís. Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.3.

⁶⁸⁰ OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora*. Ob.cit.p.85.

⁶⁸¹ Id.ib..p.88.

porto foram designadas para aquele serviço, mui poucas se apresentaram voluntariamente pelo que estão sujeitas ao recrutamento.”⁶⁸²

5.1.4 Voluntários da Pátria

Em 7 de janeiro de 1865, o governo imperial, através do Decreto 3.371, autorizou a criação de corpos de Voluntários da Pátria. Medida urgente pensada para montar às pressas uma força capaz de enfrentar as duas guerras em curso. Ao todo, no Império, foram criados em torno de sessenta e seis corpos de Voluntários da Pátria, com maior ou menor efetivo. Até 1866, quando da batalha de Curupayty, a numeração dos corpos era contínua, de acordo com a data de criação. A partir daí, houve reorganização, com a fundição e extinção de corpos.

Inicialmente, os corpos policiais das províncias transformavam-se nos primeiros corpos de Voluntários da Pátria. No Rio Grande do Sul, isso não ocorreu. Muitos viram ali uma oportunidade de ascender socialmente, de voltarem da guerra e gozarem dos benefícios que a lei dos voluntários concedia. A realidade foi distinta e o que se viu, na fala do tenente coronel Joaquim Cavalcanti d’Albuquerque Bello, comandante do 1º Corpo de Voluntários da Pátria do Pará, foi “uma guerra de extermínio” àquela “pobre gente”!⁶⁸³

Homens recrutados - em boa medida sob o emprego da força – vinham de todas as regiões do Império. Foi com esse efetivo e com a Guarda Nacional, sobretudo, do Rio Grande do Sul, que o governo imperial fez a guerra contra a República do Paraguai.

O referido decreto, publicado após consulta imperial ao Conselho de Ministros, criou por “circunstâncias extraordinárias”, os corpos de Voluntários da Pátria. Estavam aptos a ser chamados todos os homens entre 18 e 50 anos. Podiam-se apresentar, tanto guardas nacionais, como quem não o fosse. A gratificação oferecida era de “além do soldo que percebem os voluntários do exército, mais 300 rs diários e gratificação de 300\$000”, quando dessem baixa e lote de terra nas colônias militares e agrícolas, o que raramente ocorreria.⁶⁸⁴ Ao sentar praça como voluntário da pátria, o combatente deveria receber um

⁶⁸² RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo passou a administração. Ob.cit.p.26.

⁶⁸³ DIÁRIO DO TENENTE-CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor sobre sua passagem na Guerra do Paraguai. Introdução e notas de Ricardo Salles e Vera Arraes. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2011.p.80.

⁶⁸⁴ VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, decreto imperial que cria os Corpos de. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> Acesso em 28 ago.2017.

título de comprovação do voluntariado para ser usado, se conseguisse voltar vivo da guerra, para requerer os benefícios que a lei garantia.⁶⁸⁵

Oferecia benefícios

Entre outros benefícios oferecidos pelo decreto estava, sem perder os demais, a possibilidade de ascender a postos da oficialidade por distinção. Ou ainda, “os que tivessem direito a ser reconhecidos Cadetes ou Particulares”, poderiam “usar logo dos respectivos distintivos”.⁶⁸⁶ Findo o conflito, o decreto oferecia ao voluntário a possibilidade de tornar-se empregado público. Com o objetivo de atrair com mais brevidade o maior número de voluntários possíveis, o governo estabeleceu prazo para apresentarem-se tendo direito a todas as vantagens do decreto. O prazo era de sessenta dias na Corte e no Rio de Janeiro; de três meses, nas províncias mais próximas, e, de quatro, nas distantes, contada a data de publicação do decreto nos respectivos lugares.

No Rio Grande do Sul, duramente golpeado com reuniões e recrutamentos, formaram-se poucos corpos de Voluntários da Pátria. Naquela província, formou-se três corpos: 9º, 33º, 35º de Voluntários da Pátria. Outros, criados na província, com título de voluntários, eram corpos regulares da Guarda Nacional, transformados em voluntários. Entre esses, o corpo formado com extrema dificuldade e demora pelo coronel Manoel Lucas de Oliveira, na Região Sul.

Houve resistência do governo provincial e de comandantes da Guarda Nacional, que não desejavam perder o controle de importante contingente. Os guardas nacionais, ao migrar para os corpos de Voluntários da Pátria, saíam da jurisdição provincial. Por determinação do presidente da província, João Marcelino de Souza Gonzaga, a formação desses corpos foi adiada no Rio Grande do Sul, pretextando necessidade de receber novas ordens do governo imperial.

O presidente sustentou que a formação de Corpos de Voluntários esvaziaria os corpos da Guarda Nacional. João Marcelino temia que “promovendo-se em concorrência a organização de corpos de Voluntários da Pátria, as rivalidades que se suscitarium dessem em resultado a anarquia [sic] e a desmoralização e, como consequência final, não organizarem-se [sic] nem uns, nem outros.”⁶⁸⁷ As ponderações do governante não comoveram as autoridades imperiais que pressionavam para a criação de corpos de

⁶⁸⁵ REQUERIMENTO de Manoel Lopes Flores. ANRJ. Códice OG.547. Vol. 4.

⁶⁸⁶ VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, decreto imperial que cria os Corpos de. Ob.cit.

⁶⁸⁷ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga entregou a administração da província[...] Ob.cit.p.9.

voluntários. Isso, deu-se demoradamente. A oposição do presidente da província continuaria.

Organização autorizada

Em fevereiro de 1865, o marechal reformado do Exército Imperial e comandante superior da Guarda Nacional de Porto Alegre, Luís Manoel de Lima e Silva, solicitou permissão para alistar voluntários. Solicitações como essa foram recorrentes e negadas. Apenas em maio, três meses depois, pressionado pelo governo imperial e pela presença do Imperador que se deslocava para o Sul, o presidente provincial autorizou a criação de um Batalhão de Voluntários da Pátria. Em 16 de maio de 1865, ato da presidência permitiu a organização do referido corpo, com voluntários que se apresentassem ao recrutador, no prazo de três meses daquela publicação. O major José de Oliveira Bueno fora nomeado comandante do corpo.⁶⁸⁸

Em 16 de maio de 1865, João Marcelino de Souza, orientou a Luís Manoel de Lima e Silva, responsável da criação de um Batalhão de Voluntários da Pátria, para que só aceitasse homens “nas devidas condições de vigor e robustez para o serviço das armas”.⁶⁸⁹ Junto a resposta, de caráter positivo para o alistamento de voluntários, o governo da província remeteu ao referido oficial uma cópia do Ato da presidência que autorizava, de acordo com o Decreto 3371, de janeiro de 1865, a formação de batalhões de Voluntários da Pátria. O governo local, pretensamente à luz do decreto imperial, normatizou aquele serviço. As condições para alistar-se voluntário, segundo as instruções contidas no Ato Administrativo da presidência eram:

Artigo 1º. Não podem alistar-se Voluntários da Pátria: 1º. Os Guardas Nacionais desertores dos Corpos destacados. 2º. Os Guardas Nacionais que sendo avisados recusaram-se de fazer o serviço de Corpos destacados. 3º. Os Guardas Nacionais que fazem parte dos Corpos destacados, organizados em virtude da Lei de 19 de setembro de 1850. 4º. As praças do Corpo policial, sem prévia licença do Presidente da Província. Artigo 2º. Os Guardas Nacionais dos distritos dos outros Comandos Superiores, além do da Capital e São Leopoldo, que pretenderem alistar-se no Batalhão de Voluntários devem de apresentar guia passada pelo respectivo Comandante Superior do distrito de sua residência pela qual mostrem não estar compreendidos nos §§ 1º e 2º do artigo 1º. Artigo 3º. Os estrangeiros podem engajar-se para fazerem parte do Batalhão de Voluntários, percebendo as mesmas vantagens garantidas pelo Decreto nº 3.371, com exceção daquelas para as quais é essencial a condição

⁶⁸⁸ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O comando do Osório. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. Vol.2, Tomo II.p.25.

⁶⁸⁹ CORRESPONDÊNCIA de João Marcelino de Sousa Gonzaga a Luiz Manoel de Lima e Silva. Ob..cit.,p.42.

de ser Cidadão brasileiro.⁶⁹⁰

Mais tarde, o Ministro da Guerra, após criticar a forma como o presidente da província procedia no assunto dos voluntários da pátria, aprovou as instruções, mediante modificações nos § 1º e 2º do art. 1º. Em 20 de maio, o governo imperial comunicou ao presidente da província que as forças da Guarda Nacional que se reunissem voluntariamente teriam direito às mesmas vantagens dos que já estavam em serviço de guerra.⁶⁹¹ Não demorou para que comandantes da Guarda Nacional, mesmo dos corpos regulares, solicitassem o benefício de serem considerados voluntários.⁶⁹²

Com o prolongamento da guerra e baixa adesão de *voluntários*, o governo ordenara o recrutamento forçado de voluntários da pátria, o que os tornava *voluntários involuntários*. Para isso, os presidentes das províncias eram compelidos a formar os tais corpos. Quando causavam empecilhos, aqueles governantes eram, em geral, substituídos.

Apresentado ao imperador

No final de julho, o 9º Corpo de Voluntários da Pátria já estava organizado e prestou honras militares ao imperador quando de sua passagem por Porto Alegre a caminho da fronteira. Apenas cinco meses depois de pronto, marchou em direção ao teatro de operações. Pela demora, não chegara a tempo de assistir à rendição paraguaia, em Uruguaiana. Um ano depois, devido à derrota aliancista na batalha de Curupayty - onde muitos batalhões e corpos tiveram o batismo de fogo e foram dizimados - vários corpos de voluntários foram reorganizados e outros, extintos. O 9º Corpo de Porto Alegre foi alterado para 39º Corpo de Voluntários da Pátria, por aglutinação de diversos contingentes. A ele se incorporou a Bateria Alemã, de São Leopoldo, quase extinta pelas baixas sofridas.⁶⁹³

A criação do 33º foi autorizada em maio e, em agosto, marchou para a fronteira invadida do Rio Grande do Sul. Em 13 de agosto, ao sair de Porto Alegre em direção a Rio Pardo, o 33º Corpo de Voluntários fazia parte de uma Brigada Expedicionária, criada pelo comandante das armas da província. Compunha a Brigada, com outros quatro corpos de voluntários, o 8º, o 24º, o 25º e o 30º.⁶⁹⁴ Deveria juntar-se ao exército de Manuel Marques de Sousa. A Brigada também não chegaria a tempo de assistir à rendição

⁶⁹⁰ ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁶⁹¹ ANRJ. IG 1 194. Ministério da Guerra. Ob.cit.

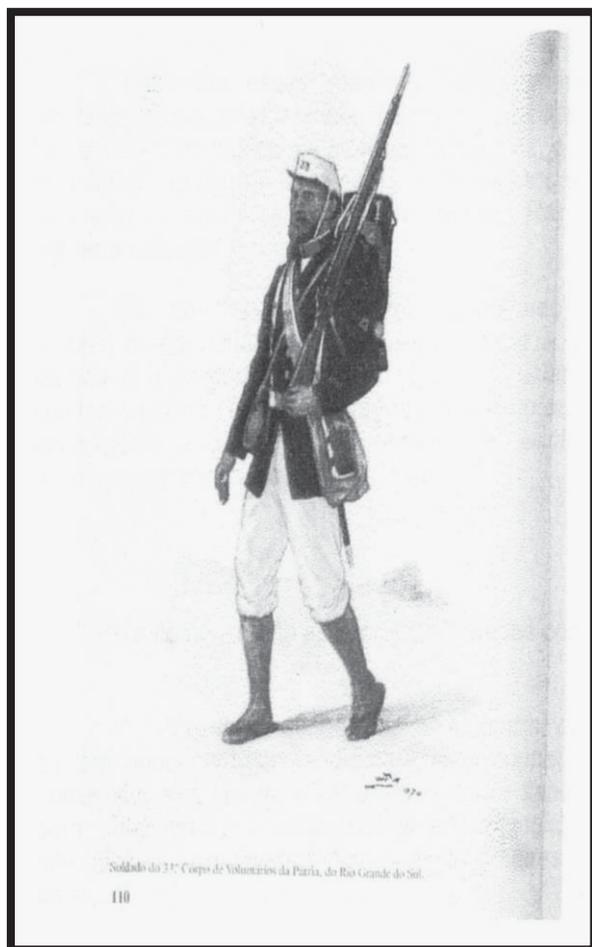
⁶⁹² ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 8. Ob.cit.

⁶⁹³ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da Imigração alemã* [...] Ob.cit.p.57.

⁶⁹⁴ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O comando do Osório. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.p.128.Vol.2, Tomo IV.

paraguaia em Uruguaiana. Dali, o 33º Corpo marchou para incorporar-se ao exército comandado por Luís Osório e, finalmente, em janeiro de 1866, devido à reorganização da tropa, foi extinto e incorporado ao 30º de Voluntários da Pátria, ficando extinto.

Imagem 16 - Uniforme do 33º de Voluntários da Pátria do RS



Fonte: DUARTE, general Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Vol.2.T.2.Ob.cit. p.150.

Com as notícias da invasão da província, o governo sulino autorizou a formação de um novo Batalhão de Voluntários da Pátria, em Bagé. Era o 35º e estava inicialmente destinado à 2ª Divisão Ligeira, comandada por Pedro de Abreu. Posteriormente quando o exército de Manuel Marques de Sousa cruzou o rio Uruguai, em São Borja, com destino ao território paraguaio, deixou forte efetivo guarnecendo a fronteira de Quaraí e Santana do Livramento, inclusive o 35º Corpo de Voluntários da Pátria, com sua pequena força de não mais que trezentos homens.⁶⁹⁵

⁶⁹⁵ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.p.145; ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

No Uruguai, seria criado o 4º Corpo de Voluntários com rio-grandenses lá residentes.⁶⁹⁶ Seu comandante era o tenente coronel José Bonifácio Machado. Boa parte da oficialidade do referido corpo havia participado, no início da campanha, contra o governo constitucional oriental.⁶⁹⁷

Formado no Uruguai

Também no Uruguai, foi organizado um corpo de cavalaria da Guarda Nacional. Em 1º de julho de 1865, passou ao Rio Grande do Sul e foi registrado como pertencente à Guarda Nacional de Santana do Livramento.⁶⁹⁸ Era o início do conflito e a classe proprietária rio-grandense, na província e no norte uruguaio, ainda mantinha seu apoio. Em dezembro do mesmo ano, o efetivo do Corpo de Cavalaria era bastante reduzido, por isso foi reorganizado como 1º Esquadrão de Santana do Livramento. Alguns corpos da Guarda Nacional, com limitado número de soldados, foram reorganizados. As deserções, as licenças e as dispensas diminuíram os corpos logo após a rendição paraguaia.

No início do conflito, oficiais militares do Exército ou da Guarda Nacional apresentavam-se voluntariamente – quando não estavam obrigados - para criar corpos que eles mesmos comandariam.⁶⁹⁹ Para João Marcelino, o pronto oferecimento de alguns oficiais da Guarda Nacional, para formarem novos batalhões, deveria ser visto com prudência. Segundo ele, muitas das ofertas eram feitas “com o fim de criar embaraços à organização de outros corpos anteriormente determinados” ou por “mera ostentação de patriotismo”.⁷⁰⁰ O presidente justificou as negativas por esperar novas instruções do Ministro da Guerra sobre a necessidade de “levantar mais forças de cavalaria” na província.⁷⁰¹

Comandar um contingente demandava recursos para prover inicialmente as tropas. Por isso, os comandos de corpos militares recaíam invariavelmente nas mãos dos mais afortunados. Os recursos gastos, eram posteriormente reembolsados, não raras vezes, em valor superior ao supostamente gasto. Nessa mesma correspondência, o governante provincial deixou explícito o perfil de quem reunia e comandava corpos da

⁶⁹⁶ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. tenente general Manuel Marques de Sousa. (conde de Porto Alegre). I vol. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves de Sousa, 1877.p.65.

⁶⁹⁷ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4.Ob.cit.

⁶⁹⁸ Id.Ib.p.244.

⁶⁹⁹ ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul.Ob.cit.

⁷⁰⁰ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino de Souza. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.41.

⁷⁰¹ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra.Ob.cit.

Guarda Nacional. O governante recusara o oferecimento de dois oficiais de Cruz Alta para criarem corpos. Ele justificou já ter aceito “o do Capitão Miguel Antunes Pereira, que por sua posição, fortuna e habilitações militares está nas condições de levar a efeito o seu oferecimento de organizar um Corpo.”⁷⁰²

Procedimento analisado

A recusa ou adiamento em aceitar aqueles oferecimentos foi matéria de análise na 3ª secção da 2ª Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, em 19 de junho de 1865. Após apreciação, aquela seção julgou “atendíveis as razões apresentadas pela Presidência para demonstrar a conveniência do procedimento, que tem tido na aceitação de oferecimentos, para a organização de Corpos de Voluntários e de Guardas Nacionais.”⁷⁰³

Em julho, João Marcelino informava ao Ministro que o Corpo de Voluntários porto-alegrenses estava se “organizando lentamente”. Ele tampouco fazia questão que fosse diferente. Não deixou dúvida no ofício. Dizia saber que organizar esses corpos no Rio Grande do Sul seria difícil. Segundo ele, “para atenuar-lhe os inconvenientes” da insistência do Ministro, ordenou a organização apenas de “Corpos de Infantaria”.⁷⁰⁴ Ou seja, era completamente contra aquela formação.

O governo provincial denunciava que, de acordo com a legislação nº 602 de 19/9/1865, aqueles corpos de voluntários pertenciam, na verdade, à Guarda Nacional, que se apresentavam voluntariamente. Frente ao exposto, fica evidente que João Marcelino Gonzaga, presidente da província, resistiu à organização de corpos de Voluntários da Pátria no Rio Grande do Sul. Por sua atitude, seria, posteriormente, duramente reprimido pelo Ministro da Guerra. Os corpos de Voluntários da Pátria não estavam sujeitos às ordens da presidência da província, isso significava uma perda considerável de poder político, o que pode justificar, de certa maneira, a tentativa de impedir aquele serviço.

Praças da polícia para completar

O presidente do Rio Grande do Sul, pressionado pelo governo imperial, disse que somente fora possível completar o efetivo para o 9º Corpo de Voluntários com o

⁷⁰² Id.ib.

⁷⁰³ Id.ib.

⁷⁰⁴ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O comando do Osório. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. Vol.2, Tomo II..p.24.

destacamento de “60 praças do corpo de polícia” e tomar “outras providências”.⁷⁰⁵ Informou isso ao Ministro do Império, mas tentava obstruir o trabalho. Ao ordenar o destacamento de dois oficiais do Corpo Policial para o de voluntários, advertiu que os vencimentos seriam pagos pelos cofres da Fazenda Geral e que o valor seria o mesmo pago no serviço da polícia. Pretendia, com isso, desencorajar o voluntariado.⁷⁰⁶

A justificativa do presidente com relação às dificuldades de recrutamento baseava-se nas rivalidades políticas históricas da província. Rivalidades que sempre se tornavam secundárias, quando os interesses da classe proprietária estavam em jogo. O governante destacou: “Nos comandos superiores de Quaraí e de Missões os antagonistas do brigadeiro David Canabarro e do coronel Antônio Fernandes Lima procurarão dissolver os corpos já organizados naquelas duas fronteiras, promovendo deserções das praças para alistarem-se Voluntários da Pátria.”⁷⁰⁷

O argumento não se justificava, visto que, pouco mais de um ano depois, quando o governo imperial necessitava criar um corpo do Exército no Rio Grande do Sul, nomeou um presidente não tão alinhado aos grupos políticos sulistas, que promoveu violento recrutamento na província.

A preocupação do governante provincial residia no fato de que a lei que instituiu os Voluntários da Pátria garantia algumas vantagens, após o fim do conflito. Entre os atrativos da lei, estava a isenção do serviço do Exército e da Marinha, bem como do serviço ativo da Guarda Nacional e vantagens em dinheiro. Considerando a força da Guarda Nacional, levantada no Rio Grande do Sul que superou 30 mil homens durante a Guerra, se essas forças fossem transformadas em Voluntários da Pátria, praticamente acabaria com a força de segunda linha no Rio Grande do Sul. O fato é que os voluntários que conseguiram retornar vivos do Paraguai, em geral, nunca receberam o que lhes fora prometido.

Todos voluntários

O temor de que mais forças da Guarda Nacional se convertessem em Voluntários da Pátria crescera na medida em que o governo imperial criava benefícios para atrair novos voluntários. Em 31 de julho de 1865, do Rio de Janeiro, José Tomás Nabuco de

⁷⁰⁵ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino de Souza. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p. 53.

⁷⁰⁶DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O comando do Osório. Ob.cit.p..25.

⁷⁰⁷ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga entregou a administração da província[...]Ob.cit.p..9.

Araújo [1813-1878], Ministro da Justiça, escreveu à Ângelo Muniz da Silva Ferraz, que acompanhava a comitiva do Imperador ao Rio Grande do Sul. À essa época, as dificuldades com recrutamento eram grandes e Nabuco de Araújo pretendia solucionar com as seguintes medidas: “[...] considerar como Corpos de Voluntários os da Guarda Nacional que se prestarem voluntariamente ao serviço da Guerra, marchando com a organização que tem e com seus próprios oficiais e praças”; “suspender por tempo indeterminado e substituir os comandantes superiores, tenentes coronéis e oficiais que se não prestarem ao serviço dos corpos destacados, etc.

Nabuco de Araújo pretendia também: “Mandar marchar os batalhões da Guarda Nacional com sua organização atual, excluídas as classes dos casados com filhos e viúvos com filhos”; “Dissolver a Guarda Nacional e recrutar nos lugares em que ela se não prestar ao serviço dos Corpos destacados”; e, “ativar o recrutamento”. Concluía exclamando, “Deus nos ajude”! Tais medidas deixam claro o quão difícil foi, mesmo no Rio Grande do Sul, o recrutamento. Como visto, as medidas vão desde incentivos, inclusive em dinheiro, ao transformar corpos da Guarda Nacional em corpos de Voluntários, mais vantajosos, até sanções rigorosas aos militares que fugissem ao serviço.

O governo imperial, sobretudo após estar a par do estado de coisas em que se encontrava a província do Rio Grande do Sul, correu contra o tempo para aumentar o contingente que marcharia para o campo de batalha. A única força capaz de atender às necessidades da guerra era a Guarda Nacional, visto que o exército não possuía a menor condição de fazê-la. Diversos decretos do Conselho de Ministros do Império almejaram atingir o maior número de Guardas Nacionais possível.

Em 4 de agosto de 1865, publicou-se o decreto que equiparava os Corpos de Voluntários da Guarda Nacional aos Corpos de Voluntários da Pátria – com todos os benefícios oferecidos pela legislação que criou aqueles corpos. Na mesma linha, em 30 de agosto, surgiu um decreto que concedia, aos guardas nacionais designados, os mesmos favores concedidos aos voluntários. Já em 12 de setembro, publicou-se o decreto que isentava do recrutamento ativo da Guarda Nacional quem apresentasse substituto idôneo. Com isso, beneficiava-se quem tinha recursos para apresentar substituto.⁷⁰⁸ Como afirmava Joaquim Nabuco, os decretos foram publicados, porém, era “preciso achar esses homens [e] criar os batalhões”.⁷⁰⁹

⁷⁰⁸ Id.ib.,p.284.

⁷⁰⁹ Id.ib.,p.283.

Queria destaque no Exército

Manoel Lucas de Oliveira, estancieiro, criador de gado, militar, liberal, ex farroupilha, demorou para engajar-se na luta contra o Paraguai. Contra os *Blancos*, ele não se envolveu. Nascido em Povo Novo, Pelotas, em 29 de janeiro de 1797, falecera em 1874, aos 77 anos. Em 1847, após a pacificação da província, foi nomeado coronel da Guarda Nacional, comandando os municípios de Piratini, Bagé e Jaguarão.⁷¹⁰ As atividades na função de oficial da Guarda Nacional eram divididas com as de proprietário de terras. Além do lucrativo comércio de gado, Manoel Lucas era um proto-capitalista, assim como outros homens de sua época. Teria investido na produção vinicultura, na fruticultura e caleira [produção de cal]. Nessa, empregava mão de obra livre, assalariada.⁷¹¹

Posteriormente, durante a guerra contra o Paraguai, foi aceito para recrutar corpos de Voluntários da Pátria. Seu posto era de tenente-coronel em comissão para o recrutamento de forças voluntárias. Posto diretamente subordinado ao presidente da província.⁷¹² Antônio de Sousa Neto foi um dos militares rio-grandenses mais empenhados em arregimentar homens para o exército, sobretudo para resolver a questão que mais lhe interessava – derrubar o governo uruguaio. Em outubro de 1864, Neto teria escrito para Lucas de Oliveira, solicitando auxílio para recrutar voluntários. Um mês mais tarde, em resposta, dizia que, se o governo não lhe desse o lugar merecido no Exército de Linha, por sua antiguidade e capacidade militar, que não contasse com ele.⁷¹³

O voluntariado passava longe! Se não fosse para obter benefícios pessoais, graduando-se e obtendo cargos de prestígio no Exército, não iria. Ironicamente, esse mesmo coronel teria que formar, posteriormente, corpos de Voluntários da Pátria, após algumas das exigências atendidas. Em seu diário, Manuel Lucas de Oliveira registrou o quanto seus interesses pessoais estavam à frente do patriotismo. Em 30 de janeiro, em Pelotas, reuniu-se com o presidente da província, João Marcelino Gonzaga. Esse teria lhe solicitado auxílio para a reunião de gente “aos comandantes de Canguçu e Piratini”. Sem meias palavras, teria dito que “não estava disposto a trabalhar sem vantagens”.⁷¹⁴ Tinha maiores pretensões.

⁷¹⁰ DIÁRIO do coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864-1865. Introdução. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 1997.

⁷¹¹ DIÁRIO do coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864-1865. Introdução. Ob.cit.p.67.

⁷¹² Id.ib.,p.24.

⁷¹³ FERRER, Francisca Carla Santos. Registros Diários: o Diário do Coronel Manoel Lucas De Oliveira. Historiæ, Rio Grande: 2011.p.55. disponível em:

<https://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2402/1292> . Acesso 4 set. 2017.

⁷¹⁴ DIÁRIO do coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864-1865. Introdução. Ob.cit.p.34

No dia seguinte, 31 de janeiro de 1865, ou seja, pouco tempo após publicado o decreto que criava os corpos de voluntários, Lucas de Oliveira enviou, por intermédio de João Frederico Caldwell, em deslocamento à Corte, requerimento ao imperador para criar dois corpos de cavalaria de Voluntários da Pátria, com oito companhias cada um.⁷¹⁵ A resposta positiva viria apenas cinco meses mais tarde, com a província já invadida. Com imensa dificuldade, organizou os corpos que muito tardiamente marcharam, sem a presença do comandante.⁷¹⁶

Escolhido por necessidade

Tão logo enviou a solicitação, Lucas de Oliveira começou a acionar, mediante cartas e visitas pessoais, pessoas capazes de ajudá-lo a reunir homens para a guerra. A resposta demoraria para chegar, enquanto isso, o militar revezava seu tempo entre os afazeres de estancieiro e as visitas a aliados, amigos e parentes. Em 22 de julho de 1865, recebeu autorização para reunir corpos de Voluntários da Pátria. À essa altura, o imperador e comitiva chegavam ao Rio Grande do Sul, que estava com dificuldades administrativas e com a Guarda Nacional desmobilizada. O aceite da proposta de Lucas de Oliveira seria feito no calor das necessidades. Com a patente de tenente coronel dos corpos que criasse, Lucas de Oliveira iniciou o recrutamento.

Espalhada a notícia de que Lucas de Oliveira era oficialmente encarregado da reunião de voluntários, muitos homens se apresentaram. O voluntariado era grande entre oficiais da Guarda Nacional. Era uma grande oportunidade de comandar uma fração daqueles corpos. No diário do comandante, há diversas anotações de distribuição de portarias autorizando esses oficiais a reunir “voluntários”.⁷¹⁷ As reuniões teriam ocorrido em toda a região sul da província, com destaque para Pelotas e Bagé. Apesar da grande investida, os resultados eram pífios e a tarefa demorada.

Manoel Lucas de Oliveira, em correspondência ao presidente da província, queixou-se dos obstáculos que muitos oficiais impunham ao seu serviço, classificado por ele de “oneroso encargo de minha transcendente comissão”. Ao que parece, por autorização do Ministro da Guerra, os capitães Francisco Cardoso da Costa e Julião José Fernandes, teriam formado companhias de infantaria montadas que prontas foram impedidas de marchar para o exército.⁷¹⁸

⁷¹⁵ Id.ib.,p.35.

⁷¹⁶ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Ob.cit.

⁷¹⁷ DIÁRIO do coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864-1865. Introdução.Ob.cit.p.75.

⁷¹⁸ AHRS. Correspondência de Manoel Lucas de Oliveira, 1865. Autoridades militares, maço 193.

A correspondência tratava também do descumprimento de ordens dadas pelo governo provincial, pelos comandantes superiores da Guarda Nacional de Pelotas, Canguçu e Piratini. As ordens eram para que os ditos comandantes concedessem “passagem aos oficiais e praças de pret que [quisessem] voluntariamente servir nos Corpos de Voluntários da Pátria.” Ele entendia que o governo deveria agir mais energicamente com quem atrapalhasse os serviços do exército. Pois acreditava que agiriam assim enquanto não fossem responsabilizados “por tolherem, por caçarem, por inutilizarem mesmo essas passagens, pretextando [...] e promovendo delongas para as entorpecer e inutilizar [as praças], sem se lembrar que a ordem do Superior deve ser logo cumprida religiosa e estritamente.”⁷¹⁹

Não aceitava desertores

Na mesma correspondência, Manoel Lucas de Oliveira explicava-se das acusações de que nos corpos que estava organizando havia desertores de outros corpos por ele acoitados. Dizia que aquilo era outra mentira dos comandantes da Guarda Nacional que lhe impunham oposição. Afirmava que não existia “nos Voluntários da Pátria desertor algum”. Declarava que “não se hão recebido por que entendo que nem eu nem esses Comandantes Superiores, nem ninguém as pode aceitar, senão por um perdão geral emanado do governo.”

Provavelmente, havia muitos desertores da Guarda Nacional naqueles corpos, o que era comum devido aos benefícios de servir como voluntários. Com a máxima de que a melhor defesa é o ataque, o tenente-coronel Lucas de Oliveira acusava seus oponentes. Sobre os desertores afirmava que “eles têm recebido a quantos podem prender ou se apresentam, como posso provar, se a isso for compelido.”⁷²⁰

O governo provincial publicara circular destinada aos encarregados do recrutamento, fazendo-os observar que o princípio do voluntariado deveria ser garantido, assim como o nome propõe. Manuel Lucas de Oliveira, respondendo a tal circular, garantia que desde o início de sua vida militar, em 1832, nunca aceitou “um só homem que não fosse voluntário”.⁷²¹ Ao que parece, as denúncias contra Lucas de Oliveira não eram tão infundadas. Nota, em seu diário, apontava para uns “Voluntários da Pátria” que o compadre Israel mantinha “presos”.⁷²²

⁷¹⁹ Id.ib.

⁷²⁰ Id.ib.

⁷²¹ Id.ib.

⁷²² DIÁRIO do coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864-1865. Introdução.Ob.cit.p.34

Passados dois meses do início oficial da organização dos voluntários de Lucas de Oliveira, pouca coisa havia conseguido. Nesse período, os paraguaios avançaram sobre a costa do rio Uruguai, invadiram e saquearam as vilas litorâneas e foram sitiados em Uruguaiana. Nem aquelas ameaças à província faziam as reuniões serem mais ágeis. Entre os motivos, o desinteresse dos proprietários do meridiano da província em acudir aquela fronteira. Em fins de setembro, teria recebido ordens para marchar com seus corpos. Tão logo recebida as ordens, ordenou a reunião de “todos os contingentes” por eles reunidos, o que alcançou a cifra de “quase trezentos homens”.⁷²³

Com muita dificuldade

Não obstante, ao longo da marcha terem se reunido, de vez em quando, uns quatro ou cinco voluntários, o efetivo continuava pequeno. Nos dias que se seguiram à junção das forças, Lucas de Oliveira anotou a corrida que fez para elevá-las. Eram comuns registros como “escrevi a vários amigos” ou que indicavam o envio de oficiais para reunir mais gente.⁷²⁴ A sina para engrossar as fileiras continuou. Manoel Lucas de Oliveira esperava contar com o apoio de “homens de mais influência” de Triunfo, entre eles “Bento Gonçalves”, filho do ex líder farroupilha.⁷²⁵

As reuniões de homens feitas por Lucas de Oliveira contavam com grande número de guardas nacionais. Muitos solicitariam ao presidente da província serem considerados Voluntários da Pátria, para obter as vantagens da lei que instituiu aqueles corpos.⁷²⁶ Isso, mesmo havendo decreto que os equiparava. Apesar do recrutamento de guardas nacionais, as dificuldades persistiram. Em 25 de outubro de 1865, ainda nas imediações de Pelotas, Manoel Lucas de Oliveira contava com uns “419 praças”. Dois dias depois, em 27 de outubro, esse efetivo teria acompanhado, no porto de Pelotas, a despedida do monarca em direção à Corte. No mesmo dia, recebera novamente ordens para marchar com seus homens “para o Exército em Operações em São Borja”.⁷²⁷

Mesmo não sem reunir o efetivo prometido, dois corpos de voluntários, e com impressionante demora na marcha, Lucas de Oliveira recebia quantias para pagar etape e soldos. No final de novembro, ainda não haviam marchado, o comandante receberia dinheiro suficiente para pagar 600 praças e dias depois mais dinheiro para pagar 700.⁷²⁸

⁷²³ Id.ib.,p.86.

⁷²⁴ Loc.cit.

⁷²⁵ DIÁRIO do coronel Manuel Lucas de Oliveira – 1864-1865. Introdução.Ob.cit.p.87.

⁷²⁶ Id.ib.,p.88.

⁷²⁷ Id.ib.,p.92.

⁷²⁸ Id.ib.,p.102.

Aqueles corpos nunca passariam de 500 homens. Desprezando as constantes ordens para marchar, o comandante concedeu, por mais de uma vez, licenças aos recrutados, retardando sobremaneira a evolução do corpo.

O diário pessoal de Lucas de Oliveira foi encerrado sem notícias da marcha. Ao que parece, iniciou-se novo ano e ainda não havia ocorrido. Em janeiro de 1866, o presidente da província expediu ofício ao comandante da guarnição de Bagé ordenando que ele impedisse “reuniões de gente feitas pelo [tenente] coronel Manoel Lucas de Oliveira ou seus prepostos”, naquele distrito. Dizia mais que, em aparecendo, fossem recolhidos presos à capital.⁷²⁹ Em 8 de fevereiro, Manuel Marques de Sousa, já transportando seu exército para o território correntino, comunicava ao Ministro da Guerra não ter notícia do coronel Lucas de Oliveira, apesar de ter-lhe oficiado “responsabilizando-o pela demora”.⁷³⁰ Em 12 de junho de 1866, aquele coronel foi dispensado do serviço, ou seja, não chegou ao Paraguai.⁷³¹ Os homens que comandava foram possivelmente transferidos para outro corpo.

Mais e mais homens

A necessidade de homens para guerra só aumentava, ao passo que o voluntariado diminuía, principalmente quando o teatro de operações mudaria para fora da província. Em 1866, com a crescente necessidade de recrutamento, o presidente em exercício da província encarregou novamente o marechal de campo reformado Luiz Manoel de Lima e Silva de organizar um Batalhão de Voluntários da Pátria. A iniciativa não foi possível visto que, aparentemente, não houve voluntários. Em seu relatório, o presidente informou que “um que outro voluntário que se apresentou” fez marchar para o exército.⁷³²

Criado às pressas, sem uma regulamentação mais específica quanto à organização e penalidades a que estavam sujeitos, havia, por parte dos comandantes de corpos, de brigadas e de exércitos, muitas dúvidas sobre como proceder no caso dos Voluntários da Pátria. O coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, comandante de uma Brigada do

⁷²⁹ AHRS. Correspondência de Antônio Lima, 1866. Autoridades militares, maço 195.

⁷³⁰ SOUSA, Manuel Marques de. Correspondência ao Ministro da Guerra, 8 de fevereiro de 1866. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

⁷³¹ CORRESPONDÊNCIA do chefe da Pagadoria militar do Exército em operações contra o governo do Paraguai, sem identificação do destinatário. Quartel general em Tuyu-Cué, 18 de setembro de 1867. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 202.

⁷³² RELATÓRIO apresentado ao presidente nomeado do Rio Grande do Sul Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo pelo 2º vice-presidente Antônio Augusto Pereira da Cunha. s/l., 1866.p.10.

Exército de Manuel Marques de Sousa, questionava sobre o procedimento que deveria ser dado aos voluntários.

1º. Qual o regulamento disciplinar a que estão sujeitos os Corpos de Voluntários da Pátria. 2º. Se assim como as praças do Exército é ou não as de tais Corpos aplicável o castigo corporal. 3º. Se lhe é permitido, a bem da disciplina, transferir para o contingente de 1ª linha que na Brigada existe adido a 31º Corpo qualquer dos voluntários a mesma Brigada pertencentes, como lhe informam, estava autorizado o Coronel seu antecessor.⁷³³

Manuel Marques de Sousa remeteu a consulta à 2ª seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. A resposta seria de que os corpos de voluntários estavam sujeitos aos regulamentos militares. O caráter excepcional de sua formação era ignorado e, assim, como os guardas nacionais destacados, ficariam à mercê do autoritarismo dos chefes militares. No documento, de onde extraímos estas informações, consta, na parte superior, o deferimento do parecer, com ressalvas, pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra. A anotação chamava a atenção “relativamente à prudência que na época presente deve presidir a aplicação dos castigos corporais que aliás forem autorizados.”

O esforço de guerra, na concepção do Ministro, passava, inclusive, pela despenalização de alguns crimes que, em tempos de paz, seriam punidos. A época era de *unir* e não de repelir e, para isso, as velhas e autoritárias práticas repressivas militares precisavam ser abrandadas. Isso nem sempre foi seguido. Quanto às transferências, elas deveriam ser feitas “somente por ordem do Senhor General em Chefe do Exército” e, quando a “pedido dos Voluntários.”⁷³⁴

5.1.5 Força naval

Ao final da Guerra contra o Paraguai, o Império do Brasil possuía uma muito poderosa armada. O potencial da marinha de guerra imperial já fora demonstrado e tinha decidido favoravelmente ao Império, várias causas até ali. A armada foi fundamental nas intervenções imperiais na região platina, ao longo do século 19. No início do conflito com o Uruguai a Amada Imperial, ali comandada pelo sul-rio-grandense, de São José do Norte, visconde de Tamandaré, participara efetivamente no bombardeio a Paysandú e ao cerco de Montevideú.⁷³⁵

⁷³³ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 5.Ob.cit.

⁷³⁴ Id.ib.,

⁷³⁵ JACEGUAY, Arthur (Almirante). Reminiscências da Guerra do Paraguay. Com prefácio do Contra-Almirante Raul Tavares. Rio de Janeiro: s/n,1935.

Inicialmente, a Esquadra Imperial tinha “42 navios, sendo de vela 13 e 29 a vapor, montando 239 bocas de fogo, guarnecidos por 602 oficiais das diversas classes e 2.787 praças de pret.”⁷³⁶ Recursos esses insuficientes, qualitativa e quantitativamente para a guerra. Em 1865, após a invasão do sul de Mato Grosso, a esquadra foi aumentada para 45 navios de vapor e 12, a velas. No início do conflito, no Rio da Prata, havia 19 vapores de guerra, de transporte à roda ou hélice e à vela. Ao total, 2.384 tripulantes e 102 canhões.

A Esquadra Imperial era imensamente superior à Armada Paraguaia que, nessa época, tinha apenas 23 vapores, cinco navios de vela, três lanchões e, aproximadamente, 12 chatas.⁷³⁷ Todos eles, à exceção das chatas e de uma canhoneira, eram navios civis. Essa disparidade se radicalizou, após a batalha naval de Riachuelo. O Império, pelo contrário, contava com uma cada vez mais poderosa marinha de guerra, que chegou a 94 navios, dos quais 16 encouraçados, muito bem armados e contando uma tripulação que superava os 6.500 homens.⁷³⁸ Nesse contexto, onde há muito tempo já se desenhava uma guerra na região, a província do Rio Grande do Sul, implicada diretamente em qualquer conflito que houvesse, não dispunha de uma força naval organizada para a defesa das fronteiras. Quando ocorreu a invasão da fronteira do rio Uruguai, por forças paraguaias em junho de 1865, não havia, em toda a extensão do rio Uruguai, um barco de guerra, sequer.

Pequena flotilha

A pequena flotilha de guerra existente no Rio Grande do Sul era composta por quatro vapores: o *Amélia*, o *Fluminense*, o *Cachoeira* e o *Apa*. Em 1864, ainda seria reduzida. O vapor *Apa*, então encalhado, foi desarmado para reparos. Aquele vapor seria, segundo o presidente da província, “o melhor dos vapores da flotilha”. O vapor era de “pouco calado” e era o melhor para a “navegação da Lagoa Mirim e dos rios”, ou seja, justamente o que necessitava a defesa da província para as fronteiras.⁷³⁹ Ainda em janeiro de 1864, o Ministro da Marinha teria mandado seguir para o Rio Grande do Sul o barco de guerra à hélice, *Guanabara* e o vapor *Taquary*, que estavam no Arsenal de Guerra da Corte.⁷⁴⁰

⁷³⁶OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora*:Ob.cit.p.39; AZEVEDO, dr. Carlos Frederico dos Santos. *História médico-cirúrgica da esquadra brasileira nas campanhas do Uruguai e Paraguai* de 1864 e 1869. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1870.p.3.

⁷³⁷ AZEVEDO, dr. Carlos Frederico dos Santos. *História médico-cirúrgica da esquadra* [...]Ob.cit.p.3.

⁷³⁸ OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora*. Ob.cit.p.46.

⁷³⁹ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga entregou a administração da província [...] Ob.cit.p.23.

⁷⁴⁰ A ACTUALIDADE. Jornal da Tarde. Notícias diversas, 18 de janeiro de 1864. Disponível em:

O vapor *Amélia* estava cotado para o serviço de escavação do canal da barca de Rio Grande, deixando assim a esquadra de guerra. Da referida flotilha, não se podia esperar muito. Segundo os relatórios, os demais barcos estavam em péssimas condições de uso. Em 1865, João Marcelino de Souza Gonzaga, definia assim: “O Amélia e o Fluminense são vapores de pouca marcha, já bastante velho o casco daquele e a máquina deste, precisando ambos de frequentes reparos.” Para completar, informava que “o Cachoeira pouco serviço pod[ia] fazer”.⁷⁴¹

Até a invasão paraguaia, não havia qualquer embarcação de guerra protegendo a fronteira do rio Uruguai. Em 1867, o presidente da província, Torres Homem, informava a compra de um novo vapor de guerra para a flotilha da Lagoa dos Patos. O vapor *Silveira*, comprado na Corte, seria o melhor daquela modesta força de defesa naval. Esse mesmo governante comunicava à Assembleia Legislativa provincial que a 4ª Divisão da Esquadra Imperial em operações contra o Paraguai estava estacionada no rio Uruguai, sob comando de José Antônio Faria. Essa divisão era composta dos vapores *Taquary e Tramanday* e das chatas *Europa, Ásia e América*. Ao todo, 121 praças tripulavam a divisão. Não havia um serviço de passagem de tropa e cavalaria no rio Uruguai para atender a constante demanda da guerra. Com isso, o presidente da província ordenou a compra, em Montevideú, de uma barca para esse serviço, que demorou uma eternidade para chegar.

A Marinha Imperial poderia ter resolvido a guerra, ou pelo menos aberto caminho para isso, desde muito cedo, porém seu imobilismo foi latente em toda a campanha. O visconde de Ouro Preto fez dura crítica à falta de mobilidade da marinha. Segundo ele, os navios estragavam nos portos sem ordem de circularem em reconhecimento dos canais de navegação. Avaliava que se “estivessem em constante movimento” teriam encontrado “a verdadeira solução do grande problema das comunicações internas, aproveitados, para isso, os majestosos rios” que cortam o território imperial.⁷⁴²

Emílio Carlos Jourdan teceu duras críticas ao procedimento dos oficiais da Armada, no que se refere ao Rio Grande do Sul. “A esquadra brasileira [sic] estava ali perto e ninguém se lembrou de mandar uma flotilha para defender o Uruguai. Nem sequer mandaram um oficial de marinha para organizar qualquer coisa”.⁷⁴³ Em 3 de julho, emergencialmente, Joaquim Antônio do Valle, comandante militar de Uruguaiana,

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=235296&pasta=ano%20186&pesq=rio%20grande%20do%20sul>. Acesso em 14 de out 2019.

⁷⁴¹ Id.ib.,p.23.

⁷⁴² OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora*.Ob.cit.p.64.

⁷⁴³ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*.Ob.cit.p.121.

contratou o pequeno vapor mercante *Uruguai* e dois lanchões e mandou armá-los com artilharia para patrulharem o rio Uruguai.

Naquela época, estava em Uruguaiana, o 1º tenente do 3º Batalhão de Artilharia a pé, Floriano Peixoto. Ele vinha em comissão, para instruir o 4º Batalhão de Infantaria a manusear armas do sistema Minié. Após concluir sua missão, foi nomeado, pelo comandante superior da Guarda Nacional de Uruguaiana, para comandar interinamente a esquadrilha ali improvisada, composta de 60 praças da Guarda Nacional.⁷⁴⁴

Insurreição a bordo

Em junho de 1867, no vapor Taquary, pertencente à 4ª Divisão naval da Armada Imperial, estacionado nas águas do rio Uruguai, frente à vila de Itaqui, teria ocorrido uma primeira tentativa de insurreição.⁷⁴⁵ Joaquim Vieira da Cunha, em seu relatório de passagem de cargo da administração provincial a Guilherme Xavier de Sousa, relatou:

No dia 1.º de Junho uma das praças do vapor Taquari denunciou que quase toda a guarnição do mesmo navio pretendia sublevar-se, e com quanto não levasse a efeito o seu criminoso intento, entendeu todavia o comandante da divisão que seria melhor remeter para esta capital algumas das praças daquela guarnição mais suspeitas, para serem inqueridas sobre o fato.⁷⁴⁶

Entre 15 e 19 de julho de 1867, efetivou-se, no vapor Taquary, a tentativa de sublevação ensaiada no mês anterior. A revolta foi motivada pela ordem de castigo físico a um carpinteiro da embarcação. Com forte repressão, o comandante da fronteira de São Borja, tenente José Joaquim de Assumpção embarcou no vapor *Tramandahy* e, com 120 homens de infantaria, encerrou a rebelião.⁷⁴⁷

Em 13 de novembro do mesmo ano, chegavam a Montevideú trinta e duas praças da armada, oriundas do Rio Grande do Sul, “por se terem sublevado no vapor Taquary”.⁷⁴⁸ Conduzidas no vapor *Guaporé*, os sublevados seriam colocados à disposição do capitão de mar e guerra, Theotônio Raymundo de Brito, comandante de uma divisão da Armada

⁷⁴⁴ Id.ib.,p.121.

⁷⁴⁵ COUTO, Mateus. Tribunais de guerra: castigos e punições nas forças imperiais durante a campanha contra o Paraguai (1864-70). Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, PUCRS. Rio Grande do Sul, 2016.p.158.

⁷⁴⁶ RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Joaquim Vieira da Cunha passou a administração da província ao Exmo. Sr. Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza. Porto Alegre, Tipografia do Comércio, 1868.p.8.

⁷⁴⁷ FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo, na segunda sessão da 12ª Legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1867.p.83.

⁷⁴⁸ AHRS. Correspondência do marechal de campo Antônio Nunes de Aguiar, 1867. Assuntos militares, maço 201.

Imperial estacionada naquela cidade. A documentação não aponta se houve castigo físico aos amotinados, como era de costume naquela instituição.

O problema da defesa do Rio Grande do Sul não era de efetivo. Homens havia bastante, em número muito superior aos do Paraguai. Não era problema de recursos econômicos, pois o Império vivia excelente fase na economia, puxada, sobretudo, pelas exportações de café de São Paulo e do Rio de Janeiro. Com os recursos que tinha, o governo imperial poderia armar e fardar com relativa antecedência milhares de homens e fixá-los nas fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Com a poderosa armada, poderia também estacionar barcos de guerra nos principais rios daquelas províncias. O problema era outro. Estava ligado ao caráter pré-nacional do Estado imperial. A principal força armada com a qual contava para combater o Paraguai – a Guarda Nacional – era de caráter irregular, não paga, sem treinamento, inicialmente, com péssimas armas, mal vestida e, principalmente, não tinha interesses no conflito.

5.2 Quartéis e armas

Quando do início da guerra contra o Uruguai e, a seguir, contra o Paraguai, a estrutura física dos quartéis, do Rio Grande do Sul, não seria ruim. Nas principais cidades e vilas da província, onde havia um destacamento, regimento ou batalhão do Exército de Linha, havia quartéis, próprios do Estado ou alugados. A Guarda Nacional também contava com quartéis, em especial nos locais onde havia postos de destacamento desta força a serviço do Exército.

Em cidades e vilas que, por sua localização e importância militar, não dispunham de destacamentos do Exército ou da Guarda Nacional, possivelmente não existiam quartéis. Johann Gottlieb Lang, de origem alemã, serviu na Guarda Nacional de São Leopoldo, em 1863. Segundo ele, a mobilização daquela força não era regular.

Quartel não existia, e mesmo durante a semana a maioria de nós não dispunha de tempo. Por isso nos reuníamos aos domingos. Cada domingo de manhã às 9 horas passamos revista em frente da casa do capitão Joaquim Paulo de Fogaça. Todos os arrolados deveriam estar presentes. Seguidamente, porém, faltavam muitos. Estes então foram intimados várias vezes, e finalmente compareciam.⁷⁴⁹

Quando do início da guerra contra o Uruguai e, a seguir contra o Paraguai, existia no Rio Grande do Sul a seguinte estrutura física:

Em Porto Alegre, havia um edifício, ocupado pela secretaria do Comando das Armas da província; o quartel do 3º Batalhão de Infantaria, provavelmente seja o mesmo

⁷⁴⁹ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.p.12.

quartel dos guaranis, então situado na esquina das atuais ruas *Vasco Alves* e *Riachuelo*, no centro histórico da cidade. O prédio daquele quartel, seria de propriedade do Estado, bastante amplo e de construção rústica. Seu nome se devia a uma legião de índios guaranis, que “por muito tempo esteve aquartelada e incumbida da guarda do depósito da pólvora”.⁷⁵⁰

Na capital, havia também o *quartel dos inválidos*, que abrigava a Companhia de Inválidos, situado à rua *direita*, também conhecida como *rua dos quartéis*, atualmente, rua *David Canabarro*, entre as ruas *Andradas* e *Riachuelo*. Em 1873, o quartel fora demolido para permitir o trânsito na rua.⁷⁵¹ A medida em que os corpos do norte do Império chegavam à Porto Alegre em trânsito para a fronteira, era necessário dar-lhes acomodações. Muitos destes corpos foram acomodados em lugares que nem de longe aparentavam quartéis.⁷⁵²

Inclusive o teatro

No ápice da chegada de recrutas à Porto Alegre, em 1865, em função da invasão paraguaia à fronteira, nem mesmo o teatro São Pedro, um dos mais belos e grandiosos prédios da capital, foi poupado. Ele abrigou, entre outros, o 25º Batalhão de Voluntários da Pátria, com contingentes do Paraná e de Santa Catarina.⁷⁵³ O teatro foi idealizado por um grupo de doze acionários que pretendiam, com sua receita, socorrer a Santa Casa de Misericórdia da capital. Em 1833, um terreno, que ficava no coração da antiga cidade, em frente a Praça da Matriz, em lado oposto a sede do governo provincial e da própria Igreja Matriz, foi doado pelo então presidente da província, Manoel Antônio Galvão.

⁷⁵⁰ PORTO ALEGRE, *História popular de Porto Alegre*.p.55-56. Apud MONTEIRO, Charles. Porto Alegre e suas escritas: História e Memórias da cidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.p.182.

⁷⁵¹ RUA GENERAL CANABARRO. Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?reg=42&p_secao=17

⁷⁵² EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d'. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*.Ob.cit.p.32

⁷⁵³ Ob.cit.p.33

Imagem 17 - Teatro São Pedro, Porto Alegre



Fonte: TEATRO São Pedro, Porto Alegre RS. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra16571/teatro-sao-pedro-porto-alegre-rs>>. Acesso em: 28 de Jan. 2020. Verbete da Enciclopédia.

Em Porto Alegre, havia também o quartel para a Guarda Nacional destacada e parte do prédio da Santa Casa da Misericórdia, no andar térreo, onde estava a secretaria da delegacia do Corpo de Saúde, alugada, por 150\$000 mensais. Em agosto de 1865, quando o conde d’Eu esteve em Porto Alegre, anotou que no hospital militar daquela cidade, no prédio próprio e no alugado da Santa Casa de Misericórdia, existiam “mais de 300 doentes”. As instalações do hospital não eram cômodas para todos os enfermos. Enquanto uns “jazem no chão, sem outro cômodo senão uma esteira de bambu”, outros “tem muito bons colchões”. As salas eram espaçosas, mas não suficientes para a quantidade de doentes que chegavam.⁷⁵⁴ Ao que parece, não era comum, na América do Sul, fazer-se uso do aboletamento, ou seja, alojar tropas temporariamente em casas de particulares.

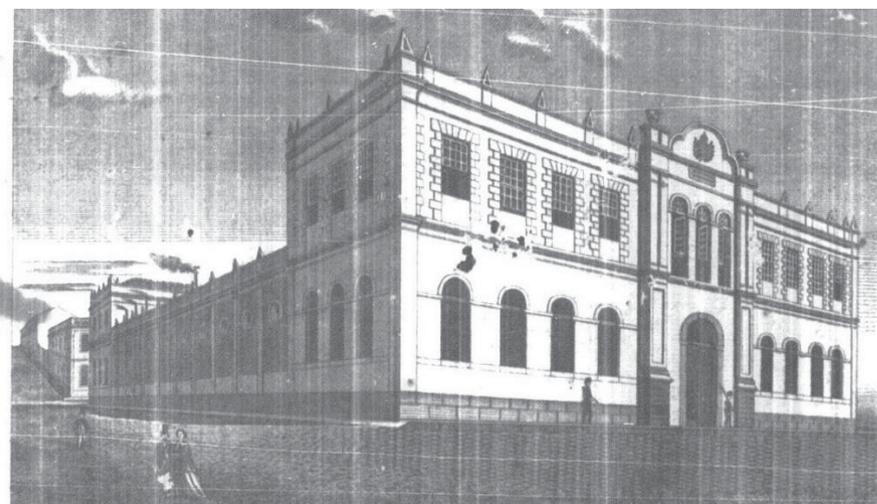
Desde 1851, funcionava na *rua da Praia*, ao lado da *Igreja das Dores*, no centro da capital da província, o Arsenal de Guerra de Porto Alegre, em lugar que já havia sediado o *Trem de Guerra* e o *Arsenal de Guerra* da província.⁷⁵⁵ O Arsenal era uma

⁷⁵⁴ Ob.cit.p.21.

⁷⁵⁵ SANTOS, Maicon Lopes dos. “Úteis a si mesmos e a Pátria”: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850 – 1870). Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.p.25. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7958>. Acesso 30 Out.2019.

espécie de centro de organização, manutenção e distribuição de material bélico. O prédio, onde atualmente funciona a 8ª Circunscrição do Serviço Militar do Comando Militar do Sul, é grande, de dois pavimentos, feito de tijolos e coberto de telhas. Segundo o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire [1779-1853]: “Na extremidade da Rua da Praia, duas construções vizinhas ser vem de armazéns para a marinha, de depósito de armas, e onde se instalaram, para as necessidades das tropas, oficinas de armeiro, carreiro e seleiro.”⁷⁵⁶ Meninos pobres ou órfãos, Aprendizes do Arsenal, em geral, cuidavam das oficinas. Em 1867, em Porto Alegre, foi fundado o Laboratório Pirotécnico, onde fabricavam-se artigos bélicos, como cápsulas fulminantes e espoletas de fricção. Para abrigar os praças destacados no laboratório, consertou-se um alojamento, o que o tornou “um bom quartel”.⁷⁵⁷

Imagem 18 - Arsenal de Guerra de Porto Alegre 1868



Fonte: Jornal Semana Ilustrada, 1868.

Em Rio Pardo, havia uma casa, sede do quartel do destacamento da Guarda Nacional e da enfermaria militar; uma casa para residência dos oficiais do Exército que passavam pela vila, também servia de depósito e uma casa, com telhado precisando conserto, que servia de depósito de pólvora. Ali, o conde d’Eu anotou que, naquela época, o prédio da Santa Casa, em construção, servia de “alojamento às tropas” que por ali passavam.⁷⁵⁸

⁷⁵⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Coleção O Brasil visto por estrangeiros. Tradução Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002.p.70.

⁷⁵⁷ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na décima terceira legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá, 1868.p.13. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=10606&Pesq=Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em 27 Out. 2019.

⁷⁵⁸ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d’. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*.Ob.cit.p.35

No caminho para a fronteira

Em geral, as tropas pouco demoravam em Rio Pardo. Era caminho obrigatório entre Porto Alegre e Cachoeira, no trajeto para a fronteira do rio Uruguai; no mais das vezes, ali recebiam montaria – o que poderia demorar um pouco -, armamento e fardamento, quando não o recebessem em Porto Alegre e deixavam os doentes. Os cerca de 60 quilômetros de Rio Pardo à Cachoeira eram realizados, na maior parte do ano, por via terrestre e, nos períodos chuvosos, por via fluvial. À época do conflito, Rio Pardo teria em torno de três mil habitantes. Segundo o Conde d’Eu, ela ficava “toda situada num alto”, de onde podia-se enxergar a “extensa vista de uma campina ondulada em que alternam campos e matos” onde havia poucas fazendas.⁷⁵⁹

Naquela época, em Cachoeira, não temos registros da existência de quartéis ou outros edifícios com o fim militar. O conde d’Eu registrou a existência de duas casas em más condições que serviam de enfermaria militar, contando, na época, com 26 doentes. Posteriormente, a Câmara de Cachoeira, um “edifício inteiramente novo”, cedeu salas para abrigar aqueles doentes.⁷⁶⁰

Em São Gabriel, havia o prédio do quartel do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, sediado naquela vila desde 1847 e comandado por Emílio Luiz Mallet, desde 1851, tendo participado do início ao fim da Guerra contra o Paraguai;⁷⁶¹ o quartel do 3º Regimento de Cavalaria Ligeira, que consistia em galpões de tijolos, cobertos de telhas, construído em campo privado, alugado por 1:128\$000 anuais; uma casa, secretaria da 1ª Brigada, alugada por 300\$000 anuais; uma casa, botica militar, alugada por 720\$000 anuais; casa/enfermaria militar, alugada por 1:920\$ anuais casa/enfermaria para os doentes com bexiga, alugada por 144\$000 anuais; duas casas que eram usadas para depósito dos artigos bélicos, alugas por 2:760\$; uma casa para o depósito de pólvora, alugada por 720\$000 anuais.

Em Alegrete, havia um quartel do 6º Batalhão de Infantaria, que consistia em um galpão, “formando ângulo reto”, um dos lados construído de tijolos e o outro de pau a pique e taipa, coberto com palha; o quartel do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, que consistia em um galpão de cerca de 110 metros lineares, construído de tijolos e cobertura de telha, que estaria prestes a cair; a casa onde funcionava a secretaria do 2º Regimento

⁷⁵⁹ Loc.cit.

⁷⁶⁰ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d’. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.40

⁷⁶¹ HISTÓRICO DO REGIMENTO MALLET. Disponível em: <http://www.3gacap.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em 29 Out. 2019.

de Cavalaria Ligeira, alugada por 240\$000 anuais; a casa onde funcionava a secretaria do 6º Batalhão de Infantaria, alugada por 240\$000 anuais; a casa que servia de enfermaria militar, alugada por 960\$000 anuais; a casa que servia de depósito para o 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, alugada por 240\$000 anuais e a casa que servia de depósito da enfermaria militar, alugada por 192\$000 anuais. Em Caçapava, existia um Depósito de Artigos Bélicos, numa casa grande; o quartel do destacamento estacionado na vila, uma casa pequena, dentro da fortificação de Caçapava e o quartel em construção, para o Regimento de Artilharia a Cavalos.

Não faltavam quartéis

Em Bagé, havia o quartel do 5º Regimento de Cavalaria Ligeira, prédio em tijolos e coberto de telhas, iniciado em 1860;⁷⁶² o quartel do 3º Batalhão de Infantaria e dos destacamentos da Guarda Nacional, prédio construído de tijolos e coberto de telhas; a enfermaria militar, casa de tijolos e coberta de telhas, alugada por 80\$000 mensais; a sede da secretaria do comando da 2ª Brigada, alugada por 32\$000 mensais. Em outubro de 1865, o Imperador esteve em Bagé, no retorno de Uruguaiana. Seu genro, o conde d'Eu, registrou a existência destes dois quartéis. Naquele então, eles abrigavam a reserva da Guarda Nacional, chamada ao serviço; com a força ativa formou-se uma brigada (voluntários de Bagé), de uns 800 homens, sob o comando do coronel Severo. Essa brigada estava a caminho de Uruguaiana e destinava-se a engrossar a cavalaria do exército de Manuel Osório.⁷⁶³ A comitiva imperial teria encontrado em um desses quartéis, um considerável depósito de fardamentos, ali deixados quando da invasão ao Uruguai.⁷⁶⁴ Enquanto isso, boa parte da Guarda Nacional operando no Rio Grande do Sul não estava adequadamente vestida.

Em Jaguarão, existia o quartel do 13º Batalhão de Infantaria, casa de tijolos, coberta de telhas; o depósito do trem da extinta comissão de limites, casa de tijolos, coberta de telhas, alugada por 10\$000 mensais; a sede da secretaria do comando da 3ª Brigada, casa de tijolos, coberta de telhas, alugada por 36\$000; a sede da arrecadação geral e secretaria do 13º Batalhão de Infantaria, casa de tijolos, coberta de telhas, alugada por 32\$000; o quartel do 4º Regimento de Cavalaria Ligeira, casa de tijolos, coberta de

⁷⁶² SÍNTESE HISTÓRICA do Hospital de Guarnição de Bagé. Disponível em: <http://www.hguba.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em 17 Out. 2019.

⁷⁶³ Eu, Luís Felipe (...) de Orléans, Conde d' (1842-1922). Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.130.

⁷⁶⁴ Id.ib..p.130.

telhas, alugada por 100\$000 mensais; o depósito geral, secretaria e casa de ordem do 4º Regimento de Cavalaria Ligeira, casa de tijolos, coberta de telhas, alugada por 40\$000 mensais; sede da enfermaria militar, casa de tijolos, coberta de telhas, cedida sem custo pelo proprietário Polydoro Antônio da Costa.

Em Pelotas, tinha o quartel do destacamento de linha estacionado naquela cidade, casa de tijolos, coberta de telhas, alugada por 32\$000 mensais. Em São José do Norte, quartel do destacamento de Linha, pavimento térreo de um sobrado, alugado por 20\$000. Em Rio Grande, havia o quartel do destacamento de linha, *quartel das trincheiras*, pequeno edifício, com necessidade de reparos, junto ao entrincheiramento da cidade. A trincheira era, segundo o conde d’Eu, “uma simples linha de redentes que deve fechar, de uma a outra praia, a ponta de terra e quem está edificada a cidade”. Ainda segundo ele: “Fez-se em toda a extensão um muro vertical de alvenaria, indispensável para sustentar as terras, ou para melhor dizer, as areias que devem formar a obra.”⁷⁶⁵

Naquela cidade, havia também a enfermaria militar, um prédio na cidade e no mesmo terreno havia uma construção, paralisada desde 1859, por “falta de verba”, que serviria de quartel; o depósito de materiais, pequena casa construída quando do entrincheiramento de Rio Grande, iniciada em 1854; depósito de artigos bélicos, armazém construído junto ao entrincheiramento da cidade; a secretaria e residência do comando da guarnição, um sobrado com dois grandes armazéns, alugada por 150\$000 mensais; depósito de pólvora, prédio na ilha do Gonçalo (também conhecida como ilha da pólvora), em frente à cidade. A construção do prédio teria iniciado em 1856 e concluída em meados de 1860. Na ilha, junto ao depósito de pólvora, havia uma barraca de tábuas, coberta de telha, que servia de quartel para a guarda do depósito. Nos anos 1870, foi construída uma casa de tijolos, para a guarda.

⁷⁶⁵ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d’. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.24.

Imagem 19 - Depósito de pólvora - Rio Grande - Ilha da pólvora



Fonte: <https://museu.furg.br/museus/eco-museu-da-ilha-da-polvora>

Alugados e próprios

Em Uruguiana, existia o quartel do destacamento do 6º Batalhão de Infantaria; o quartel para a cavalaria e enfermagem militar, em uma casa, alugada por 36\$000 mensais e um quartel dos oficiais e praças marinheiros, que guarneciam a esquadrilha do Uruguai, em duas casas, alugadas pelo Ministério da Guerra, por 40\$000 e 13\$000 mensais, respectivamente. Em Santana do Livramento, havia o quartel do destacamento da Guarda Nacional, em um barracão de palha, na vila, alugado por 24\$000 mensais e o quartel do destacamento do 6º Batalhão de Infantaria, em uma casa coberta de palha, alugada por 32\$000 mensais. Em São Borja, no interior da vila, existia um quartel desocupado, “do tempo dos jesuítas” e o depósito de armamento do 4º Corpo, em uma casa, na vila, alugada por 10\$000 mensais. Em Itaqui, havia um quartel, em conclusão, medindo 22 metros de frente, para a força que guarnecia a fronteira e para depósito de artigos bélicos.⁷⁶⁶

Com o desenvolver da guerra, alguns daqueles prédios, que serviam de quartéis para os corpos de linha do Exército e eram alugados pelo Estado, foram desocupados, pois aquelas forças estavam praticamente todas no Paraguai.

Na província, havia bom número de quartéis, sobretudo se considerarmos que se destinavam aos períodos sem conflitos. Durante as grandes mobilizações feitas nesta

⁷⁶⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima segunda legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, José Mariano de Mattos. 1864. Ob. cit. p. 167 *et seq.*

província, particulares ofereciam imóveis para aquartelamento das tropas.⁷⁶⁷ À época do conflito com as repúblicas platinas, no Rio Grande do Sul, havia, além do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, quatro depósitos de artigos bélicos e três depósitos de pólvora, como visto.

Armas

O armamento utilizado pelo Exército Imperial durante a guerra contra o Paraguai estava entre os mais modernos daquela época. Até 1850, a maior parte dos fuzis utilizados pelo Exército Imperial eram de ante carga (carregar pela boca) e de alma (cano) lisa, de pederneira, o que acarretava menor precisão e alcance da bala disparada.⁷⁶⁸ Sem contar que não havia centralização nas compras desses armamentos. As províncias tinham certa autonomia para comprar no mercado interno as armas para os corpos do Exército em operações nas mesmas. O problema era grande quando os calibres das armas adquiridas não fosse padrão.⁷⁶⁹

A partir de 1850, o Exército teria sofrido profunda reformulação e modernização na busca pela profissionalização daquela força. Nessa época, na Corte, foi criada a Comissão de Melhoramentos do material do Exército.⁷⁷⁰ Na segunda metade do século 19, o oficial do exército francês Claude Etiéne Minié [1804-1879] desenvolveu um tipo de projétil para armas de cano raiado que deram mais precisão ao armamento.⁷⁷¹ Esse sistema de projétil revolucionou os armamentos. Em 1857, o governo imperial comprou dois mil mosquetes de 17mm, cano liso; três mil mosquetes à Minié, para Infantaria; três mil carabinas, à Minié, para Caçadores; dois mil mosquetões, à Minié, para Artilharia; três mil mosquetões, à Minié, para Cavalaria e três mil pistolas, à Minié. À exceção dos mosquetões de alma lisa, as outras armas eram de calibre 14,8mm.⁷⁷² A quantidade de armas compradas não era suficiente para equipar todo o Exército Imperial, mas uma boa parte dele.

⁷⁶⁷ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁷⁶⁸ ARMAS DO BRASIL NA GUERRA CONTRA O PARAGUAI. Disponível em: <https://armasonline.org/armas-on-line/as-armas-do-brasil-na-guerra-do-paraguai/>. Acesso em 04 de Nov 2019.

⁷⁶⁹ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai. Biblioteca Nacional Digital, Dossiê Guerra do Paraguai. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/guerra-do-paraguai/artigos/notas-sobre-o-armamento-na-guerra-do-paraguai/>. Acesso em 05 Nov. 2019.

⁷⁷⁰ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai. Biblioteca Nacional Digital, Dossiê Guerra do Paraguai. Ob.cit.

⁷⁷¹ ARMAS DO BRASIL NA GUERRA CONTRA O PARAGUAI. Disponível em: <https://armasonline.org/armas-on-line/as-armas-do-brasil-na-guerra-do-paraguai/>. Acesso em 04 de Nov 2019.

⁷⁷² Id.ib.,

Imagem 20 - Carabina modelo belga à Minié



Fonte: <https://armasonline.org/armas-on-line/as-armas-do-brasil-na-guerra-do-paraguai/>

Desde 1863, o governo imperial iniciava negociação, na Europa, para comprar grande quantidade de armamento, continuando a modernização bélica do Exército. O coronel do Corpo de Engenheiros, Francisco Antônio Raposo, foi encarregado da compra de armas na Bélgica. Ele deveria encomendar a diversos fabricantes mil mosquetões com sabre-baionetas e forma *Yatagan*, de calibre 14,8mm, para a Artilharia. Para a Cavalaria, seriam: mil pistolas revólveres de seis tiros; três mil clavinas “do sistema francês moderno”, de 14,8mm e três mil espadas de bainha de ferro.⁷⁷³ Para a Infantaria, seis mil fuzis raiados de 14,8mm; oito mil carabinas raiadas do mesmo calibre e dez mil fuzis raiados, do modelo caçadores suíço, de calibre 14,4mm. Além disso, encomendou-se 25 bocas de fogo de aço raiadas de calibre 80mm; 40 bocas de fogo raiadas de calibre 24mm e 20 bocas de fogo de calibre 12mm. Para aquelas peças de artilharia, se encomendou respectivamente cinco mil, oito mil e quatro mil projéteis “oblongos, ogivas, ocos, de ferro fundido.”⁷⁷⁴ Ou seja, era armamento para um grande exército, para os padrões da época.

Imagem 21 - Fuzil inglês Enfield



Fonte: <https://guerraparaquai1865.wordpress.com/2014/11/26/taticas-e-estrategias-armas-e-armamentos/>

⁷⁷³ RELATÓRIO, Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima segunda legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1864.p.10

⁷⁷⁴RELATÓRIO, Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima segunda legislatura.Ob.cit.p.10.

No início do conflito contra o Paraguai, a Infantaria do Exército estaria totalmente equipada e padronizada. À essa época, o Exército Imperial usava basicamente fuzis belgas, à Minié, de calibre 14,8mm (imagem acima) e fuzis ingleses, Enfield (imagem abaixo), de calibre diferente. O problema seria a munição. Em geral, os estoques de projéteis dos arsenais de guerra do Império eram de calibre 17,5mm, das antigas armas de pederneiras. Problema que persistiu durante todo o conflito.

Os antigos fuzis, entre eles os de pederneiras, continuavam estocados nos depósitos do Império e, alguns corpos de Voluntários da Pátria, teriam marchado com elas até o teatro da guerra, onde seriam substituídas por armas modernas. O problema do Império não seria de recursos para se equipar, ele advinha de péssimas escolhas. O general Caxias, quando comandou em chefe, comprou de comerciantes estadunidenses cinco mil fuzis e duas mil clavinhas, de sistemas desconhecidos no Exército Imperial. Os projéteis para aquelas armas foram considerados defeituosos e as armas não foram utilizadas naquele momento.⁷⁷⁵

Armamento moderno

O Exército de 1ª Linha existente no Rio Grande do Sul estaria equipado com as modernas armas adquiridas na Europa. Realidade inicialmente desconhecida pela Guarda Nacional. As grandes mobilizações necessárias para completar o Exército, naquele momento no Uruguai e defender a fronteira invadida, aumentaram a demanda por armas. Em 1865, ao deixar o cargo, João Marcelino de Souza informou que o Arsenal de Guerra de Porto Alegre estava inteiramente desequipado de armas de cavalaria, ou seja, a principal força terrestre da província.⁷⁷⁶ Para equipá-las, seria preciso comprar todas as espadas existentes nos mercados de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, o que não teria sido suficiente, além de muito oneroso aos cofres públicos. Nessa ocasião, em função da urgência, o vice-almirante Tamandaré remeteu, do Uruguai, cerca de 1.500 espadas dos depósitos de reserva do Exército.⁷⁷⁷

Como alternativa para a falta de armamento, o governo provincial recomendava aos comandantes de corpos que, quando reunissem tropas, ordenassem “aos guardas que se [apresentassem] com o armamento que [tivessem]”. Em resposta, era informado que “a Guarda Nacional que se tem reunido, apresenta-se toda desarmada e em completa

⁷⁷⁵ CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Notas sobre o armamento na Guerra do Paraguai. Biblioteca Nacional Digital, Dossiê Guerra do Paraguai. Ob.cit

⁷⁷⁶ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul.Ob.cit

⁷⁷⁷ Loc.cit.

nudez.” Concluía-se afirmando que, pela variação que ocorria no número de pessoal, era necessário “haver grandes depósitos de armamento para poder satisfazer as constantes e reiteradas reclamações.”⁷⁷⁸

Com esse cenário, não demoraria para aparecer as deserções e os delitos, muitas vezes como única alternativa à total carência de recursos.⁷⁷⁹ Em 22 de agosto de 1865, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, escreveu a Nabuco de Araújo solicitando que enviasse ao Rio Grande do Sul, armamento e munições. Informava: “não há dinheiro, e nosso colega que de as províncias com toda a pressa. A tropa que se bate está por pagar e nua”.⁷⁸⁰

Recebendo as tropas

Em regra, essas tropas ingressaram através do porto da cidade de Rio Grande onde, em geral, por primeira vez, deveriam receber armas e instruções.⁷⁸¹ Por demora na entrega de armamento, uniformes e repetidamente do pagamento de soldo, os combatentes, quase sempre, demoravam mais do que podiam em Rio Grande, que deveria ser localidade transitória

A travessia do Rio de Janeiro para o Rio Grande ou rio da Prata era penosa. O governo imperial contratava vapores, nem sempre adequados, para transportá-los. Em geral, os vapores chegavam em Desterro (depois Florianópolis), em Santa Catarina, para receber novas tropas e logo seguia para Rio Grande. Este último trecho da viagem durava em torno de três dias.⁷⁸² Chegando em Rio Grande, os soldados destinados à fronteira, depois de esperar, invariavelmente muitos dias por armamento, fardamento e soldo, eram transportados, via Lagoa dos Patos, em vapores menores, até Porto Alegre e, dali para Rio Pardo.⁷⁸³ Esse trecho era difícil e dispendioso. A rota fluvial Guaíba/Jacuí era utilizada apenas até a localidade de Santo Amaro (do Sul) e dali, em função do estreitamento e baixa profundidade do rio Jacuí, as tropas seguiam em marcha por mais dois dias. Nessa época, a relativa pequena distância que separa as duas cidades – menos de 200 quilômetros – não era realizada em menos de três dias.

⁷⁷⁸ Id.ib.,p.12.

⁷⁷⁹ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército [...]Ob.cit.p.14; AHRS. D’ALENCASTRO. Correspondência de Fidelis Simões, 1866. Assuntos Militares, maço 197; AHRS. MELLO E ALBUQUERQUE, Correspondência de Antônio, 1865. Assuntos militares, maço 183.

⁷⁸⁰ VIEIRA, Hermes. *A vida é a época do Visconde do Rio Branco*.Ob.cit.p.286.

⁷⁸¹ DUARTE, Paulo de Q. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.

⁷⁸² JORNAL do Comércio do Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=curupaity. Acesso em 29 abr/2017.

⁷⁸³ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d’. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.17.

Em março de 1865, chegou ao Rio Grande do Sul, o 1º Corpo de Voluntários da Pátria. Em correspondência ao Ministro da Guerra, visconde de Camamú, o presidente da província comunicava que aquele corpo chegara “com felicidade a Porto Alegre”. Estado de espírito que não duraria.⁷⁸⁴ No mesmo mês, comunicava a vinda de “alguns estrangeiros engajados”, classificados de “gente pela maior parte viciosa e insubordinada”, que tão logo chegaram à província teriam cometido delitos e, “foram postos no xadrez”.⁷⁸⁵ As insubordinações, não tratadas na versão oficial, deviam-se, em geral, pelo não cumprimento pelo Estado imperial dos acordos feitos com os recrutados. Faltava alimento, alojamento, armas e soldados.

Mais tropas

Também em 1865, chegava a Rio Grande, o 5º Batalhão de Voluntários da Pátria, do Rio de Janeiro. Segundo o presidente da província, em correspondência ao Ministro da Guerra, aquele batalhão estava “mal aquartelado” e não trouxera “equipamento” e ainda lhes faltavam “alguns artigos de fardamento”. Informava que “o arsenal de Porto Alegre não esta[va], nem pode[ria] estar prevenido para suprir, de pronto, essas faltas”, se os batalhões que ainda chegariam estivessem “nas mesmas condições”.⁷⁸⁶

Em meados de maio de 1865, Porto Alegre vivia ambiente de guerra. Ali, estavam diversos corpos dos Voluntários da Pátria, chegados das províncias ao norte do país, além dos ali em organização. Eram eles o 8, 25, 30 e o 33, esse últimos organizado em Porto Alegre. Além deles, estava “uma ala do corpo do Pará, o Batalhão Provisório 22, de linha e um parque de artilharia alemã”.⁷⁸⁷

Além das dificuldades de provisão de armamento, de fardamento e aquartelamento, os recrutados contavam com a sorte para chegar ao destino. Em 24 de novembro, o tenente coronel Joaquim Cavalcanti Bello, ex comandante do Corpo de Voluntários do Pará, assumiu, em Santa Catarina, o comando do 9º de Voluntários, organizado na Corte e com homens do Rio de Janeiro, de Sergipe, Alagoas e Santa Catarina.⁷⁸⁸ No final daquele mês, tendo chegado a Montevideú, Bello anotou, em seu

⁷⁸⁴ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

⁷⁸⁵ DOCUMENTOS Relativos à Invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.23.

⁷⁸⁶ Id.ib.,p.23.

⁷⁸⁷ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. o comando de Osório. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. Vol.2, T. IV. p.128.

⁷⁸⁸ DUARTE, general Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*.Vol.2.T.II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.p.20.

diário de campanha, uma sessão de tortura a qual passaram os soldados - gente sem nenhuma experiência militar, em sua maioria recrutas - a caminho do teatro de operações.

Daquele ponto em diante, tiveram que embarcar no vapor *Isabel* onde já estavam a bordo “o Corpo Provisório” e “as Companhias alemãs” de Santa Catarina. Segundo ele, a embarcação ficou de tal maneira cheia “que as praças não podiam se deitar” e “os oficiais ficaram sem camarote”. Estavam amontoados. O oficial reclama - em seu diário - do tratamento dispensado pelo governo. Indigna-se e acusa os governantes de mandarem carregar “seus soldados” como “cousa e não gente”. Conclui exclamando: “e é dessa forma que hão de ter exército!”⁷⁸⁹ A indignação do comandante de voluntários, devido, em boa parte, por ter sido também drasticamente atingido por aquelas medidas, seriam corriqueiras e só não termos mais informações delas pelo alto grau de analfabetismo na sociedade e no Exército Imperial.

Tragédia

Os navios da Marinha Imperial, em geral eram construídos no Arsenal de Marinha da Corte. Os navios de transportes de cargas e tropas eram fretados. O estado de coisas, como eram transportados os soldados, logo resultaria em pequenas tragédias. Naufrágios eram comuns na costa imperial, durante o século 19. Em 12 de agosto de 1865, a cinco léguas ao sul da Barra do Rio Grande, naufragou o patacho hanoveriano *Welhebmus*, que vinha de Montevidéu. O piloto morreu.⁷⁹⁰ Na madrugada de 19 de dezembro de 1865, naufragou na Barra do Rio Grande o vapor inglês *Power Full*, fretado pelo governo imperial para transportar “600 praças do [54º] Batalhão da Bahia” e muito trem de guerra.⁷⁹¹ Aquele Batalhão era comandado pelo coronel Francisco Rocha Andrade. No naufrágio, morreram “dois oficiais e um inferior”.⁷⁹² Dias depois, a tropa seguiu viagem em dois navios fretados pelo governo, o *Guarany* e o *Uruguai*.

Após o acidente, surgiram queixas em relação aos pilotos e demais tripulantes do navio. Segundo *O Diário*, publicado no jornal do Comércio, “a tripulação pouco cuidou em salvar a vida dos passageiros (tropa) e se não fossem em sua maior parte nadadores”

⁷⁸⁹ DIÁRIO DO TENENTE CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças do auto[...]Ob.cit.p.93.

⁷⁹⁰ A PÁTRIA. Jornal político, literário e noticioso. Notícias do Sul. Niterói, 31 de agosto de 1865.p.2. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=1033&Pesq=rio%20grande%20do%20sul>. Acesso 14 out. 2019.

⁷⁹¹JORNAL do Comércio do Rio de Janeiro. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=curupaity. Acesso em 29 abr/2017.

⁷⁹² AHRS. PEREIRA, Correspondência de José Fernandes dos Santos, 1865. Assuntos militares, maço 190.

muitos teriam morrido.⁷⁹³ A causa do naufrágio era ainda uma incógnita. José dos Santos Pereira, comandante da guarnição de Rio Grande, em correspondência ao governo da província, informava o estado da tropa que naufragara. O mapa da tropa indicava apenas 320 militares sem referência aos demais.⁷⁹⁴

Em 21 de dezembro, outro vapor inglês - *Evelyn* -, encalhou em banco de areia na Barra de Rio Grande. Com destino a Montevideú, conduzindo tropas para o teatro da guerra, o vapor estava com muito peso. Alguns volumes de fardamentos e armas foram lançados ao mar. O naufrágio e encalhamento na Barra de Rio Grande parecem ter sido comuns. No dia 26, na mesma Barra, teve notícia de naufrágio do patacho inglês *Emma*. A tripulação se salvou.

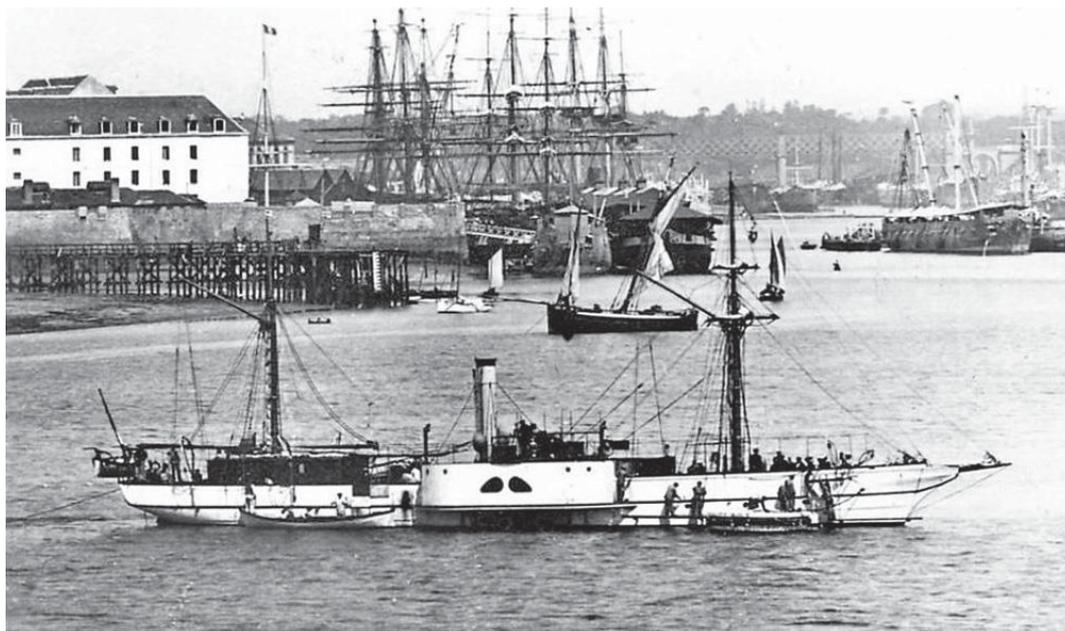
As embarcações eram fretadas pelo governo imperial. Possivelmente, não ocorriam inspeções de averiguação da lotação e peso, quando das partidas das embarcações. As empresas de navegação, serviço concessionado pelo governo, se proliferaram na segunda metade do século 19, tanto para navegação fluvial e lacustre, interna, quanto para viagens marítimas interprovinciais. Entre 1864 e 1868, durante o conflito contra o Uruguai e o Paraguai, que se estenderia por mais dois anos, o governo imperial firmou contrato com pelo menos 13 empresas de navegação: Companhia Brasileira de Paquetes, fretou 12 embarcações; Companhia Intermediária de Navegação, fretou cinco; Companhia de Navegação Espírito Santo e Campos; fretou duas; Companhia União Campista e Fidelista, fretou duas; Companhia Ponta D'areia, fretou uma; Companhia Pernambucana de Navegação Costeira, fretou uma; Niterói e Inhemirim, fretou uma; John Moore & Companhia, fretou três; Mendes, Filhos & Lemos, fretou uma; Phipps & Irmãos, fretou duas; Mesquita & Companhia, fretou duas; Oliveira & Companhia, fretou uma e Mendonça Irmãos, fretou uma.⁷⁹⁵

⁷⁹³ JORNAL do Comércio do Rio de Janeiro.Ob.cit.

⁷⁹⁴ AHRs. PEREIRA, Correspondência de José Fernandes dos Santos, 1865.Ob.cit.

⁷⁹⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868. p.445

Imagem 22 - Navio à vapor Oyapock



Fonte: <http://www.navioseportos.com.br/site/index.php/uteis/biblioteca-digital/navios/911-oyapock-1857>

Pessoas físicas também contrataram com o governo o fretamento de embarcações. Entre 1864 e 1868, treze donos de embarcações as fretaram ao governo para envio de tropas ou de materiais ao teatro da guerra: Benjamim D. Manton, fretou duas embarcações; Cândido José Cardoso, fretou uma; Joaquim José de Souza Imenes, fretou três; Estevão Buseck, fretou três; Joaquim José de Faria, fretou duas; Jacomo N. Vincenzi, fretou duas; José Manoel de Farias, fretou uma; Ricardo Antônio Mendes, fretou uma e Antônio Fernandes, fretou uma.⁷⁹⁶

Em julho de 1865, o Ministério da Guerra nomeou o tenente coronel do corpo de engenheiros Cristiano Pereira de Azeredo Coutinho, para encarregado de, em Montevidéu, comandar o serviço de “transporte de tropas e materiais de guerra” destinados ao Exército, assim como dos depósitos, movimentos de hospitais e pagamentos.⁷⁹⁷

A guerra contra o Uruguai e, sobretudo, contra o Paraguai, abriu ou ampliou um mercado muito lucrativo para estas empresas: o transporte de tropas. Nicho de mercado interessante, lucrativo, porém de risco, uma vez que o governo costumava atrasar os

⁷⁹⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da décima terceira legislatura [...].Ob.cit.p.445.

⁷⁹⁷ JORNAL DO COMÉRCIO. Gazetilha: Ministério da Guerra. 10 de setembro de 1865.p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=8212&Pesq=Christiano%20Pereira%20de%20Azeredo%20Coutinho. Acesso em 08 Nov. 2019.

pagamentos a seus fornecedores. Não é impossível, que essas empresas, para aumentar seus lucros, visto que cobravam, em geral, por pessoa transportada, atulhassem nos vapores, o maior número possível de soldados, suas bagagens e utensílios militares.

Tabela 8 - Navios da Cia Brasileira de Paquetes fretados entre 1864 e 1868

Empresa	1864-65	1865-66	1866-67	1867-68
Companhia Brasileira de Paquetes				
Princesa	136:115\$000	----	----	----
Oyapock	131:000\$000	----	----	----
Paraná	24:000\$000	----	----	----
Cruzeiro do Sul	130:500\$000	12:000\$000	----	----
Gerente	13:000\$000	8:000\$000	----	----
Falcão	16:000\$000	89:904\$761	----	----
Brasil	8:000\$000	20:000\$000	----	----
Galgo	35:000\$000	127:741\$935	----	121:200\$000
Arinos	----	----	181:200\$000	142:800\$000
Itapicuru	----	----	164:033\$334	152:000\$000
Guara (antigo Brasil)	----	----	62:666\$666	----
Santa Cruz	----	----	----	31:200\$000

Fonte: RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaçuá. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868.

Em 1865, a empresa de navegação Porto & Cia, do Rio Grande do Sul, proprietários da escuna *Ligeira*, ofereceu gratuitamente os serviços daquela embarcação para o transporte de artigos bélicos de Rio Grande para o Arsenal de Guerra de Porto Alegre.⁷⁹⁸ O início do conflito registrou um grande empenho das classes proprietárias do Rio Grande do Sul e do restante do Império, em contribuir com o esforço de guerra.

5.2.2 Estrutura viária

Ainda no século 19 e, em praticamente toda a primeira metade do século 20, no Império, o transporte de mercadorias e de pessoas era realizado quase exclusivamente por embarcações. No mais das vezes, as vias terrestres não passavam de *caminhos*, na maioria abertos por tribos indígenas antes da chegada dos europeus e, em geral, não apropriados para a passagem de carroças.⁷⁹⁹

O Rio Grande do Sul é cortado por rios, lagos e lagoas, de maior ou de menor calado. A hidrografia do Rio Grande do Sul pode ser dividida em duas grandes bacias naturais. A bacia hidrográfica do rio *Uruguai*, com as principais nascentes na cordilheira da Serra Geral, na divisa com Santa Catarina. O rio *Pelotas*, em cima da Serra é um dos

⁷⁹⁸ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Ob.cit.p.187.

⁷⁹⁹ MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Grande do Sul, 1998.p.19.

seus principais formadores. Aquele rio, recebe as águas de diversos rios e arroios que nascem a oeste da Serra Geral. No Rio Grande do Sul, o *Uruguai* é a linha divisória natural com boa parte da fronteira com a República Argentina. Ele adentra o território uruguaio e desagua no rio *da Prata*.⁸⁰⁰ A Bacia da *Lagoa dos Patos* e a sub-bacia da *Lagoa Mirim* recebem as águas dos rios que nascem a leste da Serra Geral. Ambas são navegáveis em todas as épocas do ano. A *Lagoa dos Patos* permite ligação entre o porto de Rio Grande e o de Porto Alegre, através da boca do lago Guaíba, tributário daquela lagoa.⁸⁰¹

Os principais tributários do rio *Uruguai*, com nascentes no Rio Grande do Sul são o rio *Ijuí Guaçu*, o *Ijuí Mirim*, o *Piratini*, o *Camaquã*, que nascem na *Serra Geral das Missões*. No século 19, esses rios eram pouco navegados. O rio *Botuí* e o rio *Ibicuí* são importantes afluentes do *Uruguai*, ambos navegados, este em maior extensão que aquele. Ao longo do seu trajeto, o *Ibicuí* bifurca-se, dando origem a vários braços de rio, ao sul e ao norte. O *Santa Maria*, é um dos seus braços. Ele cruza pela cidade de São Gabriel; o *Ibirapuitã*, outro de seus braços, passa junto a Alegrete, importante cidade de produção ganadeira, já no século 19.⁸⁰²

A navegação no rio *Uruguai*, no século 19, na fronteira oeste, esteve diretamente ligada ao desenvolvimento do comércio de importação e exportação através dos portos das vilas de Uruguaiana, Itaqui e São Borja. O comércio com a região platina, em especial com as praças comerciais de Buenos Aires e Montevideu, fez crescer em importância aquelas localidades. Dali, os produtos importados eram remetidos para diversos locais da província.⁸⁰³ As mercadorias que chegavam às vilas da fronteira do rio Uruguai vinham, na grande maioria embarcadas e, excepcionalmente, por carretas puxadas a bois.⁸⁰⁴ As embarcações utilizadas para o transporte fluvial de mercadorias no rio *Uruguai* eram de pequeno porte e de baixo valor. Na metade do século 19, navegavam nas águas daquele

⁸⁰⁰ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: VILLENEUVE E COMP., 1860. p.148.

⁸⁰¹ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Ob.cit.p.149.

⁸⁰² Id.ib.,p.150.

⁸⁰³ VOLKMER, Márcia Solange. O comércio na fronteira do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Em: XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2013, Natal, RN. Anais (online). Natal, ANPUH. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371330953_ARQUIVO_ANPUH2013MarciaVolkmerrevisado.pdf. Acesso em 07 Nov. 2019.p.10.

⁸⁰⁴ ⁸⁰⁴ VOLKMER, Márcia Solange. O comércio na fronteira do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Ob.cit.p.14.

rio: palhebotes, balandras, botes, chalanas, escunas, goletas e lanchões. Os botes eram a maioria.⁸⁰⁵

Navegação interna

O *Uruguai* nasce da junção dos rios *Pelotas*, *Correntes*, *Marombas*, *Cachorros* e *Canoas*, todos com origem na Serra Geral, em Santa Catarina. Entre 1854 e 1858, no porto de Uruguaiana teriam atracado 310 embarcações comerciais, tendo as importações por aquele porto superado as de Rio Grande.⁸⁰⁶ Os portos nestas vilas eram rudimentares, sequer possuíam trapiches, quando muito umas pontes improvisadas para o alcance das embarcações. Quando do desembarque, as mercadorias eram soltas no chão, muitas vezes na lama.

Em 1858, o viajante alemão Robert Christian Avé-Lallemant [1812-1884], percorreu a província do Rio Grande do Sul. Em Itaqui, registrou:

O Porto de Itaqui – pois Itaqui de fato tem um porto no Rio Uruguai – parece muito comercial. Encontrei ali umas doze a dezesseis embarcações de diferentes tamanhos; surpreende agradavelmente ver no porto de Itaqui navios de quarenta a cinquenta toneladas, com cobertas, e bonitos iates de dois metros, capazes de, havendo água suficiente, ir até alto mar⁸⁰⁷

Em 1860, Sebastião Ferreira Soares, em *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil* propôs:

Depois da província do Rio de Janeiro é a Rio Grande do Sul a que tem maior número de vapores, que emprega no seu tráfico e comércio interno; e ultimamente ainda se aumentou mais essa navegação pelo estabelecimento de vapores no Rio Uruguai, de cuja companhia fluvial tem de resultar grandes vantagens para aquela província, e principalmente para a Comarca de Missões.⁸⁰⁸

Em 28 de janeiro de 1864, o Senado aprovou, em primeira discussão, o contrato firmado entre o Ministério da Marinha e João Carlos Pereira Pinto, para a navegação a vapor entre os portos de Montevideu e do Salto, e entre os da Constituição e Uruguaiana.⁸⁰⁹

⁸⁰⁵ Id.ib.,p.16.

⁸⁰⁶ COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada*.Ob,cit.p.

⁸⁰⁷ AVÉ-LALLEMANT, Roberto. Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953, p.292.

⁸⁰⁸ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil*.Ob.cit.p.322.

⁸⁰⁹ ANAIS do Senado do Império. Sessão de 1863-1864, ata de 27 de janeiro de 1864, (transcrição da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal). Livro I.p.100. Disponível em:

Em segunda discussão, alguns senadores, e mesmo o Ministro da Fazenda, pensavam não haver possibilidade financeira para tal contratação. O senador Jobin iria mais longe indicando que aquela proposta não atendia aos interesses da província. Afirmava que conhecia bem os “interesses da província do Rio Grande do Sul,” e não reconhecia vantagens como foi defendido na Câmara dos Deputados, onde o projeto foi primeiramente aprovado.⁸¹⁰ Com razão, propunha o senador que a navegação, por si, não representava a preocupação dos produtores da província. A navegação no rio Uruguai atenderia a demandas dos setores comerciais com forte ligação com a região platina, não aos setores produtivos especialmente do Sul, que escoavam os produtos por Rio Grande e Porto Alegre.

Em algumas épocas do ano

Nesse período, já navegava nas águas do rio Uruguai, o vapor *Uruguai*, com viagens aos mais diversos pontos daquela fronteira. Essa linha enfrentava o problema da vazante do rio, o que causava interrupção de seus trabalhos em algumas épocas do ano.

Na *Lagoa Mirim*, desaguam direta ou indiretamente vários rios, de maior ou menor extensão, largura e profundidade. Alguns desses rios foram de extrema importância econômica para a província do Rio Grande do Sul, no século 19. São tributários daquela lagoa ao sul, os rios: *São Miguel*, *São Luiz*, *Sebolati*, *Limar*, *Taquari*, *Jaguarão*. À oeste da *Lagoa Mirim* desaguam os rios: *Juncal*, *Bretanhas*, *Chasqueiro* e *Arroio Grande*. À leste, os rios: *Curral de Arroios*, *Canoas*, *Provedores*, *Del Rei* e *Palmas*. O *Canal de São Gonçalo*, sangradouro que liga a *Lagoa Mirim* à *Barra de Rio Grande*, recebe outros cursos d’água que contribuem indiretamente para o volume daquela lagoa: *Piratini*, *Pavão*, *Fragata*, *Santa Bárbara* e *Pelotas*.⁸¹¹

Na *Lagoa dos Patos*, desaguam basicamente o rio Jacuí e o lago Guaíba. O rio *Jacuí*, nas serras de *Batuví*, em *São Gabriel* e nas Serras de *Mato Castelhana*, em *Cruz Alta*. Cortando o centro do Rio Grande do Sul, recebe as águas dos rios *Vacacaí*, *Cambaí*, *Santa Bárbara*, *Butucaraí*, *Rio Pardo*, *Taquarí*, *Rio dos Sinos* e aflui com o *Caí* e o *Gravataí*, ao norte da *Lagoa dos Patos*.⁸¹²

http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1864/1864%20Livro%201.pdf. Acesso em 7 de jan. 2017.

⁸¹⁰ ANAIS do Senado do Império. Sessão de 1863-1864, ata de 27 de janeiro de 1864, (transcrição da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal). Ob.cit.p.105.

⁸¹¹ Id.ib..p.153.

⁸¹² Id.ib..p.154.

Já na segunda metade do século 18, verificou-se intenso movimento de embarcações na Lagoa dos Patos. Embarcações à vela, como patachos – barco de transporte de mercadorias e de reconhecimento, à velas, utilizados desde o século 16;⁸¹³ palhabotes – barco à vela, com dois mastros, utilizado para transporte de mercadorias e navegação de cabotagem - e hiates eram os mais comuns. No século 19 e em boa parte do 20, o transporte de mercadorias e de passageiros, da província para outras localidades, ocorria quase exclusivamente por via marítima, pela perigosa barra do Rio Grande.⁸¹⁴ Dali para o interior, por diversas rotas fluviais que interligavam os principais portos da província.

Nos jornais do Império, em especial no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, com frequência apareciam publicações da partida ou da chegada de embarcações nos portos do país. Em 1863, partiram da Corte à Rio Grande, entre outros: o superior veleiro brigue-escuna *Guanabara*, de 1ª classe, de 11 palmos (2,5 metros) de calado, de carga; o veleiro palhabote *Príncipe*, de 1ª classe, de carga; o brigue-escuna *Oliveira*, de carga; o brigue imperial *Othelo*. À Porto Alegre saíram, entre outros: o superior veleiro patacho *Conceição*, de 1ª classe e 1ª ordem, de cargas e passageiros; o superior patacho *Camponês*, de 1ª classe, de carga e o brigue *Pampa*, de 185 toneladas, de carga. À Santa Catarina/Rio Grande/Porto Alegre/Montevidéu, o paquete à vapor, de carga, *Tocantins*.⁸¹⁵

⁸¹³ NAVIOS E PORTOS. História da marinha mercante brasileira: definição de patacho. Disponível em: <http://www.navioseportos.com.br/site/index.php/uteis/glossarios/patacho>. Acesso em 05 de Nov. 2019.

⁸¹⁴ Id. ib., p. 21.

⁸¹⁵ JORNAL DO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO. 1863. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=4737&Pesq=companhia%20brasileira%20de%20paquetes%20a%20vapor. Acesso em 08 Nov. 2019.

Imagem 23 - Porto de Rio Grande, século 19



Fonte: Fototeca digital da Biblioteca /SUPRG. Em: FERREIRA, Gladis Rejane Moran. Cem anos do Porto do Rio Grande? Memória e esquecimento de um Porto Velho e de uma “Barra Diabólica”. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Pelotas, 2016.p.29.

Rumo à Porto Alegre

Em 1839, Nicolau Dreys [1781-1843], em sua viagem ao Rio Grande do Sul, descreveu na *Notícia Descritiva do Rio Grande de São Pedro do Sul*, que ali “havia de 100 a 120 iates de 30 a 70 toneladas fazendo o transporte hidroviário interior de mercadorias entre Porto Alegre e Rio Grande e outros portos interiores.”⁸¹⁶ Ou seja, antes mesmo da metade do século 19, a navegação na província era intensa. Antes de 1850, embarcações à vapor já navegavam nas águas fluviais e lacustres da província.

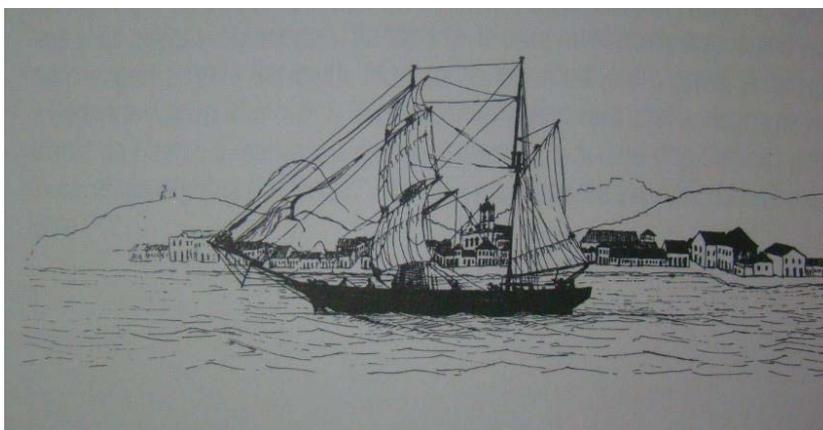
Desde o início do século 19, no sul da província, a produção de charque e a extração de subprodutos do gado demandavam hidrovias para o transporte daquela produção. Em 1832, foi construído o primeiro vapor no Rio Grande do Sul – barca *Liberal* -, lançado no rio *Santa Bárbara*, nas proximidades de Pelotas. Ela foi mandada construir por um grupo de charqueadores de Pelotas, entre eles, Domingos José de Almeida, Antônio José Gonçalves Chaves, Bernardino José Marques Camarim e José Vieira Viana; posteriormente, o vapor *Comércio*, passou a operar na mesma região. As máquinas à vapor para aquelas embarcações foram compradas nos Estados Unidos, de onde teriam

⁸¹⁶ DREYES, Nicolau.

vindo mecânicos para montá-las e operá-las.⁸¹⁷ Em 1856, em Porto Alegre, ergueu-se primeiro estaleiro.⁸¹⁸

Tapes, localidade situada na margem interior norte da Lagoa dos Patos, teve grande importância econômica durante o século 19. Através de seu porto, as colônias da Serra do Herval escoavam sua produção para os centros comerciais, como Porto Alegre. Em 1865, pela Lagoa Mirim, os vapores *Juncal* e *Mirim* e 12 iates faziam viagens regulares semanais entre Rio Grande, Pelotas, Santa Vitória do Palmar, Santa Isabel e Jaguarão.⁸¹⁹

Imagem 24 - Patacho



Fonte: <http://www.navioseportos.com.br/site/index.php/uteis/glossarios/patacho>

O rio *Jacuí*, que nasce na coxilha do Pinheiro Marcado, norte de Cruz Alta, recebe água de diversos tributários até desaguar no lago *Guaíba*, em Porto Alegre, era navegável até o limite da vila da Cachoeira (do Sul). Daquele ponto para a fronteira, Missões ou Paraguai, era feito a cavalo ou em carroças, quando transportando mercadorias. Em 1865, o município de Rio Pardo, a oeste de Porto Alegre, conheceu intensa atividade comercial por via fluvial.

O seu porto é visitado duas vezes semanalmente pelos vapores da Companhia *Jacuy*, que são substituídos nos tempos das secas por lanchões ou canoas, indo os vapores unicamente até Taquary, onde baldeiam os passageiros e a carga para os lanchões.⁸²⁰

⁸¹⁷ CAMPÊLO, Manoel Ramalho; DUHÁ, Paulo Antonio Dutra. *Navegação: A história do transporte hidroviário interior no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Centhury, 2009.p.73.

⁸¹⁸ MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.23.

⁸¹⁹ CAMPÊLO, Manoel Ramalho; DUHÁ, Paulo Antonio Dutra. *Navegação*. Ob.cit.p.90

⁸²⁰ ARAÚJO E SILVA, Domingos de. *Dicionário histórico e geográfico da província de S. Pedro ou Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.p.148.

No nordeste do Rio Grande do Sul está o rio *Taquari*. Este rio nasce por dois braços de rio denominados *Tainha* e *das Camisas*, no município de Santo Antônio da Patrulha, recebe o nome de *Rio das Antas*. Desagua no rio *Jacuí*.⁸²¹ Em 1857, a Cia Jacuí inaugurou uma linha regular entre Porto Alegre e Taquari; três anos depois, em 1860, Antônio Vitor Sampaio Menna Barreto, instalou outra linha semanal entre aquelas localidades.⁸²² No *Rio dos Sinos*, que nasce nos morros das Pedras Brancas, no município de Conceição do Arroio, a navegação só foi demandada em função da colonização alemã. Em 1846, Valentin Diehl começou a navegação regular naquele rio, com o vapor *Creoula*. Posteriormente, Anton Diehl pôs em operação os vapores *Brasileiro* e *Flecha*. Essas embarcações juntas com o *Taquarense* formaram a Companhia de Navegação Becker, operando por mais de quarenta anos.⁸²³

Via ganadeira

As principais vias de navegação para o escoamento dos produtos ganadeiros eram a Lagoa dos Patos, rio Jacuí e o Guaíba.⁸²⁴ A navegação no rio dos Sinos, no Caí, no Jacuí, Gravataí e no Taquari, tem ligação estreita com a colonização alemã na província. A partir da década de 1860, a produção das regiões coloniais geraram excedentes que precisavam ser comercializados, ensejando assim a navegação nos referidos rios em direção, sobretudo, à Porto Alegre, grande centro comercial, que aos poucos ultrapassava em importância as praças comerciais de Rio Grande e Pelotas.⁸²⁵ As hidrovias eram praticamente a única via de ligação entre os centros produtores da província e os grandes centros de consumo.

Alguns colonos mais operosos adquiriram embarcações para transportar os seus produtos e os de seus vizinhos e acabaram por construir pequenos portos próprios, dotados de equipamentos para a carga de mercadorias. Na capital, muitos possuíam seus próprios trapiches e armazéns ou formavam parcerias com comerciantes locais. As mercadorias podiam ser comercializadas em lotes com empresas distribuidoras, exportadoras ou de beneficiamento, ou ainda vendidas no varejo, junto aos cais e trapiches existentes ao longo da orla de Porto Alegre. Por essa razão, havia um intenso relacionamento entre as colônias e a capital, de ordem comercial e política, através do transporte fluvial.⁸²⁶

⁸²¹ Id.ib.,p.182.

⁸²² CAMPÊLO, Manoel Ramalho; DUHÁ, Paulo Antonio Dutra. *Navegação*.Ob.cit.p.127.

⁸²³ Id.ib.,p.154.

⁸²⁴ CAMPÊLO, Manoel Ramalho; DUHÁ, Paulo Antonio Dutra. *Navegação*.Ob.cit.p.51.

⁸²⁵ Id.ib.,p.52.

⁸²⁶ Id.ib.,p.53.

Imagem 26 - Palhabote**Fonte:**

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Palhabote#/media/Ficheiro:Palhabote_dos_pilotos_da_Barra_do_Tejo_com_Farol_do_Bugio_\(1908\)_-V._Armand.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Palhabote#/media/Ficheiro:Palhabote_dos_pilotos_da_Barra_do_Tejo_com_Farol_do_Bugio_(1908)_-V._Armand.png)

Para o litoral norte da província, não havia ligação interna direta pelo modal hidroviário. O conjunto de lagoas navegáveis daquela região – lagoa Pinguela, do Palmital, dos Quadros, de Itapeva etc. – eram essenciais para o acesso da população das vilas e colônias da região às zonas urbanas e comerciais de maior fluxo. O transporte sobretudo de mercadorias era feito via carretas até as lagoas e dali, em pequenas embarcações devido ao baixo calado médio das lagoas. Em 1860, Edward Dreher e Cia Ltda, empresa com sede em Conceição [do arroio] operava o vapor *Gustavo*, com linha regular para Porto Alegre.⁸²⁸

⁸²⁸ Id.ib.,p.100.

Tabela 9 - Navegação de longo curso, de cabotagem e interna do RS - 1858-59

Procedência	Entradas				Saídas		
	Navios	Tonelagem		Navios	Tonelagem		
De longo curso	559	42,910		336	42,850		
De Cabotagem	220	37,857		199	23,553		
Total	779	80,767		535	66,403		
Dos diversos rios da província	Navegação interna						
	Vapores	Iates	Lanchões	Botes	Caiaques	Canoas	Soma
	16	256	218	84	2	270	846

Fonte: baseado em: SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: VILLENEUVE E COMP., 1860.p.158.

De diferentes países

As embarcações de longas distâncias eram de diferentes países, com destaque para Estados Unidos, Inglaterra, França, Hamburgo (*Alemanha*). As embarcações de cabotagem, eram na maior parte do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Em geral, aquelas embarcações eram destinadas a transporte de mercadorias e de pessoas, com exceção das canoas, que, em geral, se destinavam a atividade pesqueira.⁸²⁹

Até setembro de 1862, operou na província a Companhia de Transportes Fluviais *Guayba*, ao dissolver-se, seus vapores *Sete de setembro*, *Irapuá*, *Guayba* e *Viamão* foram vendidos para a Companhia *Jacuihy*. Destes, o *Sete de setembro* e o *Irapuá* foram enviados ao sul da província para atenderem ao transporte de pessoas e cargas entre as cidades de Rio Grande, Pelotas e Jaguarão. Além da linha do sul, os navios dessa companhia faziam as linhas Rio Pardo-Cachoeira e Taquari-Caí-Barra do Caí. O vapor *Brasileira*, propriedade de Antônio Diehl, fazia o transporte de passageiros e cargas na linha entre Porto Alegre e São Leopoldo.⁸³⁰ Aquela linha de transporte teria periodicidade de duas a três vezes por semana.⁸³¹

Em 1863 haviam arrolados na capitania dos portos do Rio Grande do Sul, 1.679 embarcações de diferentes classes, boa parte ligada à atividade pesqueira.⁸³² Inicialmente, os barcos que transportavam mercadorias eram à vela. Os vapores eram destinados

⁸²⁹ SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Ob.cit.p.159.

⁸³⁰ ⁸³⁰ CAMPÊLO, Manoel Ramalho; DUHÁ, Paulo Antonio Dutra. *Navegação*. Ob.cit.p.15.

⁸³¹ AVE'LALLEMANT, Robert. Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858).ob.cit.p.

⁸³² RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Ilmo e Exmo sr. Visconde de Boa Vista. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865.p.15

basicamente para o transporte de pessoas e pequenos volumes.⁸³³ Em 1865, na província, havia 549 embarcações empregadas na navegação de longa distância, 332 nacionais e 217 estrangeiras. A navegação interna era feita por 1.938 embarcações, das quais: 16 vapores, cinco barcas de querena, dois reboques, 116 botes, 12 caíques, nove cuters, 991 canoas, três catraias, duas escunas, 35 escaleres, 256 iates, 483 lanchas, duas lanchas cobertas, cinco pranchas e um patacho. Essas embarcações eram tripuladas por 3.187 pessoas, das quais, 1.354 nacionais, 687 estrangeiros e 1.146 trabalhadores escravizados.⁸³⁴ A atividade náutica demandava ainda outros serviços e mão de obra especializados, como por exemplo carpinteiros navais e calafates.⁸³⁵ Ao longo do século 19, em locais com atividade náutica, surgiram estaleiros privados e públicos para a construção e conserto das embarcações, como em Rio Grande, Pelotas, Taquari, São Borja e Porto Alegre.⁸³⁶ A navegação de cabotagem era quase toda para as províncias da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.⁸³⁷

O movimento de embarcações nas águas do Rio Grande do Sul permitiria o governo transportar tropas, material bélico e demais petrechos militares para, praticamente, qualquer lugar da província, em especial as de maior urgência militar.

⁸³³ MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.23.

⁸³⁴ ARAÚJO E SILVA, Domingos. *Dicionário histórico e geográfico* [...] Ob.cit.p.98.

⁸³⁵ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande /RS (1835 a 1864)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.p.97

⁸³⁶ OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande /RS (1835 a 1864)*. Ob.cit.p.97

⁸³⁷ ARAÚJO E SILVA, Domingos. *Dicionário histórico e geográfico* [...] Ob.cit.p.98

Imagem 27 - Movimento nos portos da província



Fonte: MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Grande do Sul, 1998.p.23

Logística de guerra

A logística é elemento central de uma guerra. Do seu bom funcionamento dependem a alimentação, o fardamento da tropa, bem como, o perfeito abastecimento bélico, decisivo nos combates. Durante o conflito contra o Paraguai, a logística militar imperial era ainda precária, disso resultaram, em partes, atrasos, a fome das tropas e muitas mortes decorrentes da falta ou insuficiência de suprimentos.⁸³⁸ Preparado para o conflito desde pelo menos o final de 1864, o governo imperial avaliou que poderia vencer o Paraguai com facilidade, utilizando tão somente as forças rio-grandenses. Com isso, despreocupou-se em montar, de imediato, uma estrutura logística no Rio Grande do Sul. É possível que esperassem, inicialmente, propor as ações e não se defender.

Em 1865, por ocasião da Guerra, procedeu-se na navegação provincial de modo a atender as necessidades logísticas das forças armadas. O governo provincial contratou Antônio Diehl, dono do vapor *flecha*, para transportar tropas, cargas e outros passageiros de Porto Alegre para Rio Pardo e, quando a vazante permitisse, devia seguir até Cachoeira. Ainda, tinham outros dois vapores que faziam o mesmo trajeto em dias distintos. Assim, o transporte entre Porto Alegre e Rio Pardo era efetuado três vezes por semana. Daquela localidade para a fronteira, o governo mandou “estabelecer postos

⁸³⁸ MEIRA, Antônio Gonçalves; CABEDA, Coralio B. P. *Nossas Guerras: Considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.p.13.

militares nos pontos que indicou o general comandante das armas interino”.⁸³⁹ Dali até a fronteira, as tropas seguiam a pé com carregamentos pesados, enfrentando a chuva, o frio e os caminhos acidentados e encharcados no período chuvoso.

Num outro ramal fluvial possível, o vapor mercante *Uruguai* foi contratado pelo governo para levar tropas e petrechos de Rio Grande a Uruguaiana, via Montevideú.⁸⁴⁰ Em fins de 1865, essa via, por Montevideú, seria a principal fonte de abastecimento das forças que ainda se encontravam na fronteira do Rio Grande do Sul.⁸⁴¹ A essa época, o coronel Filipe Betbezé de Oliveira Néri [1820-1869] era comandante do depósito em Montevideú. Todas as remessas, para o teatro de operações, que passassem por aquela cidade, eram, por ele, despachadas.

As tropas conduzidas das diversas províncias do Império para o teatro de guerra ou de um local a outro naquele teatro, fossem eles do Estado, pertencentes à Marinha, ou privados, de diversas companhias de transporte marítimo e fluvias, estavam sob a jurisdição do Arsenal da Marinha, no Rio de Janeiro.⁸⁴²

Em dezembro de 1865, Manuel Marques de Sousa, em correspondência ao Ministro da Guerra, avaliou a ordem de ter que receber tropas e demais petrechos pela via de Montevideú-Salto-Uruguaiana. Naquele então, o rio Uruguai não permitia navegação de Salto a São Borja. Aquele comandante, temia o trânsito por território na República uruguaia, ainda em agitação política. Sugeriu que, mesmo que a distância fosse um pouco maior, deveriam privilegiar a rota que vinha de Rio Pardo até a Fronteira. Justificava que esse trajeto era “mais barato”, não havendo alteração na ordem pública, poupava “a fadiga dos soldados para a escolta dos comboios de carretas.”⁸⁴³

Zona estratégica

São Gabriel, vila de grande importância militar naquele período, situada no centro sul da província, banhada pelo rio Vacacaí, poderia ser utilizada como centro distribuidor de materiais bélicos para as zonas beligerantes, na província. O transporte de material

⁸³⁹ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga entregou a administração da província[...]Ob.cit.p..20.

⁸⁴⁰ AHRs. PEREIRA, Correspondência de José Fernandes dos Santos, 1865. Assuntos militares, maço 190.

⁸⁴¹ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 6. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

⁸⁴² JORNAL DO COMÉRCIO. Gazetilha: Ministério da Marinha. Rio de Janeiro. 12 de agosto de 1865. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=4773&Pesq=companhia%20brasileira%20de%20paquetes%20a%20vapor. Acesso em 08 de Nov. 2019.

⁸⁴³ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 6.Ob.cit.

militar e outras mercadorias podia ser enviado para São Gabriel, como posto intermediário e, dali, para outras regiões da província. A navegação do referido rio era fundamental do ponto de vista comercial e estratégico, uma vez que no período das chuvas, os fretes terrestres tinham valores aumentados. Com pequenos serviços de desobstrução e limpeza das margens, o rio Vacacaí poderia ser uma alternativa mais rápida e barata em época de águas médias e cheias.⁸⁴⁴

O grande problema era de organização e administração dos serviços na província. O serviço público era moroso, as ordens tardavam a chegar e, ainda mais para serem cumpridas, em especial no campo militar, pois, grande parte dos oficiais privilegiava assuntos particulares aos públicos, como veremos. Em suma, era um caos. Em 1868, sem nenhuma intenção de denunciar essa estrutura da qual fazia parte e se beneficiava, José Gomes Portinho, que fretava carretas para o transporte de bagagens no interior do Rio Grande do Sul, exemplificou a morosidade no serviço, mesmo em época de guerra.⁸⁴⁵ Dizia que há mais de dois anos, pedia ao governo da província que “mandasse fabricar no Passo de São Borja, no Uruguai, duas barcas com fundo de prato e assoalho plano, de passar animais” e até aquela data, com urgente necessidade de usar, ainda não existiam.⁸⁴⁶

Transporte terrestre

A julgar pelas péssimas condições estruturais existentes no Império, era visto que a máxima de Bartolomé Mitre, proclamada em 16 de abril de 1865, de que estaria “em 24 horas nos quartéis, em três semanas em Corrientes, em três meses em Assunção”, não se aplicaria.⁸⁴⁷ A província do Rio Grande do Sul que, em tese, deveria estar em pé de guerra já no início de 1865, não conseguiu, em seis meses, organizar uma força para impedir a invasão da fronteira. Tais dificuldades, de ordem administrativa, militares e estruturais e, sobretudo, sociais perdurariam ao longo do conflito.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores, comerciantes e produtores da província do Rio Grande do Sul, ao longo do século 19, foi a questão dos transportes e vias de ligações entre o interior e a capital, entre os centros produtores e os destinos ou portos de embarque. Os grandes proprietários sulistas queixavam-se da falta

⁸⁴⁴ RELATÓRIO Da Exploração dos rios, lagos e bahias da província realizada em 1862. Em: FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo, na segunda sessão da 12ª Legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1867.p.101.

⁸⁴⁵ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d'. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.39.

⁸⁴⁶ AHRS. OSÓRIO, Correspondência de Manuel Luís, 1868. Assuntos militares, maço 203.

⁸⁴⁷ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.p.20.

de investimento do governo imperial nas estradas da província. Esse problema persistiu mesmo após o fim da Guerra dos Farrapos, chegando a constituir-se em problema para o próprio Império, quando do conflito com o Paraguai. As regiões mais necessitadas e afetadas pelo conflito, as fronteiras, estavam praticamente abandonadas.

O mal estado das estradas que levavam às fronteiras do Rio Grande prejudicou sua assistência militar e o fornecimento de víveres. No início do conflito contra o Paraguai, o governo provincial deveria remeter à fronteira de São Borja seis canhões recém-chegados da corte, mas ficou impossibilitado em função dos danos causados à estrada pela estação chuvosa. Com isso, a artilharia pesada, destinada ao teatro de operações, foi despachada de navio, através de Montevideú.⁸⁴⁸ Os gastos com fretamento de navio eram maiores do que os do transporte terrestre.

Em julho de 1865, o barão de Jacuí esperava do governo provincial a remessa de armamentos e fardamentos para a tropa de seu mando. Para economizar aos cofres públicos ou por ter alguma vantagem, o coronel Jacuí orientava ao presidente que enviasse os petrechos por via fluvial. “Previno também a v. Exa. que é muito conveniente e favorável, não só pela brevidade como mesmo por serem mais baratas as carretas, que esse armamento e fardamento venha embarcado, podendo ser em vapor, até o paço do Jacuí, para que eu mando carretas para transportar daí para diante.”⁸⁴⁹

Por Montevideú e Buenos Aires

O transporte de mercadorias e pessoal do Rio de Janeiro para a região platina era mais fácil do que para o Mato Grosso, também em estado de guerra. Para o Sul, se podia utilizar o transporte embarcado até os portos de Rio Grande, Montevideú e Buenos Aires e, dali, via rios, por barcos menores, ou via terrestre para o interior dos territórios envolvidos no conflito.

Com o grande desenvolvimento das lavouras cafeeiras, desde a metade do século 19, o governo investiu e no aumento da malha ferroviária que facilitaria a exportação daquele produto.⁸⁵⁰ Outras regiões de caráter periférico para a economia do império – por exemplo, o Rio Grande do Sul – não tiveram a mesma atenção e investimentos públicos e privados. O Sul, apesar da relativa importância econômica, sobretudo no abastecimento

⁸⁴⁸ RELATÓRIO apresentado ao presidente nomeado do Rio Grande do Sul Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo pelo 2º vice-presidente Antônio Augusto Pereira da Cunha. s/l., 1866.p.8.

⁸⁴⁹ AHRs. Correspondência de Francisco Pedro de Abreu, 1865.Assuntos militares, maço 183.

⁸⁵⁰ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.p.24.

de charque destinado aos trabalhadores escravizados do eixo cafeeiro e da exportação de couros, foi relegado nesse processo.

Em 1865, com parte da província ocupada por forças paraguaias, havia um projeto da construção de uma estrada de ferro que ligasse as cidades de Pelotas e Bagé, justamente a região mais rica, onde se encontrava o maior número de charqueadas. Sobre a importância da construção daquela estrada na fronteira da província, João Marcelino de Souza, em seu relatório ao Ministro da Guerra, entendia que era “um dos mais importantes melhoramentos de que precisa[va] esta província, e ao qual [ligava] grande interesse político e estratégico”. Acreditava que a estrada devia “prolongar-se até às fronteiras do Uruguai”.⁸⁵¹

Transporte oneroso

Segundo João Marcelino: “Têm-se feito periodicamente grandes transportes de tropas e de trem bélico para as fronteiras, e é esta uma das necessidades indeclináveis da posição geográfica desta província. Estes transportes têm custado ao Estado milhares de contos de réis, e com os meios atuais é feito com muita morosidade, e com não pequena mortalidade de praças do exército.”⁸⁵²

No entanto, acreditava “não serem demais todos os sacrifícios que fizerem os cofres públicos para a realização do projeto da estrada de ferro de Pelotas a Bagé.”⁸⁵³ Em novembro de 1867, tendo a guerra se prolongado mais do que o esperado pelos aliancistas, o governo imperial autorizou, sob a lei nº 648, estudos para implantação da esperada estrada de ferro. Os estudos foram realizados com presteza, para agilizar a realização da obra que, porém, não saiu do papel antes de terminada a guerra.

Em 1868, o ainda presidente da província, Homem de Melo, em seu relatório de passagem de cargo, se referia à estrada de ferro, recém em projeto, que deveria seguir de Porto Alegre a Uruguaiana, expunha que: “Constitui uma anomalia notável, na marcha dos negócios públicos desta província, a irregularidade e demora das comunicações entre esta capital e as fronteiras de Missões e Uruguaiana.” Seguia afirmando que no inverno, “o trânsito fica[va] quase interrompido pela enchente dos arroios, trazendo grave dano ao regular andamento do serviço público e às transações do comércio.” Concluía defendendo que: “Os interesses de ordem militar, política e financeira, que se ligam àquela fronteira

⁸⁵¹ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga entregou a administração da província[...]Ob.cit.p.35.

⁸⁵² Id.ib.,p.36.

⁸⁵³ Id.ib.,p.37.

do império, indicam a importância e categoria dessa estrada. A marcha das forças destinadas em 1865 a proteger essa parte da província contra a invasão paraguaia, veio revelá-lo a toda a luz.”⁸⁵⁴

O tempo passava e o conflito não dava sinais de que pudesse terminar, no Rio Grande, os problemas viários persistiam. Ao deixar a administração da província em 1869, Antônio da Costa Pinto Silva, apresentou apenso ao relatório de passagem do cargo, o “Relatório dos Estudos da estrada normal de Porto Alegre a Uruguaiana com um ramal até São Borja”. Iniciado em administrações anteriores, o projeto tinha como principal função determinar de que forma seria possível aquela obra, estudo do terreno, construção de pontes e valores a serem empregados. Em seu longo relatório, o engenheiro Francisco Nunes Miranda acreditava que o governo imperial autorizava os estudos para implementação daquela obra devido aos “acontecimentos que na atual guerra com o Paraguai, tiveram lugar em São Borja e Uruguaiana e os obstáculos que a estrada ao transporte de tropas a esses pontos.”⁸⁵⁵

Em 14 de junho de 1869, o então presidente em exercício da província do Rio Grande, Israel Rodrigues Barcellos, resumiu a situação em que a província se encontrava nos últimos anos em função da chuva e da precariedade das suas estradas.

Não há nesta província memória de tão seguidas e copiosas chuvas como as das quatro estações ultimas; inverno, primavera, verão e outono foram tão abundantes de chuvas, que todas as indústrias têm sido, e continuam a ser grandemente prejudicadas: além dos males diretamente causados à agricultura e à criação dos gados, luta a província com o grande embaraço das comunicações, porque as suas estradas, que todos os anos são, no verão e outono, concertadas pelo seu inspetor geral, o sol, não receberão nestes últimos tempos esse grande benefício da providência divina; e estão quase intransitáveis; algumas, principalmente as das serras, são verdadeiros precipícios, e tem produzido a morte de grande, número de animais cavallares, muares e vacuns, dos transeuntes, que, forçados por urgente necessidade, sujeitam-se a percorre-las.⁸⁵⁶

⁸⁵⁴ RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo passou a administração d’esta província ao Excelentíssimo senhor doutor Joaquim vieira da Cunha. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868.p.13.

⁸⁵⁵ Id.ib.,p.84.

⁸⁵⁶ RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Israel Rodrigues Barcellos passou a administração da província de São Pedro do Sul ao Exmo. Sr. Dr. João Sertorio. Porto Alegre, Tipografia Rio-grandense, 1869.p.5.

Capítulo 6- Ir à Guerra, viver a guerra e sofrer a guerra!

De todos os pontos do Império concorrem os cidadãos oferecendo-se para marchar em corpos de Voluntários, ou de Guardas Nacionais; um só ainda se não recusou ao sacrifício que a Nação exige; o brado de guerra contra os invasores do nosso território é uníssono em todo o Império.

(José Egídio Gordilho – Ministro da Guerra, 1865)

É consenso na historiografia sobre o conflito contra o Paraguai que a província do Rio Grande do Sul foi a que mais contribuiu com homens para a guerra. De todo o império, teriam partido em torno de 100 mil homens, dos quais cerca de 50% não voltaram.⁸⁵⁷ Somente da província meridional, partiram em torno de 25 a 30% daquele total, como visto.

Homens de todos os cantos da província saíram, voluntária e, principalmente, involuntariamente, para participar, de forma direta ou indireta, da guerra. Isso não significa que a avaliação de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, no início do conflito, fosse verdadeira. Para ele, em correspondência ao amigo general Luiz Alves de Lima e Silva, a quem esperava para comandar o Exército Imperial: “A Guerra do Paraguai” era “popular, e” seria “brilhante” se “dirigida com perícia e rapidez.”⁸⁵⁸

A avaliação de Paranhos não estaria de todo errada. Se, de fato, a guerra não se demorasse tanto, poderia ter contado com maior apoio popular, impulsionada pela vitória sobre o governo uruguaio. Ela não foi rápida. Ao longo de seis anos, o recrutamento e a mobilização não cessavam. Durante esse tempo, milhares de homens continuaram sendo sistematicamente engajados nos corpos e enviados para fora do Império ou destacados nas fronteiras e nos corpos policiais, o que tornava sua entrada no conflito quase certa, como vimos. Aos poucos, a impopularidade daquele conflito se impôs e medidas coercitivas foram usadas com mais frequência.

Vimos no capítulo *Estrutura militar do Rio Grande do Sul: a preparação para a guerra*, em forma geral, como se deu a organização de contingentes, do Exército de Linha e da Guarda Nacional nos anos anteriores e nos contíguos à guerra. Em geral, essas eram as duas únicas instituições militares do Império, com características e organizações próprias. No entanto, no início e no decorrer do conflito seria necessário encorpar essas instituições, sobretudo a primeira, historicamente mais débil. A criação dos corpos de

⁸⁵⁷ OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora*. Ob.cit.p.142; COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil* [...] Ob.cit.p.p.219.

⁸⁵⁸ PARANHOS, José Maria da Silva. Correspondência ao general Caxias. Em: ANRJ – Códice 551. Correspondência manuscrita que pertenceu ao Duque de Caxias 1840-1876.

Voluntários da Pátria, por decreto imperial, em inícios de 1865, foi uma tentativa de aumentar os baixos efetivos do exército.

Não era novidade

O voluntariado não era novidade na tradição militar luso-brasileira, ainda que não nessa magnitude e com o grau de comprometimento do Estado Imperial, de caráter pré-nacional, tendo inclusive o monarca – Pedro 2º - se empenhado na valorização simbólica do voluntariado. Com o decorrer do tempo e com aprofundamento da guerra, o voluntariado não mereceu mais o título que ostentava. Milhares foram compelidos a voluntariar-se. A conscrição de “criminosos”, levados mesmo acorrentados, foi importante mecanismo de controle social e forma de engrossar as fileiras do Exército Imperial.⁸⁵⁹

Além dos voluntários, excepcionalmente, em casos de perigo iminente, a Guarda Nacional da Reserva era requisitada, em geral para atuar nos limites provinciais. Sobretudo no início, homens que pretendiam ser comandantes militares, ofereceram-se para criar corpos da Guarda Nacional ou mesmo de voluntários, ao que chamamos de “Comandantes Voluntários”. Ofereceram seus serviços, tanto nacionais como estrangeiros.

Comandar um corpo era sinal de prestígio e, sem dúvida, uma grande oportunidade de se obter elevados lucros. Em novembro de 1865, Antônio de Mello e Albuquerque, oficial da Guarda Nacional de Cruz Alta, descreveu ao presidente da província, a corrida desenfreada para tornar-se comandante de corpo. Segundo ele, em sua região, havia mais homens propondo comandar um corpo do que pessoas para servir. Devido a isso, dizia terem “morrido de fome algumas crianças, por lhes terem sido arrancados seus pobres e infelizes pais só com o fim de apresentar-se grande número de gente, embora velhos, meninos e incapazes do serviço!” Ainda segundo ele, seria difícil enumerar “as clamorosas injustiças e insultos que, por tal motivo, tem sofrido este povo digno de melhor sorte.”⁸⁶⁰

Homens pobres

Não foi incomum também durante a guerra, com destaque para os primeiros tempos, que homens pobres e remediados se oferecessem para engajar. Alguns o faziam como única alternativa de renda; outros, com objetivo de ascender socialmente, por meio

⁸⁵⁹ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.p.45.

⁸⁶⁰ AHRS. Correspondência de Antônio de Mello e Albuquerque, 1865. Autoridades militares, maço 183.

da carreira militar. Outra categoria de combatentes que seguiram para a guerra, de forma mais ou menos voluntária, eram os *Voluntários Substitutos*, gente pobre que vendia sua “liberdade” a quem pudesse pagar para escapar do serviço militar. Também foi comum os *Substitutos Libertos* que, como o nome sugere, eram ex-cativos engajados compulsoriamente para substituir seus proprietários ou alguém por eles indicados. Do Rio Grande do Sul, centenas de libertos foram enviados ao Exército.

O recrutamento para o Exército de Linha ocorreria durante todo o conflito e nessa força participaram alguns milhares de homens. É possível afirmar, sem dúvida, que quem sustentou a guerra no Rio Grande e teve importante contribuição durante seu desenrolar, no Paraguai, foi a Guarda Nacional, como proposto.

À medida que a guerra se aproximava, o recrutamento fora acelerado. O recrutamento poderia atingir até mesmo homens que já tivessem cumprido suas obrigações legais. Em 7 de junho de 1865, João Marcelino Gonzaga, presidente do Rio Grande do Sul, informava ao Ministro da Guerra a necessidade de formar-se mais corpos de infantaria da Guarda Nacional. Segundo a legislação imperial, os homens que tivessem cumprido o prazo obrigatório de serviço no Exército de Linha estavam dispensados de servir como guardas nacionais, a menos que fossem voluntários. O presidente sugeria que o grande contingente egresso do exército, pertencente à arma de infantaria fosse obrigado a ingressar na Guarda Nacional, sendo-lhes garantido que não marchariam além da fronteira.⁸⁶¹ O que, na prática, era impossível de se garantir.

É difícil determinar o número preciso de homens que, do Rio Grande do Sul, se recrutou para combater as forças paraguaias. Apesar de o Estado Imperial ter um aparato burocrático-administrativo consolidado e que muitas informações e registros ocorriam de forma sistemática, não se pode garantir a veracidade de tais informações, que por diversos motivos, poderiam ser distintas da realidade.

Sem alistamento

É provável que existissem soldados enfileirados sem estarem alistados oficialmente. Em 1866, na batalha de Curuzú, Francisco de Carneiro participou do combate sem estar recrutado. Na Ordem do Dia número 87, do 2º Corpo do Exército, registrou-se que o soldado “guiado unicamente pelos seus sentimentos patrióticos, combateu heroicamente nas fileiras do 8º Batalhão de Voluntários da Pátria”. Dizia ainda

⁸⁶¹ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino de Souza. Em: Documentos relativos à invasão da província[...]Ob.cit.p.47.

que: “Este indivíduo nem é alistado, nem recebe dos cofres públicos remuneração de espécie alguma”.⁸⁶² O contrário também era possível. Soldados listados e, para os quais eram contabilizados soldos, sequer teriam marchado. Mortos também continuariam ativos nas listagens oficiais.

O longo conflito contra os blancos, no Uruguai e contra o Paraguai, ensejaria muita força militar. Nem todos os personagens dessa guerra foram coagidos a participar. Principalmente no começo, quando se imaginava um conflito rápido, muita gente reconheceu na guerra uma possibilidade de obter vantagem, sobretudo oficiais do Exército e da Guarda Nacional. Por isso, em especial no início do conflito, observou-se o voluntariado que não duraria muito e a forma compulsória seria conhecida amplamente pela população.⁸⁶³ Nem mesmo a população carcerária escaparia à sedução do governo imperial para o “voluntariado”.

Em outubro de 1867, em meio à corrida desenfreada do governo provincial para juntar homens para o 3º Corpo de Exército, uma circular do Império pretendia contar com presos, condenados por homicídio e tentativas de homicídio. Em 17 de janeiro de 1867, o governo imperial exigia que os governos provinciais prestassem informações sobre os presos, tais como “tempo de cumprimento das penas, idade, estado de saúde e condições dos réus”. Junto deveriam enviar as “petições de graça” dos que “se oferecessem expressamente para o serviço de guerra”. Do Rio Grande do Sul, cerca de 25 presos, da cadeia da capital, estariam aptos para ir à guerra, de acordo com os critérios estabelecidos.⁸⁶⁴

6.1 Por oportunidade ou por falta de opção

O apelo ao patriotismo foi, no início do conflito, poderosa arma utilizada pelo governo imperial e, replicada pelos seus agentes, como forma de consolidar o consenso da população para a necessidade de voluntariar-se. Esforço patriótico sintetizado na campanha do imperador que, marchando ao campo de batalha, pretendia galvanizar apoio ao conflito contra o Paraguai. Nas palavras de Ângelo Muniz da Silva Ferraz:

Em circunstâncias tão melindrosas como as atuais em que até o próprio Soberano faz o sacrifício das suas comodidades, dando exemplo de abnegação,

⁸⁶² ORDENS DO DIA. Exército em operações na República do Paraguai: Segundo Corpo sob o comando em chefe do Excmo. Tenente general Manuel Marques de Sousa. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves de Souza, 1877.p.10.

⁸⁶³ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império, sua vida, suas opiniões, sua obra*. Ob.cit.p.236.

⁸⁶⁴ ANRJ. Códice IJ1 589. Série Justiça.Ob.cit.

Em janeiro de 1865, intensificando sua “missão” de engrossar o apoio dos rio-grandenses ao conflito, Antônio de Sousa Neto fez vivos chamamentos entre seus correligionários para robustecer as fileiras do Exército Imperial, então no Uruguai, e preparando-se para a guerra contra o Paraguai. José Avelino, súdito imperial, comandante da Guarda Nacional e fazendeiro na fronteira do Uruguai, escrevendo diretamente ao presidente da província, sobre o chamamento, dizia orgulhar-se de seu “patriotismo e amor à pátria e ao governo” e de ter, desde os quinze anos servido às causas do Império. Informava que sua avançada idade, 57 anos, numerosa família e seus interesses o haviam impedido de aceitar o chamamento do general Neto e naquela ocasião, mandava “um filho” e prestava “influência a outros”.

Em 7 de janeiro de 1865, o capitão reformado do Exército e responsável pelo recrutamento na comarca de Alegrete, João José Pereira, oferecia-se ao presidente da província para servir na guerra. Nesse mesmo dia, na Corte, o Imperador mandava publicar o decreto que criava os corpos de Voluntários da Pátria. É certo que tal informação demoraria a chegar nos confins do Rio Grande do Sul, no entanto, se observa que, inicialmente, o voluntariado em setores mais abastados da sociedade foi mais comum. Ao mesmo tempo em que pedia para deixar o encargo de responsável pelo recrutamento, aquele oficial expressava que era “chegado o tempo em que todo o cidadão brasileiro” devesse “se apresentar em defesa da pátria”.⁸⁶⁸

Aceitando o convite

Em outubro de 1865, a “convite” de Antônio de Sousa Neto, José Avelino se mobilizaria para o conflito. Segundo ele, após as “atrocidades” cometidas pelos orientais contra os súditos imperiais, oferecia novamente seus serviços. Dispunha-se a “formar uma companhia ou Esquadrão provisório que parte deverão ser voluntários” e que contava com “emigrados filhos de brasileiros [sic] nascidos no Estado Oriental” que transitavam a bastante tempo no Uruguai e, como não eram guardas nacionais, não eram procurados.

José Avelino estava disposto a recrutar, no Uruguai, homens que “não aceitando convites amistosos e sem que tampouco se tenham apresentado a nenhuma autoridade policial nem estas tampouco na forma de seus deveres e do que a lei determina” *vagavam* “por toda parte sem ninguém lhes perguntar quem são nem de onde vem.”⁸⁶⁹ Naturalmente, a fronteira do Uruguai e da Argentina foi destino certo de quem desejasse

⁸⁶⁸ AHRS. Correspondência de João José Pereira, 1865. Assuntos militares, maço 187.

⁸⁶⁹ AHRS. Correspondência de José Avelino, 1865. Assuntos militares, maço 183.

de alguma forma escapar ao recrutamento ou pelo menos retardá-lo. A complacência de algumas autoridades civis e militares facilitava a resistência e a fuga, em especial na Região Sul. Isso veremos melhor.

O ambiente belicoso era também propício às fugas de cativos que, muitas vezes, se misturavam com emigrados orientais e passavam a viver cometendo pequenos crimes e aterrorizavam as classes proprietárias. Na mesma correspondência, José Avelino informava que na fronteira havia “grande número de escravatura, mulato e crioulos” e “outro igual número de ‘inimigos’ que temos, todos os dias estão fugindo e sempre procurando o Estado Oriental”. Assegurava que existia “muita gente moças aptos para o serviço” e que estariam dispostos a fazê-lo, mas que tinham “casa, mulheres, filhos e escravos, e por isso se desanimam vendo que deixam tudo entregue a bem dizer ao ‘inimigo’, pois presentemente os distritos desta fronteira não tem autoridade nem força que os faça respeitar”. Encerra dizendo que “todos estes homens desejam coadjuvar a pátria e podiam ser chamados ao serviço armados e prontos.”⁸⁷⁰

Enquanto muitos fugiam das fileiras militares, outros a queriam. Fosse por necessidade, por serem muito pobres e verem no Exército uma alternativa de sobrevivência. Seja por motivação pessoal buscando fama e reconhecimento no exército. O militar, de origem alemã, Jacob Dick, natural de Campo Bom, morador de São Leopoldo, teria se alistado voluntariamente para Guerra aos dezesseis anos, onde foi aceito. O entusiasmo daquele jovem não duraria muito, após longa demora aquartelados à espera de novas incorporações, o ânimo de Jacob foi esmorecendo a ponto de não cumprir seus deveres e ser preso por 24 horas. Registrara em seu diário reflexão “sobre a situação curiosa de ser um voluntário sem possibilidade de manifestar (sua) própria vontade”.⁸⁷¹

Em setembro de 1865, o major Antônio Gonçalves da Silva apresentou o filho Bento Gonçalves da Silva “como soldado de cavalaria” enquanto durasse a guerra.⁸⁷² Lembrava que seu filho se encaixava no artigo 2º do decreto que criava os Voluntários da Pátria. Certamente, a expectativa de muitos que se alistavam de forma voluntária era frustrada, tão logo ingressavam nas fileiras militares. O mínimo de consenso que o governo teria formado em torno da necessidade da guerra se esfacelara nos primeiros meses do conflito.

⁸⁷⁰ Id.ib.

⁸⁷¹ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul* [...]Ob.cit.p.157.

⁸⁷² AHRS. Correspondência do coronel Vargas, 1865. Autoridades militares, maço 194.

Ótima oportunidade

Com o tempo, o ímpeto voluntário diminuiria, mas o interesse em comandar, continuava. Em janeiro de 1867, o coronel José Gomes Portinho informava ao presidente da província reunião voluntária feita por Jenerino Gomes, que entregou “oito praças que reuniu, conduziu e forneceu, sem dispêndio algum dos cofres públicos”.⁸⁷³ Em setembro, Firmino Maria Martins escrevia de Caçapava ao presidente da província oferecendo voluntariamente os filhos para o Exército.

O [portador] desta é meu filho Firmino Maria Martins, oficial do exército em operações contra o Paraguai, cujo veio com licença do Excelentíssimo Barão do Herval recolher-se para o mesmo exército algum tanto melhorado, leva em sua companhia um irmão Thomas Augusto Martins a apresenta-lo a Vossa Excelência como voluntário para assentar praça no 3º regimento de 1ª linha de cavalaria do dito exército (se vossa excelência não ordenar ao contrário) fazendo por esse meio companhia a três irmãos que desde o começo da guerra no Estado oriental apresentei-os voluntariamente, Bonifácio da Mota Martins, alferes do 10 corpo de Guardas Nacionais e Antônio Cesar Martins, cadete sargento do 3ª regimento de cavalaria de linha. Não tenho mais algum que possa oferecer a vossa excelência se não de boa vontade o faria. Outro sim, existem aqui 35 praças entre guarnição e polícia, ofereço a vossa excelência meu limitado conhecimento médico para o tratamento das mesmas sem maior interesse que o de trata-los em alguma enfermidade que sejam acometidos, mas para este fim vossa excelência terá a bondade [de] mandar alguns medicamentos, pois aqui são caríssimos e poucos.⁸⁷⁴

Em 1867, Manoel Rodrigues Barbosa, possivelmente grande proprietário da cidade de Bagé e Banda Oriental, afirmava em correspondência ao presidente da província que:

Em todas as crises porque tem passado o meu país como brasileiro que sou e que preza mais que tudo a dignidade da pátria, tenho feito o que me tem sido possível para bem preencher os deveres de bom cidadão. Possuindo um único filho varão que segundo as nossas leis está isento de qualquer serviço militar, não permiti que ele se aproveitasse do favor que as leis lhe concedem e mandei-o com mais quatro companheiros apresentar-se ao major Antero [...] Soares, todos eles foram armados à minha custa, ao major mandei quatro pessoas com cavalo à destra a Bagé. Tendo meu filho dado volta por doente, libertei um de meus escravos e mandei-o ao Excelentíssimo senhor general barão do Herval, para substituí-lo no serviço. Desde a invasão da província que supro com dinheiro e comedorias a algumas famílias cujos maridos estão no exército. Achando-me no Estado Oriental e estando ali reunindo o capitão Antônio Bento, contribui para que se lhe apresentassem o maior.⁸⁷⁵

A alternativa, confessada pelo emissor, de enviar o único filho, mesmo isento do serviço, para a guerra, pode significar tentativa extrema de convencimento dos demais

⁸⁷³ AHRs. Correspondência de José Gomes Portinho, 1867. Autoridades militares, maço 202.

⁸⁷⁴ AHRs. Correspondência de Firmino Maria Martins, 1867. Autoridades militares, Diversos. Maço 214.

⁸⁷⁵ AHRs. Correspondência incompleta de Manoel Rodrigues Barbosa, s/d. Autoridades militares, maço 214.

chamados para o serviço. A diferença, como se mostrou, é que por ter aparentemente adoecido, o rapaz voltou e mandou substituto. Milhares de outros homens, não teriam mesma sorte. Por fim, a correspondência evidencia o esforço de parte de uma parcela da sociedade rio-grandense, principalmente do sul da província e do norte uruguaio, em garantir a permanência daqueles homens que foram à guerra, suprimindo suas famílias. Uma estratégia para minimizar as chances de deserção como se verá.

A adesão inicial de parte da classe proprietária rio-grandense, inclusive dos proprietários de terra na Banda Oriental, pode ter entusiasmado a criação de grupos armados autônomos que, mesmo lutando ao lado das forças regulares, eram independentes. Essa prática era comum no sul do Império. Líderes militares, não raros detentores de insígnias oficiais, arregimentavam e armavam homens que estavam subordinados unicamente a eles. Aspiravam, quem sabe, serem agraciados com algum alto cargo no Exército.⁸⁷⁶ Não raro, sobretudo no auge do recrutamento, esses homens eram legitimados pelo Estado se lhes concedendo a comandância do efetivo que arregimentavam.⁸⁷⁷ As documentações referentes àqueles eventos indicam a existência de *Soldados Particulares*.⁸⁷⁸ Há registros também de soldados da Guarda Nacional *Avulsos*.

Voluntariado da oficialidade

A invasão da província do Rio Grande do Sul por forças paraguaias e, sobretudo, a presença do imperador Pedro 2º, como fosse um voluntário, em terras rio-grandenses, faria explodir prática acanhada, o voluntariado de oficiais do Exército e da Guarda Nacional. Entre fevereiro e novembro de 1865, verificaram-se diversos casos desse voluntariado. Havia tanta oferta que faltou lugar no exército. Manuel Marques de Sousa, esperava ordens do Ministro da Guerra sobre o que fazer com oficiais que “não tendo corpos” a ele se apresentaram.⁸⁷⁹

Entre fins de fevereiro de 1864 e início de março de 1865, o capitão Tibúrcio Álvares de Siqueira Fortes, comandante interino do 2º Corpo, da freguesia da Palmeira,

⁸⁷⁶ ANRJ. IG 1 194. Correspondência de Ângelo Muniz da Silva Ferraz ao barão de Porto Alegre, Alegrete, 8 de outubro de 1865. Ob.cit.

⁸⁷⁷ ANRJ. IG 1 194. Correspondência de Ângelo Muniz da Silva Ferraz ao barão de Porto Alegre. Bagé, 17 de outubro de 1865. Ob.cit.

⁸⁷⁸ ORDENS DO DIA. Exército em Operações na República do Paraguai: Segundo Corpo sob o comando em chefe do Exmo. Sr. tenente general Manuel Marques de Sousa. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves, 1877, p.33.

⁸⁷⁹ ANRJ. Ministério da Guerra. Correspondência do barão de Porto Alegre ao Ministro da Guerra do Império, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Uruguaiana, 09 de setembro de 1865. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

o tenente coronel João Antônio Antunes, comandante do 43º Corpo e o capitão José Maria Souto Maior, comandante da companhia avulsa da Reserva de Santo Ângelo, pertencentes ao Comando Superior da Guarda Nacional de Cruz Alta, ofereceram seus serviços ao governo imperial. Tibúrcio Fortes oferecia marchar ao Paraguai com 100 a 150 voluntários; João Antunes, falando em nome da oficialidade que compunha o corpo sob o seu comando, propunha organizar força de “400 voluntários, para fazer parte do Exército” e marchar contra os paraguaios. José Maria, por sua vez, oferecia sua espada “enquanto durar a guerra com o Paraguai” no serviço que melhor atendesse “à causa pública”.⁸⁸⁰

Em abril de 1865, o governo provincial comunicava ao Ministério da Justiça, o oferecimento feito pelo tenente coronel Feliciano Jacinto Dias, chefe do Estado Maior do Comando Superior da Guarda Nacional de Santa Maria e São Martinho, para organizar “Corpo ou Esquadrão de Voluntários”.⁸⁸¹ Tanto nesse caso, como nos oferecimentos oriundos de Cruz Alta, o governante provincial resolveu não aceitá-los imediatamente. Submetia as propostas ao referido ministério por não dispor das “precisas instruções sobre as forças das diferentes armas” que comporia o Exército Imperial.⁸⁸²

Em 21 de julho, João Marcelino oficiava ao Ministro da Guerra, que despachava de seu gabinete em Porto Alegre, a nomeação do capitão reformado José Maria da Fontoura Palmeira. O militar voluntário foi nomeado major de comissão para comandar a guarnição da cidade de Pelotas.⁸⁸³ No mesmo mês, o Alferes reformado Frederico Ernesto Estrela de Willeroy foi aceito e enviado ao exército de Manuel Marques de Sousa. Foi aceito também Carlos Montezuma de Andrade, capitão da Guarda Nacional, para lutar no exército contra o Paraguai.⁸⁸⁴ Em 29 de julho, em Rio Pardo, o coronel da Guarda Nacional, Rodrigo José de Figueiredo, foi aceito para se juntar ao exército. Somente em setembro se apresentara ao barão de Porto Alegre.⁸⁸⁵

⁸⁸⁰ ANRJ. IG 1 399. Comunicado do Ministério Guerra ao ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 16 de maio de 1865. Ministério da Guerra. Correspondência do Ministro da Justiça ao Ministro da Guerra. 1865-1866.

⁸⁸¹ ANRJ. IG 1 400. Comunicado do Ministério Guerra ao ministério da Justiça, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1865. Ministério da Guerra. Correspondência do Ministro da Justiça ao Ministro da Guerra. 1867-1881.

⁸⁸² ANRJ. IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1865 (janeiro-dezembro)

⁸⁸³ ANRJ. IG 1 194. Comunicado do Ministro da Guerra ao presidente da província, 21 de julho de 1865. Ministério da Guerra. Ob.cit.

⁸⁸⁴ ANRJ. IG 1 194. Comunicado do Ministro da Guerra ao presidente da província, 26 de julho de 1865. Ministério da Guerra. Ob.cit.

⁸⁸⁵ ANRJ. Ministério da Guerra. Correspondência do barão de Porto alegre ao Ministro da Guerra do Império, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Uruguaiana, 09 de setembro de 1865. Ob.cit.

Nas pegadas da comitiva imperial

À medida que a comitiva imperial percorria a província, novos oferecimentos eram feitos ao governo. Em princípios de agosto, o capitão Rafael Antônio de Oliveira foi aceito e remetido à Divisão do brigadeiro José Gomes Portinho.⁸⁸⁶ Em seis de agosto, na vila da Cachoeira, o Ministro da Guerra recebeu e aprovou o oferecimento de Eduardo Jorge de Miranda, Francisco da Silva Moraes e Belquior da Gama Lobo, para servirem “gratuitamente” no hospital mandado construir em Alegrete.⁸⁸⁷

Na mesma época, o Ministro aceitou o oferecimento feito pelo coronel Hilário Pereira Fortes, para servir no Exército de Reserva que se organizava ou em “qualquer Corpo da Cidade que voluntariamente” o acompanhasse. O Ministro destacou que esses voluntários não poderiam ser guardas nacionais já destacados, que estivessem fazendo parte de uma força já organizada ou previamente designados para o serviço de destacamento.⁸⁸⁸

Nem todos os oferecimentos eram aceitos imediatamente pelo governo. Em princípios de agosto, Teodoro Guilherme von Ossoroski ofereceu seus serviços militares. Sua oferta foi remetida ao presidente da província para que o empregasse onde fosse mais conveniente.⁸⁸⁹ Em inícios de setembro de 1865, do Passo do Saican, nas imediações de São Gabriel-RS, Ângelo Muniz aceitou o oferecimento do ex 2º tenente de artilharia Telésforo José da Silva. O militar foi enviado ao exército comandado pelo barão de Porto Alegre.

Depois da capitulação paraguaia, em Uruguaiana, os oferecimentos voluntários seguiram. Em 18 de setembro, dia da rendição, o juiz de direito da vila sitiada, José Venceslau Marques da Cruz, ofereceu-se para auxiliar no ataque da vila “como Porta Bandeira do Corpo de Voluntários”.⁸⁹⁰ Posteriormente, o juiz seria nomeado capitão de comissão a serviços de Manuel Marques de Sousa. Provavelmente, ficara exercendo o cargo na própria vila, não marchando ao Paraguai.

No mesmo dia da rendição, o coronel Tristão José Pinto, comandante da 8ª Brigada da 2ª Divisão Ligeira, teria se apresentado ao general barão de Porto Alegre para atuar como simples praça “no investimento e combate das trincheiras” de Uruguaiana.

⁸⁸⁶ ANRJ - IG 1 194. Comunicado do Ministro da Guerra ao presidente da província, 05 de agosto de 1865. Ministério da Guerra.Ob.cit.

⁸⁸⁷ ANRJ - IG 1 194. Comunicado do Ministro da Guerra ao presidente da província, 06 de agosto de 1865. Ministério da Guerra.Ob.cit.

⁸⁸⁸ Id.ib.

⁸⁸⁹ Id.ib.

⁸⁹⁰ ANRJ - IG 1 194. Comunicado do Ministro da Guerra ao presidente da província, 28 de setembro de 1865. Ministério da Guerra.Ob.cit.

Segundo ele, não havia sido designado para comandar sua Brigada. Fato que renderia elogios do comandante Manuel Marques, que classificou como “procedimento, digno de ser imitado por todos que anelam prestar-se ao serviço do País.”⁸⁹¹

Em 26 de setembro, o médico José Maria de Azevedo foi aceito e remetido para o exército do visconde de Porto Alegre.⁸⁹² No mês seguinte, de retorno à capital, Ângelo Muniz aceitou, em São Gabriel, o oferecimento de Carlos Hesterling, para prestar serviços médicos no corpo do barão de Porto Alegre.⁸⁹³ Em Jaguarão, o Ministro aceitaria o alferes de comissão Belmiro Vicente de Araújo para servir no Exército em Operações no Rio Grande do Sul.⁸⁹⁴ Por vezes, o oferecimento esbarrava na falta de vagas nos quadros da oficialidade. Em Jaguarão, o Ministro da Guerra agradeceu ao major reformado João Francisco Pereira pelos serviços na reunião de um Esquadrão Provisório de Guardas Nacionais e pela disposição demonstrada de marchara para o teatro de operações. Isso ocorreria quando houvesse vaga de major em qualquer corpo de voluntários do Exército Imperial.⁸⁹⁵

Sem ônus

Em novembro daquele ano, Ângelo Muniz da Silva Ferraz comunicava ao general Luís Osório, a nomeação do ex 1º tenente de artilharia Pedro Ribeiro de Souza, voluntário sem ônus para os cofres públicos, como seu Ajudante de Ordens.⁸⁹⁶ No início do mesmo mês, José Ladislau de Barros Figueiredo, comissário de 2ª classe, da Marinha Imperial, obteve licença para engajar no exército do barão de Porto Alegre. Para o mesmo exército, foi remetido José Maria de Carvalho, capitão reformado. O militar ofereceu serviços para atuar no Exército em Operações no Rio Grande do Sul. Foi encaminhado pelo Ministro da Guerra.⁸⁹⁷

A presença do imperador e sua comitiva estimulava oferecimentos e voluntariados mais por conveniências políticas ou econômicas do que propriamente por patriotismo. No trajeto de Porto Alegre a Uruguaiana, a comitiva imperial recebera diversas homenagens,

⁸⁹¹ Id.ib.

⁸⁹² ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul.Ob.cit.

⁸⁹³ ANRJ - IG 1 194. Comunicação do Ministro da Guerra do Império, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ao comandante da Guarnição da vila de Jaguarão, Jaguarão, 21 de outubro de 1865.Ob.cit.

⁸⁹⁴ Id.ib.

⁸⁹⁵ ANRJ - IG 1 194. Comunicação do Ministro da Guerra do Império, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ao Comandante Superior da Guarda Nacional de Jaguarão, Jaguarão, 22 de outubro de 1865.Ob.cit.

⁸⁹⁶ ANRJ - IG 1 194. Comunicado do Ministro da Guerra ao general Osório, 01 de novembro de 1865. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul.Ob.cit.

⁸⁹⁷ ANRJ - IG 1 194. Comunicado do Ministro da Guerra ao barão de Porto Alegre, 03 de novembro de 1865. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul.Ob.cit.

jantares e bailes. Era uma forma de as famílias endinheiradas cortejarem sua majestade e demonstrarem apoio à causa da guerra.

Durante esse período, alguns oficiais endinheirados doaram parte ou todo o soldo a que tinham direito para ajudar nos gastos da guerra. Manoel Soares Fortuna ofereceu 10% de seus vencimentos “em favor das urgências do Estado”. Empresas e sociedades contribuiriam também. O tenente coronel Irineu José Topázio, comandante do 42º Corpo de Guardas Nacionais, ofereceu todo o soldo a que tinha direito “em benefício das famílias das praças mais necessitadas” do seu corpo.⁸⁹⁸

A Companhia de Transporte Fluvial Jacuí ofereceu gratuitamente a condução do Imperador e sua comitiva, de Porto Alegre a Rio Pardo.⁸⁹⁹ A Câmara de vereadores de Cachoeira oferecera a sala de reuniões para “estabelecer-se uma Enfermaria provisória para tratamento das praças do Exército”.⁹⁰⁰

6.2 Estrangeiros nas fileiras imperiais

Além dos voluntários provenientes da adesão ao decreto imperial, outros homens, em condições bastante diversas, engajaram-se ou foram engajados, não raro à força, nas fileiras do Exército e da Guarda Nacional. Daqueles, muitos eram estrangeiros. Condição facilitada pela legislação imperial, que concedia mesmos direitos de Voluntário da Pátria aos voluntários estrangeiros. Segundo Hilda Flores, cerca de 12% dos alemães e descendentes que residiam no Rio Grande do Sul em 1865, teriam participado, direta ou indiretamente, do conflito.⁹⁰¹ Os militares de origem teuta, assim como os demais, teriam motivações distintas para engajar-se. As comunidades alemãs representavam importantes concentrações em diversas regiões da província: Serra, Centro, Norte e Sul. Nessas localidades, quando das primeiras notícias do conflito contra as repúblicas do Uruguai e do Paraguai, formaram-se corpos de defesa para a proteção das regiões, em verdade, autodefesa.

Na província, viviam militares estrangeiros veteranos das guerras contra Rosas, os Brummers. A relação com as autoridades militares imperiais não seria das melhores, em função de desavenças daquele período. Durante a campanha, alguns desses militares teriam oferecido seus serviços. A escassez de militares formados faria o governo imperial

⁸⁹⁸ ANRJ - IG 1 194. Comunicado do Ministro da Guerra ao presidente da província, 27 de setembro de 1865. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁸⁹⁹ ANRJ - IG 1 194. Comunicado do Ministro da Guerra aos diretores da Companhia Jacuí, 28 de julho, de 1865. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁹⁰⁰ ANRJ - IG 1 194. Comunicado do Ministro ao presidente da Câmara de vereadores de Cachoeira, 06 de agosto de 1865. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁹⁰¹ FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da Imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.56.

contratar alguns deles. Em agosto de 1865, o prussiano, ex- Brummer, veterano da guerra contra Manuel Rosas, em 1851, Karl Hermann von Kahlden, então diretor da Colônia de Santo Ângelo, foi autorizado pelo governo provincial a organizar uma companhia de voluntários.⁹⁰² Não sabemos se esses homens chegaram a ir à guerra. Do Rio de Janeiro, também vieram veteranos das guerras do Prata, alistados mediante o pagamento, pelo governo imperial, de gratificação, hospedagem, comida. A experiência não teria sido positiva. Uma vez no Rio Grande do Sul, o governo imperial não cumpria com o acordo, gerando revolta entre os militares.⁹⁰³

À medida que o conflito se prolongava e a necessidade de homens crescia, mais e mais descendentes de alemães eram convocados. No geral, os corpos formados nessas regiões eram compostos quase exclusivamente de alemães e descendentes. Seria exigência inclusive que o comandante fosse patricio.⁹⁰⁴ Com o acirramento da guerra houve o esfriamento do voluntariado. A crescente necessidade de soldados e o abandono gradual das classes proprietárias da guerra, motivara a libertação de cativos e o pagamento de substitutos para irem a guerra. Dentre esses, alguns colonos empobrecidos.

Corpos de defesa

Alguns alemães, de diversas Colônias, mobilizaram-se para formar “corpo de defesa”, composto unicamente por voluntários de nacionalidade alemã.⁹⁰⁵ A proposta não era uma unanimidade entre os alemães.

Em Porto Alegre, muito antes da efetiva invasão da província pelas forças paraguaias, em julho de 1865, alemães e descendentes se reuniram, sob inspiração do jornalista de orientação liberal Carlos Von Koseritz, para formarem corpos de defesa na cidade. Em 1º de janeiro de 1865, realizou-se a primeira reunião, presidida pelo ex-Brummer, Heinrich Born. Logo, surgiram divergências. Na reunião, que contou com a participação de cerca de 30 alemães, em Porto Alegre, Carlos Von Koseritz, defendeu a adesão dos seus compatriotas por entender que “os interesses Alemães e Brasileiros [sic] estariam completamente identificados”.⁹⁰⁶ Na realidade, eram os interesses das classes proprietárias sulinas em jogo. No entanto, havia diferenças políticas entre o grupo.

⁹⁰² A PÁTRIA. Jornal político, literário e noticioso. Notícias do Sul. 31 de agosto de 1865.p.2. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=1033&Pesq=rio%20grande%20do%20sul>. Acesso 14 out. 2019.

⁹⁰³ DOCUMENTOS Relativos à Invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.23.

⁹⁰⁴ SANT'ANA, ELMA. Minha amada Maria[...]Ob.cit

⁹⁰⁵ Id.ib.,p. 34.

⁹⁰⁶ Id.ib.,p..34-35.

Durante a Revolução Farroupilha, já havia ocorrido diferenças de posicionamentos, pois em São Leopoldo “parte dos Alemães defendera a causa do Governo Imperial, e parte a dos revolucionários”. Como tivesse acabado sem resultado a reunião de 1º de janeiro, outra foi convocada para o dia 15, que contou com boa participação de alemães. O resultado foi favorável à causa da participação ativa. Então, foi formado o “corpo de defesa dos Alemães de Porto Alegre”, composto de 150 homens, 80 dos quais já estavam presentes na reunião.⁹⁰⁷ Porto Alegre contava, então, com quatro sociedades recreativas de descendentes alemães, refletindo a importante presença germânica na cidade: a “Germania”, a “Gesangverein”, a “Leopoldina” e a “Liedertafel”, lugar onde a pretensa *elite* imigrante se reunia.

Os motivos do interesse na formação do Corpo de Defesa de Porto Alegre iam além do receio de que os paraguaios chegassem à cidade. O medo maior era outro, era interno: os cativos. Carlos Von Koseritz publicou artigo em que alertava seus patrícios sobre o perigo de sublevações de trabalhadores escravizados. Com isso, tentava convencê-los a engrossar as fileiras do “corpo de defesa” de Porto Alegre. “Já eram notórias as várias tentativas de sublevação de escravos, descobertas nas cidades de Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Piratini, Bagé e Rio Pardo, aproveitando-se da confusão geral, e vendo suas chances de liberdade, fazerem causa comum com o ‘inimigo’”.⁹⁰⁸ Completava afirmando que: “se essa gente (cativos e *criminosos*) soubesse que algumas centenas de alemães e outros estrangeiros estariam de prontidão para quaisquer casos de emergência, bem munidos de armas e munições, não tentariam levante algum”.⁹⁰⁹

Protegendo a Região Sul

Entre dezembro de 1864, antes da invasão do Rio Grande do Sul, e 30 de agosto de 1865, quando as tropas do tenente coronel Antonio Estigarribia já estavam sitiadas em Uruguaiana, foram apresentadas 15 solicitações, por alemães, para formação de corpos de defesa na província, das quais seis não foram aceitas pelas autoridades. Das nove propostas aceitas, a maioria era de lugares da Fronteira Sul, região mais próspera economicamente: Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Bagé, Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira.⁹¹⁰

⁹⁰⁷ Id.ib.,p.36.

⁹⁰⁸ Id.ib.,p.37.

⁹⁰⁹ Loc.cit.

⁹¹⁰ Id.ib.,p.40.

Em 29 de janeiro de 1865, Carlos Alexandre Wickmamm, tenente reformado do Exército Real da Prússia, radicado em Pelotas, onde foi diretor do Colégio Pelotense, ofereceu ao presidente da província, João Marcelino Gonzaga, a essa época, em Pelotas, seus serviços e de sessenta e nove compatriotas para “servirem dentro da Cidade de Pelotas contra qualquer ataque externo ou interno”.⁹¹¹ Impunha duas condições para tal: que lhes fornecessem armamento a Minié (novo modelo de projéteis, com maior precisão e fácil manejo) com a competente munição e que o governo concedesse aos feridos, às viúvas e órfãos, as mesmas vantagens concedidas aos Voluntários da Pátria. Renunciavam à gratificação de 300\$000 réis.⁹¹² Tendo aprovado o oferecimento, o governante provincial comunicava às autoridades imperiais justificando serem os signatários “soldados experimentados”.⁹¹³

Os demais signatários eram: George Henrique Motz; João Cinen; Carlos Wickmarn; Gustavo Doulurfo; Theodoro Porunner; Henrique Barouch; C. Vrammen; Hermann Moha; Hermann Kössler; Pector Bekrman; Joham Huguy; Joan Strömbeck; Adolfo Honarich; Antônio Ehuisf; Hermann Kaempffe; Carlos Warth; Augusto Seheffreacher; Jaickob Seheffreacher; Jerol Hosfer; Jakob Britirus; Luiz; Luiz Kempe; Carl Herufe; Carl Singman; Eduard Moyling; J. Iaco Fridrico; Debler Jöpnk; Hunz Tenjen Scraulyen; Jiklene Ruyler; Carlos Eeber; Carlos Maia; H. C. Burlknandt; F. Basekllé; Elaus Mohr; Henrique Mayer; Joseph Wergner; Joseph Jack; Alberto Rimief; Domil Garkel; Wilhen Rurkert; Anton Wagner; Jaco Stein; Eduard Marquardt; Losenrti Jeonper; Aud. Majolo; Henrique Bauer; Philippe Miblr; Carlos Clark; Mathias Travbado; Frederico Krameme; Jacob Geswein; Augusto Lock; Jacob Stott; Henriques Spender; Gaspar Shmidtt; João Stoffel; Roberto Jiukyrisber; Luiz Vashtigell; Johssone Natur Lauff; João Henrique Deirks; H. W. Reiner; João Wrioller; Teninen Hels; Carl Frein; Gustavo Kugelamm; Spunes Bentou; Luiz Knackstedt; Joaquim Baumann e Carlos Haushohn.

Alemães e descendentes

Em São Leopoldo, principal colônia alemã do Rio Grande do Sul na época, organizou-se uma comissão de alemães e descendentes daquela cidade e das imediações

⁹¹¹ ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1865 (janeiro-dezembro)

⁹¹² Id.ib.

⁹¹³ Id.ib.

para sua garantirem a segurança do lugar, em caso de a reserva do Exército marchar para o teatro da guerra.⁹¹⁴

Militares de origem alemã se ofereceram também para ir à guerra. Em 13 de abril de 1865, Carlos Alexandre Wichmann, um dos criadores do corpo de defesa de Pelotas, teria solicitado ao Ministro da Guerra, senhor Visconde de Camamú, permissão para formar “um corpo de voluntários Alemães no número de pelo menos 600 praças, para operar na campanha” que ia “abrir-se contra o Paraguay.”⁹¹⁵ Ao que parece, esse corpo não seria formado. Na historiografia especializada, há centenas de registros de alemães lutando no conflito.

Em 19 de junho, após chegar à capital, a notícia da tomada de São Borja, o presidente da província autorizou a criação de um corpo de artilharia com voluntários alemães, era a bateria alemã, composta por experientes ex-militares prussianos.⁹¹⁶ Esses, iriam à guerra. Havia bastante gente interessada em criar tais batalhões, afinal era sinal de prestígio e possibilidade de lucros. Estrangeiros ou nacionais, muita gente queria comandar e obter vantagens. Em 1865, durante a viagem imperial pela província invadida, o governo teria recebido de estrangeiros oferecimentos para servir na guerra.⁹¹⁷

Além dos residentes na província, estrangeiros teriam vindo ao Brasil com o propósito de oferecer seus serviços. Em inícios de 1867, o oficial Prussiano Wilhelm Günthervon der Gröben, experimentado na Guerra contra a Dinamarca, em 1864, chegou a Porto Alegre oferecendo seus serviços. Ele “insistiu no sentido de introduzir em maior escala, no ‘exército Brasileiro’, os fuzis prussianos d’agulha, tipo Dreyse”. Aquela arma fora desenvolvida, em 1841, pelo armeiro Johann Nikolaus von Dreyse. O mecanismo do fuzil, de retrocarga, consistia em uma agulha que percutia em cartucho de papel e disparava o projétil. O oficial foi nomeado comandante da 2ª Bateria Alemã, mas ao chegar em São Gabriel, demitiu-se ao saber que sua pequena bateria fora incorporada à bateria de morteiros do capitão Mallet.⁹¹⁸ O status de ser comandante de uma força, mesmo que de um pequeno corpo, era o suficiente para entusiasmar quem com a guerra pretendesse lucrar.

⁹¹⁴ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁹¹⁵ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.p.41

⁹¹⁶ Id.ib.,p..51.

⁹¹⁷ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Ob.cit.

⁹¹⁸ Id.ib.,p.64.

Nada voluntários

A crescente necessidade de soldados e a tentativa dos oficiais de manterem suas atividades econômicas ativas, levaram ao uso de soldados estrangeiros, em especial, argentinos e uruguaios. Nessa região do país, em que as fronteiras eram meras convenções, havia intenso trânsito de pessoas e, não raras vezes, com formação de famílias binacionais. Nesse espaço, era corriqueira a participação de homens nas contendas do outro lado da fronteira. Em abril de 1865, o coronel Antônio Fernandes Lima ordenou o recrutamento de todos os imperiais e argentinos da região de Itaqui que pudessem pegar em armas.⁹¹⁹ Inspeção, realizada no 17º Corpo Provisório da Guarda Nacional, de Uruguiana, atestara a presença ilegal de estrangeiros.⁹²⁰ No Exército em Operações sobre a Fronteira do Uruguai, teria existido um “Corpo de Estrangeiros”.⁹²¹

Em Santana do Livramento, moradores de nacionalidade argentina, prestaram serviços militares ao Império, mesmo sob protestos do vice-cônsul daquele país na cidade. Protestando contra tal situação, o Ministro da República Argentina na Corte oficiou o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império. O representante argentino teria informado de que seus concidadãos portavam documentos probatórios de nacionalidade e, mesmo assim, eram recrutados. Houve reclamações de que mais de cinquenta argentinos foram mantidos no Exército Imperial contra suas vontades. Em resposta ao presidente da província do Rio Grande, visconde de Boa Vista, o general barão de Porto Alegre assegurou que durante o tempo em que estava no comando do exército não teve “uma só reclamação de tal consulado” e que mandou dispensar do serviço os argentinos que “não se tiveram engajado voluntariamente”.⁹²²

Tão comum quanto a existência de súditos imperiais nas fileiras de Venancio Flores era a de orientais nos quadros da Guarda Nacional, sobretudo, nos municípios fronteiriços. Em abril de 1864, ou seja, antes do início oficial do conflito contra o Uruguai e o Paraguai, houve denúncias de arrolamentos ilegais de estrangeiros na Marinha Imperial. Nessa data, o Cônsul Geral do Uruguai na Corte requereu a baixa Juan Ines Bastarrachea, “violentamente alistado” no Batalhão Naval.⁹²³

⁹¹⁹ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Ob.cit.p.208.

⁹²⁰ RELATÓRIO apresentado a S. Exa. o Sr. Tenente General Comandante em Chefe do Exército em Operações na Província do Rio Grande do Sul, pelo Tenente Coronel Inspetor dos Corpos de Cavalaria do mesmo Exército, acerca do 17º Corpo provisório de Cavalaria da Guarda Nacional. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

⁹²¹ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4.Ob.cit.

⁹²² AHR. Correspondência do general barão de Porto Alegre, 1865. Autoridades militares, Maço 185.

⁹²³ ANRJ. XM 152. Correspondência recebida do presidente do Rio Grande do Sul. 1860-1883.

Juan Bastarrachea, era de origem indígena, nascido em Salto, no Uruguai e tinha, à época, 26 anos; morava em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, era tropeiro de mulas; era casado com Maria Esteves de Monfran, com quem tinha um filho. Em abril de 1863, Juan Ines foi recrutado à força pelo delegado de Cruz Alta e remetido à Porto Alegre. Dali, foi embarcado imediatamente para o Rio Grande e, a seguir para o Rio de Janeiro, ficando preso na Fortaleza de Villegainon e obrigado a sentar praça desde outubro daquele ano.⁹²⁴

Em setembro de 1865, após críticas de alistamentos ilegais de uruguaios na Guarda Nacional, o governo provincial determinou a exclusão deles. O comandante da guarnição e fronteira de Rio Grande acusou o recebimento de tal ordem e providenciou seu cumprimento. Em resposta, confirmava que dez orientais foram dispensados do 20º Corpo de Cavalaria, destacado na fronteira do Chuí. Em Jaguarão, a ordem de dispensa de orientais também causaria a diminuição dos efetivos da Guarda Nacional. Em dezembro, o major José Maria Fontoura Palmeiro oficiou o governo provincial sobre as dificuldades de organizar-se força naquela cidade e que o grande problema era a “dispensa do serviço de muitos Guardas por serem orientais”, mediante ordens superiores.⁹²⁵

Fraudes

Os precários mecanismos de verificação de nacionalidade facilitavam fraudes de documentos que comprovassem o local de nascimento. Não é impossível que, em regiões fronteiriças, existissem pessoas com documentos de nacionalidade em ambos os lados. Isso nem sempre ocorreria de forma legal. Joaquim José de Vargas, comandante da guarnição de Santana do Livramento, teve que explicar-se ao governo provincial sobre uma provável remessa irregular de soldados uruguaios para a marinha.

Após reclamação do cônsul uruguaio, o comandante esclarecera que os indivíduos Felipe Soares e José Felipe Soares eram imperiais e não uruguaios, como dizia o representante daquele país. Segundo ele, os homens “apresentaram-se como brasileiros [sic] para servirem no esquadrão do tenente coronel Joaquim.” Continuava afirmando que, após desertarem do referido corpo, “vagavam neste município roubando e cometendo tropelias a vários cidadãos pacíficos.” Por isso, mandou capturar e remeter “como brasileiros que são para a marinha, por que, depois que por essa presidência foram

⁹²⁴ Id.ib.

⁹²⁵ AHRS. Correspondência de José Maria da Fontoura Palmeiro, 1865. autoridades militares, Maço 191.

soltos, aqui de novo se apresentaram voluntariamente para servirem.”⁹²⁶ Acreditava que alguém poderia estar negociando documentos falsos no Uruguai.

A conscrição forçada e remessa compulsória de ditos criminosos, às forças armadas, poderia ocorrer como forma de limpeza étnica e social, daquelas localidades, sobretudo em épocas de parcas forças de defesa, em função da formação do aumento dos efetivos do Exército e Guarda Nacional. Não é impossível também que isso atendesse desde o início aos anseios de parte da classe proprietária, já refratária ao engajamento naquelas forças.

Tabela 10 - Relação de orientais dispensados da Guarda Nacional

Postos	Nº	Nomes	Observações
G. N.	1	Valério Acosta	Apresentou-se voluntário para o serviço
“	2	Fermino de [...]	“
“	3	José Garcia	“
“	4	Rofino Acunha	“
“	5	Bernabé Santos	“
“	6	Angelo Nogueira	“
“	7	Antonio Cabreira	“
“	8	Lionardo Lopes	“
“	9	Geraldo Souza	“
“	10	Luiz Esbobar	“
“	11	Felipe Araujo	“

Fonte: CORRESPONDÊNCIA do comandante da guarnição e fronteira de Rio Grande, José Fernandes dos Santos Pereira ao presidente da província visconde de Boa Vista, 11 de novembro de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 190.

6.3 Substituição: terceirizando a morte na guerra contra o Paraguai

Fazer-se substituir, nas fileiras do Exército, mediante pagamento ou alforria de cativos, foi prática comum durante o conflito contra o Paraguai. A categoria de engajamento militar, *soldado substituto*, foi normal nos diversos corpos do Exército Imperial. Ela poderia ser formada por dois tipos de substitutos: *Soldados pagos* e *soldados alforriados* (pelo proprietário ou por terceiros).

O engajamento pago ocorria quando alguém, no geral, militar ou guarda nacional, mediante contrato, lavrado em tabelionatos, oferecia dinheiro a pessoas para alistar-se no Exército ou Guarda Nacional, em seu lugar. Klaus Becker, em seu já citado trabalho, assegurava que, durante a guerra contra o Paraguai, os arrolados oriundos das famílias

⁹²⁶ AHRS. Correspondência do capitão Joaquim José de Vargas, 1866. Autoridades militares, maço 197.

mais abastadas costumavam “apresentar substituto”, o que lhes custava uns “300 mil réis”.⁹²⁷ O valor cobrado para substituir variou. O soldado liberto, por sua vez, como o nome propõe, era um cativo, libertado com a condição de substituir alguém nas fileiras militares. O valor para libertar cativos seria maior do que para engajamento de homens livres.

A substituição de militares não era novidade. A apresentação de substitutos era baseada nos Decretos nº 2029 de 11 de novembro de 1857 e 3513 de 12 de setembro de 1865. Aquele, legislava sobre a organização da Guarda Nacional das províncias limítrofes com países vizinhos. Seu artigo nº 21 estipulava que: “O Guarda Nacional, que tiver substituto em um Corpo destacado, ficará igualmente isento de todo o serviço ordinário, em quanto durar o do mesmo Corpo.”⁹²⁸ Já o decreto 3513, de 1865, permitia que: “O cidadão Guarda Nacional, que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove anos, com a idoneidade regulada pelas Leis Militares, ficará isento não só do recrutamento senão também do serviço da Guarda Nacional.”⁹²⁹

No primeiro, a isenção era limitada ao período de existência do corpo militar, não impedindo de o mesmo ser alistado futuramente em outro. O decreto 3513, de 1865, mais abrangente, estipulava a isenção, de todo o serviço – 1ª e 2ª Linha – a quem apresentasse substituto para o Exército. Tal legislação visava aumentar o efetivo militar com homens que, a princípio, não seriam qualificados à Guarda Nacional. Medida que atingia as camadas mais empobrecidas da população.

Amparados na lei, guardas nacionais abonados pagavam ou libertavam substitutos. Eles estariam livres do serviço militar. Homens das camadas pobres não tiveram a mesma sorte. Em muitos casos, o substituto estaria obrigado, não somente a servir durante a guerra, mas a cumprir o tempo que o substituído deveria prestar serviço militar.

⁹²⁷ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes*[...]Ob.cit.p.12.

⁹²⁸ BRASIL. DECRETO Nº 2.029, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1857. Guarda Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Nov 1857. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2029-18-novembro-1857-558129-publicacaooriginal-79034-pe.html>> Acesso em Jan 2019.

⁹²⁹ BRASIL. DECRETO Nº 3. 513, DE 12 DE SETEMBRO DE 1865. Isenção do Recrutamento da Guarda Nacional e do Exército, Rio de Janeiro, RJ, Set 1865. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3513-12-setembro-1865-554871-publicacaooriginal-73826-pe.html>> Acesso em Jan 2019.

Mais frequentes

As substituições eram, há tempos, realizadas nas forças armadas imperiais. Porém, foi durante a guerra contra o Paraguai, em especial após 1866, que as substituições aconteceram com maior frequência. Em correspondência constante no arquivo histórico do Rio Grande do Sul, da qual não conseguimos identificar emissor, percebemos como alguns chefes da Guarda Nacional desejavam a substituição. O emissor informava o oferecimento de substitutos para o Exército por guardas nacionais. Dizia parecer-lhe “conveniente este oferecimento”, por ser “o serviço do Exército” “mais importante do que o da Guarda Nacional, que só o preenche em circunstâncias extraordinárias.”⁹³⁰

Vale lembrar que, durante o conflito, não havia basicamente diferenças entre a Guarda Nacional destacada e o Exército, no tocante à atividade militar. O argumento do emissor não era plausível, visto que os substitutos, muitas vezes, eram completamente alheios às questões militares, o que demandava tempo para instruí-los. No esforço para escapar da guerra, as ligações políticas e o empenho dos presidentes da província poderiam contribuir para a efetivação das permutas. Muitos substitutos, sem condições de servir, eram recusados pelo comando em chefe dos exércitos.

Agenciadores tentaram mediar a negociação entre substituto e substituído. Pelos jornais da província, oferecia-se, como um produto qualquer, pessoas para substituir soldados, na guerra. Em geral, anunciantes ofereciam para intermediar as substituições. Em novembro de 1867, no jornal *Artista*, publicou-se: “Encarrega-se de substituir a praças do exército e guardas nacionais designados e não designados, para o que tem sempre substitutos idôneos, afiançando ficarem isentos de todo o serviço militar, conforme a baixa que se obrigam apresentar; assim como libertos para ofertar, tudo com a maior brevidade.”⁹³¹ A idoneidade do substituto era um fator importante da negociação, pois, se houvesse deserção, pelo prazo de um ano, o substituído era responsável.

Em Porto Alegre, em julho de 1865, Johamm Schenck divulgou nota no jornal “*Deutsche Zeitung*”, se oferecendo para mediar a substituição na Guarda Nacional, por uma boa quantia.⁹³² A publicação era do início do conflito, mas foi apenas mais tarde que

⁹³⁰AHRS. CORRESPONDÊNCIA sem identificação e sem data, provavelmente do comandante da guarnição da cidade de Pelotas ao comandante da guarnição e fronteira de Rio Grande. AUTORIDADES Militares, maço 190.

⁹³¹ AGENCIA DO NEGÓCIO. *Artista*: jornal político, literário e noticioso, ano VI, nº 162, 26 de novembro de 1867.p.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=809330&pasta=ano%20186&pesq=> Acesso em 10 de abril de 2019.

⁹³² BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes*[...]Ob.cit.24.

a prática se generalizou. Nota-se que o anúncio foi feito em periódico destinado a leitores de origem alemã.

Durante o período da guerra, essas transações fizeram surgir um nicho de mercado específico e temporário. Indivíduos ou sociedades que dispunham de capital, podiam investir na compra de liberdades de cativos e condicioná-la ao alistamento no exército, mediante cartas de alforria.

Comissões patrióticas

Em fins de 1866, no 1º e no 2º distrito, em Porto Alegre, organizaram-se duas *Comissões Patrióticas*. O principal objetivo delas era ajudar a formar o 3º Corpo do Exército nesta província. Ao todo, as duas comissões, compostas por gente de dinheiro, angariaram, em torno de 21 contos de réis. Esse valor foi alcançado, principalmente, mediante doações de particulares para o engajamento de praças que, para tanto eram pagas. As comissões recebiam igualmente soldados substitutos.

Nem só para pagar recrutas foi recolhido dinheiro. Na freguesia de Santa Cruz, arrecadou-se a quantia de 276\$000 réis para benefício dos feridos na guerra. Outras formas de contribuição, como renunciar a vencimentos e vantagens, também ocorreram, em especial de oficiais graúdos que, certamente não dependiam dos soldos para sobreviver. Carlos Montezuma, por exemplo, capitão da Guarda Nacional, ofereceu doação de cinco mil réis mensais até um ano após terminada a guerra⁹³³

À Comissão do 1º distrito pertenceram: José Pinto Fonseca Guimarães, Francisco Ferreira Porto, Lopo Gonçalves Bastos - sócio do barão de Jacuí no negócio de venda de cavalos - e Manoel Soares Lisboa. O objetivo era reunir “voluntários” para irem à guerra.⁹³⁴ Era o esforço para reorganizar o exército após a batalha e Curupaty. O ambiente era de muita resistência ao recrutamento. A dita comissão recorreu à libertação de cativos e promoveu a arrecadação de dinheiro para o pagamento de recrutas.

Até 31 de janeiro de 1867, a *Comissão Patriótica* do 1º Distrito havia angariado cinco praças livres, oferecidas pelos próprios membros da comissão, entre eles Francisco Pereira Porto e Manuel Soares Lisboa, três praças oferecidas por outros cidadãos.

⁹³³ SECRETARIA DO GOVERNO da província do Rio Grande do Sul. Relação das pessoas que contribuíram com donativos para o esforço da guerra contra o Paraguai. Porto Alegre, 1867. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 205.

⁹³⁴ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes*[...]Ob.cit.p.63.

Tabela 11 - Engajamentos pela Comissão Patriótica do 1º distrito de Porto Alegre

Doador	Quantidade	Observações
José Augusto Gonçalves de Amorim, português	1	Fernando Weistrous, que engajou e ofereceu para servir durante a guerra.
Joaquim Antônio de Oliveira Maia, português	1	Henrique Wiehmann, que engajou e ofereceu para servir durante a guerra.
José Pinto da Fonseca Guimarães, brasileiro.	2	Adolfo Reimach e Luis Schlud, engajados até o fim da guerra.
Lopo Gonçalves Bastos, brasileiro.	1	Feliz Paes Barreto, engajado

Fonte: AHRs. RELAÇÃO dos cidadãos nacionais e estrangeiros residentes no 1º distrito da cidade de Porto Alegre, que subscreveram e já realizaram seus donativos para engrossar as fileiras do 3º Corpo do Exército Imperial. 1867. Autoridades Militares. Diversos. Maço 214.

A comissão do 2º Distrito, formada por Antônio Joaquim da Silva, Luiz Afonso Azambuja e Felisberto Antônio de Barcellos, apresentou oito substitutos livres. Quatro com indicação do substituído: Felisberto Antônio de Barcellos, por seu sobrinho; Vicente Luís Barcellos; Vicente José de Barcellos, por seu sobrinho David Soares de Barcellos; Antônio [Paradedá], pelo irmão Pedro Paradedá e Candido Antônio Lópes, por si mesmo, guarda nacional da reserva. Chama a atenção que os “Barcellos” parecem ter feito substituição cruzada. Outros, não indicaram a quem se deveria substituir: Luiz Afonso de Azambuja, um, para servir no Exército; Antero Henrique da Silva, um, para servir no Exército; Dr. João Rodrigues Fagundes, um, para servir no Exército e, um, na Marinha.

Tabela 12 - Substituições feitas pela Comissão Patriótica - 2º Distrito Porto Alegre

Nome dos contribuintes	Subst. Livres	Observações
Luiz Afonso de Azambuja	1	0
Antero Henrique da Silva	1	0
Dr. João Rodrigues Fagundes	2	0
Felisberto Antônio de Barcellos	1	0
Vicente José de Barcellos	1	0
Antônio [Paradedá]	1	0
Candido Antônio Lópes	1	0
Total	8	

Fonte: MAPA dos voluntários e engajados para o 3º Exército levantados pela comissão do 2º distrito da capital, Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1867. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 201.

Também à comissão do 2º Distrito apresentou-se cinco engajamentos, feitos por pessoas diferentes: Amaro Inácio da Rosa; Manoel Vicente Ferreira da Silva; Henrique de Medeiros; Valentim Werne; Gustavo Fscherich. O termo *engajados* que consta da documentação referida, ao que parece, se refere ao recrutamento de homens sem a

necessidade de pagamento. Hipótese sustentada pela aparição nos mesmos documentos de categorias distintas: substituições por alforriados e livres e simplesmente, engajamentos.

Tabela 13 - Engajamentos feitos Comissão Patriótica - 2º distrito Porto Alegre

Nome	Quantidade
Amaro Inácio da Rosa	1
Manoel Vicente Ferreira da Silva	1
Henrique de Medeiros	1
Valentim Werne	1
Gustavo Fscherich	1

Fonte: MAPA dos voluntários e engajados para o 3º Exército levantados pela comissão do 2º distrito da capital, Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1867. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 201.

A substituição poderia ocorrer mesmo dentro da própria família. Filhos mais velhos, preferidos para os serviços da lavoura, da lida no campo, ou comércio, por exemplo, davam lugar aos irmãos ou parentes próximos, mais novos e inexperientes. Nicolau Engelmamm, 2º sargento, no 2º Corpo do Exército Imperial, nascido em Dois Irmãos, Rio Grande do Sul, foi à guerra contra sua vontade, já que teve que ingressar no exército em substituição aos irmãos, membros da Guarda Nacional.⁹³⁵

Na documentação referente ao engajamento para o 3º Corpo de Exército, ficou bastante claro como o uso da substituição foi prática corrente. Durante a organização das comissões patrióticas, foram engajados 31 *voluntários* e *substitutos*.⁹³⁶ O valor médio pago aos substitutos era de 500 mil réis – valor inferior ao de um cativo – o que não impediria alguém de vender sua “liberdade”, por valor inferior.

Também dinheiro

As referidas comissões também arrecadaram dinheiro, em geral para pagar engajamentos. Em dinheiro, a comissão do 1º Distrito arrecadou, até aquela data, 7.670\$000.

⁹³⁵ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes*[...]Ob.cit.p. p.171.

⁹³⁶ AHR.S. MAPA dos voluntários e engajados para o 3º Exército.1867. Autoridades militares, maço 201; AHR.S. SECRETARIA DO GOVERNO da província do Rio Grande do Sul. Lista de indivíduos que prestaram serviços na organização do 3º Corpo do Exército.1867.Autoridades Militares, maço 205.

Tabela 14 – Arrecadação feita pela Comissão Patriótica do 1º Distrito de Porto Alegre

Nome	Valor	Observações
Manuel Soares Lisboa, brasileiro.	1000\$000	Ofereceu para despesas na guerra.
Antônio José Gonçalves Bastos e filho - portugueses	600\$000	Para engajamento de praças
João Batista Soares da Silva Souza, brasileiro	500\$000	Idem
Francisco Caetano Pinto, brasileiro	320\$000	Idem
Pacífico Barcelos – brasileiro	300\$000	Idem
Antônio Felix de Bittencourt – português	200\$000	Idem
José de Almeida Lopes – português	200\$000	Idem
Manuel Martins Seara – português	200\$000	Idem
João José de Carvalho – português	200\$000	Idem
João Antônio da Rosa – brasileiro	200\$000	Idem
Holttsig & C. – alemães	200\$000	Idem
Gonçalves & sobrinhos – portugueses	100\$000	Idem
Felipe Benício de Freitas Noronha – brasileiro	100\$000	Idem
Francisco Ventura Perfeito – português	100\$000	Idem
Manuel Joaquim da Silva	1000\$000	Idem
Bernardo Pinto Pamplona – português	100\$000	Idem
Francisco C. de Araújo Brusque, brasileiro	100\$000	Idem
Antônio José de Medeiros – português	100\$000	Idem
Dr. Antônio Correia de Oliveira – brasileiro	100\$000	Idem
Dr. Eydio B. C. Itaquí – brasileiro	100\$000	Idem
Antemon Masseron – francês	100\$000	Idem
Bormann & Fontoura	100\$000	Idem
Victor Rich	100\$000	Idem
Anônimo – português	100\$000	Idem
Custódio Teixeira de Lemos – português	50\$000	Idem
Luiz Bier – alemão	50\$000	Idem
Domingos Martins Barbosa Filho	50\$000	Idem
Frederico Bohrer – alemão	50\$000	Idem
Antônio José Mendes Ribeiro – brasileiro	50\$000	Idem
Francisco Nunes Pereira – português	50\$000	Idem
Braga & Amorim – portugueses	50\$000	Idem
Antônio Rodrigues Pinto Viana – português	50\$000	Idem
José Gonçalves Viana – brasileiro	50\$000	Idem
Empresa dramática rio-grandense	1.100\$000	-
Total	7.670\$000	

Fonte: AHRS. RELAÇÃO dos cidadãos nacionais e estrangeiros residentes no 1º distrito da cidade de Porto Alegre, que subscreveram e já realizaram seus donativos para engrossar as fileiras do 3º Corpo do Exército Imperial. 1867. Autoridades Militares. Diversos. Maço 214.

Por sua vez, a comissão do 2º Distrito de Porto Alegre arrecadou 3.348\$000. Além desse valor, apresentou dezenas de libertos e substitutos, como vimos. Grande parte dos recrutados era gente miserável. Por isso, a comissão teria utilizado um saldo das arrecadações, de 48 mil réis para socorrer “três famílias pobres”.

Tabela 15 - Arrecadação de verba para engajar “voluntários”

Relação dos listados que voluntariamente subscreveram quantias destinadas aos engajamentos de Voluntários para o Exército que se está fornecendo nesta província ao mando do Exmo. Sr. Barão do Herval

Nome	Valor
João Batista Soares da Silveira Souza	500\$000
Antônio Domingues	200\$000
Huch & Cia	200\$000
H. Fraeb	200\$000
Faber & Cia	200\$000
Antônio da Rocha	200\$000
Luis Pereira da Silva	200\$000
Jannario Antônio de Souza	100\$000
Manoel Pinto Fonseca	100\$000
Simião da Cunha Brochado	100\$000
Franklin dos Santos Praia	100\$000
Caetano Xavier Pereira de Brito	100\$000
Bento Batista Orci	100\$000
Carvalho Bastos & Vieira	100\$000
Joaquim José da Silva	100\$000
Manoel da Rocha	100\$000
Francisco Pereira da Rocha Paranhos	100\$000
Ignácio Candido da Silva	100\$000
I.J. de Paiva Freire d’Andrade	100\$000
Antônio José Soares	50\$000
Antônio Carlos Soares	50\$000
José Antônio Lopes Mendes	50\$000
Antônio de Lima Pinto	50\$000
Antônio d’Azambuja Cidade Júnior	50\$000
Rodolfo José Machado	32\$000
Antônio Joaquim de Oliveira Lima	32\$000
Firmino de Azambuja Rangel	32\$000
Paulino Calazan	32\$000
João Manoel Pereira Maciel	20\$000
Angelo Ignácio de Barcellos	20\$000
Correa & Irmãos	20\$000
Joaquim Gonçalves Bastos	10\$000
Total	3.348\$000

Fonte: AHRS. RELAÇÃO dos listados que voluntariamente subscreveram quantias destinadas aos engajamentos de Voluntários para o Exército. 1867. Autoridades Militares, maço 201.

Inicialmente, pagar pelo recrutamento foi uma saída para as autoridades encarregadas do alistamento, a seguir foi um problema. Em abril de 1867, o capitão Fernando Shneider, encarregado do engajamento de *voluntários* alemães para a Segunda Bateria, comunicava a dificuldade de recrutar homens sem dinheiro. Ele teria percorrido as colônias e nada conseguido, “por terem sido engajados os primeiros indivíduos que marcharam com o Corpo Policial com uma gratificação dada pelas Comissões Patrióticas, nenhum outro quer engajar-se sem prêmio idêntico” e, na falta de dinheiro, não tinha o

que fazer.⁹³⁷

6.3.1 Libertação de cativos para a guerra

Quando do início do conflito, a população da província do Rio Grande, seria de uns 450 mil habitantes, a mesma população paraguaia, na época. Segundo o Recenseamento Geral do Brasil, de 1872, ou seja, dois anos após concluída a guerra contra o Paraguai, a população da província era de 434.813 pessoas. Daqueles, 67.791 [15,59%] eram cativos: 35.686 homens e 32.105 mulheres.⁹³⁸ O município de Porto Alegre, dividido em sete freguesias, tinha 44.013 habitantes, entre homens e mulheres: 35.853 [81,46%] livres e 8.160 [18,53%] cativos.

O município de São João Batista de Camaquã, em suas duas freguesias, possuía 6.541 habitantes, entre homens e mulheres: 5.175 [79,11%], livres e 1.366 [20,88%], cativos. No município de São Leopoldo, em suas seis freguesias, havia 30.919 habitantes: 29.314 [94,80%] livres e 1.605 [5,19%] cativos. No município de Triunfo, com duas freguesias, havia 11.286 habitantes: 10.111 [89,58%] livres e 1.175 [10,42%] escravizados. Em São Jerônimo, havia 6.518 habitantes: 5.074 [77,84%] livres e 1.444 [22,16%] escravizados. No município de Taquari, com duas freguesias, havia 15.916 habitantes: 13.379 [84,06%] livres e 2.537 [15,94%] cativos.

Em Santo Antônio da Patrulha, com quatro freguesias, havia 25.915 habitantes: 22.206 [85,69%] livres e 3.709 [14,31%] escravizados. No município de Conceição do Arroio, com duas freguesias, havia 9.645 habitantes: 8.172 [84,73%] livres e 1.473 [15,27%] escravizados. Em Rio Pardo e suas duas freguesias, havia 20.177 habitantes: 17.377 [86,12%] e 2.800 [13,87%] escravizados. Em Encruzilhada, com duas freguesias, havia 8.451 habitantes: 6.554 [77,55%] livres e 1.897 [22,45%] escravizados. Em Cachoeira, havia 11.756 habitantes: 9.620 [81,83%] livres e 2.136 [18,17%] escravizados.

No município de Santa Maria da Boca do Monte, havia 8.258 habitantes: 7.054 [85,42%] livres e 1.204 [14,58%] escravizados. Em Caçapava, com quatro distritos, havia 14.151 habitantes: 11.256 [79,54%] livres e 2.895 [20,46%] escravizados. Em São Gabriel, havia 13.687 habitantes: 11.129 [81,31%] livres e 2.558 [18,69%] escravizados. No município de Rio Grande, com quatro freguesias, havia 21.063 habitantes: 11.748

⁹³⁷ AHRs. SHNEIDER, Correspondência do capitão Fernando. 1867. Autoridades Militares, maço 202.

⁹³⁸ RECENSEAMENTO DO BRASIL EM 1872. Disponível em:

<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento do Brasil 1872/Imperio%20do%20Brasil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento%20do%20Brasil%201872.pdf)>. Acesso em 08 out. 2019.

[79,51%] livres e 4.315 [20,48%] escravizados. Em São José do Norte e suas três freguesias, havia 5.754 habitantes: 4.663 [81,04%] livres e 1.091 [18,96%] escravizados.

No município de Pelotas, com quatro freguesias, havia 21.258 habitantes: 17.668 [83,11%] livres e 3.590 [16,89%] escravizados. Em Piratini e suas duas freguesias, havia 6.501 habitantes: 5.110 [78,60%] livres e 1.391 [21,40%] escravizados. Em Canguçu, com duas freguesias, havia 11.014 habitantes: 8.218 [74,61%] livres e 2.796 [25,39%] escravizados. No município de Jaguarão, com três freguesias, havia 13.762 habitantes: 10.514 [76,40%] livres e 3.248 [23,60%] escravizados. Em Bagé e suas duas freguesias, havia 21.768 habitantes: 16.952 [77,87%] livres e 4.816 [22,13%] escravizados.

Em Santana do Livramento, havia 10.075 habitantes: 8.063 [80,03%] livres e 2.012 [19,97%] escravizados. Em Alegrete e suas três freguesias, havia 18.510 habitantes: 16.192 [87,48%] livres e 2.318 [12,52%] escravizados. Em Itaqui, com duas freguesias, havia 8.561 habitantes: 7.697 [89,91%] livres e 864 [10,09%] escravizados. Em São Borja, com duas freguesias, havia 14.827 habitantes: 13.686 [92,30%] livres e 1.141 [7,70%] escravizados. Em Uruguaiana, havia 7.366 habitantes: 6.369 [86,46%] livres e 997 [13,54%] escravizados. No município de Cruz Alta, com quatro freguesias, havia 30.662 habitantes: 27.961 [91,19%] livres e 2.701 [8,81%] escravizados. Em Passo Fundo, com duas freguesias, havia 17.444 habitantes: 15.828 [90,74%] livres e 1.616 [9,26%] escravizados.

Segundo o historiador Mário Maestri, “estima-se que até 20% dos soldados enviados, em 1865-70, para lutar e morrer no Paraguai, fossem cativos alforriados, sobretudo, para substituir homens livres convocados”.⁹³⁹ Do Rio Grande do Sul, pouco mais de trezentos cativos foram levados à guerra.⁹⁴⁰

Desde o início do conflito, já se observava a libertação de cativos. Aos soldados alforriados, o que se lhes oferecia era a liberdade, se vivos voltassem da guerra. Para garantir isenção, para si ou para outra pessoa, em qualquer serviço militar: Exército, Guarda Nacional ou Marinha, homens, em geral, com posses ofereciam cativos libertos para lutar na guerra.⁹⁴¹

As cartas de alforria eram objetivamente contratos elaborados entre o proprietário e o cativo. Com ela, o cativo era legalmente liberto. Isso poderia ocorrer com ou sem ônus para o liberto. No geral, as alforrias serviram para garantir a permanência do cativo por

⁹³⁹ MAESTRI, Mário. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.119.

⁹⁴⁰ Cf. SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: Adesa, 1996.pp.135.

⁹⁴¹ PEREIRA, Correspondência de José Fernandes dos Santos. 1865. Autoridades Militares, maço 190.

mais algum tempo a serviço do seu algoz.⁹⁴² Para isso, lavrava-se um contrato, carta de alforria, em que o cativo era liberto com a condição de trabalhar por algum tempo para a família do proprietário. Havia casos em que cativos conseguiram capitalizar-se e comprar sua liberdade. Em menor número, havia a alforria sem ônus, quando o cativo, no geral já velho e doente, era alforriado como “prêmio” pelos serviços prestados. Não raras vezes, os libertos velhos, não tendo onde morar e nem para onde ir, continuavam a servir seus antigos proprietários.

Havia a modalidade de alforrias condicionais que ocorriam em períodos específicos de conflitos. Com ela, o escravizador ou um comprador oferecia a liberdade ao cativo em de substituição no serviço militar. Aquilo que parecia uma oportunidade de os escravizados se libertarem, era mais uma faceta da cruel exploração classista da ordem escravocrata de então. Até janeiro de 1868, segundo Relatório do Ministério da Guerra, 3.897 libertos, de todas as províncias do Império, teriam ido à guerra. No Rio Grande do Sul, 357 cativos foram alforriados para servir contra o Paraguai: 37 entregues de forma gratuita, 13 libertos pelo Estado e 305 em substituição a militares de Primeira Linha ou da Guarda nacional.⁹⁴³ Essa cifra representa cerca de 10% dos cativos masculinos, então existentes na província.

Registros cartoriais

Entre 1865 e 1869, nos Tabelionatos de Transmissões e Notas, Registros Gerais e Registros Ordinários do Rio Grande do Sul, lavraram-se 325 cartas de alforria condicionais ao serviço no Exército, em corpos de Voluntários da Pátria ou na Guarda Nacional. Nos tabelionatos das diversas comarcas do interior da província, encontramos 186 cativos libertos, naquelas condições. Nos tabelionatos da capital e seus distritos, foram 139 cartas de alforria. Esses números representam menos de 1% dos rio-grandenses que a historiografia convencionou terem ido para a guerra.⁹⁴⁴

⁹⁴² ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Demografia escrava das charqueadas pelotenses. Em: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. (org.) *Grilhão negro: Ensaio sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: EdUPF, 2009.p.267.

⁹⁴³ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na décima terceira legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá, 1868.p.442. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720950&PagFis=10606&Pesq=Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em 27 Out. 2019.

⁹⁴⁴ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul.Vol.1. Porto Alegre: CORAG, 2006; DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul.Vol.2. Porto Alegre: CORAG, 2006

O levantamento das alforrias lavradas no interior do Rio Grande do Sul foi publicado no *Catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul*. O material, como o título propõe, é seletivo, portanto, parcial, mas de enorme importância para a história e memória da escravidão no Rio Grande do Sul. Aquele material foi elaborado por pesquisadores e por técnicos do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), sob coordenação de Jovani de Souza Scherer e Marcia Medeiros da Rocha, no ano do seu centenário (2006).⁹⁴⁵ O catálogo está disponível na internet, no site do APERS, em dois volumes, com mais de mil e duzentas páginas. O material foi editado, impresso e teve a capa elaborada pela Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (Corag), empresa de economia mista, com balanços superavitários, extinta, em dezembro de 2016, no governo estadual neoliberal, privatista de José Ivo Sartori, (2015-18), do MDB.

Em 2007, o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira e a historiadora Tatiani de Souza Tassoni publicaram *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de Alforria de Porto Alegre (1748-1888)*, pela editora EST. Um trabalho tão intenso e exaustivo quanto o produzido pelo APERS. O livro tem 800 páginas, onde os autores transcreveram cartas de alforria do 1º, 2º e 3º tabelionatos de Porto Alegre; das Freguesias de Aldeia dos Anjos, da Barra, das Pedras Brancas e de Viamão; do Cartório Distrital de Belém Novo e da Câmara da Capitania do Rio Grande de São Pedro.⁹⁴⁶

Em agosto de 1865, Francisco Joaquim Ferreira libertou o preto de 36 anos, Marcelino, com a condição de lhe substituir. A carta de alforria estipulava que o liberto deveria servir em seu lugar na Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul “durante a presente guerra, que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja, servir no Exército Imperial, também em minha substituição, pelo tempo que faltar para o completo de 12 anos, de destacamento na Fronteira.”⁹⁴⁷

O texto da lei também estipulava que o substituto ficaria sob responsabilidade do substituído pelo prazo de um ano, a partir do juramento da bandeira. Em busca de minimizar as tentativas de deserções, os alforriantes faziam constar, nas cartas, que o

⁹⁴⁵ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.1. Porto Alegre: CORAG, 2006; DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

⁹⁴⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

⁹⁴⁷ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade. Vol.1. Ob.cit.p. 365

liberto deveria cumprir “religiosamente” o que ali fora estipulado, sob pena de o contrato tornar-se nulo e ele voltar à escravidão.⁹⁴⁸

Em 26 de agosto de 1865, Vicente, preto, de 28 anos foi liberto por Manoel Cardoso.

A carta foi concedida “com as expressas e únicas condições de servir de substituto, de meu filho Manoel Espirito Santo Cardoso, nos Corpos da Guarda Nacional desta Província, durante a presente Guerra que o Brasil tem com o Paraguai, e finda que ela seja assentará praça no Exército Imperial, também em substituição de citado meu filho, pelo tempo de 12 anos, a fim do mesmo substituído poder gozar das garantias que lhe concedem o art. 20 do Decreto nº 2029 de 18-11-57, cujas condições serão religiosamente cumpridas pelo libertando e no caso de falta de cumprimento **voltará a servir-me por igual prazo de tempo** [o grifo é nosso]”.⁹⁴⁹

Em 10 de agosto de 1865, no 1º Tabelionato de São Jerônimo, foi lavrada a carta de alforria de Germano, crioulo, 49 anos, cativo de Vicente José de Souza.

A carta foi concedida com a condição de “assentar praça em lugar de meu filho João Marques de Souza [...] com a condição porém de que nunca deverá desertar do corpo em que sentar praça e somente deixará de servir a Nação quando tiver merecido a sua baixa e quando deserte nesse caso fica esta liberdade sem nenhuma validade e tornarei a chamar ao cativoiro”.⁹⁵⁰

Em outras cartas se estipulava pagamento de multa por deserção. O Decreto 3513, de 1865, estimulava o engajamento dos substitutos e desencorajava as deserções. Dizia ele que os engajados naqueles termos receberiam “o mesmo prêmio e vencimentos concedidos aos voluntários do Exército”.⁹⁵¹ Em 1866, o jornal *A pacotilha*, do Rio de Janeiro, satirizou a desenfreada generalização da entrega de substitutos libertos para a guerra contra o Paraguai.

⁹⁴⁸ Loc.cit.

⁹⁴⁹ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade.Vol.1.Ob.cit.p.373

⁹⁵⁰ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade.Vol.2.Ob.cit.p.1029.

⁹⁵¹ BRASIL. DECRETO Nº 3. 513, DE 12 DE SETEMBRO DE 1865. Isenção do Recrutamento [...] Ob.cit.

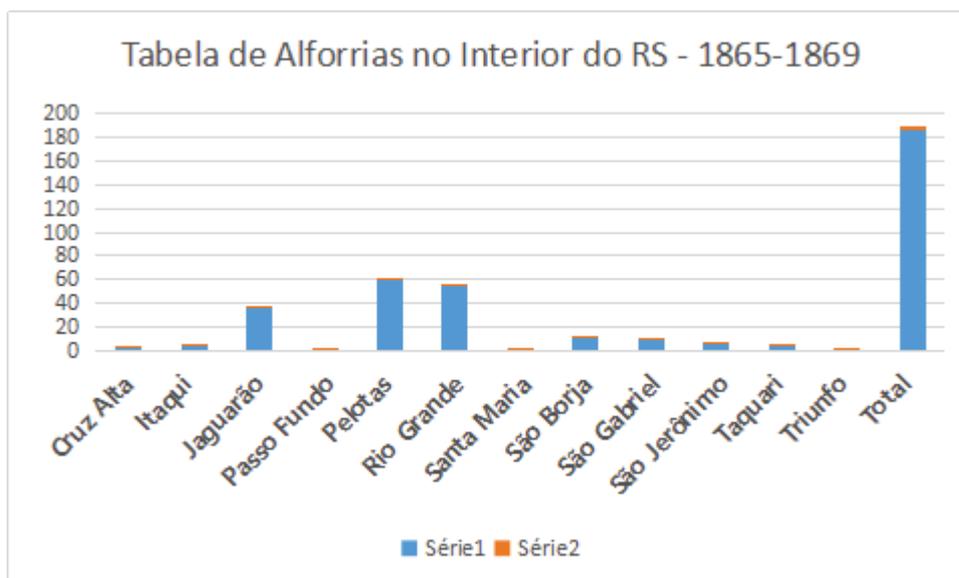
Imagem 29 - Atestado de saúde falso - substituição



Fonte: A PACOTILHA. jornal de pitadas, carapuças, novidades e literatura. 1866, ed. nº 32, p.5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=403962&pasta=ano%20186&pesq=rio%20grande%20do%20sul>. Acesso em 14 out 2019.

Região Sul: maior índice

No que se refere ao interior, os municípios de Jaguarão, Pelotas e Rio Grande, de pulsante economia e importantes centros escravistas, registraram os maiores índices de alforriamento condicional. Jaguarão registrou 36 cartas de alforria; Pelotas e seus distritos, 59; Rio Grande e seus distritos, 54. Apenas daqueles três municípios alforriaram-se 149 trabalhadores escravizados, o que representa 79,68% de todas as alforrias condicionadas ao serviço militar, do interior do Rio Grande do Sul. Nota-se na documentação a ausência de registros de alforrias, referentes ao conflito, de diversas localidades, como Alegrete, Bagé e Uruguaiiana, centros de produção pecuarista com forte presença de cativos. Isso indica que esses números podem ser maiores.

Gráfico 1 - Alforrias no interior do Rio Grande do Sul

Fonte: DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Nas cartas de alforria, constam importantes informações dos libertos, dos proprietários ou de quem comprava o cativo. Dos alforriados havia informações sobre a idade, a cor da pele, a origem, o estado civil, a profissão e a condição em que foi liberto. Sobre os proprietários ou compradores, havia informações sobre o nome, a data da concessão da carta, a quem beneficiava a alforria e a sua relação com o Exército ou com a Guarda Nacional.

As cartas nem sempre apresentam todas essas informações. No relativo ao interior do Rio Grande do Sul, a idade média dos alforriados condicionais era de pouco mais de 24, tendo o mais novo, dezoito e, o mais velho, 39. Entre os alforriados da capital e seus distritos, a idade média era de quase 24; tendo o mais novo dezessete e, o mais velho, 45 anos. A concessão de liberdade a cativos, no auge da idade produtiva, pode sugerir que, para os substituídos, a garantia de livrar-se da guerra – risco de morte – era mais importante que os prováveis benefícios da exploração da mão de obra escravizada. Dessas cartas, apenas nove do interior e vinte e cinco da capital informavam sobre o estado civil dos libertos, todos solteiros.

Os trabalhadores libertos eram, em média, muito jovens e solteiros, parte da força de trabalho da província. A ocupação dos alforriados foi pouco constante naqueles documentos. Das 235 cartas, apenas 26 indicavam a profissão ou falta dela. Dos nove libertos do interior em que aparecia a ocupação, dois eram alfaiates, cinco campeiros, um capataz e, um, sapateiro. Dos dezessete registros da capital, um era alfaiate, três

campeiros, um cangueiro, um carpinteiro, um ferreiro, um marceneiro, um pedreiro, quatro sapateiros e, três, sem ofício. Apesar da pouca amostragem, nota-se que na capital as profissões urbanas se sobressaiam.

No que diz respeito à cor da pele dos libertos, ou pelo menos, como eram descritos, as cartas apresentam uma diversidade de cores, predominando, no geral, o preto e o pardo. Caracterizar trabalhadores escravizados era, além de identificar as “propriedades”, uma forma de facilitar eventual captura. Assim como os demais dados, os referentes à cor dos indivíduos não são completos, deixando de existir caracterização para vários dos alforriados. As cartas, referentes ao interior, apresentaram 91 registros de cor de pele. A identificação variou bastante. A documentação indica que se alforriaram dois cabras; um fulo; quatro mulatos, quarenta e cinco pardos; um pardo/mulato e trinta e oito pretos. Ou seja, maior número de pardos do que de pretos, o que pode indicar a preferência pelos pardos.

Dados incompletos

A documentação referente à de Porto Alegre e seus distritos também não é completa, no que diz respeito à caracterização dos alforriados, assim como com as informações sobre idade e ofícios. Das cerca de 140 cartas de alforria constantes do levantamento de Paulo Moreira e Tatiani Tassoni, apenas 74 traziam informações sobre a cor da pele do liberto. Verificou-se ainda mais variações na tonalidade da pele. A documentação apontou dois pardos; um mulato; um mulato/moreno; quarenta pardos; um pardo escuro; dois pardos/cabras; um pardo/moreno escuro; sete pardos/mulatos; dezoito pretos e, um, preto/pardo/mulato. Nesses dados, o número de pardos também foi superior ao de pretos.

Tabela 16 - Cor da pele dos alforriados

Cor da pele	Interior	%	Capital	0,00%
Pardo	45	49,45%	40	54,05%
Preto	38	41,76%	18	24,32%
Cabra	2	2,20%	2	2,70%
Mulato	4	4,40%	1	1,35%
Fulo	1	1,10%	0	0,00%
Pardo/mulato	1	1,10%	7	9,46%
Preto/pardo/mulato	0		1	1,35%
Pardo escuro	0		1	1,35%
Pardo/cabra	0		2	2,70%
Mulato/moreno	0		1	1,35%
Pardo/moreno escuro	0		1	1,35%
Total	91	100,00%	74	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados obtidos em: DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2006; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

A guerra contra o Paraguai nunca chegou a ser uma guerra de apelo popular. A retórica do governo imperial de levante geral da população para lutar uma guerra pela honra nacional não foi mais do que espasmos de patriotismo e empolgação. No geral, a massa, quando aderiu à campanha militar, foi motivada pelos benefícios pecuniários que a lei garantia, em especial, aos Voluntários da Pátria.

Em 22 de setembro de 1866, os aliancistas sofreram sua pior derrota naquele conflito. A batalha de Curupayty praticamente aniquilou o 2º Corpo do Exército Imperial, comandado por Manuel Marques de Sousa, barão de Porto Alegre, composto com grande efetivo de rio-grandenses. A combinação de esforços entre o 2º Corpo do Exército e parte do Exército Argentino, foi malsucedida. Os aliancistas teriam em torno de 10 mil homens. Os paraguaios, em menor número, sustentaram a posição em Curupayty e derrotaram os aliancistas. O saldo teria sido de pouco mais de quatro mil mortos e feridos para os aliancistas e uns 250 para os paraguaios.⁹⁵²

⁹⁵² DUARTE, general Paulo de Queiroz. *Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Vol.1.T.1. Ob.cit.p.139.

A sombra de Curupayty

A derrota em Curupayty pode ter acelerado a busca por substituições. Quase 95% das alforrias condicionais à substituição no exército ocorreram após aquela batalha. A tabela a seguir demonstra que das 325 alforrias condicionais, apenas uma foi realizada entre 1864, início oficial da guerra contra o Uruguai e 10 de junho de 1865, quando as tropas paraguaias iniciaram a invasão do Rio Grande do Sul; quinze alforrias, ocorreram entre a invasão e a rendição do exército, em 18 de setembro de 1865, em Uruguaiana; uma, entre aquela rendição e a derrota em Curupayty, 22 de setembro de 1866 e, 308, no período após a batalha.

Tabela 17 - Número de alforrias por período

Período	Quantidade	%
Entre 1864 e 10/6/65	1	0.31%
Entre 10/6/65 e 18/9/65	15	4.62%
Entre 18/9/65 e 22/9/65	1	0.31%
Após 22/9/66	308	94.77%
Total	325	100.00%

Fonte: Com base em: DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Quanto à origem dos alforriados, às vezes, a informação é dúbia, como quando o documento trata o liberto como “crioulo”. Essa caracterização pode ter duplo sentido, uma vez que *crioulo* era tanto o que nascera no Brasil ou na província, por isso, optamos por classificar separadamente as referências a “crioulo” e a “desta província”.

No interior da província predominaram os libertos “desta província”, com 61 registros, enquanto a indicação “crioulos”, apareceu 39; do Ceará era um; da província do Norte, um; Nação, um; de Pernambuco, cinco; da Bahia, sete; do Espírito Santo um; do Rio de Janeiro três e, de Santa Catarina, um. No total, portanto, seriam cem “crioulos”.

Nos registros de libertos indicados como “desta província”, agrupamos todas as referências que indicavam nascimento no Rio Grande do Sul, mesmo que, em algumas vezes, o documento fosse específico, como “crioulo de Porto Alegre” ou “crioulo de Viamão”. Esse levantamento é apenas parcial, por isso, não podemos dizer, com certeza, que, nesse período, no Rio Grande do Sul, predominavam os cativos crioulos, aqui sim, como sinônimo de nascidos no Brasil.

Nos registros da capital e seus distritos, os libertos originários “desta província”, eram maioria, com 63 registros, seguidos dos de referência “crioulo”, com trinta; da Bahia, três; de Pernambuco, um; do Paraná, um e, Mina, um. Nessa pequena amostragem,

da qual pretendemos analisar o perfil dos substitutos de guerra, os nascidos no Império são predominantes em todas as regiões. Essa conclusão contrasta com os resultados encontrados por Euzébio Assumpção, no referente a Pelotas. Segundo o autor, na segunda metade do século 19 ainda, havia “a superioridade numérica dos africanos em relação aos crioulos”.⁹⁵³ Dado este que pode também indicar preferência por crioulos.

Tabela 18 - Origem dos alforriados do interior e da capital

Origem	Interior	%	Capital	%
Crioulos do Rio Grande do Sul	61	50,83	63	63
Crioulos de outras províncias	56	46,66	36	36
Africanos	3	2,5	1	1
Total	120	100,00%	100	100,00%

Fonte: DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul.Vol.1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2006.

Condições desiguais

As cartas de alforrias condicionais eram, em geral, desfavoráveis aos “beneficiados”. As substituições, que dependiam da aprovação do governo imperial, impunham condições para os substituídos gozarem da liberdade. Para forçar boa conduta do alforriado, que ainda estava sob sua responsabilidade, o alforriante fazia constar no *contrato de alforria*, o pagamento de multas por descumprimento das condições estipuladas. As multas correspondiam desde pagamento em dinheiro, o que era difícil para a maioria dos cativos ou a obrigação de continuar servindo ao proprietário por período igual ao que deveria ter servido no exército. Cativos que sobrevivessem à guerra, ao retornar, levavam uma vida à mercê da sorte. Muitos preferiram desertar, antes mesmo de chegar ao teatro de operações.⁹⁵⁴

Proprietários de cativos concediam alforrias sem substituição, apenas para contribuir com o aumento das tropas. Em março de 1866, em Rio Grande, Luiz Joaquim de Carvalho concedeu carta de alforria ao cativo Leopoldo.

A carta foi concedida “com a condição porém, de hoje mesmo apresentar-se ao Excelentíssimo Senhor Tenente General José Fernandes dos Santos Pereira, Digníssimo Comandante da Guarnição e Fronteira, para o fim especial de sentar praça como **voluntário da Pátria** [o grifo é nosso], e seguir para o Teatro da Guerra, no corpo do

⁹⁵³ ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Demografia escrava das charqueadas pelotenses. Ob.cit.p.263.

⁹⁵⁴ Id.ib.,p.372-4.

Ilustríssimo meu amigo e Senhor Tenente Coronel Bernardo Pires”. O senhor declara ser “chefe de numerosa família, velho e doente, não posso seguir para o Teatro da Guerra, a fim de defender os brios de minha nação, tão atrozmente ultrapassada pelo insolente e estúpido Governo Paraguaio”.⁹⁵⁵

O cativo José, 28 anos, de propriedade de Maria Antônia Munis, do 1º Distrito da Vila de Piratini, teve *sorte* parecida. Em 28 de dezembro de 1866, a proprietária o ofereceu, sem que houvesse substituição. Durante a formação do 3º Corpo do Exército cativos foram libertos e engajados como se fossem *voluntários substitutos*.

Nacionais e estrangeiros, em nome de pessoas ou de empresas, por conveniência ou contra a vontade, contribuíram com a *libertação* de cativos. Dezenas de proprietários alforriavam cativos em nome de seus filhos, alguns menores outros em tempo de servir. Houve quem libertou cativo por algum empregado, com qualificação e de difícil substituição. José Luiz Cardoso de Sales, fornecedor do exército, e Antônio Joaquim da Silva doaram dois libertos cada, em nome dos filhos que se achavam na Europa.⁹⁵⁶

A maioria dos libertos era destinada à substituição, e não simplesmente para engrossar as fileiras do exército. Em momento de grande incerteza sobre os destinos e duração da guerra e, temendo, quem sabe, novas vitórias do Exército Paraguaio, a substituição alcançou números até então não vistos naquele conflito.⁹⁵⁷

Que morra o filho alheio

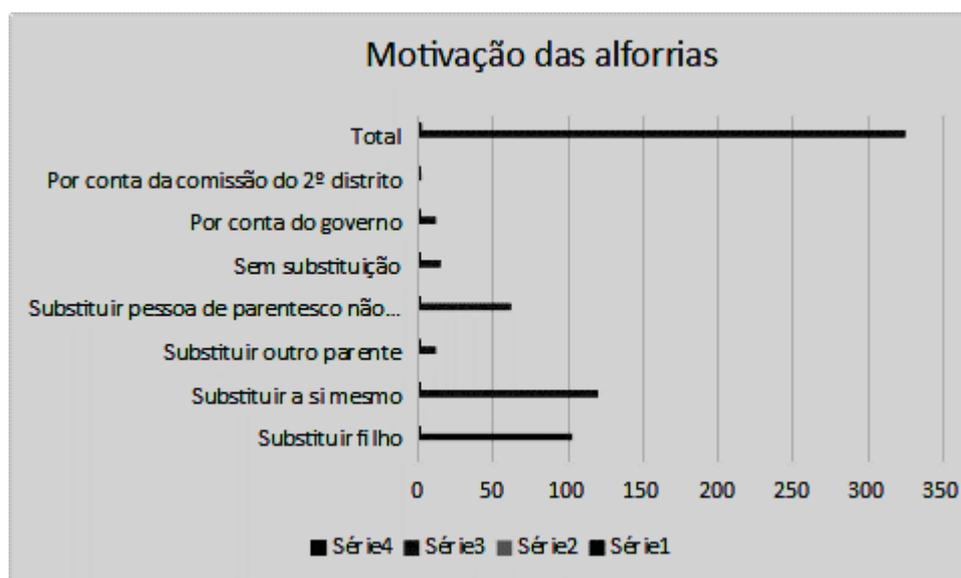
Dos 325 libertos para fins militares, registrados nos cartórios do Rio Grande do Sul, no período daquele conflito, 103 estavam destinados a substituir o filho de alguém; 120 substituíram seus proprietários; 62 substituíram algum parente, amigo ou empregado do alforriante; doze substituíram outros parentes: sobrinho, enteado, neto, genro e cunhado. O governo imperial comprou doze cativos e os engajou, sem substituição. A comissão de engajamento e arrecadação de fundos para a guerra, do 2º Distrito de Porto Alegre, comprou a liberdade de um cativo e outros quinze foram libertos por seus proprietários. A referida comissão teria comprado a liberdade de outros cativos, não arrolados na documentação.

⁹⁵⁵ Id.ib.,p.430.

⁹⁵⁶ AHRS. MAPA dos voluntários e engajados para o 3º Exército, levantados pela comissão do 2º distrito da capital.1867. Autoridades Militares, maço 201.

⁹⁵⁷ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul.Vol.2. Ob.cit.p.965.

Gráfico 2 - Motivos das alforrias



Fonte: com base em: DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Vol.1 e 2. Porto Alegre: CORAG, 2006; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

Em geral, a libertação de cativos representava maior custo do que o engajamento de *voluntário* pago. Engajar custava, em média, 500\$. De acordo com a documentação de que dispomos, as alforrias pagas custavam em torno de 1:000\$.⁹⁵⁸ Ou seja, o dobro do engajamento de *voluntários*.⁹⁵⁹ Cerca de 25% dos libertos no interior da província foram comprados para libertar. Na capital, os libertos comprados totalizavam 65% das alforrias. O que sugere maior concentração demográfica de cativos, no interior.

O valor pago por esses trabalhadores também variou. No interior do Rio Grande do Sul, em média, o escravizado custou 1:107\$, na capital, 1:031\$, uma pequena diferença. No Rio Grande do Sul, o valor pago pelo governo imperial para libertar cativos, foi mais alto do que o valor pago por particulares, tanto no interior, quanto na capital, 1.300\$, em média.

O valor do trabalhador escravizado poderia variar em função de sua especialização profissional ou idade. Geralmente, cativos de menos idade e com alguma especialização, eram mais bem valorizados.⁹⁶⁰ Segundo o historiador Setembrino Dal Bosco, em

⁹⁵⁸ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade. Ob.cit.; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*. Ob.cit.

⁹⁵⁹ NOGUEROL, Luiz Paulo Ferreira. Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX — elementos de nossa formação econômica e social. Ensaio FEE, Porto Alegre, vol. 23, nº especial.2002. disponível em:

<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/viewFile/2020/2401>

⁹⁶⁰ Cf. DAL BOSCO, Setembrino. *Escravidão e pastoreio no Rio Grande do Sul 1780-1889*. Porto

Escravidão e pastoreio no Rio Grande do Sul 1780-1889, de 2015, o valor dos cativos, no período da guerra, não apresentou grandes variações. Nas décadas de 1860-69, na região de Bagé, Rio Pardo e Vacaria, o valor médio do cativo campeiro era 1:104\$7; do cativo roceiro, 962\$500; do pedreiro, 728\$571. O valor do cativo teria aumentado cerca de 10%, na comparação com o decênio anterior. Aquela porcentagem estava na média das variações dos decênios precedentes.⁹⁶¹

De acordo com a documentação cartorial, estima-se que 40% dos substituídos eram guardas nacionais e nem todos residentes no Rio Grande do Sul. Em outubro de 1867, Manoel de Oliveira Reis libertou Cesário P. Americano, de 29 anos, crioulo do Rio Grande do Sul, em substituição a Flávio Portinas Americano, guarda nacional da Corte. A carta não especifica se mediante pagamento. Em fevereiro de 1868, Francisco José Ferreira alforriou o preto Joaquim, que substituiria ao jovem guarda nacional, de 17 anos, Prudêncio José da Silva Filho. O jovem morava com um tio no Rio de Janeiro e trabalhava como caixeiro em um comércio.⁹⁶²

Troca

Nem só com dinheiro se comprava os substitutos. Por vezes, os alforriantes recebiam-se outros cativos em troca. Em 25 de fevereiro de 1867, Bernardo Dias de Azevedo entregou dois crioulos, de um e nove anos, para José de Souza Feijó, proprietário do cativo Manoel, que lhe substituiria no Exército.⁹⁶³ Em princípios de abril de 1867, Faustino Corrêa entregou um crioulo cativo à Florência Pereira de Ávila, proprietária do escravizado Severino, que o substituiria no Exército.⁹⁶⁴

Em alguns termos de alforria aparece a indicação de que os cativos assentaram praça como “Voluntários”, em referência ao Decreto 3371, de janeiro de 1865, que instituiu os corpos de Voluntários da Pátria. Havia quem, fugindo do cativeiro, se apresentasse *voluntariamente* ao Exército. O preto Quinto, crioulo de Gravataí, era cativo de Antônio Paim Andrade. Em março de 1867, o governo imperial pagou por sua liberdade o valor de 1.000\$ (réis), por já servir em um dos corpos de linha do Exército,

Alegre: FCM, 2015.

⁹⁶¹ DAL BOSCO, Setembrino. *Escravidão e pastoreio no Rio Grande do Sul* [...]. Ob.cit.p.156-57.

⁹⁶² DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade. Ob.cit.p. 710.

⁹⁶³ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*: Ob.cit.p.285.

⁹⁶⁴ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade. Ob.cit.p. 707.

depois de fugir e apresentar-se como voluntário com o nome de “Luís dos Santos”. O liberto foi enviado para o 3º Corpo do Exército.⁹⁶⁵

Alguns libertos foram oferecidos diretamente às comissões patrióticas organizadas em Porto Alegre, a partir de 1867, com o fim de contribuir na formação do 3º Corpo do Exército. Na documentação referente ao 1º Distrito da capital, arrolaram-se seis libertos alforriados por quatro pessoas, três imperiais e um francês. Francisco Ferreira Porto, nacional, entregou dois: Francisco e Manuel; Manoel Soares Lisboa, entregou dois libertos: Domingos e Jacinto; Lopo Gonçalves Bastos, entregou o liberto Pedro e o francês Luís José Meyfreidy, entregou o liberto João. Os três imperiais eram membros da referida Comissão Patriótica.

Durante o conflito, dezenas de mulheres se envolveram em negociações de alforriamento condicional de cativos. Em quase 25% das cartas de alforria, do interior ou da capital, havia uma ou mais mulheres fazendo a transação, fosse alforriando, vendendo ou comprando cativos.

Em agosto de 1866, a preta Benedita Maria da Conceição vendeu o cativo Francisco Antônio para Inocente Francisco Maciel, por 535\$. Francisco Antônio recebeu 68\$ de seu comprador.⁹⁶⁶ O caso da Benedita é singular, mulher preta, provavelmente alforriada, vendendo um cativo. Casos como esse, não foram incomuns na sociedade escravocrata.

Não eram doações

Comparando as informações da Comissão Patriótica com as respectivas cartas de alforria, percebe-se uma peculiaridade. Os libertos foram entregues como donativos ao governo para contribuir com a formação do novo corpo de exército, no entanto, as alforrias indicam que os libertos eram substitutos e não doações. Em 16 de dezembro de 1866, quando se iniciavam os trabalhos da Comissão do 1º Distrito, Francisco Ferreira Porto, comprou, de Inocência Laura da Costa, o crioulo Manoel, natural do Rio Grande do Sul, por 900\$, “com a condição de o escravo sentar praça no Exército em seu lugar.”⁹⁶⁷

Menos de um mês depois, em 10 de janeiro de 1867, Francisco Ferreira Porto adquiriu de Patrício Vieira Rodrigues, o pardo, recém alforriado, Francisco Antônio, por

⁹⁶⁵ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*: Ob.cit.p.286.

⁹⁶⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888). Porto Alegre: EST, 2007.p.279.

⁹⁶⁷ Id.ib..p.282.

900\$. A carta de alforria de Francisco Antônio estipulava que ele deveria “assentar praça no Exército”, no lugar de seu comprador.⁹⁶⁸ Como a legislação que estipulava a substituição no serviço militar exigia a troca simples de um por um, é possível que um desses libertos tenha sido para sua substituição e outro como donativo. Em outubro de 1867, em outra carta de alforria, Francisco Ferreira Porto libertou o crioulo Manoel, de 22 anos, com o fim de este substituir seu filho “José Cipriano Martins Correia”.⁹⁶⁹ Aparentemente, o dito filho de Francisco Ferreira Porto não tinha o sobrenome do pai. O liberto Manoel não estava arrolado nas doações para a comissão. Essa teria encerrado seus trabalhos em inícios de 1867.

Em 28 de novembro de 1866, Manoel Soares Bastos adquiriu de Leopoldina Soares Bastos, o crioulo Jacinto, de 20 anos, natural de Rio Pardo. A carta foi concedida mediante o pagamento de 1:000\$, para que o liberto o substituísse no Exército. O documento registrou que era “como donativo que o mesmo faz[ia] ao Estado”.⁹⁷⁰ A redação é contraditória, pois afirma ser para substituição e, ao mesmo tempo, um donativo. No mesmo dia, Manoel Soares Bastos, comprou Domingos, crioulo de Rio Pardo, de 26 anos, de Maria José da Silva, que o alforriou por 800\$. De acordo com o documento, o liberto estava obrigado a “assentar praça no Exército”, em lugar de Manoel Soares. Nesse caso, é presumível que um dos libertos fosse substituição e o outro, donativo.

Tanto as cartas de alforria, quanto os documentos da Comissão Patriótica, apontam que Lopo Gonçalves Bastos apresentou apenas um liberto. Na lista da comissão ele aparece como donativo, na alforria como substituição. Em 21 de dezembro de 1866, Inácio Cândido da Silva vendeu o pardo/cabra Pedro, desta província, por 1:000\$ a Lopo Gonçalves Bastos. Pedro deveria substituir seu comprador no “Exército Imperial”.⁹⁷¹ O francês Luís José Marius Meiffredy, não integrante da Comissão Patriótica, comprou, de Ângelo José de Fraga, o crioulo João, a quem libertou “com a condição de o escravo assentar praça no Exército, em seu lugar.”⁹⁷²

⁹⁶⁸ Id.ib.,p.283.

⁹⁶⁹ Id.ib.,p.293.

⁹⁷⁰ Id.ib.,p.282.

⁹⁷¹ Id.ib.,p.582.

⁹⁷² Id.ib.,p.283.

Tabela 19 - Cativos libertos pela Comissão Patriótica do 1º Distrito de Porto Alegre

Doador	Quantidade	Observações
Francisco Ferreira Porto, brasileiro.	1	Francisco, liberto.
Francisco Ferreira Porto, brasileiro	1	Manuel, liberto.
Manuel Soares Lisboa, brasileiro.	1	Domingos, liberto.
Manuel Soares Lisboa, brasileiro.	1	Jacinto, liberto.
Lopo Gonçalves Bastos, brasileiro.	1	Pedro, liberto.
Luis José Meyfreidy, cidadão francês	1	João, liberto que ofereceu ao Exército.

Fonte: AHRS. RELAÇÃO dos cidadãos nacionais e estrangeiros residentes no 1º distrito da cidade de Porto Alegre, que subscreveram e já realizaram seus donativos para engrossar as fileiras do 3º Corpo do Exército Imperial. 1867. Autoridades Militares. Diversos. Maço 214.

Em 27 de fevereiro de 1867, a Comissão Patriótica do 2º Distrito de Porto Alegre apresentou vinte e quatro libertos substitutos para o Exército de Manuel Luís Osório, em formação na província. Desses, catorze deveriam substituir filhos dos doadores, oito para substituir ao próprio entregador e, dois, como “voluntário”. Cinco entregaram dois libertos cada: Antônio Joaquim da Silva [Mariante], pelos filhos menores, Antônio e Guilherme, que estavam na Europa; José Luiz Cardoso de Salles, por Antônio e Francisco, filhos menores, que estavam na Europa; José Manoel Felizardo, pelo filho Joaquim José Felizardo e, um, como “voluntário”; Francisco Antônio Borges, um por seu filho João e, outro, como “voluntário” e Venceslau Joaquim Alves Leite, pelos filhos menores, Francisco e Venceslau.

Patriotismo com o fuzil alheio

À Comissão Patriótica, cinco *doadores* apresentaram um liberto cada, em nome dos filhos: José Afonso da Silva, por Afonso, menor de idade; Constantino Antônio Dorneles, por Antônio Joaquim Dorneles Neto, guarda nacional da reserva; Antônio Bernardino Ferreira, por Estevão Luiz da Costa Ferreira, guarda nacional; Valentim Francisco de Souza, por João Francisco de Souza, guarda nacional e José Machado da Silva, por Gaspar Machado Ferreira de Castilho, guarda nacional. A sociedade Macedo & Azevedo ofereceu um liberto, por seu guarda livros (contabilista) Marcos Gonçalves da Fonseca Ruivo, guarda nacional.

Outros oito moradores da capital ofereceram libertos como seus substitutos: Domingos Pereira Pacheco, guarda nacional; Manoel Alexandre da Silveira, guarda nacional; Joaquim Thomaz Mestre, guarda nacional; Júlio Peres, guarda nacional; Manoel Gildo de Aguiar, guarda nacional; Bernardo Dias de Azevedo, guarda nacional; Vitorino Nunes de Quadros, guarda nacional e João José de Aquino, do Corpo Policial.

No cruzamento dessas informações com as cartas de alforria, encontramos divergências. Dos vinte e quatro libertos listados pela comissão arrecadadora, nove não constam nos registros cartoriais de alforriados. Teriam sido entregues por: Antônio Joaquim da Silva [Mariante], dois, em nome dos filhos menores, Antônio e Guilherme, que estavam na Europa; Francisco Antônio Borges, um, dos dois listados, como “voluntário”; José Afonso da Silva, um por seu filho Afonso; Antônio Bernardino Ferreira, um, por seu filho Estevão Luiz da Costa Ferreira, guarda nacional; Valentim Francisco de Souza, um, por seu filho João Francisco de Souza; Manoel Alexandre da Silveira, guarda nacional, um por si e Julio Peres, guarda nacional, um por si.

Há divergências também na motivação das alforrias. Em janeiro de 1867, José Luiz Cardoso de Sales libertou dois cativos condicionados a irem à guerra, João, cabra, de vinte anos, comprado por 1:000\$, de Francisco Batista da Silva Pereira e Lúcio, cabra, de trinta anos, comprado por 900\$, de Francisco Xavier da Cunha. Nas duas cartas de alforria, constam que eram alforriados com o propósito de “o substituir no Exército”.⁹⁷³ Na listagem elaborada pela comissão, esses dois libertos aparecem como substitutos “por seus filhos Antônio e Francisco que se acham na Europa”. Talvez, por serem menores - os documentos não trazem a idade - o doador preferiu registrar no cartório, em seu nome, mas doar em nome dos filhos.

Em fevereiro de 1867, José Manoel Felizardo entregou dois cativos à Comissão Patriótica do 2º Distrito da capital: o crioulo João, de vinte e cinco anos, comprado por 1:000\$ de José de Souza Costa, e o crioulo Abel, de vinte e cinco anos, comprado por 1:000, de Maria Ricarda de Oliveira Tavares. A alforria de João era condicionada a que ele servisse “no Exército”, no lugar de José Manoel, já a alforria de Abel, para “substituir seu filho de 26 anos, Joaquim José Felizardo (guarda nacional do 1º Batalhão de Porto Alegre).”⁹⁷⁴ Nos registros da comissão constava que um dos libertos por José Manoel Felizardo era em nome do filho e, outro, apenas como “voluntário”. Provavelmente, listou seu substituto como simples contribuição à causa imperial.

Eram fornecedores

Francisco Antônio Borges e José Luís Sales foram fornecedores do Exército Imperial. Segundo a lista da comissão, Francisco Borges libertou dois cativos. Um deles, o pardo Primitivo, de trinta anos, comprado por 1:000\$, de Joaquim Manoel de Souza

⁹⁷³ Id.ib.,p.581.

⁹⁷⁴ Id.ib.,p.284.

Junqueira, “com a condição de o escravo substituir seu filho, João Pereira Borges, no exército.”⁹⁷⁵ Aparece na lista da comissão outro liberto entregue como “voluntário”. Desse não há registro nos livros de alforrias consultados.

Na lista da Comissão do 2º Distrito, consta que Venceslau Joaquim Alves Leite libertou Claro Vaz, pardo, “desta província”, de trinta e três anos, para substituir seu filho menor, Francisco José Alves Leite Sobrinho. Venceslau Alves Leite também comprou o pardo Veríssimo, “desta província”, de trinta e quatro anos, de Felisbino Gonçalves da Silva, por 900\$, para substituir seu filho Venceslau Joaquim Alves Leite Filho; o capitão Constantino Antônio Dorneles libertou o pardo Antônio Luís, de 20 anos, para servir em 1ª Linha pelo tempo que fosse obrigado seu filho Antônio Joaquim Dorneles Neto, guarda nacional da reserva; José Maria Machado da Silva comprou de Joaquim Campos Leão a alforria de Raimundo, para substituir seu filho Gaspar Machado Ferreira de Castilho, no Exército.

A documentação aponta a entrega, à Comissão Patriótica, de libertos em substituição ao alforriante. Esses também constam, tanto na lista da comissão, quanto nas cartas de alforria. Em 1867, Domingos Pereira Pacheco libertou o crioulo Antônio; Manoel Gildo de Aguiar comprou de João Carlos Figueiredo Menezes, por 1:000\$, Leocádio, mulato/pardo, desta província, de vinte e seis anos; Bernardo Dias de Azevedo, comprou, de José de Souza Feijó, a alforria de Manoel, natural do Paraná, de trinta e cinco anos, mediante a entrega de dois crioulos menores, José, de nove anos e Antônio, de um ano; Vitorino Nunes de Quadros, comprou o mulato/pardo Pedro, desta província, de vinte anos, de Maria Luíza de Figueiredo Menezes, por 1:000\$; João José de Aquino comprou de Felisberto José Pacheco, por 1:000\$, a alforria de Jorge, crioulo, desta província, de trinta anos e, finalmente, Joaquim Tomás Mestre, libertou Adão, Nação, de vinte e cinco anos. Essa concessão de alforria foi registrada duplamente em épocas e locais distintos. Em 24 de dezembro de 1866, na Freguesia de Santo Amaro, município de Taquari, foi por primeira vez registrada aquela alforria. Segundo ela, o liberto deveria servir pelo outorgante, no corpo de 1ª Linha, pelos anos que esse estivesse obrigado, ficando assim “isento de todo e qualquer serviço militar, tanto de paz como de guerra”.⁹⁷⁶ Um mês depois, em 23 de janeiro de 1867, fez-se o registro, no livro 18, de Registros

⁹⁷⁵ Id.ib.,p.581.

⁹⁷⁶ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul.Vol.2.Ob.cit.p.1154.

Gerais, do 2º Tabelionato Público, Judicial e de Notas de Porto Alegre, “com a condição de o escravo substituir seu senhor no Exército, conforme o Decreto 3509 de 12-09-65.”⁹⁷⁷

Tabela 20 - Libertos engajados pela Comissão Patriótica 2º distrito Porto Alegre

Nome dos contribuintes	Libertos	Observações
Antônio Joaquim da Silva [Mariante]	2	Por seus filhos menores Antônio e Guilherme que se acham na Europa.
José Luiz Cardoso de Salles	2	Por seus filhos Antônio e Francisco que se acham na Europa
José Manoel Felizardo	2	Por seu filho Joaquim José Felizardo e outro como voluntário
Francisco Antônio Borges	2	Por seu filho João e outro com voluntário.
Venceslau Joaquim Alves Leite	2	Por seus filhos menores Francisco e Venceslau
José Afonso da Silva	1	Por seu filho menor Afonso
Constantino Antônio Dorneles	1	Por seu filho G.N. da Reserva Antônio Joaquim Dorneles Neto.
Macedo & Azevedo	1	Por seu guarda livros Marcos Gonçalves da Fonseca Ruivo, G.N.
Antônio Bernardino Ferreira	1	Por seu filho G.N. Estevão Luiz da Costa Ferreira.
Valentim Francisco de Souza.	1	Por seu filho G.N. João Francisco de Souza
José Machado da Silva	1	Por seu filho G.N. da reserva Gaspar Machado Ferreira de Castilho como substituto por ser G. N.
Domingos Pereira Pacheco	1	Como substituto por ser G.N.
Manoel Alexandre da Silveira	1	Idem
Joaquim Thomaz Mestre	1	Idem
Júlio Peres	1	Idem
Manoel Gildo de Aguiar	1	Idem
Bernardo Dias de Azevedo	1	Idem
Vitorino Nunes de Quadros	1	Idem
João José de Aquino	1	Idem por ser do Corpo Policial
Total	24	

Fonte: MAPA dos voluntários e engajados para o 3º Exército, levantados pela comissão do 2º distrito da capital, Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1867. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos

Substituindo toda a família

Em 05 de dezembro, no Comando Superior da Guarda Nacional de Rio Grande e São José do Norte, Joaquim Gonçalves Cascão, pai do guarda nacional Manoel Gonçalves Cascão, residente na Corte, apresentou Miguel Gonçalves Cascão, em substituição ao dito filho.⁹⁷⁸ Em 13 de janeiro de 1867, em Pelotas, Manoel Luiz de Ávila apresentou Guilherme de Ávila, filho de Antônio de Tal, crioulo de Piratini, 26 anos, campeiro e solteiro. O liberto deveria:

Servir por nove anos em substituição de seu irmão José Canuto de Ávila, e quando este não exista substituirá a Ricardo Germano Lucas, e quando este também não exista substituirá a Antônio Tunílio Lucas, e ainda não existindo este substituirá a Francisco Manoel Lucas, todos estes indivíduos são praças do Corpo de Guardas Nacionais do Comando do Tenente Coronel Diaphanes de Souza Matos que faz parte do 2º Corpo de Exército em operações no

⁹⁷⁷ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*: Ob.cit.p.582.

⁹⁷⁸ ANRJ – IJ 1 588. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1866 (janeiro-dezembro)

Paraguai.⁹⁷⁹

Em 22 de junho, na guarnição de Pelotas, Frederico de Sá, cativo do coronel Joaquim de Sá Picanço, foi liberto e entregue por Salvador Aleixo Duarte para substituir o guarda nacional de Piratini, José Luiz Vaz. Na falta desse, substituiria “Felicíssimo Vaz Bragança” ou ainda a “João Vaz Bragança”.⁹⁸⁰ Todos eles eram praças do 2º Exército.

Em 27 de junho, Octávio da Rosa, filho de Miguel de Tal, de Canguçu, 30 anos, campeiro e solteiro, foi entregue no quartel da guarnição de Pelotas por Camilo Nunes Rosa. O liberto deveria substituir “Camilo Bento da Rosa, e quando este não exista substituirá a Onofre Nunes da Rosa, e se também este não existir substituirá a Patrício Roselino Nunes, ou a Galdino Barbosa de Vasconcelos, e ainda não existindo estes substituirá ao menor João Amálio da Rosa”.⁹⁸¹ À exceção do menor, os demais eram guardas nacionais do 2º Exército.

Em 1º de julho, foi apresentado o liberto Manoel Sampaio, filho de Francisco de Tal, crioulo do Rio Grande do Sul, com 20 anos, campeiro e solteiro. Era cativo de Clara Maria Ribeiro e foi liberto e entregue por José Vieira Rodrigues da Silva. O liberto deveria “servir nove anos no Exército em substituição de Fortunato José Alves de Sampaio, amanuense do Comando Militar da ilha do Cerrito e na forma do Decreto nº. 3.513 de 12 de setembro de 1865”.⁹⁸² No mesmo dia, Libanio de Oliveira, filho de Ignácio Francisco de Carvalho, 27 anos, crioulo de Porto Alegre, alfaiate e solteiro, cativo de Faustina Maria Aires Pinto, foi entregue na guarnição de Pelotas. Ele foi liberto por Januário Antunes de Oliveira. Libanio deveria assentar praça por nove anos, em lugar de Luiz Alípio de Oliveira, que servia no 2º Exército. Na falta dele, substituiria o “Guarda Nacional José Antunes Ferreira”, ou ainda, “ao menor Carlo de Oliveira Féo”.⁹⁸³

Servir por nove anos

Em 13 de julho, foi apresentado, na guarnição de Pelotas, Boaventura de Andrade, filho de Antônio Dutra, de Piratini, com 25 anos, campeiro e solteiro. Antônio Hilário Pereira foi quem libertou para “servir por nove anos em substituição de José Luiz Pinheiro”. Em caso de morte do substituído, deveria servir por “Luiz Pereira Duarte” ou “Bernardo Pereira Madruga”, todos servindo na Brigada de Cavalaria, sob o comando de

⁹⁷⁹ ANRJ - Coleção Caxias. Notação do documento: Caixa 805, Pacote 1. Correspondência recebida e Comando em Chefe. 1853-1878.

⁹⁸⁰ Id.ib.

⁹⁸¹ Id.ib.

⁹⁸² Id.ib.

⁹⁸³ Id.ib.

Manoel Lucas de Lima, no 2º Exército.⁹⁸⁴ Em muitos casos, o liberto era obrigado a substituir dois ou mais familiares dos alforriantes, no caso da morte do primeiro substituído.

Apresentar um substituto não era garantia de sua aceitação, pois a legislação estipulava prévias condições para o serviço militar do substituto. O deferimento, em última análise, era dos comandantes em chefe dos exércitos. Em algumas circunstâncias e, por motivos nem sempre puramente militares, as submissões eram negadas.⁹⁸⁵ Várias cartas de alforria traziam um condicionante que atendia a uma possível recusa. Tal como nos casos de deserções, a liberdade era revogada e a pessoa voltava ao cativo ou negociava o pagamento da liberdade.

Em novembro de 1866, o cativo Tomás Furtado foi comprado e liberto por Alexandre José da Silveira Filho, para que lhe substituísse no Exército. Como foi recusado, deveria pagar o valor que recebeu para marchar. Em fevereiro do ano seguinte, lavrou-se um “Papel de Obrigação de Serviços” em que Tomás se comprometera a trabalhar “pelo tempo de dez anos” a Alexandre Silveira.

[...] e não tendo eu os meios para satisfazer o mesmo senhor, a referida quantia, se não o meu trabalho, por isso me obrigo, como acima digo, a servir pelo tempo declarado, não podendo eu distrair-me do serviço do mesmo senhor, sem consentimento deste, ficando este obrigado a socorrer-me de todo o necessário para o meu sustento e vestuário, assim como tratar-me nas minhas enfermidades.⁹⁸⁶

A presidência da província, cargo de indicação política pelo partido que comandava o Ministério Imperial, era arma poderosa para garantir implementação da política vigente. Naquela função, o presidente provincial aproximava-se de sua base eleitoral – liberais, conservadores ou ligas – atendendo suas demandas. Para tanto, utilizou-se maciçamente da Guarda Nacional, força ligada diretamente aos governos locais. Enquanto o Exército esteve no Rio Grande do Sul, a influência do governo provincial sobre ele era maior, mesmo porque inicialmente o comando das forças militares e políticas eram liberais. Fora dos limites do Rio Grande do Sul, a autoridade do presidente era mínima.

Isso não impediu que alguns governantes locais tentassem interferir nas substituições de guardas nacionais por libertos. Em 14 de setembro de 1866, às vésperas

⁹⁸⁴ Id.ib.

⁹⁸⁵ DOCUMENTOS DA ESCRAVIDÃO, catálogo seletivo de cartas de liberdade. Vol.2. Ob.cit.p.708.

⁹⁸⁶ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*. Ob.cit.p.581.

da batalha de Curupayty, o comandante do 2º Corpo do Exército recusou um substituto enviado pelo governo provincial. Manuel Marques de Sousa, recusara o substituto sob o argumento de que Antônio Augusto Pereira da Cunha, 2º vice-presidente da província, interinamente no comando, não possuía “competência para tomar disposições relativas” ao “exército que só podem partir do governo imperial”.⁹⁸⁷ Possivelmente, a recusa se deveu mais às diferenças políticas do que ao cumprimento da hierarquia das competências.

Não estavam aptos

Em abril de 1868, Luiz Alves de Lima e Silva, marquês de Caxias, comandante de todos os exércitos imperiais em operação contra o Paraguai, recusou nove soldados substitutos enviados pelo presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul, Joaquim Vieira da Cunha, partidário liberal, que substituíra Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo. Os substitutos Miguel Borba Germano Coelho, Firmino da Luz, Bartholomeu Fagundes, Joaquim Machado, Feliciano de Paula Araújo, Luiz Vaz, Serafim de Lima, Anacleto Brizide e Pedro Afonso não estariam aptos para assentar praça. Caxias recusou os enviados por eles não possuírem “as qualidades precisas para o soldado em tempo de guerra” e estarem “longe de preencher completamente a falta que deixarão nas fileiras aqueles a quem vem eles destinados a substituir.”

A recusa vinha acompanhada de dura crítica à ingerência de Augusto Pereira da Cunha nas questões da guerra. Segundo Caxias, “as presidências de Províncias nada tem com os corpos em campanha e, portanto, completamente fora de suas jurisdições”.⁹⁸⁸ Ao serem enviados, todos recebiam o fardamento, composto basicamente de: uma blusa de brim, uma calça de brim, uma cameira, e chapéu, uma gravata, uma manta de lã, um capote e um par de sapatos. Aqueles substitutos receberam valores de *etapas* para alguns dias. De todos apresentados, apenas um não era cativo liberto e o único também que partiu com indicação de ser assentado na infantaria. Os demais deveriam ser utilizados onde melhor servissem. Todos os cativos libertos eram naturais do Rio Grande do Sul, apenas o não cativo era natural de São Paulo. A maioria dos nove substitutos foi oferecida por guardas nacionais.

⁹⁸⁷ AHRs. Correspondência do Barão de Porto Alegre. 1866. Autoridades militares, maço 196.

⁹⁸⁸ AHRs. Correspondência de Luiz Alves de Lima e Silva, marquês de Caxias. 1868. Autoridades Militares, maço 203.

Tabela 21 - Substitutos recusados

Nome	Corpo	Observações
Bartolomeu Fagundes, filho de pai incógnitos.	Sem corpo designado	Natural desta província, com 19 anos de idade, cor parda escura, cabelos pretos crespos, olhos pretos, sem barba, solteiro, sem ofício, com 57 polegadas de altura. Assentou praça como substituto libertado por Job Rodrigues Fagundes, guarda nacional do 1º Batalhão de Infantaria desta capital, em 2 de março de 1868.
Miguel de Borba, filho de David de Tal	Para a infantaria	[...]para esta seção a 27 de fevereiro corrente [...] que sentou praça e prestou juramento as bandeiras na qualidade de substituto de Malaquias Borba de conforme com o decreto nº 3513 de 12 de novembro de 1865. Natural da província de São Paulo, idade 29 anos, solteiro, ofício nenhum, cor preta, 60 polegadas de altura.
Feliciano de Paula Araújo, filho do escravo Felisberto.	Sem corpo designado.	Natural de Missões, província do Rio Grande do Sul com 30 anos de idade, cor pardo escura, cabelos pretos crespos, olhos pretos, barbado, solteiro, sem ofício, com 59 polegadas de altura. Assentou praça como substituto liberto a 8 de fevereiro pelo guarda nacional do Corpo nº 41 da cavalaria Januário de Paula Araújo.
Joaquim Machado, filho de pais incógnitos.	Sem corpo designado	Natural das Missões província do Rio Grande do Sul, com 20 anos de idade, cor preta, cabelos pretos carapinhas, olhos pretos, pouca barba, solteiro, sem ofício, com 65 polegadas de altura. Assentou praça em 4 de março de 1868 como substituto libertado oferecido pelo capitão reformado da Guarda Nacional Manoel da Silva Machado como substituto de seu filho de maior idade e de mesmo nome.
Luiz Vaz, filho de Abel Rodrigues.	Sem corpo definido	Natural da capela da Luz, província do Rio Grande do Sul, com 23 anos de idade, cor pardo, cabelos pretos carapinhas, olhos castanhos escuros, pouca barba, solteiro, sem ofício e com 60 polegadas de altura. Assentou praça a 14 de fevereiro de 1868 como substituto libertado do guarda nacional do município de Piratini, Marçal Inocencio de Lima.
Serafim de Lima, filho de Fidentes Alves.	Sem corpo designado	Natural de Piratini, província do Rio Grande do Sul, com 20 anos de idade, cor parda, cabelo pretos carapinhas, olhos pretos, sem barba, solteiro, sem ofício, com 58 polegadas de altura. Assentou praça em 14 de fevereiro de 1868 como substituto libertado por João Machado de Araújo.
Anacleto Brigido, filho de Vicente Nunes	Sem corpo designado.	Natural de Piratini, província do Rio Grande do Sul, com 24 anos de idade, cor preta, cabelos pretos carapinhas, olhos pretos, sem barba, solteiro, sem ofício e com 58 polegadas de altura. Assentou praça em 14 de fevereiro de 1868 como substituto libertado por Bazilio Nunes de Souza.
Pedro Affonso, filho de pais incógnitos.	Sem corpo designado.	Natural de Piratini, província do Rio Grande do Sul, com 20 anos de idade, cor preta, cabelos pretos carapinhas, olhos pretos, sem barba, solteiro, sem ofício e com 59 polegadas de altura. Assentou praça como substituto libertado em 14 de fevereiro pelo guarda nacional do 29º Corpo do município de Piratini Amandio da Trindade Affonso.

Fonte: CORRESPONDÊNCIA do Marques de Caxias ao presidente da província do Rio Grande do Sul, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, em Tuyu-Cué, 12 de abril de 1868. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 203.

Três libertos recusados - Joaquim Machado, Serafim de Lima e Pedro Affonso não constam nas cartas de alforria analisadas. Isso é mais um indício de que poderia haver libertos, nas fileiras do exército, sem cartas de alforrias registradas em cartório.

Além dos libertos, cativos não alforriados também estiveram na guerra contra o Paraguai. Alguns relatos demonstram que oficiais levaram trabalhadores escravizados ao teatro de operações. Em julho de 1866, o cativo Jeremias, que fora levado à guerra por seu proprietário Irênio José Topázio, foi liberto. A liberdade do cativo foi mediante polpudo pagamento de 1:536\$104, dinheiro que o cativo angariou mediante “uma subscrição”, com permissão de Irênio Topázio. Segundo o documento, o proprietário avaliava que aquele valor era aquém do que havia pagado pelo cativo, mas que pelos serviços prestados, aceitava a soma. Não havendo erro na transcrição desses valores, o cativo pagou soma elevada por sua liberdade, valor acima dos preços praticados no mercado do Rio Grande do Sul. A carta, escrita no acampamento imperial, na margem esquerda do rio Paraguai, condicionava a liberdade, além do valor pago, a que Jeremias o acompanhasse até sua “residência na Província do Rio Grande do Sul”, prestando-lhe seus serviços.⁹⁸⁹

Em setembro de 1868, o major diretor do hospital de Corrientes, Eugênio Luís, deparou-se com o cativo José Lucas, ao qual o proprietário tinha morrido em batalha. Por ordem do marquês de Caxias, o cativo ficou ali trabalhando, sem vantagem alguma. Extinto o referido hospital, o trabalhador escravizado deveria ser transferido para outro corpo, porém havia desaparecido. Aquele médico explicara que o cativo foi conduzido “por um enfermeiro paisano” e, por denúncia, descobriu posteriormente “que ele estava a bordo do vapor Marcílio Dias em companhia” de um “negociante”.⁹⁹⁰ Provavelmente, o cativo fora vendido, por um militar imperial, para o negociante, que logo o empregou no serviço.

6.4 A vida nas fileiras militares

A relação militar entre superiores e seus subordinados é de caráter autoritário. O militar de patente baixa, raramente possui poder de barganha em “negociações” com superiores. Em verdade, a submissão do menos graduado é completa. Situação relativamente diferente entre os quadros da Guarda Nacional, principalmente antes do

⁹⁸⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*: Ob.cit.p.964.

⁹⁹⁰ AHRS. CORRESPONDÊNCIA do major Eugênio Luiz. 1868. Autoridades militares, maço 203.

recrutamento em massa, que desconhecera o caráter censitário que caracterizava a instituição.

Apesar de manter estrutura militarizada e rígida hierarquia, a Guarda Nacional era formada por laços clientelares e de apadrinhamentos. Nesse caso, a relação entre oficiais e praças poderia tomar caminhos diversos. O poder político de barganha de oficiais graúdos se dava não só pelo seu posto militar, mas, sobretudo, por sua posição na sociedade no Brasil daquela época. Ricos proprietários detinham altos graus militares e possuíam grande poder de barganha junto ao governo. Sua influência, junto às camadas desprovidas e ao poder político, dentro e fora da província, os credenciava, segundo padrões aristocráticos da época, a estar em outro patamar na relação com o governo.

Em junho de 1865, o presidente da província transmitira ao Ministério da Guerra seu descontentamento com essa situação. Dizia haver, na Guarda Nacional, “alguns oficiais superiores que supõe-se necessários, e que tem a vaidade de acreditar que podem fazer valer os seus serviços até o ponto de impor altas condições ao governo”.⁹⁹¹ Na realidade, o faziam. O governante expunha, em parte, o fisiologismo impregnado naquelas relações sociais.

A soldadesca, composta majoritariamente pelos grupos despossuídos, era, em geral, privada de qualquer benefício e, não raras vezes, exposta à escassez de alimento, de fardamento, sofrendo castigos físicos e psicológicos. Por outro lado, militares oriundos das classes avantajadas gozavam de benefícios e privilégios, mesmo enquanto ocupavam cargos de pequena expressão. Em dezembro de 1865, o 2º sargento do 5º Regimento de Cavalaria Ligeira, Marcelino da Costa Monteiro, foi autorizado, pelo general Manuel Marques de Sousa, a usar distintivo de 2º cadete, por ser “filho legítimo do Sr. Alferes reformado do Exército José Hermenegildo Monteiro de Albuquerque.”⁹⁹² Isso, conforme determinava o decreto que criou os corpos de Voluntários da Pátria. O Exército Imperial, dominado pela classe proprietária agrária, formava seus quadros de oficiais segundo princípios de classe e direito hereditário. O alto escalão do Exército caracterizava-se como uma oligarquia militar.

Somente para oficiais

Oficiais menores poderiam receber gratificações e promoções por bons serviços prestados, por exemplo, na reunião espontânea de praças para compor corpos da Guarda

⁹⁹¹ GONZAGA, Correspondência de João Marcelino. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.51.

⁹⁹² ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército.Ob.cit.p..274.

Nacional.⁹⁹³ Essas ascensões não eram irrestritas. Como a organização da Guarda Nacional respeitava caráter clientelístico e de apadrinhamento, a ascensão, possivelmente, dependia da ligação com certos líderes, com poder e influência. A diferença de tratamento, para com os setores empobrecidos, era gritante.

As cidades de São Leopoldo e de Porto Alegre pertenciam ao mesmo Comando Superior da Guarda Nacional. Em São Leopoldo, 80% da oficialidade era de profissionais urbanos, liberais, operários, industriários e comerciantes. Nessa região, as principais e mais rendosas atividades econômicas eram urbanas. Em São Leopoldo, não teria havido hierarquização socioeconômica na composição dos quadros de oficiais da Guarda Nacional.⁹⁹⁴ A composição sócio-econômica das regiões de colonização alemã impediu a constituição de uma aristocracia militar, tal como no Sul. Fora as repressões a tribos indígenas e, eventualmente, a cativos fugitivos, imperava naqueles lugares uma relativa tranquilidade pública. Diferente do histórico barril de pólvoras que era a fronteira com os países do Prata.

Muitos corpos de Voluntários da Pátria e corpos da Guarda Nacional, reunidos às pressas para atender o esforço de guerra, eram compostos de homens inábeis e, não raro, formados de jovens inexperientes ou velhos em demasia. No combate de São Borja, em 12 de junho de 1865, durante a invasão dos paraguaios, o 1º Corpo de Voluntários, somente chegado da Corte, teve o batismo de fogo. Antônio Fernandes Lima, tenente coronel, comandante da 1ª Brigada da Divisão Canabarro, fez a seguinte descrição: “[...] o 1º Batalhão de Voluntários deu a primeira descarga e fugiu abandonando até o estandarte, que não ficou em poder do ‘inimigo’ devido, unicamente, à coragem do respectivo alferes porta-bandeira.”⁹⁹⁵

Na sequência, afirmou que o corpo estava “completamente desmoralizado” e os demais estavam desabrigados. Nicolau Engelmamm, alemão, soldado do exército em substituição aos irmãos, relata que, ao chegarem em São Borja, em 1865, muitos dos seus companheiros “perderam a coragem quando viram o grande número de mortos no campo de batalha.”⁹⁹⁶

⁹⁹³ Id.ib..p.173.

⁹⁹⁴ MUGGE, Miqueias Henrique. “Gostaria de se tornar tenente”, oficiais da Guarda Nacional um perfil socioeconômico do Brasil Meridional (1850-1870). História Unissinos. Vol.16, nº3, setembro/dezembro de 2012.p.316.

⁹⁹⁵ LIMA, parte oficial de Antônio Fernandes. Em: Documentos Relativos à Invasão[...]Ob.cit.p.58.

⁹⁹⁶ BECKER, Klaus. *Alemães e descendente*[...]Ob.cit.p.171.

Cartas do campo de batalha

Carlos Jacob Schnell, jovem colono de origem alemã, participara da guerra contra o Paraguai. Ele serviu, como furriel, na 5ª Companhia do 12º Batalhão da Guarda Nacional de São Leopoldo. Em sua correspondência pessoal, destinada à família, deixou-nos preciosos relatos da vida no acampamento, registrando a visão de mundo de um soldado, vivendo situações atípicas junto a seus companheiros alemães. Ferido na batalha de Curupayty, em 22 de setembro de 1866, morreu em 17 do mês seguinte, no hospital em Corrientes. Sua correspondência foi publicada, em 2004, no livro *Minha amada Maria: cartas dos Mucker*, da historiadora Elma Sant'Ana.⁹⁹⁷

Oriundos de Stralsund, na Pomerânia, os *Schnell* se estabeleceram em São Leopoldo, desenvolvendo a atividade oleira e agricultura de subsistência. À época do conflito com o Paraguai, seriam colonos de remediada posição, tendo, provavelmente, no futuro, lançado mão da acumulação de capital na atividade de olaria e investido em lotes fundiários, como de costume entre os colonos enriquecidos. A boa condição da família Schnell chamaria a atenção de familiares empobrecidos que viviam na Europa. Lá, a dura condição de vida dos trabalhadores, com altos preços das mercadorias, o desemprego e a fome, no imediato pós-guerra austro-prussiana, estimulavam o desejo de melhorar de vida no Brasil, como ficara registrado naquelas correspondências.

O jovem, de origem alemã, teria desejado enfileirar-se, quem sabe, apostando na brevidade do conflito. Em registro positivo do imaginário que permeava os acampamentos, Carlos Schnell, em 22 de dezembro de 1864, em carta à família, acreditava que o fim do conflito estava próximo. Dizia que esperavam “poder retornar para casa até o inverno, pois os comandantes casados já [estavam] autorizados a deixar suas guarnições”.⁹⁹⁸ Era legítimo que, à essa altura dos acontecimentos, com a questão no Uruguai praticamente liquidada e sem ameaças detectadas nas fronteiras da província, o jovem Carlos Schnell e seus companheiros de armas alimentassem a esperança de retorno às suas casas.

A dispensa dos casados, motivo da euforia do jovem alemão, era alarme falso. Na verdade, os dispensados haviam sido alistados irregularmente: viúvos, casados, arrimos de família, entre outros, como vimos. Naturalmente, no contexto em que estavam, a chegada de notícias da dispensa era interpretada como a proximidade do final da guerra.

⁹⁹⁷ SANT'ANA, ELMA. *Minha amada Maria Cartas dos Mucker*. Canoas: ed. Ulbra, 2004.

⁹⁹⁸ SANT'ANA, ELMA. *Minha amada Maria*[...]Ob.cit.p.141.

Jornais poderiam circular pelo acampamento, porém não é certo que todos soubessem ler, principalmente, em português. Soldados imperiais, em sua imensa maioria, não liam, nem escreviam. Quando se correspondiam, esperavam que as notícias viessem de suas casas, possivelmente mais bem informados. Em 27 de dezembro de 1865, Carlos Schnell, dizia à família: “Notícias da guerra eu não tenho, acredito que vocês ouvem mais a respeito do que eu”.⁹⁹⁹ Materializando o quão alijados de informações estavam, concluía dizendo que não acreditava que chegariam no Paraguai e esperava voltar para casa “antes do inverno”.¹⁰⁰⁰

Sem registro

Durante o período que estiveram em marcha e, estacionados em diversos lugares da província, ocorreram importantes acontecimentos da guerra. Em 10-12 de junho de 1865, os paraguaios invadiram São Borja e marcharam sobre Uruguaiana, rendendo-se em 18 de setembro. Não há, nas cartas publicadas, a referência a qualquer evento desse período. Há um lapso temporal entre as correspondências, no período entre 15 de janeiro e 18 de outubro. Verificando-se a assiduidade com que o jovem Carlos Schnell escrevia, é provável que tenha havido extravio de correspondência. É bastante provável que algumas cartas tenham se perdido ao longo dos anos e, mesmo no trajeto entre acampamento e a casa da família, o que não deveria ser incomum no precário sistema de postagens existente na época. Não raras vezes, as cartas remetidas, nem sequer saíam do acampamento, perdidas em meio à desorganização. Outras vezes, as cartas chegavam ao destino em péssimas condições, molhadas, sujas ou rasgadas, como atesta o jovem alemão.

Como proposto, grande parte dos soldados não possuía noção precisa do andamento do conflito. Carlos Schnell, de forma simplista, mesmo que não desprovido completamente de base real, atribuía o atraso na marcha ao comportamento *namorador* do seu comandante, José Antônio da Rocha Junior. Para o jovem, seu comandante, a quem se referia como “paizão”, ao encontrar “uma moça bonita” lá se demorava “uma semana inteira”.¹⁰⁰¹ Talvez esses atrasos ocorressem deliberadamente, com a anuência do governo provincial, para retardar sua entrada em operação ou mesmo, conforme acreditavam, nem

⁹⁹⁹ Id.ib.,p.166.

¹⁰⁰⁰ Loc.cit.

¹⁰⁰¹ SANT’ANA, ELMA. Minha amada Maria[...]Ob.cit.p.156.

entrar em conflito. O 12º Corpo passara um ano inteiro em organização, sem entrar em guerra.

As contradições da sociedade imperial, que ora vemos refletidas nas relações militares, não se restringiam apenas à possibilidade de alcançar benefícios com superiores hierárquicos. Ao deixarem suas casas, muitos homens deixavam também mulher e filhos à própria sorte;¹⁰⁰² o mesmo não ocorria com a maior parte dos oficiais. José da Silva, comandante do 10º Batalhão de Infantaria, acampado em Pelotas, em dezembro de 1864, solicitou ao presidente da província que as esposas de alguns de seus oficiais, deixadas em Porto Alegre e Rio Grande, recebessem periodicamente, conforme estipulado pelos maridos, valores oriundos dos soldos.

Solicitava tal medida “para que aquelas famílias não” [viesses] “a sofrer à mingua de recursos.” Para esse fim, o governo, na Corte, autorizara o adiantamento de três meses de salário aos mesmos.¹⁰⁰³ Igual sorte não tinham as famílias pobres. Essa solicitação vinha no mesmo período em que vários comandantes reclamavam ao governo que o valor estipulado para a etapa de fornecimento à tropa era insuficiente para a alimentação. Não raras vezes, as famílias dos militares acompanhavam as tropas, em especial por necessidade.¹⁰⁰⁴

Causando alvoroço

Assumindo a pasta da guerra, em maio de 1865, às vésperas da invasão e ciente da morosidade nos preparativos para a defesa da fronteira, Ângelo Muniz da Silva Ferraz promoveu grande alvoroço ao cobrar providências mais enérgicas das autoridades competentes. Ele cobrou atitude dos comandantes das duas divisões do exército, naquela província – David Canabarro e Pedro de Abreu – ordenou que com toda a presteza, todas as forças fossem deslocadas para a fronteira e, sobretudo, ordenou um pente fino na situação dos militares que, por “abuso, ou a título de camaradas, serventes ou enfermeiros, ou em outros semelhantes serviços”, não tenham marchado com seus corpos. O mesmo valia aos oficiais. Ordenara, também, que o governo provincial mandasse “inspecionar a todas as praças das companhias de inválidos, a fim de se lhe dar destino”.¹⁰⁰⁵

¹⁰⁰² EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d'. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.55.

¹⁰⁰³ SILVA, Correspondência do tenente coronel José da Silva. 1864. *Autoridades Militares*, maço 183.

¹⁰⁰⁴ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Tenente general Manuel Marques de Souza. Vol.2.Ob.cit.

¹⁰⁰⁵ GUERRA, Avisos expedidos pelo Ministro da. Em: *Documentos Relativos à Invasão*[...]Ob.cit.p..6.

Foi de certa forma comum durante aquele conflito, que oficiais mais graduados recebessem licença para voltar às suas casas. Isso ocorria, em boa medida, quando possuíam relações de amizade ou compadrio com os chefes superiores. Em 1866, Carlos Von Koseritz, registrou com indignação, em seu já citado jornal, a volta de oficiais do campo de batalha, dizia: “[...] os oficiais superiores do (12º) Corpo, que levavam essas boas praças para o campo de batalha, voltam um atrás do outro para casa, para aí repousar sem perigo, mas condecorações recebem!”¹⁰⁰⁶

Após a capitulação paraguaia em Uruguaiana, verificou-se, além do grande número de deserções, uma quantidade não menor de pedidos de licenças concedidos pelo comandante Manuel Marques de Sousa. Com justificativas variadas, os peticionantes reclamavam o benefício da desobrigação do serviço militar. Contingente composto basicamente de guardas nacionais, usavam-se as isenções, cada vez mais abrangentes, que a lei garantia a alguns setores produtivos, para justificar os pedidos de dispensa.¹⁰⁰⁷ É evidente, de qualquer forma, que muitas praças chamadas à guerra não deveriam estar ali por diversos motivos.

Entre 8 de outubro de 1865, recém capitulado o Exército Paraguaio, em Uruguaiana e, em 22 de setembro de 1866, na grande derrota imperial em Curupaty, publicaram-se, nas ordens do dia daquele exército, um total de 228 concessões de dispensas do serviço pelo comandante. Isso representava mais de 50% de um Batalhão de infantaria ou cavalaria, composto por cerca de 400 homens. Isso, sem contar aqueles transferidos para a Companhia de Inválidos, por, supostamente, incapazes.

Em 12 de março de 1866, iniciou a transposição do exército comandado por Manuel Marques de Sousa – depois 2º Corpo do Exército – para o outro lado da fronteira de São Borja. Esse ponto parece ser também a fronteira que dividiu a concessão de dispensas naquele exército. Enquanto, a maioria dos soldados identificados tiveram dispensas antes de cruzar o rio, com os oficiais, foi o contrário, as dispensas se deram em maior, após a passagem. Em torno de setenta e quatro soldados tiveram dispensa, apenas quatro, em terras estrangeiras. Entre alferes e oficiais, vinte e nove foram dispensados até a passagem da fronteira e cento e vinte e cinco, no decorrer da marcha para o Paraguai.

¹⁰⁰⁶ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes*[...]Ob.cit.p.78.

¹⁰⁰⁷ Ver: ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército.Ob.cit.

Eram isentos

No relativo aos soldados, entre os motivos alegados e aceitos, alguns se destacam por se repetirem algumas vezes ou por seu caráter inusitado. Vários peticionantes alegavam ser isentos daquele serviço por serem “estrangeiros”, por “estarem velhos e doentes”, por já terem cumprido “o prazo que a lei exige”, “por ser filho único”, “por não ter a idade que a lei exige”, “para trabalhar”, “por ser tutor de menores”, “pela contribuição na reunião de voluntários”, ou, ainda, “por pertencer à reserva”, nesse último, é emblemático o caso dos recrutados em Cruz Alta, onde, com a invasão da província, houve recrutamento irrestrito, tanto de soldados da ativa como da reserva.

Tabela 22 - Liberações de praças no 2º Exército

Praças liberados do Exército de Manuel Marques de Sousa		
Motivo	Até 12/3/1866	Após 12/3/1866
	0	0
Estrangeiro	6	
Idade avançada/doença	18	3
Súplica dos pais/trabalho	16	
Filho único de idoso/viúvo/tutor	13	
Não ter idade exigida	9	1
Ser da reserva/ter servido	7	
Contribuído na reunião de voluntários.	1	
Total	70	4

Fonte: ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Tenente general Manuel Marques de Sousa. Vol.1. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves de Sousa, 1877.

As exigências para as dispensas de oficiais eram mais brandas. Boa parte dos oficiais dispensados alegava doença ou era atestado incapaz do serviço, por junta militar. Outros foram liberados apenas mediante solicitação ou, simplesmente, sem justificativa. Em 1º de janeiro de 1866, depois que o 28º Corpo de Voluntários da Pátria foi extinto, sete alferes e sete oficiais foram dispensados.¹⁰⁰⁸ A tropa foi remanejada para os corpos existentes. Em agosto de 1866, após meses de marcha, muitas deserções e, na iminência de transpor a fronteira paraguaia, quarenta e quatro alferes e oficiais, do 2º Exército, foram dispensados, sem qualquer justificativa.¹⁰⁰⁹ Além disso, muitos oficiais constavam apenas nas listas e não na prática.¹⁰¹⁰

¹⁰⁰⁸ ORDENS DO DIA. Exército em Operações na República do Paraguai: Segundo Corpo sob o comando em chefe do Exmo. Sr. tenente general Manuel Marques de Sousa. Ob.cit.p.6.

¹⁰⁰⁹ Id.ib.,p.283.

¹⁰¹⁰ Id.ib.,p.290.

Tabela 23 - Liberações de oficiais no 2º Exército

Oficiais e Alferes Liberados do Exército de Manuel Marques de Sousa		
	Até 12/3/1866	Após 12/3/1866
Motivo	Quantidade	Quantidade
Por extinção do corpo em que serviam	14	
Doença/Incapacidade Física	13	38
Embriaguez e desmoralização		01
Provou ser empregado	01	
Por requisição do juiz de São Borja	01	
Por requer		11
Ordem do governo		2
Sem justificativa		52
Excluídos por não estarem alistados.		21
Total	29	125

Fonte: ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Tenente general Manuel Marques de Sousa. Vol.1. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves de Sousa, 1877.

As diferenças daquela sociedade estavam estampadas até nos mínimos detalhes. Às praças, a concessão de dispensas ocorria mediante irregularidades no recrutamento – não ter a idade adequada ou por ser único arrimo de família – ou em casos explícitos de impedimento por doenças que impossibilitasse sua permanência no exército. Não raros casos, mães ou pais de recrutados irregulares precisavam suplicar ao comandante, apresentando provas do ato indevido para que pudessem ser dispensados. Os oficiais e alferes raramente precisavam se esforçar para obter dispensas.

Com família e tudo

Vimos que enorme parcela dos homens recrutados para os corpos do Exército e da Guarda Nacional era das camadas pobres da população. Não raras vezes, as famílias desses recrutados perdiam o único provedor, a fonte do alimento, passando a viver em estado de miserabilidade. Uns podiam contar com ajuda da família ou de benfeitores e, raramente, com o Estado. Enquanto nas fileiras do exército, aqueles homens amargavam a falta de pagamento do soldo, os maus tratos e as incertezas do conflito. No entanto, recebiam a precária ração que comiam na angustiante dúvida de estarem os seus entes bem alimentados.

O fato de a tropa ter alimento praticamente assegurado, pelo fornecimento feito diariamente, pode ser a base de uma tradição que se consolidou no Exército Imperial, nas lutas que travou no século 19, a presença de grande número de mulheres e crianças

acompanhando as tropas. Poderiam ser esposas e filhas que acompanhavam os parentes, ou mães que com frequência, acompanhavam os filhos.¹⁰¹¹

Joaquim Cavalcanti d'Albuquerque Bello, em seu diário, anotou a existência de mulheres acompanhando o exército e que elas foram igualmente castigadas por doenças. A tropa que o comandante conduzia foi violentamente abatida pela bexiga (varíola) que não poupou, nem mulheres, nem crianças ali infectadas.¹⁰¹²

Em 5 de julho de 1865, o Exército Imperial encontrava-se ainda em território uruguaio e os hospitais cheios de doentes. Joaquim d'Albuquerque Bello teve numerosas baixas em seu efetivo e, posteriormente, o corpo dissolvido em função delas. Nesse dia, o oficial anotou as providências por ele tomadas para remeter “ao Rio de Janeiro, 5 mulheres e 3 crianças das praças do [seu] corpo” que haviam falecido, para que fossem recolhidas ao Pará.¹⁰¹³ Essa situação descortina o estado de pauperização em que viviam aquelas famílias, sem terem condições de voltar aos seus lares. Com sorte, algumas dessas viúvas receberiam do governo imperial indenização pela morte do companheiro.¹⁰¹⁴ Isso, se conseguissem provar o matrimônio com o morto.

O diário de Joaquim Cavalcanti Bello traz diversas referências a respeito dessas mulheres e suas situações. Em mais um evidente flagrante da reprodução das desigualdades de classe da sociedade imperial, nas fileiras do exército, o comandante Bello, na mesma nota em que diz ter ido ao comércio comprar “algumas cousas para [sua] alimentação” revela a doação de esmola “a uma mulher viúva” e filha de um dos seus soldados. Conclui que “até essas infelizes tem sofrido”.¹⁰¹⁵ Ao que parece, muitas dessas mulheres, ao perderem os companheiros, perambulavam pelos acampamentos, mendigando, à espera de socorro, que o governo providenciasse seus retornos às províncias de origem.

Quando de sua passagem por Porto Alegre, o conde d'Eu anotou em seu diário a presença de mulheres, vindas do norte do Império, acompanhando seus maridos, mal instaladas num alojamento provisório para um batalhão paraense. Elas eram mulheres de soldados de outro batalhão, que alugaram um canto daquele alojamento, antes da chegada

¹⁰¹¹ DIÁRIO DO TENENTE-CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor [...]Ob.cit.p.66.

¹⁰¹² Id.ib.,p.62.

¹⁰¹³ Id.ib.,p.64.

¹⁰¹⁴ ANRJ – IG 1 350. Ministério da Guerra. Correspondência do Ministro do Império ao Ministro da Guerra. 1863-1865.

¹⁰¹⁵ DIÁRIO DO TENENTE-CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor [...]Ob.cit.p.72.

dos paraenses. Eram “quatro mulheres miseravelmente vestidas”. O genro do imperador teria estranhado aquela prática de mulheres acompanharem as tropas. Consentida pelo governo. Segundo o conde d’Eu, “os comandantes dos batalhões, longe de se queixarem desta concessão, asseguram que estas mulheres prestam muitos serviços, que andam muito bem a pé, com filhos às costas [eram de origem indígena], e que, sobretudo, quando os maridos estão no hospital, só elas sabem desempenhar com dedicação o serviço de enfermeiro.”¹⁰¹⁶

Em 11 de agosto, em Cachoeira, o conde d’Eu registrou novamente a presença de mulher que acompanhava o marido na guerra. Ela estava na enfermaria militar zelando pelo companheiro, soldado do 19º Batalhão de Voluntários da Pátria do Rio de Janeiro, formado por contingentes de Sergipe e do Piauí. Na ocasião, a mulher que perdera um filho, quando da passagem por Santa Catarina e estava grávida, suplicava ao membro da família imperial, que concedesse licença ao marido, no que não foi atendida. Em estágio avançado de gravidez, ela não acompanharia o marido na marcha, após sua recuperação. O príncipe teria acertado com o médico da enfermaria que “quando o marido voltasse ao batalhão, ele faria embarcar a mulher para Porto Alegre” e dali, o presidente da província a mandaria para Sergipe.¹⁰¹⁷ Ao que parece, por relato da própria mulher, ela daria à luz ao filho ali mesmo em Cachoeira e quando estivesse restabelecida partiriam em busca do marido, no Exército Imperial.¹⁰¹⁸

Em setembro de 1865, no Rio Grande do Sul, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, determinou que Manuel Marques de Sousa coibisse “do modo mais terminante o abuso de grande número de mulheres acompanhar as forças; facultando unicamente V. Ex^a. que cada corpo tenha duas vivandeiras por companhia;” e que se as mulheres existentes no exército de Manuel Luís Osório, em marcha ao Paraguai, fossem transferidas para Uruguaiana, que a cada uma fosse “fornecida uma etapa, e para que se as coloquem no lugar mais conveniente.”¹⁰¹⁹

6.5 Formação do 2º e 3º Corpos do Exército

Em 20 de julho de 1865, Manuel Marques de Sousa foi nomeado, por decreto imperial, comandante da fronteira de Missões – São Borja, Uruguaiana, Quaraí e Santana

¹⁰¹⁶ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d’. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.32.

¹⁰¹⁷ Id.ib.,p.41.

¹⁰¹⁸ Id.ib.,p.44.

¹⁰¹⁹ FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. Instruções à Manuel Marques de Sousa, 30 de setembro de 1865. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

do Livramento – e comandante em chefe das forças ali em operação contra os paraguaios. Essas forças passariam a denominar-se “Corpo de Exércitos em operações na fronteira de Missões.”¹⁰²⁰

Aquele exército deveria combater os paraguaios e “livrar” a província “das consequências fatais de uma invasão”, para isso, deveria trabalhar em conjunto com Manuel Luís Osório, com quem deveria estar “na mais completa harmonia”.¹⁰²¹ Naquele momento, Osório, no Uruguai, comandava grande contingente do Exército Imperial. Quando requisitados, todos os demais efetivos militares imperiais, inclusive o exército do general Porto Alegre, deveriam lhes prestar auxílio e reforços, se necessário.¹⁰²²

Em agosto, Manuel Marques de Sousa estava no cerco a Uruguaiana, onde os paraguaios continuavam encerrados. O efetivo que comandava era, inicialmente, de uns 7.000 homens, basicamente as forças antes pertencentes a Antônio Fernandes Lima, David Canabarro e Francisco Pedro de Abreu.¹⁰²³ Os dois primeiros seriam afastados para responder a Conselhos de Guerra, como visto. Em Uruguaiana, Manuel Marques de Sousa travou queda de braços com os generais Venancio Flores e Bartolomé Mitre, pela rendição das forças paraguaias sitiadas. Em 18 de setembro, finalmente, o comandante paraguaio, Antonio Estigarribia, rendeu-se. Desocupada a vila, o barão de Porto Alegre e suas forças permaneceram na vila.

Em 30 de setembro de 1865, o Ministro da Guerra encaminhou a Manuel Marques longa correspondência com instruções para o Exército. O barão de Porto Alegre deveria enviar 2.500 homens de cavalaria, outros de infantaria e corpos expedicionários, para as forças de Manuel Luís Osório, que ia em direção ao Paraguai. Para o exército de Manuel Luís Osório foram três batalhões de linha, números 2, 10 e 22 e sete batalhões de Voluntários da Pátria: 1, 4, 19, 23, 25, 31 e 33. Esse último, organizado em Porto Alegre.¹⁰²⁴ Com a transferência de parte do seu efetivo para o exército de Manuel Luís Osório, as forças de Porto Alegre compunham-se de uns quatro mil homens.¹⁰²⁵

O exército em operações no Rio Grande do Sul deveria se deslocar para São Borja; o documento deixou claro a sua finalidade nos planos imperiais: “1º cobrir nossa fronteira de qualquer invasão do ‘inimigo’ pelo lado de Corrientes, ou por Itapua; 2º prestar socorro

¹⁰²⁰ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 3.Ob.cit.

¹⁰²¹ Id.ib.

¹⁰²² Id.ib.

¹⁰²³ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Ob.cit.p.293.

¹⁰²⁴ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Vol.2.Ob.cit.p.337.

¹⁰²⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa.1866.Ob.cit.p.32.

às forças aliadas em operações contra o Exército do Paraguai; 3º atrair a atenção das forças paraguaias pelo lado de Itapua, inquietá-las, e invadir seu território.”¹⁰²⁶

Proteger as fronteiras

Cabia aquele comandante manter guarnições e proteger lugares por onde os paraguaios poderiam novamente invadir a província do Rio Grande do Sul. As fronteiras da província foram reforçadas, com duas brigadas e corpos destacados em Bagé, Quaraí, Uruguaiana, Itaquí e São Borja, num total de 8.500 homens.¹⁰²⁷ Na correspondência, o Ministro da Guerra advertiu que para operar em combinação com os demais chefes imperiais e aliados era necessário manter “com eles as melhores relações”.¹⁰²⁸ Com frequência, as disputas políticas atrapalhavam operações militares, foi assim na invasão ao Rio Grande do Sul.

Ângelo Muniz da Silva Ferraz jogou a responsabilidade das ações sobre Manuel Marques. Disse: “Então apreciará V. Ex^a. se a sua presença é ou não conveniente do outro lado do Uruguai devendo, se passar, regressar ao ponto de onde tiver partido logo que cessar o motivo que o aconselhou a deixar o território do Império.”¹⁰²⁹ Essa medida teria duas finalidades: impedir maior acirramento das rivalidades entre os chefes políticos imperiais e garantir a proteção da fronteira sulina. O documento é dúbio, como de costume, e finaliza garantindo que Manuel Marques de Sousa, atendendo tais instruções, era livre para organizar aquele exército sem sujeitar-se a qualquer autoridade, nem mesmo a do presidente da província.

Em 8 de novembro de 1865, Manuel Marques de Sousa comunicou ao general Bartolomé Mitre que seguiria para São Borja, com seu exército, o que fez no dia seguinte. Em 20 de dezembro, o general argentino, comandante dos exércitos aliados, respondeu ao barão de Porto Alegre. Informava sobre a total retirada dos paraguaios do território correntino e que as operações sobre o Paraguai se dariam em Humaitá. Bartolomé Mitre ordenou a imediata organização do exército a mando de Marques de Sousa, a fim de invadir o Paraguai através de Missões. Dizia:

La misión de V. Ex^a. que en otras circunstancias era enteramente pasiva y de observación, tornase por lo tanto en activa y de mucha importancia, correspondiéndole tomar una parte en las operaciones de la guerra contra el

¹⁰²⁶ FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. Instruções à Manuel Marques de Sousa, 30 de setembro de 1865. Ob.cit.

¹⁰²⁷ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa. 1866. Ob.cit.p.35.

¹⁰²⁸ FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. Instruções à Manuel Marques de Sousa, 30 de setembro de 1865. Ob.cit.

¹⁰²⁹ Id.ib.,

enemigo, amargando su flanco, desde las Misiones, y penetrando desde allí en su territorio siguiendo el itinerario que convenga, y avanzando hasta el punto que se acordará.¹⁰³⁰

Em 1º de janeiro de 1866, em São Borja, esse exército teve nova organização. Passou a ter quatro divisões: a 1ª comandada pelo brigadeiro honorário José Gomes Portinho, a 2ª por José Gonçalves Fontes, a 3ª pelo coronel José Ignácio da Silva Ourives e a 4ª divisão ligeira, comandada pelo brigadeiro honorário Francisco Pedro de Abreu.¹⁰³¹ Ao todo, eram 13.000 homens, a maioria rio-grandenses, dos quais quatro mil infantes, mil artilheiros e corpos especiais e oito mil cavalarianos.¹⁰³²

Em face daquela reorganização, Manuel Marques de Sousa determinou, na Ordem do Dia 50, de 1º de janeiro de 1866, a dispensa de “todos os srs. oficiais superiores dos corpos, quer de infantaria, como de cavalaria, não classificados nesta ordem [...]”¹⁰³³ Determinação, sem qualquer explicação, foi realizada no momento em que o Exército Imperial se preparava para invadir o território paraguaio. Dispensas foram muito comuns no exército de Manuel Marques de Sousa, algumas concedidas em detrimento do serviço militar, como vimos.

Licença para tratar da saúde

Em 4 de janeiro, com as forças recém reorganizadas, Pedro de Abreu, partidário conservador, adversário político do comandante Manuel Marques de Sousa, líder do partido Liberal-Progressista e membro da Câmara dos Deputados, deixou interinamente o comando da sua divisão para tratar da saúde, em Porto Alegre. Ele partiu acompanhado do Ajudante de Campo e do Ajudante de Ordens.¹⁰³⁴ Em seu lugar assumiu o coronel José Ignácio da Silva. Em posição desfavorável naquele exército, sobretudo em relação ao que representava até então, Pedro de Abreu recebeu, em março de 1866, do governo imperial, licença de três meses para tratar da saúde.¹⁰³⁵ A inspeção de saúde de Pedro de Abreu o teria julgado incapaz do serviço ativo por sofrer de “hepatite crônica” e, por isso, “precisar

¹⁰³⁰ MITRE, Bartolomé. Correspondência a Manuel Marques de Sousa, 20 de dezembro de 1865. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹⁰³¹ JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai*[...]Ob.cit.p.140.

¹⁰³² SOUSA, Manuel Marques de. Correspondência a Bartolomé Mitre, 3 de janeiro de 1865. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

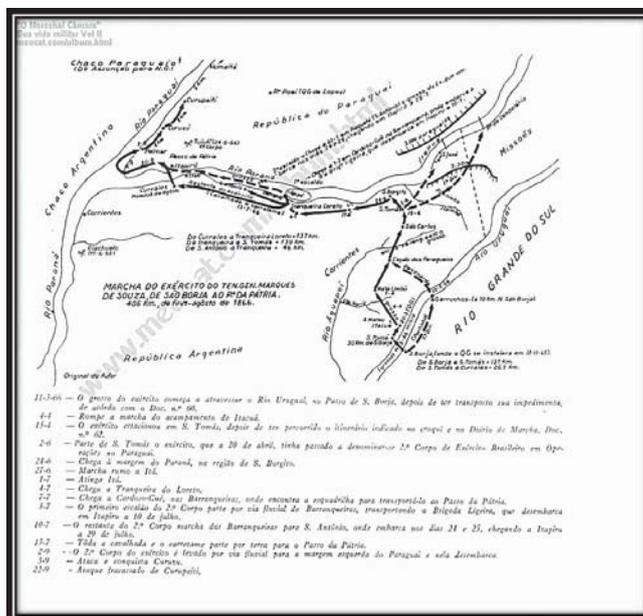
¹⁰³³ Id.ib.,p.8.

¹⁰³⁴ ORDENS DO DIA. Exército em Operações na República do Paraguai: Segundo Corpo sob o comando em chefe do Exmo. Sr. tenente general Manuel Marques de Sousa.Ob.cit.p.12.

¹⁰³⁵ Id.ib.p.182.

de três meses para se tratar”.¹⁰³⁶ Ao que parece, encerrava-se ali a participação daquele militar no conflito.

Imagem 30 - Marcha do 2º Exército



Fonte: <http://www.meucat.com/detalhe.php?ID=9893&LOJA=album>

Em São Borja, as tropas acamparam em uma chácara, na margem esquerda do rio Uruguai, de propriedade do cônego João Pedro Gay, que a ofereceu. A gentileza, nada despreziosa, do padre, rendera-lhe reconhecimentos públicos.¹⁰³⁷

Em princípios de fevereiro iniciou-se a travessia do exército do barão de Porto Alegre para o território argentino, contanto com o aumento do nível do rio, pelas chuvas. A essa altura, o exército estava com soldo atrasado e esperava a chegada de 50.000 libras esterlinas sacadas na caixa filial do Banco Mauá, em Montevideu e de outras 24.000.¹⁰³⁸ No alto Paraná, as operações estavam atrasadas pela demora na chegada do Almirante Tamandaré, comandante da Esquadra, ao Passo da Pátria. Em fins de fevereiro, recém partira a ordem para Manuel Marques de Sousa marchar para a fronteira do Paraguai. Apenas em 20 de março, completou-se a travessia das tropas de São Borja para a margem direita do rio Uruguai, seis meses após os desfechos em Uruguaiana. Manuel Marques de Souza, em sua primeira proclamação àquela força, em terras argentinas, dizia:

¹⁰³⁶ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹⁰³⁷ Id.ib.p.147.

¹⁰³⁸ SOUSA, Manuel Marques de. Correspondência a Ângelo Muniz da Silva, 8 de fevereiro de 1866. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

CAMARADAS! O general comandante em chefe, ao deixardes o solo sagrado da Pátria, para encetardes no território de uma nação amiga, as operações que estão destinadas a este Exército, felicita-se por achar-se à vossa frente, e vos saúda pela cruzada santa que vamos empreender. O Brasil, assim como a Confederação Argentina e o Estado Oriental, vítimas de pérfidas invasões, e atozes agressões de um ‘inimigo’ inculto, unidos por uma aliança tão sincera quanto são iguais as afrontas que temos de vingar, fazem a par de nós marchar seus valentes soldados. Congracemo-nos, pois, e sejamos êmulos somente nos sacrifícios e nos combates. O respeito aos direitos individuais, e aos de propriedade, é um culto para o soldado civilizado do mesmo modo que a violência a aqueles é o rastro que após si deixam as legiões não civilizadas. Hoje, mais do que nunca, deveis colocar-vos na altura das esperanças do governo de S.M. o Imperador, dos votos do país que ansioso espera a notícia de vossos brilhantes feitos, e do mundo que, inteiro, vos contempla. O general, reconhecendo em quase todos vós os companheiros da gloriosa jornada da Uruguaiana, confia que, na hora solene em que o clarim da Guerra assinalar o momento do combate, graduareis o vosso valor na peleja pela compaixão que estais acostumados a dispensar à desgraça do ‘inimigo’ vencido. Viva S.M. o Imperador; Viva a Nação Brasileira; Viva os Exércitos Aliados. Barão de Porto Alegre.¹⁰³⁹

Em 21 de março de 1866, Bartolomé Mitre, em resposta à correspondência de Marques de Sousa, o instruía sobre o melhor lugar para o seu exército invadir o Paraguai. Segundo o general argentino, a esquadra, sob o comando de Tamandaré, auxiliaria aquele exército na transposição do rio Paraná, somente no caso de ele cruzar aquém da ilha de Apipé e não antes, como o barão de Porto Alegre planejava. Para Mitre a função do exército de Marques de Sousa era “de observación” e de “apoyar el flanco derecho del Ejército Aliado de operaciones, asegurando indirectamente sus comunicaciones”.¹⁰⁴⁰

Em abril de 1866, decisão imperial determinava que os dois exércitos operando fora do Império, se denominassem 1º Corpo de Exército, sob comando de Manuel Luís Osório e 2º Corpo de Exército, sob comando de Manuel Marques de Sousa. A marcha do 2º corpo ao Passo da Pátria foi demorada. Em meados de maio, o 2º Exército era composto de mais de dez mil homens.¹⁰⁴¹

Nova organização

Após meses praticamente imóveis em território rio-grandense e correntino, sofrendo constantes deserções, que reduziam os batalhões, aquele exército conheceu nova organização. Em 1º de maio de 1866, na Ordem do Dia nº 78, Manuel Marques de Sousa, promoveu mudanças no exército, sob a justificativa de que os corpos recém-

¹⁰³⁹ Id.ib.,p.180.

¹⁰⁴⁰ MITRE Bartolomé. Correspondência de Bartolomé Mitre a Manuel Marques de Sousa, 21 de março de 1866. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 8. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹⁰⁴¹ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 8. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

chegados estavam “reduzidos em sua força” e, para “melhor regularidade do serviço como por economia dos cofres públicos”.¹⁰⁴²

A força compunha-se de três divisões, o Corpo Provisório de Artilharia a Cavalos, o Batalhão de Artilharia a Pé, o Corpo de Pontoneiros e da Brigada Ligeira, no lugar da então Divisão Ligeira, comandada por Pedro de Abreu, dissolvida, possivelmente em função das deserções. Nessa remodelagem dos corpos, o coronel Manoel Lucas de Oliveira, que, em 1865, recebeu permissão do governo imperial para organizar corpos de Voluntários da Pátria, aparecia como comandante de uma Brigada, depois transformada em dois corpos.¹⁰⁴³ Possivelmente eram as forças que, com dificuldade, organizara no Rio Grande do Sul. Em função das mudanças, não pequeno número de Oficiais Superiores foram dispensados do serviço, por não terem empregos específicos.¹⁰⁴⁴

Em função da demora, esse exército não participou da batalha do Forte de Itapiru, em 10 de abril de 1866. Naquele momento, forças imperiais ocupavam a ilha em frente ao forte e foram atacadas pelos paraguaios. O confronto durou até o dia 18, tendo os defensores abandonado a posição, que ficou em ruínas.¹⁰⁴⁵

Em 25 de junho, uma Junta de Guerra com os generais aliancistas e com o visconde de Tamandaré, decidiu que o 2º Corpo do Exército deveria incorporar-se aos demais. Aquela força deixava de ser apenas de observação em território de Missões para entrar em operação de guerra.¹⁰⁴⁶ Manuel Marques de Sousa deixou, em território correntino, a Divisão do brigadeiro José Gomes Portinho, com dois mil homens de cavalaria, protegendo a fronteira. O governo provincial do Rio Grande do Sul nomeou o coronel João Manoel Menna Barreto para comandar a fronteira, entre Missões e Santana do Livramento. O 2º Exército iniciou marcha em direção ao Passo do Cardoso, no rio Paraná. Naquele lugar, estaria uma Flotilha comandada pelo capitão de mar e guerra Alvin, que faria o transporte.¹⁰⁴⁷

Apenas em 29 de julho chegara ao território paraguaio, junto ao Forte de Itapiru.¹⁰⁴⁸ O trajeto de 400 quilômetros foi percorrido em quase cinco meses, ou seja, menos de 100 quilômetros por mês. Entre os principais motivos da demora estiveram a espera por cavalaria, deserções e doenças e a espera pelas embarcações enviadas pelo

¹⁰⁴² Id.ib.,p.207.

¹⁰⁴³ Id.ib.,p.208.

¹⁰⁴⁴ Id.ib.,p.211.

¹⁰⁴⁵ Id.ib.,p.203.

¹⁰⁴⁶ Id.ib.,

¹⁰⁴⁷ Id.ib.,

¹⁰⁴⁸ COSTA, Francisco Pereira da. *História da Guerra do Brasil*[...]Ob.cit.p.134.

visconde de Tamandaré, para auxiliar na transposição do rio. Em território correntino, parte da cavallhada desse corpo ficou internada nos campos do capitão reformado do exército e fiscal do 5º Corpo Provisório de Cavalaria José de Mello Pacheco de Rezende, que ofereceu gratuitamente para o serviço. Teve agradecimentos publicados, por parte do Imperador, na ordem do dia daquele corpo.¹⁰⁴⁹

Imagem 31 - Teatro da Guerra no primeiro ano da ofensiva aliancista



Fonte: BNRJ. Cartografia - ARC.003,05,005. Título: **Theatro da guerra**. Imprensa: Paraguay: s.n., 1866. Descrição física: 1 mapa: litografado; 26 x 41cm.

De Itapiru, o 2º Exército deveria operar, em combinação com o 1º Corpo do Exército, contra a posição paraguaia de Curuzú, para onde fora transposta em barcos da Esquadra Imperial. Em 3 de setembro, teve lugar a batalha de Curuzú, vencida, basicamente, pelo exército de Porto Alegre, em combinação com a Esquadra. Como resultado, teve a ocupação das posições paraguaias.¹⁰⁵⁰ A essa altura, reforçado, o 2º Exército tinha uns 8.300 homens das três armas, dos quais cerca de 780, morreram. A 3ª Divisão era comandada por Manoel Lucas de Lima. Na batalha, os clavineiros e lanceiros dessa divisão combateram a pé por falta de cavalos. Passar por Curuzú não foi difícil, o problema viria logo em seguida.

A grande derrota

Eram 8:30 da manhã de 22 de setembro de 1866, quando iniciava a tentativa frustrada de uma combinação de parte do Exército Argentino e do imperial de tomar a

¹⁰⁴⁹ ORDENS DO DIA. Exército em Operações na República do Paraguai.vol.2.Ob.cit.p.536.

¹⁰⁵⁰ ALVES, J.V. Portella Ferreira. *Mallet: o patrono da artilharia*. Rio de Janeiro: biblioteca do exército, 1979.p.149.

posição fortificada de Curupayty, onde estava uma fração do Exército Paraguaio. Quatro horas depois, os aliancistas contavam seus mortos e atendiam os feridos. Um “grande insucesso para a Aliança”.¹⁰⁵¹ O saldo da batalha teria chegado a cerca de 4.100 perdas para os aliancistas e não mais de 250, para os paraguaios. O impacto sobre as forças de Manuel Marques de Sousa, composta com grande efetivo do Rio Grande do Sul foi grande, com cerca de 2000 homens entre mortos e feridos.¹⁰⁵²

Somente em 10 de outubro de 1866, quase vinte dias após a terrível derrota, o comando do 2º Corpo do Exército publicaria a Ordem do Dia, número 88. Nela, Manuel Marques de Sousa pretendeu algo impossível naquele momento – melhorar o ânimo da tropa destroçada. Ao supervalorizar a qualidade da defesa, que contaria com treze mil homens e 55 bocas de fogo, além de “insuperáveis fossos”, desejava maximizar a coragem de seus comandados e saudar os sacrifícios por eles desempenhados. Dizia: “A vosso lado pelejavam os valentes argentinos: eles e vós cumpriram com admirável intrepidez o sacrifício que a Pátria exige, que a honra ordena e a liberdade espera”. Continuou: “Muitos dos nossos conterrâneos encontraram morte gloriosa sobre as últimas baterias inimigas! Honra a esses bravos, cuja memória jamais perecerá”.¹⁰⁵³

A mortandade nas tropas aliancistas e, em especial no 2º Corpo do Exército, foi de tal monta que era impossível minimizar ou relativizar, sobretudo, por que do outro lado as baixas foram ínfimas, que registrou-se: “O vácuo de nossas fileiras atesta com eloquência irresponsável quão mortífera foi a peleja”.¹⁰⁵⁴ Nas ordens do dia do referido exército, constam páginas e páginas repletas de nomes dos mortos e feridos. Evidência irretocável do que a historiografia nacional patriótica tenta negar: Curupayty foi a grande derrota que quase impediu a conclusão do projeto imperialista de submeter o Paraguai.

Grande desânimo se abateu sobre os corpos de exército, após a batalha de Curupayty. Certamente, em função do caos que vivenciavam. Milhares de mortos insepultos deixavam o ambiente ainda mais mórbido. Não bastasse a guerra, milhares de combatentes perderam a batalha para doenças. A mais terrível e mortal que acompanhou os exércitos beligerantes em praticamente toda a campanha foi o Cólera. Os hospitais, de

¹⁰⁵¹ OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d'outrora*: Ob.cit.p.281.

¹⁰⁵² DUARTE, general Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*.Vol.1.T.1. Ob.cit.p.139.

¹⁰⁵³ ORDENS DO DIA. Exército em Operações na República do Paraguai: Segundo Corpo sob o comando em chefe do Exmo. Sr. tenente general Manuel Marques de Sousa.Ob.cit.p.396.

¹⁰⁵⁴ Id.ib.,p.396.

sangue abarrotados, centenas de feridos e doentes agonizavam. Ninguém, nem mesmo os mais pessimistas, poderiam imaginar aquela situação.

Tão logo chegou ao Brasil a notícia da derrota, o governo imperial promoveu grandes mudanças na condução do Exército: nomeação de Caxias e a formação do 3º Exército, no Rio Grande do Sul, sob comando de Luís Osório. Manuel Marques de Sousa era adversário político de Luís Osório, bastante prestigiado pelo governo imperial. Em 27 de novembro, publicado na Ordem do Dia nº 93, Manuel Marques de Sousa obteve licença “por tempo indeterminado”, para tratar a saúde no Rio Grande do Sul. Naquele mesmo dia, assumiu, interinamente, o comando do 2º Exército, o marechal de campo Alexandre Gomes d’Argolo Ferrão.¹⁰⁵⁵ Três meses depois, em 1º de março de 1867, Manuel Marques de Sousa reassumira o cargo, em Curuzú, território paraguaio. Naquela época, parte das tropas que formavam o 3º Exército já marchava para fronteira, como veremos.

6.5.1 Formação e marcha do 3º Corpo do Exército

Logo a notícia da derrota aliancista em Curupayty chegaria ao Rio Grande do Sul, assim como os rumores da formação de exército exclusivamente naquela província. Não sem razão, foi o mais difícil de constituir, em boa medida pela enorme resistência. Tal derrota traria profundas consequências ao andamento da guerra. Após ela, em 10 de outubro, o governo imperial nomeou o então marquês de Caxias, para comandante em chefe de todas as forças imperiais contra o Paraguai, inclusive a esquadra, já duramente criticada, que passou a ser comandada pelo vice-almirante Joaquim José Inácio.¹⁰⁵⁶ Ao assumir o cargo, Luiz Alves de Lima e Silva, escreveu a Manuel Luís Osório, em licença de saúde, no Rio Grande do Sul, informando que o nomearia para comandar a organização de uma força no Rio Grande do Sul. O objetivo era formar um exército de cerca de 6 mil homens que seriam denominados “caçadores a cavalo”.¹⁰⁵⁷

¹⁰⁵⁵ ORDENS DO DIA. Exército em Operações na República do Paraguai: Segundo Corpo sob o comando em chefe do Exmo. Sr. tenente general Manuel Marques de Sousa. Ob.cit.p.589.

¹⁰⁵⁶ OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d’outrora*: Ob.cit.p.286.

¹⁰⁵⁷ MAGALHÃES, J.B. *Osório*: Síntese de seu perfil histórico: Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.p.168.

Imagem 32 - Luiz Alves de Lima e Silva – marquês de Caxias



Fonte: LIMA E SILVA, Luiz Alves de. Fotogravura, Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Luís_Alves_de_Lima_e_Silva#/media/File:Lu%C3%ADs_Alves_de_Lima_e_Silva.jpg

Em 18 de outubro de 1866, Manuel Luís Osório foi nomeado comandante interino das armas do Rio Grande do Sul; em 20, comandante do 3º Corpo de Exército a se formar. Sua nomeação tinha como objetivo facilitar a organização do corpo do Exército, numa província com grandes rivalidades políticas e com grande repulsa pela continuação daquele conflito. Nas palavras do Ministro da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá, quando da comunicação a Luís Osório sobre sua nomeação: “O Imperador Teve em vista com esta nomeação dar a V. Ex. [Osório] autoridade e força para mais facilmente reunir Voluntários e Guardas Nacionais que n’essa Província [Rio Grande do Sul] formem um Exército destinado a operar contra o Governo do Paraguai [...]”.¹⁰⁵⁸

O governo imperial precisava de uma rápida resposta pelas armas. O Rio Grande do Sul foi novamente celeiro do Exército do Império. Em 20 de outubro de 1866, o imperador Pedro 2º outorgou a Manuel Luís Osório o título de barão do Herval, para o comando em chefe do 3º Corpo do Exército, que deveria marchar para o Paraguai, tão logo fosse formado.

O contexto da organização do 3º Exército não era favorável, por isso, o governo imperial, promoveu mudanças políticas, possivelmente exigidas por Caxias, a fim de

¹⁰⁵⁸ PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha. Correspondência ao general Osório. Rio de Janeiro. 18 de outubro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.286.

diminuir as dificuldades. O Ministério da Guerra, antes governado por Ângelo Muniz da Sila Ferraz – barão de Uruguaiana, passou ao comando de João Lustosa Paranaguá, marquês de Paranaguá. A mudança no Ministério e em outros cargos políticos e militares visava facilitar o trabalho de Manuel Osório e do marquês de Caxias. Para assumir o comando de todas as forças imperiais no Paraguai, Caxias teria exigido “plenos poderes”. Poderes esses que não se restringiam às questões militares. Em 20 de outubro, em correspondência à Osório, o general Caxias confessou que faria grandes mudanças e tinha influência inclusive na nomeação do novo presidente da província do Rio Grande do Sul.¹⁰⁵⁹ Luís Osório recebeu “carta branca” do general em chefe dos exércitos, mas isso só, não era suficiente!

Dificultando o trabalho

Entre 16 de abril de 1866 e 21 de janeiro de 1867, o conservador Antônio Augusto Pereira da Cunha, então vice-presidente da província, presidiu o Rio Grande do Sul. Ele era um dos grandes empecilhos para a organização daquele corpo militar. Pereira da Cunha era opositor de Luís Osório e de sua missão. Entre outras coisas, o governante fora acusado de mandar dissolver um corpo, organizado em Taquari. Antônio Manoel de Azambuja, coronel responsável por aquela reunião de homens o acusava de atrapalhar seu serviço.

Um grande número de Guardas são, solteiros, sem isenção legal foram por ele [Antônio Augusto Pereira da Cunha] dispensados sem que uma só informação me pedisse a respeito desses Guardas. Mandei prender a José Teixeira Santiago, desertor da 1ª e 2ª deserção e o remeti preso para a Cidade; o Sr. Vice Presidente o mandou soltar. Um outro desertor apresentou-me portaria do mesmo Sr. dispensando-o do serviço de campanha.¹⁰⁶⁰

Ainda em 20 de outubro, Luiz Alves garantiu a Luís Osório que em breve iria para o Rio Grande do Sul um presidente com quem ele melhor se entendesse e que o que já estava nomeado iria “ter outro destino”.¹⁰⁶¹ O comandante superior da Guarda Nacional, em Porto Alegre - Luís Manuel de Lima e Silva, tio do general Caxias, foi outro problema. Ele se opôs a organização do 3º Exército no Rio Grande do Sul; reclamara de ser preterido nas questões da guerra. Fora forçado a reformar-se.

¹⁰⁵⁹ CAXIAS. Correspondência do General Caxias ao general Osório. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.288.

¹⁰⁶⁰ AZAMBUJA, Antônio Manoel. Correspondência ao general Manuel Luís Osório, janeiro de 1867. BNRJ, Coleção Mário Barreto.

¹⁰⁶¹ CAXIAS. Correspondência do General Caxias ao general Osório. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.288.

Havia suspeitas também de que a Junta de Saúde da capital, sob coordenação militar, estivesse emitindo pareceres falsos, livrando assim militares de serem recrutados. A repulsa em organizar-se outro exército no Rio Grande do Sul era também de comandantes da Guarda Nacional. Muitos deles fizeram verdadeira oposição a novo recrutamento.¹⁰⁶² O estímulo e o encobrimento das deserções foram recorrentes. Muitos haviam se escondidos nos matos pela província ou se entranhado pela República do Uruguai. Mais tarde, Luís Osório teria recorrido ao general Venancio Flores para capturarem, naquele país, os muitos foragidos. Luís Osório se lançou intempestivamente sobre os fugitivos no Uruguai, autorizando homens capturarem-nos sem a permissão oficial de Flores.¹⁰⁶³

As deserções eram inúmeras, o que muito contrariava o resultado das reuniões. Era tão crescido o número de desertores que para proceder-se a reunião da G. N. para o Exército, pareceu a Osório conveniente ordenar que os desertores que se apresentassem ficassem isentos de castigos. No Estado Oriental existiam foragidos de 3 a 4 mil desertores nossos e na província havia precisamente esse número.¹⁰⁶⁴

Outra medida político-administrativa, de 16 de outubro de 1866, autorizada por aviso do governo imperial, foi a de abolir os Conselhos de Guerra, a que deveriam responder os oficiais rio-grandenses.¹⁰⁶⁵ Essa teria sido outra medida exigida por Caxias, ao assumir o comando das forças imperiais. Em 20 de outubro, em correspondência a Manuel Luís Osório, ele afirmou: “Minha primeira medida foi acabar com os intermináveis conselhos de guerra que o [Ângelo Muniz da Silva] Ferraz inventou, para arredar seus inimigos das posições em que se achavam.”¹⁰⁶⁶

Entre os beneficiados pelo fim dos conselhos de guerra estavam David Canabarro e Antônio Fernandes Lima, acusados pelo desastre na invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul e Bento Martins de Meneses, por facilitar a deserção do corpo que comandava. Com a abolição dos conselhos, o governo imperial pretendia retomar, ajudado pelo perdão àqueles oficiais da Guarda Nacional, o consenso para como a guerra há muito perdido. Aquela medida pretendia também aliviar a tensão dos investigados, liberando-os para

¹⁰⁶² OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.293.

¹⁰⁶³ OSÓRIO, Manuel Luís. Correspondência ao Ministro da Guerra, João Lustosa Paranaçuá.s/d. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.295.

¹⁰⁶⁴ OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.293.

¹⁰⁶⁵ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa. 1867.p.24; IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miquéias H. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos políticos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2016.p.9. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472016v36n73-010> .

¹⁰⁶⁶ CAXIAS. Correspondência do General Caxias ao general Osório. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.287.

contribuir na formação do exército. David Canabarro e Antônio Fernandes Lima contribuíram na formação do 3º Corpo do Exército.¹⁰⁶⁷ Ainda em 1866, David Canabarro assumiu o comando superior da fronteira e da Guarda Nacional de Alegrete e de Santana do Livramento; Antônio Fernandes Lima, assumiu o comando da fronteira de Missões.¹⁰⁶⁸

Reconduzido ao posto

Em novembro de 1866, David Canabarro, reconduzido ao comando da Guarda Nacional, escrevera de sua estância São Gregório, em Santana do Livramento, para João Francisco Villanova, solicitando contribuição para a formação do exército de Manuel Osório. Esperava “mediante sua influência e convites obter a reunião de todos os brasileiros, tanto aqui como residentes no Estado Oriental a fim de fazerem parte do exército que vem criar o bravo general Osório, hoje barão do Herval e assim concorrerem a sustentar a honra nacional comprometida.”¹⁰⁶⁹

Ao mesmo tempo em que abolia os conselhos de guerra, o Ministro da Guerra mandou fazer minuciosa inspeção nas licenças concedidas aos oficiais, suspendendo-as, inclusive as por motivo de saúde. As determinações do governo imperial eram para que fossem “dispensados do serviço do Exército os oficiais de Comissão ou da Guarda Nacional”, que estavam no Rio Grande do Sul, com licenças findas e, que, “sob qualquer pretexto” deixavam “de seguir para a campanha.”¹⁰⁷⁰

Segundo a avaliação do Ministro, o governo economizaria com os militares que, “sob o pretexto de moléstia, quase sempre fictícia, embora atestada pela junta médica, conseguiam demorar-se indefinidamente nesta Capital, alimentados pelo Estado, e recusando-se sempre ao serviço.”¹⁰⁷¹ Por fim, o marquês de Caxias determinou que, oficiais que recusassem marchar para o teatro de operações, justificando moléstias, fossem submetidos à inspeção de saúde e as atas enviadas para sua apreciação. Em 12 de dezembro de 1866, o imperador indultou militares desertores rio-grandenses, nesse momento, já bastante grande.

¹⁰⁶⁷ ANRJ - Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice 547, Volume 11. Correspondência Guerra do Paraguai. 1867.

¹⁰⁶⁸ JORNAL DO COMÉRCIO. Notícias de Montevidéu e do Rio Grande. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1866.p.1.Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=9314&Pesq=Comiss%c3%a3o%20patri%c3%b3tica. Acesso em 15 Out. 2019.

¹⁰⁶⁹ AHRs. CANABARRO, Correspondência de.1866. Autoridades Militares, maço 191.

¹⁰⁷⁰ ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

¹⁰⁷¹ Id.ib.

Mesmo com todas as mudanças militares e administrativas, as dificuldades para a formação do 3º Exército foram enormes. A imprensa política, ligada ao Partido *Liberal* fazia dura oposição.

Os jornais da província escreviam largamente contra a organização do 3º Corpo; a linguagem era toda do mesmo teor, contendo declarações vagas contra o Governo, dizendo-se que a província estava exausta de forças, que se queria fazer a guerra só com gente do Rio Grande; e repetiam que o intuito era abater a província afastando os seus filhos mais ilustres, como Osório, Tamandaré, Porto Alegre, etc.

Sobre a oposição da imprensa liberal à formação do Terceiro Exército, o historiador Mário Maestri, em *Guerra sin fin: la Triple Alianza contra el Paraguay la campaña defensiva - 1866-1870*, propôs:

No fue fácil la formación del 3er. Cuerpo de Ejército, en una provincia ya disgustada con la guerra contra Paraguay. Fue grande la oposición de gran parte de la clase política local, distinguiéndose en la denuncia del uso de los recursos humanos riograndenses el prestigioso Diario do Río Grande, de la ciudad-puerto de Río Grande, bajo la dirección de Enrique Bernardino Marques Camarim.¹⁰⁷²

Henrique Marques Camarim era rio-grandense formado, em 1850, pela Faculdade de Direito de Recife.¹⁰⁷³ Ao voltar ao Rio Grande do Sul, teria se envolvido em atividade relacionada ao comércio de charque. Sua ferrenha crítica a formação do 3º Exército estava, provavelmente, inserida no descontentamento geral de setores proprietários da província e do norte uruguaio com o seguimento da guerra. O periódico *Diário do Rio Grande*, do qual era responsável, fazia diuturna campanha contra o governo e contra a guerra. Com a chegada de Francisco Marcondes Homem de Melo, para presidir a província e seu contra-ataque contra os opositores do governo, Henrique Camarim seria silenciado à força, como veremos.

Apertando o cerco

Já em início de novembro de 1866, Manuel Luís Osório expediu ordens os comandantes da Guarda Nacional de Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Piratini, Bagé, Quaraí, São Borja e São Gabriel, para que formassem corpos a fim de incorporar àquele

¹⁰⁷² MAESTRI, Mário. *Guerra sin fin: la Triple Alianza contra el Paraguay la campaña defensiva - 1866-1870*. Ensayo de interpretación del Conflicto Sudamericano de 1864-70. Asunción: Intercontinental, 2018.p.202-203.

¹⁰⁷³ LISTA GERAL dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828 até o ano de 1931, pelo bacharel Henrique Martins. Recife: Tipgrafia Diário da Manhã, 1931.p.82.

exército. Novamente, o comando do Exército apostou na mobilização das classes proprietárias do sul da província. Para organizar a força, o comandante recorreu a antigos companheiros de armas e aliados liberais. Luís Osório estabeleceu-se no sul da província, pois tinha propriedades em Pelotas. Dali, deu ordens e fez contatos políticos, para organizarem-se corpos.

Em 20 de novembro de 1866, Osório chegara a Pelotas, vindo da capital da província. No dia seguinte, teria organizado uma reunião com proprietários da região sul em busca de apoio e doações para organizar o 3º Exército. A reunião fora chamada para a casa de residência de Luís Osório, na praça Pedro 2º, naquela cidade, em função de ele estar em recuperação de moléstias. A circular fora enviada a pessoas “de prestígio”, amigos e desafetos, que pudessem “mais auxílio prestar ao país”.¹⁰⁷⁴

O general barão do Herval, comandante das armas [do Rio Grande do Sul], convocara, no dia 21 uma reunião das pessoas de prestígio e influência, a fim de pedir-lhes coadjuvação na organização do 3º corpo de exército. Alguns capitalistas e comerciantes compareceram e subscreveram uns com um e outros com dois voluntários.¹⁰⁷⁵

Ao que parece, o convite para a reunião de Luís Osório não empolgou muito a classe proprietária sulina. Segundo a notícia publicada no Jornal do Comércio, apenas “alguns capitalistas e comerciantes” teriam comparecido e contribuído na formação daquele exército. Na publicação, não há referências aos fazendeiros e charqueadores sulinos. O próprio general Osório confirmou que sua investida sobre os *notáveis* do sul da província não foi proveitosa. Em correspondência ao Ministro da Guerra, Paranaguá, dizia ter se dirigido “às pessoas importantes sem distinção de partido” e que não fora “bem correspondido nestes sentimentos e uma oposição sistemática, bem que disfarçada” neutralizava seus esforços.¹⁰⁷⁶

Em 22 de novembro de 1866, começou o recrutamento para o 3º Exército. A Guarda Nacional rio-grandense seria novamente reunida e organizada para ir à guerra. Em 30 de novembro, o Batalhão da Guarda Nacional de Rio Grande fora aquartelada.

¹⁰⁷⁴ CIRCULAR enviada por Manuel Luís Osório a pessoas que pudessem contribuir na organização do 3º Exército. Pelotas, novembro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.292.

¹⁰⁷⁵ JORNAL DO COMÉRCIO. Notícias de Montevideú e do Rio Grande. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1866.p.1.Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=9314&Pesq=Comiss%c3%a3o%20patri%c3%b3tica. Acesso em 15 de Out. 2019.

¹⁰⁷⁶ OSÓRIO, Manuel Luís. Correspondência a João Lustosa Paranaguá. Pelotas, 5 de dezembro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.293-294.

Daquele batalhão foram tirados soldados para compor o 3º Exército.¹⁰⁷⁷ A formação daquela força não seria fácil. Na província, havia pouca disposição para a guerra, tanto dos setores proprietários quanto prioritariamente das camadas empobrecidas. A província estava saturada daquele conflito, apesar da proposta de Caxias de que ela “não deu, pelas intrigas aí urdidas, a gente que pode e deve dar.”¹⁰⁷⁸ Manuel Luís Osório reclamava de que comandantes das fronteiras pretextavam a necessidade de se manter a defesa nas linhas divisórias com os países vizinhos para prejudicarem a organização do seu Exército. Na capital, “o pretexto” era a “revolta de escravos”.¹⁰⁷⁹ A realidade é que, em toda a província, apenas poucos comandantes auxiliaram na formação do 3º Exército. Segundo o general Osório:

Conto com todo o empenho para a reunião de forças com o Barão de Serro Alegre em Bagé, Canabarro em Alegrete, e os Ribeiro, Coronel Fernandes Lima em S. Borja, Coronel Mello Albuquerque na Cruz Alta, Tenente-Coronel Feliciano Dias em S. Martinho, Tenente-Coronel Sezefredo, em S. Gabriel, Dr. Balthazar do Bem em Caçapava, Coronel Mario Fortes na Cachoeira, Coronel Antônio Mello de Azambuja em Santo Amaro e Taquari Coronel J. Ourives e Tenente-Coronel Netto em Santo Antônio da Patrulha e Conceição, Tenente-Coronel Pereira na Encruzilhada, Tenente-Coronel Mauricio no Rio Pardo, com o Coronel Maximiano em Jaguarão [...].¹⁰⁸⁰

Luiz Alves de Lima e Silva fora presidente da província do Rio Grande do Sul, entre 1842 e 1846 e depois, em 1851. Ele sabia os métodos utilizados na província para o recrutamento do Exército e, sobretudo para reuniões da Guarda Nacional. Em correspondência a Osório, Caxias propôs sem meias palavras: “Fale a esses guascas [gaúchos] aquela linguagem que nós sabemos e verá como eles correm todos para o campo do combate.”¹⁰⁸¹ A que se referia Caxias? Ele estaria se referindo a formas de violências praticadas nas reuniões de gente? Ou a formas de compensações financeiras pelo engajamento? Essa questão era tão importante para o general Caxias que fora repetida a Manuel Luís Osório, como forma de reafirmar a sua necessidade.

Se eu não receasse que a minha demora pudesse ser muito prejudicial ao Exército, iria em pessoa a essa Província e assumiria ainda que fosse por um mês a Presidência da Província para falar aos nossos guascas a linguagem que

¹⁰⁷⁷ JORNAL DO COMÉRCIO. Notícias de Montevidéu e do Rio Grande.ob.cit.p1.

¹⁰⁷⁸ CAXIAS. Correspondência do General Caxias ao general Osório. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.288.

¹⁰⁷⁹ OSÓRIO, Manuel Luís. Correspondência a Antônio Augusto Pereira da Cunha, vice-presidente da província, 19 de dezembro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*.297.

¹⁰⁸⁰ OSÓRIO, Manuel Luís. Correspondência ao Ministro da Guerra, João Lustosa Paranaçuá.s/d. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.296.

¹⁰⁸¹ CAXIAS. Correspondência do General Caxias ao general Osório. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.288.

eles entendem; porém a estada de V. Ex. aí me pode poupar esse trabalho, e por isso vou tranquilo para o Exército [...]”¹⁰⁸²

Era de conhecimento geral na província e no governo imperial as dificuldades com que teriam que enfrentar para tirar mais homens do Rio Grande do Sul. Luís Osório era um militar de prestígio e de grande influência. A escolha dele para a formação daquele corpo não era em vão.¹⁰⁸³ Mesmo com prestígio, sua missão ia de mal a pior. A formação do 3º Exército não ficou restrita ao campo militar. Ela reacendeu velhas disputas políticas e evidenciou as rivalidades. As trocas político-militares promovidas não solucionaram os problemas que eram crônicos e estruturais. Manuel Marques de Sousa, líder da Liga Liberal-Progressista e Manuel Luís Osório, Liberal Histórico, eram adversários políticos. Manuel Marques de Sousa também não mantinha boas relações com Caxias, partidário conservador, por isso pediu licença para tratar a saúde. Luís Osório precisou manter relações de amizade, mesmo que efêmeras, com os chefes militares e políticos da província, para organizar o seu exército.

Negou a oferta

Em 6 de dezembro, o Ministro da Guerra João Lustosa Paranaguá escreveu a Luís Osório propondo chamar Manuel Marques de Sousa para auxiliar na organização do 3º Exército, pois tinha influência, amigos e muitos recursos. Osório não se negou àquela proposta, mas avaliou que Manuel Marques de Sousa pouco poderia contribuir, mesmo com tantos recursos, pois ele dispunha “tão pouco tempo para tratar de seus negócios particulares”.¹⁰⁸⁴ Osório queixava-se de que “[...] esta província está há muito montada, oficialmente, no sentido de dar àquele General [Porto Alegre] todo o poder, e os meus amigos têm sido para isso apeados das posições oficiais e, muitos deles, perseguidos pelo governo, inclusive eu mesmo”.¹⁰⁸⁵ Ele expunha as entranhas da política local. Não fora fácil, seja por tais oposições políticas, seja pelo refluxo social à guerra, organizar tal exército. Segundo Manuel Osório, ele “infelizmente” não havia “encontrado nos que ocupam posições oficiais, principalmente na Guarda Nacional, o apoio e a coadjuvação”, que as circunstâncias exigiam “de todos os brasileiros [sic]”.¹⁰⁸⁶

¹⁰⁸² Loc.cit.

¹⁰⁸³ PARANAGUÁ, João Lustosa da Cunha. Correspondência ao general Osório. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1866. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.291.

¹⁰⁸⁴ OSÓRIO, Manuel Luís. Correspondência ao Ministro da Guerra, João Lustosa Paranaguá.s/d. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.295.

¹⁰⁸⁵ MAGALHÃES, J.B. *Osório*.Ob.cit.p.171.

¹⁰⁸⁶ Id.ib.,p.170.

Manuel Luís Osório atribuiu a morosidade da formação do seu exército ao inúmeros fatores: oposição política dos comandantes da Guarda Nacional, erros do governo ao colocar na reserva oficiais que estavam contribuindo na organização do Exército, o pavor gerado na província pelas péssimas notícias vindas do teatro de operações, que levava centenas de homens a desertarem ou fugirem para os matos ou para o Uruguai. O general acrescentou como responsável, a demora do governo provincial em publicar o decreto que adia as eleições no Rio Grande do Sul. Aquele decreto foi publicado em 19 de dezembro e foi alvo de muitas críticas dos setores políticos da província. De acordo com Manuel Luís Osório, que já havia sido informado com antecedência por Caxias, talvez o inspirador da protelação das eleições, “alguns fanáticos [sic] políticos não acreditavam, procurando por isso embaraçar as reuniões, visando somente conveniências eleitorais”.¹⁰⁸⁷~

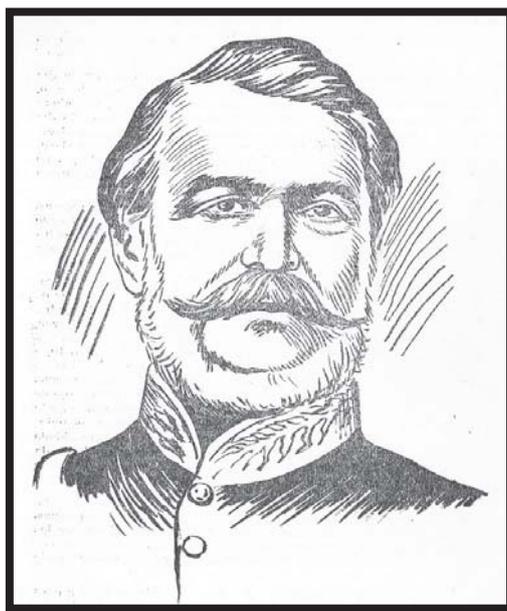
Meses depois, com seu exército em Tuyuty, Caxias praticamente confessou a Luís Osório, ser o idealizador da suspensão das eleições no Rio Grande do Sul, provavelmente por conhecer a intensidade com que se davam os pleitos naquela província.

Antes de partir da Corte, tratei com o Ministro que se expediria logo as ordens a essa província, não só para se suspenderem as eleições, como para que nenhum impedimento tivesse V. Ex. em reunir gente; mas apenas voltei as costas, dormiram todos, e só foi a ordem para a suspensão das malditas eleições, depois dos trabalhos eleitorais e intrigas, a eles anexas, terem produzido o seu efeito; deixando na presidência da Província essa nulidade administrativa, que a estava regendo, a reboque dos cabalistas, como vice-presidente.¹⁰⁸⁸

¹⁰⁸⁷ OSÓRIO, Manuel Luís. Correspondência a Luiz Alves de Lima e Silva, marquês de Caxias, Jaguarão, 6 de janeiro de 1867. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.302.

¹⁰⁸⁸ CAXIAS. Correspondência a Manuel Luís Osório. Tuyuty, 17 de fevereiro, de 1867. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.322.

Imagem 33 - Manuel Luís Osório



Fonte: THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.p.143.

Em 22 de dezembro ao partir de Pelotas, em direção à fronteira do rio Uruguai, o exército de Osório compunha-se quatrocentos homens; em 20 de janeiro, ainda em Orqueta, nas proximidades de Pelotas, tinha 460. No caminho para fronteira incorporou 600 em Bagé, três corpos. Na fronteira de Quaraí, havia 700, em São Borja, 300 o Esquadrão do major Adeodato teria uns 50. Assim que ao chegar em Alegrete, ponto de concentração das demais tropas, teria em torno de 2.100 soldados. De Alegrete, aquele exército deveria marchar, segundo informações do marquês de Caxias, para São Borja; cruzar o rio Uruguai e seguir, inicialmente, para Itapúa. Em 25 de março de 1867, cruzou o passo de Itaqui e seguiu pela margem direita em direção a São Tomé-Ar, cidade lindeira a São Borja.

Tabela 24 - Praças reunidas por Comandantes Superiores, para o 3º Corpo

Comando	Nome	Nº de praças
Cruz Alta	Antônio de Mello e Albuquerque	-
Caçapava	Tnte cel. Baltasar Francisco de Bem	143
São Gabriel	Tnte cel. Francisco Pereira de Macedo Castro	-
Jaguarão	Cel. Marcimiano Soares Lima	-
Rio Pardo	Tnte Cel. Francisco Antônio de Borba	-
São Jerônimo	Cel. Manoel dos Santos Cardoso de Menezes	-
Bagé	Cel. Barão do Serro Alegre	97
Total		240

Fonte: SECRETARIA DO GOVERNO da província do Rio Grande do Sul. Lista de indivíduos que prestaram serviços na organização do 3º Corpo do Exército. Porto Alegre, 1867. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 205.

Troca na presidência

Em 27 de dezembro de 1866, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo [1837-1918], do Partido *Liberal*, foi nomeado, por carta imperial, para a presidência do Rio Grande do Sul. Fora escolhido e nomeado sob ordens diretas do presidente do Conselho de Ministros Zacarias de Góes e Vasconcelos. Teria partido para o Rio Grande do Sul de posse de toda a correspondência do general Osório com o Ministro da Guerra. Assim, conhecia a situação onde deveria operar. Naquele período, na capital da província do Rio Grande do Sul, ocorreu mudança no comando superior da Guarda Nacional, reformando-se o marechal Lima e Silva.¹⁰⁸⁹ Aquelas mudanças eram providenciais para o governo salvar a guerra. Até 1864, Francisco Homem de Melo fora professor de História Universal do Colégio Pedro 2º, no Rio de Janeiro, quando assumiu o governo da província de São Paulo. O governo do Rio Grande do Sul foi sua segunda experiência como governante provincial, depois, governou também a província do Ceará.

Em 8 de janeiro de 1867, Homem de Melo partiu em direção ao Rio Grande do Sul, a bordo do vapor nacional *Santa Cruz*. Chegara, a 16, em Rio Grande. No mesmo dia enviou correspondência ao general Osório, que se encontrava na localidade de Orqueta, nas proximidades de Pelotas. O presidente da província tinha “urgência em conferenciar” com Osório.¹⁰⁹⁰ Talvez exporia pessoalmente os planos do governo imperial para o destravamento da organização do 3º Exército. O encontro se deu no dia seguinte, em Pelotas e durou desde as 11 da manhã até quase às 21 horas.

Em 21 de janeiro Homem de Melo chegou à Porto Alegre e, a 22, prestou juramento e tomou posse. Em fala à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Francisco Homem de Melo declarou, em tom de revanche contra o Paraguai, que em 1865, “o Rio Grande invadido submete à rendição em seu solo o ‘inimigo’ que o manchara, e dois anos depois lança contra o país invasor um novo exército.” Segundo ele, o ano de “1867 responde a 1865.”¹⁰⁹¹

Homem de Melo tinha como *missão* viabilizar as condições para a formação do exército de Manuel Osório. Em 15 de março de 1867, em correspondência ao Ministro da Guerra, ele deixou claro sua função.

¹⁰⁸⁹ MAGALHÃES, J.B. *Osório*: Síntese de seu perfil histórico. Ob.cit.p.176.

¹⁰⁹⁰ HOMEM DE MELO, Francisco Ignácio Marcondes. Correspondência a Manuel Luís Osório. Rio Grande, 16 de janeiro de 1867. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.308.

¹⁰⁹¹ Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo. Ob.cit.

Logo que tomei conta da administração desta Província um de meus primeiros cuidados foi dar providências para que o 3º Corpo de Exército não encontrasse o mínimo tropeço ou retardamento em passar o Rio Uruguai, apenas chegado à margem esquerda daquele rio, dirigindo-me para isso ao Comandante da Divisão do Uruguai; e apresentando a V. Ex.^a. a inclusa cópia do ofício que acabo de receber do Capitão de Mar e Guerra Comandante da 4ª Divisão da Esquadra no Uruguai, tenho a significar a V. Ex.^a. que quando o referido 3º Corpo de Exército chegar ao Uruguai encontrará prontos os meios de transpor aquele rio.¹⁰⁹²

Em outubro de 1867, o jornal liberal *A Sentinella*, que publicava breves biografias de figuras destacadas daquele partido, sobretudo dos deputados eleitos para a Assembleia Legislativa provincial, elogiou o novo presidente do Rio Grande do Sul. De acordo com o periódico: “Há anos o Rio Grande” não era “governado com tanta proficiência, inteligente trabalho, nobre desprendimento de considerações de partido e enérgica resolução em crise melindrosa.”¹⁰⁹³

Imagem 34 - Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo



Fonte: BARÃO HOMEM DE MELO. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Ign%C3%A1cio_Marcondes_Homem_de_Melo

¹⁰⁹² MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. Correspondência ao Ministro da Guerra, João Lustosa Paranaguá, 15 de março de 1867. ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

¹⁰⁹³ A SENTINELA DO SUL: Jornal ilustrado, crítico e joco-sério. Porto Alegre, outubro de 1867, nº16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=758167&pasta=ano%20186&pesq=profici%C3%Aancia> Acesso em jan.2019.

Barrar as críticas no jornal

Um dos seus primeiros atos como presidente foi escrever ao bacharel Henrique Bernardino Marques Camarim, do *Diário do Rio Grande*, que estava em viva campanha contra a formação, na província, do 3º Exército. Na correspondência, Homem de Melo teria tentado convencer Henrique Camarim a desistir da ofensiva contra a missão de Luís Osório; caso não funcionasse no diálogo, o presidente da província teria cogitado utilizar a Lei 602 de 19 de Setembro de 1850, *Lei Corta Cabeça*, que entre outras coisas, autorizava o governo a suspender a imprensa.¹⁰⁹⁴ Ao que parece, depois disso o periódico riograndino deixou de publicar artigos contra o 3º Exército!

Atendendo as instruções de Luís Osório sobre por que vias deveriam ser remetidos os corpos para o Exército, Homem de Melo confirmava que “a força que se reunir do [rio] Taquari e [lago] Guaíba para dentro, deve transitar por mar até Pelotas” e, dali para o barão do Serro Alegre, em Bagé; as “forças que se reunirem nos comandos superiores do Rio Grande, Pelotas, Jaguarão e Piratini”, deveriam ser remetidas pelo comandante superior do Rio Grande, Thomaz José de Campos. As praças reunidas nos comandos superiores de Rio Pardo, Santa Maria, Cruz Alta, Passo Fundo, São Gabriel e Caçapava, deveriam ser remetidas ao comandante superior de Alegrete.¹⁰⁹⁵ Com isso, centralizava-se em poucos comandos superiores, em especial, os de maior confiança, para evitar-se as deserções e facilitações de fuga. Os desertores, eram remetidos, por via de Montevidéu, ao 1º Corpo do Exército. Nota-se que os desertores ao serem capturados não ficavam presos na província, esperando conselhos, mas eram forçados a ir à guerra. Isso pode ter intensificado as fugas para lugares distantes e de difícil captura.

Homem de Melo demonstrou ser a escolha certa para as pretensões imperiais. Aos poucos removeu todos os obstáculos que existiam para a formação do 3º Exército no Rio Grande do Sul. Pressionou os comandos superiores que pouco ou nada tinham contribuído para aquele exército: Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Piratini. Ele suspendeu as isenções, respeitando apenas as legais e suspendeu ordens de seu antecessor que contrariavam seus interesses. Um dos momentos de maior tensão no Rio Grande do Sul foi a criação, em fevereiro de 1867, de partidas volantes, em cada um dos comandos superiores, para percorrer “constantemente os distritos” apreendendo desertores, “que vagavam por toda a parte”.¹⁰⁹⁶

¹⁰⁹⁴ OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.311.

¹⁰⁹⁵ Id.ib.,p.313.

¹⁰⁹⁶ Id.ib.,p.314.

Em 18 de fevereiro, Homem de Melo emitiu circular aos comandantes superiores da província. Nela, ele intimada os comandantes com a “revolução argentina” e com a agitação do Partido *Blanco*, no Uruguai. Homem de Melo apelou ao *patriotismo* daqueles comandantes e cobrou que a “organização do 3º Corpo do Exército” lutava “com muitos embaraços”. Dizia ainda que aquele “estado de coisas” não podia continuar, em função do aspecto que assumia os novos acontecimentos. E, por isso, determinava que cada comandante fizesse “seguir incontinentemente com destino ao 3º Corpo do Exército o maior número de praças” que pudesse reunir. Aquela circular ameaçava de prisão os oficiais que “faltarem ao seu dever”. Ela também estimulava a que homens de posse, que não quisessem ir à guerra, apresentassem “substituto idôneo”, com obrigação de servir por um ano.¹⁰⁹⁷ Naqueles dias, Homem de Melo foi pessoalmente à Santo Antônio da Patrulha estimular as reuniões e agir politicamente para diminuir a oposição à elas.

Boa parte do 3º Exército fora reunido no Uruguai, não raro à força. Como no caso das forças reunidas pelo tenente coronel F. de Matos, em Serro Largo, Durazno e Jagary; das do tenente coronel João Ferreira da Silva em Taquarembó, das do major Dornelas, em Paysandú e os trezentos homens trazidos, de Salto, por Bento Martins de Meneses, fazendeiro de Uruguaiana, a quem Osório classificou de “muito esforçado soldado”.¹⁰⁹⁸ Na República do Uruguai não seria menor a resistência dos setores proprietários sulistas, lá residentes, à formação do 3º Exército.¹⁰⁹⁹ Nessa época, Luís Osório era informado, por Caxias, que a 4ª Divisão do 2º Corpo, comandada por José Gomes Portinho, ficaria à sua disposição.¹¹⁰⁰ Ao cruzar a fronteira da província, o comando interino das armas, então com Luís Osório, ficaria para o brigadeiro Francisco de Paula Rangel. Em 31 de março de 1867, Luís Osório teria sugerido ao governo imperial a nomeação de João Francisco Menna Barreto, para o Comando Superior da Guarda Nacional de Quaraí e Missões. Ele pretendia, com isso, facilitar ou, pelo menos, evitar empecilhos na reunião e remessas de gente para o exército.

¹⁰⁹⁷ Id.ib.,p.315.

¹⁰⁹⁸ AHRs. OSÓRIO, Correspondência de Manuel Luís. 1867. Autoridades militares, maço 201.

¹⁰⁹⁹ OSÓRIO, Manuel Luís. Correspondência ao presidente da província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo. Don Pedrito, 5 d fevereiro de 1867. Em: OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.319.

¹¹⁰⁰ Id.ib.,p.175.

Sem experiência

O recrutamento recaiu significativamente sob gente não afeita ao serviço militar. A necessidade da guerra fez o recrutamento se intensificar. Em 1867, em correspondência anexa ao relatório do presidente da província, Manuel Luís Osório informava que a tropa, por ele comandada, não tinha instrução, pois era “povo reunido”, mas entendia que, durante a marcha, poderia aplicar-lhes “instrução e disciplina que for possível.”¹¹⁰¹ As determinações baixadas por Francisco Ignácio Homem de Melo, presidente da província, determinavam que praticamente todos os homens em idade de servir deveriam ser designados. As isenções foram praticamente suspensas. As designações seguiam a seguinte ordem: “1º Os solteiros; 2º viúvos sem filhos; 3º casados sem filhos; 4º os casados com filhos; 5º os viúvos com filhos.” Nenhum deles, no entanto, estavam isentos.¹¹⁰² O pavor foi grande! As deserções no Exército de Osório, ainda no Rio Grande do Sul, não seriam poucas.

Em maio de 1867, o presidente da província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, em correspondência ao Ministro da Justiça, Martim Francisco Ribeiro de Andrade, apresentava números da organização do 3º Corpo do Exército na província. Segundo ele, em Bagé, que contava, no município, com 13 mil e, na cidade, com quatro mil habitantes, haviam sido recrutados 491 praças;¹¹⁰³ em Cruz Alta, cujo o município tinha cerca de 29 mil habitantes, recrutou-se 310; em Caçapava, cujo o município contava com uns 10.500 habitantes e a cidade uns três mil, recrutou-se 257; Em São Gabriel, do qual o município tinha cerca de 8.400 habitantes e a cidade, uns dois mil, foram recrutados 197, em Rio Pardo, cujo o município era composto de uns dez mil habitantes e a cidade, uns 900, foram recrutados 130; em Jaguarão, tendo o município uns 13.600 habitantes e a cidade, uns quatro mil, recrutou-se 129 e, em São Jerônimo, recrutou-se 192 praças.¹¹⁰⁴ Na mesma correspondência, o presidente da província informava:

Nos Comandos Superiores da Capital, Rio Grande, Pelotas, Pirai, Santo Antônio da Patrulha e Passo Fundo pouco resultado se obteve: e mesmo como em Santo Antônio e Rio Grande, por dificuldades e embaraços que apareceram

¹¹⁰¹ OSÓRIO, Carta de Manuel Luís. Em: FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo[...] Ob.cit.p.89.

¹¹⁰² OSÓRIO, Joaquim Luís; OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. Ob.cit.p.315.

¹¹⁰³ ARAÚJO E SILVA, Domingos de. *Dicionário Histórico e Geográfico da província de S. Pedro ou Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemert, 1865.pp.208.

¹¹⁰⁴ ANRJ – IJ 1 589. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1867 (janeiro-dezembro)

apesar das diligências empregadas; como outras, por inércia e desleixo dos respectivos Comandantes Superiores.¹¹⁰⁵

Na correspondência ao Ministro da Justiça, Francisco Ignácio Homem de Melo, listou os comandantes superiores da Guarda Nacional que haviam se destacado, por “seu zelo e patriotismo”, na organização do 3º Exército. Foram listados, de Bagé, o coronel Barão do Serro Alegre; da Cruz Alta, o coronel Antônio de Mello e Albuquerque; de Caçapava, o tenente coronel Baltazar Francisco de Brum; de São Gabriel e Lavras, o tenente coronel Francisco Pereira de Macedo Couto; de Jaguarão, o coronel Maximiano Soares Lima; do Rio Pardo, o tenente coronel Francisco Antônio de Borba e de São Joaquim, o coronel Manoel dos Santos Cardoso de Menezes.

Em 14 de maio, em nova correspondência ao Ministro da Justiça, Homem de Melo informava que o coronel reformado Hilário Pereira Fortes reuniu, em Cachoeira, 155 praças para o 3º Exército e, o tenente coronel Sezefredo Alves de Mesquita, em São Gabriel, reunira 131 praças, para o mesmo corpo.¹¹⁰⁶ O governo imperial costumava conceder títulos honoríficos para militares que prestassem serviços *relevantes* na mobilização .

Em agosto de 1867, o presidente da província do Rio Grande do Sul, em resposta a um ofício do Ministro da Guerra, João Lustosa da Cunha Paranaguá, de julho do mesmo ano, referia-se à contribuição para a guerra do comandante superior da Guarda Nacional de Pelotas, Joaquim de Sá Araújo, e dos tenentes coronéis Domingos Soares de Paiva e José de Castro Antiquera, também de Pelotas. Segundo ele:

[...] o Comando Superior de Pelotas foi dos que menos resultado apresentou com relação à organização do 3º Corpo de Exército; e quando a 18 de Janeiro do corrente ano estive naquela cidade em conferência com o General Barão do Herval, apresentou-me este o nenhum resultado que apesar de todos os seus esforços ali se dava com relação a 3º Corpo.¹¹⁰⁷

Para Homem de Melo, “onde não apareceu resultado, não há título para remuneração, senão em caso de serviços especiais e notórios”.¹¹⁰⁸ Centenas de pessoas, por diferentes motivos e interesses, contribuíram na formação daquele exército. Súditos imperiais e estrangeiros, comerciantes e proprietários, civis e guardas nacionais, cada qual com seus interesses ajudaram a enviar milhares de rio-grandenses para o campo de

¹¹⁰⁵ Id.ib.,

¹¹⁰⁶ Id.ib.,

¹¹⁰⁷ ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

¹¹⁰⁸ Id.ib.,

batalha. Havia quem, por motivações econômicas ou mesmo aproximação política, contribuísse com o governo esperando lucrar. É o caso, por exemplo, de José Luiz Cardoso de Sales, fornecedor do exército que contribuiu com dois cativos libertos.¹¹⁰⁹

Tabela 25 - Praças reunidas por oficiais da Guarda Nacional, para o 3º Corpo

Graduação	Nome	Nº de Praças
Coronel	Antônio Manoel de Azambuja	40
Coronel	Antônio Fernandes Lima	100
Coronel	Antônio José de Melo Brabo	108
Coronel	Inocencio Veloso Pederneiras (engenheiro)	-
Coronel	Hilário Pereira Fortes	150
Tnte Cel.	João Batista Vidal de Almeida Pilar	253
Tnte Cel.	Sezefredo Alves Coelho de Mesquita	150
Tnte Cel.	Antônio Pereira de Oliveira	60
Tnte Cel.	Maurício Rodrigues Gomes de Carvalho	55
Tnte Cel.	João Francisco Ilha	44
Tnte Cel.	Manoel Vicente Ilha	123
Tnte Cel.	Bento Martins de Meneses	-
Tnte Cel.	Zozimo de Oliveira Bueno	35
Tnte Cel.	Antônio Candido de Mello	208
Tnte Cel.	Isaias Antônio Alves	180
Tnte Cel.	Domingos Francisco dos Anjos	100
Tnte Cel.	Feliciano Jacinto Dias	-
Tnte Cel.	Camilo de Oliveira Mello	300
Tnte Cel.	Francisco de Lima	54
Total		1960

Fonte: ANRJ – IJ 1 589. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1867 (janeiro-dezembro)

Duas divisões

Em 15 de abril, acampado em Itacuí, na província de Corrientes-Ar, o 3º Corpo do Exército era composto de 4.338 homens. Força que estava organizada em duas divisões. A primeira contava com o 16º, o 20º, o 24º, o 27º, o 28º, e o 29º Corpos Provisórios da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul. A segunda divisão era composta do Corpo de Voluntários de Bagé, onde em 1865, havia ingressado o jovem Francisco de Lacerda, mais tarde Chico diabo, responsável pela morte de Solano López, em 1870; do 4º Corpo de Caçadores a Cavalos e do 18º, 19º, 25º e 26º Corpos Provisórios da Guarda Nacional, da província.¹¹¹⁰

Salvo engano, aquelas divisões eram comandadas respectivamente por Vitorino Monteiro e Antônio Fernandes Lima. Posteriormente, novas forças foram aderidas àquele exército. Em 15 de maio de 1867, o 3º Exército era composto de 5.225 homens. Em julho,

¹¹⁰⁹ AHRS. MAPA dos voluntários e engajados para o 3º Exército levantados pela comissão do 2º distrito de Porto Alegre, 1867. Autoridades Militares, maço 201.

¹¹¹⁰ FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo. Ob.cit.p.6.

o então coronel José Antônio Corrêa da Câmara, foi nomeado ajudante e quartel-mestre-general do 3º Exército. Posto em que não durou muito, pois, no início do ano seguinte, passou a comandante da 5ª Divisão de Cavalaria, onde, salvo engano, concluiu a guerra.

Imagem 35 - Joca Tavares e Chico diabo



Coronel Joca Tavares (terceiro sentado, da esquerda para a direita) e seus auxiliares imediatos, incluindo Francisco Lacerda, mais conhecido como "Chico Diabo" (terceiro em pé, da esquerda para a direita).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Joca_Tavares_Chico_Diabo_and_others.jpg

Capítulo 7 – Resistência: deserções nas fileiras imperiais

“Nada mais triste do que a véspera de uma batalha.”
Tenente-coronel Joaquim d’Albuquerque Bello

Em 1º de abril de 1865, os naturalistas estadunidenses Luís e Elizabeth Agassiz viajaram ao império do Brasil para estudar a fauna, sobretudo da Amazônia. A expedição duraria até 1866. Do diário de viagem, anotado por Elizabeth, permite leitura social do Brasil, por eles conhecido. Em 1865, numa das primeiras visitas ao norte do Império, nas proximidades de Manaus, registraram a pouca presença de homens no local. Avaliavam que se devia ao fato de muitos terem sido recrutados “por causa da guerra contra o Paraguai”. Os demais, se escondiam “no mato para evitar o serviço militar”.¹¹¹¹ Realidade comum em boa parte do país.

A violência no recrutamento não passou despercebida aos viajantes. Em 29 de outubro, registraram-se relatos, feitos por índias amazonenses, de crueldades praticadas por agentes do Estado contra os homens da região. Espantada com o que ouvia, registrou que, “se os infelizes resistiam, levavam-nos à força, muitas vezes com algemas e pesados ferros nos pés”. Sabia-se da ilegalidade da situação, mas, como registrou a viajante, naquelas “localidades perdidas nas florestas” os grupos que lá viviam estavam “de tal modo afastadas, que os recrutadores” praticavam “crueldades, sem receio de terem de prestar contas”.¹¹¹² Os agentes de recrutamento, anotam, iam “florestas adentro para agarrarem os índios onde quer que se [encontrassem]”.¹¹¹³

O jornalista e advogado de origem alemã Carlos Von Koseritz criticou a forma de recrutamento militar, na época da guerra contra o Paraguai. Segundo ele repudiava “no Rio Grande do Sul, como em todo o Brasil”, recrutavam-se “presos, que permaneciam nas cadeias até que fossem conduzidos, acorrentados, aos quartéis”.¹¹¹⁴ Koseritz não era contrário ao conflito, apenas aos métodos de enfileiramento. Idealizava um exército profissionalizado ou com homens que servissem à causa imperial.

Koseritz, liberal, mantinha um jornal em Porto Alegre, “Deutsche Zeitung” e, seguidamente, denunciava os desmandos dos comandantes da Guarda Nacional ao descumprirem as ordens e as leis. Segundo ele, as irregularidades no recrutamento eram “algumas das razões para o elevado número de deserções”. Porém, não os únicos.

¹¹¹¹ AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. Tradução e Notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2000.p.251.

¹¹¹² AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. Ob.cit.p.259.

¹¹¹³ Id.ib.,p.280.

¹¹¹⁴ BECKER, Klaus. *Alemães e descendente[...]*Ob.cit.p.45.

Afirmava que “as acomodações nos quartéis eram péssimas, e o armamento, antiquado. Mesmo o fardamento era de má qualidade. Para ele, não havia atrativos para que alguém tivesse gosto de alistar-se ou de prestar o seu serviço com denodo”.¹¹¹⁵

O casal Luís e Elizabeth Agassiz, em viagem pelo norte do Império, no mesmo relato, afirmam que a província do Amazonas merecia uma bela página na história daquela guerra, em função do número de recrutados que ela forneceu. Os viajantes reconhecem, no entanto que, “sendo a maior parte conseguida por meio de coação, pode-se pôr em dúvida que, tal fato seja definitivo, uma grande prova de patriotismo”.¹¹¹⁶

Também no Rio Grande do Sul

É fundamental um olhar mais atento para o Rio Grande do Sul no que diz respeito ao conflito como um todo, e, especificamente, para as formas de resistência ao recrutamento forçado e mesmo ao destacamento como guarda nacional. Blau Nunes, o pitoresco personagem do escritor sul-rio-grandense Simões Lopes Neto, em suas andanças pelos pagos do Rio Grande, registrou de certa forma um pensamento que permeia o imaginário social desses lugares. Para muitos, e parece que para o escritor de Pelotas também, a população inteira do Rio Grande do Sul se levantou em armas por amor à pátria e para acompanhar os ditos heróis nacionais.

No conto “Chasque do Imperador”, Simões Lopes retrata a estada de Pedro 2º no Rio Grande do Sul, por ocasião da invasão paraguaia. Ali, narrado por Blau Nunes, teria se apresentado uma senhora, levando alimento ao monarca; e, para Caxias, deitava gratidão por ter salvado a vida do marido, quando da Guerra dos Farrapos. Ela dizia que, sabendo da presença dele naquela guerra, o filho mais velho “em memória do pai, ajuntou os irmãos e os sobrinhos e uns quantos vizinhos e se tocaram todos, para se apresentarem de voluntários.”¹¹¹⁷ Realidade com certa base real, teria esporadicamente ocorrido, mas não representa a história do engajamento, recrutamento e da resistência imposta àquela guerra.

Em 1865, com os paraguaios já em território rio-grandense, o barão de Jacuí, propôs que o “Rio Grande” se levantaria “como um só homem para vingar a injúria que lhe foi jogada.”¹¹¹⁸ Faltou combinar com os verdadeiros interessados. O penoso conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai demonstrou que, grande parte da população

¹¹¹⁵ Id.ib.,p.46.

¹¹¹⁶ Loc.cit.

¹¹¹⁷ NETO, Simões Lopes. *Contos Gauchescos & Lendas do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 2006.p.70.

¹¹¹⁸ AHRs. ORDEM DO DIA nº 10. Segunda divisão ligeira, 1865. Autoridades Militares, março 187.

imperial recrutada para guerra, a desaprovava. A adesão seria mínima e, em grande parte, do oficialato da Guarda Nacional. A deserção, isso é, a fuga individual ou coletiva, do serviço militar, foi uma das principais formas de resistência das classes oprimidas àquela guerra.

No mesmo ano, 1865, o presidente da província do Rio Grande do Sul estimou que as deserções de Guardas Nacionais destacados no Exército de Linha chegavam a 50% do total, enquanto os que estavam em serviço na província, a taxa era de cerca de 10%.¹¹¹⁹ Essa estimativa, tão díspar, tem lógica. O serviço do exército, como vimos, era cruel e indesejado por grande parte de seu efetivo e, comumente, feito longe da moradia do recrutado. Mesmo pertencendo à Guarda Nacional em serviço no Exército, o soldado estava sob ordem do Ministro da Guerra e não do Ministro da Justiça ou presidente da província.

Estado de caráter pré-nacional, o Império não reunia as mínimas condições materiais para a formação da consciência social de povo. Resistir ao recrutamento e desertar às fileiras do exército, entre outras formas de resistência era, em primeiro lugar, uma maneira de garantir as condições materiais de sua existência e mesmo de preservação da integridade física. Se ao Rio Grande do Sul coube o mais pesado ônus de sustentar com o sangue de sua gente aquele conflito, teve, provavelmente, também o maior índice de fugas.

7.1 Do Uruguai a Uruguaiana

Em 1864, a documentação oficial, produzida por militares em operação no Rio Grande do Sul, indica que, antes mesmo do início oficial do conflito contra o Uruguai, havia deserções. Em 06 de dezembro de 1864, em correspondência ao tenente general João Frederico Caldwell, o marechal de campo José Propício Menna Barreto, comandante do Exército Imperial, em operações no Sul, questionou de que forma deveria classificar os desertores, se como “em tempo de guerra” ou não, visto que aquele exército não estava “em guerra declarada com o Estado Oriental, posto que o Exército do meu Comando tenha a tarefa de bater forças do Governo da mesma República.”¹¹²⁰

¹¹¹⁹ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino[...]Ob.cit.p..5.

¹¹²⁰ CORRESPONDÊNCIA de José Propício Menna Barreto ao tenente general João Frederico Caldwell, Estado Oriental, 6 de dezembro de 1864. ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

Em 31 de janeiro de 1865, o Exército do Sul estava acampado na barra do rio *Santa Lucía*, no departamento de Florida, no Uruguai. Ali, foi publicada a Ordem do Dia nº 19, com instruções sobre as deserções que ocorressem naquele exército.

Sendo o estado atual o de guerra com o governo da República Oriental do Uruguai, d'ora em diante, as ausências das praças serão qualificadas deserções no prazo de 24 horas, de acordo com as leis a respeito; e esta declaração será devidamente publicada e lida aos Corpos por três dias consecutivos, nas ocasiões das revistas.¹¹²¹

Desde o início do conflito, no Uruguai, ficaria evidente que as deserções seriam grandes e, aumentaram à medida que passava o tempo e cresciam a morosidade no andamento da guerra e as privações. Em pouco mais de dois meses, entre 4 de abril e 15 de junho, o Exército Imperial, contou mais de 50 deserções. Em maio de 1865, José Joaquim d'Andrade Neres, comandante da 3ª Divisão daquele exército, denunciou o grande número de desertores.

As deserções ocorreram também nos corpos da Guarda Nacional, em serviço na província. No começo de sua organização, a 2ª Divisão do Exército, comandada por Pedro de Abreu, operando no sul da província, registrou inúmeras deserções. Em um dos casos, desertaram de uma só vez, 10 guardas nacionais, naturais de Lagoa Vermelha, no norte da província.¹¹²²

Os motivos que levavam à deserção são muitos e variados: arbitrariedades e ilegalidades no recrutamento, maus tratos e soldo atrasado. Carlos Schnell, furriel alemão no 12º Batalhão da Guarda Nacional registrou, em cartas, ao longo do penoso trajeto pelo Rio Grande do Sul, constantes deserções, não só de luso-brasileiros, chamados por ele de “azuis”, como de seus camaradas *alemães*. Salvo engano e, por eventual extravio de documentação, até novembro de 1865, o jovem não registrou deserções no corpo ao qual pertencia. Dali em diante, os registros foram frequentes. Em 6 de novembro de 1865, ele registrou que de uma só vez “desertaram 22 homens de ‘nossos’ irmãos alemães”.¹¹²³ Na ocasião, os fugitivos teriam escrito uma carta e deixado na barraca do capitão. O texto, segundo Carlos, dizia: “Prezado capitão não podemos mais empunhar armas sem receber soldo, pois estamos sem dinheiro, e se aqui já não recebemos mais o soldo, a situação ficará [grave]”¹¹²⁴

¹¹²¹ ORDEM DO DIA Nº 19 do Exército do Sul. ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

¹¹²² AHR.S. Correspondência do Barão de Jacuí, 1865. Autoridades Militares, maço 183.

¹¹²³ SANT'ANA, ELMA. Minha amada Maria. Ob.cit.p.151.

¹¹²⁴ Id.ib.,p.151.

Capturados, não castigados

Poucos dias depois, em 18 de novembro, 19 desertores foram capturados. Segundo o Carlos, “não receberam castigos.”¹¹²⁵ O documento não deixa claro se fugiram a cavalo ou não, mas a julgar pela rápida recaptura e ausência de punição é possível que fugissem a pé, e que tivessem se deixado capturar. A fuga em cavalos, era mais difícil de ser alcançada. Na mesma correspondência, o jovem relatava a fuga de “3 azuis” “que não foram mais localizados por que estavam com boas montarias”.¹¹²⁶

Via de regra, os corpos da Guarda Nacional eram compostos de 400 homens. Segundo tabela dos corpos permanentes chamados a destacamento pelo governo da província em 1865, o 12º Corpo figurava com essa formação. Se, ao deixar Porto Alegre, aquele corpo estivesse completo, as liberações e, sobretudo as deserções o diminuiriam muito. Em 26 de janeiro de 1866, de Santa Maria da Boca do Monte, o jovem Carlos Schnell escrevia perplexo que o seu grupamento contava com apenas “278 homens”. E, refletindo sobre as baixas, acreditava chegarem a São Borja “com 100 homens ou menos”.¹¹²⁷

Após a rendição paraguaia em Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865, além das licenças e liberações dos recrutados ilegais, muitas deserções encolheram os corpos, ali estacionados. Joaquim Nabuco, citando correspondência do pai, com Antônio Bonone Martins Vianna, advogado de Rio Grande, propôs que, em novembro de 1865, o exército do general barão de Porto Alegre se desintegrava pelas constantes deserções. Segundo o emissário, as deserções excediam “duas mil praças” e um corpo de “600 homens ficou reduzido a 60”. Em sua análise, aquele exército, em grande maioria pertencentes às forças de David Canabarro, desertava em protesto ao que ocorrera ao antigo comandante.¹¹²⁸

Deserção em massa

Entre 01 e 15 de outubro de 1865, no Exército em Operações no Rio Grande do Sul, ocorreram 484 deserções. No 17º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, de Uruguaiana, comandado pelo tenente coronel Bento Martins de Meneses e pertencente àquele exército, foram 176 deserções. Na época, avaliou-se que o dito oficial fora

¹¹²⁵ Id.ib.,p.154.

¹¹²⁶ Loc.cit.

¹¹²⁷ Id.ib.,p.177.

¹¹²⁸ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império*[...]Ob.cit.p..224.

conivente ou, no mínimo, relapso, pois as deserções ocorriam “em massa, sem encontrarem o menor obstáculo”.¹¹²⁹

Tabela 26 - Deserções no 2º Corpo do Exército

Corpos ou Contingentes	Nº de desertores	Nomes dos Comandantes
Baterias de Artilharia	1	Major Manoel de Almeida Gama Lobo de Eça
4º Batalhão de Infantaria de Guardas Nacionais	5	Tenente Coronel Oliveira Firmino Pereira
24º Corpo Efetivo idem	2	Tenente Coronel João José Dutra
26º Dito dito	1	Tenente Coronel Antônio Cândido de Melo
46º Dito dito	9	Tenente Coronel João Francisco Jardim
3º Dito Provisório	43	Tenente Coronel João Luiz da Costa Lima
11º Dito dito	1	Tenente Coronel Joaquim Nunes de Souza
17º Dito dito	176	Tenente Coronel Bento Martins de Meneses
18º Dito dito	29	Tenente Coronel Antônio Caetano Pereira
19º Dito dito	41	Tenente Coronel João Batista Vidal de Almeida Pilar
21º Dito dito	4	Tenente Coronel Albino José Pereira
23º Dito dito	61	Tenente Coronel Feliciano de Oliveira Pontes
27º Dito dito	65	Tenente Coronel Joaquim Guedes da Luz
28º Dito dito	8	Tenente Coronel Manoel Coelho de Souza
8º Esquadrão de Passo Fundo	7	Major João Cipriano da Rocha Lairos
Esquadrão de Santana	4	Tenente Coronel Joaquim Maciel de Oliveira
Contingentes de Saicã e Alegrete	27	Capitão José Mariano de Souza
Total	484	

Fonte: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 5. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹¹²⁹ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército. Ob.cit.p.131.

O comandante em chefe do Exército em Operações no Rio Grande do Sul, Manuel Marques de Sousa, desconfiava de que aquelas deserções fossem influenciadas pelo general David Canabarro, ex comandante da 1ª Divisão do Exército, substituído pelo próprio Manuel Marques de Sousa, após pouco fazer para impedir a penetração e avanço dos paraguaios pela província. David Canabarro, mesmo afastado do comando daquelas forças, continuava no acampamento militar junto com as tropas.¹¹³⁰

A justificativa de Manuel Marques de Sousa, para suspeitar da influência de Canabarro nas deserções do Exército era que dos “16 Corpos e Contingentes [com desertores] 8 lhe pertenciam”.¹¹³¹ A investigação feita por Marques de Sousa, para descobrir os envolvidos na suposta facilitação das deserções, durou dias. O capitão da Guarda Nacional Gabriel Martins de Meneses, irmão de Bento Martins, estava sob suspeição de também ter contribuído com as fugas.¹¹³²

Bento Martins de Meneses, tenente coronel da Guarda Nacional era grande proprietário de terras na região de Uruguiana. Sua fazenda possuía cerca de 6 léguas de campo onde criava mais de 12 mil rezes, ovelhas e cavalhadas. Ao iniciar o conflito, teria garantido, por sua conta, as etapes e o fornecimento para o corpo que comandava, contando oficialmente mais de 800 homens. Isso reafirma o grande interesse que aquele coronel e boa parte da classe proprietária do meridiano sulino tinha pelo conflito, sobretudo, na questão com o Uruguai.

O tenente coronel Bento Martins foi acusado também de fraudar os mapas da força ao qual comandava.¹¹³³ Para coibir os casos crescentes de deserções, o comando em chefe do Exército em Operações no Rio Grande do Sul dissolveu o 17º Corpo Provisório e distribuiu suas praças em outros corpos. Também determinou que o tenente coronel Bento Martins de Meneses fosse preso na vila de Uruguiana, “para responder a conselho de investigação e depois ao de guerra, a fim de justificar o seu procedimento numa tão desagradável emergência”.¹¹³⁴

Afastado das funções na Guarda Nacional, se dedicara aos negócios em sua fazenda. Em 1867, por ocasião da formação do 3º Corpo do Exército, foi novamente requisitado a reunir tropas, o que fizera, em grande parte, no Uruguai. Após o fim do

¹¹³⁰ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 5. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹¹³¹ Id.ib.,

¹¹³² Id.ib.,

¹¹³³ Id.ib.,

¹¹³⁴ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército. Ob.cit.p.132.

conflito reclamara do governo imperial vultosa quantia referente aos gastos efetuados com seu corpo e por cerca de dez mil cabeças de gado que teriam sumido de sua fazenda, enquanto estava na guerra. Alegação de difícil comprovação. Uma década e meia após o fim do conflito, tinha novamente milhares de cabeças de gado em suas estâncias, o que o tornava um dos homens mais ricos da região.¹¹³⁵

Como proposto, após a rendição paraguaia em Uruguaiana, em 18 de setembro de 1865, o Exército em Operações no Rio Grande do Sul conheceu grande número de deserções. Em 10 de dezembro de 1865, Manuel Marques de Sousa, comandante daquele exército, comunicou ao Ministro da Guerra, o envio de 49 desertores, de diversos corpos, à capital da província, para dali serem enviados à Corte, para servirem na Marinha de Guerra.¹¹³⁶

Desertores capturados teriam sido enviados, como castigo, também para o Exército de 1ª Linha. Em fevereiro de 1866, em resposta ao coronel José Pereira Dias, inspetor de infantaria na província, o tenente coronel José Rodrigues Ramos, comandante do 48º Corpo de Voluntários da Pátria disse não terem “formado Conselhos de disciplina, por haver o Sr. Coronel Antônio Fernandes Lima, Comandante então da 1ª Brigada, ordenado, que no caso de deserção de praças, e quando capturados, se fizesse remessa para os Corpos de 1ª linha.”¹¹³⁷

Resistência popular

A resistência popular ao conflito veio acompanhada de ações repressivas. A invasão do Rio Grande do Sul, pelos paraguaios, teria ensejado novas deserções. Em 20 de julho de 1865, Ângelo Muniz, publicou aviso, destinado aos comandantes militares e ao governo provincial, referente à ordem do Imperador para que, na província do Rio Grande do Sul, se aplicasse “as disposições da lei nº 631, de 18 de setembro de 1851”.¹¹³⁸ Ela previa penas mais duras, inclusive de morte ao desertor do Exército ou da Guarda Nacional.

Em agosto de 1865, em Ordem do Dia publicada pelo Exército em Operações no Rio Grande do Sul, o Ministro da Guerra, então na província, determinou que, quando

¹¹³⁵ IHGRS. DIÁRIO DE PELOTAS, Jornal. Transcrição de reportagem de 5 de janeiro de 1881, referente ao coronel Bento Martins de Meneses. Fundo Bento Martins de Meneses.

¹¹³⁶ CORRESPONDÊNCIA de Manuel Marques de Sousa à Ângelo Muniz da Silva Ferraz, 10 de dezembro de 1865. ANRJ - IG 587. Ministério da Guerra. Requerimentos e decretos sobre perdões militares. 1861-1867.

¹¹³⁷ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹¹³⁸ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército. Ob.cit.p.5.

detectada qualquer deserção, o comandante da tropa deveria “remeter ao presidente e as diversas autoridades desta província, uma nota circunstanciada com todos os sinais característicos do desertor, a fim de que, com facilidade, se proceda a captura”.¹¹³⁹ Pedro de Abreu, em resposta ao presidente da província, concordava que precisaria “haver algum exemplo contra os desertores.”¹¹⁴⁰ Entre as formas de punição adotadas no exército, pranchadas e chibatadas tinham especial destaque¹¹⁴¹

No exército, a violência física, como forma corretiva, era banalizada. Na Guarda Nacional, por outro lado, não havia previsão de uso da punição física para penalizar infratores. Durante o conflito, tendo mudando consideravelmente caráter da reunião para essa força, milhares de homens *incorrigíveis* foram engrossar suas fileiras. Muitos comandantes defendiam a necessidade de haver punição igual à do Exército de Linha. Não é impossível, portanto, que desde o início guardas nacionais, fossem levados às fileiras da primeira linha, a fim de serem castigados.¹¹⁴² Na própria Guarda Nacional, comandantes faziam justiça à sua maneira, punindo violenta e vexatoriamente os soldados.¹¹⁴³

Quando da invasão da província por tropas paraguaias - 10 de junho a 18 de setembro de 1865 - muitos guardas nacionais de diversos corpos, que haviam desertado, provavelmente por ocasião da ordem de marcha ao Uruguai, voltaram a apresentar-se. O comandante do exército entregou ao Ministro da Guerra, uma relação com 128 desertores, que “apresentaram-se voluntariamente ao Major Isaías Antônio Alves”.¹¹⁴⁴ As tabelas com os nomes e as graduações dos desertores *arrepentidos* contém apenas 107 registros, dos quais: um 1º sargento; quatro 2º sargentos; 22 cabos; 79 soldados e um furriel.

Em 20 de fevereiro de 1866, em Aviso Circular, o governo provincial autorizou os comandantes da Guarda Nacional a incorporar desertores “de qualquer corpo”, apresentados “espontaneamente” aos seus efetivos.¹¹⁴⁵ A época era de parco voluntariado e de difícil recrutamento. Em outra circular, também de 20 de fevereiro, o presidente da província, visconde da Boa Vista, recomendou que os comandantes da Guarda Nacional

¹¹³⁹ Id.ib.,p..6.

¹¹⁴⁰ AHRS. Correspondência de João Marcelino de Sousa Gonzaga,, 1865. Autoridades Militares, maço 205.

¹¹⁴¹ DIÁRIO DO TENENTE-CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças [...]Ob.cit.p.142.

¹¹⁴² AHRS. Correspondência de José Joaquim d’Andrade Neres, 1865. Autoridades Militares, maço 194.

¹¹⁴³ ANRJ – IJ 1 589. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1867 (janeiro-dezembro)

¹¹⁴⁴ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866

¹¹⁴⁵ ANRJ - IG 587. Ministério da Guerra. Requerimentos e decretos sobre perdões militares. 1861-1867.

não permitissem “que no distrito de seu comando se apresentem escoltas a prenderem ou reunir desertores de qualquer classe que sejam, sem ordem expressa desta Presidência ou do Comando das Armas”.¹¹⁴⁶ Talvez, aquela determinação se devesse ao fato de que para engrossar seus corpos, muitos oficiais poderiam aceitar desertores e os apresentar como se por eles fossem recrutados, tendo em vista o perdão do monarca aos crimes de deserção que vigoravam naquela época.¹¹⁴⁷

7.2 Na ofensiva imperial

Durante o conflito, alguns militares teriam produzido poesias, algumas musicadas e cantaroladas nos acampamentos. A tradição oral registra diversas dessas canções e muitas teriam sofrido alterações nas letras. Pelos jornais do Império, algumas eram reproduzidas. Em 1867, o jornal D’Anúncios, do Rio de Janeiro, publicou poesia intitulada “Canto de um bravo na guerra contra o Paraguai”, expressando sentimentos populares:

Qual atacar, qual nada – Morra a glória e viva a pança – Vindo os cobres, não me importa – Da vitória com a tardança – De atacar não serei asno – Pois que da pólvora a fumaça – A que já padece de asma – Mata logo, não é graça – Na barraca descansando – Bem longe das metralhadas – Não gosto de ouvir das peças – As tremendas gargalhadas – Brinque só quem for demente – Com tantas e tais bolinhas – Não amo de tal entrudo – As mimosas cabacinhas – Seria coisa mui chique – Sem uma perna ou um braço – Voltar eu à chara pátria – E viver feito madraço [...] Nada, nada vamos indo – Pouca pressa na conquista – Dos valentes que já foram – Não quero achar-me na lista – Eu cá por mim sempre entendo – Que as fitas e medalhões – Não dão com fartura aquilo – Com que se comprem melões.¹¹⁴⁸

É depoimento contra a visão romantizada e irracional de *patriotismo* dos soldados imperiais. As dificuldades foram muitas na formação do 3º Exército. Aquela guerra já havia consumido muitos rio-grandenses e o que se escutava do teatro de operações não era animador. Com isso, centenas de homens fugiram, se esconderam ou foram escondidos. Um destino certo de muitos desses foi o Uruguai, onde vagavam ou se empregavam em fazendas, sobretudo, de proprietários rio-grandenses.¹¹⁴⁹

Em 1866, o presidente em exercício da província do Rio Grande do Sul, para aumentar as remessas de soldados para o teatro da guerra, autorizou oficiais de Cruz Alta

¹¹⁴⁶ Id.ib.,

¹¹⁴⁷ Id.ib.,

¹¹⁴⁸ VARIEDADE. Canto de um bravo na guerra contra o Paraguai. Jornal D’Anuncios, 19 de setembro de 1867, ano I, nº 11, p.1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764248&PagFis=0> Acesso em 10 de Abr. de 2019.

¹¹⁴⁹ CARDOSO, Efraim. Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864-1870, publicadas en “La tribuna” en el centenario de la epopeia nacional. Asunción: EMASA, 1971. Vol.2.p.163.

a reunir “voluntários e desertores da Guarda Nacional daquele município”. Com o mesmo objetivo, autorizou o capitão da Guarda Nacional, Christóvão Baum, a arregimentar voluntários e trazer desertores que seriam levados “incontinentes para o exército”.¹¹⁵⁰ No mesmo ano, em 1º e 27 de junho, tiveram lugar “indultos imperiais”. Com eles, deu-se “liberdade” às praças de 1ª Linha, aos voluntários da pátria e aos guardas nacionais desertores. Quanto aos guardas nacionais, eles deveriam servir nos corpos de linha do exército pelo tempo que a lei determinava.¹¹⁵¹

Em novembro de 1866, no início da formação do 3º Corpo do Exército, a quantidade de desertores da Guarda Nacional na província era enorme e continuava aumentando. Manuel Luís Osório, para formar aquele corpo isentou “de castigos os desertores que se apresentassem”.¹¹⁵² Em dezembro do mesmo ano, em Cruz Alta, o juiz daquela comarca, apresentou ao governo provincial “mais de quatrocentos desertores da Guarda Nacional para fazerem parte dos novos Corpos, que ali se estão organizando”.¹¹⁵³

Em 1867, com a anuência de Manuel Luís Osório, o presidente da província ordenou que, em cada comando superior da Guarda Nacional, fossem criadas partidas policiais volantes para apreender os desertores que vagavam pela província e, também, “reunir os indivíduos não qualificados Guardas Nacionais” que estivessem obrigados a servir no exército. Propunha-se a essas partidas volantes, que também capturassem criminosos procurados.¹¹⁵⁴ Era o auge da formação do 3º Corpo do Exército e, para completá-lo, valiam todas as possibilidades, legais ou não. O 3º Corpo do Exército partiu do Rio Grande do Sul em 25 de março de 1867, dali em diante, seriam inúmeras as comunicações de fugas dadas pelo comandante. A Divisão de José Gomes Portinho, que cobria a retaguarda dos corpos que avançavam por território paraguaio e protegia a fronteira do Rio Grande do Sul, conheceu grande número de desertores.

Sem efeitos

As medidas do governo imperial para reduzir o número de deserções não surtiram efeitos práticos. Em 1867, Manuel Luís Osório, em correspondência ao presidente da província do Rio Grande do Sul, relatou que ocorriam “muitas deserções” o que, segundo

¹¹⁵⁰ RELATÓRIO apresentado ao presidente nomeado do Rio Grande do Sul Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo[...]Ob.cit.p.12.

¹¹⁵¹ Id.ib.,p.12.

¹¹⁵² ANRJ - IG 587. Ministério da Guerra. Requerimentos e decretos sobre perdões militares. 1861-1867.

¹¹⁵³ ANRJ – IJ 1 588. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1866 (janeiro-dezembro)

¹¹⁵⁴ FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo [...] Ob.cit.p.13.

seu próprio juízo, aquilo se devia “a nenhuma vontade do povo para a guerra”.¹¹⁵⁵ Em outra correspondência, ao coronel João Francisco Menna Barreto, Manuel Osório noticiava o grande número de deserções em seu exército. “Depois que passei o Uruguai, (25 de março de 1867) as deserções têm sido maiores e muitos dos desertores saem a pé.”¹¹⁵⁶ É possível que, naquele momento, as notícias dos inúmeros casos de mortes epidêmicas já tivessem chegado à tropa. Segundo informações do general em chefe, em abril de 1867, no Exército Imperial, passavam de “dois mil mortos de cólera”.¹¹⁵⁷

As deserções ocorriam cada vez com mais frequência e em maior quantidade. Os comandantes do 2º e 3º Exército tinham dificuldades em controlá-las. Antônio Ferreira Bastos, major comandante da guarnição de Pelotas, mudou a estratégia. Ele informou ao presidente da província que, tendo certeza de que as praças que dali enviasse desertariam, resolveu “fazer seguir embarcados todas as praças que forem para o 3º Exército.”¹¹⁵⁸ Manuel Osório também manifestou intenção de minimizar os danos com as deserções. Mandou organizar, em São Borja, uma “polícia para perseguir os desertores e malfeitores”.¹¹⁵⁹ Cândido Carneiro Lobo, morador de São Borja, foi incumbido daquela tarefa.

O envio de homens à guerra escasseava pouco a pouco, as deserções, não, pelo contrário, ocorriam em grandes quantidades. Em 27 de abril, Manuel Osório, ao comunicar a chegada de mais alguns reforços, também informava o grande número de desertores. Ele comunicou que as baixas ocorriam “principalmente nas praças que se acham a cargo das cavalcadas que as abandonam levando os melhores cavalos”. Reiterava a tamanha “má vontade do povo para a guerra.”¹¹⁶⁰ Tal percepção era verdadeira. A população, sobretudo não desejava o conflito. O consenso, mesmo entre a classe proprietária, terminara. No interior da província do Rio Grande, se escondiam desertores, atrapalhavam-se as reuniões de guardas nacionais, entre outras formas de resistência.

Disciplina na fuga

Para os fugitivos, qualquer detalhe fazia diferença, mesmo porque as oportunidades de deserção eram poucas. Sentinelas armados e montados vigiavam a

¹¹⁵⁵ OSÓRIO, Carta de Manuel Luís. Em: FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo. Ob.cit.p..89.

¹¹⁵⁶ AHRs. Correspondência do general Manuel Luís Osório, 1867. Autoridades Militares, maço 202.

¹¹⁵⁷ Id.ib.

¹¹⁵⁸ AHRs. Correspondência de Antônio Ferreira Bastos, 1867. Autoridades Militares, maço 201.

¹¹⁵⁹ AHRs. Correspondência de Manuel Luís Osório, 1867. Autoridades Militares, maço 202.

¹¹⁶⁰ Id.ib.

tropa. Os desertores, estudariam as possibilidades. Sair à noite, no horário de menor movimento, durante a marcha, ou quando de uma oportunidade. Em 24 de maio, durante uma noite escura e chuvosa, trinta e dois soldados fugiram, a pé, “ganhando o mato e levando somente os freios!”¹¹⁶¹ A estratégia era claramente perder-se no mato, sem fazer barulho, onde as cavalcadas não pudessem entrar e, no momento apropriado, roubar cavalos para montar.

Imagem 36 - De São Borja a Itati



Fonte:

https://www.google.com/search?ei=z3D1XLbMJoeu5wLau4CoBg&q=de+s%C3%A3o+borja+a+itati+argentina&oq=de+S%C3%A3o+Borja+a+Itati-Ar&gs_l=psy-ab.1.0.33i22i29i30i6.8660.9503..12255...0.0..0.431.909.2-2j0j1.....0....1..gws-wiz.....0i71.Nb0PH3pvj-A

O exército de Manuel Osório seguia em direção a Itati, departamento ao noroeste da província de Corrientes, Argentina, na margem do rio Paraná, onde se juntaria ao comandante em chefe para iniciar operações. José Gomes Portinho que, como dito, guarnecia a retaguarda e a fronteira do Rio Grande, não concordava com aquele trajeto. Para ele, o 3º Exército deveria atuar pelos lados de Itapúa ou Candelária, regiões mais próximas do Rio Grande do Sul. Isso, porque seu contingente era de “pessoal muito limitado”. Dizia mais, que:

Quando chegar aquele ponto muito menor será, porque as deserções são contínuas e diariamente 20, 30 e às vezes maior número de praças abandonam as fileiras, chegando a desmoralização até aos oficiais que por seu turno também tem alguns desertado, contando uns e outros com a impunidade de tão reprovado e criminoso proceder, conseqüentemente este auxílio com que sem dúvidas conta o Sr. Marquês pouco pode aproveitar.¹¹⁶²

7.3 Oposições e acobertamento de desertores

A oposição política, principalmente do Partido Liberal sul-rio-grandense, à guerra, era enorme. Oposição que se intensificara com a suspensão das eleições na província, em 1866. Tal oposição se deu no terreno prático, materializando-se nas

¹¹⁶¹ Id.ib.

¹¹⁶² AHRS. Correspondência de José Gomes Portinho, 1867. Autoridades Militares, maço 202.

desobediências de chefes civis e militares, nas incitações à deserção e, mesmo, acobertando desertores.

Para grande parte da classe proprietária rio-grandense, a guerra durou mais do que devia. Quanto mais tempo levasse, mais homens que poderiam estar trabalhando nas fazendas estavam no Paraguai. A contrariedade com o recrutamento maciço é registrada em fragmento de correspondência, de novembro de 1865, de Uruguaiana, provavelmente escrita pelo barão de Porto Alegre ao presidente da província, nessa época, o visconde da Boa Vista. Nela, o militar queixa-se dos prejuízos causados às propriedades com o recrutamento:

Tem-se tirado os capatazes das estâncias e os peões. Enfim tem-se abandonado as estâncias e as lavouras; se a guerra [perdurar], não sei o que há de ser da província e do mesmo Exército, porque o governo e Exército é que precisam das estâncias custeadas e as lavouras cultivadas. Em todas as guerras sempre se respeitou os capatazes de estâncias e filhos únicos de viúva e até conforme as estâncias alguns peões: hoje na maior parte das estâncias não se respeita capatazes sem a menor precisão.¹¹⁶³

A indignação do comandante, abastado proprietário de terras, não seria uma avaliação apenas pessoal, mas interpretava, em grande parte, o pensamento da classe proprietária, sobretudo, o setor charqueador.

No mesmo documento, o militar justificava, erroneamente, que não era preciso tanta força para vencer o Paraguai. Acreditava que: “[...] nós com a metade da Cavalaria que temos é de sobra para a guerra com o Paraguai, que tem muito pouca cavalaria: a sua força quase toda é infantaria e artilharia: desta forma, estamos nós mesmos fazendo a guerra a nós mesmos.”¹¹⁶⁴ Durante a ofensiva, o exército, comandado por Manuel Marques de Sousa, concederia uma quantidade enorme de dispensas de oficiais que, seguramente voltaram às suas fazendas e, talvez, dificultaram o recrutamento em suas propriedades.

Na mesma época, o presidente da província, em correspondência ao Ministro da Guerra, traçava o panorama do empenho militar dos comandantes sulistas com a continuidade da guerra.

V. Ex^a. sem dúvida pode fazer ideia das dificuldades com que tenho lutado para obter a marcha desses Corpos. Não tendo provavelmente o pessoal que os seus organizadores inculcam, uns protelam o seu comparecimento aqui para esconderem a realidade; outros que chegam, vem grandemente desfalcados; os que marcham por terra, vão deixando por essa campanha inúmeros desertores,

¹¹⁶³ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

¹¹⁶⁴ Id.ib.

que levam o fardamento, e mais o armamento e até os cavalos.

Essa resistência ao recrutamento, sobretudo, em setores produtivos, por parte de grupos proprietários, teria iniciado, ainda que timidamente, já no decorrer da guerra contra os *blancos*. Em maio de 1865, José Joaquim Neres, ao relatar grande número de desertores no Exército Imperial, no Uruguai, denunciava que as praças desertoras eram “acobertadas por influências eleitorais dos municípios” que pertenciam, pois ali eram “chamadas a serviço”, e ficavam impunes, o que, segundo ele, animava “aos que querem desertar”.¹¹⁶⁵ Também em maio, Manuel Luís Osório, então com seu exército no Uruguai, comunicava, exigindo providências, que “sessenta e uma praças que havendo desertado” da 2ª Divisão, trabalhavam na guarnição e fronteira de Jaguarão.¹¹⁶⁶

Em alguns casos, soldados desertores de um corpo, quando capturados, eram alistados em outro, provavelmente com a anuência de oficiais que desejavam manter ativos seus corpos e cargos. Isso ocorreu e foi registrado pelo comandante da 2ª Divisão do Exército, Francisco Pedro de Abreu. Na ocasião, relatou ao presidente da província, a quem pedia providências, que nove desertores do 28º Corpo de Guardas Nacionais apresentaram-se ao Corpo Provisório de mesmo número, comandado pelo capitão Fortunato Vergara. Comunicava que, estando ainda em vigência o indulto imperial, o comandante aceitou “as praças que tiveram a infelicidade de desertar”.¹¹⁶⁷

Em 2 de setembro, o general Manuel Marques de Sousa, comandante do 2º Corpo, determinou na Ordem do Dia nº 7 que: “Para evitar abusos de serem alistados em qualquer corpo, desertores de outros,” que, ao serem capturados, fossem “mandados apresentar ao Quartel General”.¹¹⁶⁸

Oficiais contribuía

Muitos oficiais e comandantes de corpos contribuía para as fugas e, mesmo auxiliavam, acobertando desertores, como visto. Durante a ofensiva imperial essa realidade não se alterou. José Gomes Portinho, comandante da 4ª Divisão do 2º Corpo do Exército, ao cientificar o governo do Rio Grande do Sul, da fuga de sete homens, reclamava a guarida que estes recebiam de outros oficiais, escreveu: “[...] sendo esta divisão composta, na sua totalidade, de homens residentes nos municípios de Cima da

¹¹⁶⁵ AHRs. Correspondência de José Joaquim d’Andrade Neres, 1865. Autoridades Militares, maço 194.

¹¹⁶⁶ AHRs. Correspondência de Manuel Luís Osório, 1865. Autoridades Militares, maço 194.

¹¹⁶⁷ AHRs. Correspondência do Barão de Jacuí, 1865. Autoridades Militares, maço 183.

¹¹⁶⁸ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército. Ob.cit.p.26.

Serra acontece que, pelas autoridades e oficiais encarregados das novas reuniões nesses municípios ter sido acoitados, reunidos e protegidos não pequeno número de desertores dela, sem que para estes haja indulto.”¹¹⁶⁹

Aquele comandante estava convencido de que tais fatos contribuíam para encorajar outras deserções. Informava que iria contatar o general Manuel Osório, pois soube que uma guarda, por ele encarregada de vigiar o rio Uruguai, para evitar a passagem de desertores, também fugiu, apresentando-se ao major Isaias. Este era encarregado do próprio general da reunião de guardas nacionais na Serra. Nisso acreditava que Osório daria “suas ordens” para que fossem devolvidos àquela “Divisão os que dela têm desertado depois do último indulto imperial.”¹¹⁷⁰ Ao que parece, o corpo da Guarda Nacional comandado pelo major Isaias, era composto, em sua quase totalidade, de desertores de outros corpos.¹¹⁷¹

Meses depois, o mesmo coronel Gomes Portinho reclamaria novamente ao governo provincial que os fugidos de sua divisão continuavam acobertados no Rio Grande do Sul. Informava a ocorrência de deserções e solicitava ao presidente provincial, José Ignácio Marcondes Homem de Melo, que providenciasse suas capturas e remessa para aquele corpo onde seriam “covenientemente punidos a fim de servirem de exemplo” às praças que pretendessem “imitá-los abandonando o serviço.” Aquele coronel advertiu que esse serviço deveria ser feito por pessoas idôneas:

As autoridades militares não são os mais próprios para fazerem este serviço porque longe de perseguirem aos desertores dão-lhes apoio e proteção. Contando com eles para aumentar as reuniões de que são encarregados, como aconteceu com grande número desta divisão que foi reunido para o 3º Exército e que depois de promovidos muitos desses criminosos aos postos inferiores tornaram a desertar, sendo alguns até promovidos a oficiais.¹¹⁷²

Prejuízo aos pequenos

Segundo Homem de Melo, após a organização do 3º Corpo do Exército e, “após um supremo esforço de inexcedido patriotismo, a província mostrou-se ainda digna de si, **aceitando tranquila o ônus pesado** [o grifo é nosso], que lhe impõe a sua posição peculiar, e a situação de guerra, em que se acha o país”.¹¹⁷³ Diferente do que propunha o

¹¹⁶⁹ AHRs. Correspondência de José Gomes Portinho, 1867. Autoridades Militares, maço 202.

¹¹⁷⁰ Id.ib.

¹¹⁷¹ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 6. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹¹⁷² Id.ib.

¹¹⁷³ FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo [...] Ob.cit.p.p.8.

governante da província, parece que nem a população e, tampouco algumas as autoridades militares, concordavam com aquele pesado tributo de sangue exigido para compor o 3º Exército. Em fevereiro de 1867, João Ferreira Brandão, delegado de polícia de Taquari, explicava os motivos ao mesmo presidente.

O correspondente agradecia o convite de Homem de Melo, para que organizasse tropas na sua região, mas destacava que seria “muito difícil uma 6ª reunião em uma população agrícola, cujo hábito tanto repugna o labor da guerra, onde a Guarda Nacional, sem qualificação a [sic] mais de dois anos, se acha estagnada por cinco reuniões enviadas ao teatro da guerra.”¹¹⁷⁴ Deixava evidente sua contrariedade com a organização e expunha a já pesada contribuição involuntária feita por setores de pequenos e médios produtores rurais das zonas de colonização alemã.

João Ferreira encerrou a correspondência afirmando que o serviço da guerra prejudicava populações que viviam da produção agrícola, tanto os mais pobres e atrasados, quanto os menos atrasados. Propôs que, na sua região “os habitantes [eram] quase todos casados com filhos muito pobres e atrasados, tanto mais porque o que pede [...] vossa excelência a mais de quatro anos que a agricultura tem sido [prejudicada?] e [...] por um conjunto de calamidades a que o estão sujeitas as populações menos atrasadas.” Concluiu prometendo fazer o possível para contribuir.¹¹⁷⁵

Um exemplo de que a reunião de mais um corpo de exército, dessa vez inteiramente no Rio Grande do Sul, sofrera dura oposição, ocorreu em Cachoeira. Lá, o coronel Hilário Pereira Fontes fora encarregado pelo governo provincial, para recrutar e organizar guardas nacionais, para o exército de Osório. Em correspondência ao presidente da província, ele reclamou da tentativa do delegado de polícia, Manoel Thomaz Barbosa Freire, de prejudicar o seu trabalho. Segundo ele, o referido delegado nomeou pessoas em cargos públicos, para impedir que fossem recrutados. Denunciou que “no dia 4 do dezembro corrente, nomeava porteiro de auditoria ao guarda nacional da ativa, Antunes Cavalheiro, quando sabia que tinha sido ele, no dia 1º do mês dito, designado para marchar, achando-se aquartelado”. Disse mais, que estava convencido de que o delegado de polícia, “qual ‘inimigo’ do país e comissário do Paraguai quer a todo transe arrear das fileiras do exército os seus melhores soldados”.¹¹⁷⁶

¹¹⁷⁴ AHRS. Correspondência de João Ferreira Brandão, 1867. Autoridades Militares, Diversos, maço 214.

¹¹⁷⁵ Id.ib.

¹¹⁷⁶ AHRS. Correspondência de Hilário Pereira Fontes, 1866. Autoridades Militares, maço 197.

A dificuldade foi, em boa medida, devida a velhas práticas na Guarda Nacional. Na mesma correspondência, em que revelava o objetivo do governo imperial de compor no Rio Grande outro Corpo do Exército, ainda em janeiro de 1866, o comandante da guarnição de Rio Grande denunciava o beneficiamento para alguns guardas nacionais. Dizia ser “voz pública que alguns destes guardas por patronato nunca foram chamados ao serviço da guarnição e muito menos designados para marchar para o 3º Corpo do exército.”¹¹⁷⁷

Por motivos diversos

A impopularidade da guerra gerou, desde o início, casos de soldados acobertados, escondidos ou privilegiados. Durante a reunião do 3º Corpo do Exército, isso se intensificou. Os motivos da *acobertagem* são diversos, assim como os das deserções, como proposto. Em cinco de março de 1867, o liberto Narciso de Almeida, que seguia para o Paraguai, desertou nas imediações de Bagé. Por meio de denúncia, se soube que ele, “mais outros [estavam] acoutados na casa do tenente Manoel Garcia de Oliveira, no lugar denominado S. Marcos, perto de Rio Pardo”.¹¹⁷⁸ Das centenas de libertos e cativos enviados ao Paraguai, muitos, nem sequer, chegaram ao destino, fugiam.

Se na província os desertores encontravam guarida, muitas vezes, nos próprios corpos, tinham a fuga facilitada. Isso, por desleixo ou oposição política de quem a comandava. Em dezembro de 1867, José Gomes Portinho dava parte do que chamou de “deserção escandalosa”. Comunicou que saíram de São Borja cem homens sob o comando dos capitães Francisco da Silva Lago e Bento Rolim de Moura. Seguiam em direção à 4ª Divisão e, no caminho, iniciaram as deserções em grupos. Enquanto Francisco Lago, supostamente voltava para tentar recapturar os fugitivos, Bento Rolim tinha ordens de seguir com a tropa. Esse, no entanto, passou o comando da tropa que estava reduzida a oito homens, dando parte de doente.

Segundo a informação, muitos dos desertores acompanhavam os referidos capitães. José Gomes Portinho cobrava providências enérgicas do governo. O mesmo deve ter ocorrido com o soldado Manoel Francisco D’Amorim Lageado, recrutado por Bento Martins de Meneses, em sua fazenda que, desertando durante a marcha, havia

¹¹⁷⁷ AHRS. Correspondência do tenente general José Fernandes dos Santos Pereira, 1866. Autoridades Militares, maço 198.

¹¹⁷⁸ AHRS. Correspondência de Antônio Ferreira Bastos, 1867. Autoridades Militares, maço 201.

voltado para o mesmo lugar de origem. Isso, possivelmente com anuência do comandante.¹¹⁷⁹

Em fevereiro de 1868, o 3º Corpo de Exército já estava fora da província, no entanto, as constantes baixas por deserções, batalhas e doenças, requeriam constante estado de reunião e recrutamento no Rio Grande do Sul. Não é exagero dizer que a tensão pairou sobre a província desde 1864 até fins de 1869, quando a guerra estava praticamente definida. Além do 3º Exército, a Divisão do coronel José Gomes Portinho, que tinha deserções diárias, requisitava constantemente mais homens. Foi cada vez mais difícil arregimentar gente para o conflito.

Em 1868, correspondência não identificada para João Francisco Menna Barreto, comandante da fronteira de Quaraí e Livramento, demonstrava a verdadeira ojeriza que causava, sobretudo, nos guardas nacionais, a mínima especulação de que pudessem ser levados à guerra. Informa que não tinha esperanças de poder enviar muitos reforços, porque não havia muito tempo e os soldados desertavam quando “desconfiaram de serem qualquer dia remetidos” ao exército em operações.

Dizia ainda que era preciso respeitar os acordos feitos com os guardas nacionais que se apresentavam voluntariamente com a promessa de não serem remetidos à guerra. Sugeria punição severa aos desertores. Concluía, afirmando que “praça tirada de um corpo para ir servir com oficiais estranhos vão descontentes e só, presos se conservam, mas isto não é possível por que a desmoralização é em grande escala, por isso repito, depende muito da boa escolha dos oficiais que tem de marchar com o contingente.”¹¹⁸⁰

Só na província!

Quanto à reunião de homens, com o objetivo de tão somente guarnecer a província, parece que alguns oficiais comandantes da Guarda Nacional conseguiam manter seus efetivos mediante a promessa de não os enviar à guerra. Zozimo de Oliverira Bueno, do comando da Guarda Nacional de Quaraí, argumentou ao comandante da mesma fronteira que, somente aceitou comandar um corpo com a condição de “que circunscrevia e limitava só quanto tendesse à segurança e guarda de nossas fronteiras e província”. Com toda a razão, em época de se agarrar homem à força para a guerra, a mínima esperança de permanecer na província, perto da família e trabalho, era

¹¹⁷⁹ AHRs. Correspondência do Barão do Triunfo, 1868. Autoridades Militares, maço, maço 203.

¹¹⁸⁰ AHRs. Correspondência de autor desconhecido a João Francisco Menna Barreto, 1867. Autoridades Militares, maço 203.

alimentada. Completou dizendo que, sem dúvida, as forças levadas na marra, acarretariam ao seu “estrangulamento”, pois eles se prestavam “a servir na província”. Isso, justificou, não queria dizer que fosse por “falta de civismo e moralização que [negavam-se] a marchar para fora do país”. Advertiu que, qualquer tentativa de levá-los à força, acarretaria aumento na já “longa lista de refratários”.¹¹⁸¹

Em junho de 1869, o general comandante dos exércitos aliados, conde d’Eu, ordenara à Divisão de José Gomes Portinho, então operando em território correntino, que marchasse para o Paraguai. Portinho, em correspondência ao presidente da província, solicitou que o governo enviasse ao coronel Francisco Ferreira, por ele encarregado de cuidar da cavallhada, alguns reforços para vigiar a costa do rio Uruguai, como até então fazia. Pedira, também, que o governo mandasse pagar a dita força, composta de “cento e tantas praças e oficiais”, que estavam “atrasados em seus vencimentos em mais de um ano”. A isso, o governo atendeu, como forma de evitar mais deserções.¹¹⁸²

Naquela correspondência, José Gomes Portinho informara que, com a ordem de marchar sobre o Paraguai, houve grande número de deserções, ao que se ressentira por serem as mais “aptas e próprias para o serviço”. Aproveitou o momento para, novamente, reclamar da proteção com que contavam os desertores na província. O coronel dissera estar certo que, se não fossem tais proteções “que as autoridades locais têm em todos os tempos concedido aos desertores elas não teriam abandonado as fileiras.” Ele propôs que a proteção era tanta “que muitos desertores” eram “promovidos a oficiais”.¹¹⁸³

7.4 O destino dos desertores

Ao desertar, muitos soldados nem sempre tinham plano detalhado de fuga, por isso, para avaliar que destino tomaram os fugitivos do Exército e da Guarda Nacional é preciso considerar muitas variáveis, como a origem, se livre, liberto ou cativo, se tinha família constituída, entre outros. É possível que muitos ao escapar, fugissem para lugares de difícil localização, matas, serras ou mesmo para outras províncias e países vizinhos. Em março de 1865, Francisco Pedro de Abreu escrevera para o presidente da província, comunicando diversas deserções na divisão que comandava. Acreditava que os fugitivos não tivessem ido longe.

¹¹⁸¹ AHRs. Correspondência de Zozimo de Oliveira Bueno, 1868. Autoridades Militares, maço 203.

¹¹⁸² RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo passou a administração[...] Ob.cit.p.36.

¹¹⁸³ AHRs. Correspondência de José Gomes Portinho, 1869. Autoridades Militares, maço 204.

Pedro de Abreu entendia que deveriam buscá-los nas imediações de suas moradias, “pois que e[ra] natural que para lá se tenham encaminhado”.¹¹⁸⁴ A suspeita do comandante não era sem propósito. Acreditando na incapacidade administrativa do governo e no esquecimento intencional de muitos chefes militares, é possível que desertores se animassem a retornar a seus lares. Por outro lado, foram frequentes os registros de desertores que perambulavam pela província, alguns acompanhados por *criminosos* e cativos fugidos, causando verdadeiro alvoroço. Havia grande temor de insurreições de trabalhadores escravizados e a presença desses grupos amedrontava moradores de vilas semidesertas, pelas reuniões e recrutamento. O temor era maior entre as famílias endinheiradas. Em 24 de fevereiro de 1866, o comandante da guarnição de Canguçu, informou ao presidente da província que “grande número de desertores, negros fugidos” invadiram a vila e fizeram tropelias¹¹⁸⁵

Vimos que o recrutamento não respeitou as isenções legais, assim, pais de famílias, às vezes únicos provedores da casa, eram levados ao campo de batalha, deixando os lares à descoberta. Não era impossível, também que, ao desertarem, alguns soldados, voltassem às suas casas para carregar a família em fuga. Isso ocorreu com Candido Antônio de Moraes, desertor do Corpo nº 13, de Cachoeira, que seguiu “para Cima da Serra levando a família.”¹¹⁸⁶

Muitos desertores não tiveram sucesso e voltaram aos antigos corpos. Em 3 de novembro, Carlos Schnell registrou, em carta, o retorno do patricio Jacob Holfmeister, cinco dias após desertar.¹¹⁸⁷ Muitas vezes, ao planejarem fuga, ou mesmo aproveitarem momento ideal, os soldados não avaliavam como poderiam sobreviver por algum tempo, sem serem descobertos. Quando o lugar da fuga era distante do de origem, era improvável que, ao desertar, o soldado voltasse para casa. Com o aprofundamento da guerra, o governo autorizou a criação de patrulhas volantes, que percorriam campos e povos atrás de desertores, sendo assim, a exposição de voltar ao município de origem, era grande. Muitos eram aceitos novamente pelos comandantes.

¹¹⁸⁴ AHRs. Correspondência do Barão de Jacuí, 1866. Autoridades militares, maço 183.

¹¹⁸⁵ AHRs. Correspondência do tenente Joaquim da Silva Soares, 1866. Autoridades Militares, maço 197.

¹¹⁸⁶ AHRs. Correspondência de Fidelis Simões d’Alencastro, 1866. Autoridades Militares, maço 197.

¹¹⁸⁷ SANT’ANA, ELMA. Minha amada Maria. Ob.cit.p.148.

Sem roupas e sem soldo

Em janeiro de 1866, Claro Francisco Ilha, guarda nacional do 13º Corpo, de Cachoeira, reapresentou-se ao comandante. Ele teria fugido por “achar-se quase nu e não ter recebido soldo desde o mês de julho findo”.¹¹⁸⁸ Dias depois, em 23 de janeiro, os guardas “Inocência da Silva Prado e Gregório Flores da Silva”, do mesmo corpo, se reapresentaram ao comandante.¹¹⁸⁹ Em outros casos, ao que parece comuns, desertores se extraviavam, quando da marcha de um lugar para outro. Antônio da Costa e Florencio José Pereira, desertores que deveriam ser entregues no comando da fronteira de Rio Grande, com destino a Santa Catarina, simplesmente desapareceram e não se tinha notícias.¹¹⁹⁰

Não há, salvo engano, estatísticas e levantamentos sistemáticos das deserções e suas motivações durante a campanha do Paraguai. Tema que não é de menor importância. Conhecer as causas da deserção é, em última análise, conhecer as condições de vida dos combatentes, suas dificuldades e privações. Algumas informações chegam, de forma isolada, como nos raros casos de desertores que deixavam cartas, quando recapturados, ou quando retornavam a apresentar-se. O guarda nacional Manoel Alexandre Nunes, do 24º Corpo de Cavalaria, tendo desertado, voltou a apresentar-se, justificando que o fizera “antes de receber fardamento e armamento e por ter de acudir sua família composta de sua mulher e três filhos pequenos que tinham ficado doentes e desamparados”.¹¹⁹¹ O desertor foi adido ao Batalhão da Reserva em Caçapava, enquanto esperava definição do caso.

Quando da invasão do Rio Grande do Sul, em junho de 1865, por forças paraguaias, dezenas de guardas nacionais, então desertores, talvez da guerra no Uruguai, voltaram a se apresentar a comandantes da Guarda Nacional. Em 30 de março de 1866, Pedro 2º concedera indulto a cento e cinco desertores, de diversos corpos da Guarda nacional, que se reapresentaram.¹¹⁹²

Por outro lado, os capturados, forçosamente, e os que não deixavam boas impressões nos corpos, poderiam sofrer duras sanções. O desertor poderia ser repreendido internamente, no caso da Guarda Nacional, mandado ao Exército, ou o que era pior: ser mandado para a marinha de guerra. Enviar para a armada foi forma muito utilizada como

¹¹⁸⁸ AHRS. Correspondência de Fidelis Simões d’Alencastro, 1866. Autoridades Militares, maço 197.

¹¹⁸⁹ Idem

¹¹⁹⁰ AHRS. Correspondência de José Fernandes dos Santos Pereira, 1865. Autoridades Militares, maço 190.

¹¹⁹¹ AHRS. Correspondência do capitão Antônio Augusto de Amado, 1866. Autoridades Militares, maço 195.

¹¹⁹² ANRJ - IG 587. Ministério da Guerra. Requerimentos e decretos sobre perdões militares. 1861-1867.

castigo para desertores. Esse expediente fora utilizado desde cedo. Antônio de Lima, soldado desertor do 28º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, foi remetido por Pedro de Abreu ao governo provincial e deveria ser enviado à marinha, fora da província, para “correção e exemplo de outros de mesmo comportamento e costumes, sendo este solteiro e moço.”¹¹⁹³ O serviço na Armada era penoso e o confinamento tedioso. Nesse sentido, é crível que os desertores, que não conseguissem sucesso na fuga, ou que dela se arrependessem, voltassem ao corpo de origem e tentassem escapar daquela punição.

Castigo por desertar

No final de novembro de 1865, o Exército em Operações no Rio Grande do Sul estava acampado nas imediações de São Borja, no Rio Grande do Sul. Manuel Marques de Sousa, comandante daquele exército, informou ao Ministério da Guerra sobre a continuidade das deserções:

[...] continuando diariamente as deserções nos Corpos do Exército e principalmente na Guarda Nacional, e tendo razões para crer que elas são filhas da impunidade, resolveu recolher à Esquadilha nas águas do Uruguai os desertores capturados, e que achavam presos no Exército, não só porque ali eles estão mais seguros, como não ocupam forças em guardá-los.¹¹⁹⁴

Com o passar dos dias, provavelmente as deserções aumentaram e os desertores que estavam embarcados tiveram que ser removidos. Em 10 de dezembro de 1865, Manuel Marques de Sousa comunicou a Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o envio à Porto Alegre e, a seguir, à Corte de 49 desertores, para serem empregados na Marinha de Guerra. Os desertores eram todos soldados. Daqueles, dois eram do 5º Corpo de Voluntários da Pátria; quatro do 8º Corpo de Voluntários da Pátria; dois do 18º Corpo de Voluntários da Pátria; um do 31º Corpo de Voluntários da Pátria; um do 33º Corpo de Voluntários da Pátria; um do 6º Corpo Policial; um do 6º Corpo Efetivo de Cavalaria; dois do 10º Corpo Efetivo de Cavalaria; um do 11º Corpo Efetivo de Cavalaria; um do 13º Corpo Efetivo de Cavalaria; dois do 5º Corpo Efetivo de Cavalaria; dez do 14º Corpo Efetivo de Cavalaria; nove do 19º Corpo Efetivo de Cavalaria; um do 22º Corpo Efetivo de Cavalaria; três do 23º Corpo Efetivo de Cavalaria; um do 29º Corpo Efetivo de Cavalaria; dois do 30º Corpo Efetivo de Cavalaria; três do Contingente de Santa Catarina; um do 8º Corpo Provisório e um do 23º Corpo Provisório.¹¹⁹⁵

¹¹⁹³AHRS. Correspondência do Barão de Jacuí, 1865. Autoridades Militares, maço 183.

¹¹⁹⁴ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 6. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹¹⁹⁵ ANRJ - IG 587. Ministério da Guerra. Requerimentos e decretos sobre perdões militares. 1861-1867.

O envio de desertores à Marinha precisava da aprovação do governo imperial. Em fevereiro de 1866, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ordenou ao governo provincial que os 49 desertores da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul que deveriam ir para a Armada, não fossem enviados à Corte e que fossem levados a Conselho de Guerra, em Porto Alegre. Muitos daqueles “desertores” estavam ilegalmente na Guarda Nacional, foram “violentamente chamados a serviço das armas.”¹¹⁹⁶

Em 27 de janeiro de 1866, foram remetidos do Exército em Operações, 24 soldados desertores, em sua grande maioria pelo crime de “desertar em tempo de guerra”. Esses deveriam ser remetidos à marinha. Eram, em grande parte, soldados dos corpos de cavalaria da Guarda Nacional, dos corpos provisórios e dos corpos de Voluntários da Pátria. Ao serem remetidos do Exército, teriam recebido dez dias de “etapas”, no valor de 300 réis.

Tabela 27 - Desertores enviados para a marinha

Corpos a que pertencem.	Nº	Nomes	Observações
1º Corpo de Cavalaria da G.N.	1	João Antônio da Rocha	Deserção em tempo de guerra.
29 C. C. G.N.	2	Pedro Paulo de Almeida	Idem
43 C. C. G.N.	3	Cesário Alves da Camargo	Teve baixa para enfermaria.
44 C. C. G.N.	4	Eleutherio Alves	Desertou em tempo de guerra
1º Corpo Provisório	5	José Antônio de Oliveira	Idem
“	6	Pedro Chelim	Idem
12 Corpo Provisório	7	Eleutherio Dutra	Idem
14 Corpo Provisório	8	Antônio Tristão	Idem
21 Corpo Provisório	9	Israel Alves de Souza	Idem
23 Corpo Provisório	10	Manoel Marcelino Chinene	Idem
25 Corpo Provisório	11	Tristão Domingues da Silva	Idem
25 Corpo Provisório	12	Camilo José Antônio	Idem
29 Corpo Provisório	13	Amancio José da Luz	Idem
5º Corpo de Voluntários	14	José D’Almeida	ocultar desertores
8º Corpos de Voluntários	15	Florentino Ramão Gonçalves	Idem
8º Corpo de Voluntários	16	Manoel Pedro da Silva	Idem
25 Corpos de Voluntários	17	Fermino Alves de Souza	Idem
33 Corpo de Voluntários	18	Urbano José Brilhante Filho	Idem
35 Corpos de Voluntários	19	Nicolau Bandeira	Idem
35 Corpo de Voluntários	20	Thomas Gazeta	Idem
35 Corpo de Voluntários	21	Vitorino Toledo	Idem
5 Corpo de Voluntários	22	Wenceslau Antônio Lopes	Idem
8º Esquadrão	23	Francisco Antônio Pinheiro	Idem
8º Esquadrão de Caçapava.	24	Anastácio Pereira Henrique	Idem

Fonte: CORRESPONDÊNCIA do capitão Antônio Gomes, comandante interino da guarnição de São Gabriel ao visconde da Boa Vista, presidente da província, São Gabriel, 27 de janeiro de 1866. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 195.

¹¹⁹⁶ Id.ib.,

Nos primeiros meses de 1866, o número de desertores era tanto que o presidente da província e também comandante das armas interino, visconde de Boa Vista, informou ao Ministro da Guerra que “um grande número de outros [desertores] tem sido enviado de diversos pontos para esta Capital, atulhando [enchendo] por tal modo as prisões, que breve não haverá onde tê-los”.¹¹⁹⁷ Ele sugeriu que o governo concedesse indulto aqueles desertores.

As cadeias da província, em especial, a da capital continuaram recebendo desertores. Em maio de 1866, o presidente da província Antônio Augusto Pereira da Costa queixara-se ao Ministro da Guerra de “estarem aglomeradas as prisões com esses desertores”. Segundo ele, aqueles militares não poderiam ser processados, por falta de conselhos de disciplina na província. De acordo com Pereira da Costa:

Como muitos desses desertores são solteiros, e podem prestar bons serviços, talvez fosse conveniente mandar abrir-lhes praça como recrutados no 4º Corpo de Caçadores a Cavalos em organização nesta Província, uma vez que não tenham isenção legal a seu favor.¹¹⁹⁸

A constatação pelo governo provincial da ocorrência de inúmeras ilegalidades no recrutamento de guardas nacionais, que, por isso, desertaram e a impossibilidade de submetê-los a conselho de disciplina, criou um impasse sobre o que fazer com eles. Em 29 de maio de 1866, o Ministro da Guerra, visconde de Camamú, em rascunho, na parte superior do documento, da 1ª Seção da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, em que era informado da situação dos desertores do Rio Grande do Sul, propôs:

Não podendo estes Guardas Nacionais ser processados pelo crime de deserção em vista da falta dos Conselhos de Disciplina, falta que tão cedo ou nunca se remediará por pertencer a Corpos que não tem escrituração regular, e não querendo o governo destiná-los à Marinha como se declarou pelo Aviso de 12 de Março, e finalmente não podendo talvez muitos, segundo o que sobre a ilegalidade do alistamento diz a presidência da província, ser recrutados: parece-me que podem ser soltos aproveitando-se das disposições dos Avisos de 11 de Dezembro de 1865 com referência aos de 30 de Julho de 1855 e 15 de Abril de 1856, assentando-se praça aos solteiros, e dando-se por corrigidos todos com o tempo de prisão que tem sofrido.¹¹⁹⁹

Já no final do conflito, durante a perseguição a Solano López, as deserções eram duramente reprimidas. Não foram poucos os que desertaram. Pedro Werlang, militar alemão, registrou que, às vezes, os desertores, ao serem descobertos, recebiam os

¹¹⁹⁷ Id.ib.,

¹¹⁹⁸ Id.ib.,

¹¹⁹⁹ Id.ib.,

capturadores com “violentos tiroteios”. Em um dos casos de captura, o general teria autorizado que lhes fosse aplicado “300 a 400 lambadas de espada” e, depois, reconduzidos às suas unidades. Aos que ofereciam resistência na captura, eram “imediatamente mortos”.¹²⁰⁰

Características dos desertores

Como vimos, para facilitar a recaptura de militares e guardas nacionais fugidos, expediu-se ordem para que os comandantes de, onde ocorressem deserções, publicassem características dos fugidos. Tivemos acesso à uma riquíssima documentação sobre deserções, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRHS).

Entre essa documentação está uma produzida entre setembro de 1867 e junho de 1869, em um dos momentos mais críticos do conflito.¹²⁰¹ As tabelas elaboradas por comandantes de Corpos ou Brigadas, relacionando o número de desertores, diversas características físicas, de moradia e parentesco, traçam, de certa forma, o perfil do desertor. Infelizmente, não localizamos documentação idêntica para todos os períodos do conflito e, tampouco, em todos os corpos do Exército. A documentação, que ora passamos a discutir é referente, em grande parte, à 4ª Divisão de Cavalaria sob o comando de José Gomes Portinho, que pertencia ao 2º Exército e, no decorrer do conflito, passou às ordens do general Osório, comandante do 3º Exército. Apenas pequena parte dos documentos se referem ao 18º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, que prestava serviço no exército ao mando de Caxias.

No dito período, teriam desertado 226 homens, sendo 34 referentes ao exército de Caxias e, 192, à 4ª Divisão. Diante do tamanho do efetivo que do Rio Grande partiu para a guerra, na casa dos milhares, essa ínfima mostra parece não ser suficiente para expressar o perfil daqueles desertores. Temos certeza disso, então, o que propomos aqui, é uma leitura parcial do perfil dos desertores da 4ª Divisão do Exército e, em separado, uma análise apenas representativa dos desertores do exército de Caxias. Os dados da 4ª Divisão referem-se ao 1º, 3º, 6º e 24º Corpos Provisórios de Cavalaria da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul e à Seção de Transporte, daquela divisão. Exceto a documentação do 1º Corpo de Cavalaria, do período de junho de 1869, que não traz maiores informações sobre

¹²⁰⁰ BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.149.

¹²⁰¹ AHRHS. Correspondência de José Gomes Portinho, 1869. Assuntos militares, maço 204.

os desertores, as demais, estão completas. A documentação mostra que a média de idade entre os desertores era de 28 anos. Homens em plena atividade laboral.

Em relação ao trabalho que desempenhavam, as informações não são completas. Dos desertores, 83 foram identificados com alguma profissão ou sem ofício determinado. Desses, 17 eram lavradores, dez jornaleiros, três carpinteiros, um criador e 50 não tinham ofício definido. Ainda que não de forma conclusiva, mesmo pela ausência de informações, percebe-se maior número de lavradores, certamente, devido à característica social da região de onde vinham, visto que aqueles corpos foram formados em especial com gente de regiões de colonização alemã, com destaque para Cruz Alta. Sobre o lugar de origem desses desertores, a documentação aponta que a maioria era do noroeste da província.

Gráfico 3 - Desertores – profissões



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos 156 registros de localização, 82 eram de Cruz Alta ou de seus distritos. A referida divisão atuou por longo período na província de Corrientes, servindo de proteção e, ao mesmo tempo, intermediária entre o exército, operando no Paraguai, e a província do Rio Grande do Sul. Aquela localização era relativamente próxima ao noroeste rio-grandense, o que pode ter freado o ímpeto de muitos desertores, que estariam próximos de casa. Quando receberam ordem de marchar para o Paraguai, as deserções aumentaram consideravelmente. Na documentação, há 166 registros sobre a condição matrimonial dos desertores, desses, três viúvos, 40 casados e 123, solteiros. Dado que a legislação proibia, em algumas ocasiões, os casados de serem arrolados na ativa da Guarda Nacional, esse índice ainda é bastante elevado.

Gráfico 4 - Localização a que pertenciam os desertores

Fonte: Elaborado pelo autor.

Eram os praças que mais desertavam. Dos 169 registros que indicaram graduação, um era furriel, três clarins, três sargentos, 28 cabos e 134, soldados. Como era composta de homens majoritariamente das regiões de colonização alemã, aqueles corpos apresentavam maioria de indivíduos brancos, mas não exclusivamente. A documentação apontou que, dos 168 registros para cor de pele, 94 eram brancos, 36 *morenos*, 12 *índios*, 11 *pardos*, nove *cor trigueiro* e, seis, *pretos*. Essa classificação é um pouco confusa. Não é possível afirmar se, pela avaliação dos anotadores, alguém com *cor trigueiro* era, na verdade indígena ou negro. Essas são algumas das características com as quais se pode tabelar e criar um perfil, ainda que parcial, como dissemos, da 4ª Divisão do Exército Imperial.

Em 20 de dezembro de 1867, Luiz Alves de Lima e Silva, general comandante de todas as forças imperiais no Paraguai, comunicou ao presidente da província a deserção de 34 homens do 18º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul. Na correspondência, ele enviou quadro com informações necessárias à identificação dos mesmos, acreditava que tivessem ido “em procura das localidades em que habitavam”, antes de marchar com o Exército.¹²⁰²

Dos 34 desertores, do 18º Corpo de Cavalaria, um era oriental, um de Palmeira das Missões, dois de São Nicolau, seis de São Borja, seis de Santo Ângelo e, dezoito, de Cruz Alta. As regiões de colonização alemã foram duramente golpeadas com reuniões e recrutamentos, sobretudo, durante a formação do 3º Exército. Dos corpos ali organizados,

¹²⁰²AHRS. Correspondência de Luiz Alves de Lima e Silva, 1867. Autoridades Militares, maio 202.

houve dezenas de desertores. Os corpos organizados em regiões de colonização alemã foram preenchidos também com negros e pardos, ainda que em menor número. Dos desertores, onze eram brancos, nove pardos, dois *escuros*, oito *índios* e, quatro, sem identificação.

A documentação apontou que a maioria dos desertores era dos setores subalternizados da sociedade. Daqueles, três eram sargentos, sete cabos de esquadra e vinte e quatro, soldados. A existência de laços familiares, como casamento, é importante para entender deserções. No caso do 18º Corpo de Cavalaria, dos trinta e quatro que desertaram, doze eram casados, em sua grande maioria, sargentos e cabos; dezesseis, eram solteiros; dos quais, todos os indígenas, e, seis, sem a informação. Não constou informação da idade dos desertores.

Capítulo 8 - Os impactos da guerra no Rio Grande do Sul

“o recurso às armas e à coerção é pura hipótese de método e a única possibilidade concreta é o compromisso já que a força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e do qual se requer o entusiasmo e a boa vontade”

Antônio Gramsci, 1978.

Os cerca de sete anos em que durou o último ciclo bélico na região platina, entre 1863-70, que culminou com a devastadora Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai acarretou consequências seríssimas às populações de todas as regiões envolvidas. Umas mais, outras menos. Para a província do Rio Grande do Sul, envolvida no movimento belicista desde o seu nascedouro, com as ingerências de fazendeiros sulistas no Uruguai, passando pelo apoio velado, depois explícito, de parte da classe proprietária e, do governo imperial, ao rebelde Venancio Flores e, em seguida, transformando-se na província que mais contribuiu com homens para o conflito.

As cerca de 450 mil pessoas que habitavam o Rio Grande do Sul na época não ficaram isentas desse processo. Milhares de esposas, de filhos e filhas, de pais e mães sofreram na partida de seus entes, para uma guerra sem justificativa. A maioria não pode abraçá-los na volta. Milhares sucumbiram no campo de batalha. Aos sobreviventes, a vida nunca mais seria como antes. Quantos trabalhadores rurais, lavradores, peões ou pequenos criadores não puderam mais fazer as lidas, sustentarem a si e a suas famílias? O mesmo em relação aos trabalhadores urbanos. Quantos vendedores, práticos de embarcações, construtores etc., ficaram aleijados, sem poder prover o alimento, dependendo de cuidados familiares, onerando ainda mais a família? E o Estado supriu as necessidades desses combatentes? Quantos ex-cativos que vislumbrando na guerra uma oportunidade de tornarem-se livres nunca mais voltaram? E as pessoas que tiveram suas casas invadidas pelos paraguaios, foram reembolsadas das perdas?

Esses homens que foram à guerra são os mesmos que deixaram, na província, a produção agrícola. Num período em que o Império passava por grave crise de produção de alimentos, a guerra retirou braços produtivos do campo. Teria havido desabastecimento? Qual foi o impacto da guerra nas colônias agrícolas? Outro aspecto diretamente ligado à produção é a economia provincial. Esses milhares de homens foram retirados do sistema produtivo. O período - pode parecer contraditório - era de crescimento econômico para o Império. Qual o impacto disso para a economia da província?

A pretexto do esforço de guerra, reduziu-se ou se tornou precário os efetivos dos corpos de polícia. Muitos, levados sumariamente ao campo de batalha, desguarnecendo a província. Essa desorganização das forças de defesa e a própria agitação causada pela preparação da guerra teria animado grupos de trabalhadores escravizados a sublevarem-se. As autoridades e a classe proprietária da província, temendo generalização da violência, sobretudo pela quase inexistência de corpos policiais, levados ao Paraguai, pediam socorro ao governo imperial, inclusive solicitando remessa de presos “perigosos” para prisões fora da província.

Maus tempos também passaram, no Rio Grande do Sul, os prisioneiros paraguaios – a grande maioria rendidos em Uruguiana – largados à própria sorte, forçados a trabalhar em fazendas e casas de oficiais, do Exército e da Guarda Nacional, da província. Centenas deles ficaram sob tutela do Estado imperial, quando da rendição. A historiografia nacional patriótica sempre defendeu tese, sem base real, de que esses homens foram bem tratados no Império. Atualmente já se sabe que não foi assim e muitos teriam sido reduzidos a condição semi-servil por proprietários de terra.

Em termos de dinheiro público volumosas quantias foram dispendidas para manter a guerra, dinheiro inclusive obtido em empréstimos internacionais. Mas o que sustentou o conflito mesmo, foram os pesados aumentos de impostos que encareciam o custo de vida da população, sobretudo a mais pobre. Qual teria sido o impacto desses aumentos de impostos para bancar a guerra, para a província do Rio Grande do Sul? Enquanto o governo imperial apertava o cerco na cobrança de tributos, no Exército e na Marinha ocorria farras com o dinheiro público. Compras de cavalos e bois fantasmas. Contratos espúrios com fornecedores. Impressiona que com tanto animal disponível à venda e com tanto dinheiro disponibilizado, tenha faltado esses animais para a cavalaria riograndense, principal arma da província. Os contratos para fornecimento de víveres e etapas às tropas eram quase sempre desvantajosos ao erário público, mesmo assim os comandantes de corpos, brigadas, divisões e de exércitos inteiros os aceitavam, assim como os prepostos do governo imperial na província.

8.1 Pensões

As primeiras fases da campanha militar do Império, atacando o Uruguai e, defendendo-se dos paraguaios, no Rio Grande do Sul, foram parcas em combates. Na Banda Oriental, até o ataque que culminou com o bombardeamento de Paysandú, não houve batalhas, salvo alguns pequenos confrontos com forças *blancas*. Em Paysandú, o

confronto deixou dezenas de mortos e feridos, como visto. Na desastrosa defesa da província do Rio Grande do Sul, fora o ataque do dia da invasão, 10 de junho, houve apenas um confronto digno de destaque, a batalha do rio Botuí. Ali, também houve algumas baixas. Os feridos foram levados à Alegrete.¹²⁰³ A morte ou inaptidão para o serviço, daqueles militares e de tantos outros, no decorrer de toda a guerra, levou a centenas de pedidos de pensões, dos próprios militares ou de mulheres, filhas e mães. No caso de o militar tornar-se inválido, poderia ser enviado para o Asilo dos Inválidos da Pátria, na Corte. De lá, sairia ou reabilitado para o serviço – improvável – ou reformado e com direito a pensão. Esse processo, como tudo na burocracia do Estado Imperial, era moroso. À medida que novos inválidos chegavam à Corte, os que aguardavam as cartas de pensões eram dispensados e remetidos para suas províncias de origem para esperar a concessão da pensão.¹²⁰⁴

As pensões para militares feridos e para viúvas e filhas já constava há tempos na legislação imperial. Durante o conflito com o Paraguai, porém, decretos regularam tais concessões. Uma vez aprovado a pensão pelo governo imperial, o militar ou a família recebia uma Carta da pensão concedida. Esse aparato burocrático contribuía para as pensões demorarem muito tempo para serem aprovadas e liberadas. Mesmo assim, muitas famílias buscavam nele uma oportunidade de viver dignamente. Como o acesso à justiça e aos aparatos burocráticos do Estado imperial/brasileiro não eram e não são para garantir o direito a cidadania ao povo, muitas famílias, em especial, pobres, nunca souberam de tal direito a pensões ou nunca foram atendidas em suas súplicas. Ou seja, o Estado forçou milhares de homens a enfileirar-se para a guerra, grande contingente morreu e, seus dependentes ficaram *a ver navios*.

No ataque a Paysandú e, em consequência dele, teriam morrido cinco oficiais: o capitão do 1º Batalhão de Infantaria Manoel Bento Andrade, solteiro; o capitão do 3º Batalhão de Infantaria Antônio Fernandes Borges, casado e pai de quatro filhos; o alferes do 3º Batalhão de Infantaria, Patrício de Oliveira Maciel, casado; Florentino de Oliveira Dias, do 13º Batalhão de Infantaria, casado e o tenente do 3º Batalhão de Infantaria José Antônio de Lima Júnior, solteiro.

Localizamos o deferimento do pedido de pensão de Esterlita de Menezes Borges e filhos do capitão Antônio Fernandes Borges, pensão de 720\$000, repartidos entre eles.

¹²⁰³ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d' [1842-1922]. Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.77.

¹²⁰⁴ ANRJ - IG 219. Ministério da Guerra. Ajudante General. Ofícios. 1866-1867.

Isso, sem “prejuízo do meio soldo que competir”.¹²⁰⁵ Ou seja, além da pensão referida, receberia meio soldo. Tais pedidos eram analisados pelo Ministério do Império. Naquele confronto ou em decorrência dele, teriam morrido setenta e cinco praças (vide tabela nº 1). Desses, até o momento, não localizamos pedido algum de pensão. Consta, porém, de uma tabela elaborada pelo coronel barão de Serro Alegre, comandante superior das fronteiras da cidade de Bagé, o nome da viúva e da descendência de Salvador Alves de Farias, falecido no Uruguai, em dezembro de 1864. Era sua esposa, Mariana Silveira de Farias e, seus oito filhos: Francisco Alves de Farias, de 14 anos de idade, Laufrides Alves de Farias de 10 anos, Inocência e Leopoldina Alves de Farias, gêmeas, de 8 anos, Mariana Alves de Farias de 7 anos, Prudência Alves de Farias de 6 anos, Constança Alves de Farias de 4 anos, e Sebastiana Alves, de 3 anos.¹²⁰⁶

Consta na mesma tabela que, no ataque do dia 10 de junho, quando os paraguaios penetraram solo rio-grandense, morreu o soldado Manoel Ribeiro da Silva, casado, com dois filhos. Na batalha do rio Botuí, em 26 de junho, morreram quatro soldados: João Riquel, casado com Antônia Paraguaia (o documento traz em maiúscula e não especifica se era nacionalidade ou sobrenome), com dois filhos; Francisco Soares dos Santos, casado com Águeda e não deixou filhos; Máximo da Rosa, casado com Saturnina, não deixou filhos e Felipe Nery de Souza, casado com Josefa, com dois filhos. No mesmo combate, morreu o cabo Fellipe Diniz Corrêa, casado com Henriqueta Bertolda e com dois filhos. Os oficiais mortos foram quatro: o alferes Manoel Caetano da Silva, casado, com filhos; o tenente ajudante Israel da Silva Morais, casado com Maria Bento de Ataíde, sem filhos; o tenente Leandro Rodrigues Fortes, casado com Vitalina Fernandes Fortes, com nove filhos e o capitão João Antônio Prestes de Oliveira, casado com Maria Alaima de Oliveira, com sete filhos.

¹²⁰⁵ ANRJ – IG 1 351. Ministério da Guerra. Correspondência do Ministro do Império ao Ministro da Guerra. 1866-1867.

¹²⁰⁶ ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

Tabela 28 - Militares mortos na batalha de São Borja de do Botuí

3º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional	Alferes	Manoel Caetano da Silva	Deixou mulher e filhos; porém a participação na cita os nomes.
10º Corpo Provisório	Tenente Ajudante	Israel da Silva Morais. + 07/10/1865	Casou com D. Maria Bento de Ataíde, sem filhos.
Dito	Soldado	João Riquel	Casado com Antônia Paraguaia, deixou dois filhos menores.
11º Corpo Provisório	Cabo	Felippe Diniz Corrêa	Casado com Henriqueta Bertolda, deixou dois filhos.
Dito	Soldado	Francisco Soares dos Santos	Casado com Águeda, sem filhos.
Dito	Soldado	Máximo da Rosa	Casado com Saturnina, sem filhos.
22º Corpo Provisório	Tenente	Leandro Rodrigues Fortes. + 12/04/1866	Casado com D. Vitalina Fernandes Fortes. Deixou nove filhos.
Dito	Cabo	Balduino José da Silva	Casado com Apolinária da Veiga. Deixou cinco filhos.
23º Corpo Provisório	Capitão	João Antônio Prestes de Oliveira. + 07/10/1865	Casado com D. Maria Alaima de Oliveira. Deixou sete filhos, sendo dois menores.
Dito	Soldado	Felippe Nery de Souza	Casado com Josefa, deixou dois filhos.
22º Corpo provisório da Guarda Nacional	Soldado	Manoel Ribeiro da Silva	Casado, ignora-se o nome da mulher, deixou dois filhos.
23º Corpo Provisório da Guarda Nacional.	Soldado	João Guilherme	Solteiro, faleceu no dia 26 de Junho passado, proveniente de um balaço no dia 26 no Campo de São José, filho de Maria.

Fonte: ANRJ – IJJ 1 707. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério da Guerra para o Ministério do Império. 1866-1867; ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

No mesmo levantamento feito pelo coronel barão de Serro Alegre, provavelmente a pedido do governo provincial, para estimar o número de mortos com familiares que possivelmente pediriam pensão, há o nome de cinco viúvas e respectivos filhos de oficiais mortos em São Borja. Esses, esperavam a marcha do 2º Corpo do Exército quando contraíram tifo e faleceram. A tabela a seguir traz os dados:

Tabela 29 - Viúvas e descendentes de militares mortos em São Borja

Dona Ana Pinheiro de Mesquita	Viúva do falecido Alferes Bento de Souza Mesquita. Seguiu para a campanha no Batalhão de Voluntários da Pátria que se organizou na Cidade de Bagé: faleceu do tifo no acampamento da Vila de São Borja a 15 de Março do corrente ano. Ficou a viúva tão pobre que por esmolas se está sustentando, e pagando aluguel de casa para residir. Tem uma filha de nome Etelvina de Souza Mesquita, de 13 anos de idade; e de todas as viúvas que os maridos têm falecido no serviço da Pátria, residentes neste Município, é a que mais pronto socorro precisa da Munificência Imperial.
Dona Belmira Moreira Leite	Viúva do falecido Tenente Manoel Leite da Silva, do Corpo de Voluntários organizado no Município de Bagé em Agosto de 1865: faleceu no Exército em São Borja (do tifo) a 6 de Dezembro do mesmo ano. Não deixou filhos, porém sua viúva é pobre.
Dona Maria José Rodrigues Soares	Viúva do falecido Tenente Coronel Antônio Rodrigues Soares, morador neste Município, e Comandante do Corpo Nº 12, faleceu do tifo no Exército na Vila de São Borja no dia 13 de Dezembro de 1865. Deixou três filhas que são: Maria Helena Rodrigues Soares, de 11 anos de idade; Sebastiana Rodrigues Soares, de 6 anos, e Elvira de Deus Rodrigues Soares, de dois anos.
Dona Luiza Maria Carolina Cardoso Correia	Viúva do Alferes Maximiano Faustino Correia: faleceu do tifo no Exército na Vila de São Borja a 28 de Novembro de 1865. Deixou dois filhos, que são: Esalina Correia, de 2 anos de idade, e João Correia, de um ano.
Dona Feliciano Alves Machado	Viúva do falecido João Alves Pereira, apresentado para servir no Batalhão de Voluntários da Pátria que se organizou no Município de Bagé: faleceu no hospital em São Borja (do tifo) a 20 de Março do corrente ano. Deixou dois filhos, sendo: Etelvina Alves Machado, de 3 anos de idade, e João Alves Machado, de dois meses.

Fonte: ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

Burocracia imperial

Em regra, as solicitações de pensões, eram encaminhadas através do governo provincial, que encaminhava o pedido ao ministério competente. Assim ocorreu com o pedido de pensão para duas filhas legítimas do general Antônio de Sampaio, que viviam com a avó, em Porto Alegre.¹²⁰⁷ Como em qualquer situação da vida cotidiana, tais solicitações eram de mais fácil encaminhamento para mulheres de posses e, sobretudo, com boas relações. Mulheres pobres teriam muitas dificuldades para encaminhar suas solicitações de pensão. Viúvas de oficiais recebiam pensão equivalente a soldo ou meio soldo do que recebia o marido. Regra essa não observada para as dos praças, que ficavam a mercê da estipulação discricionária do governo imperial. Mesmo depois de mortos os abismos sociais estavam presentes.¹²⁰⁸ Os jornais do Império traziam os decretos de concessão de pensões a famílias de militares mortos.¹²⁰⁹

Em maio de 1866, o Comando Superior da Guarda Nacional de Piratini elaborou lista de militares, daquele comando, mortos em São Borja e, de suas respectivas famílias.

¹²⁰⁷ ANRJ – IJJ 1 707. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério da Guerra para o Ministério do Império. 1866-1867.

¹²⁰⁸ Id.ib.,

¹²⁰⁹ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

Até aquela data, havia seis registros: capitão Antônio Barbosa Rossi, esposo de Maria Joana Prates Barbosa, com cinco filhos menores: Maria do Carmo, Antônio, Maria José, João Maria e Nicanor; o guarda nacional Gaspar Nunes Fernão, deixou viúva Joaquina Borges Fonseca e a filha menor, de dois anos, Herculana; o guarda nacional Florisbello Pimentel de Mello, deixou viúva Eulália Joaquina e Silva e três filhos menores: Antônio Pimentel, Ana Maria e Florisbello Pimentel; o guarda nacional Manoel Serafim de Moura, deixou viúva Maria de Torres e Silva e três filhos menores por batizar; o militar Daniel Antônio Gonçalves, deixou mãe, viúva, e, oito irmãos menores a quem sustentava e o guarda nacional José da Silva, deixou viúva Claudina Maria da Conceição e uma filha solteira, Maria Candida.¹²¹⁰

O barão de Porto Alegre, comandante do Exército em Operações no Rio Grande do Sul, publicou relação de oficiais dos corpos sob seu comando mortos de junho de 1865 a janeiro de 1866. Cinco capitães: Bernardo Joaquim Pereira, do 1º Batalhão de infantaria, de linha, morto em 5 de outubro de 1865; Xilderico Cícero de Alencar Araújo, do mesmo batalhão, morto em 22 de setembro; Antônio José Pereira de Carvalho, mesmo batalhão, morto em 4 de setembro; Geraldo José Victor Bahiense, do 8º Corpo de Voluntários da Pátria, morto em 25 de setembro e João de Souza Nunes, do 10º Corpo de Cavalaria, morto em 22 de setembro. Sete tenentes: Fernando Martins Garrocho, do 1º Batalhão de linha, de Infantaria, morto em 3 de agosto, Laureano Uldorico de Oliveira Lisboa, do mesmo corpo, morto em 18 de janeiro de 1866; Antônio Augusto Nabuco Caldas, do 5º Corpo de Voluntários da Pátria, morto em 10 de setembro de 1865; Paulo Correia de Mattos, do 8º Corpo de Voluntários, morto em 01 de outubro; Israel da Silva Moraes, do 10º Corpo de Cavalaria, morto em 20 de junho; Leandro Rodrigues Fortes, do mesmo corpo, morto em 26 de junho e José Maria Centeno, do 26º Corpo Provisório, morto em 21 de outubro; Antônio José Centeno, do mesmo corpo, morto em 04 de novembro. Seis alferes: Domingos da Costa Alvarenga, do 1º Corpo de Infantaria de linha, morto em 23 de setembro de 1865; José Nunes de Carvalho, do 5º Corpo de cavalaria, morto em 02 de setembro; Fernando Sebastião Dias da Mota, do mesmo corpo, morto em 01 de setembro; José Carlos da Costa Velho, do mesmo corpo, morto em 15 de setembro; Pedro César Paz Barreto, do 28º Corpo de Voluntários da Pátria, morto em 27 de agosto e Joaquim José de Melo, do 22º Corpo de Cavalaria, morto em 01 de setembro. Militares mortos que seguramente deixaram descendentes aptos a receber pensões. Por isso, era de grande

¹²¹⁰ ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

interesse para o Império.

Levantamento feito na região de abrangência do Comando Superior de Canguçu elencou famílias que, após a morte do provedor, marido ou filho mais velho, em decorrência da guerra, ficaram em duras condições de sobrevivência. Eram elas: Florência da Silveira Mota, viúva do tenente Sezefredo da Silva Mota, com dois filhos menores, Alfredo da Silva Mota e Alfrido da Silva Mota; Lauriana Mota Lessa, viúva do capitão de comissão José Antônio Lessa, com seis filhos menores: Maria José Lessa, 13 anos; Maria Júlia Lessa, 3 anos; Gregório Antônio Lessa, 9 anos; José Maria Lessa, 7 anos; Antônio Cândido Lessa, 5 anos e Albino José Lessa 2 anos. Outra viúva, Ana Rodrigues Goulart, do guarda nacional Amâncio Silveira Goulart, com duas filhas menores, Urbana Rodrigues Goulart, 4 anos e, Maria Amélia Goulart, 2 anos.

O levantamento contempla mulheres, viúvas, que, na guerra, perderam o filho responsável pelo sustento familiar. Eram: Graciana Maria Martins, 50 anos, tendo outro filho, Francisco Martins, 13 anos e Josefa Martins, 23 anos; Clara Maria Borges, 54 anos, com outros filhos: Dionísia Borges, 22 anos; Januária Borges, 21 anos; Cecília Borges, 20 anos; Clara Borges, 19 anos; Jacinto José Borges, 8 anos e Claro José Borges, 7 anos. Joaquina Ferreira do Amaral, tinha uma filha solteira e três netos para sustentar.¹²¹¹ A vida da mulher das classes subalternizadas era (e ainda é) algo *infernai*, em contexto de guerra, era ainda pior. Despossuída de direitos civis, dependiam, para seu sustento, da benevolência do marido ou de filhos maiores, com renda. Em casos extremos, filhos menores se obrigavam a empregar-se nas cidades e no campo, por algum trocado ou comida. No campo, não seria incomum, famílias inteiras, perdendo o provedor de alimentos, ficarem em situações semi-servis. Vê-se da documentação, que mulheres, filhas ou irmãs de militares mortos, mesmo maiores de idade, não se empregavam, para ajudar a sustentar a família. Em geral, aguardavam o casamento, de onde o ciclo se reiniciaria.

Maior pauperização

As condições de vida de muitas famílias em que o único arrimo fora levado a lutar naquela guerra era desoladora. Por vezes, famílias extensas, com filhos pequenos eram subitamente privadas do seu provedor, que já em condições *normais*, teria dificuldades

¹²¹¹ ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

para sustentá-los. A guerra levaria pauperização a grande número de pessoas e intensificaria situações já bastante sensíveis.

Outro caso, em que a guerra potencializou problemas já existentes ocorreu com uma família da vila de Encruzilhada do Sul. A câmara de vereadores da vila requereu, junto ao governo provincial, pensão para uma viúva e seus filhos. Maria Geralda da Silveira, 40 anos, mãe de Maria José Teixeira, 17 anos e Anaurelino Teixeira de Moura, 9 anos, viúva do 2º sargento do 23º Corpo de Cavalaria de Guardas Nacionais, José Teixeira de Moura, morto em Curuzú, em consequência de ferimento de combate.

Os vereadores peticionantes julgavam que assim como haviam pedido anteriormente pensão para familiares de três oficiais, daquele município, mortos em combate, não poderiam ignorar “a indignação a que ficara reduzida a família daquele que selou com a vida o seu patriotismo e abnegação [...]”¹²¹² A mesma câmara solicitara, através do presidente da província, pensão a Firmina Augusta Ribeiro, Modesto, 3 anos e Alfredo, 2 anos, viúva e filhos menores do 2º sargento Benjamim Augusto Ferreira dos Santos, do 23º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, ferido de morte na batalha de 24 de maio de 1866. Segundo o documento, a família do militar morto, arrimo da família, estava “sofrendo mais sensíveis necessidades”.¹²¹³

No início do conflito, setores médios e ricos, da sociedade imperial, demonstrando amplo apoio a continuidade das ações militares contra o governo e o povo paraguaio, ofereciam suas caridades ao governo imperial, em prol dos militares do país que voltavam doentes ou inválidos dos campos de batalha e para as famílias, dos que nunca voltariam. Oferecimentos de valores para os gastos da guerra, em especial para a conscrição, via pagamento, de mais soldados.

Em fevereiro de 1865, após a batalha de Paysandu, onde diversos imperiais perderam a vida, o diretor do Colégio Vitório, do Rio de Janeiro, e os diretores do Colégio Marinho, ofereceram dar aulas gratuitas para filhos de oficiais e praças de Linha ou da Guarda Nacional feridos ou mortos naquele conflito.¹²¹⁴ Igual oferecimento fez D. Mariana Gomes, de “ensinar gratuitamente diversas matérias às filhas dos nossos oficiais,

¹²¹² ANRJ – IJJ 1 707. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério da Guerra para o Ministério do Império. 1866-1867.

¹²¹³ Id.ib.,

¹²¹⁴ ANRJ – IG 1 350. Ministério da Guerra. Correspondência do Ministro do Império ao Ministro da Guerra. 1863-1865.

até o número de 60".¹²¹⁵ Solicitou, porém, ao governo, uma casa e livros. Não lhe foi concedido.

Pensão para inválidos

Muitos riograndenses teriam ficado inválidos. Um levantamento do final de 1865 apontou a concessão de pensão a três militares rio-grandenses, feridos no Paraguai:

Corpo: 2º Regimento de Cavalaria Ligeira. Graduação: 2º Cadete 2º Sargento. Nome: João Francisco de Alvarenga. Idade: 20 anos. Naturalidade: Rio Grande do Sul. Lesões ou moléstias: Falta do braço direito por amputação reclamada por ferimento de arma de fogo. Parecer da Junta: Incurável. Incapaz do serviço do Exército. Observações: Dificilmente poderá ganhar os meios de subsistência. Corpo: 3º Regimento de Cavalaria Ligeira. Graduação: Anspeçada. Nome: Guilherme Joaquim Pereira. Idade: 28 anos. Naturalidade: Rio Grande do Sul. Lesões ou moléstias: Retração da perna direita por ferimento de arma de fogo e hepatização do pulmão direito. Parecer da Junta: Incurável. Incapaz do serviço do Exército. Observações: Dificilmente poderá ganhar os meios de subsistência. Corpo: 3º Regimento de Cavalaria Ligeira. Graduação: Soldado. Nome: Vasco Rodrigues de Almeida. Idade: 24 anos. Naturalidade: Rio Grande do Sul. Lesões ou moléstias: Apresenta oito cicatrizes de ferimentos de arma de fogo em diversas regiões do corpo, tendo um dos ferimentos produzido a perda do testículo esquerdo. Parecer da Junta: Incurável. Incapaz do serviço do Exército. Observações: Deve ser pensionada.¹²¹⁶

A lista de inválidos, somente do Rio Grande do Sul, era gigante e, apenas aqueles três, foram contemplados. O deferimento do direito a pensão nem sempre encerrava a busca por ela. Em outubro de 1865, inválidos do Exército e de Voluntários da Pátria, removidos de Uruguaiana para Alegrete, reclamavam ao governo provincial as péssimas condições em que se encontravam. Segundo eles:

O fornecimento que recebemos para seis dias não chega para três por que dá-se uma tampa de marmitta, esta não cheia, seis colheres de café sendo esta pequena e não cheia que muito mal da para duas vezes, o açúcar menos de uma quarta e este de péssima qualidade, o sal, este mormente da para temperar-se duas vezes, sendo estes gêneros dados as praças para seis dias, a carne dá-se 2 libras e meia para dois dias, sendo esta a mais ordinária que possa haver (deu-se duas vezes a carne podre) e as praças representando-se foi advertidas pela a primeira vez que não aceitava-se reclamações alguma com pena de ser castigado, como determinou o sr. Major Mendes, comandante da guarnição, advertido a V. Exa. que os gêneros e a carne não chega, que quase sempre falta seis e oito rações de carne pertencente as praças, o roubo é tão escandaloso que V. Exa. logo mais [...] esclarecimento a tal respeito.¹²¹⁷

¹²¹⁵ Id.ib.,

¹²¹⁶ ANRJ – IJJ 1 707. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério da Guerra para o Ministério do Império. 1866-1867.

¹²¹⁷ OFÍCIO de Ermeto Emiliano da Fonseca, do corpo de inválidos em Alegrete ao comandante das armas, 04 de outubro. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 191.

Em 1867, Maximiano Rodrigues Nery, ex soldado do Batalhão 12 de Infantaria, suplicou ao presidente da província que pedisse ao governo imperial a liberação de sua miserável pensão de 400 réis, obtida por decreto de 28 de junho de 1865, e aprovado por decreto nº 1372 de setembro de 1866.¹²¹⁸ Vê-se que o trâmite era longo. Primeiro a petição, que passava por uma avaliação do ministro de Estado, após, um decreto de concessão e outro de aprovação. É possível que muitos militares tenham falecido sem nem mesmo ter recebido a pensão. Por outro lado, famílias de mortos na guerra, no mais das vezes numerosas, tinham dificuldades em se sustentar. Por toda a província, ocorreram mobilizações de caridade, que refletem, em verdade, o apoio explícito e implícito ao conflito. Em diversos lugares, foram criadas Comissões para arrecadação das doações.¹²¹⁹

Em inícios de 1866, realizou-se, em Porto Alegre, um concerto que arrecadou fundos em “em benefício dos órfãos dos militares, que faleceram na guerra contra o Paraguai [...]”¹²²⁰ Em novembro de 1867, também em Porto Alegre, criou-se uma Sociedade Filantrópica para socorrer famílias de praças do 1º Batalhão de Infantaria de Guardas Nacionais.¹²²¹ Os esforços da guerra forçaram o recrutamento de maior número de homens, mormente após a batalha de Curupayty. O batalhão em questão foi enviado às fronteiras da província.

Fugindo sem levar nada

Os dramas daquele conflito foram especialmente particulares para as famílias empobrecidas das vilas da fronteira do rio Uruguai, invadidas pelo Exército Paraguai. Quando da invasão da província, através do passo de São Borja, a maioria das pessoas daquela vila fugiu, muitos em direção a Alegrete, outros na direção do rio Ibicuí, no Passo do Mariano Pinto. Para esses, informava David Canabarro, ordenara ao capitão Luiz de Barros Leite que providenciasse alimentação. Miguel Augusto de Penedo forneceu o alimento, entre 10 de junho e 24 de setembro. Cobrou, por isso, o valor de 3:413\$400.¹²²²

¹²¹⁸ Id.ib.,

¹²¹⁹ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

¹²²⁰ ANRJ. IJJ 9 454. Ministério do Império. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864-1867.

¹²²¹ ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

¹²²² ANRJ - IJJ 1 707. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério da Guerra para o Ministério do Império. 1866-1867.

O fornecimento consistia em carne verde, na fração de uma rês para cada 60 pessoas, mesma porção das rações das tropas.

Tabela 30 - Pessoas da vila de Itaqui emigradas quando da invasão paraguaia

Nomes	Número de reses
Manoel Francisco Guerreiro	21
José Ignácio	10
Gaspar Antônio da Silveira	16
Ignácio Antônio da Silva Ramos	15
Maria Pascoala	6
José Manoel Tavares	12
Francisco Solano	10
Francisco Borges	20
Vicente Ferreira	5
Severina Franco	19
Rosa Ballegos	2
Joaquim Correia	15
Francisco Ribeiro	15
Leocádia Rodrigues	19
Felício Martins	7
Antônia Correntina	3
Joana de Lima	2
Cosme Escalante	7
Eusébia Miranda	16
Miguel Cardoso	5
Manoel Perucho	6
Soma	231

Fonte: ANRJ – IJJ 1 707. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério da Guerra para o Ministério do Império. 1866-1867.

No início de agosto de 1865, ao passo que as tropas paraguaias se aproximavam da vila de Uruguaiana, algumas famílias despossuídas, sem condições para fugir, refugiaram-se no acampamento do Exército Imperial que, de longe, assistiu a marcha paraguaia. Em situação de grande miserabilidade, precisaram ser alimentadas, naquele acampamento.

Tabela 31 - Pessoas da vila de Uruguaiiana emigradas quando da invasão paraguaia

Números	Nomes	Observações
1	Maria Luzia	
2	Maria Jacinta	
3	Ana Rosa	
4	Segunda	9 filhos
5	Isabel	4 filhos
6	Maria Domingas	
7	Marcelina	2 filhos
8	Helena Florentina	
9	Carlota Maria da Conceição	
10	Trinidad da Costa	4 filhos
11	Joana Maria Fernandes	4 filhos
12	Maria de Lima	3 filhos
13	Tomásia Florisbela	1 filho
14	Brígida	
15	Adriana	

Fonte: ANRJ – IJJ 1 707. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério da Guerra para o Ministério do Império. 1866-1867.

O cenário pós invasão, nas vilas da fronteira do rio Uruguai, era de caos total. Os paraguaios haviam revirado todas as casas possíveis a procura de alguma coisa de valor que pudessem levar. Nem mesmo as casas mais modestas teriam escapado. Para minimizar situação calamitosa, o governo imperial liberou 20 contos de réis (20:000\$000) destinado às famílias da região que “em consequência da invasão paraguaia, reduziram-se ao estado de penúria”.¹²²³ A verba estava consignada na rubrica “Socorros Públicos” e serviu especialmente para pagar proprietários que forneceram alimentos às famílias fugidas. Ou seja, em épocas de crise, o Estado financiando os setores proprietários em detrimento das classes empobrecidas. Aquele recurso ficou sob responsabilidade do presidente da província que deveria distribuí-lo “segundo as circunstâncias de cada família [...]”¹²²⁴

8.2 Indenizações

São Borja, Itaqui e Uruguaiiana, as três vilas invadidas pelo Exército Paraguai, no inverno de 1865, contavam, ao todo, com uns 10 mil habitantes. Destes, grande parcela de trabalhadores escravizados, trabalhadores livres e em menor quantidade, pessoas de posses, proprietários rurais, de campos e gado, comerciantes importadores e exportadores, funcionários públicos etc. Nesses lugares, com maior intensidade do que no restante da província, a guerra desestabilizou o ritmo normal de vida. Pessoas foram forçadas a sair

¹²²³ ANRJ – IJJ 1 707. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério da Guerra para o Ministério do Império. 1866-1867.

¹²²⁴ Id.ib.,

de suas casas às pressas.¹²²⁵ Algumas tiveram prejuízos, outras perderam o pouco que possuíam. No final das contas, os pedidos de indenizações seriam realizados por gente de posses. As classes empobrecidas que nada ou quase nada possuíam, assim continuaram.

Nem bem acabara as operações bélicas em solo rio-grandense, dezenas de pedidos de indenizações e pensões lotavam a secretaria de governo da província. Mulheres e homens atingidos pela invasão paraguaia, nas vilas da fronteira do rio Uruguai, que tiveram casas e propriedades rurais saqueadas, pediam vultosas indenizações, não raras vezes superestimadas. Por outro lado, mulheres, mães e filhos menores ou incapazes, pleiteavam pensões pelas mortes de soldados na guerra.

Por aviso de 9 de outubro de 1865, o governo imperial, em resposta ao grande volume de reclamações frente as danificações e prejuízos causados pelos paraguaios, requisitou informações dos presidentes das províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul sobre “súditos do Império e suas famílias que tenham sido violentamente levadas das mesmas Províncias para o território do Paraguai” e sobre “os prejuízos causados pelas forças da mencionada República, tanto aos bens dos particulares, como aos do Estado, e os que ainda possam realizar-se até terminação da guerra.”¹²²⁶ A medida que as infundáveis reclamações eram remetidas, para os mais variados ministérios, eram redirecionadas para o Ministério de Estrangeiros.

A documentação a que tivemos acesso, referente a São Borja, revelou que o Padre João Pedro Gay, pároco da vila quando da incursão paraguaia, reclamou indenização de prejuízos no valor de 198:565\$000, em bens pessoais e, 18:500\$000, na Igreja;¹²²⁷ o súdito italiano Estevão Gallino, reclamou prejuízo na quantia de 17:077\$675 réis.¹²²⁸ Pedido remetido ao governo provincial pelo vice cônsul daquele país. Nos últimos dias de 1866, chegou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros um requerimento e justificação do negociante morador de São Borja Laurindo Antônio Vaz, sobre prejuízos por ele sofridos.¹²²⁹ O escrivão de órfãos, do termo de São Borja, reclamou, junto ao governo imperial, a quantia de 5:990\$000, causado, segundo ele, pela invasão paraguaia.¹²³⁰

Em abril de 1867, o presidente da província, Francisco Ignácio Marcondes

¹²²⁵ Eu, Luís Felipe (...) de Orléans, Conde d' (1842-1922). Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Ob. cit. p.120.

¹²²⁶ ANRJ - I JJ 1 720. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Império. 1864-1867.

¹²²⁷ Id.ib.,

¹²²⁸ Id.ib.,

¹²²⁹ Id.ib.,

¹²³⁰ Id.ib.,

Homem de Melo, autorizou a Tesouraria da província a pagar 180\$000 réis à Francisco Gay, irmão do pároco de São Borja, onde também residia, a título de indenização pelo prejuízo causado pelo 2º Corpo do Exército, quando nas imediações daquela vila acampou, tendo consumido lenhas da propriedade do requerente. Por ser cidadão francês, o pedido foi encaminhado pelo vice-cônsul daquele país, na capital da província. O crédito com o qual o presidente mandou pagar foi aberto pelo Ministério do Império e pertencia a rubrica “Socorros Públicos”. Em anotação ao documento em que era informado, o ministro dos Negócios do Império, registrava desconhecer o motivo que levou o governante provincial a pagar com tal verba, pertencente aquele ministério. Entendia que tais despesas eram “*sem contestação despesa do Ministério da Guerra*” e requeria ressarcimentos.¹²³¹

Ninguém foi levado ao Paraguai

No que se refere a vila de Itaqui, a documentação revela mais nuances desta questão dos pedidos de indenizações. Quanto ao pedido, do governo imperial, sobre informações de pessoas levadas à força pelos paraguaios, o juiz do termo de Itaqui comunicou que daquela vila ninguém havia sido levado. Atribuía isso a parte das pessoas ter emigrado para “o centro da Província e parte para país estrangeiro.”¹²³² Segundo informações oficiais, quatro paisanos foram degolados, na manhã do ataque, o português Francisco Augusto Jardim foi morto e sua pupila violentada.¹²³³

Em 13 de março de 1866, em sessão ordinária da Câmara de Itaqui, os vereadores lavraram minucioso documento contendo estimativas dos danos causados pelos paraguaios na vila. Dos prejuízos causados aos bens públicos do Estado: 800\$00 réis, à coletoria; 300\$000 réis à Mesa de Rendas Gerais: arquivo, cofres, fechaduras e mais utensílios; à Igreja, 2:012\$000; ao cemitério, 600\$000; à cadeia, 800\$000 e ao arquivo da Câmara e mais utensílios, 1:900\$800.¹²³⁴ Sobre os prejuízos a particulares, informou o documento que eram “todos os dias, avaliados judicialmente” e, orçavam, naquele momento, os prejuízos particulares entre 600:000\$000 a 800:000\$000 réis.¹²³⁵

Em 10 de abril, o juiz municipal da vila de Itaqui remeteu, ao governo provincial, outra estimativa para os prejuízos dos particulares. Esse importante documento revela

1231 ANRJ. IJJ 9 454. Ministério do Império. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864-1867.

1232 Id.ib.,

1233 Id.ib.,

1234 Id.ib.,

1235 Id.ib.,

como as autoridades da vila sabiam da supervalorização dos bens, pelos moradores. Ali, se apresentou mapa das pessoas que, aparentemente, sofreram danos, num valor astronômico de 1:009:924\$222 réis.¹²³⁶

1236 Id.ib.,

Tabela 32 - Pedidos de indenizações de moradores da vila de Itaquí

Relação das pessoas que neste Juízo justificaram danos causados pelas forças Paraguaias						
Nº	Nomes	Nacionalidade	Profissão	Valor do dano	Datas	Observação
1	Tristão Pinto Barbosa	Brasileiro	Curtidor	24.550.000	12/10/1865	
2	Gabriel Luiz Ramos Viana	Português	Comércio	15.450.485	16/10/1865	
3	Zacarias Antônio dos Santos	Brasileiro	Alfaiate	17.200.000	16/10/1865	
4	Tenente Coronel José Joaquim de Assunção	Brasileiro	Criador	24.480.000	30/10/1865	
5	Tenente Belizário Lopes da Silva	Brasileiro	Criador	13.196.000	07/11/1865	
6	Capitão Felisberto dos Santos Loureiro	Brasileiro	Criador	8.450.000	07/11/1865	
7	Coronel José dos Santos Loureiro	Brasileiro	Criador	23.780.000	07/11/1865	
8	Capitão Manoel Luiz de Souza	Brasileiro	Criador	11.460.000	15/11/1865	
9	Tenente Coronel José da Luz Cunha	Brasileiro	Criador	32.600.000	29/11/1865	
10	Tenente Coronel Domingos Correia	Brasileiro	Criador	11.526.000	30/11/1865	
11	Paulo Regals	Espanhol	Comércio	51.888.400	08/01/1866	
12	José Floriano Machado Fagundes	Brasileiro	Criador	21.550.000	09/01/1866	
13	Vicente Gervásio	Italiano	Funileiro	17.689.000	09/01/1866	
14	Manoel Pedro Belmonte	Brasileiro	Criador	30.400.000	29/01/1866	
15	Marcelino Domingues Lacroix	Francês	Comércio	119.477.850	03/02/1866	
16	Gabriel Godinho Camelo	Brasileiro	Estancieiro	35.494.000	07/02/1866	
17	Dona Prudenciana Alves Belmonte	Brasileiro	Criador	7.024.000	06/02/1866	

18	Vitorino Antônio Camargo	Brasileiro	Criador	16.234.000	07/02/1866	
19	Francisco Alves da Rocha	Brasileiro	Criador	11.121.000	12/02/1866	
20	Constantino Condor	Italiano	Curtidor	93.506.000	15/02/1866	
21	Francisco de Paula Dias	Brasileiro	Criador	17.286.000	17/02/1866	
22	Dona Maria Manoela da Fonseca	Brasileiro	Criador	8.458.000	17/02/1866	
23	Ignácio Leneis	Espanhol	Comércio	27.156.560	19/02/1866	
24	Major José Clemente Godinho	Brasileiro	Criador	11.298.600	20/02/1866	
25	José de Oliveira do Monte	Português	Comércio	21.032.084	23/02/1866	
26	João Servés	Francês	Comércio	8.931.644	23/02/1866	
27	Padre José Coriolano de Souza Passos	Brasileiro	Vigário da freguesia	7.910.000	01/03/1866	
28	Luiz Furcis	Francês	Pedreiro	629.000	08/03/1866	Pede mais 10:000\$000 pelo mau trato que sofreu
29	Silvandro de Souza Caldas	Brasileiro	Criador		08/03/1866	Ainda não foi feita a avaliação
30	Joaquim Pedro Barbosa	Brasileiro	Botica	5.694.619	09/03/1866	
31	Tomás Leal	Oriental	Comércio	16.964.080		Pede mais 6:000\$000 como indenização de despesa de imigração
32	Adolfo Caxamiga Bossorino	Argentino	Comércio	4.394.600		Pede 4:000\$000 como indenização de despesa de imigração
33	Pedro Croiré	Francês	Comércio	99.638.900		Pede 14:000\$000 como indenização de despesa de imigração
34	Pedro Badei	Francês	Comércio	4.100.000		Pede 15:000\$000 em compensação do mau trato que sofreu
35	João Maria Saintem	Francês	Comércio	7.702.500		Pede 3:200\$000 como indenização de despesa de imigração
36	Manoel Moreira	Português	Proprietário	5.523.200		Pede 4:500\$000 como indenização de despesa de imigração
37	Santiago Gabardi	Italiano	Comércio			
38	Carlos Benetti	Italiano	Comércio			
39	João Maria Benetti	Italiano	Comércio			

40	José Pifaro	Italiano	Comércio			
41	Zeferino Piaggte	Italiano	Comércio	58.458.000	17/01/1866	
42	Teodoro Garcia	Espanhol	Comércio	5.836.000	14/02/1866	Pede mais 3:000\$000 de despesa de imigração
43	Manoel Moreira	Brasileiro	Empregado público	24.684.360	08/03/1866	Pede mais 4:000\$000 de despesa de imigração
44	José Maria Garcia	Espanhol	Padeiro	17.449.340	09/03/1866	Pede mais 6:000\$000 como indenização de despesa de imigração
SOMA A				940.224.222		69.700.000
SOMA TOTAL						1.009.924.222
Itaqui, 10 de Abril de 1866						

Fonte: ANRJ. IJJ 9 454. Ministério do Império. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864-1867.

Cobranças exageradas

O remetente declarou não poder informar se aqueles valores correspondiam à realidade, por desconhecer os bens que cada reclamante tinha antes do ataque e dificuldade de saber o real prejuízo que tiveram. Tinha ciência, no entanto, que eram “exagerados os pedidos mormente os dos estrangeiros e comerciantes.”¹²³⁷

Sobre os estrangeiros, o governo imperial, buscando livrar-se dos pedidos de indenizações, determinou que devessem buscar junto aos seus respectivos governos, que por sua vez cobrasse diretamente do paraguaio quando do término do conflito. O juiz do termo de Itaqui destacava, naquele documento, os casos em que avaliava ser exorbitante o pedido de indenização. Para ele, a exceção, no que se refere aos criadores rio-grandenses, era, ao que parece, o fazendeiro Tristão de Oliveira Barbosa, do qual na fazenda, os paraguaios demoraram por seis dias. Os demais, estariam exagerando no pedido de indenização.

Aquele juiz julgou que, apesar de exagerados, deveriam ser atendidos, em função dos gastos que tiveram na fuga, uma espécie de indenização por danos morais. Outras, segundo o seu juízo, eram “inatendíveis”, por exemplo de um morador que “nunca possuiu trastes no valor que alega[va], e nem neste povo há quem os tenha.”¹²³⁸ No que se refere aos pedidos de indenização, elas foram feitas, em épocas distintas. Em regra, enviadas pelo juiz municipal.

Comparando a relação apresentada pelo juiz municipal de Itaqui e a documentação dos pedidos individuais, verificamos divergências. Em alguns casos, os valores diferem

1237 Id.ib.,
1238 Id.ib.,

para mais e, noutros, o peticionante sequer aparecia na listagem antes elaborada. Nesse último caso, é possível que algum pedido fosse realizado após a constituição da lista enviada ao governo provincial. Assim, temos as solicitações de: Maria Manoela Fonseca que aparecia na tabela reclamando 8:458\$000, em outra documentação reclamava indenização de 10:058\$000 réis, por prejuízos em sua propriedade, “praticados pelas forças paraguaias ao mando do Tenente Coronel Antônio Estigarribia, quando invadiram esta Província;”¹²³⁹ Joaquim Pedro Barbosa, na tabela constava solicitação de 5.694\$619, em outra documentação, pedia 8:752\$912 réis de indenização;¹²⁴⁰ Filandro (Silvandro) de Souza Caldas, que no primeiro levantamento, não constava o valor reclamado, apareceu, posteriormente, reclamando 10:186\$600 réis, por “prejuízos que sofreu em sua propriedade”;¹²⁴¹ José Joaquim da Assunção, morador do 1º distrito de Itaqui, reclamou inicialmente, prejuízo de 24.480\$000 e, posteriormente, 26:980\$000, “em sua fazenda de criação”;¹²⁴² Francisco Alves da Rocha, fazendeiro do município de Itaqui, reclamou inicialmente 11:121\$000, passou a reclamar 15:121\$000; Francisco de Paula Dias, fazendeiro do município de Itaqui, reclamava 17.286.000, passando à quantia de 21:286\$000 réis;¹²⁴³ Prudenciana Alves Belmonte, viúva, moradora de Itaqui, reclamou inicialmente 7:024.000 e, depois, 10:024\$000 réis;¹²⁴⁴ Manoel Pedro Belmonte, morador de Itaqui, reclamou indenização de 30.400.000, passando a exigir 30:474\$300 réis; Manoel Moreira, morador de Itaqui, pedia, em primeira reclamação, 24:684.360, passando a exigir 28:820\$360 réis.

Valores irreais

Em outros casos, os valores solicitados são iguais em ambos os documentos, como no caso de Gabriel Godinho Camelo, morador do primeiro distrito de Itaqui reclamou, junto ao governo imperial, o valor de 35:494\$000 réis;¹²⁴⁵ Tristão Pinto Barbosa, “morador do Passo de Santa Maria, margem direita do rio Ibicuí [...]”, reclamou prejuízo de 24:550\$000, em sua fazenda;¹²⁴⁶ Felisberto dos Santos Loureiro, morador do 1º distrito de Itaqui, reclamou prejuízo de 8:450\$000, em sua “fazenda de criação”;¹²⁴⁷ José dos

1239 Id.ib.,

1240 Id.ib.,

1241 Id.ib.,

1242 Id.ib.,

1243 Id.ib.,

1244 Id.ib.,

1245 Id.ib.,

1246 Id.ib.,

1247 Id.ib.,

Santos Loureiro, morador do 1º distrito de Itaqui, reclamou prejuízo de 23:780\$000, na fazenda “São João”, de sua propriedade;¹²⁴⁸ Belizário Lopes da Silva, morador do passo do rio Botuí, no 1º distrito de Itaqui, reclamou prejuízo de 13:196\$000, “em sua fazenda de criação”;¹²⁴⁹ Manoel Luiz de Souza, capitão da Guarda Nacional, reclamou indenização de 11:460\$000 réis, por prejuízos causados pelos paraguaios em “suas propriedades”, valor esse que não incluía “os rendimentos da produção anual e custas”;¹²⁵⁰ Domingos Correia, tenente coronel, reclamou 11:526\$000 réis; José Coroliano de Souza Passos, vigário de Itaqui, reclama ao Imperador “a graça de ser indenizado” em 7:910\$000 réis;¹²⁵¹ Vitorino Antônio de Camargo, criador de gado, em Itaqui, reclamou indenização de 16:234\$000 réis; Vicente Gervásio, e Santiago Gabarde e mais sócios, súditos italianos, reclamando indenização de 89:447\$000 réis;

Em Uruguaiana, os pedidos de indenização encontrados foram de: José Luiz Cardoso Sales, que fora fornecedor de forças imperiais, reclamava prejuízos na quantia de 43:717\$200, em sua propriedade, pelos paraguaios, quando da invasão de Uruguaiana.¹²⁵² Dentre as perdas reclamadas por ele estão produtos que teriam ficado na Alfandega de Uruguaiana: 564 sacos de farinha; 112 ditos de bolacha; vinte e duas pipas de aguardente; oitenta e sete barricas de açúcar e setenta e oito barricas e meia de café moído.¹²⁵³ Produtos estes, de responsabilidade do fornecedor, que não os retirou, mesmo com quase dois meses separando a incursão paraguaia na província, da entrada naquela vila.

Mercadorias de outros comerciantes também estavam depositadas naquela repartição: três caixas com mercadorias; vinte e nove sacos com sal; um caixote de ferragem; dois caixotes com drogas; duas barricas com grampos para cercados; duas peças com Cabo de [...] e 200 atados com arame para cercados. Ainda, mercadorias de “Diversas Apreensões”: vinte e três terços com erva mate; duas carretas com mercadorias; um par de arreios; com estribos e rédeas de prata; treze camisas estampadas e um ponche de pano azul.¹²⁵⁴ Já Ângelo de Souza Ramos reclamou indenização no valor de 8:510\$000

1248 Id.ib.,

1249 Id.ib.,

1250 Id.ib.,

1251 Id.ib.,

1252 ANRJ - I JJ 1 720. Ministério do Império. Avisos e ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministério do Império. 1864-1867

1253 ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 5. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

1254 Id.ib.,

réis e, Manoel José de Souza, pedia indenização no valor de 12:580\$900 réis.¹²⁵⁵

O valor total da dívida paraguaia para com o Estado Imperial foi de 460.718:000\$000 réis. Aquela dívida estratosférica, da qual o governo paraguaio não poderia pagar, se arrastou por longo tempo, até 1943, quando no governo de Getúlio Vargas a dívida foi tornada inexistente.¹²⁵⁶ Perdão este já defendido pelos positivistas ortodoxos, com sede no Rio de Janeiro. Eles foram a única voz dissonante no país em prol da causa paraguaia. Desde o início do período republicano, pelos jornais da capital nacional, a defesa desta bandeira foi vista.¹²⁵⁷

Comissão de credores

Já a dívida com particulares continuou vigente, no entanto, poucos receberam. Em 1890, vinte anos do fim do conflito, uma comissão dos credores do governo paraguaio, residentes na fronteira outrora invadida, suplicavam ao governo provisório da nascente República, que as apólices emitidas pelo governo paraguaio fossem permutadas por apólices da dívida pública do Brasil. No documento, os credores peticionantes buscaram apoio do governo republicano demonstrando o desleixo da monarquia para com aquela pauta. Pelo tratado de 9 de janeiro de 1872, ficou estipulada a indenização. A questão é que o referido tratado não estipulava a forma da indenização, mas dos limites.¹²⁵⁸ Desde lá, segundo eles, a política imperial, neste tocante, foi prejudicial a sua causa, pois:

Desistiram da única garantia que tinham, fazendo retirar do Paraguai as forças que o ocupavam; Opuseram-se a proposta feita pelo governo de Assunção, pedindo que se reduzisse a dívida a metade e comprometendo-se a pagá-lo no prazo de dez anos; Opuseram-se ao empréstimo que o mesmo governo queria contrair para esse fim; Consentiram entretanto que o Paraguai, com o mais solene desprezo a todos os tratados, reduzisse a dívida, não já a metade como propusessem mas à terça à quarta e à quinta parte; Permitiram que o Paraguai não somente deixasse de amortizar as apólices emitidas como títulos de dívida mas ainda não efetuasse o pagamento dos juros; E finalmente o autorizaram, por nota de 26 de Junho de 1878 a pagar as mesmas apólices quando pudessem apesar de ter o tratado de 1872 que sindicassem as fontes de renda para esse fim.¹²⁵⁹

¹²⁵⁵ ANRJ. IJJ 9 454. Ministério do Império. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864-1867.

¹²⁵⁶ DORATIOTO, Francisco. Relações Brasil-Paraguai: Afastamentos, tensões e reaproximação (1889-1954). Brasília: FUNAG, 2012.p.457.

¹²⁵⁷ BARCELOS, Fabiano. A “sacrílega dívida” da guerra do Paraguai (1894-1913). Disponível em: https://www.academia.edu/19660289/A_SACRÍLEGA_DÍVIDA_DA_GUERRA_DO_PARAGUAI_1894-1913_ Acesso em 21 jul. 2019.

¹²⁵⁸ BRASIL. Decreto n 4911, de 27 de março de 1872. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4911-27-marco-1872-550978-publicacaooriginal-67047-pe.html>. Acesso em 21 jul. 2019.

¹²⁵⁹ ANRJ - OI 5c - 506. Ministério do Império.1890.

Em síntese, quando da invasão, os setores mais prejudicados economicamente foram os das camadas mais empobrecidas. Porém, vê-se que, não obstante, os 20 contos de réis alçados pelo governo imperial, para socorro das vítimas da invasão – valor esse que não teria sido usado para o fim destinado –, foram os setores proprietários, que, tendo acesso aos mecanismos da justiça imperial, puderam solicitar indenizações pelos prejuízos reclamados.

8.3 Insegurança pública em época de guerra

A existência do crime e de criminosos é relativa e, está ligada, diretamente ao grau de desenvolvimento de determinadas sociedades em cada época. Uma prática, em dado contexto histórico, considerada criminosa, pode, tranquilamente ter sido socialmente aceita e permitida em outros períodos. Nas sociedades não classistas, onde o Estado e suas regulações ideológicas de dominação de classe inexistiam, a noção de crime tendia a representar situações não aceitas na coletividade. Com o advento da sociedade de classes e, da sociedade burguesa, em especial, a criminalidade passou a ser a expressão das desigualdades sociais.¹²⁶⁰

O primeiro código penal do Brasil independente data de 1830, em substituição ao antigo código penal português que previa, entre outras penas, a mutilação ou esquartejamento.¹²⁶¹ O encarceramento, ou seja, a privação da liberdade, para infratores das normas legais, estava mais em consonância com os preceitos morais da sociedade pré-capitalista, em desenvolvimento no Brasil, da primeira metade do século 19.

A conformação social do período imperial, no Brasil, foi marcada pela profunda desigualdade social. As camadas livres e pobres, em sua maioria, viviam em condições degradantes. Obrigados a vender sua força de trabalho por valores insuficientes para o sustento próprio e de suas famílias, compunham a grande massa excluída daquele sistema. Essas populações marginalizadas, por vezes encontravam escape na *vida errante*. Não raras vezes, bandos compostos por setores excluídos causavam verdadeiro alvoroço nas classes proprietárias, que exigiam, cada vez mais, a proteção das autoridades de segurança. Por outro lado, o modo de produção escravista era a base da economia. Centenas de milhares de trabalhadores escravizados, alijados de direitos sociais e vivendo

¹²⁶⁰ BOTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. s/l: ZAHAR, s/d. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicionário_pensamento_marxista.pdf> Acesso em 26 agosto 2019.

¹²⁶¹ PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. Código criminal do Império. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/281-codigo-criminal>> Acesso em 25 agosto 2019.

em condições humilhantes, com frequência recorriam a práticas “ilegais” como forma de resistência: fugas, insurreições, assassinatos...

Para mensurarmos se no período da guerra contra o Paraguai ocorreu qualquer mudança no relativo à segurança pública no Rio Grande do Sul, analisamos os dados dos relatórios da presidência que continham informações a respeito. Buscamos cruzar dados de períodos anteriores e posteriores ao início do conflito.

Relativa tranquilidade

Segundo tabela a seguir podemos ver que no quinquênio 1856-1860 ocorreram 475 crimes na província. Desses: 14 fugas de presos; dois por transmissão de moeda falsa; três de resistência (provavelmente á “autoridade”); um por atentado à liberdade individual; cento sessenta e dois homicídios; cinco tentativas de homicídios; cento e noventa e cinco ferimentos e ofensas físicas; onze infanticídios; dois estupros; três estelionatos; seis danos (materiais); cinco calúnias; um rapto; dezessete furtos; quarenta e um roubos e sete “armas defesas”.

No quinquênio seguinte, 1861/1865, ou seja, que coincidiu com o início do conflito, com a invasão do Uruguai e invasão paraguaia à província, foram seiscentos e quarenta crimes listados. Quais sejam: três tentativas de insurreição; um crime de falsidade; vinte e nove fuga de presos; um crime de moeda falsa; sete resistências; um crime contra a liberdade individual; duzentos e sessenta e um homicídios; quarenta e quatro tentativas de homicídios; cento e oitenta e seis ferimentos e ofensas físicas; oito estupros; um estelionato; seis danos; uma poligamia; três raptos; quinze furtos; trinta e um roubos; três tentativas de roubos; uma “arma defesa”; trinta e três infrações de posturas; falta de exação no cumprimento dos deveres; uma ameaça e dois incêndios.¹²⁶²

Os números, ainda que parciais, não deixam dúvida de que no período inicial do conflito contra o Uruguai e o Paraguai, aumentou a ocorrência de crimes na província. Tais dados, no entanto, não nos permitem assegurar que o referido aumento tenha relação direta com o início do conflito. Ainda que, uns casos sejam sintomáticos dessa influência, como o das insurreições, como veremos.

Outros crimes também podem ter ligação direta ou indireta com o desdobramento do conflito, por exemplo as fugas de presos que no primeiro quinquênio eram catorze e

¹²⁶² RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel na 1ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembleia provincial. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1864.p.6.

passaram a vinte e nove, no segundo. Em 1864, o presidente da província registrou a fuga de diversos presos, inclusive em companhia dos guardas que deviam vigiá-los. No relatório, o presidente informava que:

A falta de segurança da maior parte das prisões da província, causa permanente da evasão dos criminosos, é ainda mais agravada pela insuficiência da força e incapacidade dos carcereiros e outros agentes que os guardam. Em tais circunstâncias não é para estranhar que a fuga dos presos de justiça venha a ser um facto frequentemente repetido, sobretudo nas comarcas do interior. Da cadeia civil da vila de Itaquí evadem-se os sentenciados: Antônio José de Barcellos e Felisberto Lopes, acompanhados pelo próprio carcereiro José dos Santos Lima, sendo todos eles vistos e reconhecidos, no dia seguinte, na margem oposta do Uruguai, em frente ao porto da mesma vila. Os galés Feliciano Rodrigues de Almeida e Damazio Acosta, empregados nos trabalhos da praça da Harmonia, n'esta capital, fogem com um dos soldados do corpo policial, que os escoltavam. Do quartel da guarnição da vila de S. Borja evadiram-se os presos Cândido Augusto Martins, alteres da G.N., e Antônio Ferreira Xavier, levando este consigo a respectiva sentinela. Da cadeia desta mesma vila evade-se também o criminoso Joaquim Antônio de Bitencourt cora o cabo da guarda. A cadeia da vila da Uruguaiana é arrombada pelos presos nela existentes, que em número de onze se evadem, acompanhados pela sentinela, que estava do guarda à prisão. A não auxiliar-se a ação da polícia com prisões seguras, baldados serão em seus efeitos os esforços que empregar na captura dos criminosos.¹²⁶³

O grande número de sentinelas e guardas que deveriam vigiar os presos e acabavam fugindo com eles pode ser explicada pelo duro modo de vida ao qual estavam submetidos aqueles, em geral, soldados do Exército de Linha. A essa altura, o recrutamento para a guerra não havia atingido os níveis que mais tarde chegariam, portanto, é possível deduzir que, a medida que se apertava o laço no recrutamento, as fugas aumentavam.

Desfalcando as forças policiais

Em 1865, foi criado, como visto, dois corpos de Voluntários da Pátria, no Rio Grande do Sul. Um deles, era o corpo policial da capital, tão somente transformado em voluntários. Isso ocorrera também em outras províncias. Desorganizadas as forças policiais, inclusive no interior, devido ao chamamento para o serviço da Guarda Nacional, pode ter contribuído para encorajar os fugitivos. No decorrer da guerra, pela demanda de cada vez mais homens, o corpo policial da capital foi novamente remetido ao teatro de operações.

¹²⁶³ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel na 1ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembleia provincial. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1864.p.23.

Imagem 37 - Crimes Cometidos na província entre 1856-1865

CRIMES.	1.º QUINQUENIO					SOMMA.	2.º QUINQUENIO					SOMMA.
	1856	1857	1858	1859	1860		1861	1862	1863	1864	1865	
Tentativa de insurreição . . .									1	1	1	3
Falsidade									1			1
Fuga de presos	5	1	2	2	4	14	2	4	6	7	10	29
Moeda falsa		2				2						2
Resistencia				1	2	3	1	1		1	1	1
Contra a liberdade individual											4	7
Homicidio					1	1	1					1
Tentativa de dito	54	29	30	31	18	162	46	46	50	63	56	261
Ferimentos e offensas phisicas					5	5	8	7	7	10	12	44
Infanticidio	57	26	33	31	28	195	24	31	35	54	42	186
Estupro		8	2	1		11						
Estellionato		1	1			2	1			2	4	8
Damno	3	1	1		1	6	1		3	1	1	1
Calumnia	2				3	5						6
Polygamia							1					1
Rapto	1											1
Furto	3	4	5	2	3	17	3	6	5	4	2	15
Roubo	5	7	8	12	9	41	5	4	5	10	7	34
Tentativa de dito												
Armas defezas			3	1	3	7	2		1	2		3
Infracção de posturas												2
Falta de exacção no cumprimento de deveres							11	9	13			33
Ameaças									1			1
Incendios										1		1
SOMMA	130	79	85	102	79	475	96	113	119	169	143	640

Desde 30 de Novembro de 1865, data em que assumio a administração policial o actual chefe de policia, até o fim do mez de Junho deste anno, forão presos 381 criminosos, inclusive 140 por crime de morte.

Fonte: FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo, na segunda sessão da 12ª Legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1867.p.12.

Desde, pelo menos princípios de 1867, as condições da segurança pública, no Rio Grande do Sul, piorariam enormemente. Como vimos, a mobilização de homens para lutar na guerra, depois da vexatória derrota para os paraguaios em Curupayty, foi ampliada. A Guarda Nacional da província foi quase completamente enviada para o campo de batalha e, inclusive, falsas alegações de doenças, usadas por militares para não irem ao conflito, foram contestadas. O Rio Grande do Sul estava, do ponto de vista da segurança das pessoas e das fronteiras abandonado. O medo de invasões de bandos armados dos países vizinhos era o terror das classes endinheiradas riograndenses.

Diante desta realidade, em 8 de janeiro de 1867, Gervásio Campelo Pires Ferreira, chefe de polícia da província, remeteu ao presidente da mesma, Antônio Augusto Pereira

da Cunha, carta reservada exigindo aumento nas verbas da segurança. O cenário, segundo ele, era crítico, pois, “toda a Guarda Nacional da ativa” havia marchado para a guerra e o Corpo Policial, com forças reduzidas não poderia “desprender destacamentos e diligências para os diferentes pontos da Província [...]”¹²⁶⁴ Exigia que a verba a cargo da sua repartição, 2:400\$00 (dois contos e quatrocentos mil réis) fosse duplicada. Dois dias depois, a petição foi enviada ao Ministério da Justiça que, por sua vez, em 11 de fevereiro, deferiu um aumento de 1:200\$ réis para a repartição de polícia do Rio Grande do Sul, ou seja, 50% do que foi requisitado. Em 14 de fevereiro, Francisco Marcondes Homem de Melo, já presidente da província, reafirmando o pedido do seu antecessor, por maior verba de segurança, dizia que: “Os crimes reproduzem-se em grande escala, e a autoridade luta com embaraços de todo gênero para realizar a prisão dos criminosos, que existem na província.”¹²⁶⁵

No parecer do ministério, exarado após primeiro pedido, levou-se em conta que a verba destinada à polícia no Rio Grande do Sul era insuficiente, sobretudo por sua proximidade com a fronteira. A verba, segundo o documento, era menor que a das províncias de Pernambuco e Bahia, 4:000\$000 e 5:000\$000 réis, respectivamente. Sobre as províncias do nordeste, argumentava o ministro que: “dispondo além disso de grande pessoal para a repressão dos crimes, por isso que a Guarda Nacional ativa delas, não recolheu para a guerra quase em massa, como a daquela Província” (Rio Grande).¹²⁶⁶ A massiva reunião de homens, no Rio Grande do Sul, foi tema muito caro a setores da província, em especial, da classe proprietária, já em franco abandono da guerra. Assim, o aumento da verba de segurança pode ter sido um atenuante nessa discórdia.

Também em fevereiro de 1867, as autoridades policiais da província do Rio Grande do Sul passaram a exigir do governo imperial a remessa de presos para o presídio de Fernando de Noronha. Essas requisições, tanto de dinheiro quanto de remessa de presos era, nos parece, parte do jogo de forças entre as autoridades regionais, formando consenso de oposição à guerra, que não mais lhes dizia respeito, com as autoridades imperiais e o monarca, que desejavam a aniquilação do Paraguai e de Solano López a qualquer custo. Essa disputa fica evidente, mesmo que nas sutilezas da papelada administrativa. Em ofício ao ministério da justiça, onde expressava o pedido do chefe de polícia, Homem de Melo afirmara que naquela província havia 275 presos e não havia

¹²⁶⁴ ANRJ – IJ 1 589. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1867 (janeiro-dezembro)

¹²⁶⁵ Id.ib.,

¹²⁶⁶ Id.ib.,

forças suficientes para guardá-los, sobretudo, “depois que se resolveu a marcha do Corpo policial, que segue a incorporar-se ao 3º Corpo do Exército.”¹²⁶⁷

Remover para Fernando de Noronha

O pedido para a remoção de cinquenta e um presos para Fernando de Noronha foi deferido em fins de fevereiro e, em julho, partiram no vapor *Isabel*, com “os porões abarrotados”, necessitando, por isso, serem vigiados por trinta guardas nacionais. Todos eram condenados à galés perpétua, conforme estipulava a legislação que previa a remoção para aquele presídio de alta segurança.¹²⁶⁸ Em setembro de 1867, o governo provincial consultara ao Ministério da Justiça se era possível ainda a remoção de outros dezoito “condenados a galés e a prisão com trabalho”, para Fernando de Noronha. Não localizamos a resposta do referido ministério, mas, se deferida, seriam, sessenta e nove os presos remetidos para fora da província. Isso, representava um alívio para as classes endinheiradas, tão temerosas da criminalidade, que conscientemente ou não ajudaram a criar.

A remoção de presos para Fernando de Noronha, ocorreu ao mesmo tempo em que o governo imperial, através do Ministério da Justiça, “oferecia” a possibilidade de os presos das cadeias do Rio Grande do Sul, servirem na guerra contra o Paraguai. Em ofício confidencial de 17 de janeiro de 1867 – mesma época dos pedidos de transferência de presos para Fernando de Noronha – o Ministro da Justiça exigira do governo provincial que informasse:

[...] quais os presos condenados pelos crimes de homicídio e tentativa de homicídio que tiverem cumprido mais de dois terços da pena e mais metade nos outros crimes, excluindo-se os cometidos contra a propriedade, declarando-se qual a pena, o tempo cumprido, procedimento dos réus nas prisões, sua idade e estado de saúde de cada um.¹²⁶⁹

Vê-se que crimes cometidos contra a propriedade estavam excluídos. As classes proprietárias da província jamais permitiriam a soltura de presos que atentassem contra o que de mais valioso possuíam – suas posses. Em resposta a Francisco Marcondes Homem de Melo, o chefe de polícia declarava haver 283 presos na cadeia da capital. Junto remeteu lista de presos que se enquadravam no que era estipulado. Outros, inclusive condenados

¹²⁶⁷ Id.ib.,

¹²⁶⁸ ANRJ – IG 1 400. Ministério da Guerra. Correspondência do Ministro da Justiça ao Ministro da Guerra. 1867-1881.

¹²⁶⁹ ANRJ – IJ 1 589. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1867 (janeiro-dezembro)

à prisão perpétua e à pena de morte, não estavam na listagem por não terem ainda cumprido o tempo estipulado.

Junto, o presidente da província remeteu listagem e informações contendo trinta nomes de presos naquelas condições. Eram eles: Ignácio Feliciano da Silva, dezoito anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a dezoito meses por homicídio, havia cumprido catorze meses e quinze dias; Salustiano Alves, trinta e seis anos de idade, natural do Estado Oriental, condenado a 18 anos, por ferimentos, tinha cumprido dez anos, quatro meses e quinze dias; Irineu Baltazar de Toledo, sessenta e quatro anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a doze anos por ferimentos; José Lopes Ferreira, cinquenta anos, inglês, condenado a catorze anos, por homicídio.

Ainda: Antônio de Lima, trinta e sete anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a catorze anos de prisão por homicídio; Manoel Fernandes, sessenta e oito anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a catorze anos de prisão, por homicídio; José Guilhermino, quarenta e um anos, ex soldado, natural da Bahia, condenado a catorze anos, por homicídio; André Moreira dos Santos, cinquenta anos, natural de São Paulo, condenado a catorze anos, por homicídio; José Barreto de Carvalho, quarenta e cinco anos, natural de Santa Catarina, condenado a quatro anos e oito meses, por ferimentos; Jacinto Cipriano, quarenta anos, natural da Bahia, condenado a dez anos com trabalho, por homicídio; Manoel dos Anjos, quarenta e quatro anos de idade, natural de Alagoas, condenado a nove anos e quatro meses, por ferimentos.

Longa lista

Seguiu a lista com: Hesnonio Pereira da Silva, trinta e nove anos, natural de São Paulo, condenado a nove anos e quatro meses, por ferimento; Fortunato Alves, trinta e oito anos, do Estado Oriental, condenado a onze anos e oito meses, por rapto; Generoso Antônio Machado, trinta e dois anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a oito anos e dois meses, por ferimentos; José Cabeza, trinta e um anos, natural de Entre Ríos, condenado a nove anos, um mês e quinze dias, por ferimento; José Ferreira Brandão, trinta e seis anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a sete anos, por bigamia; Bernardino Gomes de Lima, quarenta e sete, natural do Ceará, condenado a sete anos, por homicídio; Manoel de Paula Fernandes, cinquenta e um anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a sete anos, por homicídio.

E mais: Antônio Joaquim do Carmo Viseu, quarenta e dois anos, português, condenado a sete anos de prisão, por homicídio; Frederico Khense, quarenta e nove anos

de idade, alemão, condenado a sete anos, por homicídio; João Frederico Klebosque, cinquenta e um anos, alemão, condenado a sete anos, por homicídio; Manoel Francisco de Oliveira, cinquenta e oito anos, do Ceará, condenado a sete anos, por homicídio; Joaquim Mendes de Souza, quarenta e sete anos, natural do Rio de Janeiro, condenado a sete anos, por homicídio; João Vicente de Oliveira, dezesseis anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a dois anos e dez meses, por homicídio; João Rodrigues Mendes, quarenta anos, natural do Estado Oriental; condenado a dois anos e seis meses, por resistência.

E, por fim: João Paulino de Souza, quarenta e seis anos, natural de Alagoas, condenado a um ano, por ferimento; Jacinto Álvaro, trinta anos, do Estado Oriental, condenado a oito anos, por ferimento grave; João Delfino, vinte e dois anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a seis anos, com trabalho, por homicídio; Antônio José Joaquim, trinta e quatro anos, ex soldado, paraense, condenado a seis anos, com trabalho, por deserção e Antônio Pereira da Silva, trinta e seis anos, natural do Rio Grande do Sul, condenado a catorze meses, por ferimento.

Em outubro de 1867, em resposta ao questionamento do Ministro da Justiça, através do presidente da província, o chefe de polícia dizia: “Vou examinar com urgência quais os réus que desejam servir no exército [...]” Isso, por um lado, representava alívio as classes proprietárias, temerosas de rebeliões e fugas de presos “perigosos”. Por outro lado, significava a continuação da política de recrutamento maciço, no Rio Grande do Sul. Nem mesmo presos escaparam.

8.3.1 Insurreições

A década de 1863-1870, no Brasil, registrou crescimento no movimento abolicionista. Esse, apoiado no contexto internacional de perda de sustentação das ideias escravagistas. O Rio Grande do Sul estava muito longe do Império e muito perto do Prata, para o terror das autoridades e das camadas proprietárias de terras e cativos. A proximidade do Rio Grande do Sul com a região platina representava, para os setores dominantes da economia, possibilidade de grandes lucros, sobretudo no Uruguai. Para os trabalhadores escravizados, essa proximidade representava uma esperança de liberdade. No Uruguai, a abolição foi decretada na década de 1840. As fugas de cativos e insurreições tem merecido bons estudos nos últimos anos.¹²⁷⁰

¹²⁷⁰ JARENKOW, Carlos. Fugindo para os Orientais: As Fugas de Escravos pela fronteira meridional brasileira. (Brasil e Uruguai, 1846-1870). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em História, Rio de Janeiro, 2018; MOREIRA, Paulo Staudt.

Em 1863, havia pelo menos seis anos não se registrava tentativas de insurreições no Rio Grande do Sul, segundo levantamento dos crimes cometidos na província, conforme vimos. Em 1865, ano da invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul e da invasão da vila de Jaguarão por tropas brancas uruguaias, era mui forte, na província, suspeitas de insurreição geral de cativos, motivados por aqueles movimentos militares. Nessa época, quando setores do Rio Grande do Sul ligados a atividades pastoris intervieram na guerra civil uruguaia, houve tentativas de insurreições periódicas, até, pelo menos, 1868. Daí em diante, não encontramos registros de tentativas de insurreição. Refluxo insurrecional causado, possivelmente, pelo amplo recrutamento imposto à província do Rio Grande do Sul, sobretudo após a derrota em Curupayty, em 1867, quando centenas de cativos foram levados à guerra. O período, foi de muita tensão e repressão.

Durante esses quase sete anos de conflitos contra o Uruguai e o Paraguai, ocorreram, no Rio Grande do Sul, mais de dez tentativas de insurreições. O historiador Mário Maestri, em artigo “Pampa negro: Agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868”, analisou sistematicamente esse período de grande resistência de cativos na província. Entre eles, um plano de insurreição que, em meados de novembro de 1864, estourou como bomba na vila de Taquari.

A documentação produzida pela polícia e pelo governo do Rio Grande do Sul, apontava, inicialmente, os cativos Domingos, Boaventura (Ventura), Carlos, Bento, João e Joaquim como líderes do movimento. Esses teriam sido aliciados pelo liberto João Marçal. O plano consistiria em recrutar grande quantidade de cativos das fazendas do entorno da vila para atacá-la e, em seguida, fugirem para o Estado Oriental. Uma cativa de Francisco Caminha, proprietário da região, teria ouvido a conversa e delatado o plano às autoridades.

Durante o inquérito, rapidamente conduzido, ouviu-se dezesseis possíveis envolvidos e envolvidas, todos cativos. Mais tarde, alguns libertos seriam escutados, como suspeitos e logo descartados. Ao que parece, o próprio João Marçal foi descartado ou fugiu antes de ser interrogado. Alguns desses libertos eram suspeitos de participação em outro levante, em janeiro de 1864, nas fazendas de Antônio José de Moraes.¹²⁷¹ O receio de a insurreição se consolidar era tal que as autoridades policiais de Taquari prenderam os suspeitos e, com urgência, enviaram-nos à Porto Alegre, por falta de

“Saquear a povoação, roubar as mulheres e se reunir com os castelhanos: Seduções, boatos e insurreições escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos.” In *Revista de História Regional*, 21(1): 34-61, 2016.

¹²⁷¹ ANRJ – IJ 1 586. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1864 (janeiro-dezembro)

estrutura na vila. Segundo o delegado de polícia: “O estado atual em que está o Corpo da Guarda Nacional desta Vila, é bem desanimador em condições tais, porque havendo gente para o serviço, não há armas para os armar.”¹²⁷²

Aproveitando a guerra

Naquela época, em Taquari haveria número superior a mil trabalhadores escravizados. Boa parte da Guarda Nacional ativa da província já estava em armas, no Uruguai. A possibilidade, mesmo remota, de rebelião escrava sempre atemorizou as classes proprietárias do Império. Temor expresso na fala do delegado de polícia que dizia: “O estado de terror que este acontecimento tem posto as famílias nesta Vila é tal, que é impossível poder pintá-lo a V. S^a. e não obstante estamos em um perigo tão iminente, tenho feito quanto está a meu alcance para sossegar os ânimos desassossegados deste povo, já envolvendo até particulares no serviço, como um reforço da Guarda Nacional”¹²⁷³

Em 25 de novembro de 1864, o inquérito estava encerrado. O delegado da vila de Taquari, João Ferreira Brandão, em comunicação ao chefe de polícia da província, aliviado dizia que o ocorrido não foi “mais que tentativa de insurreição”. Por fim, instaurou-se processo contra os cativos: “Joaquim e Domingos, escravos de Antônio José de Oliveira; Ventura, de Anádia Joaquina da Silva; Antônio, de Cândido d’Abril; Bento, de Manoel da Silva Pinto; e Carlos, de José Mendes da Silva [...]”¹²⁷⁴

Em fevereiro de 1865, nova suspeita de insurreição, desta vez no distrito de Taim, no Sul da província, deixou as autoridades em grande apreensão. Segundo informações passadas pelas autoridades locais ao presidente provincial, tratava-se de “uma insurreição de escravos” que estava “ramificada no distrito de Taim.”¹²⁷⁵ Em março, decorrente possivelmente dessa investigação, autoridades policiais prenderam, na freguesia de Arroio Grande, termo de Jaguarão, e remeteram embarcado, para Santa Catarina, o oriental Benito Varella, ex vice-cônsul do seu país, em Jaguarão. Recaíra sobre ele as suspeitas, depois retiradas, de aliciamento de cativos para insurreição. Em comunicação dos fatos, o presidente da província registrou sentimento geral na província de então. Segundo ele:

¹²⁷² Id.ib.,

¹²⁷³ Id.ib.,

¹²⁷⁴ Id.ib.,

¹²⁷⁵ ANRJ – IJ 1 587. Rio Grande do Sul. Ofícios dos presidentes. 1865 (janeiro-dezembro)

[...]há um estremecimento geral em toda a Província por causa de algumas suspeitas mais ou menos fundadas, de insurreição de escravos; e que o resultado tem sido muitas prisões e castigos, porque a população enxerga em cada um Oriental, um aliciador, e exigem a sua prisão e deportação.¹²⁷⁶

O cenário caótico estabelecido no Prata desde a emancipação favorecia aos fugitivos que poderiam se imiscuir a grupos armados ou mesmo se empregar em fazendas ou outras atividades nos países vizinhos. Para Mário Maestri: “A crise política no Prata [1864-1870] deu também um novo sentido à busca das nações do Prata. Houve maior envolvimento de homens libertos e homens livres nesses sucessos e aumentou o medo das autoridades de que as notícias sobre eles se disseminassem na escravaria”.¹²⁷⁷ Mesmo após terminada a questão no Uruguai e reconquistada a província do Rio Grande, o temor das autoridades e das classes proprietárias por uma insurreição negra era gigantesca.¹²⁷⁸

Envolvendo prisioneiros paraguaios

Um dos casos mais significativos pela proporção e pela organização foi o de junho de 1868, envolvendo prisioneiros paraguaios em Porto Alegre. Descoberto e impedido, os envolvidos pretendiam exigir a liberdade pelas armas. O plano foi denunciado pelo cativo Antônio Maria que recebeu como brinde a liberdade e a promessa de não ser arrolado para ir à guerra. O governo imperial pagou a quantia de 1.400 réis por sua liberdade.¹²⁷⁹

¹²⁷⁶ Id.ib.,

¹²⁷⁷ MAESTRI, Mário. Pampa negro: Agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. Revista de História SAECULUM, nº25; João Pessoa, jul./dez.2011.p.61.

¹²⁷⁸ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

¹²⁷⁹ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta*.Ob.cit.p.301.

Tabela 33 - Tentativas de insurreição, no RS, 1863-1870

Ano	Localidade	Envolvidos	Objetivos	Resultados
Jan./1863	Taquari	Pelo menos 9 cativos.	Índcio de insubordinação.	2 cativos presos e 7 fugidos.
Fev./1863	Pelotas	Negro liberto Sebastião Maria; as autoridades temiam a participação de súditos ingleses.	Conspiração para libertação de muitos cativos.	Descoberto e levado para Porto Alegre.
Ago/1863	Distrito de Aldeia dos Anjos – Gravataí.	Cativos de diversas fazendas da região.	Atacar a povoação, levantar-se contra os senhores e exigir pelas armas a libertação.	O plano foi descoberto e mais de 30 cativos foram presos.
Nov./1864	Taquari	Vários cativos aliciados pelo liberto João Marçal.	Saquear a vila, sequestrar mulheres brancas, matar homens brancos e fugir para o Uruguai.	Foram denunciados por uma cativa. Os menos envolvidos açoitados e os líderes presos.
Dez./1864	Porto Alegre	Em tese cativos.	Possível tentativa de insurreição.	O presidente da província informava preventivamente ao Ministro da Justiça.
27/01/1865	Jaguarão	Tropas blancas	Saquear e levar cativos, muitos provavelmente foram por conta.	Cativos ingressaram nas forças blancas.
5/2/1865	Santa Isabel no canal de São Gonçalo.	Bonfim, cativo que seria chefe dos sublevados, provavelmente com participação de uruguaios.	Fugir para o Uruguai.	Prenderam o cativo Bonfim.
7/2/1865	Arroio Grande, Jaguarão	8 cativos e possivelmente José Benito Varela, ex vice-cônsul uruguaio em Jaguarão.	Levantar insubordinados e fugir para o Uruguai.	Os conspiradores e o diplomata uruguaio foram presos.
Fev./1865	Piratini	Cativos e emigrados uruguaios	Saquear Piratini e fugir para o Uruguai.	Os envolvidos foram descobertos.
Nov./1865	Porto Alegre	Cativos	Carta anônima denunciava conspiração servil.	Os suspeitos foram vigiados e nada ocorreu.
Jun./1868	Porto Alegre	Cativos e prisioneiros paraguaios	Exigir a liberdade pelas armas.	Antônio Maria, cativo, denunciou após ser convidado.

Fonte: com base em: MAESTRI, Mário. Pampa negro: Agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868. Revista de História SAECULUM, nº25; João Pessoa, jul./dez.2011.

8.4 Gastos públicos, desperdício e corrupção

A desorganização administrativa e a corrupção, entre outras coisas, caracterizaram o modelo administrativo colonial lusitano. O aparelho burocrático estatal, somente transferido de Portugal, não impediu desvios praticados por altos e médios funcionários públicos, civis e militares. Ele as vezes facilitou tais práticas. O governo lusitano

concedeu uma espécie de *Carta Branca* para a exploração das terras *brasílicas*, sobretudo por setores proprietários europeus, que garantissem a posse do território em constante disputa com outras nações europeias. O distante e insuficiente Estado lusitano, luso-brasileiro e, depois o imperial foi incapaz de coibir apropriações indevidas ou para assegurar a posse do território as incentivaram, dando origem a uma classe de grandes proprietários, sem rei e sem lei que faziam ao seu bem entender a organização da vida cotidiana e na relação com o espaço físico e social.

Essa parcela da população, ocupava os altos postos na oficialidade das Milícias, da Guarda Nacional ou do Exército. Nas forças armadas, a apropriação particular de bens públicos e a corrupção eram amplamente conhecidos. Após a independência, comandantes militares eram autorizados a fazer vultosos gastos, o que invariavelmente levava a desvios e corrupção. As tensões internacionais desembocadas em guerra representavam para o alto e baixo oficialato oportunidades de grandes lucros. De forma legal e, sobretudo ilegal, esses comandantes aumentavam suas fortunas com terras, gado e mesmo com a apropriação do dinheiro público

Segundo Nelson Sodré, era prática comum, entre os oficiais das forças armadas, passar-se recibos falsos. Com isso, “os fornecedores enriqueciam rapidamente, passando recibos de utilidades que não eram recebidas ou que não representavam em quantidade ou qualidade aquilo que era pago pelo Estado”.¹²⁸⁰ Exageradamente o autor afirma que havia a “impressão de que de dez indivíduos, nove eram desonestos ou desidiosos na defesa da moralidade administrativa das forças armadas”, tamanha era a pilhagem do dinheiro público.

O prolongado conflito contra o Uruguai e o Paraguai representou grande oportunidade de enriquecimento por meios espúrios. O fornecimento de todo o tipo de gêneros às forças militares era o *eldorado* para os comerciantes. Joaquim Nabuco, em *Um estadista do Império*, ao referir-se aos três principais partidos imperiais, no Rio Grande do Sul e sua relação com o conflito dizia que:

O que se disputava, entretanto, principalmente eram os fornecimentos; a guerra era uma cornucópia inesperada que se derramava sobre a província, e como com a descoberta de minas de ouro, deixava-se tudo para ir fazer fortuna. Foi sempre inseparável das guerras a especulação dos abastecimentos do exército, e em sistemas militares imperfeitos, onde nenhuma fiscalização existia, como o do Rio Grande, a mais extensa simulação de pretos, munições, cavalhadas, rezes, e tudo o mais. Os partidos acusavam-se uns aos outros de falta de moralidade e eles se conheciam, como bons vaqueanos. Ao lado do político do general, do comandante de fronteira, chefe local, formava-se sempre uma

¹²⁸⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Ob.cit.p.102

clientela ávida de dinheiro, que só pensava em enriquecer à custa do Tesouro, e que para isso prestava ao partido, à situação ou à oposição que um dia havia de ser governo, todos os serviços, comprometia-se, arruinava-se até por ele para dar-lhe os recursos precisos para a vitória ou para curtir, sem debandar, os longos dias do chamado ostracismo. Para semelhante clientela a guerra foi, em linguagem popular, que exprime bem o alvoroço em que todos ficaram, uma verdadeira Califórnia.

Concluía propondo que:

Os partidos todos criaram nova vida: o Baronista, o do governo, aumentou consideravelmente, da noite para o dia, como os rios depois de grandes chuvas; o Liberal, que se levantara sob Furtado com Canabarro e Osório, ainda contava com a posição proeminente deste; o Conservador animava-se com a presença do Imperador, de Ferraz e de Caxias, dentro de pouco general em chefe, com a presidência do Conde de Boa Vista, cuja feição conservadora não enganava a ninguém. Cada um deles, para o serviço da campanha, para os comandos, os postos, os contratos, as distinções a repartir entre os seus aliados e amigos, tinha alguém em quem esperar: o mais considerável de todos os patronatos da época, o da guerra, estava repartido entre os três partidos.¹²⁸¹

Havia no Rio Grande do Sul à época da Guerra com o Paraguai duas filiais da pagadoria militar: em Rio Grande e em São Gabriel. A primeira tinha por finalidade a fiscalização e pagamento imediato das despesas do Ministério da Marinha e da guerra, até o limite das fronteiras de Rio Grande, Jaguarão e Chuí. Era suprida pela alfandega de Rio Grande. A pagadoria central, de São Gabriel, atendia as mesmas funções, exceto os serviços com a marinha. Essa atendia as fronteiras de Bagé e Missões e era provida por remessas diretas da tesouraria. O pagamento das forças de Quaraí e Missões era efetuado pela alfandega de Uruguaiana.¹²⁸²

Não havia recursos

Pelo grande número de tropas chamadas ao serviço de guerra, a alfandega de Uruguaiana não dispunha de recursos suficientes para suprir as necessidades militares. João Marcelino de Souza solicitou ao governo imperial que fizesse uma “convenção com o banco Mauá no Rio de Janeiro para, por intermédio dos bancos do Rosário ou em Montevideú, ser suprida a alfândega da Uruguaiana, mas o governo imperial não julgou conveniente esta medida.”¹²⁸³

A questão do fornecimento foi um problema mal resolvido. Segundo Francisco Felix Pereira da Costa, o governo imperial, para suprir o exército estacionado no Rio Grande do Sul “dispendeu o dobro do que dispenderia se o exército tivesse sido suprido

¹²⁸¹ NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo: um estadista do Império* [...].Ob.cit.p.223-224.

¹²⁸² RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga entregou a administração[...]Ob.cit.p.22.

¹²⁸³ Id.ib.,p.22.

como são fornecidos os exércitos em campanha, por um comissariado militar, e não por fornecedores que são especuladores, que só tem em vista tirarem o maior lucro que podem”.¹²⁸⁴

Em dura crítica aos avultados e desnecessários gastos públicos, o autor afirmou que: “[...] o dinheiro fornecido por negociantes de Buenos Aires sobre quem o ex Ministro da Guerra (Ângelo Muniz) mandou sacar para o exército em Uruguaiana, deixou sem necessidade lucros avultados a quem o forneceu, de modo que o exército no Rio Grande do Sul deu muito dinheiro aos negociantes de Buenos Aires.”¹²⁸⁵ Para os rentistas, a guerra, que aniquilou a República do Paraguai, foi um bom negócio.

Não foi só dinheiro que o governo imperial trouxe dos países vizinhos. As praças de comércio daqueles locais lucraram enormemente. De Montevideú e Buenos Aires foram comprados boa parte do que demandava o Exército Imperial. Em junho de 1865, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, em pronunciamento no Senado, esquivou-se das acusações de lesar os cofres públicos comprando produtos mais caros no Prata, dissera que eram exigências de alguns generais e representantes do governo.¹²⁸⁶ Ignoramos as relações mais profundas de políticos e militares imperiais com os setores comercial e financeiro platino.

Falsificando mapas de corpos

A corrupção foi prática presente na história militar luso-brasileira e imperial. Nelson Werneck Sodré, em *História militar do Brasil*, de 1965, critica as malfadadas práticas corruptivas nas forças imperiais durante a luta pela independência uruguiaia, em 1828. O autor afirmou que, no relativo aos mapas do exército, contendo a descrição e número de combatentes, do qual saíria a folha de pagamento, se acrescentavam indivíduos que não existiam e se mantinham “fantasmas” o que no final das contas significava uma sobra aos corruptos.¹²⁸⁷

Em outubro de 1865, o Exército Imperial em operações no Rio Grande do Sul, comandado por Manuel Marques de Sousa, sofria com as deserções. O 17º Corpo Provisório da Guarda Nacional de Uruguaiana, comandado por Bento Martins de

¹²⁸⁴ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Livraria A.G. Guimarães & C., 1870.vol.2.p.216.

¹²⁸⁵ COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Livraria A.G. Guimarães & C., 1870.vol.2.p.216.

¹²⁸⁶ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.p.62

¹²⁸⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Ob.cit.p.102.

Meneses, foi o que onde mais houve fugas, 176, de um efetivo de oficialmente oitocentos homens. Aquelas deserções motivaram investigações sobre o corpo.

Manuel Marques de Sousa, suspeitava, por informações de militares do exército, de que Bento Martins fraudara os mapas do corpo sob o seu comando. Ele teria registrado “oitocentos e tantas praças” e, “apenas existiam quatrocentas em realidade”.¹²⁸⁸ O corpo comandado por Bento Martins fora dissolvido e as praças distribuídas por outros corpos do Exército; o seu comandante, fora inicialmente preso em Uruguaiana para aguardar a instauração de conselho de investigação.¹²⁸⁹

As suspeitas sobre Bento Martins de Meneses foram confirmadas. Em 17 de outubro de 1865, Manuel Marques de Sousa informara ao Ministro da Guerra que no mesmo dia em que Bento Martins informou haver no corpo provisório que comandava “o número de 302 praças pronta no acampamento, o Assistente do Deputado do Ajudante General, junto à Divisão, a que pertencia o Corpo, só encontrou em forma 67”.¹²⁹⁰

Tabela 34 - Número de praças informados por Bento Martins, no 17º Corpo Provisório

Primeiros Sargentos	7
Segundos ditos	17
Furriéis	3
Cabos de Esquadras	44
Soldados	228
Clavinos	3
Total	302

Fonte: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 5. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

Compra de cavalos

Foi quase um coro durante a campanha, em especial no Rio Grande do Sul, as reclamações por falta de cavalos. Estranhamente, a província cuja principal arma era a cavalaria via-se desprovida de montarias. Há muitos registros de comandantes de corpos reclamando da falta daqueles animais. Em certas situações, os batalhões chegavam a ficar imóveis por longos períodos atestando falta de cavalaria para a marcha.¹²⁹¹ Quando havia fornecimento, não era incomum a entrega de animais doentes ou muito magros, inúteis para o serviço.¹²⁹²

¹²⁸⁸ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 5. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹²⁸⁹ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército. Ob.cit.p.132

¹²⁹⁰ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 5. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹²⁹¹ SANT’ANA, ELMA. Minha amada Maria Cartas dos Mucker. Canoas: ed. Ulbra, 2004.p.166.

¹²⁹² CORRESPONDÊNCIA de Francisco Joaquim Garcez Cabeleira ao presidente da província, 3 de janeiro de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 197.

Os corpos e divisões militares em operação no Rio Grande do Sul não contavam com sistema de fornecimento, em especial para a cavalaria. Em meio a isso, surgiram diversas suspeitas de corrupção envolvendo a compra de cavalhadas. Em determinado momento, o governo nomeou oficiais em comissão exclusivamente para a compra, internada e distribuição de cavalos e mulas para os corpos no Rio Grande e no Uruguai. Sobre eles surgiram suspeitas e denúncias de corrupção. Às vezes, a comissão permitia a compra direta. Francisco Pedro de Abreu, conhecido pelas *califórnicas*, no Uruguai, realizou diversas compras de cavalaria em nome do governo provincial. Em março de 1865, já chefe da 2ª divisão ligeira do Exército em Operações no Rio Grande do Sul, ele foi encarregado de comprar cavalhadas na fronteira sul.¹²⁹³

Em resposta a tal determinação, o coronel, que mais parecia preocupado com seus negócios como comerciante de cavalos do que como militar, informou a carência de animais naquela fronteira. Preferia compra-los aquém do rio Camaquã, onde havia boas cavalhadas, gordas e “por serem de campos pedregosos” eram “mais fortes para as marchas.”¹²⁹⁴ Segundo ele, era melhor o governo mandar entregar de “vinte a trinta contos de réis ao comendador Lopo Gonçalves Bastos [...]”, na capital, para facilitar a compra. Isso, segundo ele resultaria em “melhores compras”.¹²⁹⁵ Ou seja, Pedro de Abreu queria contar com dinheiro em espécie. Além disso, Pedro de Abreu e Lopo Gonçalves Bastos teriam estreitas relações de negócio desde pelo menos 1862.¹²⁹⁶ O barão de Jacuí era um proto-capitalista, tendo investimentos na fundação de colônias e venda de lotes.¹²⁹⁷

No final de março, o inspetor da tesouraria da Fazenda, José Francisco de Moura, emitia parecer ao presidente da província sobre aquela questão. A resposta era negativa, pois, segundo ele, não era “necessário o adiantamento, tanto mais não oferecendo garantia à Fazenda e sendo sujeito a ajuste de contas a que mal grado se prestam os responsáveis, muitos dos quais não provam suficientemente o emprego das somas que lhes são confiadas.”¹²⁹⁸ Ainda segundo ele, até aquela data, os compradores autorizados pelo

¹²⁹³ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Jacuí ao presidente da província João Marcelino de Sousa Gonzaga, 9 de abril de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

¹²⁹⁴ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Jacuí ao presidente da província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Sousa Gonzaga, Pelotas, 20 de março de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

¹²⁹⁵ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Jacuí ao presidente da província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Sousa Gonzaga, Pelotas, 20 de março de 1865. Ob.cit.

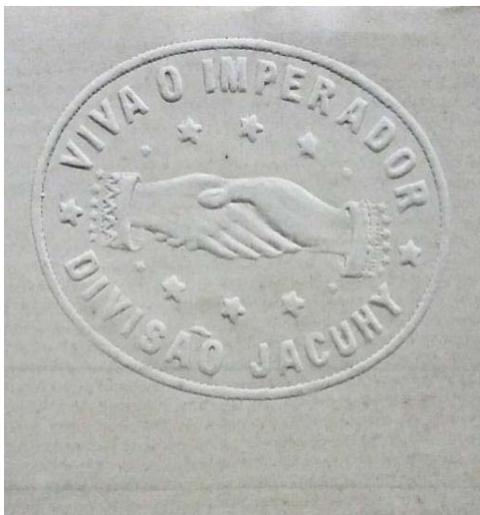
¹²⁹⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. As Califórnicas do Chico Pedro. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.p.7.

¹²⁹⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. As Califórnicas do Chico Pedro.p.77.

¹²⁹⁸ CORRESPONDÊNCIA de José Francisco de Moura, inspetor da tesouraria da Fazenda a João Marcelino de Sousa Gonzaga, presidente da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 31 de março de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 205.

governo não tinham encontrado dificuldades, pois os vendedores poderiam receber nas coletorias, mesas de renda e tesourarias da província.

Imagem 38 - Marca d'água das correspondências oficiais de Pedro de Abreu



Fonte: Fotografado pelo autor em documentos do AHRS.

Negócio lucrativo

O fornecimento de cavahada para o exército era um negócio muito lucrativo, tanto para o comerciante quanto para o intermediário. Ainda acampado no sul da província, Pedro de Abreu teria comprado cavahadas sem a autorização do governo. Em ofício de 11 de abril de 1865, a presidência da província ordenava a suspensão de toda compra efetuada por ele. Manuel Raphael Vieira da Cunha, posteriormente um dos fornecedores do 3º Exército, estava encarregado da compra de cavalos para o Exército em operações no Uruguai. Em ofício, Pedro de Abreu questionava se deveria enviar para o exército a cavahada já comprada ou esperava a definição do encarregado de tal compra. Ele tentou descreditar Manuel Vieira da Cunha junto ao governo. Dizia ter certeza de que o referido fornecedor não tinha “nem em Candiota, nem em outra parte da província” “cavahada alguma”. Trata-se de um caso particular de disputa pelo fornecimento.¹²⁹⁹

Dois dias depois, João Marcelino voltou atrás, autorizando a atuação de Pedro de Abreu. Se até o recebimento daquela carta, pelo barão de Jacuí, Manuel Vieira da Cunha, “não tiver dado ainda solução de si então V. Exa. compre aí uns 800 cavalos para com os 400 que aí estão fazê-los seguir.” João Marcelino entendia que o assunto estava “se tornando muito demorado.”¹³⁰⁰ Na mesma correspondência, provavelmente em função da

¹²⁹⁹ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Jacuí ao presidente da província João Marcelino de Sousa Gonzaga, 14 de abril de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

¹³⁰⁰ CORRESPONDÊNCIA de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ao coronel Francisco Pedro de Abreu,

agitação no Uruguai, João Marcelino autorizou Pedro de Abreu a comprar a cavallhada que julgasse necessária para a sua divisão. O comprador deveria apresentar recibos em três vias.¹³⁰¹ Em 25 de abril, o governante provincial reforçou a forma de pagamento das cavallhadas:

Já expedi a ordem para o pagamento dos 20 contos, mas previno-o que a tesouraria não paga senão à vista dos documentos da compra dos cavalos. São as instruções que vigoram e que em circunstâncias extraordinárias e urgentes são um tropeço para o serviço, porém assim se tem feito com toda a cavallhada que tem sido comprada até pelo general em chefe.¹³⁰²

Desde abril, a divisão Jacuí encontrava-se em Bagé, onde continuaria por longo período. Temiam nova invasão *blanca* na fronteira.¹³⁰³ Dalí, Pedro de Abreu informava ao governo do Rio Grande do Sul a compra de “sessenta e sete cavalos pela quantia de dez patações cada um.”¹³⁰⁴ Em 12 de junho, a província foi invadida. Somente assim o governo ordenou que a divisão Jacuí marchasse para a fronteira do rio Uruguai.

A mudança na forma de pagamento das cavallhadas irritou Pedro de Abreu. Os comerciantes que vendessem aos comandantes precisavam dirigir-se à Porto Alegre para receber o dinheiro, mediante nota expedida no ato do negócio. Isso, segundo Pedro de Abreu, atrasava as compras. Ele pedia que as compras efetuadas naquela fronteira fossem pagas, como tradicionalmente, pela pagadoria de Bagé. Esperava que “tendo em consideração as necessidades do serviço e relutância dos vendedores” o governo deliberaria positivamente.¹³⁰⁵ Em época de enormes gastos e destino incerto da guerra, a administração imperial apertava o cerco para evitar gastos excessivos com desvios de dinheiro.

Em 12 de julho, do quartel volante em São Vicente, em marcha para fronteira do rio Uruguai, o coronel Jacuí comunicou a compra de cento e três cavalos pelo comandante da 1ª brigada, da sua divisão, José Ignácio da Silva Ourives. Os animais comprados do sr.

barão de Jacuí. Rio Grande do Sul, 16 de abril de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul.

Assuntos militares, maço 205

¹³⁰¹ Id.ib.,

¹³⁰² CORRESPONDÊNCIA de João Marcelino de Sousa Gonzaga, presidente da Província ao coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí. Pelotas, 25 de Abril de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 205.

¹³⁰³ CORRESPONDÊNCIA de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ao coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí. Rio Grande do Sul, 16 de abril de 1865. Ob.cit.

¹³⁰⁴ ATESTADO de compra de cavalos pelo Barão de Jacuí. Bagé, 12 de junho de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

¹³⁰⁵ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Jacuí ao presidente da província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Sousa Gonzaga, Bagé, 20 de junho de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

Thimóteo Pereira Maciel foram adquiridos ao preço de 20 mil réis cada um. Valor elevado, em relação a outras compras efetuadas anteriormente.¹³⁰⁶

Tinha má fama

A má fama de Pedro de Abreu era conhecida. Após a rendição paraguaia em Uruguaiana, o comando do Exército estacionado em São Borja sob ordens do barão de Porto Alegre respondia ofício daquele coronel permitindo a marcha dele junto com o Exército. O documento era taxativo, o governo permitiria sua marcha “com a condição, porém de não lançar mão de um só cavalo das invernadas, pois que se a contrário proceder será responsabilizado”.¹³⁰⁷

Além da venda de cavallhada, com preço oscilante durante o conflito, alguns proprietários de terra ofereciam seus campos como invernadas à custa dos cofres públicos. Pedro de Abreu autorizou contrato com Jerônimo Xavier de Azambuja para “arrendar por espaço de seis meses, parte de seus campos” “para ser invernada nela até mil e duzentos cavalos do serviço” da 2ª divisão “mediante a quantia de mil reis por cavalo nos referidos seis meses”.¹³⁰⁸ O coronel comandante da divisão apenas informava a decisão por ele tomada. Um mês mais tarde, estando a 2ª divisão estacionada em Bagé, Pedro de Abreu firmou novo contrato de arrendamento de campo, dessa vez com João Cipriano Ávila. O objetivo era “invernar setecentos cavalos”.¹³⁰⁹ Como anteriormente, o contrato foi efetuado e somente depois comunicado ao governo. Em 24 de agosto, não estando mais aquela divisão em Bagé, o contrato teve parecer negativo da Secretaria de Governo da província.¹³¹⁰

Em meados de julho, de 1865, o coronel João Manoel Menna Barreto foi nomeado para uma comissão de fornecer cavalos ao exército. Em comunicação ao presidente da

¹³⁰⁶ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Jacuí ao presidente da província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Sousa Gonzaga, Bagé, 12 de julho de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

¹³⁰⁷ CORRESPONDÊNCIA de José Antônio da Silva Lopes, tenente coronel deputado do ajudante general ao Barão de Jacuí, quartel general na vila de São Borja, 18 de novembro de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

¹³⁰⁸ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Jacuí ao presidente da província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Sousa Gonzaga, Bagé, 22 de maio de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

¹³⁰⁹ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Jacuí ao presidente da província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Sousa Gonzaga, Bagé, 13 de junho de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

¹³¹⁰ PARECER da secretaria de governo ao presidente da província sobre o arrendamento de campos pretendido pelo barão de Jacuí. Porto Alegre, 24 de Agosto de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

província, esclareceu um pouco os problemas enfrentados para tal serviço. Argumentou que se o general Manuel Marques de Sousa requisitasse muitos animais, poderia ter dificuldade em atender, pois, segundo ele, “os fazendeiros das fronteiras não querem vender para a Fazenda Nacional o que lhes pertence, senão com dinheiro a vista e quando alguns vendem qualquer coisa é por preços exorbitantes, talvez com a diferença de cinquenta por cento do seu custo real.”¹³¹¹ Em setembro daquele ano, Menna Barreto informara ao governo provincial que para poupar os cofres imperiais dirigiu-se “a diversos estancieiros brasileiros residentes no Estado Oriental pedindo-lhes em nome do governo, como em serviço importante que reúnam todos os animais pertencentes a nação e que ali existem em grande número e me previnam para deles dispor [...]”¹³¹²

As irregularidades na contratação do fornecimento eram prato cheio aos opositores políticos. Esses, usavam os jornais para denunciar e melindrar os adversários. Uma dessas publicações, pretensamente de um morador de Porto Alegre, no *Jornal do Comércio*, da Corte, levou o governante provincial a dar explicações ao Ministro da Guerra. Em 7 de julho de 1865, depois de receber pedido de explicações do ministro, João Marcelino fez sua defesa e de seus nomeados. O teor da acusação, transcrita parcialmente pelo governante em sua defesa dizia que:

o coronel Antônio de Mello e Albuquerque continua a ser pela presidência o encarregado da compra de cavalos e de bestas para o serviço do exército, por propostas feitas em Alegrete, onde os animais são apresentados, e o pagamento faz-se pela alfandega de Rio Grande. Nas estâncias paga-se de 5 até 7 patações por cada um cavalo, e, no entanto, tem-se pago 16 a 20\$000.

A acusação foi ainda mais aguda. Disse que, “a cavalaria [estava] desmontada” e “o número de cavalos comprados [era] fabuloso, e todos os dias se [faziam] novas compras”.¹³¹³

No relativo ao coronel Antônio Albuquerque de Mello, as acusações tinham base real. Isso levou ao seu afastamento posteriormente, como veremos. Em sua defesa, João Marcelino dizia-se zeloso pelos recursos públicos, mas reconheceu que “muitos desperdícios e muitos roubos têm havido com a compra de cavalhadas”. No entanto garantira que os fatos não eram “de agora, porque as tradições que há de outras épocas

¹³¹¹ CORRESPONDÊNCIA incompleta de João Manoel Menna Barreto, aparentemente ao presidente da província, julho de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 197.

¹³¹² CORRESPONDÊNCIA de João Manoel Menna Barreto ao vice-presidente da província, Antônio Augusto Pereira da Cunha, 27 de setembro de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 197.

¹³¹³ CORRESPONDÊNCIA de João Marcelino Gonzaga ao Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.p.53.

são ainda mais horríveis”. Retoricamente questionava: “como evitar esse mal”?¹³¹⁴ O governante teria promovido mudanças para evitar tais abusos com o dinheiro público. Segundo ele, “só e exclusivamente os comandantes superiores Vargas, Lucas de Lima, Serro Alegre, Tristão, Valença, Mello, Canabarro, Fernandes, Mascarenhas Junior, Portinho, Andrade Neves, Cardoso e excepcionalmente o barão de Jacuí” estariam autorizados a comprar os animais.¹³¹⁵ A excepcionalidade para o coronel Pedro de Abreu – Jacuí – é reveladora!

8.4.1 A comissão de compra de cavalos de Antônio de Mello e Albuquerque

O coronel Antônio de Mello e Albuquerque [1803-1869] foi militar legalista durante a guerra dos farrapos. Um dos chefes do Partido Conservador, foi deputado provincial, por três legislaturas. Foi Comandante Superior da Guarda Nacional de Cruz Alta. Em três de abril de 1865, foi nomeado, pela presidência da província, para a comissão de compra de cavalos para o Exército e direção de todas as internadas da província.¹³¹⁶ O ofício de nomeação ordenava que se transferisse, com seu quartel, para Alegrete. A Tesouraria da Fazenda publicara os editais com prazo de trinta dias para os interessados se manifestarem. Mello e Albuquerque foi autorizado a alugar campos “apropriados” para instalar as internadas, com a incumbência de administrar e fiscalizar os serviços ali realizados. O comissionado era autorizado a destacar oficiais e praças da Guarda Nacional do seu comando para todo e qualquer serviço.¹³¹⁷

Não muito tempo depois surgiram as primeiras denúncias, sobretudo de adversários políticos, de corrupção e favorecimento de aliados do coronel, na compra de animais. Em 16 de abril de 1865, em resposta a Francisco Pedro de Abreu, o presidente da província afirmou:

Não foi o governo imperial que nomeou o Mello para encarregado da compra de cavalaria. Fui eu e depois de informar-me com várias pessoas que todas me abonaram muito o Mello. As internadas eu mandei que fossem sobre as costas do Camaquã e do Uruguai, não em Alegrete. Também não é em Alegrete o ponto para reunião e acampamento do Exército, é lá por São Borja, aonde o

¹³¹⁴ CORRESPONDÊNCIA de João Marcelino Gonzaga ao Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.p.53.

¹³¹⁵ CORRESPONDÊNCIA de João Marcelino Gonzaga ao Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.p.54.

¹³¹⁶ ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

¹³¹⁷ GONZAGA, João Marcelino. Correspondência a Antônio de Mello e Albuquerque, 3 de abril de 1865. ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

general Caldwell entender que deve de ser. Mandei que o Mello fosse para o Alegrete e marquei esse ponto para os interessados apresentarem as suas propostas por escrito para a venda de animais. Ali ele fez as compras e reuniu as cavalhadas para as invernadas. Não podia encarregar aos comandantes dos corpos porque esta cavalhada é para reserva. E quanto a isto meu amigo dir-lhe-ei que há muitas acusações contra alguns deles pelas compras que tem sido feitas. Veja o que me dei a respeito do coronel Mello [...] e lamento isso bastante.¹³¹⁸

No pouco tempo em que estive na comissão, Antônio de Mello e Albuquerque comprou mais de sete mil e quinhentos animais, a imensa maioria cavalos. Desses, a maior parte foi comprada após ser dispensado do serviço, como veremos. O coronel era acusado de beneficiar os seus amigos nas compras. Mediante suspeições, Antônio Mello e Albuquerque foi desligado da comissão. No governo, teve quem pedisse, sem sucesso, sua demissão também da comandância da Guarda Nacional. Quando da formação do 3º Corpo do Exército, foi novamente acionado pelo governo provincial.

Em 31 de agosto de 1865, em São Gabriel, o Ministro da Guerra, à caminho de Uruguaiana, oficiou ao general Manuel Marques de Sousa, que assumia a comandância do Exército em Operações no Rio Grande do Sul, sobre a extinção da “comissão de compras de cavalos para o exército e invernadas, de que se achava encarregado o coronel Antônio de Melo Albuquerque.” Determinou que se desse publicidade e que o serviço fosse desempenhado sob sua imediata fiscalização.¹³¹⁹ Quase dois meses depois, em 7 de outubro de 1865, em Alegrete, Ângelo Muniz da Silva Ferraz informou verbalmente a Antônio Albuquerque o fim da referida comissão. Nada foi dito sobre as suspeitas de irregularidades, que já corriam a boca miúda na província. Apenas teria dito que em Corrientes, para onde marcharia o Exército Imperial, os preços eram melhores.¹³²⁰ Oficialmente, Mello e Albuquerque continuou na chefia daquela comissão, pois, não havia ofício de demissão.¹³²¹

Enquanto esperava o ofício de desligamento, o coronel continuou comprando cavalhada, como se de nada soubesse. Isso gerou a suspensão do pagamento pela tesouraria, irritando os vendedores.¹³²² Aproveitou também para contra-atacar adversários

¹³¹⁸ CORRESPONDÊNCIA de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ao coronel Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí. Rio Grande do Sul, 16 de abril de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 205.

¹³¹⁹ GUERRA, Avisos expedidos pelo ministério da. Correspondência do ministro Ângelo Muniz da Silva Ferraz ao presidente da província do Rio Grande do Sul, em 31 de agosto de 1865. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.p.11.

¹³²⁰ ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

¹³²¹ Id.Ib.,

¹³²² Id.ib.,

políticos. O coronel José Gomes Portinho, um de seus acusadores, foi implicado como incentivador do ataque e roubo de gado nas internadas de seu comando. Dizia que: “A demora admirável que a mais de quatro meses tem tido a divisão do coronel Portinho nos diferentes pontos deste município [Cruz Alta], além dos incalculáveis vexames e tropelias feito ao povo, tem produzido o fato escandaloso de roubo de inúmeros rebanhos [gado internado, pertencentes ao Estado] das internadas pertencentes a comissão que dirijo”. Denunciou a conivência dos comandantes de corpos que, segundo ele, autorizavam “a todos os seus guardas” que recrutassem “todos os cavalos que como é muito natural se extraviam ou fogem de todas as internadas, os quais são logo marcados com as marcas dos corpos, como também pela aluvião de desertores dos mesmos corpos e do exército.”¹³²³

Demonstrativo dos gastos

No final de dezembro, com a crise já em andamento, o governo provincial pediu à Tesouraria da Fazenda, demonstrativos de gastos efetuados pelo coronel Antônio Mello e Albuquerque no desempenho da sua comissão. Os dados, segundo o chefe da seção, estavam incompletos. Entre 31 de maio e 25 de novembro, de 1865, comprou-se 7.657 cavalos e 95 bestas. Os cavalos a 18\$000 e 19\$000 e as bestas a 19\$000, totalizando 147:284\$000. Os dados constantes da tabela a seguir aparecem no levantamento realizado pela 4ª seção da Tesouraria provincial, em abril de 1866.¹³²⁴

¹³²³ AHRs. MELLO E ALBUQUERQUE, Correspondência de Antônio, 1865. Assuntos militares, maço 183.

¹³²⁴ DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA feita com a aquisição de animais para os Corpos do Exército desde 22 de Abril de 1864 até as datas em que se tem contas na Tesouraria das diversas Estações por onde se tem efetuado os pagamentos. ANRJ. IG1 195.ob.cit.

Tabela 35 - Compra de cavalos e mulas por Antônio de Mello e Albuquerque

Vendedores	Data do pagamento - 1865	Por onde realizados	Cavalos	Bestas	Preço de cada um
Veríssimo Lucas Annes	31 de Maio	Tesouraria	70		18\$000
Antônio Furtado de Mendonça	27 de Julho	Alfândega	428		19\$000
Augusto Fayet	27 de Julho	Alfândega	117		19\$000
O mesmo	27 de Julho	Alfândega		3	19\$000
Joaquim Ourique de Menezes	31 de Julho	Alfândega	102		19\$000
O mesmo	31 de Julho	Alfândega		2	19\$000
Alexandre Jacinto da Silva	10 de Agosto	Alfândega	268		19\$000
José Coelho Trires	17 de Agosto	Alfândega	147		19\$000
Vasco Nunes de Miranda	13 de Setembro	Alfândega	150		19\$000
Antônio Joaquim Barbosa	13 de Setembro	Alfândega	29		19\$000
O mesmo	13 de Setembro	Alfândega		24	19\$000
Francisco Martins da Cruz Jobim	16 de Setembro	Alfândega	51		19\$000
Joaquim Mariano da Silva	16 de Setembro	Alfândega	140		19\$000
Antônio Gomes Souto	22 de Setembro	Alfândega	37		19\$000
Joaquim Manoel Nogueira	19 de Outubro	Alfândega	400		19\$000
Joaquim Máximo da Silva	19 de Outubro	Alfândega	117		19\$000
João Nobre de Almeida	5 de Outubro	Alfândega	54		19\$000
Zeferino Antônio Nunes	5 de Outubro	Alfândega	84		19\$000
Joaquim Máximo da Silva	9 de Outubro	Alfândega	119		19\$000
Vicente Pedro de Queiroz	10 de Outubro	Tesouraria	236		19\$000
Manoel Nunes de Souza	14 de Outubro	Tesouraria	218		19\$000
Francisco Telles de Souza	18 de Outubro	Tesouraria	344		19\$000
Joaquim Veríssimo da Fonseca	18 de Outubro	Tesouraria	1.692		19\$000
Joaquim Máximo da Silva	19 de Outubro	Alfândega	110		19\$000
Francisco Mamede do Nascimento	19 de Outubro	Alfândega	249		19\$000
			5.159	29	
Joaquim Veríssimo da Fonseca	18 de Outubro	Tesouraria		66	20\$000
José Manoel Lucas Annes	2 de Novembro	Alfândega	188		19\$000
Lourenço Lemos de Moraes Gomes	2 de Novembro	Alfândega	400		19\$000
Augusto Fayet	3 de Novembro	Alfândega	63		19\$000
Pedro Antônio Pereira de Escobar	3 de Novembro	Tesouraria	184		19\$000
Antônio Dias de Freitas Valle	13 de Novembro	Tesouraria	222		19\$000
Jacques & Freitas	11 de Novembro	Tesouraria	1.161		19\$000
Demétrio Ribeiro	25 de Novembro	Alfândega	280		19\$000
			7.657	95	

Fonte: ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

Por aviso provincial de 10 de janeiro de 1866, o governo exigiu do general Manuel Marques de Sousa informações sobre o serviço prestado pela comissão de Mello e Albuquerque. Este, por sua vez, pediu a outros oficiais tais dados. Em seis de março, José Gomes Portinho respondeu ao aviso. Segundo ele, os animais que existiam nas invernadas de Cruz Alta eram de “inferior qualidade”, inclusive a maioria dos 4.530 que recebeu. Para ele, a causa era o “convênio ilícito e desonesto” praticado pelo chefe da comissão, de “receber os cavalos comprados, mediante o lucro de um patacão por cabeça, como é sabido”. Isso, segundo ele devia “movê-lo, e obrigá-lo a receber muito animal inútil, e

inservível”.¹³²⁵ A seguir, na mesma correspondência, Gomes Portinho foi mais incisivo nas críticas:

É público, que os empregados da Comissão, eram também compradores, e vendedores ao mesmo tempo, e por isso é de supor-se, que não tivessem escrúpulo em receber maus cavalos, movidos como vão por interesse próprio; e que mesmo até passou-se ao Exército de cavalos, que nunca foram comprados, o que me induz a crer que seja fantasiado o número dos que a mesma diz haver recebido.¹³²⁶

Depois de consultar os coronéis José Gomes Portinho e Manuel Lucas de Lima, o general barão de Porto Alegre, concluiu que: “pela confiança que me merecem aqueles dois comandantes superiores que mal efetuada foi pelo coronel Mello e Albuquerque a compra de cavalos de que foi incumbido e mal cuidados ainda depois de comprados, pelo pouco serviço que deram.”¹³²⁷ Nessa mesma correspondência, Marques de Sousa confirma não ter comunicado oficialmente, por escrito, ao coronel Mello e Albuquerque sobre sua demissão daquela comissão. Dizia saber que o próprio Ministro da Guerra o havia feito. E fez, oralmente. Isso motivou que Mello e Albuquerque continuasse a comprar desmedidamente cavalos, bestas e bois.

Em julho de 1866, o caso de Antônio Mello e Albuquerque foi levado a consulta no Ministério do Império. Os conselheiros foram unânimes em que o coronel deveria ser julgado pelos crimes cometidos. A proposta apresentada por Almeida França, de demissão do posto de Comandante superior da Guarda Nacional foi rejeitada. Acolheu-se proposta de que caberia ao Ministro da Guerra definir o que fazer, já que a comissão era a cargo do referido ministro. Como de costume, Antônio Albuquerque não sofreu nenhuma sanção. O estamento burocrático jurídico do Império servia, como em qualquer Estado burguês ou pré-burguês, de escudo às classes proprietárias. As leis só serviam aos *criminosos* comuns, como visto. A estes, a prisão forçada, perpétua ou pena de morte. Para as camadas endinheiradas, o crime sempre compensa!

João Marcelino de Souza Gonzaga, em relatório de entrega da presidência do Rio Grande do Sul, informou que não possuía os dados concretos da compra de cavalaria efetuada pelo governo. Avaliava que a quantia era grande, no geral de três cavalos por

¹³²⁵ PORTINHO, coronel José Gomes. Correspondência ao general Barão de Porto Alegre, 6 de março de 1866. ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

¹³²⁶ PORTINHO, coronel José Gomes. Correspondência ao general Barão de Porto Alegre. Ob.cit.

¹³²⁷ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Porto Alegre, comandante do 2º Corpo do Exército ao presidente da província, barão da Boa Vista, 31 de março de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 191.

praça, a preços que variavam de 14\$ a 20\$.¹³²⁸ A região teria sofrido seca intensa seguida de inverno rigoroso, acabando com a pastagem e deprimindo o peso dos cavalos. Essa era uma das justificativas para o grande volume de compras.

Confiava nos seus subordinados

Mediante as acusações de irregularidades, contraditoriamente ao que havia dito anteriormente, João Marcelino as desacreditava e dizia confiar no método adotado por sua administração. E mais, dizia duvidar que “os brigadeiros Canabarro e Portinho, coronéis Vargas, Lucas de Lima, Barão do Serro Alegre, Fernandes Lima, Valença, Mello e Albuquerque, Tristão, Cardoso, Thomaz Campos, Sá Araújo, Camelo Júnior, e brigadeiro Andrade Neves abusassem ou autorizassem o abuso de confiança do governo para prejudicar os cofres públicos.”¹³²⁹

O problema com a compra de cavahada continuou ao longo do conflito. Em fins de julho de 1865, com ordens de marcha para a fronteira do rio Uruguai, onde assumiria o comando de numerosas forças, Manuel Marques de Sousa resignava-se por que “a falta absoluta de cavalos” o tinha “forçado a demorar a marcha”¹³³⁰

No sul da província, o jornal *o guarda nacional*, de Rio Grande, denunciou, em tom humorado, a farra com o dinheiro público na compra de cavalos para o Exército. Diz a nota de título *descoberta importante*:

Foi descoberto pela alma do Evaristo louco, nas imediações da fronteira de Chuí, um novo método de reinar que grandes vantagens oferecem na atualidade que tanta falta há de cavalos. Antigamente marcavam-se os cavalos que o governo comprava cortando meia orelha, e hoje pelo novo método recém-descoberto, corta-se primeiramente uma pontinha da orelha e larga-se para o campo; depois de seco o sangue vem de novo o mesmo cavalo, corta-se outro pedacinho, podendo assim um só cavalo representar o valor de 3 ou 4 reiuo para com a fazenda nacional. “Este método já foi posto em prática dando excelentes resultados.”¹³³¹

¹³²⁸ RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Sousa Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Ilmo e Exmo sr. Visconde de Boa Vista. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865.p.18.

¹³²⁹ Id.ib.,

¹³³⁰ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 3. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹³³¹ JORNAL O Guarda Nacional. Ano 1. Número 2. Rio Grande, terça-feira, 14 de dezembro de 1866. Em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=809314&PagFis=2&Pesq=guerra>

Nessa época, os cavalos pertencentes ao governo, ou seja, os reíunos, tinham a ponta da orelha cortada, em geral sob fiscalização de um encarregado, para distingui-los dos animais de particulares.¹³³²

Em agosto de 1866, os exércitos aliancistas se preparavam para combater tropas paraguaias, naquele país. Manuel Marques de Sousa recebeu resposta negativa da solicitação feita ao vice-presidente da província, Antônio Augusto Pereira Cunha, de relaxar as rígidas regras para compra de animais. Porto Alegre, que transmitia pedido de Manuel Luís Osório, solicitava a entrega de cinquenta contos de réis ao barão de Cerro Alegre; vinte ao major Joaquim Gomes Pinheiro Machado e dezesseis ao major Vasco José de Guimarães, para comprarem à vista mulas e cavalos para o 1º Exército. João da Silva Tavares, barão de Serro Alegre, era Comandante Geral das Fronteiras do Rio Grande do Sul. A ele cabia, entre outras coisas fornecer cavahada e boiada aos corpos desta província que partiam para a guerra.¹³³³ Seu filho, o coronel Joca Tavares, foi auxiliar do general José Antônio Correa da Câmara, tendo participado de toda a campanha no Paraguai. Recebeu o título de barão de Itaqui.¹³³⁴

Pedido negado

Manuel Marques de Sousa se disse surpreso pela negativa e, em tom ameaçador exigiu o “quanto antes receber aqui esses animais cuja demora tanto entorpecerão as operações que íamos encetar e de que será V. Exa. o único responsável perante o governo imperial a cujo conhecimento vou levar o ocorrido.”¹³³⁵

Em 13 de abril de 1866, a 4ª Tesouraria da província do Rio Grande do Sul publicou um demonstrativo de despesas realizadas com a compra de animais para o Exército e corpos da Guarda Nacional, desde 22 de abril de 1864 à sete de abril de 1866. Nesses quase dois anos, segundo os dados, apenas pelas fontes pagadoras do Rio Grande do Sul teriam sido comprados 102.500 animais, dos quais: 477 bestas, 1.478 bois e 100.545 cavalos. As compras efetuadas a centenas de vendedores, de todas das regiões do Rio Grande do Sul são fabulosas.

¹³³² EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d'. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.75.

¹³³³ ANRJ - IG 1 194. Comunicação do Ministro da Guerra do Império, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ao coronel Manoel Pereira Vargas, Jaguarão, 23 de outubro de 1865. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1865-1867.

¹³³⁴ Eu, Luís Felipe (...) de Orléans, Conde d' (1842-1922). *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.129.

¹³³⁵ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Porto Alegre, comandante em chefe do 2º Corpo do Exército ao vice-presidente da província do Rio Grande, Antônio Augusto Pereira da Cunha, Forte de Itapiru, 19 de agosto de 1866. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 196.

Tomando como base a fórmula de que para cada soldado de cavalaria comprava-se três cavalos e que os homens desta arma eram quase exclusivamente do Rio Grande do Sul, deduz-se que já nesta época, quase 34 mil soldados da província estivessem em armas. Cifras irreais, como vimos. Até março de 1870, o Rio Grande do Sul teria enviado pouco mais de 35 mil homens ao conflito, porém nem todos eram de cavalaria. Mesmo deduzindo-se os animais contabilizados para o piquete imperial, que também contavam com militares sulinos, os números são impressionantes.

Além disso, como explicar que com tantos animais comprados para o uso dos efetivos militares, as reclamações, sobretudo por cavalos, fossem recorrentes? O frio e as chuvas foram mesmo responsáveis pelo deterioramento de grande parte destes animais? Esses números estariam superdimensionados, em função das práticas corruptivas?

A equação *compra volumosa de cavalos mais falta frequente de animais* só pode ser solucionada levando-se em conta que, além das práticas corruptivas, no Rio Grande do Sul, os cavalos pereciam com facilidade, durante a marcha e em épocas chuvosas. Ocorre que aqueles animais não eram alimentados com ração, mas unicamente com o capim existente no lugar onde eram soltos.¹³³⁶ Aquela alimentação não fornecia os nutrientes necessários para que os animais aguentassem longas e forçadas marchas. Por isso, com frequência, em períodos de muita chuva e frio, com a baixa qualidade das pastagens, morriam muitos cavalos. A solução era levar-se sempre cavalos a mais durante os deslocamentos. De acordo com Luís Felipe de Orléans, devido a fraqueza dos cavalos riograndenses, “nenhum gineteiro viaja[va] sem três cavalos pelo menos”.¹³³⁷ Isso faria aumentar em três vezes a compra daqueles animais pelo governo.

Cavalos e mais cavalos

A tabela produzida pela referida tesouraria traz dados sobre: data do pagamento; fonte pagadora; beneficiário; número de animais; para quais corpos militares e os valores. Nem todos os animais estão discriminados no documento, apenas 96.442, faltando informações sobre 6.058. Dos faltantes, aparece, por vezes, apenas os valores totais e qual destinação.

Segundo a tabela, em 1864, quando das operações em território uruguaio foram comprados 10.496 animais; em 1865, com a província invadida pelos paraguaios, 80.187 e, até abril de 1866, quando o corpo de exército comandado por Manuel Marques de Sousa

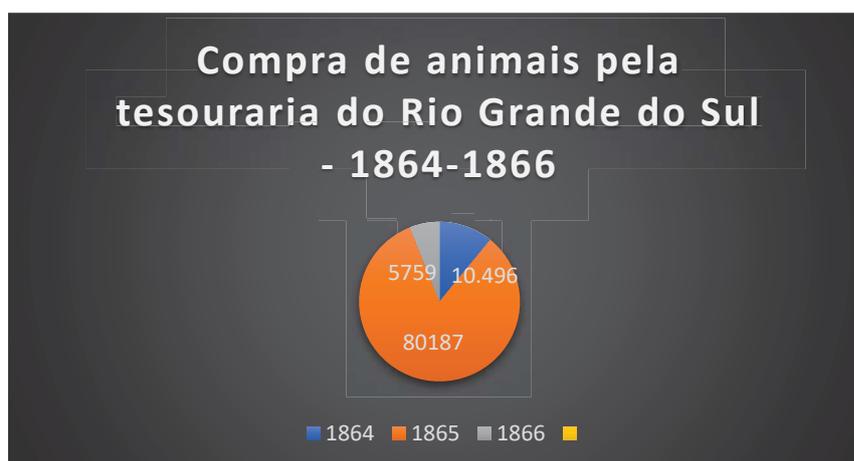
¹³³⁶ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d°. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.36.

¹³³⁷ Loc.cit.

se preparava para cruzar o rio em direção ao Paraguai, 5.759. A partir de então, salvo engano, o montante maior de animais foi comprado de criadores/comerciantes argentinos, com destaque para o general Justo José de Urquiza, que encheu as burras fornecendo para os exércitos aliancistas. Aquelas compras teriam resultado em gasto de 1.992.113\$833, ou seja, quase dois mil contos de réis. Valor astronômico.

Se para uma parcela da classe proprietária rio-grandense a guerra perdeu o sentido quando da destituição de Atanásio Aguirre, no Uruguai, para outros setores, a invasão paraguaia ao Rio Grande do Sul e sua longa permanência, mesmo sem quase combates, foi economicamente favorável. Em sentido oposto, o afastamento da zona bélica da província e posterior invasão ao Paraguai faria desmanchar o bloco de apoio da classe proprietária àquele conflito.

Gráfico 5 - Compra de animais por ano, no Rio Grande do Sul



Fonte: ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

8.5 Em benefício próprio: as irregularidades com dinheiro público

Em meio ao caos produzido pela invasão paraguaia, surgiram denúncias de irregularidades envolvendo o Arsenal de Guerra de Porto Alegre. O pivô da crise foi o coronel João Antônio Mendes Totta. Em novembro de 1864, ele fora nomeado diretor interino do referido arsenal, pelo general Frederico Caldwell, para substituir o marechal Bitencourt.¹³³⁸ Mendes Totta foi acusado de corrupção. Um jornal da capital da província teria publicado acusações envolvendo a compra de colchões por parte do diretor. Segundo

¹³³⁸ JORNAL A ATALAIA DO SUL, Jaguarão, 17 de novembro de 1864.Ob.cit.p.3.

o presidente da província, as acusações eram patrocinadas por “um dos pretendentes ao fornecimento para o arsenal”, portanto, deveriam ser desconsideradas.¹³³⁹

Ao tentar se explicar, João Marcelino revelou situação que pode ter complicado ainda mais seu caso na presidência da província. O Ministro da Guerra exigiu esclarecimentos sobre compras que o governante ordenou fazer em Rio Grande. Segundo ele: “O último contrato para compras de matérias-primas para cinco mil fardamentos” o fizera quando ainda estava em Pelotas. Segundo ele, só apareceu um concorrente “apesar de correrem os editais por muitos dias, e de os haver mandado publicar também no Rio Grande”. Explicou que aquela situação lhe chamou a atenção e chegou a suspeitar “que teria havido algum conluio, desses que geralmente se diz haver nos negócios de arsenais, ou que o mercado de Porto Alegre estava muito desprevenido das fazendas próprias para o fardamento”.

A declaração do governante é esclarecedora. Ela denunciava a existência de “conluios” no fornecimento para os arsenais, e quem sabe para os demais setores públicos. Mais revelador ainda, foi o que disse o governante a seguir. Segundo ele, na falta de concorrentes para fornecer ao arsenal de Porto Alegre, mandou comprar no mercado de Rio Grande por intermédio de “uma comissão de capitalistas de créditos estabelecidos [e] de probidade”. A referida comissão contratou um fornecedor que, segundo João Marcelino Gonzaga, só depois soube que era “genro do coronel Totta”. Aquele, em suspeição de irregularidades no fornecimento para o arsenal. Ao saber do parentesco, teria endossado a decisão. Em defesa do aliado político, João Marcelino afirmou ter ido pessoalmente fiscalizar o recebimento das mercadorias as quais foram integralmente entregues, ao que avaliou que “não houve fraude”.¹³⁴⁰ Em julho de 1865, após sucessivas acusações de desvios e irregularidades, aliado a inépcia na defesa da província, o governante deixou o cargo.

Fornecimento às tropas

Durante o início do conflito, quando o governo imperial ainda não havia contratado fornecedor geral para o exército, os comandantes de corpos e de divisões eram autorizados a contratá-los. Ao ser nomeado para o comando da 2ª divisão, o coronel

¹³³⁹ CORRESPONDÊNCIA de João Marcelino Gonzaga ao Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.p.66.

¹³⁴⁰ CORRESPONDÊNCIA de João Marcelino Gonzaga ao Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.p.66.

Francisco Pedro de Abreu indicou para fornecedor da divisão, um comerciante conhecido seu. Nisso, o presidente da província afirmou existir “algum embaraço”, pois temia pelas contas públicas. Dizia hesitar “em mandar fornecer a divisão pelo contratante do fornecimento para o exército, por ter sido considerado esse contrato como muito lesivo à fazenda pública e por isso dev[ia] restringi-lo o mais possível”.¹³⁴¹ Em geral, os preços eram superfaturados. O governante afirmava que “fazer o contrato com o fornecedor indicado pelo barão de Jacuí, sem ser pelos trâmites legais de editais [...], provocar[ia] as censuras e as calúnias”.¹³⁴² Pedro de Abreu era velho conhecido no ramo de fornecimento de víveres ao exército, as vezes priorizando as atividades de comerciante em detrimento das de militar, como visto. A contrariedade do presidente da província com as práticas de Pedro de Abreu não se manteria por muito tempo.

Posteriormente, João Marcelino considerou que para o tipo de serviço prestado por Francisco de Abreu, da qual eles necessitavam, não era “possível sujeitar-lhe aos princípios inflexíveis de uma lógica rigorosa [...]”. Pensava que “o meio mais adequado [era] confiar absolutamente na perícia e na boa vontade dos chefes”. Concluía dizendo que enviaria a pedido daquele comandante, “alguns contos de réis” que o mesmo julgava necessário “para despesas eventuais”, como espíões.¹³⁴³ Vê-se que a retórica inicial de zelo pelas contas públicas foi logo esquecida ao reivindicar, o que para ele era o bem maior da causa nacional - a guerra.

Foi dada carta branca também ao comandante da 1ª divisão. Em 30 de março de 1865, o presidente da província informou ao Ministro da Guerra a autorização dada ao brigadeiro David Canabarro para “contratar o fornecimento da divisão do seu comando”. Canabarro recusou. Justificava que não gostaria que recaíssem sobre ele as desconfianças costumeiras “que sempre se levanta[va]m” “contra a autoridade que os faz[ia]”.¹³⁴⁴ A verdade é que Canabarro lucrou fabulosamente com o fornecimento, como vimos. Em 23 de maio de 1865, o governo provincial celebrou com Frederico Bier contrato de fornecimento de utensílios militares, sobretudo para a cavalaria – principal arma da província. Entre os objetos estavam lanças, estribos, bocais, enxergões, freios esporas.¹³⁴⁵

¹³⁴¹ DOCUMENTOS relativos a invasão da província do Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.16.

¹³⁴² Id.ib.,p.16.

¹³⁴³ Loc.cit.

¹³⁴⁴ Id.ib.,p.24.

¹³⁴⁵ CORRESPONDÊNCIA de João Marcelino Gonzaga ao Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Em: Documentos relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1866.p.49.

A falta de fornecedores de gêneros para as forças militares acarretava a necessidade de haver disponíveis sempre pessoas responsáveis pela carneação do gado, além do desgaste aos cavalos que para isso eram empregados. Para o Exército, havia contrato com fornecedor geral – José Luiz Cardoso de Salles –, porém, nos corpos da Guarda Nacional que ainda não estavam destacados, fazia-se contratos separados com outros fornecedores.¹³⁴⁶ Contratos esses, nem sempre legais. O coronel Francisco Pedro de Abreu aproveitou, como de costume, para realizar seus negócios com o Estado enquanto comandava uma divisão do Exército. No ensejo da necessidade de fornecimento para suas tropas, contratou com Francisco Antônio Borges, seu sócio.

O contrato seria por três meses. Na correspondência, Pedro de Abreu relatou ao presidente da província que fora informado por Francisco Antônio Borges da existência de contrato do dito fornecedor com o governo provincial. Contrato que nunca existira. Mesmo assim, solicitou que sua deliberação de contratar com ele fosse aceita.¹³⁴⁷ As negociações do referido Pedro de Abreu eram tão escancaradas e ocorriam de forma tão impunes que ele as fazia com tal naturalidade a ponto contratar consigo mesmo o fornecimento para tropa que comandava. No dizer popular, era a raposa cuidando do galinheiro!

Negócios espúrios

No caso em questão, Pedro de Abreu contratou por si mesmo, sem a presença do sócio, o fornecimento com sua própria divisão. Seriam procuradores no negócio os jovens José López Ribeiro e Luiz Ávila de Azevedo. Na mesma correspondência em que pedia a presença do sócio na região da fronteira, dizia estar com seu “gado empatado à espera do fornecimento”. Seriam mais de duas mil cabeças de gado. O militar negociante estava dividido entre a espada e a livrança (caderno de cobrança).¹³⁴⁸

Mesmo ilegalmente, o contrato de Pedro de Abreu com ele mesmo estava feito. Mas o fornecimento era deficitário. Em 31 de agosto de 1865, João Frederico Caldwell, então Comandante das Armas da província, escreveu ao governo provincial recomendando que não se aceitasse uma oferta de José Lopez Ribeiro para fornecer

¹³⁴⁶ CONTRATO de fornecimento para a divisão de Cima da Serra, de José Gomes Portinho com José Alves Valença Junior, Cruz alta, 13 de outubro de 1865.

¹³⁴⁷ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Jacuí ao presidente da província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Sousa Gonzaga, Bagé, 8 de junho de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 183.

¹³⁴⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. As Califórrias do Chico Pedro.p.71.

também à 1ª divisão. Segundo ele, havia semanas que o fornecedor deixava de entregar todos os gêneros à tropa, como sal, farinha, fumo, erva.¹³⁴⁹ Contra ele também pesava a acusação de fornecer carne em péssimo estado para o consumo. O comandante do corpo nomeou comissão para investigar o mau estado da carne fornecida, “que além de serem terneiros em lugar de rezes, essas mesmas em péssimo estado de magreza, cansadas, pisadas e pesteadas [...]” Concluía que “as moléstias que diariamente estão aparecendo na força não são devidos a outra coisa senão ao mal fornecimento”.¹³⁵⁰

Em setembro de 1865, em Uruguaiana, já não mais em poder das forças paraguaias, José Lopez Ribeiro pediu ao Ministro da Guerra, ali aquartelado, que se lhe mandasse pagar a quantia de 30 ou 40 contos de réis, pelo fornecimento feito à 2ª divisão. Segundo López Ribeiro, na Alfândega de Uruguaiana não havia qualquer informação sobre o referido contrato e, por isso, não o queriam pagar. O Ministro da Guerra, tendo recebido cópia do referido contrato, o reconheceu como verdadeiro, ainda que feito “por pessoa de um modo irregular”, e “por pessoa incompetente, sem autorização por escrito, como é essencial em tais matérias.”¹³⁵¹ Ângelo Muniz da Silva Ferraz ordenara ao presidente da província que comunicasse àqueles fornecedores da ilegalidade do contrato e de sua extinção.

Os contratadores, procuradores de Pedro de Abreu e seu sócio Francisco Antônio Borges, foram atendidos pelo ministro, no entanto, ficara “em deposito urna quantia suficiente para pagamento dos proprietários, cujos gados, a força, com o maior abuso, e sem consentimento de seus donos, tiverem sido arrebatados ou arrebanhados, como a este ministério consta, para o referido mister.”¹³⁵²

8.6 Os fornecedores do Exército

A manutenção e provimento do gigantesco Exército Imperial demandara operações de complexidade proporcional ao seu efetivo. As aquisições de armamentos e uniformes, barracas, entre outros, eram basicamente realizadas através dos arsenais de guerra da Corte e do Rio Grande do Sul. De serviço já deficitário, no atropelo da guerra

¹³⁴⁹ CORRESPONDÊNCIA de João Frederico Caldwell, Comandante interino das armas ao visconde da Boa Vista, presidente da província, Alegrete, 31 de Agosto de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 187.

¹³⁵⁰ CORRESPONDÊNCIA de Francisco Martins ao coronel José Ignácio da Silva Ourives, comandante da 6ª divisão, 9 de setembro de 1865. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 191.

¹³⁵¹ FERRAZ, Ângelo Muniz da Silva. Correspondência ao presidente da província, Uruguaiana, 27 de setembro de 1865.

¹³⁵² Id.ib.,

pioraria. O historiador Dilvalte Garcia Figueira publicou em 2001, fruto de pesquisa para o mestrado em História, na Universidade de São Paulo, o livro *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. A obra de 215 páginas está estruturada em sete capítulos, o último dedicado ao tema dos fornecimentos de víveres para os exércitos. Nos primeiros capítulos, o autor faz uma tomada geral da situação econômica do país, dos gastos públicos com o conflito, da opção do governo em aumentar a emissão de papel moeda, de aumentar impostos e de contratar empréstimos.¹³⁵³

O livro de Divalte Garcia é, se não nos equivocamos, o primeiro esforço historiográfico para sistematizar as informações a respeito do serviço de fornecimento para as forças aliadas durante o conflito contra o Paraguai. A obra lança luz sobre os obscuros negócios efetuados pelos arsenais de guerra, inclusive no relativo à corrupção.¹³⁵⁴ Outro aspecto importante é sobre a combinação de preços entre os postulantes a fornecer bens ao Exército. O livro é riquíssimo em informações.

A maior parte das aquisições para as forças armadas eram estrangeiras. Naquela época, a indústria manufatureira do Império era limitada e estava em retrocesso.¹³⁵⁵ No arsenal eram fabricados parte dos uniformes, consertadas armas e raramente fabricadas, sobretudo munições. Com o desenvolvimento do conflito, o Arsenal de Guerra da Corte concentrou o processo de aquisição de materiais, sob alegação de que no Rio de Janeiro se conseguia melhores preços do que em Porto Alegre.¹³⁵⁶

Para o fornecimento de dietas e rações às tropas de 1ª Linha, o governo imperial lançou mão de contratos com comerciantes particulares, deixando de lado a instalação do *Comissariado*, repartição responsável pelo serviço de fornecimento. Prática que se mostrara ineficiente em outras campanhas, possibilitando desvios de dinheiro e mau atendimento ao serviço.¹³⁵⁷ A contratação de fornecedores não melhoraria muito esse cenário. No Rio Grande do Sul, para atender aos corpos destacados da Guarda Nacional, também se utilizou de fornecimento particular, onde cada comandante de brigada ou de corpo poderia contratar com fornecedores. Esse serviço foi insuficiente!

¹³⁵³ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.pp.11-53.

¹³⁵⁴ Id.ib.,p.66.

¹³⁵⁵ Id.ib.,p..34.

¹³⁵⁶ RELATÓRIO apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul dr. FRANCISCO Ignacio Marcondes Homem de Melo pelo dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1867.p.7.

¹³⁵⁷ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.p.123.

Fornecimento ao exército em operações no Uruguai

Em julho de 1864, quando dos primeiros movimentos para a invasão ao Uruguai, o presidente do Rio Grande do Sul teria autorizado ao comandante das armas, João Propício Menna Barreto, a “contratar em Bagé o fornecimento dos Corpos que devem de acampar.”¹³⁵⁸ Em 10 de novembro de 1864, ocorreu o primeiro contrato de fornecimento com negociantes particulares. O contratado foi José Luiz Cardoso de Sales, rico comerciante de Porto Alegre, com estância de 14 léguas de campo, em São Gabriel, região estratégica para o fornecimento ao Exército, nas lutas da região platina.¹³⁵⁹

Sales que já havia fornecido carne verde ao Exército Imperial na luta contra Manoel Rosas, era também investidor da Cia Hidráulica de Porto Alegre e do Banco da Província, um capitalista. Sua proposta de fornecimento estipulava valores diferentes para tropa em marcha ou acampada, fosse cavalaria ou infantaria.¹³⁶⁰ A família de José Salles se ligou a de Irineu Evangelista de Souza, então visconde de Mauá. Jesuína de Azevedo Salles, filha de José Salles se casou com um filho homônimo de Mauá e Maria Carolina, filha de Irineu Evangelista casou-se com um filho homônimo de Salles. Relação que teria se estendido aos negócios.¹³⁶¹

O contrato foi celebrado na seção da Tesouraria da Fazenda da província do Rio Grande do Sul, mediante as presenças do procurador fiscal da referida repartição, do próprio José Salles e de seu fiador, José Innocência Pereira. O fornecedor foi habilitado ao serviço, tendo em vista ter cumprido com a exigência de depositar nos cofres da tesouraria “trinta contos de réis em onças de ouro”.¹³⁶² O contrato teria prazo de seis meses, a contar de 1 de dezembro de 1864.

O fornecedor deveria entregar aos corpos de Cavalaria e de Infantaria uma das seguintes tabelas, mediante determinação do comandante do Exército ou de comandante dos respectivos corpos:

¹³⁵⁸ GONZAGA, João Frederico de Souza. Correspondência a Francisco Carlos de Araújo Brusque, Ministro e Secretário de Estado interino dos Negócios da Guerra. Em: ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 1. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹³⁵⁹ MEIRA, Antônio Gonçalves CABEDA, Coralio B.P. *Nossas Guerras: considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.p.21.

¹³⁶⁰ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*.Ob.cit.p.126.

¹³⁶¹ Id.ib.p.160; MEIRA, Antônio Gonçalves CABEDA, Coralio B.P. *Nossas Guerras*.Ob.cit.p.21.

¹³⁶² CONTRATO de fornecimento para o Exército em Operações no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 10 de novembro de 1864.

*Para cavalaria em marcha:***1ª Tabela:**

carne verde, uma res para 60 praças; Farinha, um oitenta avos de alqueire; Sal, uma onça; Erva-mate, três onças e Fumo, meia onça.

2ª Tabela:

carne verde, uma res para 60 praças; sal, uma onça; erva-mate, três onças e fumo, meia onça.

*Para cavalaria acampada:***3ª Tabela:**

carne verde, uma res para 70 praças ou 4 ½ libras; farinha, 1/80 de alqueire; sal, uma onça e erva-mate, três onças.

4ª Tabela:

carne seca, uma libra; farinha, 1/60 de alqueire; feijão, 1/120 de alqueire; erva mate, três onças e fumo, meia onça.

*Para Infantaria em marcha:***1ª Tabela:**

carne verde, uma res para 70 praças ou 4 ½ libras; farinha, 1/60 de alqueire; erva-mate, duas onças; sal, uma onça e fumo, meia onça.

2ª Tabela:

carne verde, uma res para 70 praças; sal, uma onça; erva mate, duas onças e fumo, meia onça.

*Para Infantaria acampada:***3ª Tabela:**

carne verde, uma res para 80 praças ou 3 ½ libras; farinha, 1/60 de alqueire, erva-mate, duas onças; sal, uma onça e fumo, meia onça.

4ª Tabela:

carne seca, uma libra; farinha, 1/60 de alqueire; feijão, um 1/120 de alqueire e fumo, meia onça.

Pelo presente contrato, o arrematante obrigava-se a fornecer aos corpos nos distintos lugares e que estivessem, fosse em território rio-grandense, fosse no Uruguai. As reses a que se referem as tabelas deveriam ser entregues abatidas, limpas e cortadas. Para o serviço de fornecimento, José Luiz Cardoso de Salles receberia 740 réis, por etapa, para fornecimento em marcha ou em campanha e 680 réis, quando as forças estivessem acampadas.

Valores elevados

Os valores cobrados por José Salles eram elevadíssimos e o contrato recebeu duras críticas no parlamento imperial. Com o advento das críticas, o governo ordenou que o contrato fosse reduzido de seis para três meses. Ordenou também que fosse realizada nova licitação. Em 24 de fevereiro de 1865, quando o contrato, já reduzido a três meses, com

José Salles, estava prestes a findar, João Propício Menna Barreto, então comandante do Exército em operações no Uruguai, renovou por mais três meses com o comerciante.¹³⁶³ Ele justificou a renovação dizendo que os preparativos para o “assalto à cidade de Montevideú” o impediram de “tratar para logo do novo contrato para fornecimento de víveres e dietas para o exército” de seu comando e que o novo contrato era mais benéfico aos cofres públicos.¹³⁶⁴

O novo contrato foi ligeiramente modificado, com a diversificação das tabelas de fornecimento e com a pequena diminuição nos valores das etapas, que passavam para 660 réis, para corpos em marcha e 600, para corpos acampados ou aquartelados no Rio Grande do Sul ou no Uruguai. O contrato foi firmado por mais três meses, a partir de 1º de março de 1865 e se encerraria em 31 de maio. Em 7 de abril de 1865, pouco mais de um mês da assinatura daquele contrato, o governo imperial ordenou a sua prorrogação, até final de setembro. Naquela época, Manuel Luís Osório era o comandante do Exército Imperial, operando fora das fronteiras.

O Ministro da Guerra, visconde de Camamú, em correspondência ao general Osório, determinou a prorrogação do prazo do contrato com José Salles em função de que na situação em que se encontravam as forças militares que guarneciam o Rio Grande do Sul e as que operavam aquém fronteira, não seria possível “proceder-se a uma nova arrematação de viveres, porque seria expor as forças que se acham em movimento a sofrerem necessidades enquanto outro qualquer fornecedor se preparasse para satisfazer às exigências do serviço”.¹³⁶⁵ Apesar dos altos valores estabelecidos no contrato, mesmo após a redução, o governo imperial entendeu que ele representava “economia da fazenda pública nos preços do fornecimento.”¹³⁶⁶

Em 24 de junho de 1865, o Exército Imperial que operava na República Oriental do Uruguai, deu início à transposição do rio Uruguai para estabelecer-se em Concórdia, na República Argentina. Operação essa que não teve nenhum impacto positivo nos destinos da guerra, pelo contrário, estabelecendo-se naquela cidade argentina, distante da fronteira do Rio Grande, prestes a ser invadida, Osório nada fez em sua proteção. Como o contrato com José Luiz Cardoso de Salles estipulava que o fornecimento ocorreria

¹³⁶³ Id.ib.,p.127-28

¹³⁶⁴ MENNA BARRETO, João Propício. Correspondência a Henrique de Beaurepaire Rohan, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra. Vila da União, Uruguai, 26 de fevereiro de 1865.

¹³⁶⁵ CAMAMU, visconde de. Correspondência ao general Manuel Luís Osório, 7 de abril de 1865. Rio de Janeiro.

¹³⁶⁶ Id.ib.,

somente em território rio-grandense ou oriental, o Exército Imperial deixou de ser por ele atendido. Era uma ótima oportunidade para os comerciantes argentinos – muitos deles com ligações estreitas com o general Mitre – lucrarem com o fornecimento daquele imenso contingente.

No início de julho, acampado em Juquery, na cidade argentina de Concórdia, Osório recebeu em seu quartel general os sócios argentinos Mariano Cabal, Apolinário Benitez e Francisco Javier Bravo, para celebrar contrato de fornecimento de etapas. Os termos do contrato seriam os mesmos do que fora estabelecido com José Salles, exceto o valor das etapas que subiu para 800 réis, cada uma. A firma Benites & Cia, dos sócios argentinos, comprometia-se a fornecer ao Exército Imperial somente “nas províncias de Entre-Rios e de Corrientes”, naquele país.¹³⁶⁷ A limitação geográfica de atuação dos fornecedores pode ter contribuído para a permanência daquele exército em região que não corria riscos iminentes, deixando descoberta a fronteira rio-grandense, logo em seguida invadida pelas forças paraguaias.

Novo contrato

Em 20 de setembro de 1866, Ambrósio Plácido Lezica e Anacarsis Lanús, da firma *Lezica&Lanus* substituíram o trio de sócios argentinos no fornecimento do exército, naquele momento já denominado, 1º Corpo do Exército. Essa firma foi criada com o propósito de fornecer ao Exército Argentino na guerra, mas o brilho reluzente dos réis imperiais lhes chamou à atenção. Bem capitalizada e com crédito na praça de Buenos Aires, a firma prometia regularizar o fornecimento e reduzir custos. Ao que parece, José Candido Gomes, correspondente do jornal do Comércio e influente na política da Corte intermediou a contratação da *Lezica&Lanus*. Em forma de comissão, José Candido teria recebido quarenta réis por etapa fornecida, isso ao final da guerra tinha gerado uma vultosa quantia. Teria também, recebido concessão para construir a estrada de ferro entre a Vila de Itaqui e a localidade de Barra do Quaraí, na fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul.¹³⁶⁸ Tal obra foi realizada por empresa inglesa, não sabemos se com participação de José Candido Rodrigues. No fim, o fornecimento prestado por aquela firma foi deficitário, o Conde d’EU tentou nova licitação gerando mais desabastecimentos e fome ao Exército Imperial.¹³⁶⁹

¹³⁶⁷ CONTRATO de fornecimento de etapas para o Exército Imperial. Concórdia – Argentina, 4 de julho de 1865.

¹³⁶⁸ MEIRA, Antonio Gonçalves CABEDA, Coralio B.P. *Nossas Guerras*.Ob.cit.p.23.

¹³⁶⁹ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*.Ob.cit.p.142.

Em 13 de maio de 1866, no jornal *A Pátria*, de Niterói, publicou-se uma denúncia contra Felipe Nery, deputado geral pelo Rio Grande do Sul e jornalista, que em 1868 teria sido correspondente do jornal do Comércio, no Paraguai, cobrindo os eventos da guerra. Segundo a nota:

O Sr. Nery [...] deixou-se ficar em Montevideú, e não veio à Câmara preencher o seu mandato, por preferir funções fiscais de fornecimentos do exército e... Na Câmara o sr. deputado Mello Franco, com energia e coragem que lhe são habituais, denunciou que era ele membro de certa comandita de fornecimentos ali, e que preferia os achegos dessa comandita ao exercício do mandato do deputado.¹³⁷⁰

Fornecimento ao Exército de Manuel Marques de Sousa

Mesmo lesivo à Fazenda pública, José Salles foi contratado como fornecedor do Exército estacionado no Rio Grande do Sul, sob ordens de Manuel Marques de Sousa. A proposta era de continuação do contrato celebrado na vila da União, no Uruguai, em abril de 1865. O contrato teria duração de quatro meses e iniciara em 1º de outubro de 1865, contemplando a entrega de rações e dietas aos corpos de 1ª Linha ou da Guarda Nacional. Por medida de fiscalização, o fornecimento seria considerado efetivado mediante entrega de vales diários, em duas vias e assinadas pelos quartéis-mestre, com o conforme do fiscal, rubrica do comandante e o visto do Assistente do quartel-mestre general.¹³⁷¹ Tais medidas de fiscalização são reflexos das práticas corruptivas que permeavam aquele serviço. No artigo 1º do contrato reformulado, o fornecedor se obrigava a entregar a etapa a todas as forças do Império, no Rio Grande do Sul ou no Uruguai, de observação ou em operação.

O contrato estipulava também que José Luiz de Salles distribuiria a etapa no lugar onde estivessem os corpos ou destacamentos e, que quando houvesse acordo entre comandantes e o arrematante, com anuência do comandante do exército, as etapas poderiam ser entregues por dois ou mais dias antecipadamente.¹³⁷² Além disso, os gêneros deveriam ser de qualidade, do contrário, deveria ocorrer troca, passível de multa em caso de recusa. Serviço esse que dependia de comandantes idôneos para acusar a impropriedade do alimento e exigir troca.

¹³⁷⁰ A PÁTRIA. Jornal político, literário e noticioso. Obras inéditas. Niterói, 13 de maio de 1866.p.3.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=1065&Pesq=rio%20grande%20do%20sul>. Acesso em 14 out. 2019.

¹³⁷¹ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Tenente general Manuel Marques de Souza. Vol.1.ob.cit.p.100.

¹³⁷² Id.ib.,p.103.

O valor da etapa era de 670 réis, tanto na província quanto no Uruguai. Esse valor estava muito acima do que o governo provincial costumava estipular para etapa das forças do Rio Grande do Sul – que causava reclamações. O artigo 15º do referido contrato garantia a sua prorrogação, se conveniente à Fazenda, “além do prazo de quatro meses”, nos mesmos termos.¹³⁷³

Tabela 36 - Fornecimento do Exército, em marcha ou acampada – 1º contrato

Fornecimento para a Cavalaria		Fornecimento para a Infantaria	
Carne Verde	1/60 de rezes	Carne Verde	1/60 de rezes
Farinha	1/70	Farinha	1/70
Erva Mate	3 onças	Erva Mate	2 onças
Fumo	½ onça	Fumo	½ onça
Sal	1 onça	Sal	1 onça

Tabela 37 - Tabela substitutiva, para fornecer em povoado, beira mar ou beira rio

Fornecimento para a Cavalaria		Fornecimento para a Infantaria	
Carne Verde	1/60 de rezes	Carne Verde	1/60 de rezes
Farinha	1/70	Farinha	1/70
Erva Mate	3 onças	Café	1 onças
Açúcar	2 onças	Açúcar	2 onças
Fumo	½ onça	Fumo	½ onça
Sal	1 onça	Sal	1 onça

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

O contrato obrigava o arrematante a entregar gêneros de qualidade, substituir quando estivessem estragados e pagar multa quando se negasse a substituir.¹³⁷⁴ O cálculo médio do fornecimento de carne para as tropas era de que uma Res deveria alimentar 40 praças. Após revisão dos valores, o arrematante recebia 600 réis por cada etapa fornecida, o que ainda era um absurdo de caro. As pessoas empregadas pelo arrematante do fornecimento estavam isentas do serviço de destacamento, desde que não pertencessem às fileiras do Exército.

Ficaria sem fornecedor

No início de 1866, o exército do general Manuel Marques de Sousa estava estacionado na fronteira de São Borja a espera de meios para atravessar o rio Uruguai e marchar contra o Paraguai. Em 3 de janeiro, em resposta à correspondência de Bartolomé Mitre, Marques de Sousa advertiu que o contrato de fornecimento para aquele corpo se

¹³⁷³ Id.ib.,p.106

¹³⁷⁴ Id.ib.,p.103.

encerrava no final do mês e que “o fornecedor atual não quer contratar serviço igual em território estrangeiro”.¹³⁷⁵

José Salles não se limitou a fornecer aos corpos principais do Exército, existia uma teia de negociadores ligados a ele que contratavam com corpos e batalhões avulsos permitindo-lhe ter lucros exorbitantes. Segundo Divalte Garcia Figueira, os contratos nem sempre eram conseguidos da forma legal. Com isso, o comerciante porto alegreense constituiu-se no verdadeiro “dono” do fornecimento das tropas imperiais, com fraudes, subornos para aprovação de cláusulas lesivas ao erário público, entre outros.¹³⁷⁶

Em 1º de março de 1866 deveria se encerrar o contrato de José Salles com o exército de Manuel Marques de Sousa, pois o ele cruzou o rio Uruguai, no Passo de São Borja, para o território argentino. O contrato até então em vigor não contemplava fornecimento naquele país ou no Paraguai, mas ao que parece deve ter havido alguma renovação ou acréscimo de cláusula, para esse fornecer por alguns meses ainda. O Fornecimento ao 2º Corpo do Exército foi encerrado em 31 de julho de 1866, já em território estrangeiro.¹³⁷⁷

¹³⁷⁵ SOUSA, Manuel Marques de. Correspondência a Bartolomé Mitre, 3 de janeiro de 1866. ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 7. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹³⁷⁶ FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. Ob.cit.p.130-134.

¹³⁷⁷ CORRESPONDÊNCIA do Barão de Porto Alegre, comandante em chefe do 2º Corpo do Exército ao vice-presidente da província do Rio Grande, Antônio Augusto Pereira da Cunha, Forte de Itapiru, 11 de Agosto de 1866. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 196.

Tabela 38 - Fornecimento do Exército - 2º Contrato

Em marcha ou em operações:

Fornecimento para a Cavalaria		Fornecimento para a Infantaria	
Carne Verde	1/60 de rezes	Carne Verde	1/80 de rezes
Farinha	1/80 de alqueire	Farinha	1/50 de alqueire
Sal	1 onça	Sal	½ onça
Fumo	1/2 onça	Fumo	1 onça
Erva Mate	3 onças	XXX	XXX
Papel para cigarro	2 cadernos p/ mês	Papel para cigarro	2 cadernos p/ mês

Para forças acampadas:

Fornecimento para a Cavalaria		Fornecimento para a Infantaria	
Carne Verde	1/60 de rezes	Carne Verde	1/80 de rezes
Farinha	1/80 de alqueire	Farinha	1/60 de alqueire
Sal	1 onça	Sal	1 onça
Fumo	1/2 onça	Fumo	1/2 onça
Erva Mate	3 onças	Café moído	1 onça
XXXX	XXXX	Bolacha	4 onças
Açúcar	2 onças	Açúcar	2 onças
Papel para cigarro	1 cadernos p/ mês	Papel para cigarro	2 cadernos p/ mês

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A cavalaria, composta por gente basicamente do Rio Grande do Sul, recebia, conforme mostra a tabela, mais quantidades de carne e erva mate, enquanto as forças de infantaria, provenientes, em sua grande maioria, das regiões sudeste, norte e nordeste, recebiam, quando acampadas, provavelmente pela maior facilidade em conseguir os itens, café moído e bolacha. Em tempo, o contrato estipulava que o fornecimento “às praças do comando de sr. brigadeiro José Gomes Portinho” e das guarnições no Rio Grande do Sul, deveriam ser pagas pela Tesouraria da Fazenda da província.¹³⁷⁸

Às vésperas da batalha

Em 21 de setembro de 1866, véspera da batalha de Curupaty, firmou-se, na ilha do Cerrito e na repartição fiscal do 2º Corpo do Exército, o contrato de fornecimento de “víveres, rações de água ardente e dietas”. Antônio Gomes Pereira, então fornecedor provisório daquele corpo apresentou-se para contratar definitivamente. Como fiança, depositou trinta contos de réis nos cofres da pagadoria militar. Dava como garantia, bens presentes e futuros, tanto seus quanto de seu fiador Leonardo da Costa Carvalho

¹³⁷⁸ Id.ib.,p.536.

Macedonia, “proprietário, estabelecido na cidade de Cachoeira, província do Rio Grande do Sul”.¹³⁷⁹

O contrato foi firmado nos mesmos termos em que Ambrósio Plácido Lezica, da firma Lezica e Lanus, contratou para fornecer víveres ao 1º Corpo do Exército, desde 20 de setembro. A partir daquela data, Antônio Gomes Pereira, cobraria os mesmos 800 réis por etapa, até então cobrados. O contrato estabelecia que os pagamentos seriam feitos por letras do “Tesouro Nacional”, que se os gêneros fossem tomados por forças paraguaias, a Fazenda Nacional não estava obrigada a reparar despesas “de qualquer natureza” e que as tabelas para o fornecimento seriam as mesmas aplicadas ao fornecimento do 1º corpo.¹³⁸⁰ O contratado se obrigava a fornecer também para a divisão do brigadeiro José Gomes Portinho, seu concidadão de Cachoeira, que acampava em território correntino.¹³⁸¹ Antônio Gomes Pereira, rico comerciante e proprietário na Vila Nova de São João da Cachoeira, teria uma fortuna de uns “1.800 contos, em dinheiro”.¹³⁸² Assim como o pai, Joaquim Gomes, foi vereador entre 1861-64.

Como vimos, o dinheiro e os recursos públicos não contavam com o zelo para a economia e eficiência do serviço. Reclamações de não atendimento, acusações de desvios de dinheiro e cavahada permearam todo período do conflito. A conhecida família Pinheiro Machado, de paulistanos radicados no Rio Grande do Sul participou da Guerra contra o Paraguai. Antônio Gomes Pinheiro Machado [1819-1871], pai de José Gomes Pinheiro Machado [1851-1915], participou em São Paulo da Revolução Liberal, de 1842. Em 1846, já juiz de direito transferiu-se para Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. Em 1866, aos 15 anos, o filho, depois senador da República, José Gomes, abandonou a Escola Militar no Rio de Janeiro e se inscreveu como voluntário para lutar o conflito, deixando em 1868 para descansar da fadiga, na fazenda do pai.¹³⁸³

Em 16 de setembro de 1866, por aviso do Ministro da Guerra, Antônio Gomes Pinheiro Machado, foi nomeado Auditor de Guerra, sob ordens de Manuel Marques de Sousa. Ficou “adido na província do Rio Grande do Sul, e especial na divisão que opera[va] em Corrientes e nas forças destacadas nas fronteiras de São Borja, Uruguaiana,

¹³⁷⁹ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Tenente general Manuel Marques de Souza. Vol.2.Ob.cit.p.525.

¹³⁸⁰ Id.ib.,p.537.

¹³⁸¹ MEIRA, Antonio Gonçalves CABEDA, Corallo B.P. *Nossas Guerras*.Ob.cit.p.22.

¹³⁸² Loc.cit.

¹³⁸³ PINHEIRO MACHADO, Genealogia da família. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Ant%C3%B4nio-Gomes-Pinheiro-Machado/6000000036582471380>. Acesso em fev/2018.

Quaraí, Santana do Livramento e guarnições do Alegrete e outras que se acha[va]m reunidas, ou [pertenciam] ao comando das mesmas fronteiras.”¹³⁸⁴

Em 1867 foi firmado contrato de fornecimento para o 3º Corpo do Exército. Os fornecedores eram José Raphael Vieira da Cunha, que tinha prestado serviço de fornecimento de cavalos ao 1º corpo, quando ainda no Uruguai e José Bernardino de Souza.¹³⁸⁵

8.7 Prisioneiros de Guerra

Às 14 horas, de 18 de setembro de 1865, o Exército Paraguaio fora rendido, em Uruguaiana. A situação dos militares paraguaios que ficaram sob custódia do governo imperial é praticamente desconhecida no Brasil. Raríssimos trabalhos fazem menção a eles.¹³⁸⁶ Quando da nossa dissertação de mestrado, publicada em forma de livro sob o título *Longe da Pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana*, em 2015, expusemos, com a limitada documentação de que dispúnhamos os possíveis lugares para onde teriam sido levados os prisioneiros paraguaios em poder o Estado Imperial.

Naquele trabalho, propusemos que alguns paraguaios teriam sido empregados em serviço do Exército Imperial, inclusive levados ao campo de batalha para lutar contra sua gente. Naquele momento já se evidenciava que a maior parte havia ficado nos limites do Império e não poucos levados às estâncias de militares, guardas nacionais riograndenses, talvez também para suas propriedades no Uruguai, extensão econômica do Rio Grande do Sul. Muitos prisioneiros permaneceram no Rio Grande do Sul onde empregavam-se em casas, comércios e propriedades rurais. Foram espalhados pela província e as condições de sua sobrevivência dependeu do trabalho a que foram submetidos.¹³⁸⁷

De posse de importante documentação a respeito dos prisioneiros paraguaios, depositadas no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e no Arquivo Nacional, nos propomos a avançar aquelas análises iniciais, traçando um panorama mais geral do destino e ocupação daqueles prisioneiros. Em 29 de setembro de 1865, ainda em Uruguaiana, José Antônio da Silva Lopes, tenente-coronel deputado do Ajudante

¹³⁸⁴ ORDENS DO DIA do Exército em operações na República do Paraguai.vol.2.Ob.cit.p.537.

¹³⁸⁵ CORRESPONDÊNCIA Manuel Luís Osório, Barão do Herval, comandante do 3º Exército a Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo, presidente da província do Rio Grande do Sul, Aguapeí, 28 de maio de 1867. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 202.

¹³⁸⁶ Ver: DOCCA, Souza. “João Pedro Gay”. GAY, João Pedro. Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai. Comentado e editado pelo major Souza Docca. Porto Alegre/Caxias do Sul: IEL-EST/ UCS, 1980; EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d’ [1842-1922]. Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

¹³⁸⁷ JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria*. Ob.cit.p.171-173.

General, elencava os prisioneiros de Uruguaiana que ficariam em poder do governo imperial. Ao todo anotou mil duzentos e setenta e um homens (1.271).¹³⁸⁸

Desses, trinta e nove estavam doentes no hospital, um servente do batalhão, trezentos seguiram para o exército do general Osório, seis remetidos para o general Bartolomé Mitre, catorze remetidos para o comandante da esquadra e seis haviam morrido. Totalizando trezentos e sessenta e seis. Teriam ficado na província sob ordens do general em chefe do exército em operações no Rio Grande do Sul, Manoel Marques de Sousa, novecentos e cinco paraguaios prisioneiros.

Ao todo, cerca de cinco mil homens foram prisioneiros em Uruguaiana. Em seguida da rendição, Ângelo Muniz da Silva Ferraz enviou carta ao diplomata imperial no Prata, Octaviano de Almeida. Na correspondência, o Ministro da Guerra informou que número de paraguaios prisioneiros “não incluindo oficiais” era de “5.103” homens. O Ministro assinalou na carta: “Não escapou nenhum homem”.¹³⁸⁹ Ao dividirmos esse número igualmente, entre os três exércitos aliados, ao Império caberia mil seiscentos e sessenta e seis. Luiz Gastão de Órleans, conde d’Eu, quando de sua estada naquela vila, por ocasião da rendição, presenciou o desaparecimento de cerca de 900 prisioneiros, levados “na garupa dos cavalos dos nossos [sic] ou de outro modo, nos primeiros momentos de confusão, por que a contagem só deu 4.113”.¹³⁹⁰ O próprio conde d’Eu anotou que mesmo antes de selada a rendição paraguaia, a cavalaria rio-grandense já havia se lançado sobre as linhas de defesa deles e em todas as direções galopavam “cavaleiros rio-grandenses; cada um com um paraguaio na garupa.”¹³⁹¹ Esse número de paraguaios feitos prisioneiros em Uruguaiana é retomado por praticamente todos os historiadores. Possivelmente, muitos daqueles prisioneiros foram forçosamente levados daquele campo ou convencidos, quem sabe por promessas de melhora de vida, a fugir dali. Mesmo considerando que muitos desses prisioneiros aderiram à Legião Paraguaia, formada pelo coronel daquele país, há muito radicado em Buenos Aires, Uiruburu.¹³⁹²

¹³⁸⁸ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹³⁸⁹ A PÁTRIA. Jornal político, literário e noticioso. Diversidades: Teatro de guerra. Niterói, 04 de outubro de 1865.p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830330&PagFis=1065&Pesq=rio%20grande%20do%20sul>. Acesso em 14 out. 2019.

¹³⁹⁰ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d’ [1842-1922]. Viagem militar ao Rio Grande do Sul. Ob.cit.p.102.

¹³⁹¹ Id.ib.,p.99.

¹³⁹² SOUZA, Augusto Fausto de. A Redempção da Uruguayana. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Lammert & C, 1887, p.27.

No Exército Imperial

Posteriormente à rendição diversos paraguaios voluntariaram-se para ingressar nas fileiras aliancistas, pretextando lutar contra o governo de Solano López. Oferecimento esse acatado apenas parcialmente pelo governo imperial, sem muita publicidade. Era importante ao governo imperial, apresentar-se, frente às críticas de outras nações, em especial as europeias, como garantidores dos direitos “das gentes”.

A documentação tem revelado que apenas uma pequena parte dos prisioneiros de Uruguaiana retornaram ao teatro da guerra vestindo uniformes do Império. Ela não teria sido tão compulsória como a ocorrida nas forças orientais. Esses empregaram praticamente todos da sua quota na guerra. Isso, porém, não significa que não tenha havido. A retórica nacional patriótica brasileira de que os paraguaios não foram incorporados às forças imperiais é falsa. No exército comandado por Manuel Luís Osório, depois denominado de 1º Corpo do Exército Imperial, eles certamente estiveram presentes, empregado em atividades secundárias e, eventualmente, enfileirados para a luta. Segundo o comandante do corpo, em finais de novembro havia sob suas ordens 175 prisioneiros remetidos e guardados pelo 4º Batalhão de Voluntários.

Nessa época, respondendo aviso do Ministério da Guerra, de setembro passado, sobre o destino que deveria dar a tais paraguaios, informava ter empregado “alguns nas carretas de transporte, outros nos hospitais, e uns poucos, nos Corpos de Artilharia, para tocarem as carretas.” Também comunicou que após conversa com o visconde de Tamandaré chegaram a conclusão do que fazer com os mesmos. Esse documento não revela tal decisão que provavelmente seria de remetê-los novamente ao Rio Grande do Sul.

Imagem 39 - Tenente paraguaio prisioneiro em Uruguaiana



Fonte: ANRJ – FOTOGRAFIA. 1408783

Luís Osório afirmava não confiar naqueles prisioneiros, que alguns haviam “desertado”, apesar de, segundo ele, “serem bem tratados, vestidos, e de se haverem prestado voluntariamente aqueles serviços”.¹³⁹³ Quando da invasão paraguaia ao território rio-grandense ficaram expostas as contradições no seio das forças que ali entraram. Contradições essas da sociedade paraguaia, somente ali refletidas.¹³⁹⁴

Muitos dos homens que capitularam com seu comandante, Antônio Estigarribia, em Uruguaiana não acreditavam naquele conflito, provavelmente nem o compreendiam. Outros tantos, certamente tinham consciência que uma vitória significaria a vitalidade e a independência do seu país. A constatação de Manuel Luís Osório, no referido documento, do ímpeto de deserção mesmo com “bons tratos”, reafirma a disponibilidade desses paraguaios de voltarem à pátria e lutarem pela sua independência.

Um prisioneiro para cada um

A subtração de prisioneiros foi tão grande que se tomássemos apenas os que restaram, segundo os dados do Conde d’EU, ou seja, 4.113 e dividirmos em três deveriam ter ficado em poder de cada aliancista um contingente de 1.371 e não 1.271. Disso resulta que as forças imperiais, guardas nacionais, em especial, fazendeiros, proprietários rurais, levassem ainda mais prisioneiros extraoficialmente. Essas cifras correspondem ao que, estarrecido, informava o general Mitre ao vice-presidente argentino, de que os militares

¹³⁹³ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 6. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹³⁹⁴ JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria*. Ob.cit.

imperiais haviam roubado entre 800 e 1000 paraguaios. Mitre escreveu que um oficial imperial, confundido com prisioneiro, tinha que “andar deciendo que no era paraguay para que no le robasen”.¹³⁹⁵ O periódico *Correio Paulistano*, de 1865, com notícias da rendição em Uruguaiana, informava que cerca de 800 paraguayos haviam sido levados para trabalhar em estâncias da região. Segundo o jornal, praticamente não havia estância nas proximidades daquela vila que não tivesse um paraguaio, “em algumas três ou quatro”.¹³⁹⁶

Pelo convênio de entrega da praça aos comandantes dos exércitos aliados, entre eles os três chefes de Estado aliancistas, Bartolomé Mitre, Pedro 2º e Venancio Flores, os oficiais paraguaios poderiam escolher os pontos onde desejariam residir enquanto durasse aquele conflito. Muitos preferiram residir no Rio Grande do Sul, em especial, nas proximidades da fronteira, onde estariam muito próximos de seu país natal e em hipótese de terminada a guerra voltariam com brevidade. Outros foram, a pedido, remetidos para pontos longínquos do da rendição. É o caso dos orientais “Pedro Sepetria” (Pedro Zipitria), Pedro Salvañach e J. Salvañach, “transportados à Corte do Rio de Janeiro”.¹³⁹⁷

O padre paraguaio, Blas Estevão Duarte, que acompanhava a coluna de Antônio Estigarríbia optou por residir em Buenos Aires. Em 30 de setembro, o visconde de Tamandaré, responsável em conduzir parte dos prisioneiros para diversos lugares do Prata, em comunicação ao Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, propunha que o referido Blas Duarte fosse “entregue ao general Mitre ou à autoridade Argentina na Federación [...]” Alegava que não poderiam “exercer vigilância sobre o dito padre”, com forças brasileiras em território estrangeiro.¹³⁹⁸ Tal preocupação não era exagerada, o padre Estevão Duarte era, dentre os paraguaios prisioneiros, particularmente odiado pelos aliancistas e pelos riograndenses em especial. Atribuía-se a ele o comando de fato daquelas tropas e algumas crueldades que diziam ter feito no trajeto de São Borja à Uruguaiana e nessa última em particular.

Ainda em 30 de setembro, respondendo aviso do Ministro da Guerra, do dia 27 do mesmo mês, informava que os oficiais paraguaios, provavelmente também o padre Duarte, “que escolheram residência em Buenos Aires e outros lugares” seriam remetidos

¹³⁹⁵ HERRERA, Luiz Alberto. *La culpa mitrista*. Ob.cit.p.93.

¹³⁹⁶ JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria*. Ob.cit.p.174.

¹³⁹⁷ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 4. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹³⁹⁸ Id.ib.

assim que possível a seus destinos. Aguardaria as condições de navegabilidade nos rios da região.¹³⁹⁹

Prisioneiros paraguaios no Rio Grande do Sul

Apenas aos oficiais se lhes garantiu a escolha do local de residência, conforme o acordo de rendição. Para formalizar a petição escreviam diretamente ao Ministro da Guerra, indicando o local e, com frequência solicitando receber soldo enquanto estivessem prisioneiros. Identificamos alguns desses pedidos. Para Alegrete solicitaram: o capitão Diego Alvarenga, para que, com seu assistente, João Cabanhas, se fixasse no rincão do Saican, “na fazenda do tenente Manoel Patrício d’Azambuja”.¹⁴⁰⁰ Pedia que o governo lhe subsidiasse os valores estipulados no *ultimátum* que levou à rendição; José Lopes, comandante de cavalaria da divisão paraguaia, solicitou residir na Estância da Glória, propriedade de Antônio Amancio Ribeiro¹⁴⁰¹; o capitão José del Rozario Peres e o alferes Santiago Dias solicitaram residir na fazenda do tenente Antônio Thomaz Martins.

José Manoel Moreno, tenente paraguaio, escolheu São Gabriel como local de residência. Em correspondência ao Ministro da Guerra, informava não ter como se sustentar, por isso implorava uma quantia para esse fim; Francisco Inácio Pereira, tenente, escolheu a capela de Rosário (Rosário do Sul) como residência; o coronel Antônio Estigarribia também oficializou seu pedido de residência no Rio de Janeiro, mesmo local para onde partiram os orientais Pedro Zipitria, Pedro Salvañach e J. Salvañach. Justo Pastor Verdoy preferiu “incorporarse á la Legión Paraguaia”.¹⁴⁰² A documentação aponta outras dezenas de oficiais que escolheram Buenos Aires ou Corrientes para residir.

Sob tutela do Império, esses paraguaios precisariam ser alimentados, vestidos e aquartelados. Mais um problema, visto que o governo não provia vestuário nem para os soldados imperiais. Em 12 de outubro, estando o Ministro da Guerra já em deslocamento para a capital da província de onde partiria para a Corte, oficiou o governante provincial, Francisco do Rego Barros, visconde de Boa Vista, para junto com os artigos bélicos do Arsenal de Guerra, enviar para a fronteira “fardamento e calçado”, que estivesse “em mau estado para os prisioneiros paraguaios”.¹⁴⁰³

¹³⁹⁹ Id.ib.

¹⁴⁰⁰ ANRJ – IG 1 283. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondências dos Comandos do Exército em Operações.1865-1867.

¹⁴⁰¹ Id.ib.

¹⁴⁰² Id.ib.

¹⁴⁰³ ANRJ - IG 1 194. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da

Muitos prisioneiros preferiram ficar na região, possivelmente esperando o breve encerramento da guerra para logo retornarem ou avaliando que nas desguarnecidas vilas fronteiriças, por onde não tiveram o menor problema em invadir e permanecer, alguns meses antes, seria mais fácil de escapar. Os oficiais paraguaios João Manoel Moreno e Isaias Ignácio Pexuyxa, aparentemente confiavam na segunda hipótese. O general barão de Porto Alegre noticiou o governo provincial da remessa de ambos à Porto Alegre, pois tendo eles “escolhido o Alegrete para suas residências” foram encontrados em Itaqui. O general suspeitava que “quisessem ir para o Paraguai”.¹⁴⁰⁴

O major paraguaio José López, residente em Alegrete, também estava sob suspeição das autoridades daquela vila. O prisioneiro foi entregue pelo general barão de Porto Alegre aos cuidados de Antônio Amâncio Ribeiro, para viver provavelmente em sua estância, como visto. Esse, em correspondência a Apolinário Souza Trindade, quase implorava para retirar de sua responsabilidade o referido major. Segundo Antônio Amâncio, José López era “um homem dotado de grande viveza natural” estava “em comunicação com todos os paraguaios” “disseminados neste distrito”, ativo e desabrido [sic] no modo de entender-se com os brasileiros”.¹⁴⁰⁵

Ainda segundo o informante, o prisioneiro até aquele momento se conformava com o lugar de sua residência, mas que com o tempo passou a desejar ir para uma localização às margens do rio Uruguai. Amâncio acreditava que isso se devia aos “preparativos para sua evasão”. Temia ainda a possibilidade do reinício das revoltas no Estado Oriental e da participação do paraguaio. Sobre isso, escreveu que na hipótese de rebentar aquele vulcão era “muito presumível que ele tentasse aproveitar esse ensejo para continuar na causa que sustentava e que não esquece nunca, como se vê de suas conversações”.¹⁴⁰⁶ O temor expresso por esse militar materializa o sentimento de pavor por revoltas, em especial de cativos, que permeava aquela sociedade escravista.

O temido José López não foi deixado na fronteira por aquelas autoridades. Em 26 de fevereiro, poucos dias de revelada as preocupações em relação a ele, foi remetido, pelo tenente-coronel Apolinário de Souza Trindade, comandante da fronteira de Quarai, Santana do Livramento e Alegrete, à capital da província. Fazia isso, segundo ele, para

província. 1865-1867.

¹⁴⁰⁴ ANRJ - IG 587. Ministério da Guerra. Requerimentos e decretos sobre perdões militares. 1861-1867.

¹⁴⁰⁵ CORRESPONDÊNCIA reservada de Antônio Amancio Ribeiro a Apolinário Souza Trindade, 19 de fevereiro de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 191.

¹⁴⁰⁶ Loc. cit.

garantir a “segurança individual” do prisioneiro e a “tranquilidade pública”.¹⁴⁰⁷ Prevenido da provável ameaça representada pelo major paraguaio, o comandante da fronteira resolveu comunicar a existência de outros prisioneiros na região. Eram eles: o capitão Diogo Alvarenga, na fazenda de Manoel Patrício de Azambuja, “no rincão nacional do Saincan”, nas imediações de Alegrete; José do Rosário Pires (ou Peres), na fazenda de Domingos Ruiz Ribas, no passo do Rosário, então Alegrete, e João Xavier de Azambuja Villa Nova, no município de Uruguaiana. Não havia, segundo o comandante, “suspeitas sobre tais oficiais”.¹⁴⁰⁸

Inteirado dessa situação, o barão de Porto Alegre, determinou o envio à capital de todos os paraguaios citados no ofício e de “todos mais e praças de pret” encontrados ou mandados apreender.¹⁴⁰⁹ Esses prisioneiros seriam levados escoltados até Porto Alegre. Em maio, quatrocentos e sessenta paraguaios foram enviados da fronteira à capital da província. Provavelmente eram os que foram empregados na reconstrução das vilas da fronteira. A essa época, o exército comandado pelo barão de Porto Alegre preparava-se para cruzar o rio em direção ao Paraguai. Deixar grande contingente de prisioneiros ali era temeridade. Nessa remessa, possivelmente estavam aqueles suspeitos de fuga.

Esse contingente todo de paraguaio sequer deveria estar nas fronteiras do Rio Grande. Por ordem do governo imperial, de 7 de novembro de 1865, os paraguaios prisioneiros em Uruguaiana – exceto os oficiais – deveriam ser levados e acomodados no Rio de Janeiro. Acusando recebimento de tais ordens, o visconde de Tamandaré comunicou a Ângelo Muniz da Silva Ferraz que havia preparado a bordo da corveta Niterói “duas mudas de roupas para 800 homens”.¹⁴¹⁰ Ou seja, diminuiu ainda mais o número de prisioneiros.

Tamandaré comunicava que não enviaria os prisioneiros, conforme determinado, pois em combinação com o general barão de Porto Alegre, seu primo e aliado, resolveu-se “empregá-los nos trabalhos de fortificação das Vilas de Uruguaiana, Itaqui e São Borja”.¹⁴¹¹ As mesmas fortificações foram ordenadas pelo Ministro da Guerra, sem é

¹⁴⁰⁷ CORRESPONDÊNCIA de Apolinário de Sousa Trindade ao barão de Porto Alegre, comandante em chefe do exército, 26 de fevereiro de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 191.

¹⁴⁰⁸ Id. ib.,

¹⁴⁰⁹ CORRESPONDÊNCIA reservada do barão de Porto Alegre, comandante chefe do exército em operações no Rio Grande do Sul ao visconde da Boa Vista, presidente da província do Rio Grande do Sul, 14 de março de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 191.

¹⁴¹⁰ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 6. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

¹⁴¹¹ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 6. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

claro, sugerir que fossem feitas pelos paraguaios. Tamandaré justificou que não havia operários para aquele serviço. Provavelmente o fizesse mais como uma afronta ao adversário político do que qualquer outra coisa.

Emílio Jourdan, oficial do corpo de pontoneiros, assistiu à rendição paraguaia em Uruguaiana e operou na fronteira do Rio Grande do Sul após ela. Sobre o aproveitamento dos paraguaios em obras na fronteira, o oficial afirmou:

Nos primeiros dias [após a rendição], 500 paraguaios foram empregados, sob a guarda e direção das praças do contingente do Batalhão de engenheiros, em desfazer as barricadas e fortificações que haviam feito na vila de Uruguaiana. Quando com este contingente e praças de corpos de linha se organizou o corpo de pontoneiros do 2º Corpo do exército, estes paraguaios seguiram com esse corpo para São Borja para coadjuvá-lo nos trabalhos de guerra, porém pouco depois foram desligados e mandados para Porto Alegre. Quando o 2º Corpo do exército marchou de São Borja para a fronteira do Paraguai, não havia nenhum paraguaio no Exército.¹⁴¹²

Catando prisioneiros

Apesar de alguns agentes públicos terem certamente favorecido ou, pelo menos, feito vistas grossas com relação aos paraguaios levados ilegalmente para diversos cantos da província por militares riograndenses, o governo imperial não pretendia permitir que os prisioneiros ficassem em lugar tão próximos do Paraguai. Em 6 de dezembro, Ângelo Muniz escreveu à Tamandaré reforçando instruções sobre a remessa dos prisioneiros para a corte, no Rio de Janeiro. Em resposta, o visconde de Tamandaré informou que ainda aguardava o “o rio Uruguai permitir franca navegação” e tão logo fosse possível o faria.¹⁴¹³

A insistência do Ministro da Guerra em fazer levar os prisioneiros para o Rio de Janeiro, além de coibir o emprego deles em serviços particulares, poderia ser para garantir a integridade física deles, em especial dos oficiais. Havia rumores de incitação contra os paraguaios. Frente a isso, um comunicado publicado no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro conclamava os moradores daquela cidade a não praticarem violências contra o comandante das forças invasoras do Rio Grande do Sul, tenente-coronel Antônio Estigarribia. O comunicado lembrava que, apesar de legítima a indignação contra os paraguaios, “a honra da nação” estava “empenhada na segurança” daquele prisioneiro. E

¹⁴¹² JOURDAN, E. C. *História das Campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*: Brasil 1864-1870. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.p.156.

¹⁴¹³ ANRJ. Ministério da Guerra. Notação do documento: Códice OG 547, Volume 6. Correspondência Guerra do Paraguai. 1866.

sugeria que Estigarríbia fosse ignorado: “Não convivamos com esse homem, ninguém lhe estenda a mão de amigo, que lhe é indigno disso”.¹⁴¹⁴

Antônio Estigarríbia escolheu para sua residência o Rio de Janeiro, onde, em finais de outubro de 1865, já se encontrava. Ele hospedou-se no “Hotel de França”. Era com frequência visto pelas ruas e praças da capital imperial. Não se limitou, no entanto, àquela cidade. Em 23 de novembro, em Santa Catarina, o tenente coronel pernambucano, Joaquim Cavalcante de Albuquerque Bello, ex comandante dos Voluntários da Pátria do Pará, que ali assumiria o comando do 9º Corpo de Voluntários da Pátria, registrou a chegada de Antônio Estigarríbia. O ex chefe paraguaio teria se hospedado no “hotel dos paquetes”, o mesmo de Bello.¹⁴¹⁵

Ao que pese o governo ter registros escritos dos locais onde os oficiais informavam ir residir, as localizações da maioria dos prisioneiros eram incógnitas. A documentação oficial trocada entre os presidentes da província e os ministérios do império denunciam o fato. Demorou-se bastante tempo para que uma estimativa geral de prisioneiros fosse aprontada.

Em ordem do dia nº 31, de 7 de outubro, o comandante do Exército em Operações no Rio Grande do Sul ordenou que seguissem para Alegrete “60 prisioneiros de guerra paraguaios, competentemente acompanhados”.¹⁴¹⁶ Infelizmente a documentação não especificou a cargo de quem deveriam seguir tais prisioneiros e qual o destino. Ao que parece, esses paraguaios não seriam levados à Porto Alegre, mas para trabalhar naquela vila. Registros da presidência da província demonstram que o número de prisioneiros constantes em Porto Alegre no final de 1865 era ínfimo.

Portavam documentação

Os prisioneiros listados oficialmente em Uruguaiana recebiam documentação comprobatória do lugar onde deveriam residir. Os militares fugidos ou levados antes da contagem não possuíam registro algum e tampouco autorizações de moradia. Não eram, portanto, oficialmente prisioneiros. Em 10 de novembro de 1865, o comandante da guarnição de Santana do Livramento, Joaquim Manoel de Vargas, comunicou a existência

¹⁴¹⁴ ESTIGARRIBIA. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1865. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=9174&Pesq=prisioneiro. Acesso em jan.2019.

¹⁴¹⁵ DIÁRIO DO TENENTE CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor. Ob.cit.p.90

¹⁴¹⁶ ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Tenente general Manuel Marques de Souza. Vol.1. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves de Sousa, 1877.p.173.

naquela vila, de prisioneiros da Uruguaiana. Teriam sido levados por moradores dali, possivelmente dispensados do exército. Entre os ditos prisioneiros estava Pedro Martins, reclamado pelo vice-cônsul argentino, que garantiu ser o mesmo natural daquele país e não paraguaio. O comandante negou o pedido e solicitou orientações ao governo.¹⁴¹⁷

Manuel Marques de Sousa, em resposta de 29 de novembro, elogiou a conduta do comandante da vila de Livramento, de não entregar o suposto cidadão argentino ao vice-cônsul. Na mesma correspondência ordenou que se recolhesse todos os paraguaios ali encontrados e se lhes empregasse “na faxina” da guarnição. Os prisioneiros deveriam receber etape e roupas, de acordo com as ordens do Ministro da Guerra. O fardamento consistia em: “blusa de brim, camisa e calças brancas e poncho”. No inverno se acrescentaria “blusa de baeta e calças de pano”.¹⁴¹⁸ Percebe-se a intenção de Manuel Marques de Sousa de deixar os paraguaios residirem naquela localização por um longo tempo, pelo menos até o inverno seguinte, contrariando ordens do ministro de remetê-los ao Rio de Janeiro. Remessa que provavelmente ocorreu quando da descoberta de fuga em Alegrete.

Em 21 de dezembro, o governo imperial exigiu informações minuciosas do paradeiro dos prisioneiros existentes no Rio Grande do Sul. Em cumprimento das ordens, o presidente da província remeteu circular às autoridades militares provinciais para que recolhessem, em suas localidades, informações do destino dos prisioneiros. Em 3 de janeiro, uma correspondência da guarnição de Santana do Livramento, do coronel Joaquim José de Vargas, reiterou informações dadas ao comandante do exército, sobre a existência naquela vila de muitos paraguaios “sem uma autorização superior”. O comunicante informava que mandaria recolhê-los.¹⁴¹⁹

A existência de paraguaios, sem autorizações, em Santana do Livramento, assim como em vários outros locais da província, indica que não passaram pelo processo de contagem e distribuição entre os aliancistas e que ou fugiram ou foram retirados da vila quando do movimento de capitulação. Hipótese reforçada por haver naquela vila, junto a esses, segundo o comandante da guarnição, muitos paraguaios “com portarias do general

¹⁴¹⁷ CORRESPONDÊNCIA de Joaquim José de Vargas, comandante da guarnição de Santana do Livramento ao presidente da província, visconde da Boa Vista, 23 de janeiro de **1866**. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 197.

¹⁴¹⁸ CORRESPONDÊNCIA do comandante do exército barão de Porto Alegre ao capitão Joaquim José de Vargas, comandante da guarnição de Santana do Livramento, 29 de novembro de **1865**. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 197.

¹⁴¹⁹ CORRESPONDÊNCIA sem identificação conhecida, da guarnição de Livramento dirigida ao presidente da província, Visconde da Boa Vista, 3 de janeiro de **1866**. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 197.

Venâncio Flores”.¹⁴²⁰ O correspondente pedia orientações sobre o caso desses com autorizações do general uruguaio, se deveriam ser levados também “para o serviço de faxina” daquela guarnição. Não se sabe, porém, se esses oficializados pelo militar governante oriental eram dos da parte uruguaia do rateio.

Em 23 de janeiro, Joaquim Manoel de Vargas, comandante da guarnição de Santana do Livramento, escreveu novamente ao presidente da província cobrando as orientações já anteriormente solicitadas, sobre os paraguaios ali existentes. Nesse documento, Joaquim Vargas esclareceu a aparição dos ditos paraguaios naquela vila. Segundo ele, esses militares partiram para aquela fronteira “acompanhados de vários indivíduos, depois do rendimento da divisão” de Estigarribia. Não é impossível que muitos desses paraguaios fossem levados para as fazendas e charqueadas de riograndenses e mesmo orientais, no Uruguai. Suas presenças na linha divisória assim sugerem. No final daquela correspondência, Joaquim José de Vargas informou haver sob seu poder sete paraguaios, dos que não possuíam autorização superior. Os paraguaios, segundo o documento, foram empregados na agricultura, “a exceção de um que [era] alfaiate”. Ele sugeria existir mais deles naquela localização.¹⁴²¹

Também em São Gabriel

Em São Gabriel, situada no centro-sul da província, também encontramos prisioneiros paraguaios. Em 23 de janeiro, em resposta a circular do presidente da província, Antônio Gomes Leal, comandante interino da guarnição daquela cidade, remeteu uma tabela listando catorze paraguaios ali existentes, sem constar seus nomes, apenas os dos “responsáveis”, o estado em que se encontravam, com o que se ocupavam e em qual distrito residiam.

Dos catorze, um estava sob poder de um coronel Augusto; um preso; um com o negociante Graciano da Costa; um com o negociante Adolfo Penha, dois com o fazendeiro Ricardo Bicca, um na estância do coronel Tristão, três sem destino conhecido, dois com o tenente coronel Demétrio, um com o estancieiro Antônio Cândido da Silva e um trabalhava com carretas. Dois deles estariam doentes, inclusive o que estava preso. Um trabalhava de criado; oito era empregado particular; três carregavam carretas e dois não

¹⁴²⁰ Loc.cit.

¹⁴²¹ CORRESPONDÊNCIA de Joaquim José de Vargas, comandante da guarnição de Santana do Livramento ao presidente da província, visconde da Boa Vista, 23 de janeiro de **1866**. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 197.

se sabia. Nove residiam no primeiro distrito de São Gabriel; um no 2º e quatro no 3º. Conforme tabela a seguir.

Tabela 39 - Paraguios prisioneiros residentes em São Gabriel

Nº	A cargo de quem estão	Estado em que se encontram	Com o que se ocupam	Em que distritos se acham
01	Do coronel Augusto	Doente	Criado	1º
02	Está preso	Doente na enfermaria militar.		1º
03	Do Negociante Graciano da Costa	Bom	Serviço particular	1º
04	Do Negociante Adolfo Penha	Bom	Idem	1º
05	Do fazendeiro Ricardo Bicca	Bom	Idem	1º
06	Idem	Bom	Idem	1º
07	Na estância do coronel Tristão	Bom	Idem	1º
08	Ignora-se a serviço de quem está, mas trabalha em carretas.	Bom	Em conduzir carretas	1º
09	Idem	Bom	Idem	1º
10	Idem	Bom	Idem	2º
11	Do tenente coronel Demétrio	Bom	Particular serviço	3º
12	Idem	Bom	Idem	3º
13	Do estancieiro Antônio Cândido da Silva.	Bom	Idem	3º
14	Trabalha em carretas, havia seguido para o Herval.	ignora-se	ignora-se	3º

Fonte: CORRESPONDÊNCIA do capitão Antônio Gomes, comandante interino da guarnição de São Gabriel ao visconde da Boa Vista, presidente da província, São Gabriel, 23 de janeiro de 1866. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 195.

A documentação nada sugere sobre a situação desses paraguios, se portavam ou não licença para residirem ali. No final de fevereiro de 1866, outros trinta paraguios teriam ido residir em São Gabriel.¹⁴²²

Em Cachoeira (do Sul) também se identificou paraguios. Em 4 de fevereiro de 1866, Fidelis Simões d'Alencastro, comandante do 13º corpo provisório de Guardas Nacionais, daquela localidade, apresentou ao presidente da província os resultados das investigações realizadas sobre a existência de paraguios lá. Dizia ter encontrado apenas quatro: “dois em casa do fazendeiro Joaquim Antônio Rebello, um em casa do fazendeiro Estácio da Luz e outro em casa do criador Pedro Pereira Fontes”.¹⁴²³ As informações asseguravam ser eles dos rendidos em Uruguaiana e que se empregavam no serviço de

¹⁴²² ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

¹⁴²³ CORRESPONDÊNCIA de Fidelis Simões d'Alencastro, comandante do 13º corpo provisório de Guardas Nacionais de Cachoeira ao presidente da província, 4 de fevereiro de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 197.

campo e lavoura. A imensa maioria dos paraguaios dessa época trabalhava em serviços do mundo rural.

Trabalhando em carretas

Em 17 de fevereiro, o comandante da guarnição da cidade de Cachoeira respondia ao questionamento do presidente da província, de 7 do mesmo mês, sobre a existência naquela localidade de um paraguaio na casa de Belarmino Pereira, trazido por ele da vila de São Borja. Respondia positivamente e que o paraguaio se encontrava na casa de Vicente Pereira da Trindade, pai de Belarmino. O paraguaio em questão teria ido à São Borja com carretas, quando da primeira averiguação, por isso, não constou naquela listagem. O comandante da guarnição informou também a chegada, naquela localidade, de outro paraguaio, com o capitão Carlos Augusto Nogueira da Gama, “dispensado do serviço” e outro com o capitão Cândido Pacheco de Moraes, também dispensado.

Fato esse que lembra muito os casos de militares que levaram à guerra seus cativos para lhes servirem. Nesse caso, parece muito claro que alguns oficiais, em especial de alta graduação, apropriaram-se dos prisioneiros paraguaios como se cativos fossem resguardadas as questões legais que os diferenciava. Chama muito a atenção também a concepção que parte dessa oficialidade escravista tinha daquelas pessoas, tratadas como objetos, que ao serem dispensados do serviço juntavam suas coisas e carregavam. Reflexos de uma sociedade escravista, profundamente injusta. Os paraguaios prisioneiros espalharam-se voluntariamente ou não, pela província. Provavelmente, o número de paraguaios vivendo nos mais distintos rincões da província fosse bem maior do que os apenas identificados pelas autoridades. Muitos teriam sido mantidos em completo sigilo no interior das fazendas.

A curiosidade popular sobre os paraguaios teria tomado conta das populações por onde eles passavam ou fixavam moradias. Curiosidade alimentada por notícias fantasiosas criadas sobre o povo paraguaio. Retórica proveniente, muitas vezes, de fontes oficiais, que para depreciar os “inimigos” os qualificavam negativamente. Ainda durante a marcha paraguaia sobre a fronteira do rio Uruguai, o tenente de cavalaria paraguaio José Maria Romero foi aprisionado por forças imperiais ao perder-se à noite. Acompanhado de um praça foi levado à São Gabriel para tratar da saúde.

A presença de prisioneiros paraguaios em São Gabriel é anterior à rendição do grosso das tropas comandadas por Antonio Estigarríbia, em Uruguaiana. Em 31 de agosto de 1865, a comitiva imperial estava em São Gabriel. Ali encontraram três prisioneiros

paraguaios da coluna de Pedro Duarte, operando na margem direita do rio Uruguai e que foi aniquilada na batalha de Jataí, em 17 de agosto de 1865. Era um tenente – José Romero - de 36 anos, e dois soldados, um desses, se dizia correntino.¹⁴²⁴

A população da cidade, ao saber da presença dos prisioneiros, teria saído às ruas para apreciar aqueles a quem imaginavam tão diferentes de si. José Maria Romero, de 29 anos, seria fazendeiro em Itapevy e vivia com três irmãs. Segundo o periódico *Mercantil*, de Porto Alegre, publicado também no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, ao chegarem à São Gabriel: “Uma procissão os acompanhou pelas ruas e praças públicas até a porta da casa de caridade” onde deviam tratar-se. Ao que parece o paraguaio respondeu a perguntas de populares e correspondentes de jornal. Segundo a notícia, “a figura do tenente foi uma decepção” aos que esperavam algo extraordinário. Era “um homem, de proporções regulares, tez alva e corada, olhos vivos grandes, negros e penetrantes, cabelos ondedados e bem penteados, barba e bigode louros e espessos [...]”.¹⁴²⁵

Em 31 de outubro de 1865, José Maria Romero escapou da casa de comércio onde era caixeiro, em São Gabriel. Segundo relatos, esse oficial paraguaio, um praça e um correntino que lutava no Exército Paraguaio e havia sido também prisioneiro escaparam à noite. O soldado paraguaio que com eles fugia voltou e denunciou o caminho por onde seguiram.¹⁴²⁶

Até a guerra contra o Paraguai, não havia no Brasil legislação específica sobre o tratamento dado aos prisioneiros de guerra. Talvez em função das características das guerras até então livradas na região, rápidas, decididas, em geral, em um grande combate, sem a necessidade de fazerem-se prisioneiros por longo tempo. Em 1865, após a capitulação paraguaia em Uruguaiana, os aliancistas imaginaram que a guerra estava próxima do fim. Muitos paraguaios ficaram nas imediações da fronteira com o Prata. A partir de 1866, com a resistência paraguaia reorganizada dentro de suas fronteiras, o governo imperial criou “Instruções sobre o modo de aprisionar” distribuir e classificar os prisioneiros em poder do Império.¹⁴²⁷ A presença dos prisioneiros paraguaios no Império

¹⁴²⁴ EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d'. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p.66-68.

¹⁴²⁵ JORNAL MERCANTIL. Um Paraguaio. Em: JORNAL DO COMMÉRCIO. Rio de Janeiro, terça-feira, 26 de setembro de 1865.p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=9174&Pesq=prisioneiro. Acesso em jan.2019.

¹⁴²⁶ ECHO GABRIELENSE, 5 de outubro de 1865. Em: JORNAL DO COMMÉRCIO. Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1865. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_05&PagFis=9304&Pesq=prisioneiro. Acesso em jan.2019.

¹⁴²⁷ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz da Silva

determinou, além daquelas instruções, a readequação da legislação imperial, como, por exemplo, o regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.¹⁴²⁸

As instruções sobre a captura, condução, alojamento, subvenção e tratamento dos prisioneiros sob o poder do Império distinguuiu os benefícios concedidos aos oficiais e às praças.

Os Oficiais prisioneiros sob palavra ficarão debaixo da imediata vigilância da autoridade militar mais graduada do lugar em que residirem, e na falta desta do respectivo Delegado de Polícia ou qualquer outra autoridade local. Estes prisioneiros não poderão ausentar-se ou mudar de residência sem autorização ou do Ministro da Guerra ou do comandante em chefe do exército ou do presidente da província onde se acharem. Podem corresponder-se livremente com os prisioneiros e outras pessoas residentes no interior do Império. As cartas, porém, vindas do exterior, ou escritas por eles para fora do Brasil, serão abertas e examinadas no comando do exército ou das armas ou das guarnições, ou por outras autoridades competentes a cujo distrito pertencerem, e remetidas ao seu destino, isentas de porte, como se pratica com as aos militares ao serviço do exército em operações.

E ainda:

Os oficiais poderão conservar juntos de si seus camaradas ou assistentes. Os oficiais prisioneiros de guerra com residência livre sob palavra serão obrigados a apresentar-se semanalmente, ou nas épocas que se lhes marcarem, conforme for conveniente, em virtude de qualquer suspeita de fuga, á autoridade militar ou policial, sob cuja vigilância estiverem, e estas enviarão no primeiro dia de cada mês um mapa de sua presença, com as informações necessárias. Os atuais oficiais prisioneiros que escolherão residência em algum ponto do Império, serão aí conservados até a paz, ou troca de prisioneiros, ou enquanto por motivos de segurança não lhes for marcada outra residência, ou eles não a requererem, e lhes for concedida. Se, porém, evidentemente tentarem fugir ou efetivamente fugirem, serão enviados com segurança para esta Corte, ou para qualquer outro lugar, que não ofereça facilidade de fuga, ficando desde logo sujeitos ás regras gerais dos prisioneiros, e tratados como acima fica determinado, e como praças de pret.

Para os praças, o governo deveria organizar em diversos pontos do Império “depósitos de prisioneiros”. Nesses depósitos, seriam vigiados por guardas específicos para aquele fim. Prisioneiros que as autoridades desconfiassem de possível fuga ou motim, poderiam ser presos em presídios militares. Os prisioneiros infratores estavam sujeitos às mesmas penas que os militares imperiais. Penas que poderiam ser aplicadas no caso de os prisioneiros recusarem-se a trabalhar.¹⁴²⁹ Isso seria uma forma de forçar os prisioneiros (aqui especificamente os paraguaios) a contribuir no esforço de guerra. Muitos foram empregados nas oficinas dos arsenais de guerra, produzindo projéteis,

Ferraz.Ob.cit.p.34

¹⁴²⁸ Id.ib.,p.99.

¹⁴²⁹ Id.ib.,p.141.

consertando armamentos e confeccionando fardamentos.¹⁴³⁰ Prisioneiros com “bom comportamento” poderiam trabalhar durante o dia, nos limites das povoações em que estivessem. Outros, poderiam trabalhar para o Estado, nas obras públicas, pagos a cargo do ministério ao qual estiveram a serviço.¹⁴³¹

Aos prisioneiros de guerra era vedado portar qualquer armamento ou “formarem reuniões públicas ou particulares.” Eles deveriam usar os fardamentos oferecidos pelo governo, mesmo quando trabalhassem fora das dependências do governo. O uniforme consistia em boné de polícia, blusa de baetá no inverno e, de brim no verão, com vistas vermelhas no peito, calças brancas e azuis, com lista vermelha, camisas e sapatos.¹⁴³²

Todos queriam um paraguaio

Nem mesmo os oficiais renomados e comandantes de corpos teriam se furtado de ficar com um ou mais paraguaios ao seu dispor. Francisco Pedro de Abreu aquartelou alguns desses desertores. O paraguaio Deumiro Rodas teria fugado para o exército desse comandante em agosto de 1865. Com a 2ª divisão, ficou até o desfecho que culminou com a capitulação em Uruguaiana e, seguido a isso, provavelmente incorporado aos demais prisioneiros rendidos naquela praça.

Em 25 de dezembro de 1866, Pedro de Abreu escreveu ao vice-presidente da província solicitando que se lhe devolvesse o seu camarada paraguaio. O tenente paraguaio Tales de Vargas, tio de Deuniro Rodas trabalhava na estância do coronel Pedro de Abreu teria ido junto com o sobrinho para Porto Alegre. Jacuí alegava precisar dele por avaliar ser “vital à guerra”.¹⁴³³

A deserção de paraguaios das fileiras da divisão Estigarribia, do Exército Paraguaio, foi notada desde muito cedo, antes mesmo de cruzarem o rio Uruguai, em São Borja. Aparentemente, a defecção nas fileiras paraguaias perdeu força durante os primeiros tempos após a invasão, sobretudo pela esperança em logo derrotar a muito débil defesa. Com situação a galope para grandes dificuldades, escasseando o alimento e sofrendo os horrores do clima, as deserções logo tomaram força. Diversos paraguaios ao

¹⁴³⁰ SANTOS, Maicon Lopes dos. “Úteis a si mesmos e a pátria”: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850-1870). Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americana) – Escola de Humanidades, Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.128, 2018, p.92.

¹⁴³¹ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Ob.cit.p.69.

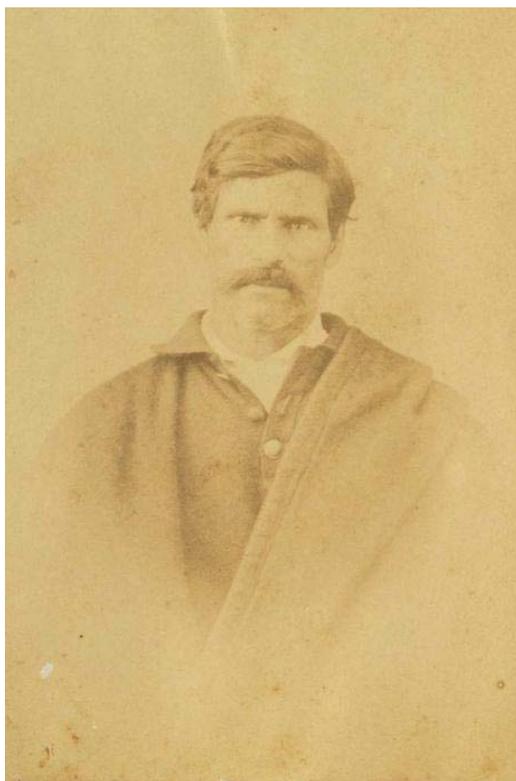
¹⁴³² Id.ib.,69.

¹⁴³³ CORRESPONDÊNCIA do barão de Jacuí ao presidente da província Antônio Augusto Pereira da Cunha, 25 de dezembro de 1866. Arquivo histórico do Rio Grande do Sul. Assuntos militares, maço 191.

fugirem procuravam abrigo nos acampamentos das forças imperiais que apenas os cercavam.

O tempo passava, os prisioneiros paraguaios continuavam na província, muitos sem sequer identificação oficial. O serviço burocrático contribuía com quem se beneficiava ilegalmente dos serviços daqueles prisioneiros. Em 16 de abril de 1866, Francisco do Rego Barros, visconde de Boa Vista, ao passar a presidência da província para o vice-presidente Antônio Augusto Pereira da Cunha informava que ainda não estavam completas as informações exigidas dos “comandantes das guarnições, relativas aos prisioneiros de guerra, que se renderam na vila Uruguaiana.” Quatro meses após ordenado o levantamento sobre os paraguaios prisioneiros, pouquíssima informação havia recebido. Com tais limites, que o governante parece não ter se empenhado em superar, tomou providências. Segundo ele, os prisioneiros que haviam “contratado seus serviços com particulares”, foram recolhidos à capital para, com os que lá estavam, serem “aproveitados nos trabalhos públicos, mediante uma módica gratificação”. Informa também ter recebido ordens de “mandar os oficiais, para Santa Catarina e as praças de pret para a corte.”¹⁴³⁴

¹⁴³⁴ RELATÓRIO apresentado ao exmo. Sr. Vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha pelo visconde da Boa Vista. Porto Alegre, tipografia do jornal do comércio, 1866.p.9.

Imagem 40 - Soldado paraguaio prisioneiro em Uruguaiana

Fonte: BNRJ – FOTOGRAFIA. 1408784.

O homem acima foi Gabino Flores, soldado do Exército Paraguaio rendido em Uruguaiana. Em 1867, quando fotografado, tinha cinquenta e dois anos de idade. Natural da vila de Santa Maria, no departamento de misiones. Junto a essas informações consta na parte inferior do retrato a seguinte anotação: “mandei tirar-lhe este retrato em Porto Alegre, em 27 de abril de 1867”. O trecho em destaque, não identificado, pode ter sido anotado por quem custodiava o paraguaio, possivelmente um oficial do Exército Imperial. Outro prisioneiro fotografado em Porto Alegre, no mesmo dia, foi Antônio Gomes. Ele era soldado, tinha 21 anos e era natural da vila de Jaguarão, no Paraguai.

Imagem 41 - Soldado paraguaio fotografado em Porto Alegre



Fonte: BNRJ – FOTOGRAFIA. 1408786

Poucos em Porto Alegre

Até 30 de junho de 1866, no Rio Grande do Sul, quando o governo imperial criou a Companhia de Operários Militares, os prisioneiros paraguaios existentes no Arsenal de Guerra de Porto Alegre estavam vinculados a classe de menores aprendizes, daquele arsenal. A partir daquela data, eles foram vinculados à Companhia de Operários, prestando serviços públicos.¹⁴³⁵

Entre janeiro de 1867 e janeiro de 1868 o número de prisioneiros, no Arsenal de Guerra de Porto Alegre, passou de 66 para 49. Em janeiro de 1867, havia 66; durante o ano chegaram 17; 29 foram enviados à Corte, um foi servir a um oficial paraguaio igualmente prisioneiro, fora do arsenal e quatro desertaram, totalizando 49.¹⁴³⁶ No relatório do Ministério da Guerra de 1868, constou 45 prisioneiros em Porto Alegre, ao que parece no Arsenal de Guerra. Após a tentativa de insurreição, de junho de 1868,

¹⁴³⁵ SANTOS, Maicon Lopes dos. ‘Úteis a si mesmos e a pátria’: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850-1870).Ob.cit.p.94.

¹⁴³⁶ RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo passou a administração d’esta província ao Excelentíssimo senhor doutor Joaquim vieira da Cunha. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1868.p.67.

envolvendo prisioneiros paraguaios, o governo imperial, baseado nas instruções do Ministro da Guerra de 1866, não permitiria a presença maciça deles na capital ou qualquer outro ponto da província, exceto os muitos que o governo nunca soube (ou fez vistas grossas) que ficaram em poder de particulares na província.

Muitos paraguaios que por aí permaneceram nunca mais retornariam ao seu país. E os motivos podem ser muitos: temor de sofrerem represálias pela capitulação; falta de oportunidades, visto que após a guerra o Paraguai estava totalmente destruído; perda de vínculos, já que milhares e milhares de pessoas, civis e militares, morreram por ocasião da invasão aliancista; perda, por desestatização e expropriação, das pequenas propriedades de onde tiravam seu sustento. Não menos importante do que esses motivos foi o desejo de permanecer num país que, mesmo com gritantes desigualdades sociais, seria naquele momento, melhor que a pátria há muito deixada.

Os paraguaios prisioneiros de guerra teriam se inserido com certa facilidade na sociedade imperial de então. Em 1868 e 1869, Miguel Sanchez e Cyrilo Antônio Pereira solicitaram ao governo provincial, licença para se casarem com Inocência Alves Siqueira e Firminda Labrinda da Conceição, respectivamente.¹⁴³⁷ Em 1868, alguns dos paraguaios residentes em Porto Alegre teriam participado da conspiração cativa organizada na capital. Entre eles estariam Gabino Flores, Floríbio Palácios, Julião Flores e Miguel Cáceres.¹⁴³⁸

¹⁴³⁷ SANTOS, Maicon Lopes dos. 'Úteis a si mesmos e a pátria': as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850-1870).Ob.cit.p.97.

¹⁴³⁸ MOREIRA, Paulo Staudt. Saquear a povoação, roubar as mulheres e se reunir com os castelhanos: seduções, boatos e insurreições escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade dos oitocentos. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 1. 2016.p.53.

Tabela 40 - Localização dos prisioneiros paraguaios 1868

Repartição do ajudante general em 1º de maio de 1868	
	Número de prisioneiros
Corte	913
Bahia	50
Pernambuco	50
Pará	60
Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	45
Santa Catarina	27
Total	1.145

Fonte: RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1868.

Alguns desses teriam constituído família com brasileiras, estreitando ainda mais os laços com o país outrora invadido. Em maio de 1866, o então vice-presidente do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Pereira de Almeida, consultou a Ângelo Muniz da Silva Ferraz, sobre a possibilidade de fazer retornar à Alegrete o prisioneiro paraguaio capitão José do Rosário Peres (ou Pires), então remetido à Porto Alegre. Segundo o documento, aquele oficial tratou “casamento com uma brasileira órfã”.¹⁴³⁹ O governante provincial mandou inquirir ao juiz de órfãos se a informação procedia e requeria do governo imperial orientação sobre o que fazer. Infelizmente não localizamos a documentação contendo os desdobramentos desse pedido.

Com a continuidade da guerra, prisioneiros feitos nos campos de batalha, em território paraguaio continuavam a ser remetidos para os países da aliança. Os com destino ao Brasil rumaram embarcados para o Rio de Janeiro e dali muitos tinham outros destinos.¹⁴⁴⁰ Alguns foram empregados em serviços em algum afazer mediante pagamento de ordenado. João José da Costa, 1º sargento estava empregado na Estrada de Ferro. Em dezembro de 1868 o comandante do Depósito Provisório de 1ª Linha no Campo da Aclamação, no Rio de Janeiro, comunicava ao general João Frederico Caldwell, Ajudante General do Exército, que o referido paraguaio não buscava seus ordenados desde agosto. O comunicante ignorava o destino de João José e requisitava orientações sobre o que fazer com o dinheiro retido. Sem ter as respostas, Caldwell solicitava que o Ministério da Agricultura se manifestasse.

¹⁴³⁹ ANRJ - IG 1 195. Ministério da Guerra. Rio Grande do Sul. Correspondência do presidente da província. 1866-1867.

¹⁴⁴⁰ ANRJ - IG 220. Ministério da Guerra. Ajudante General. Ofícios. 1868-1869.

Nas linhas inimigas

Também em dezembro de 1868, o paraguaio Balduino Aestiche foi remetido do teatro de operações à capital do Império. Ele estava provavelmente a serviço no Exército Imperial, mas o general em chefe de todas as forças aliancistas desconfiava que fosse “um dos bombeiros do ‘inimigo’”.¹⁴⁴¹ O termo bombeiro aqui refere-se a informante. Enviado ao Depósito dos paraguaios, recomendava-se toda a atenção com ele. Nem todos os paraguaios vindos do teatro de operações permaneciam no Rio de Janeiro. Alguns foram residir no norte e nordeste do país.¹⁴⁴²

Não pequeno número prisioneiros continuou chegando ao Brasil, sua imensa maioria para residir no Rio de Janeiro. No início de 1869, a Repartição do Ajudante General elaborou um mapa contendo o total de prisioneiros existentes naquela província, suas graduações militares e seus destinos. Ao todo existiam 1.480 paraguaios prisioneiros. Considerando que grande parte dos capitulados em Uruguaiiana ficaram no Rio Grande do Sul, conclui-se que o fluxo de prisioneiros continuou grande durante a ofensiva aliancista.

Desse total, trezentos e cinquenta e oito estavam no 1º Regimento de Cavalaria Ligeira: dois capitães, 24 tenentes, sessenta e seis alferes, dois padres, sete telegrafistas, três 1º sargentos, dois 2º sargentos dezanove cabos de esquadra e duzentos e trinta e três soldados; No Depósito Provisório da 1ª Linha existiam oitenta e três: um 1º sargento, um 2º sargento, um cabo de esquadra e oitenta soldados; Na fortaleza de São João tinha trezentos e oitenta e nove: um telegrafista, dez 1º sargentos, dezessete 2º sargentos, trinta e sete cabos de esquadra e trezentos e vinte e quatro soldados; Na Fortaleza de Santa Cruz, cento e setenta e cinco: um 1º sargento, três 2º sargentos, nove cabos de esquadra e cento e sessenta e dois soldados; Na Fortaleza da Lage, três soldados; Na Escola de Tiro de Campo Grande havia trinta e dois: um 2º sargento, dois cabos de esquadra e vinte e nove soldados.

Na Escola de Tiro da Praia Vermelha estavam cento e catorze: dois 1º sargentos, quatro 2º sargentos, seis cabos de esquadra e cento e dois soldados; No Laboratório do Campinho eram vinte e dois soldados; Na Estrada de Ferro de Pedro 2º, quarenta e cinco: dois cabos de esquadra e quarenta e três soldados; No Asilo de Inválidos da Pátria estavam quarenta e nove: um 2º sargento, três cabos de esquadra e quarenta e cinco soldados; No Hospital Militar da Corte, trinta e seis: um 2º sargento e trinta e cinco soldados; No Corpo

¹⁴⁴¹ ANRJ - IG 220. Ministério da Guerra. Ajudante General. Ofícios. 1868-1869.

¹⁴⁴² ANRJ - IG 220. Ministério da Guerra. Ajudante General. Ofícios. 1868-1869.

Militar de Polícia da Corte havia vinte e quatro: um 2º sargento, três cabos de esquadra e vinte soldados; No Hospital Militar Provisório do Andaraí, dezessete: um 2º sargento, dois cabos de esquadra e catorze soldados; Na Linha Telegráfica de Niterói, trinta e cinco: um cabo de esquadra e trinta e quatro soldados; No Quartel General da Marinha estavam trinta: dois 1º sargentos, quatro 2º sargentos, quatro cabos de esquadra e vinte soldados; No Trapiche da Ordem trinta: um 1º sargento, dois 2º sargentos, seis cabos de esquadra e vinte e um soldados.

Na Fábrica da Pólvora, dez: um cabo de esquadra e nove soldados; No Picadeiro da Guarda Nacional havia seis: um cabo de esquadra e cinco soldados; No Arsenal de Guerra da Corte estavam seis: m cabo de esquadra e cinco soldados; Na Santa Casa de Misericórdia, sete soldados; Na Polícia de Niterói, três: um cabo de esquadra e dois soldados; No Hospício de Pedro 2º, um e, ausente, um.¹⁴⁴³ O fornecimento de vestuário e, salvo engano, também dos soldos desses prisioneiros ficava a cargo de cada ministério ao qual estavam à disposição.¹⁴⁴⁴

¹⁴⁴³ ANRJ - IG 220. Ministério da Guerra. Ajudante General. Ofícios. 1868-1869.

¹⁴⁴⁴ ANRJ - IG 220. Ministério da Guerra. Ajudante General. Ofícios. 1868-1869.

Tabela 41 - Prisioneiros paraguaios no Rio de Janeiro

Repartição do Ajudante General. Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 1869										
Mapa demonstrativo dos Paraguaios existentes nesta Corte, com declaração dos destinos em que se acham na Corte e Província do Rio de Janeiro										
	Oficiais					Inferiores		Cabos de Esquadra	Soldados	Total
	Capitães	Tenentes	Alferes	Padres	Telegrafistas	1º Sargentos	2º Sargentos			
1º Regimento de Cavalaria Ligeira	2	24	66	2	7	3	2	19	233	358
Depósito Provisório da 1ª Linha	-	-	-	-	-	1	1	1	80	83
Fortaleza de São João	-	-	-	-	1	10	17	37	324	389
Fortaleza de Santa Cruz	-	-	-	-	-	1	3	9	162	175
Fortaleza da Lage	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Escola de Tiro de Campo Grande	-	-	-	-	-	-	1	2	29	32
Escola de Tiro da Praia Vermelha	-	-	-	-	-	2	4	6	102	114
Laboratório do Campinho	-	-	-	-	-	-	-	-	22	22
Estrada de Ferro de Pedro 2º	-	-	-	-	-	-	-	2	43	45
Asilo de Inválidos da Pátria	-	-	-	-	-	-	1	3	45	49
Hospital Militar da Corte	-	-	-	-	-	-	1	-	35	36
Corpo Militar de Polícia da Corte	-	-	-	-	-	-	1	3	20	24
Hospital Militar Provisório do Andaraí	-	-	-	-	-	-	1	2	14	17
Linha Telegráfica de Niterói	-	-	-	-	-	-	-	1	34	35
Quartel General da Marinha	-	-	-	-	-	2	4	4	20	30
Trapiche da Ordem	-	-	-	-	-	1	2	6	21	30
Fábrica da Pólvora da Estrela	-	-	-	-	-	-	-	1	9	10
Picadeiro da Guarda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	1	5	6
Arsenal de Guerra da Corte	-	-	-	-	-	-	-	1	5	6
Santa Casa da Misericórdia	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Polícia de Niterói	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
Hospício de Pedro 2º	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Ausentes	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Soma	2	24	66	2	8	20	38	99	1.221	1.480

Fonte: ANRJ - IG 220. Ministério da Guerra. Ajudante General. Ofícios. 1868-1869.

Em janeiro de 1869, além dos prisioneiros de guerra, para o Rio de Janeiro também foram enviadas algumas mulheres paraguaias, provavelmente aprisionadas em Assunção após a tomada daquela praça. Trazidas ao Brasil foram alocadas inicialmente do Depósito Provisório da 1ª Linha do Campo da Aclamação. Lugar onde existiam os

prisioneiros paraguaios e militares imperiais. A alocação dessas mulheres em recinto essencialmente masculino causaria grande agito que foi preciso a colocação de uma sentinela guardando a porta do local onde se encontravam¹⁴⁴⁵

Em 1869, em todo o Império, havia oficialmente 2.466 prisioneiros de guerra paraguaios. No Rio Grande do Sul, “encostados à companhia de operários militares”, havia 50. As informações remetidas da província ao governo imperial eram deficientes. A relação não indicava sequer a graduação dos prisioneiros.¹⁴⁴⁶ No ano anterior, havia em Porto Alegre 45 prisioneiros, pois quatro haviam fugido. A documentação não aponta se o aumento que houve, em 1869 (50), se deveu a captura dos foragidos, o que ainda significaria um excedente, ou se haviam chegado à capital novos prisioneiros do interior da província ou do Paraguai.

Em outubro de 1870, já findada a guerra, com a morte de Solano López, no Arsenal de Guerra de Porto Alegre, permaneciam 35 paraguaios, já não mais prisioneiros. Daqueles, mais de 50% decidiu permanecer na província do Rio Grande do Sul.

¹⁴⁴⁵ ANRJ - IG 220. Ministério da Guerra. Ajudante General. Ofícios. 1868-1869.

¹⁴⁴⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, barão de Muritiba. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1869.p.127.

Tabela 42 - Paraguios existentes em Porto Alegre após o fim da guerra

Companhia de Operários Militares		
Relação nominal dos prisioneiros de Guerra Paraguios, abaixo mencionados encostados a esta Companhia, com declaração dos que pretendem ficar nesta província e dos que querem regressar a sua pátria		
Condição	Nomes	Observações
Soldado	Gabino Flores	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Romulo Paes	Pretende ficar nesta província
Soldado	Romualdo Adjalba	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Valentin Gonçalves	Pretende ficar nesta província
Soldado	Floríbio Palácio	Pretende ficar nesta província
Soldado	Trindade Escobar	Pretende ficar nesta província
Soldado	Gabriel Hortiz	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Leandro Gomes	Pretende ficar nesta província
Soldado	Celestino Romeiro	Pretende ficar nesta província
Soldado	Marcelino Franco	Pretende ficar nesta província
Soldado	Luciano Guedro	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Jose Maria Miranda	Pretende ficar nesta província
Soldado	Miguel Caseres (Caceres)	Pretende ficar nesta província
Soldado	Julião Flores	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Antonio Gomes	Pretende ficar nesta província
Soldado	Francisco Silva	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Gabriel Cardozo	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Miguel Sanchez	Pretende ficar nesta província
Soldado	Jesus Duarte	Pretende ficar nesta província
Soldado	Bonifácio Remalho	Pretende ficar nesta província
Soldado	Castos Freitas	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Jeronimo Mendonça	Pretende ficar nesta província
Soldado	João Nerejo	Pretende ficar nesta província
Soldado	Gregorio Molina	Pretende ficar nesta província
Soldado	Carmelo Tirove	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Antonio Mercado	Pretende ficar nesta província
Soldado	Hermenegildo Fernandes	Pretende ficar nesta província
Soldado	Francisco Valentin	Quer regressar a sua pátria
Soldado	José Felix Conselheiro	Pretende ficar nesta província
Soldado	Vemito Acoito	Pretende ficar nesta província
Soldado	Jose Hortis	Pretende ficar nesta província
Soldado	Chrisostemo Nunes	Pretende ficar nesta província
Soldado	Cyrilo Antonio Pereira	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Rosário Almacida	Quer regressar a sua pátria
Soldado	Jachinto Rosa	Pretende ficar nesta província
Quartel do comando da Companhia de Operários do Arsenal de Guerra de Porto Alegre, 1 de outubro de 1870		

Fonte: AHRS. Arsenal de Guerra. Ofícios enviados ao presidente da província em 1 de outubro de 1870. Em: SANTOS, Maicon Lopes dos. ‘Úteis a si mesmos e a pátria’: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850-1870). Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americana) – Escola de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.128, 2018, p.102.

Conclusão

O sanguinolento conflito, que dizimou o Paraguai, consumiu gigantesca soma de recursos públicos e levou à morte milhares de homens de todos os países envolvidos, foi parte de ações premeditadas, politicamente pensadas para a retomada do poder dos fazendeiros sulinos no norte do Uruguai e de resolução das questões imperiais, definitivamente, no Prata.

A confluência de interesses do Império, dos proprietários sulistas - ligados ao comércio de gado e charque -, dos colorados liderados por Venancio Flores e da Argentina liberal mitrista entraria em choque com a nova ordem estabelecida no Paraguai desde a morte de José Gaspar Rodríguez de Francia.

Os proprietários de gado, terras e cativos dos Rio Grande do Sul, em especial os do meridão da província, muitos deles ligados aos ideais farroupilhas, continuavam sua sina de intervenção política, econômica e, por vezes, militar no Uruguai. Política esta que os governos imperiais faziam vistas grossas e, quando muito, com destaque para os conservadores, limitavam-se a exigir formalmente que os presidentes da província coibissem interferências no país vizinho.

Desde 1861, as relações internacionais no Prata tomaram novos rumos. Nesse ano, ascendeu ao poder, no Paraguai, Francisco Solano López, com o objetivo de radicalizar política econômica iniciada pelo pai, Carlos Antônio López, de internacionalização da economia paraguaia, entrando em choque com os interesses anexionistas do governo argentino; no mesmo ano, perdiam valor os acordos que colocavam em suspenso as discussões de limite entre o Império e o Paraguai; também em 1861 caducavam os severos tratados entre Uruguai e Império, tratados estes que submetiam aquele pequeno país aos interesses imperiais e, sobretudo dos fazendeiros sulinos.

Esse emaranhado de questões compõe a base material para o início do conflito. Findados os acordos entre Uruguai e Império resultaria, entre outras coisas, que os criadores escravistas de gado do Sul do Brasil e do Norte uruguaio, não mais poderiam passar, sem qualquer pagamento, animais para suas fazendas no Rio Grande do Sul. Buscando manter seu domínio e vultosos lucros naquela atividade, muitos daqueles criadores pegaram em armas e financiaram a campanha do caudilho Venancio Flores para tomar o poder na Banda Oriental.

Até 1864, a postura imperial era de temporização, não querendo imiscuir-se nas questões envolvendo os históricos desafetos do sul do país e, tampouco, legalizar tais

investidas, limitava-se a procedimentos diplomáticos, jogando água fria naquele incêndio. Com a eleição, em 1864, do gabinete liberal, abriu-se uma janela para as pretensões dos setores ganadeiros do sul. Antônio de Sousa Neto, ex líder farroupilha, exilado no Uruguai, poderoso estancieiro naquele país, já há tempos armou, a sua custa, homens para engrossar o exército florista. Tal era seu interesse na derrubada dos brancos do poder.

Nem bem os liberais se assentavam na liderança do gabinete, Antônio Neto, viajou ao Rio de Janeiro e, na condição de representante do setor criador/charqueador, exigiu a intervenção imediata do governo imperial no Uruguai. Governo este para o qual a causa platina já não lhe era alheia. Numa congregação de interesses, o governo imperial mudou drasticamente sua posição frente ao conflito no Uruguai. Pretextando defender a integridade dos súditos imperiais residentes no Uruguai, o governo monarca inicia sua investida, primeiro num ensaio diplomático e, depois, com forte ação militar contra o Uruguai, pois sabia que era uma declaração dupla de guerra, também com o Paraguai.

Para os criadores/charqueadores sulistas apenas uma coisa interessava, a caída dos brancos do poder no Uruguai e a restauração da ordem anterior, que continuasse a lhes garantir lucros homéricos em detrimento da Fazenda daquele país. Quando o governo imperial decidiu intervir na região, era voz corrente que seria ação rápida. A pretensão, em verdade, era acabar com o Uruguai ainda em 1864 e no máximo na metade de 1865 estar resolvida a questão com o Paraguai. No extremo sul não seria difícil. O exército e, sobretudo a armada comandada por Tamandaré logo submeteram a valente defesa oriental. O que ninguém contava, ainda que estrategicamente presumível, era com a ousada invasão paraguaia sobre o Rio Grande do Sul.

Não fosse a penetração paraguaia sobre território rio-grandense, para os sulistas a campanha havia terminado em 20 de fevereiro de 1865 com a assinatura de paz em Montevideú. A invasão deu sobrevida a aglutinação pseudopatriota dos fazendeiros rio-grandenses. A sua guerra havia terminado! Não fosse a condição pré-nacional do Estado imperial, a guerra se encerraria antes, pelo menos a fase ofensiva paraguaia.

O consenso da classe proprietária rio-grandense para com o conflito encerrou-se tão logo percebeu-se que a ele demoraria mais do que o aguardado. Quando da derrota aliancista em Curupaty, onde ficou provado que, para derrotar os paraguaios, não seria tão fácil como imaginado, houve a cisão derradeira daquele setor com o conflito. Isso potencializou-se com a necessidade cada vez maior de recrutamento para suprir as perdas por batalhas e, sobretudo por doenças. Uma oposição que se materializou na resistência em promover recrutamento e no acobertamento de desertores. Na Assembleia Legislativa,

deputados liberais discursavam contra a guerra. Como resultado, o governo imperial ordenou o cancelamento das eleições na província.

O Rio Grande do Sul foi a província mais afetada com o recrutamento, em especial para a Guarda Nacional. Ao todo, seriam 35 mil homens enviados da província para o teatro da guerra. Vivendo em condições subumanas, sob rígida disciplina militar, com falta de alimento, de fardamento, de dinheiro. A vida nas fileiras militares era expressão da sociedade imperial: desigualdade social gritante. Aos oficiais de alta patente, tudo, aos praças, nada!

Desses milhares arrolados como militares, grande parte nunca havia pegado em armas. Em geral, não sabiam os motivos da guerra. Conflito criado e conduzido pelas classes proprietárias do Império que nada tinha a ver com o povo. A expressão mais viva de que as classes avantajadas criam as guerras, mas quem morre são os trabalhadores se deu na ampla utilização da substituição. Homens de posse ofereciam cativos ou pagavam para outra pessoa assentar praça em seu lugar. Isso, se notabilizou com maior intensidade no segundo ano da guerra, ou seja, quando ela não lhes interessava.

Em suma, a guerra contra o Paraguai foi provocada, incentivada e financiada pelas classes proprietárias, mas quem lutou consciente ou inconscientemente foram as classes subalternizadas.

Referências

- AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth. Viagem ao Brasil – 1865-1866. Tradução e Notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, 2000.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A formação do Estado Nacional brasileiro e os preconceitos por origem geográfica. In: Preconceitos contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2012. pp.40-89.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de Hegemonia: de Gramsci a Lacau e Mouffe. Revista lua nova, São Paulo, 2010,
- ALVES, Joaquim Victorino Portella Ferreira. *Mallet: o patrono da artilharia*. Rio de Janeiro: biblioteca do exército, 1979.
- ANDRADA E SILVA, Raul. Ensaio sobre a ditadura do Paraguai: [1814-1840]. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1978.
- AVE-LALLEMANT, Robert. Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Vol 1. 1953.
- AZEVEDO, dr. Carlos Frederico dos Santos. História médico-cirúrgica da esquadra brasileira nas campanhas do Uruguai e Paraguai de 1864 a 1869. Rio de Janeiro: Tipographia Nacional, 1870.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados da bacia do Prata: da colonização à Guerra da tríplice aliança*. 2. ed. São Paulo: Ensaio; Brasília: UnB, 1995.
- BARBOSA, Dalcin Fidélis. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1983.
- BARROS, Ruy Coelho de. A Guerra com o Paraguai: aspectos polêmicos. aprofundamento. Dissertação (Mestrado), Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.
- BENITES, Gregorio. Anales diplomático y militar de la guerra del Paraguay. Asunción: Muñoz Hnos. T. I, 1906.
- BEVERINA, Juan. La Guerra del Paraguay: Las operaciones de la guerra en territorio argentino e brasileño. Buenos Aires: Ferrari Hnos. T. I, 1921.
- BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay: Las operaciones de la guerra en territorio argentino e brasileño*. Buenos Aires: Ferrari Hnos. T. III, 1921.
- BECKER, Klaus. *Alemães e descendentes do Rio Grande do Sul na Guerra do Paraguai*. Canoas: Editora Hilgert, 1968.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. Entre História e Literatura: a formação do Panteão Rio-grandense e os primórdios da escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre: UFRGS, 2009, 196p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17662/000721014.pdf>

BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (coord.) História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas. Vo.5. Passo Fundo: Méritos, 2009.

BRAY, Arturo. Solano López: soldado de la gloria y del infortunio. 2. ed. Asunción: Nizza, 1958.

CAGGIANI, Ivo. *David Canabarro: de tenente a general*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

CALMANASH, Emma. *Las cautivas correntinas en la Guerra del Paraguay (1864-1870)*. Buenos Aires: Dunken, 2013.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império: Da Regência à queda de Rosas*. vol.3. Brasília: Senado Federal, 1998.

CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total: Paraguay [1864-1870]*. Buenos Ayres: Sb, 2010.

CARBONI, Florence, MAESTRI, Mário. *A linguagem escravizada: Língua, história, poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARDOSO, Sérgio Ricardo Pereira. “história do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico: um instrumento republicano de construção do imaginário social gaúcho. Cadernos do LEPAARQ, Pelotas, vol.III, 2006.

CARDOZO, Efraím. *Breve historia del Paraguay*. Asunción: Servi Libro, 2007.

CARDOSO, Efraim. *Hace 100 años: crónicas de la guerra de 1864-1870, publicadas en “La tribuna” en el centenario de la epopeia nacional*. Asunción: EMASA, 1971. Vol.2.

CARNEIRO, Edson. *Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

CARRETERO, Andrés. [Org.]. *Correspondencia de Dominguito en la Guerra de Paraguay*. Buenos Aires: El Lorraine, 1975.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay*. Asunción: El lector, 1987.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai [1865-1870]*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CERVO, Amado Luis; RAPOPORT, Mario. [org.]. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHAVES, Julio Cesar. *Cartas y proclamas de Francisco Solano López*. Asunción: El Lector, 1996.

CHAVES, Julio César. *El Presidente López: Vida y gobierno de Don Carlos*. Buenos Aires: Ayacucho, 1955.

CHIAVENATTO, Júlio José. *As lutas do Povo brasileiro: do Descobrimento a Canudos*. São Paulo: Moderna, 1988.

CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio americano: a guerra do Paraguai*. 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIÁRIO da Navegação de Pedro Lopes de Sousa pela Costa do Brasil até o rio Uruguay (de 1530 a 1532). 4ªed. Rio de Janeiro, Typ. de D.L. dos Santos, 1867.

COLVERO, Ronaldo. *Negócios na madrugada: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2004.

COLVERO, Ronaldo Bernardino & ASSIS, Ataídes A. de Oliveira. *Itaqui nas fronteiras ibero-americanas: 1801-1889*. São Borja: Faith, 2012.

COLVERO, Ronaldo Bernardino & MATIAS, Luiz. *Tradicionalismo & carnaval 1940-2009: Dualidade cultural em desfile*. Porto Alegre: Faith, 2010.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Livraria A.G. Guimarães & C., 1870.vol.2.

COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil contra as Repúblicas do Uruguai e Paraguai*. Rio de Janeiro: Livraria A.G. Guimarães & C., 1870.vol.2.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

COSTA e SILVA, Riograndino da. *Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1968.

COUTO, Mateus. *Tribunais de guerra: castigos e punições nas forças imperiais durante a campanha contra o Paraguai (1864-70)*. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, PUCRS. Rio Grande do Sul, p.206. 2016.

DALCANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DAL BOSCO, Setembrino. *Escravidão e pastoreio no Rio Grande do Sul 1780-1889*. Porto Alegre: FCM, 2015.

DEVOTO, Juan E. Pivel; DEVOTO, Alcira Ranieri de Pivel. *Intentos de consolidación nacional: Historia de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevideú: Editorial medina, 1973.

DIÁRIO DO TENENTE CORONEL ALBUQUERQUE BELLO. Notas extraídas do caderno de lembranças do autor sobre sua passagem na Guerra do Paraguai. Introdução e Notas de Ricardo Salles e Vera Arraes. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2011.

DOCCA, Emílio Fernandes de Sousa. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Brasil, 1954.

DOMÍNGUEZ, César Cristaldo. *La Guerra contra la triple alianza*. Asunción: El Lector, s/d.

DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)*. Brasília: FUNAG, 2012.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1981. Vol.1.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. O comando do Osório. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. Vol.2, TomoII.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. o comando de Osório. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. Vol.2, Tomo IV.

ENCICLOPÉDIA Rio-Grandense: O Rio Grande antigo. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1968.

ESSELIN, Paulo Marcos. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830 – 1910)*. Dourados: ed. UFGD, 2011.

ESTIGARRIBIA, Antonio de la Cruz. *Diário militar*. Revista militar brasileira: Centenário da Guerra da Tríplice Aliança e o Paraguai. Ano LI, nº4, out. a dez, 1965.

EU, Luís Felipe [...] de Orléans, Conde d'. *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

FAGUNDES, Augusto Antônio. *Cartilha da História do Rio Grande do Sul*. Uma nova visão da formação da terra e do povo gaúcho. Porto Alegre: Martins Livres, 1986.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol.1. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

FERNANDES, Ari Carlos. (org.). *Coronel Chicuta: Um passo-fundense na Guerra do Paraguai*. Passo Fundo: EdiUPF, 1997.

FERREIRA, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1978

FERRER, Francisca Carla Santos. Registros Diários: o Diário do Coronel Manoel Lucas De Oliveira. *Historiæ*, Rio Grande: 2011.p.55. disponível em: <https://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2402/1292> . Acesso 4 set. 2017.

FERTIG, André. Valentes vingadores: os Guardas Nacionais riograndenses como símbolo do Império do Brasil. *Revista do Curso de História de Araguaína* [online]. Araguaína.v.n.2, 1-25, abril, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1146>. Acesso Out 2017.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Humanitas-FFLCH-USP; FAPESP, 2001.

FIX, Theodoro. *História da Guerra do Paraguai*. (traduzida do francês por A. J. Francisco dos Reis). Rio de Janeiro: Instituto Histórico do Brasil, 1872.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *História da Imigração alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 2004.

FLORES, Moacyr. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1996.

FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1962.

FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Vol. 1, 1956.

FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Vol. 2, 2010.

FRAGOSO, Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. Vol. 5, 1960.

FREITAS, Osório Tuyuty de Oliveira. *A invasão de S. Borja*. 2 ed. Porto Alegre: A nação, s/d.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 33 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GAY, Cônego João Pedro. *A invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai*. Comentada e anotada pelo major Souza Docca. Caxias do Sul: EdUCS, 1980.

GARMENDIA, José Ignacio. *Recuerdos de la Guerra del Paraguay: Campaña de Corrientes y de Rio Grande*. Buenos Ayres: J. Peuser, 1904.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: o levante indígena que desafiou Portugal e Espanha*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

GOLIN, Tau. Johann Heinrich Böhm e o mito da cavalaria rio-grandense. Comunicação apresentada no Congresso Internacional dos Estados Ibero-Americanos, 12-16 de Setembro de 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29729337/Johann_Heinrich_B%C3%B6hm_e_o_mito_da_cavalaria_rio-grandense. p.5. Acesso em 5 mai 2017.

HERRERA, Luis Alberto. *El drama de 65: La culpa mitrista*. 2 ed. [s/l.], 1927.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. [tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. *A era das revoluções*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ISABELLE, Aresène. *Viagem ao Rio Grande do Sul: (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

IZECKSOHN, Vitor; MUGGE, Miqueias. A criação do Terceiro Corpo do Exército na província do Rio Grande do Sul: conflitos resultantes da administração militar nos anos críticos da Guerra do Paraguai (1866-1867). *Revista Brasileira de História* (online). São Paulo, 2016.

JACEGUAY, Arthur (Almirante). *Reminiscências da Guerra do Paraguay*. Com prefácio do Contra-Almirante Raul Tavares. Rio de Janeiro: s/n, 1935.

JARDIM, Wagner. *Longe da Pátria: a invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e a rendição em Uruguaiana*. Porto Alegre: FCM, 2015.

JOURDAN. E.C. (org.). *Atlas histórico da Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1871.

JOURDAN. E.C. *Campanhas do Uruguay, Matto-Grosso e Paraguay: Brazil 1864-1870*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Vol.1, 1893.

KLIEMANN, Luiza Schmitz. *RS: Terra e Poder: História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. Prefácio. 2ªed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. 3ªed. Porto Alegre: Sulina, 1978.

LANDO, Aldair Marli et al. *RS: imigração & colonização*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

LENIN, Vladimir Ilyich. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução* [tradução revista por Aristides Lobo]. 1ª.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- LOPES, Simões. *Contos Gauchescos & Lendas do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- LÓPEZ, Francisco Solano. *Cartas y proclamas*. Asunción: El lector, 1996.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.
- MAESTRI, Mário. *A Guerra no papel: História e historiografia da Guerra no Paraguai (1864-1870)*. Passo Fundo: PPGH/UPF, 2013.
- MAESTRI, Mário. A Intervenção do Brasil no Uruguai e a Guerra do Paraguai A Missão Saraiva. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 13, p. 1-23, 2014.
- MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos nossos dias*. Passo Fundo: EdUPF, 2010.
- MAESTRI, Mário. De Yatay a Cerro Corá: Consenso e dissenso na resistência militar paraguaia. *Revista ESTUDIOS HISTORICOS*. Año V, diciembre 2013. nº 11. Uruguay
- MAESTRI, Mario. *Guerra sem fim: a Tríplice Aliança contra o Paraguai: a campanha ofensiva (1864-1865)*. Passo Fundo: FCM, 2017.
- MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. (org.) *Grilhão negro: Ensaio sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: EdUPF, 2009.
- MAESTRI, Mario. *Mar del Plata Dominação e Autonomia no Sul da América: Argentina, Brasil, Uruguai (1810-1864)*. Porto Alegre: FCM, 2016.
- MAESTRI, Mário. *Pampa negro: Agitações, insubordinações e conspirações servis no Rio Grande do Sul, 1863-1868*. *Revista de História SAECULUM*, nº25; João Pessoa, jul./dez.2011.
- MAESTRI, Mário. *Paraguai: A República Camponesa 1810-1865*. Porto Alegre: FCM, 2014.
- MAIA, João. *História do Rio Grande do Sul para o Ensino Cívico*. Porto Alegre: Selbach e Cia, s/d.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*; tradução de Álvaro Pina. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 2ª ed. Lisboa: Edições Avante, 1997.p.35. Disponível em: <
https://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/1997_manifesto_partido_comunista_editorial_avante.pdf> acesso em jun 2019.
- MAGALHÃES, João Baptista. *Osório: Síntese de seu perfil histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

MARCO, Miguel Àngel De. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta, 1998.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Org.). *Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ulbra, 1994.

MENCK, Alberto del Pino. *La Guerra del Paraguay en fotografías*. Montevideo: Biblioteca Nacional, 2008.

MEIRA, Antônio Gonçalves; CABEDA, Coralio. *Nossas Guerras: Considerações históricas dos seus recursos*. Porto Alegre: Edigal, 2009.

MELONGO, Tabaré. *Artigas: la causa de los pueblos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

MOTA, Artur Silveira da. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. 2ªed. Rio de Janeiro: Serviço de documentação geral da Marinha, 1982.

MUGGE, Miqueias Henrique. “Gostaria de se tornar tenente”, oficiais da Guarda Nacional um perfil socioeconômico do Brasil Meridional (1850-1870). *História Unissinos*. Vol.16, nº3, setembro/dezembro de 2012.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império: sua vida, suas opiniões, sua época*. 5. ed. Rio de Janeiro: Garnier. Vol. 2, s/d.

NEUMANN, Eduardo; GRIJÓ, Luiz Alberto. *O Império e a fronteira: a província de São Pedro no oitocentos*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

NOGUEROL, Luiz Paulo Ferreira. Mercado regional de escravos: padrões de preços em Porto Alegre e Sabará, no século XIX — elementos de nossa formação econômica e social. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, vol. 23, nº especial.2002. disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2020/2401>

O’LEARY, Juan Emilio. *El Mariscal Solano López*. Assunção: Casa América, 1970.

OURO PRETO [Visconde Alfredo Celso de Assis Figueiredo]. *A marinha d’outrora: subsídios para a história*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1894.

PALERMO, Eduardo. *Tierra esclavizada: El norte uruguayo en la primera mitad del siglo 19*. Montevideo: TierrAdentro ediciones, 2014. 2ª ed.

PALLEJA, León. *Diario de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1960.

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na Campanha Sul-rio-grandense (1852-1867). 2012. 414f. Tese (doutorado em História), Unissinus, São Leopoldo.2012.

PAPALUCÁ, Alcides Codas. *Cuestiones rurales del Paraguay*. São Paulo: Instituto Escolástica Rosa, 1939.

PAYSANDU. Nueva Numancia Datos y Documentos históricos sobre la defensa y toma de. Concordia: Arca, 2009.

PETERS, Heinz. *El sistema educativo paraguayo desde 1811 hasta 1865*. Asunción: Instituto Cultural Paraguayo-Alemán, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jathy. *História do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PINTO, Luís Flodoardo Silva. *A batalha de Uruguaiana: Episódio da Guerra do Paraguai [1864-1870]*. Porto Alegre: AGE, 2002.

PIMENTEL, Joaquim. *Episódios militares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

PONT, Raul. *Campos realengos: Formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, 1983.

POMER, León. *A Guerra do Paraguai: A grande tragédia rio-platense*. São Paulo: Global, 1980.

POMER, León. *Cinco anos de guerra civil en la Argentina. (1865-1870)*: Buenos Aires: amorrortu, 1986.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

POSSAMAI, Paulo Cezar. [Org.] *Gente de guerra e fronteira*. Pelotas: EdUFPEL, 2010.

QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando a Revisão: Genocídio americano: a Guerra do Paraguai de J.J. Chiavenato*. Porto Alegre: FCM, 2014

QUELL, Hipólito Sánches. *La diplomacia paraguaya de mayo a Cerro-Corá*. 3 ed. Buenos Aires: Kraft, 1957.

QUEVEDO, Júlio. *História compacta do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

RESQUÍN, Francisco Isidoro. *La Guerra del Paraguay contra la triple alianza*. Asunción: El Lector, 1996.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço nos chama: os milicianos e os Guardas Nacionais gaúchos (1825-1845)*. 2001. 288f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre.2001.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: epopéia de um Povo*. Belém: Imprensa oficial, 1984.

ROSA, José María. *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: Memórias e imagens*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2003.

SANT'ANA, ELMA. *Minha amada Maria: Cartas dos Mucker*. Canoas: ed. Ulbra, 2004.

SCHÄFER, Gabriel. *A Guerra do Paraguai na imprensa do Rio Grande do Sul: apoio e crítica nos discursos sobre a guerra*. 2012. 536f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

SCHNEIDER, L. *A Guerra da tríplice Aliança contra o Paraguai*. Porto Alegre: Pradence, 2009.

SEEBER, Francisco. *Cartas sobre la Guerra del Paraguay 1865-1866*. Buenos Aires: Talleres Gráficos de L.J. Rosso, 1907.

SILVA, Rafael Ricarte da. *Sesmarias*. Em: Atlas digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/Sesmarias>. Acesso em 14 jun 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: ADESA, 1996.

SOUZA, Augusto Fausto de. *A Redenção da Uruguayana*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Lammert & C, 1887.

SCHUPP, Carlos Antonio Heyn. *Iglesia y Estado en el proceso de emancipación política del Paraguay (1811-1853)*. 2 ed. Asunción: Don Bosco, 1987.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada de Laguna: Episódio da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A primeira Guerra do Paraguai: A expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

TORRONTÉGUY, Teófilo. *As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994.

THOMPSON, Jorge. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Juan Palumbo, 1910.

THOMPSON, George. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

VIEIRA, Hermes. *A vida e a época do Visconde do Rio Branco*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1992.

VILABOY, Sergio Guerra. *Paraguay: de la independencia a la dominación imperialista – 1811-1870*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales La Habana, 1984.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Das guerras cisplatinas à guerra contra o Paraguai. Em: *Enciclopédia Rio-Grandense: O Rio Grande antigo*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1968.

WHIGHAM, Thomas. *La guerra de la triple alianza: el triunfo de la videncia, el fracaso de la paz*. Asunción: Taurus. Vol. II, 2011.

WHITE, Richard Alan. *La primera revolución popular en América. Paraguay (1810-1840)* – Asunción: Carlos Schauman, 1989.

Fonte

ANAIS DO SENADO. Disponível em
<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp> acesso em 28 de abr. 2014.

ANAIS do Senado do Império. Sessão de 1863-1864, ata de 27 de janeiro de 1864, (transcrição da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal). Livro I.p.100. Disponível em:
http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Imperio/1864/1864%20Livro%201.pdf. Acesso em 7 de jan. 2017.

BRASIL. Anais do Império do, 1866. 12ª legislatura, Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp> acesso em 28 de abr. 2014.

A SENTINELA DO SUL: Jornal ilustrado, crítico e joco-sério. Porto Alegre, outubro de 1867, nº16. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=758167&pasta=ano%20186&pesq=profici%C3%AAncia>> Acesso em jan.2019.

BARBOSA, Francisco Pereira da Silva. Diário Militar, 1870, s/p. Disponível em:
<<http://www.forumnow.com.br/vip/mensagens.asp?forum=125774&topico=2964054>> Acesso em 05 de Nov. 2015.

BRASIL. DECRETO Nº 2.029, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1857. Guarda Nacional, Rio de Janeiro, RJ, Nov 1857. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2029-18-novembro-1857-558129-publicacaooriginal-79034-pe.html>> Acesso em Jan 2019.

BRASIL. Decreto nº 3506, de 04 de agosto de 1865. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3506-4-agosto-1865-554864-publicacaooriginal-73819-pe.html> . Acesso em 16 de maio de 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 3. 513, DE 12 DE SETEMBRO DE 1865. Isenção do Recrutamento da Guarda Nacional e do Exército, Rio de Janeiro, RJ, Set 1865. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3513-12-setembro-1865-554871-publicacaooriginal-73826-pe.html>> Acesso em Jan 2019.

BRASIL. Decreto nº 670, de 22 de fevereiro de 1850. Disponível em:
<http://legis.senado.leg.br/norma/388813/publicacao/15780986> . Acesso em 15 maio de 2019.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente do. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/biomas/pampa>>. Acesso em 01 de mai. 2014.

BRAZIL, Recenseamento do. Rio Grande do Sul, 1872. Disponível em:
<<https://archive.org/details/recenseamento1872rs>> acesso em 28 de abr. 2014.

BIOGRAFIA DE AMYR BORGES FORTES. Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul. Disponível em:

http://www.muham.org.br/index.php?formulario=sys_bio_bibliografias_notas&submenu=4&metodo=0&id=74 Acesso em 13 Dez. 2018.

BREVE BIOGRAFIA DE JOÃO CÂNDIDO MAIA. Disponível em:
<http://bibliotecacoroneljoaomaia.blogspot.com/2010/06/quem-e-mesmo-o-cel-joao-maia-patrono-da.html> Acesso em 19 de. 2018.

COMUNICADO. Jornal O Bagéense: folha política, comercial, literária e noticiosa. 16 de novembro de 1865, ano III, nº 14, p. 1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=813478&pasta=ano%20186&pesq=>
 = Acesso em abr. 2019.

COMUNICADO. Jornal O Comercial. Rio Grande, 17 de dezembro de 1865, ano 9, nº 286.p.2. Disponível em:
 <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=813494&pasta=ano%20186&pe>
 sq=> Acesso em 11 de abr. 2019.

DIÁRIO DE PELOTAS, Jornal. Transcrição de reportagem de 5 de janeiro de 1881, referente ao coronel Bento Martins de Meneses. Fundo Bento Martins de Meneses – IHGRS.

DOCUMENTOS relativos à invasão da província do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866.

FALA dirigida à Assembleia legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo, na segunda sessão da 12ª Legislatura. Porto Alegre: Tipografia do Rio-grandense, 1867.

IHGRS. DIÁRIO DE PELOTAS, Jornal. Transcrição de reportagem de 5 de janeiro de 1881, referente ao coronel Bento Martins de Meneses. Fundo Bento Martins de Meneses.

INVENTÁRIO de João Pedro Gay, 1º Cartório de Órfão, livro de inventários nº 05, pág.41 a 43, gaveta 07. Centro cultural dr. Pedro Marini, Uruguaiana.

JORNAL D'Anuncios, 19 de setembro de 1867, ano I, nº 11, p.1. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764248&PagFis=0> Acesso em 10 de Abr. de2019.

JORNAL do Comércio do Rio de Janeiro. Disponível em:
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_05&pasta=ano%20186&pesq=curupaity. Acesso em 29 abr/2017.

LEI de criação das Guardas Nacionais no Império do Brasil. Disponível em:
 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html> acesso em 29 de abr. 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; TASSONI, Tatiani de Souza. *Que com seu trabalho nos sustenta: As cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888)*. Porto Alegre: EST, 2007.

ORDENS DO DIA do 2º Corpo do Exército sob o comando em chefe do Exmo. Sr. Tenente general Manuel Marques de Souza. Vol.1. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves de Sousa, 1877.

ORDENS DO DIA. Exército em operações na República do Paraguai: Segundo Corpo sob o comando em chefe do Exmo. Tenente general Manuel Marques de Souza. Vol.2. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco Alves de Souza, 1877

RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel na 2ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembleia provincial. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1863.

RELATÓRIO, Apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira Sessão da décima segunda legislatura. Rio de Janeiro: Laemmert, 1864.

RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel na 1ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembleia provincial. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1864.

RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul bacharel João Marcelino de Souza Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Ilmo e Exmo sr. Visconde de Boa Vista. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1865.

RELATÓRIO apresentado ao presidente nomeado do Rio Grande do Sul Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo pelo 2º vice-presidente Antônio Augusto Pereira da Cunha. s/l., 1866.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo passou a administração d'esta província ao Excelentíssimo senhor doutor Joaquim vieira da Cunha. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Comércio, 1868.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Joaquim Vieira da Cunha passou a administração da província ao Exmo. Sr. Marechal de Campo Guilerme Xavier de Souza. Porto Alegre, Tipografia do Comércio, 1868.

RELATÓRIO com que o Exmo. Sr. dr. Israel Rodrigues Barcellos passou a administração da província de São Pedro do Sul ao Exmo. Sr. Dr. João Sertorio. Porto Alegre, Tipografia Rio-grandense, 1869.

RIO GRANDE DO SUL. Documentos da Escravidão, Catálogo seletivo de cartas de liberdade: Acervo dos Tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul. Vol. 1, Porto Alegre: Corag, 2006.

SARAIVA, José Antonio. Correspondências e documentos oficiais relativos à missão especial do conselheiro José Antonio Saraiva ao rio da Prata em 1864. Tiphografia do diário da Bahia, 1872.

VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, decreto imperial que cria os Corpos de. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html> Acesso em 28 ago.2017

.

Cronologia Geral

1701

Novembro – Ataque dos Charruas confederados às missões de Yapeju.

1702

6 a 10 de fevereiro – Retaliação hispano-missioneira contra os pampianos. Morreram centenas de minuanos, mulheres e crianças levadas para Santo Ângelo.

1726

24 de dezembro – Após frustrada tentativa de reconquistar a Colônia do Sacramento, a coroa espanhola autoriza fundação da cidade de Montevidéu, para fazer frente à presença lusitana na região.

1747

9 de agosto – Edital do governo português que deu início oficial à colonização do extremo sul do Brasil.

1756

10 de fevereiro – Batalha de Caiboaté na Guerra Guaranítica. Tropas hispano-lusitanas venceram as tropas missioneiras nas proximidades da cidade de São Gabriel.

1760

9 de setembro – O coronel Inácio Elói de Madureira foi nomeado o primeiro governador da recém desmembrada Capitania de Rio Grande de São Pedro.

1761

12 de fevereiro – Assinatura do Tratado de El Pardo, sua vigência anulava do de Madrid.

1762

30 de Outubro – Forças militares do governador de Buenos Aires, Pedro Ceballos, assaltaram e tomaram a Colônia de Sacramento.

4 de dezembro – O governador de Rio Grande autorizou a construção do forte Santa Tereza, no extremo Sul, entre o arroyo Chuí e Castilhos.

1763

1º de Janeiro – Morreu, no Rio de Janeiro, o vice-Rei do Brasil, Gomes Freire, responsável pela expedição demarcatória de limites luso-castelhanos.

15 de abril – Cerca de 3 mil homens, comandados por Pedro Ceballos, aproximam-se do Forte Santa Tereza. A defesa debanda.

18 de abril – O comandante do Forte Santa Tereza se entregou. Os castelhanos venceram sem dar um único tiro;

24 de abril – As tropas comandadas pelo capitão castelhano José de Molina invadiram, sem resistência, a vila de Rio Grande.

12 de Maio – Pedro Ceballos chegou à Vila de Rio Grande e ordenou a travessia do canal para São José do Norte, onde estabeleceu Guarda.

1764

26 de janeiro – Morreu, em Santa Catarina, o antigo governador de Rio Grande, Inácio Elói de Madureira.

1767

28 de maio – O novo comandante militar da Capitania de Rio Grande, José Custódio, autorizou ataque sobre Rio Grande, ainda em poder dos castelhanos.

5 de outubro – Chegou, ao Brasil, João Henrique Boehm, discípulo de conde Lippe. Em sua comitiva, viria o cel. Francisco de Lima e Silva, avô paterno do futuro duque de Caxias.

1769

23 de abril – Tomou posse, em Viamão, o novo governador do Rio Grande, coronel José Marcelino Figueiredo.

4 de Novembro – O fidalgo português, Luís de Almeida Portugal, marquês de Lavradio, foi empossado novo vice-Rei do Rio de Janeiro.

1772

26 de março – Criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, posteriormente, Porto Alegre.

1773

23 de setembro – O governador de Buenos Aires ordenou a fundação do Forte Santa Tecla. Nas cercanias desse Forte, surgiria a atual cidade de Bagé.

1774

26 de julho – Sob ordens do marquês de Pombal, o inspector chefe do exército luso-brasileiro, marchou para Rio Grande, para comandar a retomada do território das mãos castelhanas.

1776

1º de abril - Expulsão dos espanhóis da vila e do porto de Rio Grande.

1777

24 de Fevereiro – Pedro Ceballos, novamente governador de Buenos Aires, sitiou a Ilha de Santa Catarina, com 9 mil homens e 130 navios.

7 de março – Morreu, em Portugal, o rei Dom José.

7 de junho – Sob o comando de Pedro Ceballos, os castelhanos tomaram novamente a colônia de Sacramento.

4 de julho – Independência dos Estados Unidos da América.

1º de outubro - Tratado de Santo Ildefonso entre Espanha e Portugal.

1778

31 de julho – Devolução da ilha de Santa Catarina aos portugueses, ocupada desde fevereiro do ano anterior.

1792

21 de abril – Execução de Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes.

1801

4 de agosto – José Borges do Canto inicia a campanha que resultaria na ocupação dos Sete Povos das Missões por tropas irregulares portuguesas.

13 de agosto – Invadiram São Miguel das Missões, sede administrativa das Missões.

1807

7 de julho – Tropas britânicas foram expulsas do rio da Prata.

19 de setembro – Criou-se a Capitania Geral do Rio Grande do Sul. Seu primeiro capitão-general foi Dom Diogo de Souza.

1808

16 de janeiro - Chegada da Família Real portuguesa ao Brasil.

28 de janeiro – O príncipe regente de Portugal, apenas chegado à Bahia, decretava a Abertura dos portos à navegação e intercâmbio com as nações amigas.

7 de março – A família Real portuguesa chegava ao Rio de Janeiro, onde seria instalada a sede do governo, em 9 de outubro.

10 de setembro – Foi editado o primeiro jornal do Brasil, a Gazeta do Rio de Janeiro.

24 de setembro – Constituiu-se em Montevidéu a primeira junta governativa em nome do rei deposto, Fernando 7°.

1810

25 de maio – O partido autonomista de Buenos Aires venceu a oposição do partido espanholista, iniciando o processo revolucionário.

1811

Janeiro – Francisco Javier Elió, nomeado novo vice-Rei de Buenos Aires, foi impedido pelos líderes autonomistas de se empossar na sede do governo. Partiu para Montevidéu, que se configurou na sede da resistência realista no Prata.

Janeiro – Irrompeu, no Uruguai, a luta revolucionária comandada pelo líder José Gervásio Artigas.

Maior: tenente José de Abreu Menna Barreto foi enviado ao Paraguai para acertar acordo para suplantar os patriotas paraguaios.

1° de julho - Fundação de Bagé.

21 de julho - O exército de pacificação luso-brasileiro invade a Banda Oriental, para socorrer o vice-rei espanhol Francisco de Elió.

20 de outubro – Assinatura do Tratado entre o vice-Rei Francisco de Elió e o general argentino Rondeau.

22 de novembro – Proclamada, em Buenos Aires, a Constituição provisória.

1814

23 de junho – Montevidéu, então guarnecida por alguns espanhóis, caiu nas mãos do governo de Buenos Aires.

1815

10 de fevereiro – Tropas artiguistas vencem decisivamente as tropas de Buenos Aires no combate do arroyo Gayabos, em Salto.

15 de dezembro – Proclamação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

1816

26 de janeiro – Artigas entrou triunfante em Montevidéu, após vitória decisiva.

20 de março – Morreu, no Rio de Janeiro, Dona Maria I, rainha de Portugal. Sucedeu-lhe Dom João 6°.

30 de março – Chegou ao Rio de Janeiro a Divisão de Voluntários Reais, comandados pelo tenente-general Carlos Frederico Lecor, futuro visconde de Laguna.

9 de Julho – No Congresso de Tucumán, convocado pelo governo de Buenos Aires, declarou-se definitivamente a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata.

20 de setembro – Tropas artiguistas, comandadas por Andresito Artigas sitiaram São Borja, sede administrativa das Missões Orientais.

3 de outubro – O sítio de São Borja foi levantado.

1817

20 de janeiro – Em aliança com Buenos Aires, tropas portuguesas invadiram o Uruguai, para combater o projeto federalista de Artigas.

1819

25 de Abril – Andresito Artigas, novamente investiu e tomou, praticamente, todos os povos das Missões.

6 de junho – No combate de Itucuruví, na província de Corrientes, Andresito foi derradeiramente derrotado e aprisionado.

1820

22 de janeiro – Última tentativa artiguista de reconquistar as Missões. Batalha de Tacuarembó, perdida pelos revolucionários.

23 de setembro – O líder revolucionário federalista José Gervásio Artigas, refugiou-se no Paraguai.

1821

18 de Julho - Anexação da Banda Oriental do Uruguai ao Reino do Brasil, como província Cisplatina.

18 de agosto - fundação da Freguesia do Divino Espírito Santo de Santa Cruz.

1822

9 de janeiro – Dom Pedro I desobedeceu às cortes portuguesas e ficou no Brasil – dia do fico.

12 de outubro – Dom Pedro I, nomeado Imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil.

7 de setembro – Independência política do Brasil.

1823

8 de janeiro – Decreto imperial de Dom Pedro I criava o Regimento de estrangeiros do então nascente Exército Imperial.

19 de abril – “Los treinta y tres orientales”, comandados por Antonio Lavalleja invadem o Uruguai e inicia a campanha pela independência.

1824

1º de dezembro – Organizou-se com grande dificuldade o novo Exército Imperial do Brasil.

1825

19 de abril – Juan Antonio Lavalleja e “los treinta y tres orientales” vindos de Buenos Aires com auxílio daquele governo, invadem o Uruguai e dão início à guerra da independência.

25 de agosto – Na vila Flórida formou-se um governo provisório e uma Assembleia Constituinte que proclamaram a independência do Uruguai.

4 de setembro – Atendendo pedido de reforços de Frederico Lecor, Bento Manuel Ribeiro invadiu a Banda Oriental e derrotou Fructuoso Rivera.

10 de dezembro – O império do Brasil declara guerra à Confederação Argentina.

1827

20 de fevereiro – Batalha do Ituzaingó ou do Passo do Rosário. Batalha da Guerra pela independência uruguaia. As tropas imperiais desertaram e recuaram.

1828

15 de abril – Tropas imperiais transpuseram o rio Jaguarão e venceram as tropas de Lavalleja, compostas, basicamente, de índios missionários.

27 de agosto – Os beligerantes assinaram o tratado de paz, do qual resultou a independência do Uruguai.

1829

6 de dezembro – Juan Manuel Rosas foi eleito governador de Buenos Aires.

1830

24 de outubro – Antonio Lavalleja foi eleito presidente uruguaio por quatro anos. Seu mandato seria interrompido em 1832.

1831

04 de janeiro – sob o governo de Juan Manuel de Rosas, nasceu a Confederação Argentina.

7 de abril – Dom Pedro I abdica do trono no Brasil em favor de seu filho Pedro de Alcântara, apenas com 5 anos de idade. Tem-se início o período Regencial.

1832

8 de Dezembro – Terminou o governo constitucional de Juan Manuel de Rosas, em Buenos Aires.

1833

Abril – Nova tentativa de invasão ao Uruguai, com amplo apoio do governo e das tropas do Rio Grande do Sul, sobretudo, de Bento Gonçalves.

1834

Março – Antonio Lavalleja invadiu o Uruguai com tropas fornecidas por Juan Manuel de Rosas.

1835

1º de Março – Assumiu o poder no Uruguai Manuel Oribe, logo aliado de Manuel de Rosas.

7 de Março – Juan Manuel de Rosas foi novamente conduzido ao cargo de governador e capitão-general de Buenos Aires.

20 de setembro – Entrada dos rebeldes farroupilhas em Porto Alegre e deposição do presidente da província – Início da Guerra Farroupilha.

23 de outubro – O presidente deposto do Rio Grande do Sul, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, após esperar reforços, partiu de Rio Grande para o Rio de Janeiro.

7 de novembro – Chegou ao Rio Grande do Sul o novo presidente nomeado por Diogo Feijó. José Araújo Ribeiro, natural da província e parente dos chefes farroupilhas Bento Gonçalves e Bento Manoel Ribeiro.

1836

15 de janeiro – José de Araújo Ribeiro, presidente nomeado para o Rio Grande do Sul assume, ilegalmente, o governo provincial mesmo sem a legitimação da Assembleia.

17 de março – Primeira grande batalha na revolta farroupilha. As tropas de Bento Manuel Ribeiro derrotaram as forças rebeldes que perderam em torno de duzentos homens.

14 de junho – Porto Alegre, então em mãos farroupilhas, foi recuperada pelas forças imperiais e entregue sua comandância para o marechal João de Deus Menna Barreto.

11 de setembro – Após vitória farroupilha nos campos de Seival, entre Pelotas e Bagé, o general Antônio de Sousa Neto proclamou a independência da província sobre o nome de República Rio-grandense.

5 de novembro – Em Piratini, com Bento Gonçalves preso no norte do Império, foi eleito para presidente da república, substituído interinamente por José Gomes de Vasconcelos Jardim.

10 de novembro – A vila de Piratini foi oficialmente escolhida como primeira capital farroupilha, a sede mudaria algumas vezes, pela dinâmica da guerra.

1837

28 de março – Bento Manuel Ribeiro abandona seu posto no Exército Imperial após a nomeação de Antero José Brito para presidência do Rio Grande do Sul, capturado por aquele nas imediações de Alegrete.

08 de abril – Os republicanos farroupilhas conquistam a cidade de Caçapava no Rio Grande do Sul.

10 de setembro – Bento Gonçalves da Silva fugiu da prisão, na Bahia, possivelmente com o apoio dos maçons.

1838

30 de abril – Os republicanos tomaram Rio Pardo em uma das maiores batalhas daquele conflito.

21 de dezembro- Reuniram-se em Caçapava, então capital farroupilha, delegados eleitos em cada município, que formaram o Conselho de Procuradores Locais, já que o novo país não contava com Constituição e, tampouco, Assembleia nacional.

1840

23 de julho – Pedro de Alcântara, então com quinze anos, foi elevado à maioria através de um golpe promovido pelos liberais, iniciava-se o Segundo Império.

1845

1º de março – Assinatura do Tratado de Ponche Verde, pôs fim à guerra farroupilha.

27 de março – No decisivo combate de India-Muerta, o coronel Manuel Oribe derrotou o então presidente uruguaio, Rivera.

06 de setembro – Assinatura do acordo secreto entre o governo imperial e o governo de defesa – Montevideú- dominado pelos partidários colorados. O apoio era, sobretudo, econômico e tinha como garantidor, o banco Mauá.

1850

25 de Dezembro - Tratado de Defesa mútua entre Império e Paraguai contra Rosas da Argentina

1851

18 de Agosto – Juan Manuel de Rosas declarou Guerra ao Império e seus aliados, após a derrota de Manuel Oribe e retomada de Montevideú, há dez anos sitiada.

13 de outubro – Tratado entre o Império e o governo uruguaio. As cláusulas eram malélicas para a economia e autonomia uruguaia.

1852

3 de fevereiro – Batalha de Monte Caseros. O Império e seus aliados derrotaram as tropas de Juan Manuel de Rosas.

1853

20 de fevereiro - Incidente do navio estadunidense *Water Which*, no rio Paraguai. Crise diplomática entre os Estados Unidos da América e a república do Paraguai;

12 de Agosto - O diplomata imperial, Felipe José Pereira Leal, é expulso de Assunção, após apresentar ultimato exigindo a área litigiosa do Mato Grosso e a livre navegação pelo rio Paraguai;

24 de setembro – Juan Francisco Giró, presidente uruguaio, deixou o governo do Uruguai e exilou-se na legação francesa em Montevideú.

1854

20 de Março – O senado, da Câmara de Montevideu, autorizou a entrada no Uruguai de uma tropa de 4 mil homens do Exército Imperial, comandados por Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto.
 10 de Dezembro - A expedição naval imperial, que possuía cerca de 30 navios, parte do Rio de Janeiro rumo a Assunção para definir as contendas de navegação e limites
 23 a 27 de dezembro - Comitiva paraguaia, liderada pelo então Ministro da Guerra Francisco Solano López, faz escala no Rio de Janeiro após retorno de missão diplomática na Europa.

1855

15 de março - O comandante imperial chefe-de-esquadra Pedro Ferreira de Oliveira chega a Assunção, em um só barco. A esquadra fica aguardando em *Cerrito*, fronteira entre a Argentina e o Paraguai.
 27 de abril – Assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação e uma Convenção Adicional de Limites entre o Império e o Paraguai. Todos os acordos a serem validados depois de resolvida as questões de fronteiras, no prazo de um ano.
 10 de julho. Império rechaça o Tratado de 27 de abril.

1856

Março – Gabriel Pereira, aliado de Venancio Flores venceu eleições e tornou-se presidente.
 6 de abril - Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Império e Paraguai.

1858

28 de janeiro – Tropas do governo uruguaio venceram grupos rivais na Batalha de Quinteros. O presidente teria mandado fuzilar os prisioneiros.

1861

17 de setembro – Batalha de Pavón. Tropas de Mitre venceram a cavalaria de Urquiza, na província de Santa Fé.

1862

10 de Setembro – Francisco Solano López assumiu o poder no Paraguai, após a morte de seu Pai Carlos Antonio López.
 17 de setembro – Vitória liberal portenha, sob liderança de Barolomé Mitre, na batalha de Pavón sobre as forças federalistas interioranas lideradas por Justo José Urquiza, debandadas misteriosamente.

1863

3 de Março – Juan José de Herrera, Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, enviou Octavio Lapido ao Paraguai para desempenhar missão diplomática.
 19 de abril – O brigadeiro-general Venancio Flores, com auxílio do governo argentino de Bartolomé Mitre iniciou sua “Cruzada Libertadora”.

1864

1º de março – Atanasio Aguirre chegou ao poder no Uruguai.
 Março – Invasão do Uruguai pelas tropas coloradas de Venancio Flores. Início da guerra civil uruguaia.
 Março – Termina o mandato no Uruguai do presidente Bernardo Berro e assumi o governo o presidente do senado Anastácio Aguirre.
 5 de Abril – Intenso debate na Câmara dos Deputados do Império sobre a necessidade de intervenção no Uruguai;
 27 de Abril – O Conselheiro José Antônio Saraiva partiu do Rio de Janeiro em missão especial no Uruguai.
 6 de maio – José Antônio Saraiva chegou a Montevideu para chefiar missão diplomática.

Julho – O uruguaio Antonio de las Carreras foi enviado ao Paraguai para conseguir auxílio pecuniário, diplomático e de forças militares.

17 de junho – O presidente paraguaio ofereceu mediação ao Império na questão com o Uruguai;

6 de agosto – Saraiva apresentou ultimatum ao governo uruguaio.

9 de agosto – O governo uruguaio devolveu o ultimatum, recusando-se a arquivar aquele documento.

25 de agosto – Francisco Solano López recebeu informação sobre o ultimatum de Saraiva.

30 de agosto – O governo uruguaio rompeu relações diplomáticas com o Império do Brasil.

30 de agosto – O governo paraguaio enviou a primeira nota de protesto contra a intervenção no Uruguai.

Setembro – Iniciou profunda crise financeira no Rio de Janeiro. Os bancos foram os principais alvos.

7 de Setembro – Saraiva ordenou que as forças estacionadas no Rio Grande do Sul invadissem o Uruguai.

20 de outubro – O vice almirante Tamandaré assinou com Venancio Flores o acordo secreto de Santa Lucía acerca das reclamações dos rio-grandenses.

Outubro – Chegada das tropas imperiais ao Uruguai para auxiliar a deposição do presidente blanco;

Novembro – Descoberto em Taquari um plano de insurreição de cativos que pretendiam fugir para o Uruguai;

14 de Novembro – O presidente do Paraguai Francisco Solano López manda apreender o navio Marquês de Olinda e o presidente da província do Mato Grosso, Carneiro de Campos;

22 de novembro – As canhoneiras Itajaí e Mearim bloquearam o Porto de Salto, no Uruguai.

28 de Novembro – A Esquadra Imperial, sob o comando de Joaquim Marques Lisboa, vice Homemalmirante Tamandaré, e tropas argentino-florista tomaram a cidade de Salto, que entregou-se quase sem resistência.

Dezembro – O presidente da província comunicava ao Ministro da Justiça uma possível insurreição em Porto Alegre;

2 de dezembro – Chegou a Montevideú, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, para chefiar a missão diplomática no lugar de Antônio Saraiva.

3 de dezembro – A Esquadra Imperial começou um terrível bombardeio sobre Paysandú.

13 de dezembro – Aguirre declarou os portos uruguaiois fechados ao comércio imperial e declarou nulos os tratados anteriores com o Império.

14 de Dezembro – João Propício Menna Barreto ordenou David Canabarro que se preparasse para marchar ao Uruguai;

18 de dezembro – Queimados em praça pública os tratados entre Brasil e Uruguai.

5 de janeiro – Capitulação de Paysandú.

30 de dezembro – Tropas sob o Comando de João Propício Menna Barreto começa a auxiliar o sítio de Paysandú.

Dezembro – Forças paraguaias invadem o Mato Grosso.

1865

1 de janeiro – David Canabarro assumiu o comando da 1ª Divisão do Exército do Sul.

2 de janeiro – Após pedido de trégua das forças de defesa, as tropas imperiais invadiram Paysandú e fizeram prisioneiros seus defensores.

7 de janeiro – Foi criado o decreto nº 3371 que autorizava a criação de “Corpos de Voluntários da Pátria”.

14 de janeiro – Francisco Solano López pedia permissão ao governo argentino para cruzar o território de Missões.

19 de janeiro – O governo imperial declarou oficialmente a Guerra contra o governo de Atanásio Aguirre e reconheceu Venancio Flores como beligerante.

24 de janeiro – O governo da província do Rio Grande do Sul, por ato próprio do cargo, adiou a instalação da 2ª sessão da 11ª legislatura provincial para o dia 15 de setembro, em função da guerra.

- 27 de Janeiro – O *Blanco* Basilio Munhoz, oficial do desmanchado exército de Aguirre atacou, sem muito sucesso, a vila de Jaguarão. Com ele partiram muitos cativos.
- 29 de janeiro – Ministro italiano em Montevidéu tentou, sem sucesso, mediar a paz.
- 07 de fevereiro – Na freguesia de Arroio Grande, Jaguarão, foram presos oito cativos por conspiração de insurreição;
- 15 de fevereiro – O presidente uruguaio Atanásio Aguirre renunciou ao posto.
- 18 de fevereiro – O presidente da província anunciava ao Ministro da Guerra, Henrique Rohan, a nomeação de Pedro de Abreu para o comando da 2ª Divisão;
- 20 de fevereiro – Venancio Flores assumiu a presidência do Uruguai. Assinatura do convênio de paz entre este e os vencidos.
- 1º de março – O brigadeiro Manuel Luís Osório substituiu João Propício Menna Barreto no comando do Exército Imperial no Uruguai.
- 14 de março - João Frederico Caldwell assumiu o cargo de Comandante Interino das Armas do Rio Grande do Sul.
- 3 de Abril – Solano López declara guerra à Argentina e invade a província de Corrientes.
- 5 de abril – O vice-almirante Tamandaré ordenou que uma divisão composta de quatro embarcações comandadas pelo capitão Secundino Gomensoro, bloqueasse o litoral paraguaio.
- 1º de Maio – Assinado entre Argentina, Brasil e Uruguai o Tratado da Tríplice Aliança;
- 03 de maio – João Marcelino Gonzaga determina oficialmente para que Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí, marche para a fronteira em auxílio de David Canabarro, deixando em Bagé apenas a 2ª Brigada no Sul.
- 06 de Maio – Revogando as ordens anteriores, João Marcelino de Souza ordena que Pedro de Abreu permaneça na Fronteira Sul.
- 11 - João Marcelino de Souza Gonzaga, presidente da província do Rio Grande do Sul transferiu novamente a sede do governo para Porto Alegre, então em Pelotas, no Sul.
- 12 de maio – Ângelo Muniz da Silva Ferraz assumiu o Ministério da Guerra;
- 17 de maio– A sede do governo do Rio Grande do Sul, então em Pelotas, retorna à Porto Alegre.
- 20 de Maio – Ângelo Muniz da Silva Ferraz determina que a sede do governo do Rio Grande do Sul voltasse à Porto Alegre;
- 23 de maio – O governo da província do Rio Grande do Sul celebrou contrato de fornecimento de lanças, estribos, bocais, freios e esporas, com Frederico Bier.
- 23 de maio – Forças aliancistas recuperaram a cidade de Corrientes das mãos dos paraguaios;
- 10 de Junho – Invasão paraguaia à São Borja, na província do Rio Grande do Sul; vitória da Esquadra Imperial (cerca de 40 navios) na Batalha do Riachuelo e destruição da marinha paraguaia;
- 01 de julho – Passou para o Rio Grande do Sul um Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, organizado no Uruguai.
- 10 de julho – Dom Pedro 2º saiu do Rio de Janeiro em direção ao Sul;
- 16 de julho – O Imperador do Brasil, Dom Pedro 2º, chegou à Rio Grande. Ali presenciou a posse de Francisco do Rego Barros, visconde de Boa Vista, como presidente e comandante das Armas do Rio Grande do Sul.
- 18 de julho – O general Venancio Flores parte da cidade de Concórdia em direção à coluna de Pedro Duarte;
- 19 de julho, o Imperador chegava à Porto Alegre, de onde partiria em direção à fronteira invadida pelos paraguaios.
- 20 de Julho – Francisco do Rego Barros, o visconde de Boa Vista, assumiu a presidência do Rio Grande do Sul e o comando das Armas;
- 20 de Julho – O Ministro dos Negócios da Guerra, Ângelo Muniz, publicou aviso determinando que no Rio Grande do Sul se aplicasse a lei nº 631 de 1851, que previa penas duras, inclusive de morte, para desertores.
- 20 de julho – Manuel Marques de Sousa foi nomeado, por decreto imperial, comandante em chefe do exército em operações no Rio Grande do Sul. Substituíra João Frederico Caldwell, então comandante das armas.
- 27 de Julho – 2º Conselho convocado pelo general Caldwell para decidir sobre os ataques no rio Toropasso, em Uruguiana;

- 29 de Julho – A Divisão comandada por Francisco Pedro de Abreu continuava acampada nas imediações de Bagé, enquanto o Exército Paraguaio marchava sobre a província.
- 02 de agosto – O Ministro da Guerra, então no Rio Grande do Sul determinou que em caso de deserções fossem enviados ao presidente da província e demais autoridades nota com sinais do desertor.
- 04 de agosto – Publicado decreto imperial que equiparava os corpos de voluntários da Guarda Nacional aos Corpos de Voluntários da Pátria, exceto os Corpos de Cavalaria do Rio Grande do Sul.
- 05 de agosto – a coluna paraguaia comandada pelo tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia penetra a vila de Uruguaiana, de onde só sairia, em 18 de setembro, após capitulação.
- 10 de agosto – O Ministro da Guerra cobrava providência de Manuel Marques de Sousa sobre denúncias recebidas de saques cometidos por soldados da 1ª Divisão em casas de moradores de Uruguaiana.
- 14 de Agosto – Apresentou-se à João Frederico Caldwell, em Uruguaiana, o 1º tenente da armada Augusto Neto de Mendonça, nomeado por Tamandaré para comandar a esquadilha do Alto Uruguai;
- 17 de agosto - Batalha do Yataí, derrota das forças do Paraguai e escravização dos prisioneiros paraguaios;
- 20 de Agosto – O barão de Porto Alegre assumiu o comando do exército em operação no Rio Grande do Sul, depois 2º Corpo do Exército;
- 21 de Agosto – Tamandaré chegou a Uruguaiana e trouxe consigo os vapores Taquarí e Tramandaí, duas chatas, comandadas pelo capitão de fragata Lomba.
- 21 de Agosto – João Frederico Caldwell passou o comando das armas da província ao tenente general barão de Porto Alegre
- 30 de agosto – Publicado decreto imperial que concedia aos guardas nacionais designados os mesmos favores concedidos aos Voluntários;
- 02 de setembro – Manuel Marques de Sousa determina que desertores reapresentados ou capturados fossem levados ao Quartel General para tivessem destino. Queria evitar o realistamento indiscriminado de desertores em outros corpos.
- 04 de setembro – O visconde de Tamandaré chegou à Concórdia em busca do general Bartolomé Mitre;
- 11 de setembro – O Imperador dom Pedro chegou à Uruguaiana.
- 12 de setembro – Publicado o decreto imperial que isentava do recrutamento ativo da Guarda Nacional quem apresentasse substituto idôneo;
- 18 setembro de 1865 – Rendição das tropas paraguaia em Uruguaiana;
- 27 de Setembro – O Ministro da Guerra ordenou que David Canabarro, Antônio Fernandes Lima e Antônio Xavier do Valle, fossem levados a Conselho de Investigação e depois de guerra;
- 01 de outubro – Início do contrato de fornecimento para o Exército e Guarda Nacional feito pelo comandante das forças estacionadas no Rio Grande do Sul com José Luiz Cardoso de Salles.
- 05 de outubro – Publicado, em Ordem do Dia nº 22, o contrato de fornecimento realizado com José Luiz Cardoso de Salles.
- 03 de outubro – O governo imperial torna pública a acusação ao brigadeiro David Canabarro pela invasão paraguaia;
- 03 de outubro – David Canabarro e Antônio Fernandes Lima foram substituídos interinamente de seus cargos;
- 03 de Outubro – Nomeados, Antônio da Silveira Bittencourt, José Luiz Menna Barreto e José Gomes Portinho para o Conselho de Investigação contra David Canabarro e outros;
- 05 de outubro -
- 07 de outubro – Aviso do Ministério Guerra para que 60 prisioneiros paraguaios fossem remetidos para Alegrete.
- 07 de outubro – Decreto imperial suspendeu David Canabarro e Antônio Fernandes Lima dos serviços que prestavam, enquanto durassem os conselhos a que seriam submetidos.
- 21 de outubro – Publicado pedido de dispensa do serviço de David Canabarro para preparar sua defesa nos conselhos pelos quais deveria passar.
- Outubro-Novembro de 1865 – retorno das tropas paraguaias de Corrientes para o seu território;

07 de novembro – Autorização do governo imperial para o presidente da província do Rio Grande do Sul utilizar 20 contos de réis para socorrer as famílias de São Borja, Itaqui e Uruguaiana.

11 de dezembro – O Exército Imperial comandado por Osório acampou às margens do rio Riachuelo, em direção ao Paraguai.

21 de dezembro de 1865 – O Ministério da Guerra solicita ao presidente da província, Francisco do Rego Barros, informações sobre o destino dos prisioneiros de guerra feitos em Uruguaiana.

1866

31 de janeiro - Ordem do presidente da província do Rio Grande do Sul para que o tenente coronel Feliciano Ribeiro de Almeida, assumisse o comando da Guarda Nacional de Alegrete, Uruguaiana e Santana do Livramento, no lugar de David Canabarro, impedido.

15-16 de abril – Embarque das tropas aliancistas para cruzar o rio Paraná;

2 de maio – Combate de Estero Bellaco (Tuiuti);

24 de maio – Batalha de Tuiuti;

01 de julho – Morreu o brigadeiro Antônio Sampaio, no hospital em Corrientes;

Julho – Morreu o brigadeiro Antônio de Sousa Neto;

06 de julho – Morreu o brigadeiro Antônio Sampaio, ferido na batalha de Tuiuti, em 24 de maio;

15 de julho – Manuel Luís Osório passou o comando do 1º Corpo do Exército ao marechal de campo Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão;

29 de julho – Chegou ao Passo da Pátria, do lado paraguaio, o 2º Corpo do Exército, com 7.500 homens;

18 de Agosto – No acampamento em Tuiuti, reuniram-se os generais Mitre, Flores, Polydoro Jordão, Manuel Marques de Sousa e o vice-almirante Tamandaré;

02 de setembro – O 2º Corpo do Exército desembarcou, com cerca de 8.300 homens nas proximidades do Forte Curuzú.

03 de setembro Ataque aliancista à posição de Curuzú;

12 de Setembro – Entrevista entre Francisco Solano López e Bartolomé Mitre, após a vitória aliancista em Curuzú;

22 de setembro – Batalha de Curupayty e derrota das forças aliadas, que ficaram imobilizadas por cerca de doze meses;

26 de setembro – Venancio Flores deixou o exército aliancista e voltou para Montevideú;

Novembro – Sessão do Conselho de Estado que discutiu a participação dos libertos na guerra; Decreto imperial alforriando os cativos da Nação para compor as forças imperiais no conflito.

18 de novembro – substituição no comando das forças imperiais; assumiu o Marquês de Caxias.

27 de dezembro - Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo foi nomeado, por carta imperial, presidente da província do Rio Grande do Sul.

1867

23 de Janeiro – Assumiu a presidência da província do Rio Grande do Sul Francisco Ignácio Marcondes Homem de Melo.

Fevereiro – Bartolomé Mitre retorna a Argentina em virtude de problemas internos e passa o comando dos aliados, provisoriamente, à Caxias;

25 de Março – Manuel Luís Osório passou interinamente o Comando das Armas do Rio Grande do Sul ao brigadeiro reformado Francisco de Paula de Macedo Rangel.

11 de abril – O 3º Exército sob o mando de Osório chegou a Itacuí, na província de Corrientes.

16 de julho – Primeiros corpos do 3º Exército chegaram ao Passo da Pátria.

Maio-Junho – Tentativa frustrada da expedição imperial no Mato Grosso, o que ficou conhecido pelas palavras do Visconde de Taunay como *Retirada da Laguna*.

13 de novembro – Chegavam a Montevideú os 32 sublevados do vapor *Taquary*, então estacionado em Itaqui, no Rio Grande do Sul.

1868

Janeiro – Marquês de Caxias assumiu definitivamente o comando das forças aliadas e Mitre retorna a capital argentina para ocupar a presidência, em virtude da morte do vice-presidente Marcos Paz. Nesse período, a maior parte do contingente aliado é Imperial.

19 de fevereiro – Morte de Venancio Flores em Montevideú.

Fevereiro – Luque torna-se a segunda capital paraguaia.

Março – Solano López instala o quartel general em San Fernando;

18 de junho - Fundação da sociedade Literária Partenon Literário, em Porto Alegre.

Junho – eleições na argentina e vitória de Domingos Faustino Sarmiento, que critica a continuidade da guerra;

Junho – Grande conspiração servil com participação de prisioneiros paraguaios foi descoberta em Porto Alegre;

Julho – O partido conservador assumi o gabinete no Império;

Julho-Agosto – Aliados ocupam a fortaleza de Humaitá;

Dezembro – Sucessivas vitórias dos aliados em batalhas, que ficaram conhecidas como “*dezembrada*” (Itororó – 6; Avaí – 11; Lomas Valentinas – 27) e fuga de Solano López.

1869

Janeiro - Ocupação de Assunção pelas forças aliadas sob o comando do coronel Hermes da Fonseca; a partir dessa operação, Caxias considera o fim da guerra e retira-se para Montevideú;

Fevereiro – Caxias Chega ao Rio de Janeiro;

Abril – O genro consorte de D. Pedro 2º, Conde D’Eu assumiu o comando-em-chefe das forças imperiais;

Agosto - Forças aliadas tomam a capital Peribeubú provisória de Solano López; vitória imperial na batalha de Campo Grande ou Acosta Ñu, onde as forças paraguaias eram compostas de idosos e crianças.

1870

1º de março – Morte do presidente Solano López em Cerro Corá. Fim da Guerra do Paraguai ou da Guerra da Tríplice Aliança: dezenas de milhares de mortos, Paraguai derrotado. A área litigiosa, entre os rios Apa e Branco, ficam em definitivo com o Império.